

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL



DIÁRIO OFICIAL

Secção I

EXERCICIO DE 1938

Por conveniência, não somente dos senhores subscritores, como da Imprensa, não se farão inscrições de assinantes alhã pelo prazo de um ano.

— As assinaturas começarão em 1º de janeiro, para terminar em 31 de dezembro, ou em 1º de julho, para terminar em 30 de junho do ano seguinte.

Ainda para facilidade e pontualidade na remessa, as inscrições de assinantes só serão aceitas quando realizadas até o último dia do mês anterior àquele em que começa a assinatura, isto é, até 31 de dezembro ou até 30 de junho.

Pede-se às repartições arrecadadoras que não aceitem pedidos de assinatura, ainda dentro dessas condições quer para particulares, quer para funcionários.

Preços de assinaturas anuais do "Diário da Justiça" ou de cada uma das seções do "Diário Oficial".

Repartições públicas ou assinantes particulares	No interior.	70\$000
	No exterior	110\$000
Funcionários públicos	No interior	56\$000
	No exterior	83\$000

Numero avulso do dia, 400 réis, até o limite de dez cadernos com quarenta folhas e mais 100 réis pelos seguintes cadernos de quatro folhas (cartão) ou fração.

Por ano decorrido, mais 500 réis sobre o preço do dia.

O preço do numero de hoje está fixado na ultima página.

OBSERVAÇÕES

Dentro do ano não se aceitam pedidos de assinaturas.

— A Redação não fornecerá gratuitamente aos assinantes numeros extraviados ou anteriores à data da assinatura.

— Convém, por isso, que os interessados renovem as suas assinaturas com a antecedência conveniente, afim de não ficarem com as suas coleções desatualizadas.

— As assinaturas para funcionários públicos que descontem em folha de pagamento devem ser anualmente requisitadas pelas respectivas repartições pagadoras.

— Os preços fixados para os funcionários públicos são extensivos aos estaduais e municipais, desde que, provada a qualidade, façam o pagamento adiantadamente.

— Os conhecimentos das assinaturas tomadas por intermédio das coletorias federais, mesas de rendas e alfândegas, poderão ser encaminhadas diretamente à Imprensa Nacional sem interferência das delegacias fiscais.

— As assinaturas não pagas ou cujas consignações não forem comunicadas pelas repartições pagadoras dentro dos primeiros 5 dias de novo período, serão canceladas e procedida a cobrança do respectivo preço.

Nos dias 10 e 25 de cada mês será publicada, em fascículos apensos ao "Diário da Justiça", a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, do Supremo Tribunal Militar e do Tribunal de Apelação do Distrito Federal.

N. da R. — Para boa ordem dos serviços da Redação, e no interesse do publico, fica estabelecido que os pedidos para reprodução de matéria paga constatada pelos interessados a existência de erros ou omissões devem ser feitos das 16 às 19 horas e, no máximo, até 48 horas após a saída dos órgãos oficiais.

ANO LXXVII

SUMARIO

N. 193

ACTOS DO PODER EXECUTIVO:

Decreto-lei n. 639, de 20 de agosto de 1938.

Decreto n. 3.010, de 20 de agosto de 1938.

Ministério da Educação e Saúde — Decretos de 10, 11 e 23 de agosto.

Conselho Federal do Serviço Público Civil.

Departamento Administrativo do Serviço Público.

SECRETARIAS DE ESTADO:

Ministério da Justiça e Negócios Interiores — Expediente da Diretoria da Justiça e do Interior.

Ministério da Educação e Saúde — Apostilas — Portarias — Expediente da Diretoria de Contabilidade, do Serviço do Pessoal e da Divisão do Ensino Comercial.

Ministério da Fazenda — Expediente do Serviço do Pessoal do Ministério da Fazenda, das Diretorias das Rendas Internas e do Departamento da União, da Câmara de Reajustamento Econômico, da Recebedoria do Distrito Federal e da Diretoria do Imposto de Renda.

Ministério da Guerra — Portarias — Despachos — Expediente das Diretorias de Intendência da Guerra e Provisória das Armas de Infantaria, Cavalaria e Artilharia e da Secretaria da Guerra.

Ministério da Viação e Obras Públicas — Portarias — Expediente da Diretoria Geral de Contabilidade, do Serviço do Pessoal, do Departamento de Aeronáutica Civil e da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos do Distrito Federal.

Ministério da Agricultura — Expediente do Sr. ministro, do Departamento Nacional da Produção Mineral e da Diretoria da Contabilidade.

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — Portarias — Expediente do Departamento Nacional do Trabalho, do Serviço de Identificação Profissional, dos Departamentos Nacionais da Propriedade Industrial e do Povoamento, do Conselho Nacional do Trabalho e do Serviço de Comunicações.

Termos de contrato — Noticiário — Parte comercial — Rendas públicas — Editais e avisos — Sociedades anônimas — Anúncios.

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO-LEI N. 639 — DE 20 DE AGOSTO DE 1938

Modifica o decreto-lei n. 406, de 4 de maio de 1938

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O decreto-lei n. 406, de 4 de maio último, fica modificado na seguinte forma:

a) suprimindo-se, no art. 1º, inciso III, as palavras: "de qualquer natureza";

b) substituindo-se o art. 12 pelo seguinte:

"Art. 12. Os estrangeiros vindos para o Brasil em caráter temporário compreendem as seguintes categorias:

a) turistas, visitantes em geral e viajantes em trânsito; cientistas, professores, homens de letras e conferencistas;

b) representantes de firmas comerciais estrangeiras e os que vierem em viagem de negócios;

c) artistas, desportistas e congêneres.

Parágrafo único. Os estrangeiros classificados neste artigo poderão tornar permanente sua estada no território nacional, satisfeitas as exigências que forem estabelecidas no regulamento da presente lei."

c) substituindo-se o art. 13 pelo seguinte:

"Art. 13. O desembarque dos estrangeiros em trânsito que tenham de demorar no país até trinta (30) dias só será permitido se apresentarem à autoridade consular brasileira, para o visto, o passaporte já legalizado pela autoridade consular do país a que se destinam."

d) substituindo-se o art. 17 pelo seguinte:

"Art. 17. O agricultor ou técnico de indústria rural, quando houver ingressado no país prevalecendo-se da preferência da quota (art. 16), não poderá abandonar a profissão durante o período de quatro (4) anos consecutivos, contados da data do seu desembarque, salvo autorização do Conselho."

e) substituindo-se o art. 22 pelo seguinte:

"Art. 22. Dentro do limite da quota, não havendo prejuízo à segurança nacional nem impedimento imposto pela

Saúde e Imigração, e para o fim de legalização de documentos poderá a Polícia autorizar, excepcionalmente, o desembarque de estrangeiros, mediante caução em dinheiro, correspondente ao preço da passagem de volta.

Parágrafo único. Findo o prazo concedido pela Polícia e não satisfeitas as exigências, será o estrangeiro repatriado correndo a respectiva despesa por conta da caução."

2) substituindo-se o art. 28 pelo seguinte:

"Art. 28. Dentro do prazo de trinta (30) dias, contados da data do desembarque, o estrangeiro deverá apresentar-se para o registro, à autoridade policial competente.

§ 1.º Durante o prazo de quatro (4) anos, contados da data do desembarque ou entrada no território nacional, qualquer mudança de trabalho, emprego ou domicílio importará novo registro perante a autoridade policial, que dará ciência devida ao Conselho de Imigração e Colonização.

§ 2.º Se não houver mudança de trabalho ou emprego, o registro será apenas revalidado anualmente, até que se esgote o prazo.

§ 3.º Os estrangeiros atualmente residentes em território nacional deverão, também, registrar-se."

e) substituindo-se o art. 29 pelo seguinte:

"Art. 29. Nenhum estrangeiro maior de dezoito (18) anos poderá residir ou exercer quaisquer atividades nas zonas urbanas do país, sem obter carteira de identidade fornecida pelos serviços policiais de identificação."

h) suprimindo-se o parágrafo único do art. 29;

f) substituindo-se o art. 31 pelo seguinte:

"Art. 31. Os estrangeiros atualmente residentes no Brasil terão o prazo de um (1) ano para cumprimento do disposto nos arts. 28 e 29."

j) substituindo-se o art. 33 pelo seguinte:

"Art. 33. Os empregadores farão constar do livro de registro dos empregados, se forem estrangeiros, além de outras informações que o regulamento desta lei estabelecer, a nacionalidade e o caráter da admissão no território nacional."

k) substituindo-se o art. 34 e seu parágrafo pelo seguinte:

"Art. 34. Nenhum estrangeiro admitido em caráter temporário poderá empregar-se no país, ressalvados os casos das letras b e c do art. 12."

l) substituindo-se o art. 43 e seus parágrafos pelo seguinte:

"Art. 43. O estrangeiro que tenha entrado no Brasil legalmente em caráter permanente, e que dele se ausentar por prazo não superior a dois (2) anos, poderá regressar mediante simples autorização da Polícia, constante de documento especial na forma do regulamento.

Parágrafo único. A validade dessa licença de retorno poderá ser prorrogada por mais um ano pela autoridade consular."

m) substituindo-se o art. 58 pelo seguinte:

"Art. 58. As operações de câmbio manual ou compra e venda de moedas em espécie só poderão ser efetuadas pelos estabelecimentos que se habilitarem na forma desta lei e seu regulamento.

Parágrafo único. As atuais casas de câmbio dessa natureza e as atuais agências de turismo cessarão seu funcionamento até 31 de dezembro do corrente ano."

n) substituindo-se o art. 59 e seu parágrafo pelo seguinte:

"Art. 59. A venda de passagens para viagens aéreas, marítimas ou terrestres, só poderá ser efetuada pelas respectivas companhia, armadores, agentes, consignatários, e pelas agências autorizadas pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, na forma desta lei.

Parágrafo único. Os estabelecimentos que desejarem operar em câmbio manual ou venda de passagens deverão solicitar autorização ao Ministério da Fazenda, quanto à primeira parte, e ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, quanto à segunda, e só poderão funcionar depois de feita a prova do possuírem capital mínimo de 250:000\$ (duzentos e cinquenta contos de réis) e de fazerem a caução de 100:000\$ (cem contos de réis), no Tesouro Nacional, em moeda corrente ou apólices da dívida pública federal."

o) substituindo-se o art. 66 pelo seguinte:

"Art. 66. O estrangeiro que houver ingressado no país como agricultor ou técnico de indústrias rurais, prevalecendo-se da preferência da quota (art. 16), e for encontrado, dentro do prazo de quatro (4) anos contados da data do seu desembarque, fora das atividades a que se propôs, poderá ser expulso ou repatriado, sem prejuízo das demais sanções impostas por esta lei e seu regulamento."

p) substituindo-se o art. 67 pelo seguinte:

"Art. 67. O empregador estabelecido em zona urbana, que admitir empregado estrangeiro sem carteira de identidade policial, devidamente anotada, fica sujeito à multa de quinhentos mil réis a dois contos de réis (500\$ a 2:000\$000), e ao dobro na reincidência.

Parágrafo único. O empregador estabelecido em zona rural que admitir empregado estrangeiro sem a exibição da carteira de identidade policial, devidamente anotada, ou certificado de inscrição perante autoridade policial competente, fica sujeito à multa de cem mil réis a quinhentos mil réis (100\$ a 500\$000), e ao dobro na reincidência."

q) substituindo-se o art. 70 pelo seguinte:

"Art. 70. As multas serão impostas pelo diretor de Imigração e demais autoridades que superintenderem o serviço de fiscalização, de acordo com o que fôr estabelecido pelo regulamento desta lei."

r) incluindo-se, após o art. 70, os seguintes artigos, alterada numeração dos subsequentes:

"Art. 71. Antes da decisão final do processo de expulsão por motivo de infração desta lei e seu regulamento, quando não haja prejuízo para a ordem pública, a segurança nacional, ou a estrutura das instituições, poderá a autoridade, a pedido do acusado, convertê-la em multa de um conto de réis (1:000\$000) e repatriamento.

Art. 72. Os estrangeiros que desembarcarem sob condição, e não comparecerem ao Serviço de Registro de Estrangeiros para cumprimento das formalidades exigidas, dentro do prazo de quarenta e oito (48) horas, contado do desembarco da embarcação, ficam sujeitos à multa de cem mil réis (100\$000), não havendo dolo.

Art. 73. As sociedades, firmas e particulares que deixarem de encaminhar aos núcleos ou colônias os estrangeiros introduzidos no país sob a sua responsabilidade, ficam sujeitos à multa de um conto de réis a dez contos de réis (1:000\$ a 10:000\$000), independente das despesas de repatriamento do estrangeiro, se essa medida se fizer necessária.

Art. 74. Todo indivíduo que se apresentar para admissão em território nacional em nome de outrem ou de indivíduo falecido; que procurar burlar esta lei e seu regulamento sob nome suposto ou fictício; vender ou oferecer à venda, sem ter para isto competência regulamentar, empregar ou tiver em seu poder, sem ser funcionário de repartição competente, ou falsificar, impressos, carimbos, sinetes ou carteiras de identidade cujos modelos constem do regulamento desta lei; expedir, usar, possuir, obtiver, aceitar, ou receber documento, passaporte, ou visto para entrada em território nacional ou cumprimento das formalidades estatuídas nesta lei e seu regulamento, sabendo ser o mesmo forjado, falsificado, alterado, feito falsamente ou sem o cumprimento das formalidades legais, ou obtido por meio de fraude ou ilegalmente, será detido, processado e sujeito à multa de um conto de réis a dez contos de réis (1:000\$ a 10:000\$), ou à pena de 2 a 4 anos de prisão; e mais à expulsão, se fôr estrangeiro.

Art. 75. É proibido o aliciamento de trabalhadores nacionais, com fins de emigração, sem autorização prévia, por escrito, do Conselho de Imigração e Colonização.

Pena: 2 a 4 anos de prisão.

Art. 76. Os estrangeiros que deixarem de comunicar à autoridade policial competente qualquer mudança de residência ou emprego, ficam sujeitos à multa de dez mil réis (10\$000), ainda que não haja dolo.

Art. 77. Aquele que aliciar clandestinamente trabalhadores com o fim de levá-los, quer de uma para outra localidade do mesmo Estado, quer de um Estado para outro, fica sujeito a prisão celular de dois (2) meses a um (1) ano e multa de 500\$ a 2:000\$000.

Art. 78. Os estrangeiros atualmente residentes no Brasil que não se registarem dentro do prazo de um (1) ano da vigência desta lei, ficam sujeitos à multa de quinhentos mil réis (500\$000), ou expulsão, havendo dolo."

s) substituindo-se o art. 72 pelo seguinte:

"Art. Os encargos oriundos para a União pela execução desta lei serão custeados pela receita oriunda das seguintes fontes:

- a) selo de imigração;
- b) multas constantes desta lei;
- c) venda de lotes de terras pertencentes à União;
- d) prestações pagas pelos colonos nos núcleos, colônias e centros mantidos pela União."

t) substituindo-se no inciso 1) da tabela para cobrança do selo a palavra "pessoa" por "passaporte";

u) substituindo-se, nos incisos 5), 6) e 7) da mesma tabela, a palavra "visto" pela palavra "licença";

v) substituindo-se nas "Observações" da mesma tabela, o item 1) pelo seguinte:

"1) O selo a que se referem os incisos 1 e 7 será cobrado nos Consulados. O dos incisos 2, 3 e 4 no Departamento de Imigração; o dos incisos 5, 6 e 8 na Polícia, e o dos 9 e 10 no Ministério da Justiça."

Art. 2.º As atribuições conferidas ao Departamento de Imigração e à Diretoria de Terras e Colonização nesta lei, no decreto-lei n. 406, de 4 de maio de 1938, e no seu regulamento serão exercidas, respectivamente, pelo atual Departamento Nacional do Povoamento e pelo atual Serviço de Irrigação, Reflorestamento e Colonização.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, de agosto de 1938; 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Sousa Costa.

Oswaldo Aranha.

Fernando Costa.

Gustavo Capurro.

João Carlos Vital.

DECRETO N. 3.010 — DE 20 DE AGOSTO DE 1938

Regulamenta o decreto-lei n. 406, de 4 de maio de 1938, que dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe conferem o art. 74, letra a, da Constituição e o art. 90 do decreto-lei n. 406, de 4 de maio de 1938, decreta:

Art. 1.º Este regulamento dispõe sobre a entrada e a permanência de estrangeiros no território nacional, sua distribuição e assimilação e o fomento do trabalho agrícola. Em sua aplicação ter-se-á em vista preservar a constituição étnica do Brasil, suas formas políticas e seus interesses econômico e culturais.

Art. 2.º O número de estrangeiros de qualquer nacionalidade admitidos anualmente no Brasil em caráter permanente não poderá exceder a quota fixada neste regulamento.

Art. 3.º A quota a que se refere o artigo anterior corresponde a dois por cento (2 %) do número de estrangeiros da mesma nacionalidade que entraram no país, com o mesmo caráter, no período de 1.º de janeiro de 1884 a 31 de dezembro de 1933.

Art. 4.º Quando a quota de uma nacionalidade não atingir três mil (3.000) pessoas, o Conselho de Imigração e Colonização (C. I. C.) poderá elevá-la até esse limite.

Art. 5.º Poderá igualmente o C. I. C. permitir que o saldo real anual das quotas não utilizadas por uma nacionalidade seja aproveitado em favor de agricultores de outra nacionalidade cuja quota real já se tenha esgotado.

§ 1.º Nas decisões que tomar com fundamento neste artigo, o Conselho terá em vista a necessidade de assegurar a integridade étnica, social, econômica e moral da Nação.

§ 2.º Entende-se por saldo real a diferença entre a quota calculada na forma do art. 3.º (quota real) e a parte dessa quota que tiver sido utilizada.

Art. 6.º A critério do C. I. C., os saldos reais anuais das quotas poderão, outrossim, ser transferidos para o ano seguinte, em benefício do respectivo país, quando este tiver necessidade de aproveitá-los; vedada a transferência e o acúmulo de saldo de mais de um triênio.

Art. 7.º Estão sujeitos à quota:

- a) os estrangeiros, maiores de 1 ano, que pretenderem entrar no país em caráter permanente;
- b) os brasileiros naturalizados em outros países.

Art. 8.º Estão excluídos da quota:

- a) os que desejarem entrar no país em caráter temporário;
- b) os que, na data de obtenção do visto consular, tenham menos de 1 ano de idade;
- c) a estrangeira casada com brasileiro, ou viúva de cidadão brasileiro, e ainda que apátrida, ou o estrangeiro casado com brasileira quando esta vier com passaporte brasileiro; e respectivos filhos menores;
- d) os portadores de licença de retorno;
- e) o estrangeiro ou a estrangeira que tenha filho brasileiro vivo.

Parágrafo único. Ficarão, entretanto, sujeitos ao computo da quota os estrangeiros compreendidos na alínea a deste artigo que desejarem tornar permanente sua estada no país.

Art. 9.º Fica adotada a discriminação de quotas constante da tabela anexa (n. 1).

§ 1.º Quando se criar um novo Estado, a entrada dos seus nacionais será permitida livremente, a juízo do C. I. C., na forma de

primeiro decénio. Para o cálculo das quotas posteriores desse Estado somar-se-ão ao número dos que tiverem entrado neste decénio três parcelas correspondentes, cada uma, a 20 % da mesma base, calculando-se finalmente a quota de 2 % sobre o número assim obtido.

§ 2.º A domínio, mandato, possessão ou colónia não caberá quota própria, vigorando a do Estado sob cuja soberania estiver.

§ 3.º Quando os conjuges tiverem nacionalidades diferentes, prevalecerá a daquele cuja quota ainda não esteja esgotada.

Art. 10. Oitenta por cento (80 %) da quota anual de cada nacionalidade serão preenchidos com agricultores e respectivas famílias.

Parágrafo único. A prova de profissão, para efeito deste artigo, far-se-á perante a autoridade consular e a critério desta, mediante atestados de corporações, sociedades, associações ou pessoas idôneas do local. Quando o Governo Federal ou os Governos Estaduais se incumbirem, na forma da lei, da fiscalização e do seccionamento dos agricultores no estrangeiro, a autoridade consular poderá louvar-se, para o mesmo fim, na indicação dos funcionários encarregados desse serviço; mas a autoridade consular não se alheará ao seu dever de fiscalizar nem dispensará a satisfação das demais exigências legais e regulamentares.

Art. 11. Vinte por cento (20 %) da quota serão distribuídos com os demais estrangeiros que desejarem entrar no país em caráter permanente com o fim de se dedicarem a qualquer profissão lícita.

Art. 12. O Departamento de Imigração (D. I.) organizará e levantará a estatística dos estrangeiros entrados no país em caráter permanente, confrontando os dados que possuir e os que lhe forem fornecidos pelo Conselho.

Parágrafo único. Até o dia 31 de março de cada ano o D. I. comunicará ao Conselho os saldos das quotas do ano anterior.

Art. 13. A autoridade consular mais graduada terá em cada país o encargo da distribuição da quota pelos outros consulados, ou serviços consulares, e da sua fiscalização.

Art. 14. A autoridade consular a que fôr requerido visto para estrangeiro que não seja da nacionalidade do país onde tenha jurisdição consultará, previamente, e às expensas da parte interessada, sobre a existência de saldo, a autoridade consular encarregada de distribuir a quota do país de origem do requerente.

Parágrafo único. Da mesma forma, quando um consulado tiver esgotada a sua parcela de quota e receber solicitações de nacionais do país onde tenha jurisdição, deverá consultar, sobre a existência de saldo, a autoridade consular encarregada da distribuição da quota. Essa consulta deverá ser feita, quando possível, por via telegráfica, paga a taxa pelo interessado.

Art. 15. As autoridades consulares encarregadas da distribuição e fiscalização das quotas comunicarão anualmente, o mais tardar até o dia 10 de janeiro, à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, o número de estrangeiros que utilizaram a quota no ano anterior e o total do saldo existente. Essa comunicação será transmitida por aquela Secretaria de Estado ao D. I.

Art. 16. As autoridades consulares observarão, para utilização da quota, a ordem da entrada dos pedidos de visto acompanhados da documentação completa para o visto no passaporte, e recusarão o visto no passaporte do estrangeiro cuja quota já esteja esgotada.

Art. 17. Esgotada a quota em determinado país, a autoridade consular encarregada de sua distribuição dará imediata ciência disto à Secretaria de Estado das Relações Exteriores que transmitirá ao C. I. C. a informação.

Art. 18. A inobservância da aplicação da quota ou da sua discriminação para agricultores, bem como o desrespeito às resoluções do C. I. C. importará falta grave, punida com as penas deste regulamento.

TRATADOS DE IMIGRAÇÃO

Art. 19. A União poderá celebrar tratados de imigração com o fim de fixar no país trabalhadores agrícolas.

§ 1.º A iniciativa para a celebração desses tratados competirá ao Ministério das Relações Exteriores e ao C. I. C. mediante consulta recíproca.

§ 2.º Os governos dos Estados, com o mesmo fim, e por intermédio do C. I. C., poderão propor ao governo federal a celebração desses tratados, ficando responsáveis, perante a União, pelas obrigações decorrentes dos mesmos.

Art. 20. Os tratados deverão prever o número e a constituição das levas de imigrantes e a fiscalização das condições gerais destes últimos desde a partida até à sua instalação definitiva no país, o eventual aproveitamento de saldos de quotas, na forma do artigo 5º, bem como a discriminação das demais concessões e facilidades oferecidas reciprocamente pelos governos interessados.

Art. 21. As autoridades federais e estaduais prestarão ao C. I. C. as informações de que este necessitar.

Art. 22. O Ministério das Relações Exteriores baixará instruções recomendando às missões diplomáticas e aos consulados de carreira a remessa das informações que obtiverem sobre as questões cujo estudo incumbe ao C. I. C.

Parágrafo único. Essas informações deverão conter dados estatísticos como também estudos detalhados dos países ou regiões das suas respectivas jurisdições, bem como cópia das leis, regulamentos e tratados que forem promulgados.

CLASSIFICAÇÃO

Art. 23. Os estrangeiros que desejarem entrar em território nacional serão classificados em duas categorias, conforme pretendam vir em caráter permanente (permanentes) ou temporário (temporários).

Art. 24. Consideram-se permanentes os que tencionam fixar-se no território nacional, ou seja, nele permanecer por mais de seis (6) meses.

Art. 25. Os temporários compreendem as seguintes categorias:

- a) turistas, visitantes em geral, viajantes em trânsito; orientistas, professores, homens de letras e conferencistas;
- b) representantes de firmas comerciais e os que vierem em viagem de negócios;
- c) artistas, desportistas e congêneres.

VISTO CONSULAR

Art. 26. Os estrangeiros que pretendam entrar no território nacional deverão apresentar às autoridades consulares brasileiras o seu passaporte, acompanhado dos documentos exigidos no presente regulamento.

Art. 27. A autoridade consular terá em vista que do seu critério depende, em grande parte, a seleção das correntes imigratórias para o território nacional e a boa ordem dos serviços decorrentes da entrada do estrangeiro.

Art. 28. É obrigação da autoridade consular:

- a) classificar o estrangeiro em permanente ou temporário, nos termos dos arts. 24 e 25, letras a, b e c; fazer referência expressa dessa classificação no passaporte;
- b) exigir, conforme o caso, a apresentação dos documentos referidos nos arts. 30 e 31, acompanhados do passaporte e respectivo pedido de visto;
- c) preencher a máquina e autenticar as fichas consulares de qualificação de que trata o art. 43;
- d) observar a quota (arts. 7º e 8º);
- e) fornecer, no idioma do país onde tiver jurisdição, uma súmula das principais obrigações a que está sujeito o estrangeiro em território nacional (modelo n. 1);
- f) examinar, por todos os meios ao seu alcance, a autenticidade e legalidade dos documentos que lhe forem apresentados;
- g) despachar o pedido de visto e arquivá-lo na respectiva chancelaria.

Art. 29. Para obtenção do visto o interessado, ou seu representante, apresentará, preenchido, o pedido respectivo (modelo n. 2) acompanhado de três fotografias, do tamanho de 7 x 5, fundo branco busto.

§ 1.º Esse pedido dirá respeito a uma só pessoa, exceto para os menores de 18 anos, que serão incluídos somente no de um dos seus pais, quando viajarem em companhia destes.

§ 2.º Aos turistas que viajarem com lista coletiva não será exigido o preenchimento do pedido.

Art. 30. Os permanentes (art. 24) deverão comparecer, em pessoa, perante a autoridade consular, apresentando:

1º, passaporte, autenticado pelas autoridades competentes do país a que pertença o seu portador;

2º, atestados:

a) negativo de antecedentes penais dos últimos cinco anos, expedido por autoridade policial competente;

b) de não ser de conduta nociva à ordem pública, à segurança nacional ou à estrutura das instituições, passado por autoridade policial, ou duas pessoas idôneas, a critério da autoridade consular;

3º, atestado de saúde, passado por médico de confiança da autoridade consular (modelo n. 3);

4º, atestado de vacina anti-variolica, por médico da confiança da autoridade consular ou repartição oficial;

5º, prova de profissão lícita, dispensada às mulheres casadas que viajarem em companhia dos maridos e aos menores de 18 anos que seguirem acompanhados de seus pais ou responsáveis;

6º, prova de filiação, constituída pela certidão de idade, ou, na impossibilidade da sua apresentação, por atestado firmado por duas pessoas idôneas, a critério da autoridade consular;

7º, prova de estado civil, produzida por documento oficial ou declaração escrita do próprio interessado, a critério da autoridade consular.

§ 1.º Tratando-se de agricultores que desejem prevalecer-se de preferência de 80 % de que trata o artigo 10, a prova de profissão será constituída, a critério da autoridade consular, por atestados de corporações, sociedades, associações, pessoas idôneas do local, ou de técnico de imigração credenciado pelo C. I. C.

§ 2.º As pessoas maiores de 60 anos que não viajarem em companhia de sua família, já residente no Brasil, deverão provar que dispõem, para sua subsistência, de renda mensal não inferior a seiscentos mil réis (600\$000).

§ 3.º Os menores de 18 anos só poderão entrar em território nacional quando viajarem acompanhados de seus pais, ou responsáveis ou vierem para sua companhia.

Art. 31. Os temporários (art. 25) deverão apresentar:

§ 1.º Os turistas e visitantes em geral, cientistas, professores, homens de letras e conferencistas:

1º, passaporte autenticado pelas autoridades competentes do país a que pertença o seu portador;

2º, prova de idoneidade, por qualquer dos seguintes meios, a critério da autoridade consular:

a) atestado policial negativo de antecedentes penais;

b) atestado de empresas industriais, comerciais, ou agrícolas, jornais, companhias de navegação, ou sociedades de turismo, cartas de referência, ou qualquer documento da mesma natureza;

3º, atestado de saúde, passado por médico da confiança da autoridade consular (modelo n. 4);

4º, atestado de vacina anti-variólica, passado por médico da confiança da autoridade consular ou repartição oficial.

§ 2.º Os estrangeiros em trânsito (demora até 30 dias em território nacional):

1º, passaporte autenticado pelas autoridades competentes do país a que pertença o seu portador, e visado pela autoridade consular do país a que se destine;

2º, atestado de saúde e de vacina anti-variólica nas mesmas condições das exigidas para os turistas (modelo n. 4).

§ 3.º Os representantes de firmas comerciais estrangeiras e os que vierem em viagem de negócios:

1º, passaporte autenticado pelas autoridades competentes do país a que pertença o seu portador;

2º, atestados:

a) negativo de antecedentes penais, passado por autoridade policial competente;

b) de não ser de conduta nociva à ordem pública, à segurança nacional ou à estrutura das instituições, passado por autoridade policial, ou duas pessoas idôneas, a critério da autoridade consular;

3º, atestados de saúde e de vacina anti-variólica nas mesmas condições das exigidas para o turista (modelo n. 4);

4º, prova da qualidade de comerciante, industrial, banqueiro ou interessado em realizações concernentes aos ramos de atividade dessas classes, a critério da autoridade consular.

§ 4.º Os artistas, desportistas e congêneres:

1º, passaporte autenticado pelas autoridades competentes do país a que pertença o seu portador;

2º, atestados:

a) negativo de antecedentes penais, passado por autoridade policial competente;

b) de não ser de conduta nociva à ordem pública, à segurança nacional ou à estrutura das instituições, passado por autoridade policial, ou duas pessoas idôneas, a critério da autoridade consular;

3º, atestados de saúde e de vacina anti-variólica nas mesmas condições das exigidas para o turista (modelo n. 4);

4º, prova de profissão lícita;

5º, prova de possuir contrato, visado por autoridade policial brasileira, com firma devidamente reconhecida.

Essa prova será feita junto às autoridades consulares pela apresentação do contrato ou por autorização telegráfica do Ministério das Relações Exteriores, paga pelo interessado a taxa de correspondência.

Art. 32. As pessoas de alta representação social ou que exerçam cargo público de relevo poderão ser dispensadas dos atestados policiais e de profissão, a critério da autoridade consular, que responderá pessoalmente pelas dispensas que conceder.

Art. 33. O estrangeiro apátrida que desejar vir ao Brasil, em caráter permanente ou temporário, só obterá o visto se, além dos demais documentos, apresentar declaração oficial de que poderá regressar em qualquer época, sem impedimento algum, ao país onde tem residido. A autoridade consular remeterá diretamente esse documento ao Registro de Estrangeiros respectivo, depois de anotar no passaporte a declaração.

Além disso, ao visto deverá preceder consulta à Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

Art. 34. Os portadores de licenças de retorno válidas, comuns ou especiais, serão classificados como permanentes e apresentarão somente o pedido de visto com uma fotografia e o passaporte, não sendo necessário, por parte da autoridade consular, o preenchimento da ficha de qualificação.

Art. 35. A autoridade consular só deverá aceitar documentos expedidos em data recente, a não ser aqueles que, por sua natureza, possam ser válidos por longo prazo.

Art. 36. A enumeração dos documentos citados nos artigos anteriores não exclui outros que possam vir a ser exigidos pela autoridade consular para a perfeita identificação e seleção do estrangeiro, podendo ela, com o mesmo fim, recusar qualquer documento que não lhe pareça idôneo.

Art. 37. Os documentos apresentados para efeito de visto serão visados e devolvidos ao portador do passaporte. Essa documentação será entregue pelo próprio ao Serviço de Registro de Estrangeiros, exceto quando se tratar de turistas, visitantes em geral, estrangeiros em trânsito, cientistas, professores, homens de letras e conferencistas (art. 25, letra a), os quais estão isentos dessa formalidade.

Art. 38. Não será apostado o visto se o estrangeiro não satisfizer as exigências dos artigos anteriores; for aleijado ou mutilado, inválido, cego, surdo e mudo; for inadmissível em território nacional a juízo da autoridade consular; apresentar passaporte viciado; tiver sido anteriormente expulso do Brasil, salvo se já revogado o ato de expulsão; ou se a autoridade consular tiver conhecimento de fatos ou razoável motivo para considerá-lo indesejável.

Parágrafo único. As condições relativas a lesões orgânicas — insuficiência funcional, aleijão (deformidade) ou mutilação, invalidez, cegueira, surdez, mudez — serão dispensadas se o estrangeiro vier ao Brasil em caráter temporário.

Art. 39. Recusado o visto por se tratar de indivíduo indesejável ou nocivo à ordem pública, a autoridade consular anotará o nome, idade, nacionalidade e profissão indicados no passaporte e imediatamente comunicará o motivo da recusa às autoridades consulares próximas, no mesmo país, ou nos países limítrofes que tenham meios de comunicação direta com o Brasil, e, ao mesmo tempo, à Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

Art. 40. A autoridade consular comunicará imediatamente à Secretaria de Estado das Relações Exteriores os nomes dos indivíduos que tiverem o embarque impedido por sofrerem de moléstias contagiosas ou suspeitas.

Art. 41. O visto é válido por (90) noventa dias, contados da sua data até à do embarque, podendo ser prorrogado por igual prazo desde que a quota não esteja esgotada, e paga nova taxa. Para essa prorrogação não é necessária a apresentação de novos documentos.

Art. 42. Os passaportes não poderão ser visados quando deles não constar a sua validade para o Brasil.

Art. 43. Ao conceder o visto, a autoridade consular preencherá, em duas vias, ambas no original, tanto para os permanentes quanto para temporários, a ficha consular de qualificação (modelo n. 5), fazendo colar nas mesmas as fotografias do portador, que serão autenticadas com o selo seco consular. As duas vias da ficha acompanharão o passaporte.

§ 1.º A ficha deverá referir-se a uma só pessoa, exceto para os menores de 18 anos, quando viajarem em companhia de um dos pais, em cuja ficha serão incluídos.

§ 2.º As declarações constantes da ficha de permanentes fazem prova para obtenção da carteira de identidade (art. 135) e serão feitas sob a responsabilidade da autoridade consular que a autenticar.

§ 3.º As declarações constantes da ficha de temporários serão feitas mediante informações do interessado, sem responsabilidade para a autoridade consular quanto aos dados que não constarem do passaporte.

§ 4.º Somente para os portadores de licença de retorno, para os turistas que viajarem com lista coletiva e para os menores de 18 anos que vierem em companhia paterna, ou materna, será dispensada a ficha de qualificação.

Art. 44. A autoridade consular não dará andamento ao expediente de qualquer pedido de visto sem que a documentação esteja completa, e só então efetuará o registro para efeitos da dedução da quota.

Art. 45. Além de visar, a autoridade consular deverá classificar o estrangeiro, anotando no passaporte se entra no país como temporário ou permanente (modelo n. 6).

§ 1.º A classificação no passaporte é obrigatória ainda que para os nacionais de países com os quais haja acordo para dispensa de visto (modelo n. 7).

§ 2.º Quando se tratar de temporários, deverá ser especificada em qual das categorias está incluído (art. 25).

§ 3.º No passaporte dos turistas visitantes em geral e em trânsito, bem como no dos cientistas, professores, homens de letras e conferencistas, será anotado que lhes é vedado o exercício de qualquer atividade remunerada no país e o prazo de permanência em território nacional: 180 dias para turistas, visitantes em geral, cientistas, professores, homens de letras e conferencistas, e 30 para o viajante em trânsito (modelos ns. 8 e 9).

§ 4.º Nos passaportes de artistas, desportistas e congêneres, e de representantes de firmas comerciais ou em viagem de negócio, será também anotado o prazo de permanência em território nacional (180 dias), bem como a sua condição de entrada (modelo n. 10).

Art. 46. Somente poderão visar passaportes de estrangeiros os consulados de carreira, os serviços consulares das missões diplomáticas e os consulados privativos.

§ 1.º Todos os vistos consulares em passaportes estrangeiros, serão registrados no livro respectivo.

§ 2.º Os estrangeiros que desejarem vir em caráter permanente só poderão obter o visto na jurisdição consular de sua residência, como tal considerado o lugar de moradia pelo prazo mínimo de seis meses.

Art. 47. O visto deverá ser assinado pelo titular do posto, que poderá, no entanto, por conveniência de serviço, delegar essa atribuição.

huição a seu substituto legal, quando o mesmo for funcionário efetivo.

Parágrafo único. Os consulados de carreira, quando dirigidos temporariamente por funcionário honorário, continuarão a conceder vistos.

Art. 48. Os pedidos de visto apresentados pelos estrangeiros que vierem espontaneamente serão atendidos pelas autoridades consulares em ordem cronológica, a menos que se trate de turistas, que terão preferência.

Art. 49. Cabe ao interessado produzir as provas de que é admissível no território nacional.

Art. 50. Na utilização da quota, as autoridades consulares observarão a ordem da entrada do pedido de visto.

§ 1.º As autoridades consulares só darão baixa na quota depois de verificarem que toda a documentação está em ordem.

§ 2.º Estando a quota esgotada, os requerimentos que forem apresentados até ao final do ano serão aproveitados para a quota do ano seguinte, por ordem de entrada.

Art. 51. Compete à Secretaria de Estado das Relações Exteriores investigar as fraudes praticadas no exterior quanto ao visto consular.

Art. 52. Nos casos omissos, a autoridade consular poderá visar, a seu critério, os passaportes de estrangeiros, preenchidos sempre as fichas consulares de qualificação e levado imediatamente o fato ao conhecimento da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, que, por sua vez, o comunicará ao C. I. C.

Art. 53. O preenchimento da ficha consular de qualificação e a apresentação dos documentos exigidos no presente regulamento é indispensável ainda que para os nacionais de países com os quais ha acordo para dispensa de visto em passaportes.

VISTO DIPLOMÁTICO

Art. 54. As missões diplomáticas visarão os passaportes diplomáticos estrangeiros no exterior.

Parágrafo único. Os consulados de carreira poderão visar passaportes diplomáticos estrangeiros se os portadores se acharem na impossibilidade de ir ou mandar a missão diplomática mais próxima. Isso, porém, darão conhecimento imediato à Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

Art. 55. Para obtenção do visto em passaporte diplomático estrangeiro não ha necessidade de preencher fórmulas, bastando que a concessão seja devidamente registrada.

Art. 56. Terão em seus passaportes visto diplomático:

a) os agentes diplomáticos e consulares de governos estrangeiros; os membros de suas famílias e domésticos a seu serviço, e os que vierem ao Brasil a serviço de seus governos;

b) os membros oficiais de congressos ou conferências internacionais.

Parágrafo único. Em caráter excepcional e mediante autorização prévia do Ministério das Relações Exteriores, poderão vir com visto diplomático as personalidades de expressão relevante no seu país.

Art. 57. Fica abolido para os passaportes diplomáticos estrangeiros o visto de saída do território nacional.

LICENÇA DE RETORNO

Art. 58. O estrangeiro que se achar no país como permanente e que se ausentar por prazo não superior a dois (2) anos poderá regressar mediante prévia autorização da Polícia (licença de retorno, modelo n. 11).

§ 1.º A validade dessa licença será de um ano, podendo ser prorrogada por igual período pela autoridade consular antes da data da sua terminação.

§ 2.º A licença será obtida mediante pedido verbal do interessado, com a apresentação da carteira de identidade (art. 135), devidamente anotada, atestado de vacina anti-variólica expedido pela Saúde Pública, e passaporte com visto de saída, antes de embarcar.

§ 3.º Não será fornecida certidão ou segunda via da licença; considerados nulos os documentos expedidos com infração deste dispositivo.

§ 4.º A licença concedida nos termos deste artigo, será arrecadada pela Polícia Marítima no ato da visita para o desembarque, e enviada à autoridade emitente.

Art. 59. Fica instituída uma licença especial válida por um ano e improrrogável, concedida, a critério dos chefes de polícia ou, quando fôr o caso, dos secretários de segurança, afim de facilitar, nesse período, a entrada de seus portadores em território nacional (modelo n. 12).

§ 1.º Essa licença só será arrecadada, no ato do desembarque, depois de esgotado o prazo para o qual é válida, e poderá ser cassada em qualquer tempo pela autoridade que a houver expedido, diretamente ou por solicitação a outras autoridades.

§ 2.º Para obtenção desta licença, que será expedida pelo Serviço de Registro de Estrangeiros, o interessado se dirigirá, em requerimento, ao chefe de polícia, ou secretário de segurança, expondo os motivos da pretensão.

Antes de decidir sobre o pedido, o chefe de polícia, ou secretário de segurança, ouvirá as autoridades e repartições cujos esclarecimentos, a seu critério, forem úteis à instrução do processo.

§ 3.º No ato da expedição o interessado deverá exhibir o seu passaporte, com visto de saída, carteira de identidade (mod. n. 19) e atestado de vacina anti-variólica expedido pela Saúde Pública.

LICENÇAS COLETIVAS

Art. 60. É vedado às sociedades, empresas ou particulares introduzir estrangeiros coletivamente, sem licença obtida na forma deste regulamento.

Art. 61. Os governos estaduais, sociedades, empresas ou particulares que pretenderem introduzir agricultores, aos grupos, no país, solicitarão licença prévia ao C. I. C.

§ 1.º A licença consistirá em um título expedido pelo C. I. C., de modelo que este adotará, autorizando o requerente a promover a vinda de um mínimo de 50 agricultores, em grupos de famílias, cada uma das quais devendo ter pelo menos três pessoas aptas para o trabalho — como tal considerados homens e mulheres menores de 50 e maiores de 18 anos.

§ 2.º A licença só será concedida para a introdução de agricultores que venham exercer os misteres de sua profissão pelo prazo mínimo de quatro anos.

§ 3.º A concessão da licença coletiva e a localização dos agricultores dependerá do parecer do Estado Maior do Exército.

§ 4.º A licença será válida pelo prazo de dois (2) anos, a contar da data da expedição do título pelo C. I. C.

Art. 62. Sempre que os governos estaduais pretendam subvencionar a introdução de agricultores, o C. I. C. estabelecerá as condições da operação, autorizando a lavratura de contrato, quer diretamente com as empresas de navegação, registradas na forma deste Regulamento, quer por intermédio de sociedades ou particulares autorizados.

§ 1.º Para o fim de selecionar os agricultores, o C. I. C. exigirá que as sociedades, empresas ou particulares interessados mantenham, junto à autoridade consular competente, pelo menos um médico do Departamento Nacional de Saúde, designado pelo respectivo diretor, e que, após a seleção feita pelo técnico de imigração, procederá à inspeção de saúde e fornecerá o atestado médico para os efeitos do visto consular.

§ 2.º O médico, que será considerado no exercício de comissão, viajará por conta dos referidos interessados com passagem de ida e volta em primeira classe, e deles receberá, por intermédio do C. I. C., £ 100 mensais, mais a diária de £1 e despesas de locomoção todas as vezes que a inspeção seja feita em local distante da sede da repartição consular.

§ 3.º Os interessados poderão efetuar acordos com o fim de custear conjuntamente a viagem e a manutenção do médico ou médicos da Saúde Pública no exterior, de modo que essas autoridades sanitárias possam inspecionar agricultores incluídos em uma ou várias licenças coletivas.

§ 4.º O exame dos agricultores realizado no exterior por médicos da Saúde Pública, extingirá os mesmos da inspeção pessoal feita a bordo dos navios pelas autoridades sanitárias dos portos brasileiros no ato do desembarque, desde que na inspeção geral se verifique serem boas as condições sanitárias de bordo.

Art. 63. Na concessão de licenças coletivas o C. I. C., fundado em informação do Departamento de Imigração e atendendo principalmente à idoneidade dos proponentes, ao interesse do Governo, ao cumprimento do disposto neste Regulamento e às leis em vigor, estipulará a forma do pagamento, as contribuições, os benefícios e os direitos e deveres dos contratantes, bem como as normas dos contratos.

Art. 64. Quando entender conveniente, o C. I. C., ao apreciar os pedidos de licença para grandes contingentes, destacará um ou mais técnicos do D. I. ou da Diretoria de Terras e Colonização (D. T. C.) para selecionar "in-loco" os elementos agrícolas que mais convêm ao país, atestando-lhe a profissão perante a autoridade consular.

§ 1.º Os governos estaduais poderão igualmente destacar funcionários para esse fim, ou, mediante acordo, solicitar do Governo Federal a designação.

§ 2.º Com o mesmo fim os Estados, sociedades, empresas ou particulares, autorizados na forma do art. 45 da lei n. 406, de 4 de maio de 1938, poderão manter no exterior agentes ou prepostos de nacionalidade brasileira e acreditados no D. I.

Art. 65. O funcionário encarregado de proceder ao seletamento usará de critério rigoroso afim de evitar prejuízo ao interesse nacional no que diz respeito à assimilação étnica e à segurança econômica, política e social.

Parágrafo único. Essa apreciação fundar-se-á:

a) no exame das condições individuais, do valor eugênico, das qualidades físicas e morais;

b) no exame dos atributos coletivos apresentados pelas populações de origem, especialmente no estudo de seus hábitos, qualidades rurais, costumes econômicos, políticos, sociais e morais, propensão à vida agrícola e à ocupação secundária, temperamento morigerado, capacidade de trabalho, índice de progresso, topografia e clima da região, e todos os demais dados suscetíveis de autorizar um juízo quanto à facilidade da adaptação à vida brasileira.

Art. 66. O funcionário incumbido do seccionamento, organizará em duas vias datilografadas, a relação dos agricultores e suas famílias que tenham obtido a permissão de viajar e o visto consular especificando:

- a) nome;
- b) idade;
- c) sexo;
- d) lugar de origem;
- e) destino;
- f) chefe da família;
- g) volumes de bagagem por pessoa;
- h) navio em que devem viajar;
- i) data da partida;
- j) demais observações que interessem e menção de que se trata de licença coletiva.

§ 1.º Constarão da relação os nomes dos indivíduos que não puderam embarcar e os motivos do ocorrido.

§ 2.º Uma das vias será remetida ao D. I. para a fiscalização do desembarque e comunicação às autoridades federais ou dos Estados. A outra via ficará em poder do funcionário, para constar de seu relatório ao C. I. C., terminada a missão.

§ 3.º Ambas as vias serão assinadas pelo funcionário e visadas pela autoridade consular junto à qual estiver acreditado.

§ 4.º O Departamento de Imigração remeterá cópia da primeira via à D. T. C., aos departamentos estaduais, sociedades, companhias, empresas ou particulares interessados.

Art. 67. Por ocasião do desembarque, os Inspectores de Imigração darão baixa nas relações recebidas pelo D. I.

Art. 68. Sempre que o D. I. verificar que os agricultores chegados por uma determinada licença coletiva não correspondem às obrigações ou diferem da relação nominal enviada, na forma do artigo 66, especialmente quando a irregularidade consistir em inscrição de famílias inaptas ou em profissões duvidosas, comunicará o fato ao C. I. C. e este tornará responsável o requerente da licença coletiva, no caso de lhe caber a culpa, impondo-lhe o cumprimento das obrigações assumidas e as sanções deste regulamento, sem prejuízo da faculdade de declarar caduca a licença.

Art. 69. O C. I. C., afim de proporcionar o aproveitamento das quotas sem o congestionamento dos portos, poderá fixar, enquanto não estiverem organizados os serviços previstos neste regulamento, o número máximo de estrangeiros que cada empresa de navegação poderá transportar para o país em determinado período.

Art. 70. As condições de ordem técnica estipuladas neste capítulo deverão ser observadas sempre que o governo federal se incumbir da introdução dos agricultores, os quais, nesse caso, além das garantias asseguradas quanto ao transporte, terão recepção, — hospedagem e encaminhamento gratuitos, no Distrito Federal, pelo Departamento de Imigração.

Art. 71. Para promover a vinda de agricultores estrangeiros os governos estaduais deverão solicitar, por escrito, a licença prévia ao C. I. C., por intermédio da D. T. C., declarando em sua petição:

- a) número de famílias e nacionalidade ou grupo de nacionalidades dos agricultores que pretendam introduzir;
- b) pontos de embarque no exterior, localidade ou núcleos coloniais a que se destinam;
- c) condições e motivos da vinda;
- d) existência de hospedaria nas condições mínimas deste regulamento e recursos de que dispõem para receber e encaminhar os agricultores;
- e) quando for o caso — sociedade, empresa ou particular que financiará a introdução dos agricultores, provado o seu registro na D. T. C. e o seu reconhecimento pelo D. I.

Art. 72. Os governos estaduais, para o fim de que trata o artigo anterior, só poderão fazer contratos com as empresas de navegação, sociedades ou particulares que preencherem as formalidades deste regulamento.

Art. 73. As sociedades, empresas ou particulares que dispuserem de terras para colonizar e pretenderem obter licença coletiva com o fim de introduzir agricultores para suas terras deverão registrar-se na D. T. C.

§ 1.º O registro será feito em livro próprio, dele constando as indicações abaixo enumeradas e relativas às terras e aos seus possuidores.

I — Quanto a estes:

I — Tratando-se de sociedades:

- a) denominação, ou firma; sede e capital realizado de réis 5.000:000\$000, no mínimo;
- b) prova de constituição legal e, quando for o caso, de estarem autorizados a funcionar no Brasil.

2 — Tratando-se de particulares, nome, domicílio e capital de 5.000:000\$000 no mínimo.

3 — Numa e noutra hipótese:

- a) quitação dos impostos federais, estaduais e municipais;
- b) número de agricultores que pretendam introduzir;

c) pontos de embarque, localidades de origem, condições de transporte, hospedagem e encaminhamento ao local de destino, bem como garantias oferecidas;

d) responsabilidade dos interessados pela manutenção e pelo repatriamento dos que abandonarem a profissão antes de quatro anos, salvo permissão do C. I. C.;

e) obrigação de dividirem as terras de que dispõem e efetuem a venda do seu pleno domínio a colonos, nacionais ou estrangeiros, nas condições estipuladas pela D. T. C. e sob a fiscalização desta.

II — Quanto às terras:

a) estarem em condições adequadas à colonização;

b) estarem isentas de litígios, hipotecas ou outros ônus reais de qualquer natureza, ou ficar provada a existência de contrato regular entre o devedor e o credor hipotecário, em termos de poder o imóvel ser transmitido aos colonos livres de todo e qualquer encargo;

c) existir área necessária, a juízo da D. T. C., para o estabelecimento de 50 famílias de colonos, pelo menos, em igual número de lotes rurais, contíguos ou disseminados em uma região cujo raio máximo não exceda 12 quilômetros;

d) terem os lotes área e condições suficientes para o desenvolvimento do trabalho dos adquirentes;

e) natureza do terreno e dos gêneros de cultura que lhe são adaptáveis;

f) nas regiões agro-pecuárias, estado da pecuária, seu desenvolvimento e vantagens, natureza da vegetação, dos pastos e campos, e caracteres especiais;

g) qualidade e extensão das matas e capoeiras;

h) espécie e finalidade das construções existentes;

i) condições topográficas e mesológicas;

j) condições de precipitação pluviométrica;

k) grau de salubridade, existência, ou não, de pântanos;

l) vias de comunicação, sua natureza, distância dos portos ou estações ferroviárias e mercados; rodovias federais, estaduais ou municipais;

m) flora e fauna;

n) fontes e nascentes, cursos perenes e sua extensão;

o) preço e condições de pagamento;

p) prova de propriedade, planta e localização, de acordo com o decreto lei n. 58, de 10 de dezembro de 1937, e o "Registro Torrens".

Art. 74. As sociedades, empresas ou particulares, possuidores de terras colonizáveis, poderão obter licença coletiva, para a introdução de agricultores estrangeiros, mediante requerimento dirigido ao C. I. C., por intermédio da D. T. C., mencionando:

a) nome do interessado (sociedade, empresa ou particular);

b) número de famílias, nacionalidade, ou grupo de nacionalidades dos agricultores que pretendam introduzir, motivo justificado de sua vinda;

c) pontos de embarque no exterior e localidades a que se destinam;

d) número de registro na D. T. C.;

e) apresentação e prova de quitação dos impostos federais, estaduais e municipais.

Parágrafo único. A licença coletiva só será concedida, no caso deste artigo, mediante informação favorável da D. T. C.

Art. 75. O D. I. remeterá cópias das licenças coletivas à D. T. C. e às demais autoridades interessadas, federais ou estaduais.

Art. 76. Para que o título expedido pelo C. I. C. produza seus efeitos perante as autoridades consulares brasileiras, deverá ser visado no Ministério das Relações Exteriores.

Art. 77. O Governo Federal poderá premiar sociedades, empresas e particulares por lotes rurais em que estejam localizados colonos, em estado próspero e com disposição de permanecer, não podendo ser concedido auxílio mais de uma vez para o mesmo lote.

Parágrafo único. Os prêmios serão estabelecidos no regulamento da D. T. C.

Art. 78. As sociedades, empresas ou particulares que, não possuindo terras colonizáveis, queiram introduzir agricultores, deverão registrar-se no D. T. C. em livro próprio.

Esse registro conterá as indicações seguintes:

I, tratando-se de sociedades:

a) denominação, ou firma, sede, capital realizado de 5.000:000\$000 no mínimo;

b) prova de constituição legal e, quando for o caso, de estarem autorizadas a funcionar no país;

II, tratando-se de particulares — nome, domicílio e capital de 5.000:000\$000 no mínimo;

III, num e noutra caso, quitação dos impostos federais estaduais e municipais.

Parágrafo único. A licença coletiva, no caso deste artigo, só será concedida mediante informação favorável da D. T. C.

Art. 79. Nos casos dos arts. 74 e 78, o requerimento de licença especificará:

a) número de agricultores que devem ser introduzidos;

- b) postos de embarque no exterior, localidades a que se destinam;
- c) condições e motivos da operação;
- d) dados sobre as propriedades e o certo localizadoras no local;

I, espécies de cultura, métodos de trabalho, qualidade do instrumento empregados;

II, condições de alojamento, conforto e higiene, e salários;

III, estado de cultura da população local, densidade sanitária média.

Art. 80. As licenças coletivas concedidas a sociedades, empresas ou particulares não eximem das exigências regulamentares no Consulado nem da seleção técnica a critério do C. I. G.

DESEMBARQUE

Art. 81. A entrada de estrangeiros será permitida:

- a) por via marítima, unicamente pelos portos de Belém, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Santos, São Francisco do Sul ou Florianópolis, e Rio Grande;
- b) por via terrestre, fluvial ou aérea, nos pontos onde houver Inspetorias Federais de Imigração ou postos do Departamento de Imigração.

Art. 82. A visita a bordo, para efeito da fiscalização e desembarque de passageiros, será feita conjuntamente pelas autoridades sanitárias, imigratórias, policiais e aduaneiras.

Parágrafo único. Em primeiro lugar entrará a bordo a Saúde Pública, que verificará, dentro de 15 minutos, de modo geral, as condições sanitárias da embarcação, e, se estas forem satisfatórias, autorizará o ingresso da Polícia, Imigração e Alfandega.

Art. 83. O C. I. G., mediante solicitação dos governos dos Estados que tiverem serviços de imigração organizados e mantiverem observadores junto ao C. I. G., poderá permitir que funcionários desses serviços assistam à visita das autoridades federais.

§ 1.º Esses funcionários receberão uma cópia de cada lista do bordo (embarques e desembarques), mas não poderão interferir nas deliberações que couberem às autoridades federais.

§ 2.º Os funcionários estaduais de imigração prestarão a bordo, às autoridades federais, apoio material para tornar efetivo qualquer prescrição de lei ou regulamento, bem como serão obrigados ao uso de uniforme cujo plano será aprovado pelo Conselho de Imigração e Colonização.

Art. 84. A visita será:

- a) regulamentar;
- b) de emergência;
- c) especial;
- d) especial de emergência;

§ 1.º A visita regulamentar é obrigatoriamente feita entre as 7 e 19 horas, em ordem cronológica, às embarcações que chegarem ou se acharem no quadro do fundeadouro. A visita de emergência constituirá uma preferência de visita às embarcações que dela necessitarem sobre os que aguardam a visita regulamentar. Será efetuada por funcionários especialmente destacados para esse fim e se verificará mediante prévio requerimento endereçado às autoridades marítimas de Saúde, Polícia, Imigração e Alfandega.

§ 2.º A visita especial será efetuada a qualquer hora, antes das 7 e depois das 19 horas, mediante prévio requerimento das empresas de navegação às mesmas autoridades. A visita especial de emergência constituirá uma preferência de visita às embarcações que requererem visita especial.

Art. 85. Nenhuma embarcação poderá atracar no cais, sair ou começar o movimento de descarga de mercadorias, sem a respectiva livre-prática.

Parágrafo único. A livre-prática consiste na declaração escrita que as autoridades marítimas de serviço a bordo entregarem ao comandante, mediante as seguintes exigências:

- a) apresentação do passe da polícia do último porto em que haja tocado o navio;
- b) verificação completa dos passageiros no ato da visita;
- c) exame das condições de segurança dos indivíduos indesejáveis e dos clandestinos;
- d) verificação dos requisitos de higiene e salubridade nas acomodações dos passageiros;
- e) execução das diligências recomendadas;
- f) verificação da normalidade e estado pacífico da tripulação;
- g) inexistência de qualquer outro impedimento legal das autoridades policiais, imigratórias, sanitárias e aduaneiras.

Art. 86. As lanchas da Polícia Marítima, Imigração, Saúde e Alfandega só conduzirão autoridades e funcionários em serviço.

Art. 87. Os estrangeiros deverão exibir o passaporte devidamente visado e as fichas consulares de qualificação, quando passarem a fronteira ou desembarcarem às autoridades da Polícia, Saúde e Imigração.

Art. 88. Enquanto durar a visita, somente terão ingresso a bordo os funcionários e autoridades em serviço.

Parágrafo único. Os representantes diplomáticos e consulares terão livre ingresso uma vez desembarcada a embarcação pela Saúde.

Art. 89. As autoridades estrangeiras ao serviço de bordo terão livre entrada no cais. Ser-lhes-á facultado o ingresso a bordo depois de terminada a visita pelas autoridades competentes, uma vez aprovada a sua qualidade.

Parágrafo único. Nos demais casos, somente será permitida a entrada nos navios quando atracados e mediante licença expedida pela Guarda-moria, visada pela Polícia.

Art. 90. Os comandantes das embarcações procedentes de qualquer porto estrangeiro entregarão a cada uma das autoridades em serviço a bordo, por ocasião da visita, três listas, em duas vias, organizadas segundo o modelo número 13, de todos os passageiros, separando-os em:

- a) permanentes;
- b) temporários;
- c) em trânsito para outros portos.

§ 1.º Quando não constarem do passaporte ou das fichas consulares de qualificação esclarecimentos que permitam ao comandante fazer a distinção entre temporário e permanente, a classificação, pelo efeito da lista, será feita mediante esclarecimentos do próprio estrangeiro, considerando-se permanentes os que pretendam permanecer mais de seis meses no país.

§ 2.º A Polícia Marítima, até 24 horas após a visita, remetendo diretamente ao Serviço de Registro de Estrangeiros a segunda via das listas que lhe são destinadas, com todas as anotações e visto lançados na primeira via.

§ 3.º — Além das listas a que se refere este artigo, deverão os comandantes das embarcações apresentar às autoridades policiais a lista nominal dos tripulantes, cujo número será declarado por extenso, pela autoridade consular brasileira, ao lançar-lhe o visto.

Art. 91. As autoridades policiais, sanitárias e imigratórias reunir-se-ão em torno de uma só mesa, para a visita.

Art. 92. O exame de passageiros e dos documentos será feito na seguinte ordem: Saúde, Polícia e Imigração.

Art. 93. Nenhum estrangeiro poderá desembarcar sem que o seu passaporte tenha recebido o visto das autoridades policiais e imigratórias em serviço a bordo.

Parágrafo único. Essa formalidade é indispensável para a retirada da bagagem nas repartições aduaneiras.

Art. 94. Para o desembarque dos passageiros, na visita das autoridades, terão preferência:

- § 1.º Funcionários e autoridades consulares ou diplomáticas, estrangeiras ou brasileiras;
- § 2.º Turistas, visitantes em geral e viajantes em trânsito, cientistas, professores, homens de letras e conferencistas.

Art. 95. A autoridade policial examinará os passaportes e as fichas consulares de qualificação, verificando o visto consular e a classificação em permanentes e temporários (art. 24 e 25).

§ 1.º Uma vez achado conforme o visto consular, aporão o visto de desembarque, arrecadando uma via das fichas de qualificação consular e remetendo-a diretamente ao Serviço de Registro de Estrangeiros dentro de 24 horas depois de terminada a visita. É respectável por essa providência o funcionário ou representante mais graduado da Polícia Marítima em serviço a bordo.

§ 2.º Sempre que do passaporte não constar a classificação do estrangeiro como temporário ou permanente, a autoridade policial completará a formalidade utilizando os carimbos de modelos números 8, 9, 10 e 11.

§ 3.º Não sendo o estrangeiro portador das fichas consulares de qualificação, será identificado a bordo e terá o seu passaporte apreendido pela Polícia Marítima e o prazo de 48 horas, após o desembarque, para apresentar-se ao serviço de registro de estrangeiros, ressalvadas as exceções estabelecidas para os portadores de licença de retorno e para os turistas que viajarem com lista coletiva. No caso do apreensão do passaporte será expedido o recibo de modelo n.º 15.

Art. 96. As autoridades imigratórias verificarão o passaporte e a ficha consular de qualificação dos estrangeiros entrados em embarque permanente, identificando-os de preferência, antes do desembarque.

Art. 97. A dispensa do visto consular em virtude de acordos não exclui a classificação no passaporte nem a apresentação, a bordo, da ficha consular de qualificação.

Art. 98. As autoridades sanitárias e imigratórias visarão as duas vias das listas de passageiros que ficam em poder da Polícia Marítima.

Art. 99. As autoridades policiais, imigratórias e de saúde poderão exigir, excepcionalmente, a apresentação, a bordo, dos documentos exibidos nos consulados brasileiros, para obtenção do visto.

Art. 100. Nenhum tripulante poderá desembarcar sem apresentação da respectiva caderneta de identidade profissional, que ficará em poder da autoridade policial, a bordo, até o seu regresso.

Art. 101. Quaisquer dúvidas surgidas sobre atribuições das autoridades e desembarque de passageiros deverá ser levada, com urgência, e por escrito, ao conhecimento do C. I. G., sem prejuízo do desembarque da embarcação.

§ 1.º As autoridades, no ato da visita, é vedado discutirem sobre matéria de serviço, prejudicando o desembarque da embarcação, bem

como fumar, fazer refeições e uso de bebidas alcoólicas e prescindir do uniforme regulamentar.

§ 2.º Quando, por conveniência do serviço, os funcionários forem obrigados a fazer refeições no ato da visita, solicitarão consentimento expresso do respectivo chefe a bordo.

IDENTIFICAÇÃO

Art. 102. Serão identificados todos os estrangeiros maiores de 18 e menores de 60 anos, de ambos os sexos, que entrarem no país como permanentes.

Parágrafo único. A identificação será feita de preferência a bordo dos navios, antes de ser efetuado o desembarque, ficando a critério do diretor de Imigração determinar outro local para a realização da providência, quando circunstâncias especiais o indicarem.

Nos Estados essa decisão competirá ao inspetor de Imigração que efetuar a visita, por solicitação do datiloscopista.

Art. 103. Uma vez desembarcada da inspeção das autoridades sanitárias, o estrangeiro que entrar como permanente será encaminhado ao local de identificação pelo datiloscopista, que terá em seu poder a via da ficha de qualificação consular destinada ao Departamento de Imigração e o passaporte devidamente visado, recebidos diretamente do inspetor de Imigração.

Art. 104. A via da ficha de qualificação consular destinada à Imigração será arrecadada a bordo pelo datiloscopista, depois de examinada pelo inspetor de Imigração no ato da visita, e anexada ao prontuário reservado ao estrangeiro, nos moldes da organização do serviço no Distrito Federal.

Parágrafo único. De cada estrangeiro serão tomadas duas individuais datiloscópicas e uma impressão do polegar direito no verso do prontuário e do cartão alfabético.

Art. 105. Serão identificados todos os estrangeiros impedidos de desembarcar ou desembarcados sob condição, devendo constar do prontuário o motivo do impedimento ou condição estabelecida. Quando o impedimento for efetuado pelas autoridades policiais, serão tomadas três vias de individual datiloscópica e o Serviço de Identificação do D. I. remeterá diretamente a terceira via, dentro de 48 horas, ao Serviço de Registro de Estrangeiros.

Parágrafo único. No caso de impedimento, o passaporte será entregue pelo datiloscopista à Polícia Marítima.

Art. 106. Terminada a identificação, o datiloscopista, quando não houver impedimento, devolverá o passaporte, visado pelas autoridades, à pessoa identificada, que poderá desembarcar livremente.

Art. 107. Os trabalhos de identificação serão feitos na capital e nos Estados nos moldes da organização técnica observada no Serviço de Identificação, criado com o decreto n. 24.695, de 12 de julho de 1934, e observadas as instruções especiais do chefe de serviço.

Art. 108. O preenchimento dos prontuários e demais anotações relativas à pessoa do identificado constituirão matéria de expediente e serão efetuados posteriormente na sede da repartição.

Art. 109. Os arquivos datiloscópicos serão centralizados no Distrito Federal, no Serviço de Identificação do D. I., cabendo aos datiloscopistas destacados nos Estados portuários ou fronteiriços reinter à sede do serviço, dentro do prazo máximo de cinco dias, contados da data do desembarque da embarcação, todo o material colhido, inclusive a ficha consular de qualificação.

Art. 110. Os datiloscopistas no Distrito Federal e nos Estados, dentro da esfera de suas atribuições técnicas especializadas, terão autonomia e receberão instruções diretamente do Serviço referido no artigo anterior.

Parágrafo único. A designação ou remoção desses funcionários para os Estados será feita pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, por proposta do diretor do D. I.

IMPEDIMENTOS

Art. 111. Não poderão entrar no país os estrangeiros que:

I, não forem portadores de passaportes válidos, expedidos por autoridades acreditadas junto ao Governo brasileiro;

II, não tenham tido contato com as autoridades consulares brasileiras, verificado pela existência de qualquer das seguintes formalidades: visto consular, classificação no passaporte, ficha consular de qualificação ou documentação visada pela autoridade consular.

Art. 112. O passaporte, devidamente visado pelas autoridades consulares brasileiras, estabelece a favor do seu portador a presunção de que se acha em condições de entrar em território nacional.

Art. 113. Serão impedidos de desembarcar, mesmo com o visto consular em ordem, os estrangeiros:

I, indigentes, vagabundos, ciganos e congêneres;

II, doentes ou apresentando manifestações de moléstias infecto-contagiosas graves, lepra, tuberculose, tracoma, elefantíase, câncer, doenças venéreas em período contagiante;

III, anarquistas, terroristas, extremistas e congêneres;

IV, anteriormente expulsos do país, salvo se o ato de expulsão tiver sido revogado;

V, condenado em outro país por crime de natureza que determine sua extradição, segundo a lei brasileira;

VI, que se entreguem à prostituição, a empírem, ou tenham costumes manifestamente imorais;

VII, alcoolistas ou toxicômanos;

VIII, que apresentem documentação falsificada.

Parágrafo único. Os impedimentos referidos nos números I, III, IV, V, VI serão opostos pela Polícia Marítima; o de n. II pela Saúde; e por uma ou por outra o de n. VII. O de n. VIII será oposto por qualquer das autoridades em serviço a bordo.

Art. 114. Serão, também, impedidos de desembarcar, ainda que com o visto consular em ordem, os estrangeiros vindos como permanentes:

I, aleijados ou mutilados, inválidos, cegos, surdos-mudos;

II, atingidos de afecção mental;

III, que apresentem lesões orgânicas com insuficiência funcional, que os invalide para o trabalho.

Parágrafo único. Os impedimentos referidos neste artigo serão opostos pela Saúde.

Art. 115. As autoridades, nos impedimentos que opuserem, terão em vista as exceções estabelecidas para os estrangeiros vindos ao país em caráter temporário, para os quais não constituem motivos de embarço no desembarque as seguintes condições:

I, aleijados ou mutilados, inválidos, cegos, surdos-mudos;

II, lesões orgânicas com insuficiência funcional.

Art. 116. Nos demais casos as autoridades prestigiarão o visto consular.

Parágrafo único. O C. I. C. baixará instruções sobre este artigo, destinadas a esclarecer as autoridades sanitárias, policiais e imigratórias.

Art. 117. As autoridades da Saúde e da Imigração registrarão nas listas destinadas à Polícia Marítima, bem como nas que lhes pertencem, os impedimentos da sua competência, fazendo referência ao dispositivo em que se basearam.

§ 1.º A Polícia Marítima anotará nas listas da Imigração os impedimentos que opuser, para o efeito da identificação do impedido.

§ 2.º As autoridades da Polícia Marítima, de posse da lista visada pelas autoridades sanitárias e imigratórias, tornarão efetivos os impedimentos registrados, anotando nos passaportes esses impedimentos (mod. 16).

Art. 118. Cabe à Polícia Marítima levantar os impedimentos do desembarque de passageiros, mas os opostos pela Saúde e Imigração não serão levantados sem prévio consentimento por escrito daquelas autoridades.

Parágrafo único. Nos casos em que os impedimentos forem levantados, além do carimbo de desembarque, será feita no passaporte, e assinada, a seguinte declaração pela autoridade policial que desembarcar o passageiro: "Desimpedido, com autorização da (Saúde ou Imigração), por ter satisfeito as exigências regulamentares".

Art. 119. Os pedidos de reconsideração das decisões das autoridades em serviço a bordo não terão efeito suspensivo e serão dirigidos dentro de 48 horas contadas do desembarque da embarcação, à autoridade hierarquicamente superior, dentro da respectiva órbita de competência.

Art. 120. Dentro do limite da quota, não havendo impedimento da Saúde e da Imigração — e para o fim de legalização de documentos, poderá a Polícia autorizar excepcionalmente o desembarque do estrangeiro, mediante caução em dinheiro correspondente ao preço da passagem de volta.

§ 1.º A caução será feita no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica, e suas agências.

§ 2.º O levantamento da importância depositada só poderá ser feito mediante autorização do Serviço de Registro de Estrangeiros do porto de desembarque, depois de regularizada a situação do estrangeiro (mod. 24).

§ 3.º Os desembarques concedidos nos termos do presente artigo serão anotados nos passaportes respectivos e imediatamente levados ao conhecimento do Serviço de Registro de Estrangeiros, remetendo-se a respectiva guia de caução. (Modelos 17 e 18).

Art. 121. — O comandante da embarcação é obrigado a reconduzir ao porto de procedência o passageiro impedido, prestando, perante o D. I., uma caução, pecuniária ou fideijussória, de cinco a quinze contos de réis (5:000\$ a 15:000\$) que será levantada mediante prova de desembarque autenticada pelo consul brasileiro do porto de procedência.

Parágrafo único. A caução fideijussória poderá ser prestada no ato do registro da empresa de navegação, seu agente ou consignatário, mediante assinatura de um termo anual, em que assumirá a obrigação de reconduzir aos portos de procedência os passageiros impedidos. A prova de recondução de passageiros será feita perante as autoridades imigratórias e policiais do porto onde tenha sido impedido o estrangeiro, com documento, visado pela autoridade consular brasileira do porto de procedência, atestando o desembarque.

HOSPEDAGEM E ENCAMINHAMENTO

Art. 122. A quaisquer sociedades, empresas ou particulares é vedado prestar serviços a estrangeiros, por ocasião do desembarque, antes de se acharem os mesmos desembarcados pelas autoridades.

Art. 123. Os agricultores vindos em caráter permanente poderão, depois de identificados, permanecer hospedados durante seis dias no local onde se haja verificado o desembarque. Da sua hospedagem e do seu encaminhamento poderão ocupar-se o governo federal, os governos estaduais ou sociedades, empresas ou particulares devidamente autorizados.

Art. 124. Aos agricultores introduzidos pelo Governo Federal serão prestados todos os serviços de hospedagem e encaminhamento no Distrito Federal, pelo D. I.

Art. 125. Caberá ao D. I.:

a) receber, efetuar o desembarque, conduzir pessoas e bagagens à Hospedaria de Imigrantes, hospedar e prestar assistência aos agricultores introduzidos na forma dos artigos anteriores;

b) providenciar, sempre que possível, e salvo impedimento por parte da autoridade aduaneira, para que as bagagens dos agricultores destinados ao interior do país sejam imediatamente desembaraçadas e transportadas para a Hospedaria de Imigrantes, onde serão examinadas pela autoridade aduaneira e devolvidas aos respectivos donos;

c) assegurar isenção de direitos de importação para consumo e demais taxas aduaneiras para os móveis ordinários e usados, objetos de uso doméstico, instrumentos agrícolas e profissionais, que fizerem parte da bagagem dos agricultores e pessoas de sua família, em quantidade e qualidade proporcionais à sua situação;

d) prestar esclarecimentos e informações, fazendo com que os agricultores legalizem sua situação perante o Registro de Estrangeiros, antes de sua localização;

e) promover, por intermédio do Escritório Oficial (E. O.), o transporte até os núcleos coloniais, ou localidades mais próximas em que o D. T. C. mantenha funcionários encarregados de prosseguir na tarefa de encaminhamento;

f) promover o transporte dos agricultores nacionais ou estrangeiros que procurem o E. O.;

g) fazer com que os agricultores, principalmente quando viajarem em grandes levadas, sejam acompanhados por um funcionário ou pessoa devidamente autorizada até o ponto de destino, afim de manter vigilância sobre a localização dos mesmos;

h) manter entendimento com a D. T. C. com o fim de fiscalizar a localização.

§ 1.º Nos portos, onde a Hospedaria de Imigrantes for situada em local distante da repartição aduaneira, o serviço de desembarque de bagagem dos colonos será executado da mesma forma que no Distrito Federal, correndo a respectiva despesa por conta do Estado;

§ 2.º A despesa com os serviços extraordinários, decorrentes do disposto na alínea b, correrá, no Distrito Federal, por conta do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Aos funcionários aduaneiros incumbidos do serviço será, pela mesma verba, abonada uma gratificação, arbitrada pelo inspetor da Alfandega, com aprovação do diretor do D. I.

§ 3.º O D. I. manterá a Hospedaria de Imigrantes na Ilha das Flores, aparelhada e dotada das condições necessárias ao recebimento, hospedagem, sustento e assistência aos agricultores.

Art. 126. A Hospedaria de Imigrantes do D. I. compete:

1.º, receber e hospedar, pelo prazo máximo de seis dias, observadas as necessárias condições de conforto, higiene e moralidade, os agricultores recém-chegados e os trabalhadores encaminhados por ordem superior;

2.º) examinar, conferir e registrar os hóspedes segundo a lista fornecida por quem promova a introdução, observando a exatidão das declarações, a autenticidade dos documentos apresentados, mencionando as faltas notadas de pessoas e bagagens e acusando o recebimento quando houver necessidade;

3.º) efetuar a matrícula dos indivíduos hospedados, fornecendo-lhes um cartão de matrícula em que figurem nome, nacionalidade, idade, profissão, procedência e destino;

4.º) organizar um boletim estatístico diário, mensal e anual do movimento geral de entrada e saída;

5.º) requisitar das autoridades competentes a força policial de que necessitar para manutenção da ordem;

6.º) transportar pessoas e bagagens para o E. O. desde que possuam cartões de matrícula de que conste destino, inspeção de saúde, vacina e atestado de boas condições físicas.

§ 1.º O hóspede que adoecer e tenha de permanecer por mais de seis dias, continuará a gozar, bem como as pessoas de sua família, do alojamento, sustento e tratamento médico adequado enquanto durar a enfermidade.

§ 2.º — Fora do caso previsto no parágrafo anterior, só será permitida a permanência do agricultor e de sua família mediante autorização especial do Diretor do D. I., pagando o mesmo seu sustento, de acordo com a tabela de preços regulada por essa autoridade.

Art. 127. Os Governos estaduais que promoverem a entrada de agricultores incumbir-se-ão de os receber, hospedar e encaminhar.

§ 1.º Para esse fim deverão os Estados dispor de hospedaria convenientemente aparelhada.

§ 2.º O C. I. C. fará observar as condições de ordem material para que a hospedaria fique apta a receber o número de estrangeiros entrados por iniciativa dos Estados, respeitadas na sua construção as condições mínimas e as especificações aprovadas constantes da tabela anexa, n. 4.

§ 3.º O Governo estadual cuidará de facilitar aos agricultores o desembarque de bagagens, prestar-lhes informações através de intérpretes, facilitar-lhes o troco de moedas, prestando-lhes todo o auxílio necessário e encaminhando-os aos locais de destino.

§ 5.º O Governo Federal poderá prestar o auxílio que, para este fim, lhe for solicitado pelos Governos estaduais.

§ 6.º Cada hospedaria fornecerá ao agricultor que nela tenha estado internado e que deva ser encaminhado a outra hospedaria uma

guia contendo os seguintes dados: nome por extenso, idade, nacionalidade, profissão, grau de instrução, religião, parentesco com o chefe da família, localidade e país de última residência, ponto de embarque, destino, quantidade, número, marca ou sinais dos volumes de bagagem, e, tanto quanto possível, a importância com que emigrou.

Art. 128. As sociedades, empresas e particulares que houverem promovido a entrada de agricultores poderão efetuar o seu encaminhamento depois de desembaraçados pelas autoridades, desde que estejam devidamente autorizadas e assumam, perante o D. I., o compromisso de satisfazer as seguintes exigências:

a) legalizar a situação dos agricultores perante o Registro de Estrangeiros, antes de efetuar a localização;

b) promover, às suas expensas, o transporte dos mesmos até às localidades a que se destinem, sob a fiscalização da D. T. C.;

c) provar, perante o D. I. e a D. T. C., que o agricultor se fixou no lugar de destino;

d) comunicar imediatamente à D. T. C. qualquer ocorrência havida no encaminhamento dos trabalhadores sob sua responsabilidade.

§ 1.º O inadimplemento dos compromissos importa cassação da autorização, ficando os responsáveis sujeitos às penalidades legais e contratuais.

§ 2.º A D. T. C. comunicará imediatamente ao D. I. as ocorrências havidas no encaminhamento feito sob sua fiscalização.

§ 3.º Os Estados que não possuam recursos suficientes poderão permitir, mediante contrato, que as sociedades, empresas particulares se encarreguem da construção de hospedarias. A construção dependerá de aprovação do C. I. C. na forma do art. 127, § 2.º.

Art. 129. Quando se tratar de agricultores vindos espontaneamente, sua hospedagem e o seu transporte, bem como o das respectivas bagagens, poderá correr por conta do Governo Federal ou dos Estados, desde que este auxílio seja solicitado pelo interessado, e a critério dos mesmos Governos.

Parágrafo único. Da mesma forma as empresas, sociedades e particulares poderão encaminhar esses agricultores desde que satisfaçam as exigências regulamentares e para isso se achem devidamente autorizadas.

REGISTO DE ESTRANGEIROS E FISCALIZAÇÃO

Art. 130. As polícias do Distrito Federal e dos Estados organizarão, nos portos de desembarque de estrangeiros e nas cidades onde julgarem conveniente, o Serviço de Registro de Estrangeiros, destinado a fiscalizar a permanência dos mesmos em território nacional, nos moldes que forem estabelecidos no presente regulamento.

Art. 131. Compete a esse Serviço:

I) receber as fichas consulares de qualificação e as listas de desembarque, enviadas pela Polícia Marítima, quando localizados nos portos de entrada de estrangeiros;

II) fiscalizar o cumprimento dos dispositivos do presente regulamento, no que é de competência da Polícia Marítima, comunicando às autoridades superiores as irregularidades verificadas;

III) comunicar ao Ministério das Relações Exteriores as irregularidades notadas quanto ao desembarque de estrangeiros e das quais sejam tidas como responsáveis as autoridades consulares;

IV) corresponder-se com o C. I. C. sobre todos os assuntos referentes ao desembarque de estrangeiros e à organização dos seus serviços;

V) expedir documentos comprobatórios das condições de permanência de estrangeiros no país;

VI) fazer as anotações constantes do verso da ficha consular de qualificação;

VII) receber e anotar as comunicações de mudança de residência ou emprego;

VIII) fazer o controle dos estrangeiros que entrarem no país em caráter temporário, evitando que se demorem mais de seis meses;

IX) encaminhar às autoridades competentes, quando for caso de processo, os infratores das disposições do presente regulamento;

X) processar os pedidos de estrangeiros que pretendam transformar o caráter de sua entrada no país, desde que não se trate de agricultores ou técnicos de indústrias rurais;

XI) visar passaportes de estrangeiros para saída do país;

XII) expedir licença de retorno;

XIII) anotar, nas observações da carteira de identidade (modelo n. 19), a autorização concedida pelo C. I. C. para que agricultores ou técnicos de indústrias rurais passem a exercer outra atividade;

XIV) fazer na carteira de identidade as anotações relativas ao desembarque, transformação do caráter da sua entrada no país, mudança de residência ou emprego, e as demais que se fizerem necessárias.

Art. 132. Para que se processe o registro é indispensável a presença do interessado, a quem serão entregues pessoalmente os formulários explicativos das exigências que devam cumprir.

Art. 133. O Serviço deverá estar organizado até 120 dias depois de publicado o presente regulamento.

Art. 134. O Serviço de Registro de Estrangeiros, será organizado com formulários explicativos das exigências a que estão sujeitos os estrangeiros e a maneira de satisfazê-las, facilitando aos interessados o cumprimento dos preceitos regulamentares.

Art. 135. Fica instituída a carteira de identidade para estrangeiros, a qual será expedida pelo Instituto de Identificação, no De-

do Federal, e repartições congêneres nos Estados (modelo n. 19), e o valor da carteira de identidade ordinária.

Art. 136. Um ano depois de entrar em vigor este regulamento, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, só expedirá carteiras profissionais a estrangeiros mediante apresentação da carteira de identidade (modelo n. 19), devidamente anotada.

Art. 137. Para os estrangeiros que entrarem no país na vigência do presente regulamento, o Serviço atestará as declarações necessárias à expedição da carteira de identidade, à vista da respectiva carta consular.

Art. 138. O passaporte fará prova de identidade para obtenção da carteira.

Parágrafo único. Os passaportes apresentados para tal fim, serão devolvidos aos seus portadores no ato da entrega da carteira, independentemente de requerimento.

Art. 139. As provas referidas no art. 2º, letras a, b e c, do decreto n. 341, de 17 de março de 1938, serão supridas pela apresentação da carteira devidamente anotada.

Art. 140. A carteira, devidamente anotada, faz prova de permanência legal e da condição em que o estrangeiro se acha no país.

Art. 141. A carteira, devidamente anotada, faz prova em todos os Estados, Distrito Federal e Território do Acre, para que o estrangeiro seu portador possa inscrever-se em qualquer Serviço de Estrangeiro ou Delegacia de Polícia, sem que lhe possa ser exigida a apresentação de documento idêntico expedido pela polícia do Estado onde se apresentar.

§ 1º. As autoridades, nos casos a que se refere o presente artigo, apreciarão os dados julgados úteis para os seus serviços e registrarão na carteira apresentada a nova residência do estrangeiro, não lhe sendo cobrada qualquer taxa.

§ 2º. Quando verificarem irregularidades, as autoridades tomarão as providências que couberem, comunicando-as ao C. I. C.

Art. 142. O registro compete à autoridade do local onde o estrangeiro reside ou exerça atividade.

Art. 143. Nenhum estrangeiro poderá permanecer por mais de 30 dias em qualquer localidade, sem se apresentar à autoridade competente, para registro.

Art. 144. Os estrangeiros residentes nas zonas urbanas, ou que exerçam qualquer atividade, são obrigados a apresentar a carteira de identidade referida no art. 135 afim de que possa ser efetuado o registro.

Art. 145. Os estrangeiros que entrarem no país na vigência do presente regulamento são obrigados a registro no Serviço do porto de desembarque. Quando não pretendam afixar residência ou exercer atividade, receberão, no Serviço, o certificado do modelo n. 20, não sendo exigida a carteira.

Art. 146. Enquanto o estrangeiro residir ou exercer atividades somente nas zonas rurais, o certificado a que se refere o artigo anterior constituirá prova de que se acha legalmente em território nacional.

Art. 147. Os estrangeiros atualmente em território nacional que não residem nele residir permanentemente ou exercer qualquer atividade remunerada, têm o prazo de um ano para se registrarem perante a autoridade policial competente.

Parágrafo único. Estão compreendidos neste artigo os maiores de 16 anos e menores de 60, de ambos os sexos.

Art. 148. Os estrangeiros menores de 16 anos deverão registrar-se ao completar aquela idade.

Art. 149. Os estrangeiros atualmente residentes em localidades do interior do país, onde não seja criado o Serviço do Registro de Estrangeiros, farão o seu registro na polícia local.

§ 1º. Esse registro será feito mediante declaração do interessado e constará da inscrição do nome, nacionalidade, profissão, estado civil, idade, residência; fazendo-se referência ao nome da esposa e dos filhos, bem como às respectivas nacionalidades e idade, quando for o caso.

§ 2º. A autoridade policial fornecerá, "on-officio", no ato do registro, uma certidão que constituirá prova de sua permanência legal no país.

§ 3º. Sempre que possível, as autoridades policiais deverão ter livros próprios para esse registro, de acordo com o modelo n. 21.

§ 4º. Decorrido um ano da data da publicação deste regulamento, o registro nas delegacias de Polícia só poderá ser efetuado mediante apresentação do certificado de inscrição, expedido pelo Serviço do Registro, ou carteira de identidade (modelo n. 19) devidamente anotada por Serviço.

Art. 150. O registro de estrangeiros residentes em zonas urbanas, ou que afexerem quaisquer atividades na data da publicação do presente regulamento, será feito perante o respectivo Serviço (modelo n. 22).

§ 1º. O registro de que trata este artigo será realizado, para efeito de controle, mediante declarações do interessado, não sendo preenchidas os dados da carteira de identidade referentes ao desembarque e ao passaporte.

§ 2º. É facultado aos interessados, para que constem das carteiras a regularidade, promoverem a prova documental das declarações prestadas, mediante certidões das polícias marítimas, das autoridades policiais ou de repartições onde existam arquivados documentos desses departamentos, ou com passaporte.

Art. 151. Dentro do prazo de 30 dias, contados da data do seu desembarque, os estrangeiros que entrarem no país no caráter permanente, deverão apresentar-se ao Serviço do porto de desembarque.

§ 1º. A mesma exigência estão sujeitos os que entrarem com caráter temporário, si se tratar de estrangeiros em viagem de negócios, representantes de firmas comerciais, artistas, desportistas e congêneres.

§ 2º. Os turistas, viajantes em geral, estrangeiros em trânsito, cientistas, professores, homens de letras e conferencistas, não estão sujeitos a comparecimento no Serviço, a não ser que pretendam transformar o caráter da sua entrada no território nacional, ou por infração deste regulamento.

Art. 152. Durante os primeiros quatro anos de sua entrada no país e em igual período da vigência deste regulamento para os que atualmente nele residem, os estrangeiros deverão comunicar qualquer mudança de residência ou emprego ao Serviço ou, quando residirem no interior, às delegacias de Polícia locais. A comunicação será anotada na carteira de identidade, na certidão ou no certificado de inscrição.

Art. 153. Decorrido o prazo de um ano da publicação do presente regulamento, o registro só poderá ser efetuado perante o Serviço e mediante prova da data do desembarque, produzida por certidões expedidas pelas polícias marítimas, autoridades imigratórias ou repartições onde existam arquivados documentos procedentes dessas repartições.

Art. 154. Os estrangeiros que, até a presente data, tenham entrado como turistas, visitantes em geral, em trânsito, representantes de firmas comerciais ou em viagens de negócios, artistas, conferencistas, desportistas e congêneres, e tencionem continuar a exercer atividade remunerada no país ou nele permanecer por mais de seis meses, poderão obter autorização para isso perante o Serviço competente, apresentando carteira de identidade (modelo n. 19), atestado de bons antecedentes e folha corrida, expedidos por repartição policial competente, e paga a respectiva taxa.

Parágrafo único. A autorização constará da carteira de identidade (modelo n. 19), mediante a apresentação dos documentos exigidos neste artigo, e deverá ser solicitada em oito meses, contados da publicação deste regulamento.

Art. 155. No caso de levas de estrangeiros destinados ao interior do país, o Serviço fornecerá os certificados de inscrição dentro de 48 horas após o recebimento das relações e fichas consulares de qualificação.

Art. 156. O Chefe do Serviço poderá fazer apresentar à autoridade competente todos os que perturbem a boa marcha do serviço, bem como proibir a sua entrada nas suas dependências.

Art. 157. Esgotado o prazo de um ano de vigência deste regulamento, nenhuma repartição pública federal, estadual ou municipal, receberá ou expedirá quaisquer documentos, receberá pagamento de taxas, impostos ou quaisquer emolumentos de estrangeiros sem apresentação da prova de registro, de que fará menção.

Parágrafo único. As repartições, quando situadas nas zonas urbanas, somente aceitarão como prova de registro a carteira de identidade (modelo n. 19), devidamente anotada.

Art. 158. As atuais carteiras de identidade policiais expedidas para estrangeiros caducam decorrido o prazo de um ano da vigência deste regulamento e serão apreendidas onde forem apresentadas, e remetidas ao Serviço.

Art. 159. Poderá ser repatriado o estrangeiro que dentro do prazo de seis meses, contados da data do seu desembarque apresentar sintomas ou manifestações de doenças constantes da tabela anexa.

Art. 160. O agricultor ou técnico de indústrias rurais não poderá abandonar a profissão, durante o período de quatro (4) anos consecutivos, contados da data do seu desembarque, quando houver entrado no país, utilizando-se da preferência da quota (art. 10), salvo por motivo imperioso, com autorização do C. I. C.

Parágrafo único. No caso, a autoridade que efetuar o registro deverá fazer expressa menção dessa qualidade nas observações da carteira de identidade ou no certificado de inscrição, declarando que durante o período de quatro anos consecutivos, contados da data do desembarque, o portador não poderá abandonar a profissão, salvo autorização do C. I. C.

Art. 161. Os estrangeiros que não forem portadores das fichas consulares de qualificação e tiverem o passaporte apreendido (artigo 95, § 3º), comparecerão ao Serviço dentro de 48 horas após o seu desembarque, com toda a documentação apresentada para o visto consular e 2 fotografias (7 x 5, fundo branco, busto), afim de ser ali completada a formalidade.

§ 1º. O Serviço preencherá duas vias da ficha de qualificação, remetendo uma delas ao D. I. (modelo n. 23).

§ 2º. Preenchida a formalidade, processar-se-á o registro de acordo com as disposições anteriores, devolvido o passaporte ao portador.

§ 3º. Se o Serviço verificar que a responsabilidade pela falta das fichas consulares de qualificação cabe à autoridade consular brasileira, comunicará ao Ministério das Relações Exteriores.

Art. 162. Aos estrangeiros desembarcados mediante caução para o preenchimento das formalidades legais, será concedido o prazo de sessenta dias improrrogáveis para cumprirem essas formalidades.

§ 1º. Regularizada a situação, o Serviço expedirá guia (modelo n. 24), para levantamento da caução.

§ 2.º Se, dentro do prazo, não forem satisfeitas as exigências, a autoridade providenciará para o embarque, procedendo ao levantamento da caução e, se necessário, detendo o estrangeiro.

§ 3.º Em qualquer caso, o Serviço dará ciência à Polícia Marítima e ao D. I.

Art. 163. Os estrangeiros que, na vigência deste regulamento, entrarem no país em caráter temporário e nele desejarem permanecer mais de seis meses ou exercer atividade remunerada, quando a isso não estiverem autorizados, deverão requerer ao Serviço permissão nesse sentido, mediante apresentação de:

- I) carteira de identidade (modelo n. 19), e folha corrida;
- II) passaporte e toda a documentação consular;
- III) atestado negativo de antecedentes penais do país de origem, visado pela autoridade consular brasileira respectiva, reconhecida a firma desta no Ministério das Relações Exteriores;
- IV) atestado de boa conduta passado pela Delegacia de Ordem Política e Social local;
- V) atestado da Saúde Pública, provando:
 - a) não ser aleijado ou mutilado, incapaz para o trabalho, inválido, cego, surdo, mudo;
 - b) não apresentar lesão orgânica que invalide para o trabalho;
 - c) não sofrer ou apresentar manifestações de moléstias infecto-contagiosas graves, lepra, tuberculose, tracoma, elefantíase, cancer, e doenças venéreas em período contagioso;
 - d) não sofrer de afecção mental;
 - e) ter sido vacinado contra a varíola e contra quaisquer outras doenças em que, a juízo da Saúde Pública, a vacinação seja indicada.

§ 1.º Não há necessidade da renovação das provas exigidas no presente artigo se já tiverem sido apresentadas perante o Consulado que concedeu o visto e constem da documentação apresentada, com o passaporte, no Serviço.

§ 2.º A permissão a que se refere este artigo só poderá ser processada no Serviço.

§ 3.º Quando se tratar de estrangeiro que tenha entrado no país fora da quota, na vigência deste regulamento, a permissão não será dada sem prévia consulta ao Ministério das Relações Exteriores, que declarará se há saldo da respectiva nacionalidade, mediante consulta à autoridade consular competente; paga pelo interessado a taxa da correspondência.

§ 4.º O despacho final que conceder a permissão não terá efeito senão depois que o estrangeiro se sujeitar à identificação no D. I.

§ 5.º Com exceção do passaporte e da carteira de identidade, toda a documentação, que deverá ser apresentada em original, será arquivada no Registro de Estrangeiros que processar o pedido.

§ 6.º Concedida a permissão, serão feitas, na carteira de identidade, as anotações respectivas, assinadas pelo chefe do Serviço, indicando o número do processo onde se basearam.

§ 7.º O despacho será, afinal, comunicado ao Ministério das Relações Exteriores, para redução na quota respectiva.

Art. 164. Será considerado como tendo permanência legal no país o estrangeiro que houver satisfeito todas as condições exigidas neste regulamento e referentes ao visto consular, desembarque, identificação no D. I., registro perante a autoridade policial, e efetivo exercício dos misteres a que veio, durante o prazo estabelecido, quando tiver entrado no país como agricultor ou técnico de indústrias rurais.

CONCENTRAÇÃO E ASSIMILAÇÃO

Art. 165. Nenhum núcleo colonial será constituído por estrangeiros de uma só nacionalidade.

§ 1.º O Governo Federal, por intermédio da D.T.C., fiscalizará os núcleos coloniais, fundados pelos Estados, Municípios, empresas ou particulares, gozem ou não os seus fundadores de auxílio oficial.

§ 2.º A fiscalização será exercida com o fim de:

- a) evitar que sejam criados núcleos coloniais com estrangeiros de uma só nacionalidade;
- b) evitar a preponderância ou concentração de estrangeiros de uma nacionalidade, em conflito com a composição étnica e social do povo brasileiro;
- c) evitar que o colono estrangeiro deixe, nos primeiros quatro anos, a profissão para a qual foi admitido no país, salvo autorização do Conselho de Imigração e Colonização.

Art. 166. Afim de evitar a concentração de estrangeiros em núcleos coloniais, emancipados ou não, fundados quer pela União, quer pelos Estados ou Municípios, quer por empresas ou particulares, a D.T.C. velará para que seja mantido um mínimo de 30 % de brasileiros natos e um máximo de 25 % de estrangeiros de cada nacionalidade.

§ 1.º Na falta de brasileiros a D.T.C. solicitará autorização do Conselho de Imigração e Colonização, para localizar estrangeiros, de preferência de nacionalidade portuguesa.

§ 2.º Nenhum colono poderá tomar posse do lote sem apresentar prova de que está inscrito no Registro de Estrangeiros.

§ 3.º Para os colonos já localizados será exigida a prova de registro perante a autoridade policial.

§ 4.º Nos atuais núcleos coloniais, fundados pela União, Estados, Municípios, empresas ou particulares, e cujas percentagens não satis-

façam os limites mínimo de 30 % para brasileiros e máximo de 25 % para cada nacionalidade estrangeira, as transferências só serão permitidas desde que não contrariem este dispositivo.

§ 5.º Para cômputo dessas percentagens serão considerados os maiores de 12 anos, de ambos os sexos.

§ 6.º O cômputo será feito à vista da prova do registro de estrangeiros.

Art. 167. Semestralmente a D.T.C. enviará ao Conselho de Imigração e Colonização uma relação dos estrangeiros que se localizarem nos núcleos coloniais.

Art. 158. Nos núcleos coloniais quaisquer escolas, oficiais ou particulares, serão sempre regidas por brasileiros natos, e neles é obrigatório o estabelecimento de escolas primárias em número suficiente, computadas as mesmas no plano de colonização.

Parágrafo único. No provimento do cargo de professor primário, será exigida do candidato a prova, por documento hábil, da qualidade de brasileiro nato, além dos demais documentos legais.

Art. 169. Nenhum núcleo colonial ou estabelecimento de comércio ou indústria ou associação nele existente poderá ter denominação em idioma estrangeiro.

Parágrafo único. A D.C.T., no caso de inobservância deste dispositivo, tomará as providências administrativas que julgar conveniente; cabendo do seu ato recurso, sem efeito suspensivo, para o Conselho de Imigração e Colonização, dentro do prazo de 15 dias contados da entrada do recurso na chefia do núcleo.

Art. 170. Para cumprimento dos dispositivos a que se refere este capítulo, os Estados, Municípios, empresas e particulares são obrigados a fazer na D.T.C. o registro dos núcleos que mantiverem.

ESCRITÓRIO OFICIAL DE INFORMAÇÕES E COLOCAÇÃO DE TRABALHADORES

Art. 171. Anexo ao D.I. funcionará um Escritório Oficial de Informação e Colocação de Trabalhadores (E. O.).

Art. 172. Ao Escritório caberá:

- 1.º, facilitar a colocação de trabalhadores nacionais e estrangeiros que, satisfeitos as exigências legais, queiram fixar-se no país;
- 2.º, intervir nos contratos e fiscalizar a localização dos trabalhadores que recorram à sua mediação, observando a regularidade e o cumprimento dos compromissos entre contratantes e contratados;
- 3.º, organizar um serviço de informações com os dados completos que lhe forem enviados pelos sindicatos de classe, por solicitações particulares e oficiais de braços, pela D.T.C. e demais interessados;
- 4.º, receber da D.T.C. dados informativos, especialmente sobre:
 - a) terras cultiváveis onde possa localizar aqueles que procurem a lavoura, especificados a capacidade de colonização e o índice de concentração;
 - b) topografia das glebas de terras devolutas destinadas à venda em lotes avulsos;
 - c) cálculo, projeto de loteamento e demarcação dos lotes das glebas levantadas;
 - d) vias de comunicação;
 - e) condições de clima e salubridade;
 - f) culturas econômicas mais indicadas à região;
 - g) condições de vida, possibilidade de progresso, recursos para o desenvolvimento da colonização, estimativa de salário e todas as demais informações necessárias;
- 5.º, receber das repartições oficiais dos Estados os pedidos de trabalhadores rurais e industriais, por intermédio de seus representantes autorizados, com as indicações relativas, especialmente, à oferta e condições de trabalho, local de destino, condições de vida, salário, possibilidade de progresso, topografia e clima, garantias oferecidas;
- 6.º, receber dos sindicatos de classe e de particulares os pedidos de trabalhadores para a indústria e a lavoura, com os esclarecimentos constantes do artigo anterior;
- 7.º, receber pedidos de todas as pessoas que pretenderem contratar colonos ou trabalhadores diversos, assim como das que desejarem adquirir, arrendar ou tomar de parceria terras para seu estabelecimento;
- 8.º, receber propostas e pedidos de todas as pessoas que desejarem colocar-se como colonos ou trabalhadores assalariados, bem como das que pretenderem vender, arrendar ou dar parceria de terras de sua propriedade;
- 9.º, fazer um boletim diário de oferta e procura de mão de obra e terras públicas, para divulgação pela imprensa;
- 10.º, vedar o aliciamento clandestino dos braços da lavoura por agentes, prepostos de companhias ou particulares nacionais, ou estrangeiros, dentro do território nacional, quer no sentido de desviar os agricultores da localidade agrícola em que se encontram para outra no mesmo Estado, quer de um Estado para outro, quer encaminhando-os para fora do país, sob propostas de melhorias;
- 11.º, divulgar, pelos meios usuais, as possibilidades de trabalho e progresso no interior do país.

Parágrafo único. Os pedidos e as ofertas de trabalho e de terras far-se-ão por meio de requerimentos, cartas ou quaisquer outros meios idôneos, a juízo do E.O.

Art. 173. A D.T.C. comunicará sistematicamente ao E.O. o movimento da colocação de agricultores, com os esclarecimentos indicados neste capítulo.

Art. 174. Aos nacionais e estrangeiros que desejarem empregar suas atividades na agricultura, pecuária, indústria ou profissões ci-

versas no interior do país e aceitarem as propostas de colocação indicadas pelo Escritório, este fornecerá transporte até o lugar de destino.

§ 1.º Poderá ainda o E.O. fornecer transporte, até o lugar de destino, aos trabalhadores que provarem oferta de colocação. Essa prova consistirá, especialmente, em:

- a) solicitações escritas de agricultores, fazendeiros ou industriais, já domiciliados no local;
- b) certificado ou solicitação de uma autoridade do local de destino;
- c) qualquer outro meio julgado idôneo pelo E.O.

§ 2.º Não serão encaminhados pelo E.O. quando desejarem viajar desacompanhados:

- a) os menores de 18 anos, sem autorização dos responsáveis legais, ou do Juiz de Menores;
- b) as mulheres casadas, sem autorização dos maridos ou do Juiz de Ausentes;
- c) os indivíduos que não provando colocação certa não queiram aceitar o trabalho que se lhes oferecer.

Art. 175. O contrato de locação de trabalho de que for intermediário o E.O. será assinado na D.T.C., que fornecerá ao trabalhador uma caderneta agrícola, instrumento de garantia para seus direitos em face das leis reguladoras do trabalho.

Art. 176. Na caderneta agrícola deverão ser lançados os dados relativos ao contrato, especificando-se a forma de pagamento, diárias de serviços extraordinários, número e espécie de plantações, débito, crédito, empréstimos, adiantamentos fornecidos aos colonos, trabalho efetuado e demais anotações necessárias.

Art. 177. Cumprido o contrato durante o período mínimo de dois anos ininterruptos, verificado pelas anotações de sua caderneta, poderá o trabalhador obter auxílio do Governo para se transformar de colono em sítiante nos núcleos coloniais do Governo ou dos Estados.

Parágrafo único. Não será considerado interrupção o tempo que o agricultor se afastar do trabalho por motivo de força maior, plenamente justificado.

Art. 178. Salvo autorização especial da D.T.C., nenhum estrangeiro poderá tornar-se proprietário de terras sem que haja permanecido no Brasil como agricultor ou tenha exercido trabalhos agrícolas pelo menos durante um ano.

Art. 179. A D.T.C. submeterá oportunamente ao C.I.C. as normas para os contratos de trabalhadores agrícolas, estabelecendo as cláusulas relativas às obrigações mútuas, e condições de moradia, plantio, alimentação, criações, salário e pagamento, garantias, rescisão e demais esclarecimentos necessários.

Art. 180. O D. I. poderá organizar nos Estados que não os possuem, por solicitação dos respectivos Governos e por convênios, escritórios com a mesma finalidade do da Capital.

§ 1.º Os escritórios nos Estados manterão um serviço de informações sistemáticas com o do Distrito Federal.

§ 2.º Quando o Estado possuir escritório com finalidade idêntica ao da Capital, será mantida sua organização no que não contrariar o disposto neste Regulamento.

§ 3.º O E.O. do Distrito Federal destacará funcionários do seu quadro com o fim de coordenar suas atividades com os dos Estados.

Art. 181. O E.O. efetuará o transporte para o interior dos Estados dos agricultores nacionais e estrangeiros provenientes da Hospedaria de Imigrantes, desde que os "cartões de matrícula" acusen o destino a tomar, inspeção de saúde, atestado de vacina e despacho de bagagem.

Art. 182. Ao E.O. caberá requisitar com a antecedência necessária as passagens para efetuar o encaminhamento dos estrangeiros, a fim de evitar uma permanência prolongada na Capital.

Parágrafo único. As requisições serão levadas pelos embarcadores diretamente às Agências de transporte.

Art. 183. Nos pontos de embarque existentes nas fronteiras e suas imediações, não será permitida a venda ou concessão de passagens para o interior do país aos agricultores que não exibirem seus documentos devidamente legalizados pelas autoridades imigratórias e policiais.

Art. 184. Dentro do prazo de quatro (4) anos, depois de encaminhado pelo E.O., salvo motivo justificado, nenhum agricultor e trabalhador nacional ou estrangeiro poderá gozar de novo benefício de transporte.

Art. 185. O E.O. poderá dispor de agentes corretores de trabalho e terras, em número necessário para atender a seus encargos, a fim de facilitar o angariamento de braços para a lavoura, procura e venda de lotes, terras devolutas ou particulares e outros serviços.

Parágrafo único. Os agentes corretores serão nomeados pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio por proposta do diretor do D.I., e depositarão no Banco do Brasil, Caixas Econômicas ou suas agências, uma caução, em dinheiro, de 200\$000 a 5:000\$000, arbitrada pelo referido diretor, antes de assumir o exercício de suas funções, mas serão remunerados pelos interessados, de acordo com a tabela aprovada pelo aludido ministro.

Art. 186. A proporção que os encargos oriundos do desenvolvimento dos serviços o exigirem, o Governo poderá criar, onde convier, agências ou filiais do E.O., bem como manter correspondentes especiais.

Art. 187. São correspondentes do E.O.:

- a) os inspetores de Imigração nos portos estaduais;
- b) os sindicatos de classe;
- c) os órgãos oficiais das Secretarias de Agricultura e Trabalho nos Estados, por intermédio de seus representantes legais;
- d) os comissários de imigração mantidos pelo Governo Federal e pelos Governos estaduais no estrangeiro.

Parágrafo único. As despesas de porte da correspondência e transmissões telegráficas dos correspondentes oficiais, endereçados ao E.O., correrão por conta do Governo.

Art. 188. Aos agentes corretores de trabalho e terras compete:

- a) facilitar, por intermédio do E.O., a procura de colonos e trabalhadores que, não podendo procurar o Escritório para sua colocação, hajam solicitado auxílio mediante o pagamento dos emolumentos da tabela em vigor;
- b) satisfazer os pedidos e as ofertas que receber, em ordem de procedência, angariando trabalhadores com o máximo critério e honestidade, sem falsas promessas ou informações;
- c) prestar conta ao E.O. dos trabalhos realizados, enviando uma relação com os principais dados relativos aos indivíduos ou famílias contratados por seu intermédio, velando pela observância fiel deste Regulamento.

§ 1.º Os agentes corretores que cometerem qualquer falta, a juízo do diretor do D.I., ficarão sujeitos à multa de 100\$000 a 500\$000, e à perda do título, sem prejuízo das sanções penais em que tenham incorrido.

§ 2.º As multas serão impostas pelo diretor do D.I., autuadas pelos funcionários do E.O. devidamente autorizados e serão deduzidas da caução depositada.

AGÊNCIA OFICIAL DE CÂMBIO

Art. 189. Anexa ao Departamento de Imigração funcionará uma Agência de Câmbio com a finalidade de facilitar aos estrangeiros que venham ao Brasil em caráter permanente, e aos repatriados, a conversão de moeda estrangeira por dinheiro nacional, ou de nacional em estrangeiro.

Art. 190. A Agência será concedida, por contrato, a qualquer banco ou casa bancária com sede nesta Capital.

§ 1.º O contrato será pelo prazo de dois anos, prorrogáveis de acordo mútuo, comprometendo-se o estabelecimento a observar as disposições do presente regulamento.

§ 2.º A execução do contrato será garantida por uma caução de dez contos de réis (10:000\$000), em moeda ou apólices da dívida pública federal.

Art. 191. O D.I. cederá ao concessionário da Agência, durante a vigência do contrato, local apropriado para seu funcionamento, obrigando-se a Agência às despesas com a limpeza e conservação.

Art. 192. As operações de câmbio devem ser feitas de acordo com as normas oficiais e tabelas fixadas pela Câmara Sindical de Corretores.

§ 1.º O concessionário fará na tabela as alterações necessárias quando haja oscilação do câmbio durante o dia, registrando em livro próprio, aprovado pelo diretor do D.I. e rubricado por funcionário por este designado, todas as operações realizadas.

§ 2.º O concessionário entregará diariamente ao diretor do D.I. um boletim demonstrativo do movimento, especificando as operações de câmbio efetuadas.

Art. 193. Os imigrantes não deverão ter contacto direto com a Agência, cabendo a funcionários designados pelo Diretor do D.I. receber, mediante recibo, dinheiro por eles trazido. O recibo será recolhido pelo funcionário uma vez convertido e devolvido o dinheiro.

Parágrafo único. O diretor do D.I. fiscalizará os trabalhos da Agência, devendo ser-lhe franqueados seus livros de escrituração e prestadas todas as informações de que necessitar.

Art. 194. A infração de qualquer das disposições deste regulamento importará em multa de cem a quinhentos mil réis (100\$000 a 500\$000) e o dobro na reincidência, podendo o D.I. rescindir o contrato, com perda da caução, quando o concessionário incorrer em qualquer das seguintes faltas:

- 1º, suspender as operações de câmbio por mais de três dias ou se recusar a efetuar a troca de moedas com qualquer pessoa encaminhada pelo D.I. na forma do art. 124, salvo motivo de força maior a critério do Governo;
- 2º, não cumprir a tabela oficial de cotações da Câmara Sindical de Corretores;
- 3º, recusar a fiscalização em sua escrituração e não cumprir os dispositivos estabelecidos no contrato;
- 4º, efetuar qualquer transação ilícita que prejudique direta ou indiretamente aos interessados, desobedecendo às normas contratuais, e efetuar transações sem conhecimento do diretor do D.I.;
- 5º, incorrer em multa por infração das disposições regulamentares por mais de duas vezes.

Art. 195. Para o efeito da fiscalização o Diretor do D.I. requisitará da Câmara Sindical de Corretores a remessa diária do boletim das cotações de câmbio.

EMPRESAS DE NAVEGAÇÃO

Art. 196. Só as empresas de navegação marítima e aérea e os armadores registrados no D. I. poderão transportar estrangeiros para os portos nacionais e pontos de fronteira e desembarque.

§ 1.º O registro será requerido ao Diretor do D. I., devendo a petição conter os seguintes dados:

- a) número e nome das embarcações;
- b) pontos habituais de escala;
- c) lotação de cada embarcação, discriminada por classe;
- d) tonelagem e velocidade média;
- e) condições de comodidade, higiene, alimentação, segurança e assistência médica dos passageiros.

§ 2.º As empresas, companhias de navegação ou armadores ficam obrigados a:

- a) entregar, no ato da visita, às autoridades imigratórias e policiais:

- 1.º, a lista nominal, em duplicata, dos estrangeiros destinados a cada um dos portos brasileiros, visada pela autoridade consular do porto de embarque;

- 2.º, a lista dos passageiros embarcados nos portos nacionais, com destino ao exterior, 24 horas após a saída da embarcação;

- 3.º, a lista nominal da equipagem, visada pela autoridade consular brasileira do último porto estrangeiro, dela não podendo constar pessoas estranhas;

- b) estabelecer classificação uniforme dos passageiros;
- c) avisar com a necessária antecedência às autoridades imigratórias, policiais, sanitárias e aduaneiras a data de chegada das embarcações.

Art. 197. Não será concedido registro para embarcação que não apresentar, nos alojamentos de estrangeiros ou de 3.ª classe, um mínimo de conforto e higiene a juízo do D. I. e de acordo com as especificações deste regulamento.

Art. 198. Nenhuma empresa ou armador venderá passagens a estrangeiros destinados ao Brasil sem que estes apresentem, visados pela autoridade consular brasileira, os passaportes e fichas consulares de qualificação, exigidos por este regulamento.

Art. 199. As empresas e os armadores que transportarem para o Brasil estrangeiros que não se achem em condições de desembarcar, serão obrigados a mantê-los a bordo e a repatriá-los, sob pena de lhes ser cassada a autorização concedida, sem prejuízo das demais penalidades de que sejam passíveis.

Art. 200. As empresas e os armadores ficam responsáveis pelas bagagens dos agricultores que lhes forem confiadas, indenizando-os, no caso de extravio ou violação, avaliado o prejuízo pelo preço médio dos objetos, se estes não tiverem valor declarado no ato da entrega.

Parágrafo único. Para o cumprimento deste dispositivo, os comandantes das embarcações organizarão uma relação especificada das bagagens e dos instrumentos agrícolas ou de profissão que lhes foram entregues pelos agricultores. Essa relação, no ato do desembarque, será apresentada ao Inspetor de Imigração.

Art. 201. Os comandantes de embarcações que transgredirem as disposições da lei e deste regulamento ficam sujeitos às penalidades e multas constantes do art. 236 e seguintes.

Parágrafo único. As embarcações, com seus acessórios, constituirão garantia das multas e das despesas judiciais com a respectiva cobrança.

Art. 202. Os capitães dos portos, mediante requisição do D. I., impedirão a saída dos navios que transportando estrangeiros, tiverem questões pendentes por infração das disposições legais e regulamentares.

Parágrafo único. De modo análogo se procederá para com as aeronaves.

Art. 203. Aos comandantes, comissários ou responsáveis pelas embarcações incumbe:

- a) entregar às autoridades marítimas as listas de passageiros devidamente assinadas;
- b) prestar as informações exigidas e executar as providências requisitadas;
- c) fazer respeitar a bordo as autoridades em serviço;
- d) transportar para os portos de procedência os passageiros impedidos.

Art. 204. O comandante da embarcação é obrigado a reconduzir ao porto de procedência o passageiro impedido, prestando, perante o D. I. uma caução, pecuniária ou fideijussória, de cinco a quinze contos de réis (5:000\$000 a 15:000\$000), que será levantada mediante prova de desembarque autenticada pelo consul brasileiro do porto de procedência.

Parágrafo único. A caução fideijussória poderá ser prestada no ato do registro da empresa de navegação, ao seu agente ou consignatário, mediante assinatura de um termo anual, em que assumirá a obrigação de reconduzir aos portos de procedência os passageiros impedidos. A prova de recondução será feita perante as autoridades policiais e imigratórias do porto onde tenha sido impedido o estrangeiro, com documento, visado pela autoridade consular brasileira do porto de procedência, atestando o desembarque.

Art. 205. Quando um vapor transportar grande número de estrangeiros e a companhia ou armador, a que ele pertencer, o julgar necessário, poderá solicitar que uma ou mais autoridades imigratórias acompanhem os estrangeiros, tomando o navio num porto anterior àquele a que se destinem os estrangeiros, com o fim de efetuar a bordo, durante a viagem, os serviços de fiscalização e identificação.

Parágrafo único. Para este fim, a companhia ou armador se obrigará, por escrito, ao diretor do D. I., com a necessária antecedência, obrigando-se a fornecer aos funcionários tratamento de primeira classe e assegurando-lhes a viagem de volta imediatamente.

FISCALIZAÇÃO DAS AGÊNCIAS DE NAVEGAÇÃO, TURISMO E COLOCAÇÃO

Art. 206. Para os fins de fiscalização, fica instituído no D. I. o registro, em livros próprios, das:

- a) agências e consignatários de companhias de navegação, suas filiais e sub-agências;
- b) agências particulares de colocação de operários e trabalhadores urbanos e rurais;
- c) agências e sub-agências de turismo e venda de passagens;
- d) companhias, empresas ou agências de turismo que, como casas bancárias, queiram efetuar câmbio manual.

Art. 207. A venda de passagens para viagens aéreas, marítimas ou terrestres só poderá ser efetuada pelas respectivas companhias ou armadores, seus consignatários, agências, filiais e sub-agências, que se registrarem no D. I.

Parágrafo único. No requerimento de registro o interessado deverá declarar:

- 1 — denominação e sede da empresa ou dos consignatários, agências, filiais e sub-agências;
- 2 — nome, nacionalidade, domicílio dos agentes, sub-agentes, vendedores ambulantes de passagens, mencionando, quanto aos últimos, as circunscrições onde operam;
- 3 — demais informações a que se refere o capítulo Empresas de Navegação.

Art. 208. As agências ou escritórios particulares de colocação deverão dispor do capital de 5:000\$000, no mínimo, serão registrados no E. O. e por ele fiscalizados.

Parágrafo único. O requerimento de registro, que será acompanhado da documentação relativa à existência da sociedade ou da firma, e ao seu capital, conterá as seguintes declarações:

- 1 — firma comercial ou nome do proprietário; ou nome, nacionalidade e domicílio dos sócios;
- 2 — sede e endereço da empresa, sucursais ou filiais;
- 3 — nome, nacionalidade, domicílio dos propostos, representantes e empregados ambulantes, discriminadas as circunscrições em que operam;
- 4 — demais informações exigidas pelo Escritório.

Art. 209. As empresas ou agências e sub-agências de turismo e venda de passagens só poderão funcionar se dispuserem de capital mínimo de 250:000\$000 e obtiverem registro no D. I.

§ 1.º O requerimento conterá as declarações a que se refere o parágrafo do artigo anterior e será acompanhado da documentação aí indicada, mais a prova de ter depositado, no Tesouro Nacional, uma caução de cem contos de réis (100:000\$000), em moeda corrente ou apólices da dívida pública federal.

§ 2.º Sempre que esses estabelecimentos queiram operar em câmbio manual, deverão obter carta-patente expedida pelo Ministério da Fazenda, independente de nova caução e de prova de novo capital, e constituir-se em casas bancárias, na forma do decreto n. 14.728, de 16 de março de 1921.

Art. 210. Quaisquer alterações de organização e de pessoal serão imediatamente comunicadas ao Departamento de Imigração.

Art. 211. As operações de câmbio manual, compra e venda de moeda em espécie, só poderão ser efetuadas por bancos ou casas bancárias.

Art. 212. As atuais casas de câmbio, agências e sub-agências de turismo e venda de passagens e estabelecimentos congêneres cessarão definitivamente seu funcionamento até 31 de dezembro do corrente ano e, a partir de 1 de janeiro do próximo ano, só funcionarão quando registradas e autorizadas na forma deste regulamento.

Art. 213. O registro dos estabelecimentos já existentes deverá ser requerido até 31 de dezembro do corrente ano, e antes de iniciarem suas operações o daqueles que forem instalados posteriormente.

Art. 214. As companhias e empresas de navegação, agências de câmbio e venda de passagens, agências de turismo, agências particulares de colocação que tiverem quaisquer pretensões junto aos poderes públicos federais, estaduais e municipais, deverão provar o implemento de todas as obrigações deste regulamento.

SELO DE IMIGRAÇÃO

Art. 215. Fica criado o selo de imigração, que será cobrado na forma constante da tabela anexa n. 2.

§ 1.º A receita produzida por esse selo será arrecadada em fórmulas especiais e escriturada como renda com aplicação especial — Renda de Imigração.

§ 2.º Enquanto a Casa da Moeda não dispuser de fórmulas para a cobrança do selo de imigração, os serviços consulares usarão das do decreto n.º 19.546, de 30 de dezembro de 1930. Nas demais repartições será usado o selo adesivo federal de valor correspondente. Em nenhuma hipótese a cobrança será efetuada por verba.

§ 3.º O produto da receita que provier dos itens 5, 6 e 8, da tabela será escriturado com a menção do Estado arrecadador e entregue ao respectivo Governo. A entrega será feita pelo C. I. C. em janeiro do ano seguinte ao da arrecadação, pela verba — Reposições e Restituições.

§ 4.º Com os saldos disponíveis a União poderá auxiliar os Estados que tiverem necessidade de fomentar a imigração.

Art. 216. O produto da venda de lotes de terras pertencentes à União, bem como o recolhimento das prestações pagas pelos colonos nos núcleos coloniais mantidos pela União, serão efetuados pela D. T. C. de acordo com as normas estabelecidas em seu regulamento.

Art. 217. A receita oriunda da arrecadação do selo de imigração, das multas, da venda de terras pertencentes à União e das prestações pagas pelos colonos dos núcleos coloniais mantidos pela União constituirão renda para atender aos encargos criados ao Governo Federal e aos Governos Estaduais pela execução deste regulamento.

Parágrafo único. As despesas que decorrerem especialmente da execução deste regulamento serão autorizadas pelo C. I. C.

Art. 218. Os créditos necessários serão distribuídos ao Conselho, que fará a distribuição com o fim de atender às seguintes necessidades:

- a) sua própria organização, pessoal e material;
- b) organização dos serviços federais no Distrito Federal;
- c) organização dos serviços federais de imigração e colonização nos Estados;
- d) auxílios aos governos estaduais;
- e) demais despesas com os serviços de imigração e colonização.

Art. 219. O secretário do C. I. C., mediante delegação de competência, poderá receber adiantamentos para as despesas de material autorizadas pelo Conselho.

EMOLUMENTOS

Art. 220. Os emolumentos referidos neste regulamento serão cobrados em selo de imigração, de acordo com a tabela anexa, e inutilizados pelos funcionários processantes.

Art. 221. O visto diplomático será gratuito.

Art. 222. Estão isentos do pagamento dos emolumentos referidos na tabela anexa, inciso 1, os que entrarem no país como agricultores ou técnicos de indústrias rurais, prevalecendo-se da preferência da quota (art. 10).

Art. 223. A taxa de visto consular será cobrada por passaporte.

Parágrafo único. Pela lista coletiva de turistas será cobrada uma única taxa, sendo, porém, grátis, se houver reciprocidade.

Art. 224. Os vistos concedidos gratuitamente deverão trazer a menção grátis, de que será feita no livro de registro a anotação competente.

CONSELHO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Art. 225. Fica criado o Conselho de Imigração e Colonização (C. I. C.), ao qual competirá orientar e superintender os serviços de colonização e de entrada, fixação e distribuição de estrangeiros, e cujas resoluções só poderão ser reformadas pelo Presidente da República.

Art. 226. Incumbe especialmente ao Conselho:

- a) fixar as quotas na forma deste regulamento; fiscalizar a sua distribuição, considerando os dados fornecidos pelo Ministério das Relações Exteriores e pelo Departamento de Imigração;
- b) deliberar sobre os pedidos de Estados, empresas e particulares, relativos à introdução de estrangeiros;
- c) impor as penalidades aos funcionários públicos, quando essa providência não tenha sido tomada pelas repartições a que estejam subordinados; agravá-las ou torná-las sem efeito;
- d) organizar seu regimento interno;
- e) propor ao Governo as modificações deste regulamento;
- f) propor ao Governo as medidas que convenham ser adotadas, afim de promover a assimilação e evitar a concentração de imigrantes em qualquer ponto do território nacional;
- g) estudar os problemas relativos à seleção imigratória, à antropologia étnica e social, à biologia racial e à eugenia;
- h) propor ao Governo, quando necessária, a proibição total ou parcial da imigração;
- i) representar ao Governo sobre as reformas que devam ser realizadas nos serviços imigratórios;
- j) estudar os fenômenos das migrações nas diferentes zonas do país, bem assim a permuta inter-estadual de trabalhadores rurais;
- k) estudar e indicar aos poderes públicos os meios capazes de remediar a desocupação;
- l) elaborar os projetos de regulamentos e instruções que o Governo tiver de expedir em matéria da sua competência;
- m) resolver os casos omissos neste regulamento;
- n) julgar os recursos relativos ao repatriamento de estrangeiros;

o) estudar o movimento imigratório, sugerindo aos órgãos competentes as bases da legislação que for conveniente ou necessária adotar;

p) proceder a estudos da colonização em geral;

q) estudar um plano agrário para o fomento e estabilidade da pequena e média propriedade agrícola;

r) propor medidas para o desenvolvimento e povoamento de zonas que ofereçam condições econômicas favoráveis ou em que haja interesse nacional que aconselhe o seu rápido povoamento;

s) fomentar o estudo nos Estados do Brasil de todas as questões relativas à entrada, hospedagem, encaminhamento, localização, adaptação e assimilação do estrangeiro, organizando estatísticas, publicações e todas as fontes de informações que se fizerem necessárias ao desenvolvimento dessas atribuições;

t) estudar a organização e criação de uma agência oficial de turismo, propondo as medidas julgadas convenientes para incentivar o turismo no Brasil;

u) organizar o plano de exploração econômica da Amazonia e sua colonização, de preferência com elementos nacionais;

v) resolver os conflitos de jurisdição entre as autoridades incumbidas da execução dos serviços a que se refere este regulamento;

x) usar de todas as demais atribuições que lhe forem conferidas em lei ou regulamento.

Art. 227. O C. I. C. será constituído de sete membros, nomeados em comissão, pelo Presidente da República, que dentre eles designará o presidente e os seus substitutos em faltas e impedimentos.

Parágrafo único. A nomeação será feita em decreto referendado pelo ministro da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 228. As sessões ordinárias do Conselho serão realizadas uma vez por semana, com qualquer número de membros; as extraordinárias, sempre que o presidente convocar e com o mínimo de 3 membros.

Art. 229. As resoluções só poderão ser tomadas por maioria de votos, e estando 4 membros presentes.

Art. 230. Em caso de empate prevalecerá o voto do presidente.

Art. 231. Os governos dos Estados poderão designar observadores junto ao Conselho.

Parágrafo único. Esses observadores poderão discutir os assuntos, mas não terão direito de voto.

Art. 232. Servirá, em comissão, como secretário do Conselho, um funcionário do D. I.

Art. 233. O Conselho requisitará das demais repartições federais, mediante autorização do Presidente da República, os funcionários que se tornarem necessários para auxiliar os seus serviços.

Art. 234. O desempenho da função de membro do Conselho é considerado serviço nacional de relevância e não será remunerado, recebendo apenas cada membro, a título de representação, a importância de cem mil réis (100\$000) por sessão a que comparecer.

Art. 235. A falta a três sessões consecutivas sem motivo justificado importa renúncia. O cargo será nesse caso declarado vago, na sessão imediata, pelo presidente em exercício, que disto dará ciência ao Presidente da República.

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 236. É passível de expulsão o estrangeiro que:

- a) não apresentar à autoridade competente, quando exigida, prova de legalidade de sua permanência em território nacional;
- b) introduzir ou procurar introduzir estrangeiro sob falsa qualidade;
- c) não se registrar na repartição policial competente.

Art. 237. Os nacionais incursores na alínea b do artigo anterior serão punidos com pena de prisão celular de 2 a 4 anos.

Art. 238. As sociedades de qualquer espécie e firmas comerciais que incidirem no disposto na letra b, será cancelado o registro ou autorização para funcionar, sem prejuízo das penalidades a que ficam sujeitos os seus administradores.

Art. 239. A Polícia promoverá a imediata retirada do estrangeiro que exceder o prazo de sua estada legal conforme as letras a, b e c do art. 25, salvo os casos previstos no art. 163.

Parágrafo único. O prazo concedido ao estrangeiro para sua retirada não poderá exceder de 15 dias, a partir da data da notificação. Pena de expulsão.

Art. 240. Ao estrangeiro que entrar no país nos termos da letra a do art. 25, é vedado o exercício de qualquer atividade remunerada. Pena: prisão celular de seis (6) meses a um (1) ano e expulsão.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à multa de um conto de réis a dez contos de réis (1:000\$ a 10:000\$) quantos empregarem em seu serviço os estrangeiros a que se refere este artigo.

Art. 241. O empregador estabelecido em zona urbana que admitir empregado estrangeiro sem a exibição da carteira de identidade (mod. 19), devidamente anotada, fica sujeito à multa de quinhentos mil réis a dois contos de réis (500\$ a 2:000\$) e o dobro na reincidência.

Parágrafo único. O empregador estabelecido em zona rural que admitir empregado estrangeiro sem a exibição da carteira de identidade devidamente anotada, ou certificado de inscrição perante auto-

idade policial competente, fica sujeito à multa de cem a quinhentos mil réis (100\$ a 500\$) e o dobro na reincidência.

Art. 242. O funcionário público que deixar de cumprir ou fazer cumprir as disposições deste regulamento, é passível de pena de suspensão até 30 dias, dobrado na reincidência, em caso de culpa, e domissão havendo dolo, sem prejuízo da responsabilidade criminal.

Parágrafo único. As penalidades de que trata este artigo serão aplicadas pelo Conselho de Imigração e Colonização, quando a providência não tenha sido tomada pelas repartições a que estão subordinados.

Art. 243. As companhias de transporte, firmas comerciais ou particulares que transgredirem este regulamento ficam sujeitas à multa de 500\$ a 5:000\$, dobrada na reincidência.

Art. 244. Antes da decisão final do processo de expulsão por motivo de infração deste regulamento e lei respectiva, quando não haja prejuízo para a ordem pública, a segurança nacional ou a estrutura das instituições, poderá a autoridade, a pedido do acusado, convertê-la em multa de um conto de réis (1:000\$) e repatriamento.

Parágrafo único. O repatriamento correrá por conta do acusado e o pedido para que ele se processe não será aceito sem o depósito prévio da importância correspondente à multa e ao preço da passagem, para o seu país de origem.

Art. 245. Os estrangeiros que desembarcarem sob condição, e não comparecerem ao Serviço de Registro de Estrangeiros, para cumprimento das formalidades exigidas, dentro do prazo de 48 horas, contados do desembarco da embarcação, ficam sujeitos à multa de 100\$, não havendo dolo.

Parágrafo único. No caso de ser concedido o registro, a multa poderá ser deduzida da caução depositada, quando houver, feito o levantamento pelo Serviço, que entregará o saldo ao interessado, mediante recibo.

Art. 246. As sociedades, firmas e particulares que deixarem de encaminhar aos núcleos ou colônias os estrangeiros introduzidos no país sob sua responsabilidade, ficam sujeitas à multa de um conto de réis a dez contos de réis (1:000\$ a 10:000\$), independente das despesas de repatriamento do estrangeiro, se essa medida se fizer necessária.

Parágrafo único. A notificação do extravio do estrangeiro à autoridade competente isenta da multa, a menos que fique provada má fé, mas não das despesas decorrentes do repatriamento.

Art. 247. Todo indivíduo que se apresentar para admissão em território nacional em nome de outrem ou de indivíduo falecido; que procurar burlar este regulamento sob nome suposto ou fictício; vender ou oferecer à venda, sem ter para isto competência regulamentar; empregar ou ter em seu poder, sem ser funcionário de repartição competente, ou falsificar impressos, carimbos, sinetes ou carteiras de identidade cujos modelos constem deste regulamento; expedir, usar, possuir, obter, aceitar, ou receber documento, passaporte, ou visto para entrada em território nacional ou cumprimento das formalidades estabelecidas neste regulamento sabendo ser o mesmo forjado, falsificado, alterado, feito falsamente ou sem o cumprimento das formalidades legais, ou obtido por meio de fraude ou ilegalmente, será detido, processado e sujeito à multa de um conto de réis a dez contos de réis (1:000\$ a 10:000\$), ou a pena de 2 a 4 anos de prisão; e mais a expulsão, se for estrangeiro.

Art. 248. As multas serão impostas pelo diretor do D.I. e demais autoridades que superintenderem o serviço de fiscalização de acordo com o presente regulamento.

Art. 249. As infrações serão apuradas mediante auto que constituirá a base do processo administrativo.

§ 1.º O auto obedecerá ao modelo 26 e deverá relatar com clareza a contravenção, mencionando o local da ocorrência, dia e hora da lavratura, nome do infrator e testemunhas, se houver.

§ 2.º O auto poderá ter impressos os dizeres invariáveis, devendo os claros ser preenchidos à mão ou à máquina e as linhas em branco inutilizadas pelo autuante.

§ 3.º Os autos devem ser submetidos à assinatura dos autuados ou seus representantes, e das pessoas que estiverem presentes, que o assinarão como testemunhas, não implicando a assinatura, que poderá ser lançada sob protestos, em confissão da falta arguida, mas a recusa não importará agravamento da pena.

Art. 250. São competentes para lavrar os autos todos os funcionários federais, estaduais ou municipais, que tiverem exercício nas repartições incumbidas de fiscalizar a execução deste regulamento.

Art. 251. O auto da infração será presente à autoridade competente, assinado, para apresentação da defesa, no prazo de quatro (4) dias úteis contados da data da lavratura do auto.

Parágrafo único. Se dentro desse prazo não for apresentada a defesa, será o infrator considerado revel, subindo o processo a despacho, independente de intimação.

Art. 252. Nos Estados, cabe ao Serviço de Registro de Estrangeiro o julgamento dos autos em primeira instância, quando forem lavrados por serventuário da Polícia, sendo os recursos interpostos

para o Chefe de Polícia ou, quando for o caso, para o Secretário de Segurança.

Art. 253. Lavrados por funcionário subalterno do departamento estadual de imigração, colonização ou trabalho, ao diretor deste compete, em primeira instância, impor ou não as penas da lei, devendo o recurso ser interposto para o Secretário de Estado.

Art. 254. Os representantes do Departamento de Imigração serão os julgadores, em primeira instância, dos autos lavrados por funcionários do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, incumbidos, nos Estados, da fiscalização de que cogita este regulamento, sendo o diretor do Departamento de Imigração a instância superior para decidir dos recursos.

Art. 255. Os autos lavrados por funcionários do Ministério da Agricultura nos Estados serão julgados pelo inspetor de Colonização, cabendo a decisão de recurso ao diretor da D.T.C.

Art. 256. No Distrito Federal, os autos lavrados por funcionários da Polícia serão encaminhados ao Serviço de Registro de Estrangeiro, assim considerado como primeira instância, devendo o recurso ser interposto para o Chefe de Polícia.

Art. 257. Os autos lavrados por funcionários do Ministério do Trabalho no Distrito Federal serão julgados pelo chefe de Escritório Oficial e pelos diretores da 1.ª e 2.ª Seções do D. I., sendo os recursos interpostos para o diretor de Imigração.

Art. 258. Os autos lavrados por funcionários do Ministério da Agricultura no Distrito Federal tem como julgador de primeira instância o chefe da Seção de Colonização, e os recursos serão interpostos para o diretor da D.T.C.

Art. 259. Haverá sempre recurso *ex-officio* da decisão que julgar improcedente o auto.

Art. 260. Da decisão que impuser a penalidade caberá recurso para as instâncias respectivas, dentro do prazo de 15 dias úteis, contados da data da intimação, e mediante depósito prévio da importância da multa.

Parágrafo único. Findo o prazo de 15 dias, e não tendo sido interposto o recurso ou depositada a importância da multa, o direito do interessado é considerado perempto e dele não mais se tomará conhecimento.

Art. 261. Os recursos serão encaminhados à autoridade de superior instância dentro do prazo máximo de 5 dias, contados da data da sua entrada na repartição respectiva, devidamente informado.

Art. 262. Quando for caso de detenção ou expulsão a autoridade a quem couber decidir em primeira instância representará nessa sentida à autoridade policial competente.

Art. 263. A autoridade que representar a instância superior deverá julgar os recursos que lhe forem interpostos dentro do prazo de 15 dias, contados da data do recebimento na repartição em que tiver exercício, devolvendo em seguida o processo à repartição de origem, dentro do prazo de 10 dias.

Art. 264. A carteira de identidade referida no art. 135 poderá ser apreendida para garantia do pagamento da multa.

Art. 265. Ficam sujeitos à cassação dos favores estabelecidos no regulamento da D.T.C. os colonos que nos núcleos, centros ou colônias agrícolas transgredirem ou deixarem de cumprir os dispositivos deste regulamento.

Parágrafo único. A cassação será por tempo determinado ou indeterminado, a critério do diretor da D.T.C. ou seus representantes legais, com recurso, sem efeito suspensivo, dentro do prazo de quarenta e cinco (45) dias, para o C.I.C.

Art. 266. Os estrangeiros atualmente residentes no Brasil que não se registrarem dentro do prazo de um (1) ano da vigência deste regulamento ficam sujeitos à multa de quinhentos mil réis (500\$), ou expulsão, havendo dolo.

Art. 267. É proibido o aliciamento de trabalhadores nacionais, com fins de emigração, sem autorização prévia, por escrito, do Conselho de Imigração e Colonização. Pena: 2 a 4 anos de prisão.

Art. 268. Os estrangeiros que deixarem de comunicar à autoridade policial competente qualquer mudança de residência ou emprego ficam sujeitos à multa de dez mil réis (10\$), ainda que não haja dolo.

Art. 269. Quem quer que alicie clandestinamente trabalhadores com o fim de levá-los quer de uma para outra localidade do mesmo Estado, quer de um Estado para outro, fica sujeito a prisão celular de dois (2) meses a um (1) ano e multa de 500\$ a 2:000\$000.

Art. 270. Fica sujeito a expulsão o estrangeiro que, dentro de 4 anos da sua entrada abandonar a atividade agrícola desde que se tenha prevaído da preferência de quota concedida aos agricultores na forma do art. 10, salvo autorização do C.I.C.

Art. 271. Os agentes corretores de trabalho e terras (art. 185) que cometerem qualquer falta, a juízo do diretor do D.I., ficarão sujeitos à multa de 100\$ a 500\$, e à perda do título, sem prejuízo das sanções penais em que tenham incorrido.

Parágrafo único. As multas serão impostas pelo diretor do D.I., autuadas pelos funcionários do E.O. devidamente autorizados e serão deduzidas da caução depositada.

Art. 272. A publicação de quaisquer livros, folhetos, revistas, jornais e boletins em língua estrangeira fica sujeita a autorização e registro prévio no Ministério da Justiça. Cabe ao Governo livre apreciação do mérito dos pedidos de licença e registro.

§ 1.º Tratando-se de zona rural, o Ministério da Justiça não concederá a autorização sem prévia consulta ao C.I.C. e parecer favorável deste último. Na apreciação da matéria o Conselho terá em vista a necessidade de impedir o cultivo demasiadamente vivo da língua, de tradições e costumes estrangeiros numa determinada zona.

§ 2.º Atendendo a condições peculiares, o ministro da Justiça poderá dispensar o pagamento da taxa especial de registro.

Art. 273. Nos programas de curso primário e secundário das escolas mantidas em zonas rurais, e ainda que não equiparadas às oficiais, ou sujeitas a inspeção para o efeito da validade dos diplomas, é obrigatório o ensino cívico e o da geografia e da história do Brasil.

Parágrafo único. Para o curso secundário, o programa será o do ensino das mesmas matérias no Colégio Pedro II; para o curso primário, o das escolas primárias mantidas pela Prefeitura do D.F.

Art. 274. Nas escolas para estrangeiros adultos é obrigatório o ensino de noções sobre as instituições políticas do país.

Parágrafo único. Essas noções constarão, no mínimo, dos seguintes princípios:

1 — Conhecimento sumário da Constituição, notadamente:

a) organização federal, preeminência da União;
b) poderes do Estado: seus órgãos;
c) direitos e deveres dos brasileiros e dos estrangeiros residentes no país;

d) nacionalidade brasileira e direitos políticos, sua aquisição, sua perda;

2 — Código Civil; família, propriedade;

3 — leis penais, especialmente crimes contra o Estado; falsificação, contrabando, lenocínio.

Art. 275. Para os efeitos deste regulamento é considerada zona rural toda porção do território nacional não compreendida nos limites do Distrito Federal, das capitais dos Estados e dos portos de entrada de estrangeiros.

Art. 276. As atribuições conferidas à polícia quanto à fiscalização portuária enquanto não for federalizada a Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras serão exercidas no Distrito Federal pela Polícia Civil do Distrito Federal e, nos Estados, pelas polícias locais.

Art. 277. Entendem-se também por agricultores os operários agrícolas e técnicos especializados em indústrias rurais, ou agrônomos, e suas famílias.

Art. 278. As autoridades consulares com jurisdição nos países com os quais o Brasil tenha acordo a respeito poderão visar listas coletivas de turistas, quando estes forem em número superior a vinte, em excursões organizadas por empresas idôneas.

§ 1.º Essas listas coletivas, expedidas pelas autoridades estrangeiras competentes, deverão conter a fotografia, nome, idade, nacionalidade e profissão dos turistas, só podendo nelas figurar cidadãos nacionais do país onde a autoridade consular tiver jurisdição.

§ 2.º Ao desembarcar em território nacional, a empresa organizadora entregará as referidas listas à Polícia Marítima que fiscalizará, na saída, o regresso dos turistas nelas mencionados.

Art. 279. As empresas de navegação não realizarão embarques coletivos para os portos do Brasil de estrangeiros vindos em caráter permanente em número superior a 200, sem aviso ao D.I., quinze (15) dias antes da chegada da embarcação ao porto de destino.

Parágrafo único. Essa comunicação conterá o nome da embarcação, número de estrangeiros, portos de procedência e destino.

Art. 280. Até a entrada em vigor deste regulamento as autoridades consulares visarão não somente passaportes de estrangeiros que desejem ingressar no Brasil em caráter temporário, incumbindo às Polícias Marítimas completar a classificação no porto de desembarque, utilizando os carimbos de modelos ns. 8, 9, 10 e 14.

Parágrafo único. Os portadores de visto de retorno, em plena validade, terão visto consular com a seguinte anotação: "Apresentou visto de retorno expedido pela polícia do.....".

Art. 281. Os portadores de passaportes com visto diplomático não estão sujeitos às exigências deste regulamento.

Art. 282. Este regulamento entrará em vigor 120 dias depois da sua publicação no *Diário Oficial*.

Art. 283. O prazo de seis meses para permanência de turistas e visitantes em geral atualmente em território nacional, e que não modificarem essa condição, será contado da data da publicação deste regulamento.

Art. 284. É obrigatório o uso das fórmulas e dos carimbos cujos modelos vão anexos ao presente regulamento.

Art. 285. Ficam aprovadas as tabelas anexas a este regulamento.

Art. 286. Ficam revogados os decretos ns. 24.215 e 24.258, de 9 e 16 de maio de 1934, e bem assim todas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em de agosto de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

• GETÚLIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

Oswaldo Aranha.

Fernando Costa.

Gustavo Cupanema.

João Carlos Vital.

TABELA N. 1

a que se refere o art. 9.º

Nacionalidade	QUOTAS			
	Totais 1884-1933	Cota 2 %	Agricultores 80 %	Diversos 20 %
Albânia	10	0,20	0,1600	0,0400
Alemanha	238.602	4.772,04	3.817,6320	954,4080
Argentina	17.437	348,74	278,9920	69,7480
Bélgica	5.679	113,58	90,8640	22,7160
Bolívia	562	11,24	8,9920	2,2480
Bulgária	273	5,46	4,3680	1,0920
Chile	1.541	30,82	24,6560	6,1640
China	1.581	31,62	25,2960	6,3240
Colômbia	116	2,32	1,8560	0,4640
Costa Rica	28	0,56	0,4480	0,1120
Cuba	144	2,88	2,3040	0,5760
Dinamarca	2.809	56,18	44,9440	11,2360
Danzig	227	4,54	3,6320	0,9080
Egito	618	12,36	9,8880	2,4720
Ecuador	56	1,12	0,8960	0,2240
Estados Unidos	10.716	214,32	171,4560	42,8640
Estônia	4.218	84,36	67,4880	16,8720
Espanha	577.264	11.545,28	9.236,2240	2.309,0560
Finlândia	533	10,66	8,5280	2,1320
França	54.006	1.080,12	864,0960	216,0240
Grã-Bretanha	21.172	423,44	338,7520	84,6880
Grécia	4.011	80,22	64,1760	16,0440
Guatemala	17	0,34	0,2720	0,0680
Haiti	6	0,12	0,0960	0,0240
Holanda	7.479	149,58	119,6640	29,9160
Hungria	16.243	324,86	259,8880	64,9720
Irã	119	2,38	1,9040	0,4760
Irãq	11	0,22	0,1760	0,0440
Itália	1.401.335	28.026,70	22.421,3600	5.605,3400
Iugo-Eslávia	36.106	722,12	577,6960	144,4240
Japão	142.457	2.849,14	2.279,3120	569,8280
Letônia	3.331	66,62	53,2960	13,3240
Lituânia	44.803	896,06	716,8480	179,2120
Luxemburgo	157	3,14	2,5120	0,6280
México	488	9,76	7,8080	1,9520
Nicarágua	6	0,12	0,0960	0,0240
Noruega	576	11,52	9,2160	2,3040
Panamá	11	0,22	0,1760	0,0440
Paraguai	732	14,64	11,7120	2,9280
Peru	1.135	22,70	18,1600	4,5400
Polônia	61.520	1.230,40	984,3200	246,0800
Portugal	1.147.737	22.954,74	18.363,7920	4.590,9480
Rumania	38.048	760,96	608,7680	152,1920
São Domingos	2	0,04	0,0320	0,0080
São Salvador	8	0,16	0,1280	0,0320
Suécia	4.816	96,32	77,0560	19,2640
Suíça	9.020	180,40	144,3200	36,0800
Tcheco-Slováquia	7.037	140,74	112,5920	28,1480
Turquia	78.184	1.563,68	1.250,9440	312,7360
Uruguai	7.681	153,62	122,8960	30,7240
Venezuela	347	6,94	5,5520	1,3880
Total	3.951.015	79.020,30	63.216,2400	15.804,0600

Observação

O cálculo para a quota de Estados constituídos depois de 1.º de Janeiro de 1914 teve por base o número de nacionais desse Estado que entraram desde então até 31 de dezembro de 1933. A esse número somaram-se três parcelas correspondentes, cada uma, a 20 % da mesma base, calculando-se, finalmente, a quota de 2 % sobre o número assim obtido.

TABELA N. 2

a que se refere o art. 215

PARA COBRANÇA DO SELO DE IMIGRAÇÃO

1) — Visto consular em passaporte de estrangeiros que se destinam ao Brasil, inclusive aos portadores de licença de retorno, por passaporte — 20\$, ouro.

Observação — Estão isentos do emolumento os agricultores, os técnicos de indústrias rurais, e, havendo reciprocidade, os turistas.

2) — Certidões expedidas pelo Departamento de Imigração — 0\$, papel.

3) — Registos anuais de companhias de navegação, empresas e sociedades de colonização — 1:000\$, papel.

4) — Idem, de agências de passagens, agências particulares de colocação e semelhantes — 500\$, papel.

5) — Licença de retorno — 20\$, papel.

6) — Licença especial de retorno — 100\$, papel.

7) — Revalidação consular de licença de retorno — 20\$, ouro.

8) — Alteração da classificação nos termos dos arts. 154 e 163 — 1:000\$, papel.

9) — Licença para publicação de livros e boletins em língua estrangeira, por edição — 100\$, papel.

10) — Licença para a publicação de jornais e revistas em língua estrangeira, por ano — 500\$, papel.

Observações

1) — O selo será cobrado:

a) no caso dos incisos 1 e 7, pelas autoridades consulares, no passaporte e na licença de retorno, respectivamente;

b) no caso dos incisos 2, 3 e 4, pelo Departamento de Imigração, nas certidões e no certificado expedido para prova de registo;

c) no caso dos incisos 5, 6 e 8, pela Polícia; os dois primeiros nas licenças de retorno e o de n. 8 na carteira de identidade (modelo 19);

d) no caso dos incisos 9 e 10, pela Secretaria de Estado da Justiça e Negócios Interiores.

2) — As sub-agências de sociedade ou firmas referidas nos incisos 3 e 4 pagarão metade do selo.

3) — A prorrogação do visto, a que se refere o inciso 1, nos termos do art. 41, importa pagamento de novo selo.

4) — O selo de Imigração será emitido em estampilhas dos seguintes valores, de todos eles constando a palavra "Imigração" em caracteres visíveis:

20\$000 papel.
100\$000 papel.
500\$000 papel.
20\$000 ouro.

TABELA N. 3

a que se refere o art. 159

DOENÇAS CUJOS SINTOMAS E CUJAS MANIFESTAÇÕES AUTORIZAM O REPARTEAMENTO NOS PRIMEIROS SEIS MESES DO DESEMBARQUE

I — Doenças mentais:

Epilepsias.

Personalidades psicopáticas (especialmente alcoolistas e outros toxicomanos, perversos, amorais, paranóicos).
Psicoses agudas e crônicas.

II — Doenças nervosas:

Miopatias sistematizadas — esclerose lateral amiotrófica, polio-mielite anterior crônica.

Miopatias não sistematizadas — siringomielia, esclerose em placa, neuromielite.

Doenças hereditárias e familiares do sistema nervoso — heredo-ataxias, degeneração lenticular progressiva, coreia crônica, miopatias. Doenças de Parkinsons, parkinsonismo.

Neuro-lues (especialmente tabes, paralisia geral, miopatias). Encefalopatias.

III — Endocrinopatias:

Doenças de Basedow.

Mixedema.

Acromegalia.

Síndrome adiposo-genital.

Diabete grave.

IV — Outras doenças:

Lepra.

Câncer.

Cárdio-vasculopatias, nefropatias e hepatopatias com insuficiência funcional irreduzível.

Síndromes hemáticas graves — anemia perniciosa e leucemias.

TABELA N. 4

a que se refere o art. 127, § 2:

CONDIÇÕES MÍNIMAS PARA A CONSTRUÇÃO DE HOSPEDARIAS DE IMIGRANTES

Área

Alojamento de 60 homens

	Área
Dormitório	100 mq.
Enfermaria	70 mq.
Salão	50 mq.
Refeitório	50 mq.
Dois banheiros, com chuveiros	6 mq.
Dois W. C.	2 mq.

Alojamento de 60 mulheres

	Área
Dormitório	100 mq.
Enfermaria	70 mq.
Salão	50 mq.
Refeitório	50 mq.
Dois banheiros, com chuveiros	6 mq.
Dois W. C.	2 mq.

Alojamento de 60 crianças

Dormitório	55 mq.
Enfermaria	40 mq.
Salão	30 mq.
Refeitório	30 mq.
Dois banheiros, com chuveiros	6 mq.
Dois W. C.	2 mq.

Rouparia	15 mq.
Sala do encarregado	15 mq.
Sala do médico	15 mq.
Cozinha	25 mq.
Lavanderia	25 mq.
Farmácia	16 mq.

Especificações técnicas

A) — O piso deverá ficar, pelo menos, trinta centímetros acima do terreno e será impermeabilizado por uma camada contínua de concreto do traço mínimo de 1:4:8, com dez centímetros de espessura, pelo menos; essa camada de concreto, que revestirá toda a área a ser coberta e as fundações, fica sujeita à aprovação do serviço técnico do Estado a quem incumbir a fiscalização de construções oficiais;

B) — as paredes externas serão de uma vez de tijolo e as internas poderão ser de uma vez ou 1/2 vez (frontal); nesse caso, serão reforçadas com pilares de uma vez, quando houver pano contínuo de mais de quatro metros sem amarração de parede divisória;

C) — todas as paredes externas e uma divisória serão amarradas com uma cinta contínua de concreto armado;

D) — a cobertura será de telhas de barro ou de outro material incombustível, não sendo permitido o emprego de coberturas metálicas e admitindo-se a cobertura por meio de lago de concreto armado impermeabilizada e dotada de proteção anti-térmica, não podendo existir, em qualquer caso calhas e condutores;

E) — nas salas e quartos, o pé direito mínimo será de três metros (3,00) e bem assim, nas cozinhas e gabinetes sanitários;

F) — os corredores de circulação terão a largura mínima de dois metros (2m,00);

G) — o piso será revestido de madeira, ou material equivalente nas salas e quartos, e de ladrilhos ou argamassa de cimento do traço de 1:3 nas cozinhas e gabinetes sanitários;

H) — as paredes serão rebocadas e pintadas ou caiadas, interna e externamente, devendo as paredes das cozinhas e dos gabinetes sanitários ser revestidas até a altura de, pelo menos, metro e meio, com ladrilhos, azulejos ou argamassa lisa de cimento;

I) — os alojamentos, salas e demais dependências terão as áreas já estipuladas;

J) — é obrigatória a instalação de latrina e chuveiro;

K) — a ventilação e a iluminação dos compartimentos serão feitos por meio de vãos, abrindo diretamente para o espaço livre exterior, com dimensões que satisfaçam as seguintes condições;

1° — não poderá ser inferior a um sexto (1/6) da área do piso, tratando-se de dormitórios e alojamentos, e abertos sempre para o exterior, não sendo permitido que estes vão abram para áreas fechadas;

2° — não poderá ser inferior a um oitavo (1/8) da área do piso, tratando-se de sala de estar, refeitório, escritório, cozinha, copa, banheiro. W. C. e etc.

L) — nos alojamentos-dormitórios, não será permitido o emprego de material translúcido na confecção das persianas, devendo ser utilizado material que possa assegurar, simultaneamente, sombra e ventilação permanente;

M) — o número de leitos em cada alojamento nunca poderá ser maior que o quociente da divisão por quatro (4) da área do alojamento em metros quadrados; tratando-se, porém, de alojamento de menores o divisor poderá ser três (3).

N) — os vãos de ventilação e iluminação não poderão ser guardados com bandeira e terão as esquadrias dotadas de persianas ou dispositivos equivalentes, que permitam a permanente renovação do ar dos compartimentos;

O) — nos vãos de ventilação e iluminação, a distância da verga ao teto será, no máximo, igual à sexta parte do pé direito;

P) — é obrigatória a instalação d'água potável, quando houver no logradouro canalização de distribuição domiciliária, devendo existir, pelo menos, os seguintes dispositivos instalados nas seguintes condições:

1° — reservatório com a capacidade mínima obrigatória em litros, igual à área total em metros quadrados da hospedaria multiplicada por 40, elevado, protegido contra o sol e sem comunicação direta para o vaso da latrina;

2° — chuveiro em compartimento que tenha o piso ladrilhado ou cimentado e dotado de ralo, e as paredes revestidas com argamassa lisa de cimento ou com ladrilho, até, pelo menos, metro e meio de altura;

3° — latrina ventilada e com caixa de descarga;

4° — tanque de lavagem protegido contra o sol e as intempéries e dotado de torneira e ralo;

Q) — ao longo das paredes externas, em todo o perímetro da construção, o solo será revestido por uma calçada cimentada de, pelo menos, meio metro de largura.

R) — a lavanderia terá as seguintes dependências:

1° — depósito de roupa servida;

2° — local para instalação de lavagem e secagem de roupa;

3° — local para passar a ferro;

4° — depósito de roupas limpas (rouparia);

5° — local apropriado para isolamento de colchões, travesseiros, cobertores e etc.

S) — nas zonas onde não houver rede de esgoto, a Diretoria de Saneamento Rural indicará o processo mais conveniente ao tratamento, à remoção ou ao destino final dos dejetos humanos, de acordo com diversos fatores, principalmente, consideradas as considerações de permeabilidade do solo, sua disposição topográfica e a situação de lençol de água.

TABELA N. 3

a que se refere o art. 197

ESPECIFICAÇÕES

Para embarcações

1° — As classes que transportarem imigrantes não virão superlotadas e disporão de aparelhos de arejamento e ventilação em número e capacidade correspondentes ao espaço ocupado e à quantidade de passageiros alojados.

2° — Os leitos para imigrantes ou passageiros de 3ª classe, não poderão ter menos de 1,80 ms. x 0,56, não sendo permitidas mais de duas ordens de leitos, qualquer que seja a altura do dormitório. A colocação destes será de tal forma que entre o chão e a cama inferior haja um espaço livre de, pelo menos, 0,40 ms., sendo de, pelo menos, 0,70 ms., o espaço entre os leitos inferior e superior.

3° — Cada cama não poderá ser destinada a mais de uma pessoa,

de idade superior a seis anos, ou a mais de duas crianças de um a seis anos, será provida de colchão, travesseiro, lençol e um cobertor de lã.

4° — Nos alojamentos gerais não deverá haver promiscuidade de homens, mulheres e crianças, salvo quando haja divisões contendo pequeno número de camas, nesse caso será permitida uma ocupação por grupos de famílias.

5° — Os navios deverão dispor de lavanderia a vapor e aparelhos de desinfecção para procederem, durante a viagem, à lavagem e desinfecção das roupas dos passageiros.

6° — As sentinas e os mictórios serão separados para homens e mulheres.

7° — Todo vapor que transportar mais de 50 imigrantes deverá possuir duas enfermarias, uma de homens e outra de mulheres, com capacidade para receber, durante a viagem, pelo menos, 4 % dos estrangeiros embarcados.

8° — Os navios que transportarem agricultores introduzidos pelo Governo Federal, estadual, ou sob a fiscalização destes, deverão manter um médico, uma enfermeira, um enfermeiro para cada 500 ou fração de 500 agricultores embarcados, afim de que estes possam ter gratuitamente assistência médica e cirúrgica.

9° — Os víveres devem ser de boa qualidade, perfeitamente conservados e em quantidade correspondente à duração média da viagem e ao número de passageiros, sendo distribuídas refeições aos agricultores, de acordo com a tabela de rações que o D.I. poderá fornecer. Água potável em bebedouros de fácil acesso, necessária à provisão de bordo durante a viagem. Chuveiros e banheiros para a boa higiene dos passageiros.

MODELO N. 1

a que se refere o art. 28, letra e

Súmula:

Os estrangeiros entrados no Brasil são classificados em *Permanentes* e *Temporários*.

Permanentes são os que tencionam fixar-se no território nacional, ou seja, nele permanecer por mais de seis meses.

Temporários são: a) os turistas e visitantes em geral; viajantes em trânsito; cientistas, professores, homens de letras e conferencistas; b) os representantes de firmas comerciais e os que vierem em viagem de negócios; e c) os artistas, desportistas e congêneres, cuja estadia no país não ultrapasse seis meses.

A documentação visada e devolvida pela autoridade consular será entregue pelo próprio no Serviço de Registro de Estrangeiros, quando efetuar o registro. No desembarque, a sua apresentação pode ser exigida, excepcionalmente.

Não dobrar as fichas consulares de qualificação, que deverão ser entregues à Polícia Marítima e à Imigração, no desembarque. A sua perda importa apreensão do passaporte.

Os *Permanentes* e os *Temporários* compreendidos nas letras b e c serão identificados no desembarque.

Os turistas e visitantes, em geral, e outros referidos na letra a, não podem exercer qualquer atividade remunerada no país.

O visto consular é válido por 90 dias, podendo ser prorrogado antes da data da sua terminação.

Os turistas têm preferência para o exame do passaporte no desembarque.

Os que forem impedidos de desembarcar têm 48 horas para recorrer à autoridade superior.

Os *Permanentes* ou *Temporários* compreendidos nas letras b e c deverão registrar-se perante autoridade policial, até 30 dias depois do desembarque.

Os agricultores que venham ao país utilizando-se da preferência da quota, não podem abandonar a profissão durante quatro anos, contados do desembarque, salvo autorização do Conselho de Imigração e Colonização.

Modelo 2 (art. 29)
 6m,22 x 0m,33
 Papel apergaminhado branco.



REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Ministério das Relações Exteriores

PEDIDO DE VISTO EM PASSAPORTE ESTRANGEIRO

Numero do Passaporte.....

FOTOGRAFIAS

Autoridade que expediu o passaporte.....

Nome (por extenso).....

Filiação (nome do pai e da mãe).....

Nacionalidade.....

Estado civil.....

Logar e data do nascimento.....

Profissão.....

Religião.....

Origem étnica.....

Instrução.....

Porto de desembarque no Brasil.....

Destino final.....

Fim a que se destina

em território nacional.....

Nome e domicílio do parente mais próximo no país de origem.....

Menores de 18 anos que constarem do passaporte

	Nome	Parentesco	Idade
1			
2			
3			
4			
5			
6			

data) de de 19

Assinatura do interessado ou responsável

(Espaço reservado à autoridade consular)

Deu entrada em de de 19

Conceda-se o visto. Classifique-se como

permanente ou temporário

de acordo com o art. do Regulamento.

Consul

(data) de de 19

Selo do Consulado

RECIBO

Recebi o passaporte, as fichas consulares de qualificação e toda a documentação que apresentei.

Assinatura do interessado ou responsável

Nota — A autoridade consular providenciará para que nas entrelinhas haja tradução das rubricas no idioma do país.
 Regulamento de Imigração — Dec. n. de 1938.

Modelo 4 (art. 31, n. 3)
 6m,22 x 0m,33
 Papel apertaminhado branco

ATESTADO DE SAÚDE PARA TEMPORÁRIOS

Atesto que examinei o Sr.
a Sra.

Idade nacionalidade profissão

o mesmo
 a mesma

que não apresenta sintomas ou manifestações de lepra,

tuberculose, tracoma, elefantíase, doença venérea em período conta-

giante, cancro, afecção mental, e não é alcoolista ou toxicômano
toxicômana.

..... de de 19....

(Visto consular)

(Assinatura do médico)

Nota — A autoridade consular providenciará para que nas entre-
 linhas haja tradução no idioma do país.

Regulamento de Imigração — Dec. n. de 1938.

Modelo 3 (art. 30, n. 3)
 6m,22 x 0m,33
 Papel apertaminhado branco

ATESTADO DE SAÚDE PARA PERMANENTES

Atesto que examinei o Sr.
a Sra.

Idade nacionalidade profissão

o mesmo
 a mesma

goza de boa saúde, não apresenta sintomas ou mani-

festações de lepra, tuberculose, tracoma, elefantíase, doença venérea

cego, surdo,

em período contagiante, cancro, afecção mental; não é cego, surda,

surd-mudo aleijado mutilado toxicômano
surda-muda aleijada mutilada alcoolista ou toxicômana nem tem

lesão orgânica que o invalide para o trabalho.

..... de de 19....

(Visto consular)

(Assinatura do médico)

Nota — A autoridade consular providenciará para que nas entre-
 linhas haja tradução no idioma do país.

Regulamento de Imigração — Dec. n. de 1938.

Modelo 5 (art. 43)

0m,2 x 0m,125

Cartolina amarela fina.

FRENTE

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO

Esta ficha, expedida em duas vias, será entregue á Policia Maritima e á Imigração no porto de destino

Nome por extenso

Admitido em territorio nacional em carater
(temporario ou permanente)

Nos termos do art. letra do dec. n., de 1938

Lugar e data do nascimento / /

Nacionalidade Estado civil

Filiação (nome do Pai e da Mãe)

Profissão

Residencia no país de origem

	NOME	IDADE	SEXO
FILHOS			
MENORES			
DE 18 ANOS			
			
			
			

Passaporte n. expedido pelas autoridades de

..... na data

visado sob n.

ASSINATURA DO PORTADOR

NOTA—Esta ficha deve ser preenchida á maquina pela autoridade consular, sendo as duas vias em original

FOTOGRAFIA

(busto)

7 x 5

fundo branco

O retrato deverá ser COLADO,
evitando-se o uso dos grampos

SELLO SÉCO
CONSULAR

Consulado do Brasil

em

..... de de 19

O consul:

VERSO

OBSERVAÇÃO—As autoridades consulares não farão lançamentos nesta parte da ficha.

Data do desembarque Embarcação

Permanencia em territorio nacional até

Carteira de identidade policial expedida pelas autoridades d

..... registro n.

Por residir á

Vai trabalhar

Pretende deixar o Brasil pelo porto de

Observações

Modelo 8 (art. 45, § 3º)

EM TRANSITO Permanência por dias no país Não pode exercer qualquer atividade remunerada no país Dec. n....., de 1938
--

Modelo 9 (art. 45, § 3º)

TEMPORARIO Turista Permanência por 130 dias Não pode exercer qualquer atividade remunerada no país Dec. n....., de 1938

Modelo 10 (art. 45, § 4º)

TEMPORARIO Art. 25 Letra B — C Permanência por 180 dias no país Dec. n....., de 1938

Modelo 6 (art. 45)

CONSULADO..... DO BRASIL EM..... Visto n..... Bom para o Brasil Nome Viaja para o Brasil em caracter..... De acordo com o art..... Letra..... do Dec. n....., de 1933 Recebeu a documentação completa apresentada de..... 19.... Consul

Modelo 7 (art. 45, § 1º).

CONSULADO..... DO BRASIL EM..... Nome Viaja para o Brasil em caracter..... De acordo com o art..... Letra..... do Dec. n....., de 1933 Recebeu a documentação completa apresentada de..... 19.... Consul

Modelo 11.

Modelo 11 (art. 58)
0m.165 x 0m.22
Papel infalsificável (côr verde)



Frente

SERVIÇO DE REGISTRO DE ESTRANGEIROS

LICENÇA DE RETORNO

A presente licença, sem rasuras ou emendas, válida somente á vista da carteira de identidade policial expedida pelas autoridades a..... registro....., foi concedida....., nos termos do art. 58....., para que possa regressar ao Brasil, independente de quota e de outras formalidades, a não ser a apresentação perante a autoridade consular do pedido de visto com uma fotografia 7 x 5, fundo branco, busto, para obtenção do visto consular ou classificação no passaporte.

Apresentou atestado de vacina anti-varólica passado pela Saúde Pública na data

Filhos menores de 18 anos que acompanham o portador

Nome	Idade	Sexo
.....		
.....		
.....		
.....		
.....		
.....		
.....		
.....		
.....		
.....		

Válida até de de 19.....
..... de de 19.....
(Carimbo da repartição expedidora)

Chefe do serviço

Nota — Esta licença será visada e arrecadada pela Policia Marítima, no desembarque, e enviada á autoridade emitente (art. 58, § 4°). O portador está dispensado da apresentação das fichas consulares de qualificação (art. 43, § 4°).

Regulamento de Imigração — Dec. n. de 1938).

Verso

A presente licença de retorno poderá ser prorrogada, ANTES DA DATA DE SUA TERMINAÇÃO, pelo prazo máximo de um ano, contado da data da prorrogação, a critério da autoridade consular brasileira a quem for apresentada, e mediante o preenchimento dos dados abaixo (art. 58, § 1°).

Consulado do Brasil em
O portador desta licença de retorno esteve presente neste Consulado e, á vista dos motivos alegados, obteve permissão para voltar ao Brasil, até a data de de 19....

O consul,

Dados a serem preenchidos pela autoridade consular, quando apuser o VISTO para ingresso em território nacional:

Viaja com passaporte n. expedido pelas autoridades de na data de 19....
..... de de 19....

O consul,

As listas deverão ser confeccionadas, deixando margem de 0m,04, à esquerda.

Frente

Lista de passageiros.....do..... (*) class. nacionalidade		Companhia		Fls.											
..... e nome, embarcação ou aeronave e..... pessoas de tripulação procedente de..... com.....dias e... horas de viagem sob o Porto inicial da viagem comando de..... consignado neste porto a.....		 (Repartição a que se destina) Porto..... (Localidade) ,.....de.....de 193.....		A lista deverá ser escrita em caracteres inteligíveis, sem omissões, emendas ou rasuras e ocupar sua folha respectiva. Os nomes não deverão ser agrupados, mas colocados seguidos a ordem numérica à margem. Nenhum nome poderá ser omitido.											
N.º	Nome e cognome	Sexo	Idade	Est. civil	Nacionali- dade	Profissão	Parentesco com o chefe da família	Religião	Instrução	Ultima residencia Localidade Pais	Porto de procedência	Destino ou reei- deucia	Classe	N. da passa- gem	Passaporte Expedição N.º Data Logar
(Pauta 7 m/m)															

() Declarar si se trata de passageiros desembarcados em caráter permanente ou temporário ou em trânsito para outros portos (art. 90).

Modelo 12

Verso das listas destinadas a saúde e a imigração.

Paula X m/m /

Modelo 13

Verso da lista destinada a Polícia Marítima.

OBSERVAÇÕES (art. 117)

OBSERVAÇÕES (art. 117)

DAS AUTORIDADES POLICIAIS

DAS AUTORIDADES IMIGRATORIAS

DAS AUTORIDADES SANITARIAS

Visto Autoridade policial

Visto Autoridade imigratoria

Visto Autoridade sanitaria

Nº

Nº

Modelo 15 (art. 95, § 3º)

9m,165 x 0m,11 — Papel apergaminhado branco, 24 quilos BB.



Frente

POLÍCIA MARÍTIMA

(Porto)

Em de de 19....

O portador de nacionalidade passageiro d..... (embarcação) leve o seu passaporte apreendido, de acordo com o § 3º do art. 95 e deve comparecer ao Serviço de Registro de Estrangeiros dentro de 48 horas após o seu desembarque, com 2 fotografias 7 x 5, fundo branco, neste. Desobediência — multa de 100\$000.

.....
((Assinatura e cargo))

(Vide verso)

Verso

(Transcrever o art. 95, § 3º)

Regulamento de Imigração — Dec., de 1938.

Modelo 14 (art. 95, § 2º)

POLÍCIA MARÍTIMA
(PORTO)

Nome

Entrou no Brasil em caráter.....

De acordo com o art..... Letra.....

Dec. n....., de 1938

.....
(Assinatura e cargo)

Modelo 16 (art. 117, § 2º)

POLÍCIA MARÍTIMA
(PORTO)

Desembarque impedido pela.....

Incurso no art.....

Dec. n....., de 1938

.....
(Assinatura e cargo)

Modelo 17 (art. 120, § 3º)

POLÍCIA MARÍTIMA
(PORTO)

Desembarcado sob condição

Art. 120

Dec. n....., de 1938

.....
(Assinatura e cargo)

Modelo 18 (art. 120, § 3º)

0m,22 x 0m,33

Papel apertado BB 24 quilos



POLÍCIA MARÍTIMA

Em ... de ... de 1938

Senhor Chefe,

1. Conquanto a V. S., para os fins convenientes, que, nos termos do art. 120, do Regulamento de Entrada de Estrangeiros, foi autorizado em ... (data) ... (embarcação) ... e desembarque a ... de nacionalidade ... portador do passaporte n. ... expedido pelas autoridades da cidade d. ... e qual foi residir a ...
2. Junto remeto o documento comprovante da caução feita perante ...

(Assinatura e cargo)

A S. S. o Senhor
Chefe do Serviço de Registro de Estrangeiros

Modelo 19 (art. 135)

0m,25 x 0m,115

Capa — parte externa — forrada de couro ou pano couro verde escuro — letras e armas da República douradas.

(REPARTIÇÃO EXPEDIDORA)

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
CARTERA DE IDENTIDADE
PARA ESTRANGEIRO



Reproduzir neste espaço os artigos ns. 135, 143, 144, 145, 146, 147, 153, 158 § unico, 161 e 165.

Modelo 20

Modelo 20 (art. 145)

6m,165 x 0m,22

Papel infalsificável azul claro.



Frete

SERVICO DE REGISTRO DE ESTRANGEIROS

CERTIFICADO DE INSCRIÇÃO

(Só é válido com a apresentação do passaporte)

Nome
Admitido em território nacional em caráter (permanente ou temporário)
nos termos do art.
Lugar e data do nascimento
Nacionalidade estado civil
Pai
Mãe
Filhos menores de 10 anos
Nome Idade Sexo
Passaporte n. expedido pelas autoridades
de na data
visado pela autoridade consular brasileira em
(cidade)
sob n. no ano Data do desembarque
Embarcação
Observações
Em de de 19...

(Selo em relevo)

Chefe do serviço

Nota — Não é válido o certificado que não for autenticado pelo
selo em relevo da repartição expedidora ou se apresentar rasurado.
Este certificado perde o seu valor desde que o seu portador
venha a residir ou exercer qualquer atividade nas zonas urbanas do
país, devendo ser substituído pela carteira de identidade aprovada
pelo regulamento, devidamente anotada. Consideram-se zona urbana
o Distrito Federal, as capitais dos Estados e os portos de desembarque
de estrangeiros.

Regulamento de Imigração — Dec. n., de 1938.

RESOLUÇÃO (R) EMPREGO (E)

Verso

Local

R/E

Data

Modelo 24 (art. 103, § 1º)

0m,22 x 0m,33

Papel apergaminhado BB 24 quilos, branco.



SERVIÇO DE REGISTRO DE ESTRANGEIROS

Em ... de de 19...

Senior

1. Comunico a V. S., para os fins convenientes, que o Sr.
 de nacionalidade
 tidade expedida pelas autoridades policiais d.....
 registro, está autorizado, de acordo com o
 art. 163, § 4º, a fazer o levantamento da caução feita perante
 esse, para o seu desembarque, visto ter
 satisfeito perante este Serviço todas as exigências do art.
 do Regulamento de Imigração.
2. Aproveito o ensejo para reiterar a V. S. os meus protestos de
 elevada estima e distinta consideração.

O chefe do Serviço.

A. S. O. BETHNOT

[illegible]

Modelo 53 (art. 162, § 1º)

Cm.2 e 60,115

Cartão: 10.000.000.

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO

Expedida em duas vias, sendo uma remetida à Imigração

Nome por extenso.....

Admitido em território nacional em caráter.....
(temporário ou permanente)

Nos termos do art. letra do dec. n., de 1938

Lugar e data de nascimento...../...../.....

Nacionalidade..... Estado civil.....

Filiação (nome do Pai e da Mãe).....

Profissão.....

Residência no país de origem.....

NOME

IDADE

SEXO

FILHOS
MENORES
DE 18 ANOSSÊLO SÊCO
DO SERVIÇO

Passaporte n. expedido pelas autoridades de

na data

Visto sob n.

ASSINATURA DO PORTADOR

Nota — Esta ficha deve ser preenchida à máquina pela autoridade, sendo as duas vias em original.

FOTOGRAFIA

(bu. to)

7 x 5

fundo branco

O retrato deverá ser COLADO,
evitando-se o uso dos grampos

Serviço de Registro de Estrangeiros

em

de de 19.....

O chefe de serviço:

Data do desembarque Embarcação

Permanência em território nacional até

Carteira de identidade policial expedida pelas autoridades de

registro n.

Foi residir a

Vai trabalhar

Pretende deixar o Brasil pelo porto de

Observações

Papel apergaminhado BB 24 quilos



AUTO DE INFRAÇÃO

[illegible]

infringindo, assim, o disposto no art. do regulamento
anexo ao decreto-lei n. 406, de 4 de maio de 1938, notifiquei o fato
ao referido e intimei-o para que apre-
sentasse a sua defesa no prazo de dias, pelo que lavrei
o presente auto que vai assinado por mim, pelo autuado.....
e será presente ao
(à autoridade);
para os devidos fins.

Regulamento de Imigração — Dec. n. de 1938.

Por decreto de 10 do corrente, foi nomeado Laudelino Fernandes, auxiliar, em disponibilidade, padrão G, da extinta Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, para exercer o cargo de escrivão, classe F, do quadro IV.

Por outro de 15 do corrente, foi nomeada Maria Antonieta Mesquita de Barros para exercer o cargo da classe E, da carreira de Bibliotecário do quadro I.

Por outros de 16 do corrente, foram nomeados: Adauto Junqueira Botelho, médico psiquiatra da classe K, do quadro I, para exercer, em comissão, o cargo de diretor do Hospital Psiquiátrico do Serviço de Assistência a Psicopatas do Distrito Federal, padrão L, do mesmo quadro; e Alafide Ribeiro Cintra para exercer, interinamente, o cargo da classe C, da carreira de inspetor de alunos do quadro I.

Por outros de igual data, foram designados João da Costa Pimentel e o Dr. Alvaro de Abreu e Silva, para exercerem, interinamente e em comissão, as funções de inspetor de estabelecimento de ensino secundário, respectivamente, nos Estados de São Paulo e Minas Gerais.

Por outros da mesma data, foram concedidas exonerações a Plínio Martins Rodrigues, Benedito Jonas de Moraes Correia e José Ataliba Leonel das funções de inspetor de estabelecimentos de ensino secundário, o primeiro e o último no Estado de São Paulo e o segundo, no Estado do Piauí.

Por outro de igual data, foi exonerado, nos termos do art. 2º do decreto-lei n. 24, de 29 de novembro de 1937, Helena Lins de Barros Brito das funções de inspetor federal, interino e em comissão, de estabelecimentos de ensino secundário no Distrito Federal.

17 Por outro da mesma data, foi tornado semi efeito o decreto de 19 de maio último, pelo qual foi designado Alfeu Medeiros para

exercer, interinamente e em comissão, as funções de inspetor de estabelecimentos de ensino secundário no Estado de Minas Gerais, visto não ter tomado posse no prazo legal.

Por áutros da mesma data, foi tornado sem efeito o decreto de 2 de agosto corrente, pelo qual foi exonerado, nos termos do art. 2.º, do decreto-lei n. 24, de 29 de novembro de 1937, Plínio Martins Rodrigues das funções de inspetor, interino e em comissão, de estabelecimentos de ensino secundário no Estado de São Paulo.

O Presidente da República resolve, de acôrdo com o disposto nos decretos ns. 19.552, de 31 de dezembro de 1930, e 19.878, de 17 de abril de 1931, pôr em disponibilidade, em virtude de extinção do lugar e por contar mais de 10 anos de serviço público federal, o ex-guarda sanitário do extinto Serviço de Saneamento Rural no Estado da Bahia, Eduardo José da Silva, percebendo os vencimentos que lhe competirem, nos termos do art. 1º do citado decreto número 19.552.

A importância desses vencimentos será apurada, fixada e lançada em folha na competente repartição pagadora, mediante as formalidades estabelecidas nos arts. 265 e 267, do decreto n. 7.751, de 25 de dezembro de 1909, para os casos de aposentadoria, jubilação e reforma.

Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DO SERVIÇO PÚBLICO**

Divisão do Funcionário Público

Expediente despachado nos dias 16 a 18 do corrente mês:

N. 545-37 — Jurema da Costa Araujo, datilógrafa, classe G, Quadro I, do Ministério da Educação e Saúde, solicita reconsideração de despacho sobre pedido de retificação de classificação. — Indeferido, à vista do parecer.

O parecer a que alude o presente despacho é o seguinte: "Não apresentou a requerente nenhum argumento que justifique a reconsideração da decisão do extinto C. F. S. P. C. A sua classificação na carreira de datilógrafo é a consequência lógica de sua situação anterior à lei do reajustamento. Os atestados que ora apresenta, comprovantes de que, como datilógrafo, ha exercido e exerce funções de escriturário, apenas demonstram que a lei do Reajustamento não está sendo cumprida e o seu objetivo mal entendido, por que a representante não se poderá atribuir função diferente da privativa de sua carreira profissional. Sou, pois, de opinião que se mantenha a decisão recorrida. — Paulo Lyra, diretor da divisão.

N. 694-37 — Rute Barcelos, secretária estenógrafa do quadro I — Ministério da Educação, pede sua classificação em cargo de carreira. — Convido a requerente a comparecer a esta D. F., na 2ª 4ª ou 6ª feira, de 16 às 18 horas. — *Paulo Lyra*, diretor da divisão.

N. 1.898-37 — Lafaiete Rodrigues dos Santos, oficial administrativo, classe I, Quadro III, Ministério da Justiça — Imprensa Nacional — pede transferência de carreira e quadro. — Indeferido, à vista do parecer. Publique-se e vá à D. S.

O parecer a que alude o presente despacho é o seguinte: "Pede o requerente que a sua transferência, para a carreira de estatístico, do Quadro I, do Ministério da Fazenda, seja feita independente da satisfação da exigência legal da prestação de provas. O argumento invocado pelo peticionário de que se àquela carreira pertencesse, antes do Reajustamento, estaria, como os funcionários que a compõem, dispensado de provas, não procede, porque, na vigência daquela lei, como prescreve o seu art. 35, a transferência de uma para outra carreira diferente não se pode efetuar sem a prestação das provas de habilitação. Além disso, é preciso ter em vista, como salienta a informação, que na classe J da carreira para que deseja ser transferido o peticionário, ha excedentes, o que retarda a pleiteada transferência. Sou de opinião que se indefira a petição e remeta-se o processo à D. S., para apreciar os programas anêxos. — *Paulo Lyra*, diretor da divisão."

N. 4.555-38 — Alexandre Helena, oficial administrativo, classe II, Quadro único do Ministério da Agricultura, pede transferência para o Tribunal de Contas. — “Sou, também, pelo deferimento, à vista do parecer. Submeta-se à aprovação do Senhor Presidente da República”.

O parecer a que alude o despacho supra é o seguinte: O decreto-lei n. 426, d'este ano, em seu art. 63, diz que os cargos das diversas classes da carreira de official administrativo podem ser preenchidos, mediante transferência de funcionários da mesma carreira dos quadros dos diversos ministérios em cujas classes houver excedentes.

A O. E. do Ministério da Agricultura declara que não tem a opôr à transferência solicitada e a do Ministério da Fazenda, também ouvida, subordina-a, porém, à existência de excedentes na classe a

que pertence o requerente. Na classe II, da carreira de oficial administrativo, nos quadros dos diversos ministérios, só existem excedentes nos quadros VIII — Alfândegas, da Fazenda, e III — Imprensa Nacional, da Justiça, ou sejam 25 naquele e 5 nesse Ministério. Daí se conclui que não há excedentes na classe da petição, o que vedaria a transferência, desde que a essa condição, isto é, a existência de excedentes, subordinou-a a C. E. da Fazenda.

É preciso, porém, salientar que os excedentes do Quadro VIII — Alfândegas — não requererão a transferência, desde que são funcionários sujeitos ao regime de quotas aos quais a transferência seria prejudicial.

Amitindo-se, porém, que uns e outros, isto é, os funcionários ocupantes de cargos excedentes de ambos os quadros requeressem e fossem transferidos e eles são 30, ainda o número de vagas na classe II, daquela carreira, no Tribunal de Contas, comportaria a transferência requerida, desde que, como é certo, existem a preencher 47 cargos. Note-se, ainda, que a transferência foi requerida em março, quasi dois meses antes do decreto-lei 426, que organizou o Tribunal de Contas.

Sou, assim, pelo deferimento da petição, que está amparada por dispositivo legal". — *Paulo Lyra*, diretor da Divisão.

N. 4.839-38 — Valdemar Moreira Tinoco e outros, guarda-fios titulares do Departamento dos Correios e Telégrafos — Ministério da Viação, sobre promoções para o cargo de Inspetores, classe G. — "Indeferido, à vista do parecer".

O parecer a que alude o presente despacho é o seguinte:

"Os peticionários não podem ser atendidos, porque o artigo 41, da Lei do Reajustamento o impede. O ingresso em carreira diferente da dos requerentes só poderá verificar-se mediante a prestação das provas que a lei exige". — *Paulo Lyra*, diretor da Divisão.

N. 4.905-38 — Práticos rurais do Ministério da Agricultura, pedem retificação de classificação. — "Indeferido, à vista do parecer. Publique-se e restitua-se à C. E. da Agricultura".

O parecer a que alude o presente é o seguinte:

"Esgotado o prazo legal, para a apresentação de reclamações, nada há a providenciar, convido salientar que a pretensão dos peticionários envolve radical transformação na estrutura da Lei do Reajustamento, em relação ao Ministério da Agricultura, o que não traz vantagem para o serviço, como salienta a respectiva C. E. Sou, por isso, pelo indeferimento". — *Paulo Lyra*, diretor da Divisão.

N. 5.502-38 — Francisco Lins da Nóbrega, ex-ajudante da E. F. Central do Brasil, atual oficial administrativo, classe J, pede aproveitamento em cargo equivalente ao que exercia antes de ser posto em disponibilidade. — "Dirija-se, querendo, à autoridade competente".

N. 5.516-38 — João da Silva Costa, marinho da classe D — do Quadro IX — do Ministério da Fazenda, pede transferência para igual classe da carreira de escriturário dos Quadros III ou VII do mesmo Ministério. — "De acordo com o parecer. Submeta-se à aprovação do Sr. Presidente da República".

O parecer a que alude o presente é o seguinte:

"João da Silva Costa, marinho, classe D, do Quadro IX — Agências Fiscais — do Ministério da Fazenda, tendo concurso de primeira entrada de Fazenda, pediu ao antigo C. F. S. P. C. a sua transferência, na mesma classe, para a carreira de Escriturário dos Quadros III — Recebedorias Federais, ou VII — Delegacias Fiscais — daquele Ministério.

2. Aquele Conselho solicitou, sobre o assunto, o parecer da C. E. da Fazenda.

3. Essa C. E., examinando a petição, em face do artigo 32, da Lei do Reajustamento, que cogita da transferência ou remoção, à vista das conveniências dos serviços, opinou pelo indeferimento da petição.

4. Não se trata, porém, da transferência ou remoção, prevista no artigo 32 em que aquela C. E. enquadrou o pedido, mas da transferência permitida pelo artigo 35 daquela lei.

5. E assim o é, porque o artigo 32 prevê a transferência ou remoção de qualquer funcionário "de uma para outra localidade ou repartição de cada Ministério", quando no caso a transferência é de carreira e de um para outro Quadro, dentro do próprio Ministério da Fazenda, a que o peticionário pertence.

6. A mesma C. E., em processo em que Celina Ramos, datilógrafa, classe G, do Quadro I, da Fazenda, requereu, alegando, também, ter concurso de primeira entrada de Fazenda, transferência para a carreira de Escriturário, na mesma classe, opinou favoravelmente e o antigo C. F. S. P. C., amparado nesse parecer, manifestou-se pelo deferimento, que foi homologado pelo senhor Presidente da República. 7. Firmada essa orientação, acertada aliás, nada aconselha que se a modifique, mas, ao contrário, tudo indica que se a mantenha, como justo prêmio àqueles que, mediante a prestação de provas, alcançaram classificação que lhes permite ingresso na carreira profissional para que se inclinam os seus pendores. Sou, assim, pelo deferimento da petição que recompensa o esforço e a dedicação de um funcionário braçal que aspira acesso justo à carreira de pluma. Em tempo esclareço que o funcionário peticionário requereu transferência para os Quadros III ou VII, por que nesses Quadros há também D a classe inicial da carreira de Escriturário. — *Paulo Lyra*, diretor da Divisão.

N. 5.869-38 — Joaquim Gaffrée, encarregado da Administração do Domínio da União, no Estado de Alagoas, Ministério da Fazenda, pede retificação de classificação. — "Indeferido, à vista do parecer. Publique-se e restitua-se à C. E. da Agricultura". O parecer a que alude o presente é o seguinte: "O decreto-lei 426, deste ano, que corrige falhas na classificação do Quadro I,

da Fazenda, em nada aproveita ao peticionário, que pertence ao Quadro XIII. E mesmo que a correção abrangesse o seu quadro, não o aproveitaria, porque, tendo em vista a situação antiga e o critério que orientou a classificação feita pelo Reajustamento, o requerente só poderia ser incluído na classe G. Sou, por isso, pelo indeferimento". — *Paulo Lyra*, diretor da Divisão.

N. 5.940-38 — Murilo Freire Fontinha, 1º promotor público, aposentado administrativamente, pede aproveitamento. — "Requeira, querendo, à autoridade competente".

N. 5.964-38 — José Renato Pedroso de Moraes, secretário da Escola João Luiz Alves, Ministério da Justiça, aposentado administrativamente, pede reintegração no cargo. — "Dirija-se, querendo, à autoridade competente".

N. 5.979-38 — Araraj Tupi de Campos, auxiliar, em disponibilidade, classe G, do extinto Tribunal Eleitoral de Santa Catarina, pede aproveitamento. — "Dirija-se, querendo, à autoridade competente".

N. 52-38 — Diogenes Caldas, economista rural, classe J, do Quadro Único do Ministério da Agricultura, pede retificação de classificação por antiguidade. — "De acordo com o parecer. Restitua-se à C. E. da Agricultura." O parecer a que alude o presente é o seguinte: "Diogenes Caldas reclama contra a sua classificação por antiguidade e inclusão de seu cargo no plano D. das Instruções reguladoras da organização dessa classificação. Fál-o o peticionário alegando que o cargo que antes exercia não era estanque, mas de acesso natural, e, como tal, devia ser incluído no plano A. O requerente, no Reajustamento, foi incluído na classe J, do da carreira de Agrônomo, do Fomento Agrícola. Posteriormente, a C. E. do Ministério da Agricultura, propôs a sua transferência para a carreira de Economista Rural "por se tratar de funcionário não diplomado em agronomia", no que foi atendida. Essa C. E., depois, organizou a classificação, contra a qual protesta o peticionário, incluindo-o no plano D e agora, em parecer lacônico, é pelo deferimento do requerido. Não discute-se o cargo antigo do peticionário era de acesso; a verdade, porém, é que o requerente, seu ocupante, não poderia ter acesso, porque não preenchia a condição de ser portador de diploma de agrônomo. Em processo sobre assunto idêntico, o antigo C. F. S. P. C. manifestou-se contra o pretendido acesso a um funcionário porque, para que o conseguisse, deveria ter o diploma de bacharel em direito, que não possuía. (Resolução n. 2.185, de 11-2-38.) Sendo assim, não procede a reclamação, devendo o processo ser restituído à C. E. da Agricultura."

N. 110-38 — Carmen Adamo da Silva Carmo, datilógrafa da classe E, do Quadro V do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, pede o seu aproveitamento ou transferência para cargo equivalente. — "Requeira, querendo, à autoridade competente."

Encaminhamentos:

N. 1.916-38 — Francisco Rocha Vieira, carteiro da classe "D", do Quadro XIV, do Ministério da Viação, pede retificação. — A C. E. do Ministério da Viação, solicitando esclarecimentos.

N. 3.755-38 — Zilda Bessa da Silva, auxiliar de 1ª classe da carreira de clínica médica da Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, pede, por não ter sido incluída nas tabelas anexas à Lei n. 284, seu aproveitamento em cargo equivalente. — Encaminhe-se à D. E.

N. 3.968-38 — Adelina de Saldanha, escrevente, em disponibilidade, do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, pede seu aproveitamento como oficial administrativo, classe H, do Quadro I, do Ministério da Justiça. — A requerente foi nomeada para o cargo de escriturário, classe F, Quadro II, Ministério da Fazenda por decreto de 4 de agosto de 1938, publicado no *Diário Oficial* de 11 de agosto de 1938, nada havendo, portanto, a providenciar. Restitua-se o presente processo à Comissão de Eficiência do Ministério da Justiça, para arquivamento.

N. 4.308-38 — Altino Pinto do Figueiredo, auxiliar do extinto Tribunal Regional de Justiça Eleitoral de Goiás, em disponibilidade, pede seu aproveitamento. — Escapa à competência do DASP, apreciar a pretensão do requerente. — Restitua-se à C. E. da Justiça.

N. 4.309-38 — Sidney de Moraes e Castro, auxiliar, em disponibilidade, da Secretaria do extinto Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, pede seu aproveitamento. — O requerente foi nomeado para o cargo de adjunto de promotor do 3º Termo da Comarca de Rio Branco, Território do Acre, padrão L, Quadro VII, Ministério da Justiça, por decreto de 2 de agosto de 1938, publicado no *Diário Oficial* de 10 de agosto de 1938, nada havendo, portanto, a providenciar. — Restitua-se o presente processo a C. E. do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, para arquivamento. — *Paulo Lyra*, diretor da Divisão.

N. 4.311-38 — Mario de Castro Magalhães, auxiliar de Secretaria, em disponibilidade, do extinto Tribunal Regional de Justiça Eleitoral de Minas Gerais, pede seu aproveitamento. — Escapa à competência do DASP, apreciar o requerido, desde que cabe ao Sr. ministro da Justiça julgar, como parecer mais acertado, a pretensão do requerente. Restitua-se à C. E. da Justiça. — *Paulo Lyra*, diretor da Divisão.

N. 4.549-38 — Manoel Borges da Fonseca, 1º oficial, aposentado em disponibilidade, do extinto Juízo Federal de Pernambuco, pede a sua majoração de gratificação adicional. — Solicito o parecer da C. E. do Ministério da Viação.

N. 4.685-38 — João Augusto de Figueiredo Rocha, fiscal, em disponibilidade da extinta Inspetoria de Bancos, pede seu aproveitamento. — O requerente foi nomeado para o cargo de oficial admi-

nistrativo, classe II. Quadra II, Ministério da Fazenda, por decreto de 10 de agosto de 1938, publicado no *Diário Oficial* de 15 do mesmo mês e ano, não havendo, portanto, a providenciar. Encaminhado à S.C.

N. 5.205-33 — Jonathan de Albuquerque Sousa, oficial de Justiça, com disponibilidade, do extinto Juízo Federal de Pernambuco, pede seu aproveitamento. — Escapa à competência do DASP apreciar o requerido. Restitua-se à C.E. da Justiça.

N. 5.209-33 — Renato de Paula, chefe de seção do extinto Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, pede seu aproveitamento em cargo equivalente. — Escapa à competência do DASP apreciar o requerido. Restitua-se à C.E. da Justiça.

N. 5.332-38 — Guilherme Catrambi e outros, tesoureiro e ajudantes do Tesoureiro da Imprensa Nacional, pedem retificação de classificação — A C.E. do Ministério da Justiça, solicitando parecer.

N. 5.614-38 — Eutacídes Alves Vieira, carteiro, classe B, da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos, com exercício em Recife, pede que não lhe seja imposta a pena de suspensão. — A S.C., para arquivamento.

CONSELHO FEDERAL DO SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

EXPOSIÇÕES DE MOTIVOS

N. 5.802 — Em 14 de julho de 1938 — Excelentíssimo Senhor Presidente da República — A lei n. 284, de 1936, em seu artigo 41, determina que o ingresso em carreira se faça mediante prévia habilitação em concurso de provas, ou de provas e títulos, organizada por este Conselho, na conformidade da alínea b, do artigo 10 da mesma lei.

2. O problema relativo à seleção do pessoal é importante e complexo, exigindo que se o encare através das múltiplas necessidades da administração, objetivo que somente poderá ser atingido após um período de tempo mais longo que aquele de que dispõe o Conselho, até agora, para atender a todas essas necessidades. A sua ação, nesse particular, já se tem feito sentir, embora não lhe seja sido possível, pela carência de tempo, selecionar candidatos para todos os cargos públicos cujo provimento imediato se mostrou imprescindível.

3. Em tais casos, a administração tem, invariavelmente, recorrido às nomeações interinas, feitas de acordo com o artigo 53, da lei n. 284, de 1936, isto é, dependendo a efetivação das pessoas nomeadas de habilitação e classificação em concurso.

4. Todavia, essas investiduras, de caráter precário, sendo feitas sem garantia alguma de seleção, possibilitam a nomeação de pessoas não habilitadas, cuja presença vai constituir problema de ainda mais difícil solução que a deficiência numérica de funcionários: — a deficiência de qualidade. Assim, como o Governo tem em vista elevar, pela seleção, o nível de capacidade e eficiência do funcionalismo, faz-se mister dar-lhe elementos que o habilitem a evitar que, mesma temporariamente, seja confiado a incompetentes o exercício de cargos públicos.

5. Estudando cuidadosamente o assunto, chegou o Conselho à conclusão de que pode ser adotada uma providência que desanime os incapazes, dificultando, — se não impedindo, — sua intromissão pela porta fácil da interinidade.

6. E essa providência é a que, de acordo com o resolvido em sessão de 22 de junho último, tenho a honra de submeter à apreciação de V. Ex., consubstanciada no anexo projeto de decreto-lei, em que se propõe:

a) o ocupante interino de cargo cujo provimento efetivo dependa de habilitação em concurso deverá, obrigatoriamente, inscrever-se no primeiro que se efetuar para esse fim;

b) serão exonerados, por proposta do Conselho, os interinos que não tenham apresentado os documentos necessários à inscrição, bem como os que forem inhabilitados no concurso.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — *Luiz Simões Lopes*, presidente. Assinado o decreto-lei n. 578, de 29 de julho de 1938.

N. 6.084 — Em 29 de julho de 1938 — Excelentíssimo senhor Presidente da República:

Recentemente, foi submetido à elevada consideração de Vossa Excelência um decreto pelo qual se efetivava determinado funcionário em cargo da classe H, da carreira de preparador, do quadro I do Ministério da Guerra.

2. Acontece, porém, que os cargos de preparador, não constituem carreira, são, por natureza, cargos isolados e foram classificados no padrão G.

3. Por essa razão, este Conselho se manifestou contrário à expedição do decreto em apreço.

4. Entretanto, o Ministério da Guerra, julgando encontrar apoio no artigo 2º, do decreto-lei n. 103, de 1937, propõe não só que se rea-

lize essa efetivação mas também que se crie uma carreira de preparador, composta de cargos dos padrões H e I.

5. Assim está redigido o citado dispositivo legal:

"Artigo 2º — Nas aulas de ensino experimental haverá preparadores efetivos, nomeados mediante concurso de títulos ou provas, a que poderão concorrer civis e sargentos da ativa.

Parágrafo único. Seus vencimentos serão iguais aos dos preparadores dos institutos federais congêneres".

6. Acontece, porém, que não mais existem cargos de preparador nos institutos civis de ensino; passaram, esses cargos, a denominar-se de assistente, por força da lei n. 284, de 1936.

7. Por isso e pelo fato de serem análogas as funções de preparador em institutos do Exército às de assistente, em escolas civis, pretende o Ministério da Guerra que a disposição de lei acima transcrita teve por finalidade estabelecer remuneração idêntica para uns e outros desses serventários.

8. Essa interpretação, efetivamente, é a única aceitável, pois de outro modo não teria significação o dispositivo em apreço, o qual virtualmente alterou a remuneração dos cargos de preparador no Ministério da Guerra, classificando-os no padrão H.

9. Tendo em vista o exposto, este Conselho é de parecer que a proposta desse ministério merece ser atendida em parte; mas, somente em parte, pois seria injustificável a criação de uma carreira de preparador, integrada por cargos dos padrões H e I.

10. Com efeito, justamente pelo fato de o decreto-lei n. 103, de 1937, haver estabelecido para os atuais preparadores do Exército remuneração igual à dos assistentes, em escolas civis, não poderia aqueles ter vencimentos do padrão I, desde que estes foram classificados no padrão H.

11. Acresce que se trata de cargos de magistério, os quais, por natureza, não podem constituir carreira. De fato, entre esses cargos não seria admissível acesso normal, uma vez que para o provimento de cada um é exigida habilitação especial.

12. Considerando o exposto e em virtude de se tornar necessário precisar o sentido do parágrafo único do artigo 9º do decreto-lei número 103, de 1937, este Conselho tem a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto-lei pelo qual as tabelas da lei n. 284, de 1936, seriam alteradas de acordo com o que prescreve o citado dispositivo do decreto-lei n. 103, de 1937.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — *Luiz Simões Lopes*, presidente.

Assinado o decreto-lei n. 600, de 5 de agosto de 1938.

SECRETARIAS DE ESTADO

Ministério da Justiça e Negócios Interiores

Diretoria da Justiça e do Interior

Primeira seção

Requerimento despachado pelo Sr. Presidente da República João Bernardino, condenado pelas Justiças do Estado de São Paulo. — Indeferido.

Ministério da Educação e Saúde

Serviço de Contabilidade

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 16 de agosto de 1938

Ofícios:

Ao Sr. ministro da Fazenda:

N. 2.390 — Solicitando distribuição à Delegacia do Tesouro Nacional, em Londres, da quantia de 120.000\$, para pagamento das despesas de material fornecido em proveito do Instituto Oswaldo Cruz.

N. 2.397 — Solicitando pagamento, por exercício encerrado, da importância de 792\$, a Angenor Augusto da Silva, marinho do Ministério, relativa à diferença de vencimentos que deixou de receber em 1937.

N. 2.398 — Solicitando pagamento, por exercício encerrado, da importância de 792\$, a Sebastião Xavier de Araújo, marinho do Ministério, relativa à diferença de vencimentos que deixou de receber em 1937.

N. 2.399 — Solicitando pagamento, por exercício encerrado, da importância de 792\$, a Manuel Pedro de Oliveira, marinho do Ministério, relativa à diferença de vencimentos que deixou de receber em 1937.

N. 2.400 — Solicitando pagamento, por exercício encerrado, da importância de 792\$, a Luiz Viana de Abreu, marinho do Minis-

tério, relativa à diferença de vencimentos que deixou de receber em 1937.

N. 2.401 — Solicitando pagamento, por exercício encerrado, da importância de 792\$, a Norberto Pereira dos Santos, marinheiro do Ministério, relativo à diferença de vencimentos que deixou de receber em 1937.

N. 2.402 — Solicitando pagamento, por exercício encerrado, da importância total de 792\$, a Rafael de Araujo Fonseca, marinheiro do Ministério, relativo à diferença de vencimentos que deixou de receber em 1937.

N. 2.403 — Solicitando pagamento, por exercício encerrado, da importância de 792\$, a Manuel Pereira da Silva, marinheiro do Ministério, relativo à diferença de vencimentos que deixou de receber em 1937.

N. 2.404 — Solicitando pagamento, por exercício encerrado, da importância de 792\$, a Sila Rodrigues de Moraes, marinheiro do Ministério, relativo à diferença de vencimentos que deixou de receber em 1937.

N. 2.405 — Solicitando pagamento, por exercício encerrado, da importância de 792\$, a Jádriel Batista de Oliveira, marinheiro do Ministério, relativo à diferença de vencimentos que deixou de receber em 1937.

N. 2.406 — Solicitando pagamento, por exercício encerrado, da importância de 792\$, a José Vilar Rabelo, marinheiro do Ministério, relativo à diferença de vencimentos que deixou de receber em 1937.

N. 2.407 — Solicitando pagamento, por exercício encerrado, da importância de 792\$, a Elpidio Paulino Dutra, marinheiro do Ministério, relativo à diferença de vencimentos que deixou de receber em 1937.

N. 2.408 — Solicitando pagamento, por exercício encerrado, da importância de 792\$, a Bernardino Francisco de Oliveira, marinheiro, relativo à diferença de vencimentos que deixou de receber em 1937.

N. 2.409 — Solicitando pagamento, por exercício encerrado, da importância de 792\$, a Manuel Torres de Oliveira, marinheiro, relativo à diferença de vencimentos que deixou de receber em 1937.

N. 2.410 — Solicitando pagamento, por exercício encerrado, da importância de 792\$, a Veríssimo de Moura, marinheiro, relativo à diferença de vencimentos que deixou de receber em 1937.

N. 2.411 — Solicitando pagamento, por exercício encerrado, da importância de 792\$, a Sálvio Felício de Sousa, marinheiro, relativo à diferença de vencimentos que deixou de receber em 1937.

N. 2.412 — Solicitando pagamento, por exercício encerrado, da importância de 792\$ ao marinheiro Antônio Amâncio da Silva, relativo à diferença de vencimentos que deixou de receber em 1937.

N. 2.413 — Solicitando pagamento, por exercício encerrado, da importância de 792\$, a João Pedro Guimarães, marinheiro, relativo à diferença de vencimentos que deixou de receber em 1937.

N. 2.414 — Solicitando pagamento, por exercício encerrado, da importância de 792\$, a Sebastião Serenado, marinheiro, relativo à diferença de vencimentos que deixou de receber em 1937.

Dia 17

Ao Sr. ministro da Fazenda:

N. 2.418 — Solicitando providências no sentido de ser anulado o pedido de adiantamento solicitado pelo ofício n. 1.818, de 28 de junho do corrente ano, na importância de 18:000\$, a Nair Batista, es-
criturária.

N. 2.420 — Solicitando entrega, pelo Tesouro Nacional, a Maria Aparecida Fernandes, escriturária, da quantia de 18:000\$, para ocorrer a despesas com aquisição de livros para a biblioteca do Departamento Nacional de Saúde durante o período de julho a setembro do corrente ano, nos termos do decreto n. 24.009, de 14 de março de 1934.

N. 2.423 — Informando que, pelo ofício n. 2.366, de 12 do corrente, foi solicitado ao Ministério da Fazenda pagamento da ajuda de custo de 30:000\$ ao Dr. Rodolfo Fuchs, técnico de Educação, para despesas de viagem, como representante do Brasil no Congresso Internacional de Ensino Profissional, a realizar-se em Berlim, neste ano.

N. 2.424 — Solicitando entrega, a título de adiantamento, da importância de 5:000\$ ao diretor do Observatório Nacional, Dr. Sebastião Sodré da Gama, para atender a despesas com a aquisição de livros técnicos ou científicos, nos meses de agosto, setembro e outubro do corrente ano, nos termos do decreto n. 24.451, de 30 de maio de 1932.

N. 2.425 — Solicitando entrega, a título de adiantamento, da importância de 8:000\$, ao diretor do Observatório Nacional, Dr. Sebastião Sodré da Gama, para atender a despesas com assinaturas de jornais e revistas técnicas ou científicas nos meses de agosto, setembro e outubro do corrente ano, nas condições do decreto 24.009, de 14 de março de 1934.

N. 2.426 — Solicitando entrega ao estatístico Oscar Oliveira Pereira de Melo da importância de 2:000\$, como adiantamento, para atender a despesas miúdas e de pronto pagamento, na Diretoria de Estatística, no período de agosto a outubro do corrente ano.

— A' Despesa Pública:

N. 2.429 — Transmitindo processo referente à comprovação do adiantamento na importância de 15:000\$, recebido no dia 13 de abril último, pelo Superintendente do Serviço Gráfico do Ministério, Manuel Alves de Sousa.

— Ao Tribunal de Contas:

N. 2.435 — Restituindo o processo relativo à comprovação do adiantamento da quantia de 1:000\$, entregue ao Dr. Domingos José da Silva Cunha, inspetor de engenharia sanitária do Departamento Nacional de Saúde.

N. 2.436 — Solicitando pagamento de vencimentos a Tarso Coimbra e outro, assistentes técnicos da Divisão de Educação Física, na importância de 3:000\$, relativa a julho último.

— A' Despesa Pública:

N. 2.438 — Transmitindo, satisfeita a exigência do parecer, o processo em que é interessado o servente do Ministério Luiz Marinho Soares.

— Ao Ministério da Fazenda:

N. 2.441 — Solicitando pagamento ao diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade — de diárias, na importância de 800\$, a que fez jus durante o período em que esteve em serviço de inspeção no Estado de Minas Gerais.

— A' Despesa Pública:

N. 2.443 — Transmitindo processo referente à comprovação do adiantamento na importância de 25:000\$, recebido no Tesouro Nacional, no dia 13 de maio último, pelo oficial administrativo Alberto Cândido de Freitas.

— Ao Ministério da Fazenda:

N. 2.452 — Solicitando pagamento de gratificação, por serviços prestados fora das horas do expediente, pelo assistente do Departamento Nacional de Educação, Sílvia Cristóforo, durante o mês de julho findo.

— A' Despesa Pública:

N. 2.454 — Transmitindo documentos referentes à comprovação do adiantamento na importância de 1:500\$, recebido em 29 de abril último, pelo oficial administrativo Alberto Silveiras.

— Ao Ministério da Fazenda:

N. 2.456 — Solicitando pagamento a "Lux-Jornal", da importância de 3:900\$, referente a serviços prestados à Secretaria de Estado, durante os meses de janeiro a junho últimos.

N. 2.460 — Solicitando pagamento, por exercício encerrado, da importância de 3:362\$400, a D. F. Moutinho & Comp., por fornecimento de material de desenho ao Departamento Nacional de Educação, em novembro de 1935.

N. 2.462 — Solicitando pagamento, por exercício encerrado, na importância de 1:000\$, a "Lux-Jornal", por serviços prestados à Inspeção Geral do Ensino Secundário, durante os meses de janeiro a maio de 1936.

N. 2.464 — Solicitando pagamento, por exercício encerrado, na importância de 3:600\$, à professora de puéricultura da Divisão do Amparo à Maternidade e à Infância, Edith do Carmo Pereira, nos termos do ato 42, de 24 de dezembro de 1937, do Conselho Federal do Serviço Público Civil, e referente à diferença de vencimentos que deixou de receber no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1937.

— A' Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado da Bahia:

N. 2.466 — Encaminhando requerimento em que o Dr. Joaquim Martagão Gesteira, professor catedrático da Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil, solicita pagamento da importância de 2:520\$, relativa à gratificação adicional de 10 %, nos exercícios de 1936 a 1937.

— Ao Ministério da Fazenda:

N. 2.467 — Solicitando distribuição dos créditos, na importância total de 161:100\$, para ocorrer, no corrente ao, ao pagamento do pessoal extranumerário-mensalista admitido para as delegacias federais de saúde, de acordo com autorização do Sr. Presidente da República.

— Ao Departamento Nacional de Saúde:

N. 2.469 — Comunicando que foi aprovada a comprovação das despesas feitas durante o mês de setembro de 1937 pela Fundação Rockefeller, com o Serviço de Febre Amarela.

— Ao Departamento Nacional de Saúde:

N. 2.470 — Comunicando que foi aprovada a comprovação das despesas feitas com o Serviço de Febre Amarela, pela Fundação Rockefeller, durante o mês de agosto de 1937.

— A Despesa Pública:

N. 2.471 — Transmitindo processo, relativo à comprovação do adiantamento na importância de 750\$000, recebido, em 9 de abril, do corrente ano, pelo escriturário José Delfino.

N. 2.472 — Transmitindo processo, relativo à comprovação do adiantamento na importância de 3:750\$, recebido em 11 de maio último, por Avelino de Godói, oficial administrativo.

N. 2.474 — Transmitindo processo referente à comprovação do adiantamento na importância de 3:000\$ recebido no dia 30 de junho último, pelo Chefe de Portaria, Sr. João Gomes Brasil.

— Ao Ministério da Fazenda:

N. 2.475 — Solicitando entrega, como auxílio, pelo Tesouro Nacional, da importância de 20.000\$, ao professor Osvaldo Teixeira, presidente da Comissão Organizadora do Salão de Belas Artes, de 1938, para correr as despesas com a organização do mesmo salão, no corrente ano, conforme autorização do Sr. Presidente da República.

REQUERIMENTOS DESPACHADOS PELO SR. DIRETOR

Dia 10 de agosto de 1938

Sociedade Hospital de Caridade de Santa Rosa (Rio Grande do Sul), apresentando prestação de contas de auxílios recebidos no segundo semestre de 1936 e exercício de 1937. — A instituição deve apresentar documentos habéis. (SE-22.054, de 1938.)

Sociedade Beneficente São Pedro Canisio, de Montenegro (Rio Grande do Sul), apresentando a prestação de contas do auxílio recebido em 1937. — Apresente faturas discriminativas dos fornecimentos feitos. (SE-23.898, de 1938.)

Asilo N. S. de Nazaré, do Distrito Federal, comprovando o auxílio recebido em 1937. (SE-24.012, de 1938.)

Santa Casa de Misericórdia, de Flores da Boa Esperança (Minas Gerais), apresentando a prestação de contas do auxílio recebido em 1937. — Aprovada. (SE-27.358, de 1938.)

Orfanato Santo Antônio, de Belo Horizonte (Minas Gerais), apresentando a prestação de contas do auxílio recebido em 1937. — Aprovada. (SE-22.916, de 1938.)

Santa Casa de Misericórdia, de Alagoinhas (Bahia), satisfazendo exigência feita na prestação de contas referentes aos auxílios recebidos em 1935, 1936 e 1937. — Aprovada. (SE-27.372, de 1938.)

Associação São Vicente de Paulo, de Marília (São Paulo), apresentando a prestação de contas do auxílio recebido em 1937. — Aprovada. (SE-29.338, de 1938.)

Dia 15 de agosto de 1938

Sociedade Pestalozzi, de Belo Horizonte (Minas Gerais), apresentando a prestação de contas do auxílio recebido em 1937. — Complete os selos dos documentos. (SE-27.365, de 1938.)

Colégio N. S. Auxiliadora, de Batatais (São Paulo), prestando contas de auxílios recebidos no segundo semestre de 1936 e exercício de 1937. — A prestação não satisfaz, devendo ser substituída. (SE-27.344, de 1938.)

Departamento de Administração Geral

Dia 17 de agosto de 1938

PORTARIA N. 1

O diretor do Departamento de Administração Geral, resolve, de acordo com o item IX, da portaria n. 166, de 16 de agosto de 1938, do Sr. ministro da Educação e Saúde, substituir ao Sr. Alvaro Alves de Sá, chefe da Seção de Controle, respondendo pelo expediente do Serviço do Pessoal, deste ministério, competência para despachar processos relativos a averbações e a retificação de nomes.

Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1938. — Eder Jansen de Melio, diretor geral.

Serviço do Pessoal

EXPEDIENTE DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

No processo em que o auxiliar de ensino do Instituto Benjamin Constant, Palmira Fernandes Bastos, pede aproveitamento em lugar vago de professora, foi proferido, em 15 do corrente, o seguinte despacho: "Arquive-se."

No processo n. 5.003-36 (reclamação de João Evangelista Silveira da Mota, à Comissão Revisora), foi proferido, em 15 do corrente, o seguinte despacho: "Arquive-se."

No processo n. 29.155-38, foi autorizado o Dr. Jorge Henrique Augusto Padberg-Drinkpol, naturalista da classe J, a aceitar, com prejuízo de seus vencimentos, o convite para reger, em comissão, a cadeira de pré-história e etnologia da Universidade do Distrito Federal.

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Dia 10 de agosto de 1938

Apostilas:

No decreto de 11 de agosto de 1937, pelo qual foi concedida aposentadoria a Zacarias Gomes Lima, foi declarado que o funcionário foi aposentado no cargo da classe D, da carreira de encadernador, do quadro I.

Dia 12

No decreto de 25 de janeiro do corrente ano, pelo qual foi concedida aposentadoria a Martinho Dumense, no cargo da classe H, da carreira de fotógrafo do quadro I, foi declarado que o funcionário é aposentado nos termos do art. 156, letra "d", da Constituição, combinado com o art. 2º da lei n. 893, de 9 de novembro de 1937.

Dia 13

Requerimentos despachados

Dr. Djalma de Almeida Cruz, pedindo aproveitamento como médico clínico — Na classe inicial da carreira, ha 16 excedentes e os cargos vagos já foram extintos (3.312-38).

Dr. Armando Neves, pedindo aproveitamento como médico clínico — Na classe inicial da carreira, ha 16 excedentes e os cargos vagos já foram extintos. (40.781-37).

Dia 15

Portarias:

Dispensando, a partir de 11 de junho último, Godofredo Rodrigues Diogo, das funções de trabalhador de 4ª classe do Instituto Benjamin Constant, a que se refere a portaria n. 961, de 5 de março de 1937.

Dispensando, a pedido, a partir de 6 de março último, Alvaro Duque Estrada, das funções de auxiliar de escrita de 4ª classe, extranumerário, do Serviço de Assistência a Psicopatas, a que se refere a portaria n. 2.072, de 5 de março de 1937.

Dia 16

Designando o professor Olímpio Oliveira Ribeiro da Fonseca, para membro do Conselho Técnico Administrativo da Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil.

Designando o professor Pedro A. Pinto, para idênticas funções.

Dia 17

Designando o professor José Flexa Ribeiro, para membro do Conselho Técnico Administrativo da Escola Nacional de Belas Artes da Universidade do Brasil.

Designando Germano Bonow Filho, para inspetor de ensino comercial no Estado do Rio Grande do Sul.

Designando Otto Floriano de Almeida, oficial administrativo da classe J, para servir no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, como chefe do Serviço do Expediente.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 12 de agosto de 1938

Licença:

A Maria José Regis, professora interina, padrão G, do quadro VII, um ano, nos termos do artigo 1º do decreto n. 42, de 15 de abril de 1935, devendo entrar no gozo da licença dentro do prazo de 15 dias.

Dia 15

Requerimentos despachados:

Dulce Santos, pedindo retificação de nome para Dulce Santos de Miranda. — Retifique-se. (23.275-38).

Dia 16

Sebastião Gomes Jardim, pedindo certidão. — Certifique-se. (30.685-36).

José Osório, pedindo retificação de nome. — Reconheçam-se as firmas e sele devidamente o atestado (20.298-38).

Dr. Manuel Vieira, pedindo certidão. — Certifique-se. (29.765, de 1938).

Dia 17

Léa Vilares Paiva, pedindo retificação de nome. — Retifique-se. (31.527-38).

Emília Cardoso de Freitas, pedindo retificação de nome. — Retifique-se. (31.575-38).

Antônio Goulart da Silva, pedindo certidão. — Certifique-se. (29.277-38).

Licenças:

A Artur César da Fonseca, escriturário da classe G do quadro I, seis meses, nos termos do artigo 1º do decreto n. 42, de 15 de abril de 1935, a partir de 4 de julho último.

A Godofredo Brandão Graça, médico sanitário da classe J do quadro I, um ano, nos termos do artigo 1º, do decreto acima referido.

Ao bacharel Armando Fragozo, oficial administrativo da classe L, 30 dias, nos termos do artigo 8º, n. I, do decreto n. 14.663, de 1 de fevereiro de 1921, a partir de 1 do corrente.

Apostila:

Na portaria designando Maria Salomão Coutinho para inspetor de ensino comercial em Minas Gerais, foi declarado que a inspetora se chama Maria Salomé Coutinho.

Divisão do Ensino Secundário

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Dia 19 de agosto de 1938

N. 11.960-36 — Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, de Ribeirão Preto, S. Paulo, inspeção preliminar. — Concedo a inspeção preliminar por dois anos, 6-8-38.

N. 19.918-38 — Diretor do Ateneu Teixeira Mendes, do Maranhão, pedindo isenção do pagamento das quotas de inspeção. — A quota de inspeção deve ser paga, não permitindo a lei a sua dispensa. Pelo motivo de beneficiar a população necessitada, poderá o estabelecimento obter uma subvenção, na forma da lei, 30-7-38.

N. 24.745-38 — Blair de Abreu, pedido de readmissão. — Não há, a vista das informações, motivo para afastamento do professor. Fica no critério do colégio readmiti-lo, 6-8-38.

N. 382-35 — Instituto Cardoso, S. Luiz, Maranhão (recurso). — Indeferido, 13-8-38.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR DA DIVISÃO DE ENSINO SECUNDÁRIO

Dia 19 de agosto de 1938

N. 21.588-37 — Marcelo Pirfo, adaptação do curso. — Deferido, 16-8-38.

N. 10.217-35 — Colégio Santo Amaro, Rio, revisão da ficha. — Aprovado a classificação "bom", com 9.037 pontos, 16-8-38.

N. 20.925-38 — Silvestre Escobar, retificação da data de nascimento. — Compareça para prestar esclarecimentos, 10-8-38.

N. 28.078-38 — João Antônio Vila Nova, devolução de certidão de nascimento de João Sérgio. — Indeferido, 16-8-38.

N. 30.217-38 — Aquiles Luiz de Oliveira, devolução de certidão de nascimento. — Indeferido, 16-8-38.

N. 17.724-38 — Georgino Avelino, segunda via para seu filho George Avelino. — Junte certidão de idade do aluno George Avelino, 16-8-38.

N. 20.553-38 — Francisco Matos Pimentel, matrícula fora da época legal. — Indeferido. Preste, se quiser, em época legal, exame nos termos do art. 100 do decreto n. 21.211, 15-8-38.

N. 29.988-38 — Alberto Conte, transferência fora da época legal. — Deferido, 15-8-38.

N. 17.485-38 — Regina Helena Loureiro Lacerda, matrícula fora da época legal. — Efetive-se a matrícula, 12-8-38.

Divisão de Ensino Superior

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Dia 18 de agosto de 1938

N. 16.535-38 — Eliano Martins da Cruz. — Arquivar-se.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 18 de agosto de 1938

N. 5.902-38 — Jairo Alves Pinheiro. — Não há o que deferir.

N. 29.192-38 — José Gumercindo Marques Otéro. — Compareça à Divisão do Ensino Superior para prestar esclarecimentos.

N. 30.971-38 — Luiz Gonzaga de Paiva Dias. — Aguarde a concessão de reconhecimento oficial à Faculdade em que se diplomou.

N. 1.680-37 — Nestor Porfírio de Almeida Sampaio. — Compareça a esta Divisão para esclarecimentos.

Registro de diplomas

N. 13.832-38 — Mário Citrângulo. — Deferido.

N. 19.447-38 — Manuel Carneiro Xavier de Almeida. — Deferido.

N. 27.512-38 — José Nelon Alves. — Deferido.

N. 31.302-38 — Mariete Fabiano. — Deferido.

N. 31.305-38 — Wyrus Silva. — Deferido.

N. 31.303-38 — Carlos Vilhena de Araújo Andrade. — Deferido.

N. 30.892-38 — Enzo Rugai. — Deferido.

N. 30.892-38 — Lourenço Quilici. — Deferido.

N. 30.892-38 — Américo de Oliveira Crespo. — Deferido.

N. 30.892-38 — Zolito Schüller Reis. — Deferido.

N. 30.892-38 — Ramon Afonso Anhel. — Deferido.

Registro de professores

Dia 16 de agosto de 1938

N. 3.157-37 — Rúbens Pimentel. — Deferido.

N. 11.351-37 — Davi Nidalgo Ferreira. — A Comissão Especial.

N. 21.164-37 — Alfredo Blisson. — Idem idem.

N. 3.772-38 — Joaquim Marinho Falcão. — Deferido.

N. 13.207-38 — Nicola Massud. — Pague a respectiva taxa.

N. 18.507-38 — Irenée Brunel. — A Comissão Especial.

N. 20.844-38 — Joaquim de Sousa Freitas. — Restitua-se o documento mediante recibo.

N. 22.896-38 — Armênio Ferreira Vicente (Ir. Marcos Miguel). Aguarde completar 21 anos ou apresente prova de maioridade legal.

N. 22.899-38 — Váler Bernardes de Sousa (Ir. Pedro Maurício). — Deferido.

N. 24.940-38 — Argemiro Paseto. — Faça prova de habilitação.

N. 24.530-38 — Josefina Conti. — Restitua-se o documento de fls. 7, mediante recibo, e sob traslado o documento de fls. 8.

N. 26.054-38 — Antônio Alves de Palma Guimarães Filho. — Deferido, para registro como professor de Latim, de Psicologia e Lógica, de Biologia Geral e de Higiene, para o Curso Secundário Complementar. Tendo em vista o documento de fls. 3, autorizo ainda o registro como professor de História da Filosofia. Quanto ao re-

gisto em Literatura, apresente prova de ter sido aprovado na disciplina, em curso superior.

N. 30.327-38 — Michel D'Arnoux. — A Comissão Especial.

N. 30.673-38 — Leonardo Martin. — Deferido.

N. 31.015-38 — Maria F. Cascélli. — A Comissão Especial.

N. 31.045-38 — Arno Schwantes. — Cumpra as seguintes exigências: a) declarar em que curso pretende registro; b) apresentar prova de idade; c) exibir o documento de que trata a alínea d do art. 69 do decreto n. 19.890.

N. 31.499-38 — Lúcio Alberto Pinheiro dos Santos. — Restitua-se, mediante traslado, a tradução apresentada.

Dia 17

N. 26.520-37 — Davi Riegel Neto. — Apresente atestado de exercício no magistério, de acordo com o n. 9 das Instruções de 8-7-935.

N. 12.008-38 — Dante Di Iulio. — Restitua-se o documento de fls. 2 e, mediante traslado, os demais documentos.

N. 18.186-38 — Sofia Berenice da Silva Masson. — Sele o documento de fls. 14, e faça declaração da qualidade do atestado do documento de fls. 9.

N. 29.463-38 — Edésio Alves de Freitas. — Apresente atestado de exercício no magistério, especificando claramente as disciplinas e os períodos em exercício.

N. 22.018-38 — Tasso Blaso. — Reconheça a firma do professor que atestou a declaração constante do documento de fls. 12.

N. 30.921-38 — Elias Alexandre Aby Merhy. — Exiba o documento de que trata a letra f do art. 69 do decreto n. 18.890 (prova de identidade).

N. 31.222-38 — Iolanda Ribeiro Tognozzi. — Sele devidamente o diploma apresentado.

N. 31.076-38 — Irma Madalena Sanlorenzo. — Sele o documento de fls. 6.

N. 31.318-38 — Jorge Carlos Süsskind. — Reconheça a firma do secretário da Escola Nacional de Engenharia (documento de folha 3).

Dia 18

N. 6.500-37 — Miguel Magalhães Carvalho de Oliveira. — Restitua-se, mediante recibo, os documentos de fls. 5, 8 e 9, e sob traslado os demais documentos que estão anexados ao processo.

N. 13.972-38 — Franco César Augusto Bagioni. — Exiba novo atestado de exercício no magistério, onde se declare os períodos em que lecionou.

N. 31.209-38 — Joaquim Ferreira Dias Júnior. — Exigências: a) completar o selo do diploma; b) esclarecer qual o curso em que pretende registro; c) apresentar prova de identidade.

Dia 19

N. 21.403-38 — Nair Silveira. — Restitua-se a carteira de identidade, mediante recibo. Quanto aos demais documentos, mediante traslado.

Divisão de Ensino Comercial

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR DA DIVISÃO DE ENSINO COMERCIAL

Dia 15 de agosto de 1938

S. C. 30.891-38 — Romualdo Rodrigues Fortes. — Deferido, pagas as taxas.

S. C. 27.467-37 — D. E. C. 2.120-37 — Iraní Coutinho. — Deferido, pagas as taxas.

S. C. 29.487-38 — Adelmo Chiavini. — Deferido, pagas as taxas.

D. E. C. 2.175-37 — Jeronimo Moreira de Sousa. — Deferido, pagas as taxas.

S. C. 16.144-38 — Diogo Domingues. — Deferido, pagas as taxas.

Quotas:

Colégio Duarte de Barros — São Paulo — 1:000\$000 — (um conto e oitocentos mil réis), referente ao 1º semestre de 1938, de 9 de agosto de 1938.

Academia de Comércio Saldanha Marinho — São Paulo — réis 1:800\$000 (um conto e oitocentos mil réis), relativo ao 2º semestre de 1938, de 9 de agosto de 1938.

Instituto Médio Italo Brasileiro Dante Alighieri — São Paulo — 1:800\$000 (um conto e oitocentos mil réis), relativo ao 2º semestre de 1938, de 16 de agosto de 1938.

Instituto Superior de Comércio — Distrito Federal — 1:200\$000 (um conto e duzentos mil réis), relativo ao 2º semestre de 1938, de 16 de agosto de 1938.

Recebidos:

D. E. C. 3.186-38 — José de Sales Fonseca. — Relatório mês de julho — Liceu Siqueira Campos — São Paulo.

D. E. C. 3.205-38 — José Gabriel Ferreira Neto — Relatório mês de julho — Faculdade de Comércio de Minas Gerais — Belo Horizonte — Minas Gerais.

D. E. C. 3.206-38 — Mário Guimarães Faria — Relatório mês de julho — Academia de Comércio de Uberlândia — Estado de Minas Gerais.

D. E. C. 3.207-38 — Nordau Rotier Duarte — Relatório mês de julho — Academia Paulista de Comércio — São Paulo.

D. E. C. 3.209-38 — Lucília Clotilde Vieira — Relatório mês de julho — Ateneu São Luiz — Distrito Federal.

D. E. C. 3.219-38 — Jules F. G. Havelange — Complemento de relatório de abril e maio — Colégio Pedro I — Braz de Pina — Distrito Federal.

D. E. C. 3.222-38 — Ila Chagas Garcia — Relatório mês de julho — Escola Comercial de Cachoeiro de Itapemirim — Estado do Espírito Santo.

D. E. C. 3.224-38 — José de Campos Moura — Relatório mês de julho — Escola de Comércio do Ateneu Graça Aranha — São Paulo.

D. E. C. 3.223-38 — Antônio Carlos de Bueno Vidigal — Relatório mês de julho — Escola Técnica de Comércio de São Paulo e Liceu Barbosa Lima — São Paulo.

D. E. C. 3.234-38 — Benedito Lino Soares — Relatório mês de julho — Liceu Coração de Jesus — São Paulo.

D. E. C. 3.255-38 — Dinorvalva Machado Braga — Relatório mês de julho — Instituto Benjamin Constant — Manaus — Amazonas.

D. E. C. 3.256-38 — Tautimil Libeck — Escola de Comércio do Instituto Camion — Lavras — Minas Gerais.

D. E. C. 3.257-38 — Domingos Ruffolo — Relatório mês de julho — Escola Superior de Comércio de Jaú — Estado de São Paulo.

D. E. C. 3.258-38 — Artur de Sousa Pires — Relatório mês de julho — Escola Complementar de Comércio de Sete Lagoas — Minas Gerais.

D. E. C. 3.260-38 — Lorival Homem de Melo — Relatório mês de julho — Escola Superior de Comércio "Dr. João Romeiro" — Pindamonhangaba — Estado de São Paulo.

D. E. C. 3.261-38 — Francisco de Benedictes — Relatório mês de julho — Escola de Comércio anexa ao Ginásio Teodoro Sampaio — São Paulo.

Offícios:

- N. 1.735 — Inspetor Antônio Laprano.
 N. 1.736 — Inspetor Eugênio de Vasconcelos Calmon.
 N. 1.737 — Inspetor Oscar do Amaral Solborghs.
 N. 1.738 — Inspetor José Berbert Tavares.
 N. 1.739 — Diretor do Colégio Sagrado Coração de Jesus — Vila Antônio Prado, Rio Grande do Sul.
 N. 1.740 — Inspetor Benedito Lino Soares.
 N. 1.741 — Diretor do Colégio Batista Americano Brasileiro.
 N. 1.742 — Inspetora Hilda Donofrio Papa.
 N. 1.743 — Inspetor Dr. Alencar de Carvalho.
 N. 1.744 — Inspetor Antônio H. Carneiro.
 N. 1.745 — Inspetor Edison dos Santos Bernardes.
 N. 1.746 — Inspetor Oscar Barbosa.
 N. 1.747 — Inspetor Luiz Correia Paoliello.
 N. 1.748 — Inspetor José Berbert Tavares.
 N. 1.749 — Inspetor Antônio de Carvalho.
 N. 1.750 — Inspetor Manuel Teorga de Carvalho.
 N. 1.751 — Inspetor Dr. Reginaldo Soares.
 N. 1.752 — Diretora Irmã Hildegardis do Colégio Santa Catarina.
 N. 1.753 — Professor Nielsen Ribeiro.
 N. 1.754 — Inspetor Avelino Pires de Oliveira.
 N. 1.755 — João Salustiano de Campos, contador seccional do Ministério da Educação e Saúde.

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Dia 13 de agosto de 1938

S. C. 40.372-37 — Instituto "La Salle", Carasinho, Rio Grande do Sul. — Concedo a inspeção preliminar ao curso propedêutico.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE

EDUCAÇÃO

Dia 15 de agosto de 1938

S. C. 17.919-38 — Ovidio Alves Beraldo. — Considerando as circunstâncias especiais da situação do requerente, defiro o pedido, aprovando a matrícula, por equidade, nos termos do parecer do Sr. diretor da Divisão de Ensino Comercial.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR DA DIVISÃO DE ENSINO COMERCIAL

Dia 16 de agosto de 1938

S. C. 50.629-38 — Vitalino Santino de Oliveira. — Deferido, por equidade.

S. C. 15.960-38 — Almechi França de Almeida. — Deferido, pagas as taxas.

S. C. 3.329-38 — Afonso Relz. — Deferido, pagas as taxas.

S. C. 22.437-38 — Augusto Robillard Lepeutre de Marigny. — Deferido, pagas as taxas.

S. C. 3.330-38 — Valdemar Fernandes. — Deferido, pagas as taxas.

D. E. C. 2.308-37 — Antônio Sampaio Moura. — Deferido, pagas as taxas.

Quota:

Colégio Stafford — São Paulo — 2:400\$ (dois contos e quatrocentos mil réis), relativo ao 2º semestre de 1938, de 16 de agosto de 1938.

Offícios:

- N. 1.756 — Inspetor José Berbert Tavares.
 N. 1.757 — Inspetora Edite Viana do Amaral.
 N. 1.758 — Inspetor José Gabriel Ferreira Neto.

N. 1.759 — Inspetora Hilda D'Onofrio Papa.
 N. 1.760 — Diretor A. Alves de Sá, responsável pelo expediente do Serviço Pessoal do Ministério da Educação e Saúde.

N. 1.761 — Inspetor Alysson Capanema.

N. 1.762 — Diretor da Academia de Comércio "Fernandes Moreira".

N. 1.763 — Inspetora Eleonora de Alencastro Massot.

N. 1.764 — Inspetor José Sevá.

N. 1.765 — Inspetor Nordau Rothier Duarte.

N. 1.766 — Fiscal geral Dr. Aristóteles Poeh.

N. 1.767 — Diretora do Externato São José.

N. 1.768 — Inspetora Rute Camargo.

N. 1.769 — Inspetora Maria Rita Blumer Godói.

N. 1.770 — Diretor da Faculdade de Comércio D. Pedro II. Birigui.

N. 1.771 — Inspetor Dr. Urias Pinto Alves.

N. 1.772 — Diretor da Faculdade de Comércio Clemente Farraz.

N. 1.773 — Inspetor Dr. Erasmo Furlado de Mendonça.

N. 1.774 — Diretor do Instituto Comercial de Manhauassú.

Serviço de Águas e Esgotos do Distrito Federal

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 17 de agosto de 1938

Offícios:

- Ao Sr. diretor de Engenharia da Prefeitura do Distrito Federal:
 N. 2.273 — Solicitando uma informação.
 N. 2.275 — Solicitando uma informação.
 N. 2.277 — Solicitando uma informação.
 Ao Sr. diretor da Recebedoria do Distrito Federal:
 N. 2.279 — Inclusão. Inclusões — Taxa de saneamento de 1937.
 Ao Sr. diretor de Obras e Viação da Prefeitura do Distrito Federal:
 N. 2.281 — Solicitando uma providência.
 Ao Sr. inspetor de Fiscalização do Exercício Profissional:
 N. 2.283 — Pede inspeção da saúde para fins de aposentadoria.
 Ao Sr. diretor da Faculdade de Direito:
 N. 2.285 — Solicitando providências sobre abastecimento d'água.
 Ao Sr. coronel comandante do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal:
 N. 2.287 — Fazendo uma consulta.
 Ao Sr. diretor de Limpeza Pública e Particular da Prefeitura do Distrito Federal:
 N. 2.289 — Concerto em encanamento d'água.
 N. 2.291 — Concertos em encanamento d'água.
 N. 2.293 — Concertos em encanamentos d'água.
 Ao Sr. Procurador da República:
 N. 2.295 — Devolvendo o processo de executivo fiscal n. 3.215 série F. D.
 Ao Sr. Segundo Procurador da República:
 N. 2.297 — Devolvendo o processo de executivo fiscal número 3.361/F. D.
 Ao Sr. Primeiro Procurador da República:
 N. 2.299 — Devolvendo o processo de executivo fiscal número 8.455/E. I.
 N. 2.301 — Restituindo o processo de executivo fiscal número 8.516/E. I.
 N. 2.303 — Restituindo o processo de executivo fiscal número 3.360 — série F. D.
 Ao Sr. Terceiro Procurador da República:
 N. 2.305 — Devolvendo o processo de executivo fiscal número 3.799/F. D.
 N. 2.307 — Devolvendo o processo de executivo fiscal número 3.810/F. D.
 N. 2.309 — Devolvendo o processo de executivo fiscal número 3.267/F. D.
 N. 2.311 — Restituindo o processo de executivo fiscal número 3.912, 3ª série F. D.
 N. 2.313 — Devolvendo o processo de executivo fiscal número 3.882/5 série F. D.
 N. 2.315 — Restituindo o processo de n. 3.808/F. D.
 N. 2.317 — Devolvendo o processo de executivo fiscal número 3.287/F. D.
 Ao Sr. Quinto Procurador da República:
 N. 2.319 — Devolvendo o processo de executivo fiscal número 3.415/H. C.

EXPEDIENTE DO SR. CHEFE DA SEÇÃO DE EXPEDIENTE

Offícios:

- Ao Sr. diretor da Imprensa Nacional:
 N. 810 — Pedindo publicação de edital.
 Ao Sr. presidente da Caixa de Aposentadoria e Pensões do Serviço de Águas e Esgotos do Distrito Federal:
 N. 811 — Remele tempo de serviço de Antônio Fernandes Gomes.

Requerimentos despachados pelo Sr. engenheiro chefe da 3ª Divisão:

- N. 1.582-38 — João Francisco da Silva. — Aguarde-se.
 N. 5.873-38 — Joana Carvalhal. — Deferido.
 N. 7.257-38 — Aristeu de Sousa Oliveira. — Deferido.
 N. 8.662-38 — Manuel Pereira Bastos. — Deferido.
 N. 8.896-38 — Júlio de Oliveira Medina. — Deferido.
 N. 9.070-38 — Jospe Batista de Mendonça. — Deferido.
 N. 9.315-38 — Manuel Soares. — Deferido.
 N. 9.488-38 — Maria da Conceição Freitas Lima. — Compareça ao 2º Distrito.
 N. 9.614-38 — Manuel Braga Ovelheiro. — Compareça ao 1º Distrito.
 N. 9.638-38 — Atanalfa Felipe Gama. — Compareça a 3ª Divisão.
 N. 9.765-38 — Companhia Nacional de Tecidos Nova América. — Compareça a Seção de Expediente.

Ministério da Fazenda

Serviço do Pessoal

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PORTARIA

Dia 19 de agosto de 1938

N. 33 — O diretor geral da Fazenda Nacional, usando das atribuições que lhe confere o art. 100 do decreto n. 24.036, de 26 de março de 1934, resolve designar, por indicação do Sr. diretor das Rendas Aduaneiras, o escriptorário, classe E, quadro VII (Alfândega de Paranaguá), Rubens de Freitas Campelo, para servir, em comissão, no quadro daquela Diretoria. — *Romero Estelita*, diretor.

LICENÇAS

Por portarias de 20 de agosto de 1938, foram concedidas as seguintes licenças:

De sessenta dias, para tratamento de saúde, nos termos do artigo 8º do decreto n. 14.663, de 1 de fevereiro de 1921, ao agente fiscal do imposto de consumo no interior do Estado de Santa Catarina, Antônio de Azevedo Cruz Areas.

De seis meses, em prorrogação, para tratamento de saúde, ao guarda aduaneiro da classe F, do quadro VIII — Alfândegas, do Ministério da Fazenda — Fernando da Silva Nogueira, com exercício na Alfândega de São Salvador, no Estado da Bahia.

De sessenta dias, para tratamento de saúde, nos termos do artigo 8º do decreto n. 14.663, de 1 de fevereiro de 1921, ao agente fiscal do imposto de consumo, no interior do Estado do Piauí — José de Oliveira Lima.

De seis meses, em prorrogação, para tratamento de saúde, ao escriptorário da classe C, do quadro VIII — Alfândegas — do Ministério da Fazenda — Lígia Caldas Pereira, com exercício na Alfândega de Belém, no Estado do Pará.

De noventa dias, para tratamento de saúde, nos termos do art. 8º do decreto n. 14.663, de 1 de fevereiro de 1921, ao guarda-livros da classe F, do quadro I, do Ministério da Fazenda, José Gonçalves de Melo, com exercício na Contadoria Seccional anexa à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Maranhão.

De cinco meses, para tratamento de saúde, nos termos do art. 8º, do decreto n. 14.663, de 1 de fevereiro de 1921, ao marinheiro da classe D, quadro IX, Agências Fiscais do Ministério da Fazenda, Milton Biffenourt Cantanhede, com exercício na Agência Aduaneira do Brasil, em Manaus.

De três meses, nos termos do art. 156, letra "h" da Constituição Federal, ao escriptorário da classe F, do quadro XII, diretoria do Imposto de Renda, do Ministério da Fazenda, Zélia de Almeida Gomes.

De trinta dias, em prorrogação, para tratamento de saúde, ao escriptor da primeira coletoria das rendas federais em Santa Cruz, no Estado do Rio Grande do Sul, Lourenço Alencastro Guimarães.

FUENTE DO SR. DIRETOR DO PESSOAL

PORTARIAS

N. 60 — O diretor do Serviço do Pessoal, ao desligar das funções de chefe da Seção de Controle o oficial administrativo da classe I, do quadro III deste Ministério, bacharel Fernando Medeiros, designado para servir como secretário da Segunda Câmara do Conselho Superior de Tarifa, resolve elogiá-lo, pela inteligência e zelo dedicados às funções que vinha exercendo. — *Nero de Macedo*, diretor.

N. 67 — O diretor do Serviço do Pessoal, ao desligar das funções de chefe da Seção de Assistência Social, o oficial administrativo da classe J, do quadro XII deste Ministério, bacharel Augusto de Bulhões, posto à disposição do Departamento Administrativo do Serviço Público, resolve elogiá-lo, pela inteligência e zelo dedicados às funções que vinha exercendo. — *Nero de Macedo*, diretor.

DISPENSAS

O diretor do Serviço do Pessoal, usando das atribuições que lhe confere o item II do art. 4º do Regimento do Serviço do Pessoal do Ministério da Fazenda, aprovado pelo decreto n. 2.297, de 29 de janeiro de 1938, resolve dispensar o oficial administrativo da classe J, do quadro XII, deste Ministério, bacharel Augusto de Bulhões, das funções de chefe da Seção de Assistência Social, tendo em vista o ato do senhor diretor geral, de 19 do corrente, que o poz à disposição do Departamento Administrativo do Serviço Público.

Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1938. — *Nero de Macedo*, diretor.

O diretor do Serviço do Pessoal, usando das atribuições que lhe confere o item II do artigo 4º do Regimento do Serviço do Pessoal do Ministério da Fazenda, aprovado pelo decreto n. 2.297, de 29 de janeiro de 1938, resolve dispensar o oficial administrativo classe I, do quadro III, deste Ministério, bacharel Fernando Medeiros, das funções de chefe da Seção de Controle, tendo em vista a sua designação para servir como secretário da Segunda Câmara do Conselho Superior de Tarifa.

Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1938. — *Nero de Macedo*, diretor.

DESIGNAÇÕES

O diretor do Serviço do Pessoal, usando das atribuições que lhe confere o item II do artigo 4º, do Regimento do Serviço do Pessoal do Ministério da Fazenda, aprovado pelo decreto número 2.297, de 29 de janeiro de 1938, resolve designar o oficial administrativo da classe K, do quadro I — Tesouro Nacional, Manuel Rozendo de Andrade Luna, para exercer as funções de chefe da Seção de Controle.

Rio de Janeiro, em 19 de agosto de 1938. — *Nero de Macedo*, diretor.

O diretor do Serviço do Pessoal, usando das atribuições que lhe confere o item II do artigo 4º do Regimento do Serviço do Pessoal do Ministério da Fazenda, aprovado pelo decreto n. 2.297, de 29 de janeiro de 1938, resolve designar o oficial administrativo da classe J, do quadro I — Tesouro Nacional, doutor Cipriano Cornelio Gomes dos Santos, para exercer, as funções de chefe da Seção de Assistência Social.

Rio de Janeiro, em 19 de agosto de 1938. — *Nero de Macedo*, diretor.

OFÍCIOS

Dia 19 de agosto de 1938

Ao Sr. diretor da Seção de Fiscalização do Exercício Profissional:

N. 218 — Solicitando seja submetido a inspeção de saúde, para efeito de posse, Gilvan Fonseca da Costa Alecrim, nomeado para o cargo de escriptorário, classe D, do Quadro III — Recebedorias Federais.

— Ao Sr. delegado fiscal em Minas Gerais:

N. 201 — Remetendo a guia de pagamento do escriptorário da classe F, do Quadro VII, Mário Coutinho, dispensado da comissão em que vinha servindo, no quadro movel do Tesouro Nacional.

— Ao Sr. delegado fiscal em São Paulo:

N. 285 — Remetendo afim de satisfazer exigência, o processo relativo à aposentadoria de Francisco Abdon de Arroxelas, no cargo de oficial administrativo, da classe K, do quadro VIII.

Diretoria das Rendas Internas

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 20 de agosto de 1938

N. 421 — O diretor das Rendas Internas do Tesouro Nacional declara ao agente fiscal do imposto de consumo na Capital do Estado de Pernambuco, João Aires de Queiroz, recentemente nomeado para idêntico cargo no interior de São Paulo, que o Sr. diretor geral da Fazenda Nacional, atendendo ao que propôs esta Diretoria, resolveu, por despacho de 9 do fluente, dispensá-lo da comissão de inspetor fiscal do imposto de consumo, nesse último Estado, conforme consta do ofício n. 404, de 10 do corrente, do Serviço do Pessoal, ficando, assim, confirmado o telegrama n. 604, de 14 deste mês, desta Diretoria.

N. 422 — O diretor das Rendas Internas do Tesouro Nacional declara ao agente fiscal do imposto de consumo na Capital do Estado de Pernambuco, Domingos Alves Feitosa, para seu conhecimento e devidos fins, que o Sr. diretor geral da Fazenda Nacional, atendendo ao que propôs esta Diretoria, resolveu, por despacho de 9 do corrente designá-lo para exercer a comissão de inspetor fiscal do imposto de consumo no Estado de São Paulo, conforme consta do ofício n. 404, de 10 do fluente, do Serviço do Pessoal, ficando desta forma confirmando o telegrama n. 608, de 16 deste mês.

— Ao Sr. delegado fiscal do Tesouro Nacional no Estado de São Paulo:

N. 376 — Comunicando que o Sr. diretor geral da Fazenda Nacional, atendendo ao que propôs esta Diretoria, em officio n. 166, de 8 do corrente, resolveu, por despacho de 9, dispensar o agente fiscal do imposto de consumo na capital de Pernambuco, João Aires de Queiroz, recentemente nomeado para idêntico cargo no interior desse Estado, da comissão da inspetor fiscal do imposto de consumo nesse mesmo Estado, e designar para substituí-lo na referida comissão o agente fiscal do mesmo imposto na capital do Estado de Pernambuco, Domingos Alves Feitosa, conforme consta do officio n. 404, de 10 do fluente, do Serviço do Pessoal.

— Ao Sr. delegado fiscal no Estado de Pernambuco:

N. 129 — Comunicando que o Sr. diretor geral da Fazenda Nacional, atendendo ao que propôs esta Diretoria, em officio n. 166, de 8 do corrente, resolveu, por despacho de 9, designar o agente fiscal do imposto de consumo na capital desse Estado, Domingos Alves Feitosa, para exercer a comissão de inspetor fiscal do mesmo imposto no Estado de S. Paulo, como faz certo o officio n. 404, de 10 do fluente, do Serviço do Pessoal deste Ministério.

— Ao Sr. Nero de Macedo, diretor do Serviço do Pessoal.

N. 317 — Acusando o recebimento do vosso officio n. 414, de 15 deste mês, agradeço-vos a gentileza da comunicação no mesmo contida, de terdes assumido, em 12 do corrente, o cargo de diretor desse Serviço, para o qual fostes nomeado por decreto do Sr. Presidente da República.

— Ao Sr. diretor do Serviço do Pessoal:

N. 182 — Tendo sido designado, por despacho de 9 do corrente, do Sr. diretor geral da Fazenda Nacional, para exercer a comissão de inspetor fiscal do Imposto de Consumo, no Estado de São Paulo, o agente fiscal do mesmo imposto, no Estado de Pernambuco, Domingos Alves Feitosa, solicito vossas providências no sentido de ser autorizada franquia postal-telegráfica, em objeto de serviço, ao referido funcionário.

Diretoria do Domínio da União

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 18 de agosto de 1938

Requerimentos despachados

N. 42.171-38 — José Papa, solicitando seja comunicado à Delegacia da Prefeitura Municipal que o imóvel situado à avenida Francisco Bicalho, esquina da rua Francisco Eugênio, é próprio nacional. — Tratando-se de obras executadas em desacordo com as posturas da Municipalidade e por conta e responsabilidade do locatário que ocupa terreno da União a título precário, indefiro o pedido.

N. 94.113-37 — A. Barros & Comp. Ltda., pedindo restituição de caução. — Indeferido, à vista do parecer e por falta de apoio legal.

Dia 19 de agosto de 1938

Offícios:

Ao Sr. diretor do Expediente e Contabilidade do Ministério da Agricultura:

N. 900-D. A. — Reiterando o officio n. 734-D. A., de 9 de julho último.

— Ao Sr. diretor do Arsenal de Guerra:

N. 901-D. A. — Reiterando o officio n. 167, de 12 de março de 1937.

— Ao Sr. diretor de Expediente e Contabilidade do Ministério da Agricultura:

N. 902-D. A. — Solicitando seja esta Diretoria informada de quando fôr desocupado o engenho Subaé.

— Ao Sr. diretor de Obras da Prefeitura Municipal de Niterói:

N. 903-D.A. — Remetendo cópias das plantas dos terrenos de marinha, entre a praça Martins Afonso e o Canto do Rio.

— Ao Sr. diretor do Departamento Nacional da Produção Mineral:

N. 904-D.A. — Remetendo o processo n. 41.616-38.

— Ao Sr. diretor de Saneamento da Baixada Fluminense:

N. 905-D.A. — Remetendo o processo n. 58.550-38.

— Ao Sr. engenheiro chefe da Fiscalização do Porto do Rio de Janeiro:

N. 906-D.A. — Remetendo o processo n. 36.882-38.

— Ao Sr. delegado fiscal do Tesouro Nacional no Estado de Pernambuco:

N. 515 — Acusando recebimento do telegrama n. 21, de 19 de março último.

— Ao Sr. delegado fiscal do Tesouro Nacional no Estado de Pernambuco:

N. 516 — Solicitando informações sobre a ação de cobrança executiva proposta contra o Sr. Otton Lynch Bezerra de Mélo.

— Ao Sr. diretor da Despesa Pública:

N. 517 — Solicitando informações sobre as providências solicitadas pelo officio n. 185, de 12 de abril último.

Recebedoria do Distrito Federal

EXPEDIENTE DO SR. ASSISTENTE

Dia 20 de agosto de 1938

Requerimentos:

N. 42.608 — Irmãos Peres Leal & Comp. Ltd. — Proceda-se a inscrição nos termos do parecer. Imponho a firma Irmãos Peres Leal & Comp. Ltd., a multa de 100\$000, mínimo da lei.

Diretoria do Imposto de Renda

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 18 de agosto de 1938

Offícios expedidos:

N. 32 — Ao Sr. inspetor da Alfândega do Rio de Janeiro — Solicitando informações.

Ns. 195/196 — Ao Sr. agente da Estação D. Pedro II — Requirindo passagens para dois funcionários desta diretoria.

N. 430 — Ao Sr. diretor das Rendas Internas — Remetendo processo de restituição do imposto de renda, em que é interessada Luiza de Morenos Pires Ferreira.

N. 431 — Ao Sr. diretor das Rendas Internas — Restituindo processo em que é interessado José Alves Figueiredo Júnior.

N. 433 — Ao senhor presidente do Primeiro Conselho de Contribuintes — Oferecendo exemplares do livro "Prática do Regulamento do Imposto de Renda", de autoria do senhor Osvaldo de Rezende.

N. 474 — Ao Sr. diretor da Recebedoria do Distrito Federal — Solicitando informações.

N. 893 — Ao Sr. gerente do Banco do Brasil — Sobre objeto de serviço.

N. 894 — Ao Sr. Dr. 1º procurador da República — Restituindo processo de executivo fiscal movido pela Fazenda Nacional contra Carlota Ortman Lopes e prestando informações.

N. 895 — Ao Sr. Dr. procurador da República — Idem, contra Antônio B. Santos Cruz.

N. 896 — Ao Sr. Dr. procurador geral da Fazenda Pública — Restituindo cópia da contra-fé da ação ordinária proposta no Juízo de Direito da 3ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública contra a União Federal, pelo Sr. Ewin Foister Hayward e prestando informações.

N. 897 — Ao Sr. Dr. 3º procurador da República — Restituindo processo de executivo fiscal movido pela Fazenda Nacional contra Iglesias & Comp. e prestando informações.

N. 898 — Ao Sr. Dr. 1º procurador da República — Restituindo processo de executivo fiscal movido pela Fazenda Nacional contra André & Filhos.

N. 899 — Ao Sr. Dr. 5º procurador da República — Restituindo processo de executivo fiscal movido pela Fazenda Nacional contra Royal Exchange Assurance e prestando informações.

N. 1.344 — Ao Sr. delegado fiscal em São Paulo — Apresentando um funcionário desta diretoria.

Ns. 1.345/346 — Ao Sr. chefe de secção e delegado fiscal de Minas Gerais — Fazendo comunicações.

Ns. 1.347/348 — Ao Sr. delegado fiscal e chefe da secção de Minas Gerais — Fazendo comunicações.

Ns. 1.349/350 — Ao Sr. chefe da secção de Minas Gerais — Idem.

Ns. 1.350/351 — Ao Sr. delegado fiscal e chefe da secção de Niterói. — Idem.

Ns. 1.352/353 — Ao Sr. delegado fiscal e chefe da secção de São Paulo. — Idem.

N. 33 — Ao Sr. inspetor da Alfândega do Rio de Janeiro — Prestando informações.

N. 433 — Ao Sr. diretor da Despesa Pública — Apresentando um funcionário desta repartição.

Dia 19 de agosto de 1938

Offícios:

N. 2.183 — 1ª Vara Of. Aus. — Prestando informação sobre o espólio de Miguel Xavier Soni.

N. 2.184 — 5ª Vara Cível — Prestando informação sobre o espólio de Maria Sofia Salusse Getúlio das Neves.

N. 2.185 — Prov. Resíduos — Prestando informação sobre o espólio de Amélia Augusta de Castro Carvalho.

N. 2.186 — Prov. Resíduos — Prestando informação sobre o espólio de Caetano Fernandes.

N. 2.187 — 6ª Vara Cível — Prestando informação sobre Alvaro Perpétuo.

N. 2.188 — 6ª Vara Cível — Prestando informação sobre o espólio de Antônio Coutinho Gomes Pereira.
 N. 2.189 — Prov. Resíduos — Prestando informação sobre o espólio de José Ferreira Simões.
 N. 2.190 — 1ª Petoria Cível — Prestando informação sobre o espólio de Carlos Fernandes Eiras.
 N. 2.191 — 1ª Vara de Orfãos — Prestando informação sobre o espólio de Francisco Alves da Almeida.
 N. 2.192 — 2ª Vara de Orfãos — Prestando informação sobre o espólio de Aristóteles Bogado de Oliveira.
 N. 2.193 — 6ª Vara Cível — Prestando informação sobre o espólio de Josefina Dorison Monteiro.
 N. 2.194 — 1ª Vara de Orfãos — Prestando informação sobre o espólio de Maria de Jesus Ferreira.
 N. 2.195 — 4ª Vara Cível — Prestando informação sobre o espólio de Griffith Hughes.
 N. 2.196 — 1ª Vara Cível — Prestando informação sobre o espólio de Antônio da Silva Cordeiro.
 N. 2.197 — 2ª Vara de Orfãos — Prestando informação sobre o espólio de Amaro José Gomes da Rocha Cravo.
 N. 2.198 — 3ª Vara Cível — Prestando informação sobre o espólio de Elvira Cordeiro Lebrão.
 N. 2.199 — 1ª Vara de Orfãos — Prestando informação sobre o espólio de Lúcia Vervloet.
 N. 2.200 — 2ª Vara Cível — Prestando informação sobre o espólio de Modesto Fabris.

Dia 20

N. 2.201 — 1ª Vara Orfãos — Prestando informação sobre o espólio de José Cardoso Vieira.
 N. 2.202 — 1ª Vara Orfãos — Prestando informação sobre o espólio de Joaquim Pereira de Freitas.
 N. 2.203 — 4ª Vara Cível — Prestando informação sobre o espólio de Maria Joana da Costa.
 N. 2.204 — 2ª Vara Cível — Prestando informação sobre o espólio de Petronílio Luiz Ferreira.
 N. 2.205 — 4ª Vara Cível — Prestando informação sobre o espólio de Berta Augusta Guilhermina Bazin.
 N. 2.206 — 4ª Vara Cível — Prestando informação sobre o espólio de Matilde Schubnel Cerqueira.
 N. 2.207 — Prov. Resíduos — Prestando informação sobre o espólio de Antônio Alves da Trindade.
 N. 2.208 — 2ª Vara de Orfãos — Prestando informação sobre o espólio de Cândida Neves Machado.
 N. 2.209 — 1ª Vara de Orfãos — Prestando informação sobre o espólio de Eduarda de Jesus.
 N. 2.210 — 1ª Vara Orfãos — Prestando informação sobre o espólio de João Ribeiro de Moura.
 N. 2.211 — 1ª de Orfãos — Prestando informação sobre o espólio de Maria Pereira Marques.
 N. 2.212 — Prov. Resíduos — Prestando informação sobre o espólio de Tomázia Maria Grossa.
 N. 2.213 — Prov. Resíduos — Prestando informação sobre o espólio de Cecília Amélia dta Conceição Alves.
 N. 2.214 — 1ª Vara de Orfãos — Prestando informação sobre o espólio de Domingos Pereira.
 N. 2.215 — Prov. Resíduos — Prestando informação sobre o espólio de João Alípio de Oliveira.
 N. 2.216 — 2ª Vara de Orfãos — Prestando informação sobre o espólio de Manuel Tavares Fiuza.
 N. 2.217 — 1ª Vara de Orfãos — Prestando informação sobre o espólio de Francisco Alves Teles.
 N. 2.218 — 1ª Vara de Orfãos — Prestando informações sobre o espólio de Francisco Pereira da Silva.
 N. 2.219 — 1ª Vara de Orfãos — Prestando informação sobre o espólio de Dr. Paulo de Moraes Sarmiento Soares.

Requerimentos despachados

Dia 20 de agosto de 1938

N. 87/37 — Artur Fernandes Vidal. — Retifique-se o lançamento, para o computo do imposto pago, quando da apresentação dos esclarecimentos ao processo "ex-officio".
 N. 206/37 — Pedro Hipólito Pimentel Duarte. — De acordo com o parecer, indefiro a petição n. 2.012/38, para exigir, como obra feita, o pagamento decorrente da aplicação do disposto no artigo 17, § 4º, do regulamento deste imposto.
 A prescrição quinquenal, como ficou evidenciado, não ocorreu, pela interrupção de que cogita o § 2º do art. 179.
 N. 1.075/37 — João David de Almeida Casais. — Prossiga-se a cobrança dos impostos devidos em 1931 e 1932.
 N. 3.621/38 — Rufino de Almeida. — Não tendo sido feita a prova exigida, não pode ser dada a certidão — archive-se.
 N. 6.427/38 — Astolfo Vasconcelos Filho. — De acordo com o parecer, mantenho o lançamento.
 N. 6.646/37 — Antônio Santa Rita. — Certifique-se o que constar.
 N. 7.541/38 — Valdemar Batista Martins. — De acordo. Mantenho o lançamento reclamado, indeferindo assim a petição número 8.111/38.
 N. 8.642/37 — João Barbosa Madureira. — Archive-se. Nada há a providenciar, nem a modificar quanto ao despacho de flr.
 N. 9.769/38 — Armando Sávio. — Indeferido.

Cabia ao interessado contestar o lançamento no prazo do artigo 117 do regulamento.

Ao invés disso, foi pago o imposto lançado.

Improcede, portanto, a pretensão da reforma, agora, do aludido lançamento, que se consolidou.

Archive-se.

N. 11.428/38 — Bernardo Kahn. — Certifique-se o que constar.

N. 12.632/38 — Antônio Manuel Vieira. — Certifique-se o que constar.

12.815/38 — Luiza Dionéa Costa Ferreira da Silva. — Pague os débitos existentes.

N. 13.016/38 — Studart & Comp. — Certifique-se o que constar.

N. 22.508/36 — Antônio da Silva Adonias. — De acordo com a informação, mantenho o lançamento.

Câmara de Reajustamento Econômico

SESSÃO DE 19 DE AGOSTO DE 1938

No processo n. 20.231, série C (Amparo — S. Paulo): "decidiu adotar as conclusões do relatório de fls. 26, em virtude das quais são concedidas a redução de 50% no débito de Florinzo Buzo e a consequente indenização de quatro contos e quinhentos mil réis (4:500\$), em apólices, ao credor Antônio Borges de Almeida, de conformidade com o decreto 24.233 de 12 de maio de 1934." — *Sergio de Oliveira*, presidente-relator. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangel*.

No processo n. 20.869, série C (Assis — S. Paulo): "decidiu adotar as conclusões do relatório de fls. 31, em virtude das quais são concedidas a redução de 50% no débito de Laudelino Severo de Santana e sua mulher e a consequente indenização de cinco contos de réis (5:000\$000), em apólices, ao credor José Osorio Nogueira, continuando a cargo dos devedores a fração não reajustável de cento e setenta e seis mil e seiscentos e cinquenta e nove réis, de conformidade com o decreto 24.233 de 12 de maio de 1934." — *Sergio de Oliveira*, presidente-relator. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangel*.

No processo n. 20.924, série C (Itapira — S. Paulo): "decidiu adotar as conclusões do relatório de fls. 25, em virtude das quais são concedidas a redução de 50% no débito reajustável de Alberto Rodrigues Leitão e sua mulher, e a consequente indenização de dois contos de réis (2:000\$), em apólices, ao credor Pedro Barbanti, continuando a cargo dos devedores a fração não reajustável de quarenta e três mil e cento e cinquenta réis (43\$150), de conformidade com o decreto 24.233 de 12 de maio de 1934." — *Sergio de Oliveira*, presidente-relator. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangel*.

No processo n. 21.350, série C (Itú — S. Paulo): "decidiu adotar as conclusões do relatório de fls., em virtude das quais são concedidas a redução de 50% no débito reajustável de Henrique Savioli e sua mulher e a consequente indenização de três contos de réis (3:000\$000), em apólices, ao credor João Paulo Xavier, continuando a cargo dos devedores a fração não reajustável de trezentos e setenta e quatro mil e seiscentos e setenta e cinco réis, de conformidade com o decreto 24.233 de 12 de maio de 1934." — *Sergio de Oliveira*, presidente-relator. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangel*.

No processo n. 19.572, série C (Santa Teresa — Espírito Santo): "decidiu adotar as conclusões do relatório de fls. 34, em virtude das quais são concedidas a redução de 50% no débito de Severino Carlini e sua mulher, e a consequente indenização de quinze contos e quinhentos mil réis (15:500\$), em apólices, ao credor Giacomo Loss, continuando a cargo dos devedores a fração não reajustável de duzentos e trinta e dois mil e novecentos réis (232\$900), de conformidade com o decreto 24.233, de 12 de maio de 1934." — *Sergio de Oliveira*, presidente-relator. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangel*.

No processo n. 30.104, série B (Araxá — Minas Gerais): "decidiu adotar as conclusões do relatório de fls., em virtude das quais são concedidas a redução de 50% no débito de José Ribeiro de Oliveira e outros, e a consequente indenização de três contos de réis (3:000\$), em apólices, ao credor Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais, continuando a cargo dos devedores a fração não reajustável de quatrocentos e vinte e oito mil e duzentos e sessenta réis, de conformidade com o decreto 24.233 de 12 de maio de 1934." — *Sergio de Oliveira*, presidente-relator. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangel*.

No processo n. 9.136, série C (Ouro Fino — Minas Gerais): "decidiu adotar as conclusões do relatório de fls. 30, em virtude das quais são concedidas a redução de 50% no débito do espólio de Olímpio Inácio Rodrigues e a consequente indenização de vinte contos de réis (20:000\$), em apólices, ao credor Pascoal Morganti, de conformidade com o decreto 24.233 de 12 de maio de 1934." — *Sergio de Oliveira*, presidente-relator. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangel*.

No processo n. 19.092, série C (Conselheiro da Mata — Minas Gerais): "decidiu adotar as conclusões do relatório de fls. 34, em virtude das quais são concedidas a redução de 50% no débito de François Briffault, e a consequente indenização de trinta e seis contos e quinhentos mil réis (36:500\$), em apólices, ao credor Emílio B. Zeymer, continuando a cargo dos devedores a fração não reajustável de sessenta e dois mil e quinhentos réis (62\$500), de conformidade com o decreto 24.233, de 12 de maio de 1934." — *Sergio de Oliveira*, presidente-relator. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangel*.

No processo n. 28.827, série B (Novo Horizonte — S. Paulo), em que é declarante Espólio de Vicente Pardo Turnes, decidiu adotar a conclusão do Relatório de fls. 41, em virtude da qual é denegado o reajustamento requerido. — *Sergio de Oliveira*, presidente-relator. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangcl*.

No processo n. 3.890, série C (Agudos — S. Paulo) em que é declarante Antônio José Leite, decidiu adotar a conclusão do Relatório de fls. 35, em virtude da qual é denegado o reajustamento requerido. — *Sergio de Oliveira*, presidente-relator. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangcl*.

No processo n. 21.855, série C (Ribeirão Claro — Paraná), em que são declarantes Amaral, Lima Limitada, decidiu adotar a conclusão do Relatório de fls. 20, em virtude da qual é denegado o reajustamento requerido. — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reginaldo Nunes*, relator. — *Ernesto Rangcl*.

No processo n. 23.727, série C (Campos — Rio de Janeiro), em que é declarante Sadi Ribeiro Gomes, decidiu adotar a conclusão do Relatório de fls. 19, em virtude da qual é denegado o reajustamento requerido. — *Sergio de Oliveira*, presidente-relator. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangcl*.

No processo n. 26.172, série C (Macaé — Rio de Janeiro), em que é declarante J. Muniz Neto, decidiu adotar a conclusão do Relatório de fls. 42, em virtude da qual é denegado o reajustamento requerido. — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangcl*, relator.

No processo n. 20.871, série C (Fortaleza — Ceará), em que é declarante Rabi Elias Romey, decidiu adotar a conclusão do Relatório de fls. 20, em virtude da qual é denegado o reajustamento requerido. — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangcl*, relator.

No processo n. 21.407, série C (Baturité — Ceará), em que é declarante Companhia Rovel S. A., decidiu adotar a conclusão do Relatório de fls. 9, em virtude da qual é denegado o reajustamento requerido. — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangcl*, relator.

No processo n. 28.142, série C (S. Rita do Sapucaí — Minas), em que é declarante Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais, decidiu adotar a conclusão do Relatório de fls. 26, em virtude da qual é denegado o reajustamento requerido. — *Sergio de Oliveira*, presidente-relator. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangcl*.

No processo n. 29.908, série B (Pirajui — S. Paulo), em que são declarantes Bailão & Comp., decidiu adotar a conclusão do Relatório de fls. 42, em virtude da qual é denegado o reajustamento requerido. — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reginaldo Nunes*, relator. — *Ernesto Rangcl*.

No processo n. 29.361, série B (Ribeirão Preto — S. Paulo), em que são declarantes Melão Nogueira & Comp., decidiu adotar a conclusão do Relatório de fls. 58, em virtude da qual é denegado o reajustamento requerido. — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reginaldo Nunes*, relator. — *Ernesto Rangcl*.

No processo n. 29.566, série B (José Bonifácio — São Paulo), em que é declarante Herança Jacante de José de Oliveira, decidiu adotar a conclusão do Relatório de fls. 34, em virtude da qual é denegado o reajustamento requerido. — *Sergio de Oliveira*, presidente-relator. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangcl*.

No processo n. 29.389, série B (S. Paulo — S. Paulo), em que é declarante Constância Pereira de Carvalho, decidiu adotar a conclusão do Relatório de fls. 46, em virtude da qual é denegado o reajustamento requerido. — *Sergio de Oliveira*, presidente-relator. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangcl*.

No processo n. 26.172, série C (Macaé — Rio de Janeiro), em que são declarantes Moura, Andrade & Comp., decidiu adotar a conclusão do Relatório de fls. 38, em virtude da qual é denegado o reajustamento requerido. — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reginaldo Nunes*, relator. — *Ernesto Rangcl*.

No processo n. 15.825-C — Itabuna — Bahia, decidiu adotar a conclusão do Rel. de fls. 53, em virtude da qual, "ex-vi" do decreto 24.233, de 12 de maio de 1934, fica obrigado o credor F. Stevenson & Co. Ltd. a dar quitação plena a Manuel Soares e Silva (espólio), do seu débito verificado (270:121\$800), recebendo, em apólices, 50 % do mesmo débito, ou sejam cento e trinta e cinco contos de réis (135:000\$000). — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Ernesto Rangcl*, relator. — *Reginaldo Nunes*.

No processo n. 29.928-B — Araraquara — S. Paulo, decidiu adotar a conclusão do Rel. de fls. 42, em virtude da qual, "ex-vi" do decreto 24.233, de 12 de maio de 1934, fica obrigada a credora Cia. Comissária Paulista — Massa Falida — a dar quitação plena a Venâncio de Faria ou Venâncio Ribeiro de Faria do seu débito verificado (341:134\$500), recebendo, em apólices, 50 % do mesmo débito, ou sejam 170:500\$000. — *Sergio de Oliveira*, presidente-relator. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangcl*.

No processo n. 30.055-B — Itápolis — S. Paulo, decidiu adotar a conclusão do Relatório de fls. 172, em virtude da qual, "ex-vi" do decreto 24.233, de 12 de maio de 1934, fica obrigada a credora Companhia Comissária Paulista dar quitação plena a Luiz Nogueira Porto e a sua mulher, do seu débito verificado (27:804\$800), recebendo, em apólices, 50 % do mesmo débito, ou sejam 13:500\$000, devendo a indenização ser paga ao The Bank of London & South America Limited, na qualidade de procurador legal da credora. — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reginaldo Nunes*, relator. — *Ernesto Rangcl*.

Pedidos de reconsideração:

No pedido de reconsideração n. 3.421 — Processo n. 27.607-B — Maraial — Pernambuco. — Resolveu manter a decisão lançada a fls. 19 deste processo, julgando improcedente o pedido de reconsideração. — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangcl*, relator.

No pedido de reconsideração n. 3.131 — Processo n. 25.997-B — Penapolis — São Paulo. — Resolveu manter a decisão lançada a fls. 58 deste processo, julgando improcedente o pedido de reconsideração. — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Ernesto Rangcl*, relator. — *Reginaldo Nunes*.

No pedido de reconsideração n. 3.555 — Processo n. 27.201-B — Campos Novos — São Paulo. — Resolveu manter a decisão lançada a fls. 67 deste processo, julgando improcedente o pedido de reconsideração. — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Ernesto Rangcl*, relator. — *Reginaldo Nunes*.

No pedido de reconsideração n. 3.586 — Processo n. 15.836-C — Itabuna — Bahia. — Resolveu manter a decisão lançada a fls. 28 deste processo, julgando improcedente o pedido de reconsideração. — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Ernesto Rangcl*, relator. — *Reginaldo Nunes*.

No pedido de reconsideração n. 3.616 — Processo n. 28.805-B — Ribeirão — Pernambuco. — Resolveu manter a decisão lançada a fls. 53 deste processo, julgando improcedente o pedido de reconsideração. — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reginaldo Nunes*, relator. — *Ernesto Rangcl*.

No pedido de reconsideração n. 3.721 — Processo n. 29.395-B — Jacarezinho — Paraná. — Resolveu dar provimento ao pedido de reconsideração formulado a fls. 29 e seguintes deste processo e, assim sendo, conceder a redução de 50 % no débito de Antônio Caio Ribeiro dos Santos e a correlata indenização de trinta e três contos de réis (33:000\$000), em apólices ao credor The British Bank of South America Limited, continuando a cargo do devedor a fração não reajustável de duzentos e noventa e quatro mil seicentos e cinquenta réis (294\$650). — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reginaldo Nunes*, relator. — *Ernesto Rangcl*.

No pedido de reconsideração n. 3.718 — Processo n. 29.396-B — Jacarezinho — Paraná. — Resolveu dar provimento ao pedido de reconsideração formulado a fls. 21 e seguintes e, assim sendo, conceder a redução de 50 % no débito de Antônio Caio Ribeiro dos Santos e a correlata indenização de trinta contos de réis (30:000\$000), em apólices, aos credores Amaral Lima Limitada, continuando a cargo do devedor a fração não reajustável de trezentos e quarenta e um mil e quinhentos réis (341\$500). — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reginaldo Nunes*, relator. — *Ernesto Rangcl*.

No pedido de reconsideração n. 3.749 — Processo n. 29.397-B — Resolveu dar provimento ao pedido de reconsideração formulado a fls. 25 e seguintes e, assim sendo, conceder a redução de 50 % no débito de Antônio Caio Ribeiro dos Santos e a correlata indenização de seis contos de réis (6:000\$000) em apólices, ao credor Banca Francese e Italiana per l'America del Sul, continuando a cargo do devedor a fração não reajustável de quatrocentos mil réis (400\$000). — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reginaldo Nunes*, relator. — *Ernesto Rangcl*.

No pedido de reconsideração n. 2.812 — Processo n. 25.813-B — Bragança — São Paulo. — Resolveu dar provimento ao pedido de reconsideração formulado a fls. 36 e seguintes e, assim sendo, conceder a redução de 50% no débito do Espólio de Marcellio Gonçalves de Sousa e a correlata indenização de dezoito contos e quinhentos mil réis (18:500\$000) em apólices aos credores Matias, Siqueira & Companhia, continuando a cargo do espólio devedor a fração irrecusável de 63\$150. — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Ernesto Rangcl*, relator. — *Reginaldo Nunes*.

No pedido de reconsideração n. 3.822 — Processo n. 29.619-B — Presidente Venceslau — São Paulo. — Resolveu manter a decisão lançada a fls. 47 deste processo, julgando improcedente o pedido de reconsideração. — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Ernesto Rangcl*, relator. — *Reginaldo Nunes*.

No pedido de reconsideração n. 3.837 — Processo n. 29.620-B — Presidente Alves — São Paulo. — Resolveu dar provimento ao pedido de reconsideração formulado a fls. 42 e seguintes e, assim sendo, conceder a redução de 50 % no débito de Alfredo Joaquim de Freitas e a correlata indenização de três contos e quinhentos mil réis (3:500\$000) em apólices, aos credores Melão Nogueira & Comp., continuando a cargo do devedor a fração irrecusável de cento e dezenove mil e quatrocentos réis (119\$400). — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Ernesto Rangcl*, relator. — *Reginaldo Nunes*.

No pedido de reconsideração n. 3.859 — Processo n. 25.355-C — Guafra — Rio Grande do Sul. — Resolveu manter a decisão lançada a fls. 23 deste processo, julgando improcedente o pedido de reconsideração. — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reginaldo Nunes*, relator. — *Ernesto Rangcl*.

No pedido de reconsideração n. 3.864 — Processo n. 24.426-C — Piratininga — São Paulo. — Resolveu manter a decisão lançada a fls. 21 deste processo, julgando improcedente o pedido de reconsideração. — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reginaldo Nunes*, relator. — *Ernesto Rangcl*.

No pedido de reconsideração n. 3.865 — Processo n. 19.745-C — Agudos — São Paulo. — Resolveu dar provimento ao pedido de reconsideração formulado a fls. 27 e seguintes e, assim sendo, conceder a redução de 50 % no débito de Antônio Picão Peres ou Antônio Picão e sua mulher e as correlatas indenizações de três contos e

quinhentos mil réis (3:500\$000) e de um conto de réis (1:000\$000) ambas em apólices da Dívida Pública Federal, ao par, à credora **Joaquim Maria Franco**, respectivamente referentes aos contratos de fls. 3 e de fls. 5, continuando a cargo dos devedores as frações irrecuperáveis de 120\$268 e 451\$322, tudo nos termos do decreto n. 24.233, de maio de 1934. — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Ernesto Rangel*, relator. — *Reginaldo Nunes*.

No pedido de reconsideração n. 3.866 — Processo n. 29.614-B — Presidente Prudente — São Paulo. — Resolveu manter a decisão lançada a fls. 91 deste processo, julgando improcedente o pedido de reconsideração. — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reginaldo Nunes*, relator. — *Ernesto Rangel*.

No pedido de reconsideração n. 3.867 — Processo n. 25.361-C — Pitangueiras — São Paulo. — Resolveu manter a decisão lançada a fls. 13 deste processo, julgando improcedente o pedido de reconsideração. — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangel*.

Expediente de 20 de agosto de 1938

Foram mandadas protocolar as petições de pedidos de reconsideração, referentes aos processos de ns. 18.220, 11.904, 25.402 e 24.705.

O Sr. presidente despachou favoravelmente as petições, em que os interessados nos processos de ns. 8.118, 23.178, 27.727, 7.809, 28.626, 28.834, 19.045 e 26.325, pediam a juntada de documentos.

Mandou-se dar as certidões pedidas, de referência aos processos de ns. 22.754, 14.291, 26.023, 29.264 e 29.198.

Foram mandados notificar, para cumprimento de formalidades indispensáveis, os interessados nos processos de ns. 20.369 e 26.771.

Ministério da Marinha

Tribunal Marítimo Administrativo

430.^a SESSÃO ORDINÁRIA, EM 19 DE AGOSTO DE 1938

Presentes, à hora regimental, os senhores juizes vice-almirante **Dario Pais Leme de Castro**, presidente, Drs. **Carlos de Miranda**, **J. Stoll Gonçalves** e comandantes **H. Romen Antunes Braga** e **Francisco José da Rocha**, procurador especial, em exercício, Dr. **Carlos Américo Brasil**; secretário, **Gilberto de Alencar Saboia**.

Ata — Declarada aberta a sessão, foi lida, aprovada e assinada a ata da sessão anterior e despachado pelo senhor presidente o expediente em mesa.

Julgamento em continuação — Processo n. 186. Foi concluído o julgamento, conforme papeleta anexa.

Transferida a matéria restante na pauta, para a próxima sessão sendo os trabalhos levantados às 16 horas. — *Gilberto de Alencar Saboia*, secretário.

Julgamento em 17 de agosto de 1938

Processo n. 186 — Relator, juiz **Carlos de Miranda** — Referente aos acidentes verificados com o navio nacional "Campos", em dezembro de 1935 e março de 1937, no rio Paraná, República Argentina — Com representação do **Lloyd Brasileiro** contra o capitão **Melquides A. Borges de Menezes**, como responsável pelos acidentes.

Lidos, relatados e discutidos os autos, tendo usado da palavra os Drs. **Gama e Silva**, pelo autor; **Diogo Xerez**, pelo representado; e o procurador especial em exercício, decidiu o Tribunal, por unanimidade de votos, rejeitar as preliminares suscitadas; e, por maioria de votos, contra o do Sr. juiz **Stoll Gonçalves**:

a) quanto à natureza e extensão do acidente: abalroamento de navio nacional em águas territoriais estrangeiras, produzindo os danos descritos e alegados nos autos; colisão posterior do mesmo navio com um país de território estrangeiro, com os prejuízos descritos e também alegados nos autos;

b) quanto à causa determinante: não determinada em ambos os acidentes; e, consequentemente:

c) julgar improcedente a representação e mandar arquivar o processo. Ao Sr. relator. — *Dario Pais Leme de Castro*, vice-almirante, presidente.

CONSULTA N. 10

O Sr. almirante diretor geral da Marinha Mercante solicita o pronunciamento deste Tribunal para solução da consulta que, nos seguintes termos, lhe foi formulada pelo capitão dos Portos do Estado de Mato Grosso:

"1.º) Em face do art. 149 da Constituição, como proceder para com os atuais armadores brasileiros naturalizados?

2.º) Mesmo no caso de ser permitido aos atuais armadores estrangeiros passar suas embarcações para o nome das esposas ou filhos brasileiros (estes quando de maior idade), poderão os mesmos armadores gerir viagens das referidas embarcações, isto é, viajar com elas?"

PARECER

A Constituição de 16 de julho de 1934, em seu art. 132, preceituava que os proprietários, armadores e comandantes de navios nacionais deviam ser brasileiros natos, observando-se, entretanto, no art. 21 das Disposições Transitórias, que o citado preceito não se aplicava aos

brasileiros naturalizados que estivessem exercendo as profissões a que ele se referia.

Reproduz no art. 149 aos termos do art. 132 daquele Estatuto Máximo a Carta Constitucional de 10 de novembro de 1937, mas nada dispõe a respeito dos brasileiros naturalizados que se encontrem no exercício das aludidas profissões. Donde se conclui que é absoluto o imperativo vigente, nenhuma exceção estabelecendo.

Tanto assim que, para atender à situação daí resultante para os antigos capitães de navios nacionais, nascidos em país estrangeiro e naturalizados brasileiros, o Chefe da Nação, reconhecendo a impossibilidade de os mesmos continuarem a exercer a profissão que há muitos anos vinham exercendo, baixou o decreto-lei n. 78, de 17 de dezembro de 1937, regulando-lhes a aposentadoria.

Ora, exigindo o citado art. 149 também para os armadores de navios nacionais a mesma condição de origem, e não tendo sido amparados os direitos que houvessem adquirido, nem regulada a sua situação comercial decorrente do súbito encerramento de suas atividades, não temos dúvida em admitir que o legislador quis, sem delongas, sobrepor à manutenção de quaisquer direitos individualmente adquiridos a urgente satisfação dos interesses da defesa nacional.

Prazo algum foi concedido por lei aos armadores que não fossem brasileiros natos para que desarmassem os seus navios. Assim, é de inferir-se que estes não mais poderão, a qualquer pretexto, ou sob qualquer título, continuar no exercício de sua profissão, cumprindo providenciarem a imediata desarmação dos navios, sob pena de estes ficarem sujeitos a medidas de rigor, por parte das autoridades portuárias.

Só, entretanto, aos armadores de navios, e não de quaisquer outras embarcações, é que se refere o preceito constitucional, devendo entender-se por navio, pelo menos para efeitos de direito público, a embarcação que, medindo vinte ou mais toneladas brutas, e atenta à sua habitual finalidade, se encontre aparelhada para fazer com segurança a navegação de longo curso, ou de grande ou pequena cabotagem, quer exterior, em águas do oceano ou do alto mar, quer interior, em águas fluviais ou lacustres.

Tais embarcações é que devem ser armadas por cidadão brasileiro nato, pois só em relação a elas se justifica a aplicação da regra constitucional.

Nada impede, porém, que essas embarcações se armem por sociedade composta de pessoas físicas estrangeiras, desde que se tenha ela constituído, ou venha a organizar-se, em território nacional aí tendo sede e o registro de seu contrato social: Isto porque, conforme vem opinando o Tribunal, com fundamento na legislação que rege a matéria e na doutrina que a secunda, "a nacionalidade das pessoas jurídicas independe da nacionalidade das pessoas físicas que a constituem". (Cons. n. 2 — "D. Oficial" de 22 de setembro de 1937, páginas 19.591-92.)

Uma sociedade, assim originada, considera-se nascida no Brasil, podendo, sem fugir ao cumprimento do preceito constitucional, ser armadora do navio nacional, convindo, todavia, exigir-se, para maior garantia dos interesses do país, em harmonia com a legislação de cunho nacionalista que caracteriza as normas do Estado Novo, que, destinada essa sociedade à exploração do comércio de cabotagem, seu gerente, pessoa física, seja brasileiro nato.

Das embarcações que apenas exercem a sua atividade no interior dos portos poderá ser armador o cidadão ou a sociedade de qualquer nacionalidade.

O segundo item da consulta subdivide-se em duas partes. Na primeira, prevê-se a hipótese de ser deferido aos armadores, provavelmente também proprietários, que não satisfaçam a exigência constitucional, transferir a propriedade e armação de suas embarcações para o nome das respectivas esposas, ou dos filhos brasileiros natos, estes de maior idade.

Na segunda parte do item, pergunta-se si, deferida e operada a transferência da propriedade das embarcações, os ex-proprietários e armadores estrangeiros poderão nelas viajar na qualidade de gerentes.

No primeiro caso, verificando-se mesmo que o proprietário o armador é naturalizado brasileiro, "a situação não se alteraria" — observou o Dr. Procurador — "sabido que o marido tem a representação dos bens do casal, notadamente porque, se o casal houver contraído núpcias pelo regime legal, este será o da comunhão de bens, onde o cônjuge não brasileiro será meeiro, isto é, com infração do disposto no preceito constitucional".

Em face do que prescreve o § 1º do art. 5º do decreto n. 2.304, de 1896, deve entender-se por cidadão brasileiro, para os efeitos regulamentares, "a mulher brasileira, casada com estrangeiro, se, pelo contrato ante-nupcial, além de não haver comunhão de bens, lhe couber a administração pessoal e direta dos que lhe forem próprios". Esse dispositivo foi reproduzido na alínea b, § 2º, do artigo 391, do decreto n. 17.096, de 1925.

No entanto, a Constituição, em seu artigo 116, não incluiu, entre os que perdem a nacionalidade, a mulher casada com estrangeiro, mesmo sob o regime da comunhão de bens.

Evidentemente, apresenta-se-nos um conflito que não pode subsistir sem contrariar os mais rudimentares princípios de direito, uma vez que se restringir, por um regulamento ou por lei ordinária, o que a lei fundamental não restringe.

Mistér se faz, portanto, reconhecer que, pelo fato de ser casada com estrangeiro, mesmo pelo regime da comunhão de bens, a mulher brasileira conserva a sua nacionalidade.

Releva notar, porém, que a lei substantiva, não tolerando que o estrangeiro seja co-proprietário de navio nacional, jamais poderia admitir que, sócia natural do marido por força do regime da comunhão de bens, pudesse a mulher ser proprietária de navio nacional, salvo se, de acordo com a opinião já emitida por este Tribunal, co-participasse ela, com o marido, de sociedade de capital, gerida por brasileiro.

Opinou, ainda, o Tribunal que, fosse qual fosse o regime adotado pelos contraentes, em nome de mulher brasileira casada com estrangeiro não deveria ser registrada embarcação nacional.

Tal medida de ordem administrativa se lhe afigurou aconselhável, porque, em qualquer caso, prevalece a autoridade do marido como cabeça de casal.

E essa autoridade prevaleceria, embora indiretamente, mesmo que as embarcações "constituíssem bens que a mulher possuísse ao casar, ou lhe sobreviessem na constância do matrimônio, por doação ou sucessão, ou fossem adquiridos com valores exclusivamente a si pertencentes, em subrogação dos bens particulares, ou até quando, por ocasião do casamento, ficasse estipulado o regime da separação de bens, — caso em que, nos termos do art. 276 do Código Civil, cada cônjuge se manteria na administração do que seu já fosse, concluindo-se que a mulher assistiria o direito de administrar, como entendesse, os seus bens".

Mas, se é verdade que, assim, a mulher assistiria o direito de, como lhe aprobevesse, administrar os seus bens, menos verdade não é que, para a mulher exercer atividades comerciais (e a exploração da indústria da navegação é uma delas) precisa de licença expressa do marido, isto porque "o livre exercício da profissão, para identificar-se com o direito de exercê-la, exige que o respectivo titular satisfaça, previamente, as exigências da lei: "E uma dessas exigências é, precisamente, a autorização escrita do marido, qualquer que seja o regime em que tenham sido contraidas as núpcias, o que, sem dúvida, subordina a mulher à vontade do outro cônjuge: cuja autoridade, assim, prevalece como sempre. Ademais, quando a Constituição determina que os proprietários, armadores e comandantes de navios nacionais devam ser brasileiros natos, não estabelece que todo brasileiro nato possa ser proprietário, armador ou comandante de navio nacional. A qualidade de brasileiro nato é apenas uma das condições exigidas. Isolada, não satisfaz. Do contrário, ter-se-ia de admitir que até os incapazes, em face das leis civis, tivessem o direito e, portanto, pudessem exercer as referidas profissões.

Consentir por consequência, diante do exposto, em que o marido estrangeiro transfira para a mulher brasileira a propriedade ou a armação de navio brasileiro, seria, inquestionavelmente burlar a lei, tanto mais quanto seu espírito repele, por qualquer forma, a intromissão de estrangeiro em assuntos que mais de perto digam com os interesses nacionais.

Nenhum motivo impede, entretanto, que se transfiram a propriedade e a armação para o nome do filho brasileiro nato e de maior idade.

E, se a lei "não se referiu ao direito do filho se fazer representar pelo genitor, brasileiro naturalizado, é porque entendeu desnecessário esclarecer que o que ela proíbe é a atividade, o exercício da cabotagem, "como observou em seu parecer o Dr. Procurador.

Indaga-se, finalmente, na última parte da consulta, se os ex-proprietários e armadores, inibidos de continuar a exercer a profissão, poderão viajar, como gerentes, nas embarcações que tenham transferido.

A pessoa do gerente não foi, até hoje, incluída entre os membros da guarnição das embarcações. E não sendo, portanto, tripulante, o gerente só poderá viajar como passageiro, satisfeitas, entre outras, as exigências dos artigos 119 e 279 do Regulamento das Capitâneas dos Portos, ou quando se destinar a alguma agência da companhia ou empresa, a cujo pessoal pertencer, e nas embarcações desta, mediante licença especial, concedida pela autoridade competente, nos termos do parágrafo único do art. 411, do mesmo Regulamento.

Ademais, se se tratar de sociedade ou de empresa nacional, que se destine a explorar o comércio marítimo de cabotagem, a lei exige, como sábia medida de cautela, que seja cidadão brasileiro o gerente (Regulamento aprovado pelo decreto n. 10.524, de 23 de outubro de 1913).

Distrito Federal, Sala das Sessões do Tribunal Marítimo Administrativo, aos vinte e nove de julho de 1938. — *Dario Paes Leme de Castro*, vice-almirante, presidente. — *Carlos Miranda*, relator. — *Francisco José da Rocha*. — *J. Stoll Gonçalves*.

Ministério da Guerra

Por portaria n. 204, de 19 de agosto de 1938, o ministro de Estado da Guerra, devidamente autorizado pelo Sr. Presidente da República em despacho exarado na exposição de motivos de 11 de agosto de 1938, e na forma do que prescreve o item V, do art. 26, do decreto-lei n. 240, de 4 de fevereiro de 1938, resolveu admitir, como extranumerário mensalista, Antônio Sales Gonçalves, no cor-

rente exercício, para desempenhar as funções de auxiliar de escrita de 5ª classe ao Serviço de Fundos da 1ª Região Militar, mediante o salário mensal de quinhentos mil réis, correndo a despesa correspondente por conta da verba 1ª — consignação "Pessoal" n. II — Pessoal extranumerário — do orçamento em vigor.

Esta portaria de admissão poderá ser cancelada antes de terminado o prazo nela estipulado, si assim convier aos interesses da administração pública e sem que caiba ao extranumerário mensalista qualquer direito de indenização ou reclamação.

RETIFICAÇÃO

Por portaria n. 77, de 11 de abril de 1938, o ministro de Estado da Guerra, em nome do Sr. Presidente da República, resolveu, de acordo com o disposto no art. 4º do regulamento baixado com o decreto n. 23.347, de 13 de novembro de 1933, nomear sub-tenente, para servir no 14º batalhão de caçadores, o 1º sargento Pedro Bruno de Lima. E não como publicou o *Diário Oficial*, de 8 de abril de 1938, à página 7.295, 2ª coluna.

DESPACHOS DO SR. MINISTRO DE ESTADO DA GUERRA

Dia 18 de agosto de 1938

No ofício de 11 de agosto de 1938 que o presidente da Comissão Organizadora do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado dirigiu, sob n. 140, ao Sr. diretor da Secretaria, pedindo providências urgentes para que sejam designados pelos chefes de serviço do Ministério da Guerra os funcionários destinados a ligação dos mesmos serviços com a referida Comissão, o Sr. ministro da Guerra exarou o seguinte despacho: — "A Secretaria: a) para que sejam cientificados todos os chefes de Serviço e, em consequência, possam proceder consoante o solicitado neste; b) para consultar ao sigatário acerca do melhor modo de fazer representar os funcionários a que alude o item II, da informação n. 563, de 15 do corrente, da Secretaria de Estado da Guerra (Serviço do Pessoal Civil). — O item a que se refere o despacho é o seguinte: II — Parece que a Comissão deseja funcionários de repartições situadas nesta Capital, porque a vinda de funcionários dos Estados acarretará despesas ao Ministério da Guerra com transportes e diárias e, certamente, prejuízo ao serviço.

Foi mandada publicar, afim de que tenha a mais ampla repercussão, a seguinte circular da Secretaria da Presidência da República: — Circular n. 7-38. Senhor ministro. Havendo o Excelentíssimo Senhor Presidente da República aprovado a sugestão contida no ofício número 5.577, de 23 de junho do corrente ano, do extinto Conselho Federal do Serviço Público Civil, relativa à contagem de tempo líquido de efetivo exercício dos funcionários públicos, solicito de V. Ex. as necessárias providências no sentido de serem as incluídas normas rigorosamente observadas nesse Ministério. Aproveito o ensejo para reiterar protestos de elevada estima e consideração. — *Luiz Vergara*, secretário da Presidência. — Normas a que se refere a circular número 7-38, da Secretaria da Presidência da República. 1 — Ninguém poderá ter exercício, mesmo eventual, em Gabinete de Ministro de Estado, de Diretor ou Chefe de Serviço, ou ficar à disposição de qualquer autoridade senão para o desempenho de funções privativas do Gabinete e expressamente enumeradas em lei, regulamentos ou regimentos, estes quando aprovados por decreto; 2 — O exercício só poderá ser verificado após a publicação, no *Boletim do Pessoal* ou "Diário Oficial", do ato de designação pela autoridade competente; 3 — Quinze dias após a publicação desta circular no "Diário Oficial", será feita a publicação nominal das pessoas que atualmente servem nos gabinetes enumerados no item 1, com indicação dos cargos públicos que ocupam (funcionários) ou funções para as quais tenham sido admitidos (extranumerários) e com a indicação dos encargos legais que realmente desempenham; 4 — Após a publicação de que trata o item anterior, ficarão imediatamente designados todos quantos estiverem à disposição de Gabinetes ou autoridades, em desacordo com estas normas; 5 — Excetuadas, apenas, as ressalvas de regulamento ou regimento, ninguém poderá ser dispensado do registro de ponto; 6 — Sempre que houver aparelho registador mecânico, será obrigatória a sua utilização para os funcionários e extranumerários; 7 — Nenhuma folha de pagamento poderá ser elaborada sem o recebimento do *Boletim de Frequência* e observância de todas as normas estabelecidas nos Regimentos dos Serviços de Pessoal; 8 — Nenhuma vantagem será paga a funcionário ou extranumerário, além de seus vencimentos ou salários, em que, na forma do § 2º do artigo 9º do decreto n. 2.297, de 29 de janeiro último, seja feita a publicação correspondente no "Diário Oficial", no expediente do respectivo Serviço do Pessoal ou repartição pagadora, enquanto não houver o *Boletim do Pessoal*; 9 — O Serviço do Pessoal fará publicar no "Diário Oficial", enquanto não houver o *Boletim do Pessoal*, todo e qualquer ato, exceto os de natureza reservada, que diga respeito a funcionário ou extranumerário, sem o que não poderá ser cumprido, nem produzir qualquer efeito; 10 — As comunicações de inobservância do disposto na presente circular serão imediatamente apuradas para responsabilidade do infrator.

Foi classificado na Diretoria de Intendência da Guerra o tenente coronel Intendente de Guerra, Armando Silva.

Foi permitido ao major Júlio Limeira da Silva, adjunto da Diretoria de Engenharia, ir a São Paulo, a serviço.

REQUERIMENTOS DESPACHADOS PELO SR. MINISTRO DA GUERRA

Alcides de Sousa Ramos, coronel reformado, professor Catequístico do Colégio Militar de Porto Alegre, pedindo que seja apurado no seu tempo de serviço um decênio sem licença, afim de poder gozar a licença-premio. — Deferido.

Augusto Comte Torres Homem, tenente coronel, pedindo seis meses de licença prêmio para tratamento de saúde. — Concedo o prazo de seis meses arbitrado pela J. M. S.

Abílio Faleão de Moura Vasconcelos, sargento ajudante reformado, adido à Companhia de praças reformadas na Ilha de Bom Jesus, pedindo transferência de residência para Campo Grande (Mato-Grosso) e percepção de vencimentos pelo Regimento Mixto de Artilharia. — Deferido, correndo as despesas de transporte por conta própria.

Armando Barcellos Perestrelo, capitão, pedindo certidão. — Forneça-se, por certidão, na forma da lei.

Clarindo de Sousa Figueiredo, reservista, pedindo retificação de sua caderneta militar. — Deferido.

Bibon White, 2º tenente da Reserva, da 1ª linha do Exército, pedindo expedição de carta patente. — Deferido.

Fernando Machado Borges, pedindo seja tornado sem efeito o despacho que o isentou do serviço militar. — Readquirir, primeiramente, os direitos políticos e volte, querendo.

Haydée Carneiro de Oliveira, esposa do 1º tenente farmacêutico, reformado, pedindo lhe seja mandado pagar, mensalmente, quantia para seus alimentos, por conta do aludido oficial. — Arquite-se, por se tratar de oficial reformado, cabendo à parte recorrer ao Judiciário, querendo.

Ignaz Cavalcanti Cordeiro de Melo, esposa do capitão Cordeiro de Mello, pedindo seja a quantia de 250\$000 que é descontada mensalmente dos vencimentos do marido para sustento e educação da filha menor, paga por intermédio do D. P. A. — Por solicitação do Juiz de Menores do Distrito Federal, determinou este Ministério a averbação, para desconto mensal, em folha de pagamento, da pensão de alimentos, de 250\$000, a favor da filha do casal, devendo essa quantia ser enviada àquele Juiz, como foi determinado.

José Gomes dos Santos, ex-2º sargento, pedindo nomeação para qualquer vaga existente em repartições subordinadas ao Ministério da Guerra. — Inscreva-se no concurso para escriturário de todos os ministérios ou em outro dos mandados realizar pelo D. A. S. P., antigo C. F. S. P. C.

José Maria Guedes, pedindo certificado de reservista. — Forneça-se ao interessado certificado de licenciamento definitivo do Serviço Militar. — A 1ª C. R. para os devidos fins.

DESPACHOS DO SR. DIRETOR

Foram mandadas publicar as seguintes comunicações:

Dia 18 de agosto de 1938

Da admissão de Edgard Honório Guedes, para desempenhar funções auxiliares ou transitórias, com a diária de 29\$500, a contar de 22 de junho, no Serviço Técnico de Aviação.

Dia 19

Da exclusão, a pedido, do diarista Newton Jordão Pinheiro, da Fábrica de Cartuchos de Infantaria, a partir de 17 do corrente.

Do falecimento dos serventes da classe "D" do Quadro I, do Ministério da Guerra, Luiz de Azevedo, do Colégio Militar do Rio de Janeiro, em 28 de julho corrente e Luiz Veríssimo de Magalhães, a 14 de agosto corrente, pertencente à Diretoria de Engenharia e do servente da classe "B" do mesmo Quadro e Ministério, Américo da Silva Carvalho, ocorrido no dia 13 do corrente e que servia no Hospital Central do Exército.

Da concessão de 90 dias de licença, em prorrogação, para tratamento de saúde, de acordo com o decreto n. 42, de 15-IV-1935, ao escrevente José Tertuliano, da classe "F", do Quadro I do Ministério da Guerra, com exercício no Quartel General da 4ª Região Militar.

Das admissões, como mensalistas, para servirem no Núcleo do 7º Regimento de Aviação, dos seguintes reservistas: Manuel Pinheiro Braga, carpinteiro, com a diária de 8\$000, a partir de 12; Luiz Ferreira de Andrade, auxiliar de mecânico, com a diária de 9\$000, a partir de 13; Pedro de Araújo Cunha, ferreiro, com a diária de 8\$000, a partir da mesma data e João Modesto dos Santos, caldeireiro, com a diária de 8\$000, a partir de 14 tudo de julho do corrente ano.

Dia 20

Da admissão, como diarista, do reservista Astrogildo Muniz Torres, para exercer as funções de servente do Gabinete da Diretoria da Aviação, com a diária de 14\$000 a partir de 1º do corrente mês de agosto.

REQUERIMENTOS DESPACHADOS PELO SR. DIRETOR DA SECRETARIA DE ESTADO DA GUERRA

Peruchá de Figueiredo Neves, sargento ajudante, do 1º Regimento de Artilharia Montada, pedindo reconsideração de despacho sobre pagamento de ajuda de custo. — Complete o selo da petição.

Diretoria de Intendência da Guerra

ACTOS DO SR. DIRETOR

I — Transferência de sargento:

Por ato de 18 do corrente, foi transferido, com autorização do Sr. Ministro da Guerra, e sem direito a ajuda de custo, da 3ª para a 4ª F. I., o sargento ajudante Antônio Ricardo Viana.

II — Transferência de operário:

Por ato de 18 do corrente, foi transferido, de acordo com a autorização do Sr. Ministro da Guerra, o operário de 2ª classe Domingos Ferreira de Araújo, da 3ª para a 4ª Formação de Intendência.

III — Permissão concedida:

Por ato de 18 do corrente, foi concedida, em nome do Sr. Ministro da Guerra, permissão ao capitão de administração Paulo de Albuquerque Lacerda, do S. I. R. da 4ª Região Militar, para gozar nesta Capital as férias a que tem direito.

IV — Requerimento despachado:

Por ato de 18 do corrente:

Francisco da Costa Nunes, ajudante de porteiro desta Diretoria, pedindo licença especial, de acordo com o decreto n. 42, de 15 de abril de 1935. — Concedo, de acordo com o art. 1º, item I, do decreto n. 19.714, de 12 de fevereiro de 1931, ao ajudante de porteiro da classe E e quadro I do Ministério da Guerra, Francisco da Costa Nunes, desta Diretoria, seis meses de licença especial (prêmio), na forma do disposto no art. 1º da lei n. 42, de 15 de abril de 1935, por satisfazer os demais requisitos desta lei.

Diretoria Provisória das Armas de Infantaria, Cavalaria e Artilharia

requerimentos despachados por esta Diretoria

José Ferreira da Nóbrega, 2º tenente convocado, servindo da 8ª C. R., pede nomeação para auxiliar da 8ª C. R. e exoneração de delegado do Serviço de Recrutamento. — Indeferido, à vista das informações.

Manuel Serafim de Melo, soldado condutor do 2º R. I., pede abertura de um inquérito sanitário de origem. — Seja procedido o inquérito sanitário de origem.

Feliciano Pereira da Fontoura, reservista, pede reconsideração de ordem de exclusão. — I — Arquite-se. II — O requerimento anterior foi despachado favoravelmente, conforme publicou o boletim do Exército n. 55 de 5 de outubro de 1936.

Mário Inácio da Silveira, sargento-ajudante servindo no H. M. D. da 3ª R. M., pede cancelamento de prisões disciplinares. — De acordo com o n. 75, do art. 65 do R. I. S. G., sejam canceladas as punições que lhe foram aplicadas em 30 de março de 1908, 1 de setembro de 1911, 11 de maio de 1915, 25 de setembro de 1917 e 2 de julho de 1919.

Ciro Alfredo Coelho, capitão do Q. S. I. servindo na S-2 da D-2, pede cancelamento de notas em seus assentamentos, quando aluno da Escola Militar. — Deferido.

Chassepot de Albuquerque Cavalcante, 2º sargento do 25º B. C., pede promoção ao posto de 1º sargento. — Indeferido à vista das informações.

Florianos Lopes de Sousa, soldado músico do 3º B. C., pede transferência por troca com o dito do 10º B. C., Simão Pedro Elias Jandi. — Indeferido, à vista das informações.

Sprintzin & Duchovny, comerciantes, pedem pagamento da quantia de 1:000\$000 que é devido ao sargento-ajudante do 4º R. I., Augusto Rodrigues dos Santos. — Arquite-se, por estar resolvido.

Ivo Borges da Fonseca Neto, 1º tenente do C. P. O. R. da 7ª R. M., pede para constar do Almanaque do Ministério da Guerra, como tempo dobrado o período de 6 de março a 7 de setembro de 1932. — Deferido, em face da informação.

Divino Ferreira do Nascimento, soldado tambor-corneteiro, do 12º R. I., pede elevação de classe. — Deferido, de acordo com as informações e em face do aviso n. 169, de 15 de março de 1937. (Retifica-se por ter saído com incorreção no "Diário Oficial" de 1 de agosto de 1938).

Ministério da Viação e Obras Públicas

PORTARIA N. 392

O ministro de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas, em nome do Presidente da República, atendendo ao que propõe a diretoria da Estrada de Ferro Central do Brasil, em ofício n. 3.500, de 11 do corrente:

Resolve aprovar a tabela de preços unitários, que com esta baixa, rubricada pelo diretor de Contabilidade da Secretaria de Viação e Obras Públicas, para execução dos serviços de alvenarias e trabalhos complementares, pelo regime de tarefa, do edifício da nova estação D. Pedro II, da Estrada de Ferro Central do Brasil.

Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1938. — *João de Mendonça Lima.*

Preços unitários para a execução dos serviços de alvenaria e trabalhos complementares no edifício da nova estação Pedro II

Revestimento externo:

Granito de Itá, lustrado, em placas de 0,03, inclusive assentamento, metro quadrado	528\$212
Granito vermelho Paulista, lustrado, placas de 0,03, inclusive assentamento, metro quadrado	586\$813
Arenito de Ipanema (Estado de São Paulo), placas de 0,015 polido, inclusive assentamento	97\$869
Arenito de Sorocaba poido, placas de 0,002, inclusive assentamento, metro quadrado	114\$250
Mármore Travertino Romano, polido, placas de 0,02, inclusive assentamento, metro quadrado	207\$792
Caixas metálicas, perfis especiais, com aparelho de manobra, punhos e puchadores de latão cromado, folhas de correr montadas sobre rolamento de esferas, inclusive assentamento, metro quadrado	169\$953
Vidro Ardonax, liso, azul, com 4 milímetros de espessura, inclusive assentamento, metro quadrado....	140\$400
Vidro Cathedral, branco, com 4 milímetros de espessura, inclusive assentamento, metro quadrado....	99\$450
Vidro Fantasia, branco, com 3 milímetros de espessura, inclusive assentamento, metro quadrado	40\$950
Vidro comum, liso, branco, triplo com 4 milímetros de espessura, inclusive assentamento, metro quadrado	55\$760
Vidro branco, comum liso de 4 milímetros de espessura, curvo, de acordo com os tamanhos indicados no projeto, inclusive assentamento, metro quadrado	110\$565
Lambri de mármore, Aurora Pérola, lustrado com 0,015 de espessura, colocado, metro quadrado.....	173\$160
Mármore Aurora Veado, lustrado, com 0,01 de espessura, inclusive assentamento, metro quadrado....	160\$290
Lambri de madeira, folheado de imbúia, para escritório dos funcionários, inclusive assentamento, metro quadrado	95\$460
Perfis folheados de imbúia, reforço especial, com os respectivos marcos, metro quadrado	130\$341
Tacos de ipê, táboas com as dimensões de 0,21 x 0,07 x 0,02, com a face inferior asfaltada, metro quadrado	27\$614
Argilex assentamento:	
Ladrilhos de porcelana rústica (grés), com 0,15 x 0,15 x 0,15, metro quadrado	89\$753
Mosaico de porcelana em duas cores, metro quadrado..	56\$755
Cerâmica de São Caetano para pavimentação, metro quadrado	47\$627
Revestimento interno:	
Emboço (Chapisco) nos tetos com argamassa n. 4, metro quadrado	13\$140
Emboço nas paredes internas com 0,003 de espessura, metro quadrado	13\$841
Reboco dos tetos, com argamassa 1:2:2 gesso, cal, areia, metro quadrado	7\$422
Reboco das paredes, 1:1/5:1, cal virgem, cimento branco e areia, metro quadrado	6\$115
Revestimento externo, 1:2,5 cimento branco, areia alba, acabamento com desengrenadeira de aço e queimada com ácido clorídrico, metro quadrado	25\$829
Impermeabilização do terraço pelo sistema membrana, uma demão de asfalto Genasco, três camadas de feltro betuminoso, intercalada de asfalto Trindade "X", metro quadrado	46\$683

Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1938. Diretoria de Contabilidade.

— *F. Brandão, diretor.*

Diretoria Geral de Contabilidade

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Dia 18 de agosto de 1938

Avisos:

N. 2.793 — Ao Ministério da Fazenda — Solicitando pagamento da importância de 5:925\$, à Companhia Imobiliária do Castelo S. A., proveniente do aluguel das salas n. 4 da sobre-loja e das de ns. 101 a 110 do 1º andar do edifício Ráldia, sede da Inspeção de Iluminação, durante o mês de julho do corrente ano. (17.422-38).

N. 2.794 — Ao mesmo — Solicitando pagamento da importância de 2:400\$, a Ernani de Castro, correspondente aos aluguéis da loja do prédio ocupado pela agência dos Correios e Telégrafos de Atlantica, nos meses de novembro e dezembro de 1937. (16.748-38).

N. 2.795 — Ao Tribunal de Contas — Remetendo cópias de termo aditivo ao contrato de arrendamento da Rede de Viação Férrea, celebrado com o governo do Estado do Rio Grande do Sul. (17.355-38).

N. 2.796 — Ao interventor federal no Estado da Baía — Remetendo cópia das informações prestadas pelo D. A. C., em resposta ao seu telegrama de 6 do corrente. (17.607-38).

N. 2.797 — Ao Ministério da Fazenda — Solicitando pagamento da importância de 2:926\$700, mediante distribuição de crédito à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado de S. Paulo, ao telegrafista de primeira classe, aposentado, do D. C. T., Frederico Wanderley, relativa à gratificação adicional a que fez jus no período de 1 de janeiro de 1931 a 8 de junho de 1933. (17.057-38).

N. 2.798 — Ao mesmo — Solicitando pagamento da importância de 2:104\$000, ao chefe de Seção, aposentado, do D. C. T., Cristiano Bandeira Vilela, relativa à gratificação adicional a que fez jus no período de 1 de janeiro de 1931 a 16 de junho de 1932. (18.073-38).

N. 2.799 — Ao general Júlio Horta Barbosa, presidente do Conselho Nacional de Petróleo — Comunicando o recebimento do seu ofício n. 13/P, de 23 de julho último. (17.489-38).

N. 2.800 — Ao Departamento Nacional de Portos e Navegação — Referente ao requerimento da Companhia Docas de Santos, comunica que autorizou a inclusão, na conta de capital adicional da petição, da importância de 800:627\$900, efetivamente despendida com a aquisição de imóveis para ampliação das instalações do porto de Santos. (17.482-38).

N. 2.801 — Ao Ministério das Relações Exteriores — Pedindo a atenção para serem mudados de local os serviços desse ministério, a cargo da Polícia Marítima e de uma seção do Corpo de Bombeiros, instalados perto do aeroporto. (17.688-38).

Dia 19

Avisos:

N. 2.802 — Ao Ministério da Fazenda, solicitando pagamento da importância de 1:080\$000, ao telegrafista de 1ª classe, do D. C. T., Cândido Lopes Vilas Boas, sendo 480\$000 de diferença de gratificação adicional no período de 1º de janeiro de 1931 a 31 de dezembro de 1934 e 600\$000, relativa a mesma gratificação a que fez jus nos meses de janeiro a dezembro de 1935. (17.072/38.)

N. 2.803 — Ao mesmo, solicitando pagamento de importância de 1:025\$000, mediante distribuição de crédito à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado de São Paulo, ao estafeta de 1ª classe, aposentado, da D. R. dos Correios e Telégrafos naquele Estado, Ulvino Rodrigues do Amaral, relativa à gratificação adicional a que fez jus no período de 1º de janeiro de 1931 a 31 de maio de 1931. (17.070/38.)

N. 2.804 — Ao mesmo, solicitando pagamento da importância de 506\$000 à Viação Férrea do Rio Grande do Sul, referente a transportes efetuados em objeto de serviço nos meses de setembro e dezembro de 1937, em proveito do D. C. T. (16.826/38.)

N. 2.805 — Ao mesmo, solicitando pagamento da importância de 240\$000, ao engenheiro da classe "I" da I. F. E., Otávio Gordilho de Castro, proveniente de diárias a que fez jus no mês de dezembro de 1937. (16.265/38.)

N. 2.806 — Ao mesmo, solicitando pagamento da importância de 128\$800, ao cabeleiro, de 4ª classe, aposentado, da E. F. C. B., Guilherme José dos Santos, referente à gratificação adicional a que fez jus no período de 1º de outubro a 31 de dezembro de 1931. (15.970/38.)

N. 2.807 — Ao mesmo, solicitando pagamento da importância de 360\$000, mediante distribuição de crédito à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado de São Paulo, ao chefe de seção, aposentado, da D. R. dos Correios e Telégrafos naquele Estado, Otávio Lincoln dos Santos, relativa à gratificação adicional a que fez jus nos meses de janeiro a dezembro de 1935. (13.048/38.)

N. 2.808 — Ao mesmo, solicitando pagamento da importância de 472\$000, mediante distribuição de crédito à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado de São Paulo, ao engenheiro da classe "M" da I. F. E., Mário de Lacerda Gordilho, proveniente de diárias a que fez jus nos meses de outubro a dezembro de 1937. (11.888/38.)

SERVIÇO DO PESSOAL

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 17 de agosto de 1938

Offícios.

N. 3.696 — Ao diretor do Pessoal do Ministério da Fazenda — Remetendo processos, relativos à transferência dos escriturários da classe "G" Júlio Lira Neiva e Galileu da Penha Franco, dos quadros XVI e IV deste Ministério, respectivamente. (17.927-38).

N. 3.697 — A Inspeção de Fiscalização do Exercício Profissional — Solicitando providências no sentido de ser submetido à inspeção de saúde, o porteiro-contínuo, em disponibilidade, do extinto Patronato Agrícola "Casa dos Ottoni", do Ministério da Agricultura Saint Clair Batista Rabelo.

N. 3.698 — A Estrada de Ferro Central do Brasil — Pedindo remessa dos decretos de Raul Tagus Correia de Brito, Apelles Almeida de Barros Faria, Jaime Faria Alves, Adolfo Tourinho e Mario da Silva Côrtes, afim de serem apostilados. (16.705-38).

N. 3.699 — A Despesa Pública — Restituindo processo, referente ao officio n. 1.783, de 14 de julho de 1938, dessa Diretoria. (17.356-8).

N. 3.700 — Ao Departamento dos Correios e Telégrafos — Remetendo cópia do decreto de 6 do corrente, que concedeu aposentadoria a Roberto Gomes Tarlé, no cargo da classe "K", da carreira de oficial administrativo, do quadro III deste Ministério. (15.594, de 1938).

Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos do Distrito Federal

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR REGIONAL

Dia 15 de agosto de 1938

Requerimento despachado:

Galdino José Tavares, carteiro E, pedindo licença. — Compareça à 1ª Seção desta Diretoria Regional e à Escola de Aperfeiçoamento para ser examinado.

Departamento de Aeronáutica Civil

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Requerimentos:

Dia 11 de agosto de 1938

O Sindicato Condor Limitada, requer vistoria para a sua aeronave "Tieté", de marcas PP-CAN, cujo prazo de validade do seu certificado de navegabilidade expirará em 12 do corrente mês. — Concedo a prorrogação, até o dia 22 do corrente mês, do prazo de validade do PP-CAN. — Ref. 8.763-38.

Dia 14

O Sindicato Condor Limitada, alegando ter instruído os seus radiotelegrafistas: Generoso Leite de Castro, Genulfo de Oliveira, Raulfo de Oliveira, Valdemiro Botelho, Pedro Arbués Pavão, Epaminondas José Spinelli, Jandir Evaristo Monteiro e João Schubach para requererem carta e licença do DAC, pede lhes seja dada licença para, em caso de imprevista necessidade, poderem eles tripular as suas aeronaves. — Autorizo a concessão das licenças, anotando-se, porém, na DO que os radiotelegrafistas referidos no req. de fls. 2, terão de se submeter a exame no S. M. A. C. se o S. Condor, em qualquer tempo, quizer utilizá-los em serviço regular de voo. — Ref. 8.850, de 1938.

O Sindicato Condor Limitada, requer seja considerada como motivada por força maior, a partida atrasada de Floriano no dia 1º de junho. — Deferido. — Ref. 1.944-38.

A Panair do Brasil, S. A., requer sejam considerados como motivados por força maior os adiantamentos e atrasos de chegadas e partidas ocorridos na linha contratual Belém-Manáus, no mês de julho último. — Deferido — Ref. 4-38.

Wilson do Vale Fernandes, inscrito no concurso para provimento de cargos iniciais na carreira de meteorologista, solicita permissão para frequentar, afim de adquirir prática, as seções de: Previsão do tempo, Aerologia e Observatório (Torre). — Deferido — Ref. número 8.814-38.

Dia 16

Alceu Cunha Lopes, meteorologista da classe H, pede para constar dos seus assentamentos que é diplomado, engenheiro civil e titular da carteira profissional n. 2.424 D. — Deferido. — Ref. 9.001-38.

José Frazão, servente da DAP, requer considerar os 8 dias de faltas em nojo, em virtude do falecimento de seu progenitor. — Indeferido o pedido de fls. 2 por falta de fundamento legal. — Ref. n. 8.691-38.

Dia 17 de agosto

Murilo Garcia Moreira, requer autorização para praticar no Instituto de Meteorologia, afim de se habilitar ao concurso para provimento de cargos na carreira de meteorologista. — Deferido. — Ref. n. 9.054-38.

O Aerolloyd Iguassú S. A., requer sejam consideradas como motivadas por força maior as irregularidades do tráfego das suas linhas contratuais, durante o mês de julho último. — Deferido, de acordo com o parecer. — Ref. 902-38.

PORTARIAS

Dia 15 de agosto de 1938

Concedendo ao observador n.º. classe E, Antônio de Menezes Mitchell, 30 dias de licença para tratamento de saúde. — Referência n. 8.169-38.

N. 128 — Designando o engenheiro, Américo Leonides Barbosa de Oliveira, assistente técnico de 3ª classe, para servir como engenheiro encarregado da 8ª Região, com sede em Campo Grande, Estado de Mato Grosso. — Ref. 7.897-38.

Dia 17

Concedendo à calculista da classe F, Elvira Glesteira, seis meses de licença, para tratamento de saúde. Ref. 1.133/38.

Concedendo ao bibliotecário classe H, Ester Rezende, seis meses de licença para tratamento de saúde. Ref. 8.288/38.

Offícios:

Dia 11 de agosto de 1938

— Ao Sr. delegado fiscal do Tesouro Nacional em Maceió:

N. 2.955 — Encaminhando portaria de licença concedida à estacionária classe A, Ana Câmara Silva. Ref. 2.911/38.

— Ao Sr. ministro da Viação e Obras Públicas:

N. 2.956 — Propondo admissão de mensalista. Ref. 3.057 de 1938.

Dia 12

Ao Sr. representante da Pan American Airways, Inc.:

N. 2.957 — Acusando o recebimento do officio n. 281/38, de 4 do corrente. Ref. 1.680/38.

— Ao Sr. presidente da Comissão de Eficiência:

N. 2.958 — Encaminhando requerimento do engenheiro, Eloi Pontes Teixeira. Ref. 8.807/38.

— Ao Sr. presidente do Instituto de Previdência:

N. 2.959 — Acusando recebimento do officio n. 6.071/38, de 30 de junho último. Ref. 7.532/38.

— Ao Sr. inspetor da Alfândega do Rio de Janeiro:

N. 2.960 — Vistoria de material importado. Ref. 8.322/38.

— Ao Sr. diretor da Despesa Pública:

N. 2.961 — Solicitando pagamento de conta à Companhia Mogiana de Estradas dt Ferro. Ref. 7.167/38.

— Ao Sr. diretor geral de Contabilidade da Secretaria de Estado da Viação e Obras Públicas:

N. 2.962 — Remetendo 2ª via de conta da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. Ref. 7.167/38.

— Ao Sr. diretor da Despesa Pública:

N. 2.963 — Solicitando pagamento de conta à São Paulo Railway Company. Ref. 7.171/38.

— Ao Sr. diretor de Contabilidade da Secretaria de Estado da Viação e Obras Públicas:

N. 2.964 — Remetendo 2ª via de conta da São Paulo Railway Company. Ref. 7.171/38.

— Ao Sr. ministro da Viação e Obras Públicas:

N. 2.967 — Promoção e admissão de pessoal mensalista. Ref. 8.460/38.

— Ao Sr. ministro da Fazenda:

N. 2.970 — Solicitando pagamento de conta. Ref. 3.118/38.

— Ao Sr. diretor geral de Contabilidade da Secretaria de Estado da Viação e Obras Públicas:

N. 2.971 — Remetendo 2ª via de conta da Companhia Construtora Nacional S/A. Ref. 3.118/38.

Dia 13

Ao Sr. coronel chefe do Gabinete do Sr. ministro da Guerra:

N. 2.972 — Licença para importação de avião. Ref.

— Ao Sr. diretor secretário do Tribunal de Contas:

N. 2.973 — Remetendo 2ª via de empenho. Ref.

Dia 15

— Ao Sr. diretor do Serviço do Pessoal do Ministério da V. e O. Públicas:

N. 2.983 — Restituindo o processo n. 12.590-38. Ref. 15-38.

— Ao Sr. ministro da Fazenda:

N. 2.986 — Solicita pagamento de subvenção. Ref. 4.984-38.

— Ao Sr. diretor geral de Contabilidade da Secretaria de Estado da Viação e Obras Públicas:

N. 2.987 — Pagamento de subvenção. Ref. 4.984-38.

— Ao Sr. presidente da Comissão de Eficiência:

N. 2.988 — Promoção na carreira de calculista. Ref. 3.719-38.

— Ao Sr. diretor da Estrada de Ferro de Goiaz:

N. 2.989 — Acusando o recebimento do officio n. 168, de 19 de maio último. Ref. 2.824-38.

— Ao Sr. ministro da Viação e Obras Públicas:

N. 2.990 — Solicitando franquia telegráfica. Ref. 900-38.

N. 2.991 — Restituindo o processo n. 16.830-38. Ref. 900-38.

— Ao Sr. diretor do Departamento dos Correios e Telégrafos:

N. 2.992 — Franquia telegráfica. Ref. 8.642-38.

— Ao Sr. secretário da Viação do Estado de Minas Gerais:

N. 2.993 — Campo de pouso de Figueira. Ref.

— Ao Sr. ministro da Fazenda:

N. 2.994 — Solicitando pagamento de contas à Companhia Telefônica Brasileira. Ref. 8.196-38.

— Ao Sr. diretor geral de Contabilidade da Secretaria de Estado da Viação e Obras Públicas:

N. 2.995 — Remetendo 2ª via de conta. Ref. 8.196-38.

— Ao Sr. delegado fiscal do Tesouro Nacional em Florianópolis:
N. 2.996 — Comunicando exoneração por abandono de emprego. Ref. 328-38.

— Ao Sr. ministro da Viação e Obras Públicas:
N. 2.997 — Propondo exoneração por abandono de emprego. Ref. 6.778-38.

— Ao Sr. diretor do Lloyd Brasileiro:
N. 2.998 — Comunicando pagamento de conta. Ref.

Expediente do chefe da Divisão de Meteorologia

Requerimentos:

Dia 9 de agosto de 1938

Eunice Lassance Cunha, calculista classe E, solicita concessão das férias referentes ao ano de 1937 (15 dias) bem como as do corrente ano, para gozá-las total ou parceladamente. Ref. 9.143-38. "Concedido".

Dia 15

Heitor de Oliveira Ramos, observador meteorológico classe F, solicita concessão de férias regulamentares a que tem direito no corrente ano, para gozá-las parceladamente. — Concedido. (Ref. 8.888, de 1938).

Ofícios:

Dia 12 de agosto de 1938

Ao Sr. comandante da Base de Aviação Naval de Santa Catarina:

N. 2.965 — Acusando o recebimento do ofício n. 649.

Dia 13

Ao Sr. comandante da Base de Aviação Naval em Santos:

N. 2.974 — Acusando o recebimento do ofício n. 704.

— Ao Sr. inspetor de Polícia:

N. 2.975 — Autorização para utilizar as conduções da Polícia Marítima.

— Ao Sr. diretor da Fazenda de Sementes "São João de Petrópolis" — Município de Santa Teresa — Espírito Santo:

N. 2.976 — Acusando o recebimento do ofício n. 13 e pedindo esclarecimentos sobre o mesmo.

— Ao Sr. O. P. Camargo, encarregado da estação meteorológica de Campinas:

N. 2.977 — Solicitando providências afim de não haver atraso na remessa da produção científica. (Ref. 4.739-38).

EXPEDIENTE DO CHEFE DA DIVISÃO DE OPERAÇÕES

Dia 12 de agosto de 1938

Ao Sr. diretor superintendente da Viação Aérea São Paulo S. A.:
N. 2.966 — Infração do Código Brasileiro do Ar.

Dia 15

Ao Sr. diretor representante da Pan American Airways, Inc.:
N. 2.999 — Revalidação dos documentos das aeronaves e dos aeroplanos em serviço. (Ref. 8.465-38).

— Ao Sr. diretor-presidente do Aero Clube do Rio de Janeiro:

N. 3.000 — Remetendo 2ª via de laudo de exame de sanidade do Sr. Paulo José de Bastos Gama. (Ref. 6.284-38).

Requerimento de Erasmino Moreira, pedindo licença para tratamento de saúde. — Compareça ao Protocolo deste Departamento para selar a petição, de acordo com a lei e receber o ofício de apresentação à Saúde Pública, para efeito de inspeção de saúde.

Ministério da Agricultura

Departamento Nacional da Produção Vegetal

Por portaria n. 89, de 17 de agosto de 1938 o Diretor Geral do D.N.P.V. resolve conceder ao farmacêutico auxiliar de terceira classe, contratado, do Núcleo Colonial "Santa Cruz", do Serviço de Irrigação, Reflorestamento e Colonização, deste Departamento, Wantuylor da Gama Lima, 30 dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 1º de dezembro de 1937.

Por portaria n. 90, de 17 de agosto de 1938, o Diretor Geral do D.N.P.V. resolve conceder ao auxiliar de escrita de 5ª classe, extra-numerário, da Diretoria do Ensino Agrícola, deste Departamento, Laura de Almeida Meira 3 meses de licença, para tratamento de saúde, a partir desta data.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR GERAL

Dia 17 de agosto de 1938

Ofícios:

Ao Sr. Delegado do Tribunal de Contas junto a este Ministério:
N. 2.933 — Solicita o pagamento da folha na importância de réis 1.903\$, de ajuda de custo correspondente a um mês de vencimentos, concedida a Otávio Brandão Caldas, agrônomo do Fomento Agrícola, classe K, do Serviço de Fomento da Produção Vegetal.

N. 2.934 — Solicita o pagamento das contas, relacionadas, nas importâncias de Rs. 38\$900, 45\$100 e 86\$200 no total de réis 973\$200 da Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro.

— Ao Sr. Diretor da Contabilidade:

N. 2.835 — Remete os documentos comprobatórios da aplicação dada pelo prático de laboratório, classe G, com exercício na E.N.A., Clodoaldo Pereira Devoto, ao adiantamento de réis 4:000\$000.

— Ao Sr. Diretor do Serviço do Pessoal:

N. 2.836 — Remete cópia da portaria n. 87-V, de 11 do atual, pela qual foram concedidos 30 dias de licença, para tratamento de saúde em prorrogação ao classificador de café, classe I, Roberto Pinheiro, com exercício no S.T.C., em São Paulo, deste Departamento, a partir de 3 do corrente.

N. 2.837 — Comunica que, no dia 4 do corrente mês, quando a dactilógrafa, classe F, Rute de Freitas, fechava sua mesa de trabalho, por defeito da mesma, caiu a tampa sobre a mão da funcionária, acidentando-a na mão esquerda.

Esta repartição, por falta de recursos imediatos, deixou aos cuidados e às expensas da acidentada, a continuação do tratamento, a qual deverá, posteriormente, ser de acordo com a lei, indenizada das despesas oriundas do tratamento médico e farmacêutico.

Consulta qual a situação em que deve permanecer a funcionária, isto é, se deve ser licenciada ou dispensada, somente, do ponto.

— Ao Sr. Diretor do Serviço Técnico do Café:

N. 2.838 — Comunica que, por portaria n. 87-v, de 11 do atual, foram concedidos 30 dias de licença, para tratamento de saúde, em prorrogação, ao classificador de café, classe I, do Quadro Unico deste Ministério, Roberto Pinheiro, com exercício nesse Serviço, a partir de 3 do corrente.

— Ao Sr. Diretor da Diretoria de Estatística e Produção:

N. 2.839 — Comunica, que por portaria de Sr. Ministro, número 339, de 13 do corrente, foi designado o almoxarife — classe E, interino, José Luiz dos Santos Máximo Junior, para ter exercício, até ulterior deliberação, na Seção de Irrigação, do Serviço de Irrigação, Reflorestamento e Colonização, deste Departamento.

— Ao Sr. Engenheiro-chefe da S.A.E.:

N. 2.840 — Comunica que foi tirado o empenho de despesa na importância de 50:000\$, a favor da Companhia Construtora Continental Ltda., importância destinada a construção de um insetário, etc., na Estação Fitossanitária de S. Bento, do S.D.S.V.

Instituto de Biologia Vegetal

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Retificação

A ajuda de custo a que se refere o ofício n. 1.077, de 9 de agosto corrente, deste Instituto, importa em 6:200\$000 e não na quantia que foi publicada à página 16.404, do "Diário Oficial", de 16 do mês em curso.

Diretoria da Contabilidade

Primeira Seção

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Dia 16 de agosto de 1938

Exmo. Sr. presidente do Tribunal de Contas:

N. 3.690 — Dando execução ao programa que se traçou relativamente à propaganda e vulgarização dos diversos serviços a seu cargo, este ministério vem, para esse fim, por adquirindo livros e revistas especializados, ora editando publicações que se enquadram naquela finalidade, tais como a revista em rotogravura *Nossa Terra*, conforme exemplar anexo.

De grande oportunidade, porém, o aparecimento da revista na época de realização da 7ª Exposição Nacional de Animais, em Belo Horizonte, este Gabinete entendeu-se com algumas empresas gráficas especializadas em rotogravura, sobre a referida publicação, sendo aceita a proposta do *O Cruzeiro*, S. A., por ser a mais vantajosa. Essa proposta se refere a 3 números até o fim do corrente ano, com a tiragem de 10.000 exemplares por número, na importância total de 45:000\$000, sendo processado o pagamento de 15:000\$ referente a cada número, após a entrega dos exemplares respectivos.

A Delegação desse Tribunal, entretanto, recusou registro à despesa relativa ao pagamento de 15:000\$, correspondente ao primeiro número da referida revista, sob o fundamento de que a mesma depende de concorrência pública e contrato (ofício 141, de 10 do corrente mês).

Este ministério, solicitando desse Tribunal sob a presidência de V. Ex., reconsideração do aludido ato, apresenta as seguintes ponderações:

1º, que deixou de ser feita a concorrência pública em apelo, afim de que as condições da mesma decorrentes, não prejudicassem a oportunidade da saída do primeiro número da revista.

2º, que, em se tratando de um trabalho técnico de publicidade, o seu plano poderia, sem dúvida, se ressentir de qualquer falha irremediável, caso outra empresa a quem fosse o mesmo adjudicado, não correspondesse precisamente às exigências da sua concepção.

Aproveito o ensejo para reiterar a V. Ex. os protestos de minha elevada estima e distinta consideração. — *Fernando Costa*.

Quarta Seção

Exmo. Sr. Presidente da República:

G. M. 456 — As necessidades atuais da pecuária brasileira exigem a imediata instalação de uma perfeita fazenda experimental de criação, mormente para a seleção das raças puras indianas e do chamado tipo Indubrasil.

Este Ministério já possui, por cessão da Sociedade Rural e da Prefeitura de Uberaba, uma fazenda nessa localidade, que, convenientemente aparelhada, poderia servir para o fim indicado.

Nessas condições, tenho a honra de solicitar a V. Ex. a autorização necessária para executar, na fazenda aludida, de acordo com as possibilidades atuais do orçamento deste Ministério, as seguintes obras iniciais e de maior urgência à instalação de que se trata:

- a) construção de casas para trabalhadores;
- b) construção de um paiol para milho;
- c) construção de um reservatório de concreto armado;
- d) construção de um galpão para máquinas agrícolas e depósitos;
- e) construção de um estábulo para reprodutores;
- f) reforma da casa velha do almoxarife;
- g) reforma da casa velha do agrônomo;
- h) postes de aroeira, de 0,08 x 0,08 x 2,20 x 0,015 x 0,015 x 2,50.

Atendendo, por outro lado, a urgência na execução das obras referidas por isso que já existem na fazenda, perto de 80 bovinos das raças Gyr, Nelore, Guzerat e tipo indubrasil, que necessitam das pastagens divididas e instalações adequadas, tenho a honra de solicitar se digne V. Ex., igualmente, autorizar que as mesmas se processem independentemente de concorrência pública e mediante adiantamentos.

As despesas respectivas orçam, conforme projetos e especificações anexos, em 150:000\$000, aproximadamente, sendo 99:000\$000 para pessoal e 60:000\$000 para material, e correrão, uma vez autorizadas por V. Ex., pela verba 5ª — Obras — Sub-consignação 1 — Obras novas, etc., do vigente orçamento deste Ministério, em cuja dotação existe saldo suficiente.

Rio de Janeiro, 9 de agosto de 1938.

Despacho do Sr. Presidente: "Autorizado. Em 10-8-1938. — G. VARGAS."

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 17 de agosto de 1938

Ao Sr. diretor do Instituto de Biologia Vegetal:

N. 3.707 — Em referência ao ofício n. 420, de 25 de março próximo findo, comunico haver o Sr. Presidente da República, por despacho de 15 de junho de 1938, exarado na exposição de motivos G. M. 160, de 4 de abril de 1938, autorizada a despesa de 10:500\$000 (dez contos e quinhentos mil réis), com aquisição de um automóvel Ford, tipo 1938, pelo preço de 22:500\$000, dando em troca o autocaminhão da mesma marca existente nesse Instituto e avaliado em 12:000\$000.

— Ao Sr. inspetor da Alfândega do Rio de Janeiro:

N. 3.691 — Tendo esta Diretoria, no ofício n. 1.823, de 28 de abril do corrente ano, solicitado o desembaraço de dois bovinos, procedentes de Antuérpia, e onde foram embarcados no vapor "Campinas", pede providências no sentido de ser ultimado o despacho dos referidos animais, pelo despachante do Departamento Nacional de Produção Animal.

Diretoria de Contabilidade

PRIMEIRA SEÇÃO

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 9 de agosto de 1938

Offícios:

Ao Sr. delegado do Tribunal de Contas junto a este Ministério:

N. 3.572 — Encaminha o processo de pagamento de 399\$600, de que é credor Celso Luiz de Azevedo Marques, oficial administrativo, "J", desta Diretoria, com exercício no G. M., proveniente de diárias a que fez jus, no período de 15 a 26 de julho do corrente ano, por serviços fora da sede, nos Estados de Minas Gerais e São Paulo.

N. 3.573 — Encaminha o processo de pagamento de 50\$000, de que é credor Osvaldo de Souza Ribeiro, auxiliar de 3ª classe, contratado, desta Diretoria, proveniente de gratificação a que fez jus por serviços extraordinários no mês de julho de 1938.

N. 3.575 — Encaminha o processo de pagamento de 932\$800, de que é credora a Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro, proveniente de transportes de reprodutores em proveito do Departamento Nacional da Produção Animal.

N. 3.577 — Encaminha o processo de pagamento de 9:450\$000, de que são credores o assistente técnico de 5ª classe Fernando Costa Filho e mais 15 contratados do Serviço de Fomento da Cultura do Trigo, do D. N. P. V., proveniente de remuneração a que fizeram jus no mês de julho do corrente ano.

Dia 10

Ao Sr. delegado do Tribunal de Contas junto a este Ministério:

N. 3.578 — Encaminha o processo de pagamento de 1:900\$000 a título de adiantamento, a ser feito ao servente, classe "L", desta secretaria de Estado, Altino Rodrigues de Oliveira, para atender, nos meses de agosto, setembro e outubro do corrente ano, a despesas miúdas e de pronta liquidação em proveito do gabinete do Sr. Ministro.

N. 3.579 — Encaminha o processo de pagamento de 99:920\$000, de que é credora a Companhia Internacional das Estacas Armadas Frankignoul, proveniente de serviços de estacamento executados para as fundações do Entrepósito Federal de Pesca, no corrente ano.

N. 3.580 — Encaminha o processo de pagamento de 4:200\$000, de que são credores o oficial administrativo, "L", desta Diretoria, Lauro Chaves Ferreira, e outro, proveniente de ajudas de custo correspondentes a um mês de vencimentos, em virtude de sua designação para o desempenho de uma comissão de caráter reservado, no Estado de São Paulo.

Ao Sr. diretor geral do Departamento Nacional da Produção Animal:

N. 3.592 — Comunica que pelo Aviso n. 3.591, desta data, o delegado fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Paraná, o Sr. Ministro delegou competência ao agrônomo desse Departamento, classe "H", José Luiz Fini Botini, com exercício na Inspetoria Regional do Serviço de Fomento da Produção Animal em Ponta Grossa, no referido Estado, para requisitar pagamentos e adiantamentos por conta dos créditos distribuídos ou que o venham a ser àquela Delegacia Fiscal, para as despesas do referido Serviço, no corrente exercício.

Quanto à delegação para o Sr. Heitor Fábregas da Silva, informo já ter sido providenciada junto à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado de São Paulo, pelo aviso n. 2.929, de 5 de julho próximo passado.

Dia 11

Ao Sr. diretor geral do Departamento Nacional da Produção Vegetal:

N. 3.596 — Comunica que pelo aviso n. 3.595, desta data, o Senhor Ministro, delegou competência ao datilógrafo classe "F", do Campo de Sementes de Cana de Açúcar do Cariri, Barbalha, no Estado do Ceará, José Monteiro Lima, para requisitar pagamentos e adiantamentos por conta dos créditos distribuídos ou que o venham a ser àquela Delegacia Fiscal para as despesas do referido Campo no corrente exercício.

Ao Sr. delegado do Tribunal de Contas junto a este Ministério:

N. 3.598 — Encaminha o processo de pagamento de 920\$000, de que é credor o sub-assistente técnico do Serviço do Pessoal, Paulo Afonso Horta Novais, proveniente de gratificação a que fez jus no período de 1 a 24 de junho do corrente ano.

— Ao Sr. diretor da Despesa Pública do Tesouro Nacional:

N. 3.599 — Restitue o processo n. 47.547-37, em que é interessada a Estrada de Ferro Sorocabana.

— Ao Sr. delegado do Tribunal de Contas junto a este Ministério:

N. 3.601 — Encaminha o processo de pagamento de 3:000\$000, de que é credora a Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária, proveniente de 200 assinaturas do boletim da referida sociedade, referente ao ano de 1938.

N. 3.602 — Encaminha o processo de pagamento de 1:500\$000, de que é credora a firma "A Construtora Manuel Pereira Ltda.", proveniente de serviços executados em proveito deste Ministério.

N. 3.603 — Encaminha o processo de pagamento de 1:032\$300, de que é credor o oficial administrativo — classe "J" desta secretaria de Estado, Newton de Azevedo, proveniente de diárias a que fez jus por serviços fora da sede, durante o mês de julho do corrente ano, em comissão no Estado de São Paulo.

— Ao Sr. Presidente da Diretoria da Comp. Mogiana de Estradas de Ferro:

N. 3.605 — Em referência ao vosso ofício n. 118/148, de 18 de abril do corrente ano, pede informais qual a repartição que expediu o aviso n. 83 de 28 de janeiro de 1938.

— Ao Sr. delegado do Tribunal de Contas junto a este Ministério:

N. 3.606 — Encaminha o processo de pagamento de 20:000\$000, de que é credor o Consórcio Profissional Cooperativo dos Criadores do Cavallo Campolina, proveniente de auxílio concedido no corrente ano, para manutenção do registro genológico da raça cavallo "Campolina", de acordo com a cláusula décima do contrato celebrado em 24 de dezembro de 1937.

Ao Sr. Inspetor Chefe Regional do S. D. S. A., em Porto Alegre, Rio Grande do Sul:

N. 3.610 — Em referência ao vosso ofício n. 71, de 13 de junho último, comunica que o Sr. Ministro indeferiu o pedido de

reconsideração do prático rural, Ernani da Gama Lobo d'Eça, feito em seu requerimento de 5 de fevereiro do corrente ano, relativamente a diárias pelo mesmo recebidas indevidamente em 1934.

Ao Sr. Diretor Geral do Departamento Nacional da Produção Vegetal:

N. 3.614 — Em referência ao vosso ofício n. 2.424-V, de 14 de julho de 1938, comunica que as terceiras vias de folhas de pagamento relativas a salários, diferença de vencimentos, diárias, ajudas de custo, gratificações, etc., devem ser encaminhadas somente ao Serviço do Pessoal.

Ao Sr. Inspetor do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal, em Porto Alegre:

N. 3.614 — Declara que o inciso VIII do art. 189 do Regulamento do Departamento Nacional da Produção Animal, não se aplica ao caso de pagamento de diárias por conta de verba de uma repartição a funcionário pertencente a outra, como aconteceu com o inspetor dessa Inspeção Agripino Louzada, que recebeu diárias de 8 a 13 de julho de 1937, pela Inspeção do S. D. S. A. nessa capital.

Tal dispositivo trata da colaboração que o Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal deverá ter com os demais órgãos do Departamento Nacional da Produção Animal na parte referente aos assuntos de interesse do serviço em geral, mas não quanto à parte de pagamento de despesas, que é regulada pela distribuição dos créditos destinados em particular a cada uma das Repartições durante cada exercício.

Ao Sr. Delegado do Tribunal de Contas junto a este Ministério:

N. 3.617 — Encaminha o processo de pagamento de 100\$700, de que é credora a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, proveniente de passagens concedidas durante os meses de janeiro a março do corrente ano, em proveito deste Ministério.

N. 3.618 — Encaminha o processo de pagamento da importância de 18\$700, de que é credora Rede Mineira de Viação, proveniente de transporte concedido ao Departamento Nacional da Produção Animal no corrente ano.

N. 3.621 — Encaminha o processo de pagamento de 1:100\$000 de que é credor Têlio Pinto da Veiga, oficial administrativo, classe "J", do Serviço do Pessoal, proveniente de ajuda de custo por ter sido designado para, em substituição ao oficial administrativo, "J", Luiz Madeira Pope, integrar a Comissão de Inquérito instituída pela portaria n. 242, de 16 de junho de 1938.

— Sr. presidente da Comissão Encarregada da Liquidação da Dívida Flutuante:

N. 3.622 — Transmite o processo D.C. 1.520/30, em que é interessada a firma Fontes Garcia & Comp., solicitado pelo ofício número 234, de 6 de maio último.

Dia 12

Sr. delegado do Tribunal de Contas junto a este ministério:

N. 3.627 — Encaminha o processo de pagamento de 9:000\$000, a título de adiantamento feito ao oficial administrativo — classe H — do Departamento Nacional da Produção Vegetal, Armando Joaquim da Silva, para atender nos meses de agosto, setembro e outubro do corrente ano, ao pagamento das despesas com estivas, capatazes, armazenagens, acondicionamentos, fretes e carretos, com o serviço de intensificação da cultura do trigo.

Dia 13

Sr. delegado do Tribunal de Contas junto a este ministério:

N. 3.635 — Encaminha o processo de pagamento de 1:000\$000, de que é credor José Benficia Vilela, proveniente de auxílio pela construção de um banheiro carrapaticida na fazenda de sua propriedade, no município de Dôres da Boa Esperança, Estado de Minas Gerais.

Dia 15

Sr. diretor da Imprensa Nacional:

N. 3.639 — Solicita providências no sentido de ser remetida uma assinatura do "Diário Oficial", do corrente ano ao Aprendizado Agrícola do Rio de Janeiro, dependência do Departamento Nacional da Produção Vegetal, situado em Sacra-Família, Estado do Rio de Janeiro.

— Sr. diretor geral do Departamento Nacional da Produção Mineral:

N. 3.640 — Em referência ao vosso ofício n. 1.197, de 7 de julho último, comunica que as faltas do oficial administrativo — classe H — Valtér da Rocha Miranda, no mês de junho foram justificadas.

— Sr. delegado do Tribunal de Contas junto a este ministério:

N. 3.641 — Encaminha o processo de pagamento de 1:000\$000, de que é credor João Albino Ramos, proveniente do auxílio pela construção de um banheiro carrapaticida em sua propriedade, no município de Itapetininga, Estado de São Paulo.

— Sr. diretor da Estação Experimental de Plantas Têxteis — Seridó — Estado do Rio Grande do Norte:

N. 3.642 — Tendo se extraviado o balancete e demais documentos que acompanharam o vosso ofício n. 88, de 4 de maio do corrente

ano, solicita providências no sentido de serem remetidos a esta Diretoria, segundas vias dos referidos documentos.

— Sr. diretor gerente do The Leopoldina Company Limited:

N. 3.643 — Em referência ao vosso ofício D. G. 603.41 — (S), de 12 de abril do corrente ano, solicita informais qual a repartição que expediu o Aviso n. 146 de 8-4-36.

— Sr. diretor secretário do Tribunal de Contas:

N. 3.651 — Em referência ao vosso ofício n. 973 S — 38, de 23 de julho findo, comunica que a comprovação do adiantamento de 300:000\$000, recebido em 5 de dezembro de 1935 pelo diretor da Diretoria de Estatística da Produção, Rafael da Silva Xavier, foi apresentada a esta Diretoria em 29 de janeiro de 1936, tendo o respectivo processo sido encaminhado àquela Diretoria para diligência à qual já foi pedida a sua restituição, conforme ofício n. 3.652, de 14 de 8-38.

— Sr. diretor de Estatística da Produção:

N. 3.652 — Solicita providências no sentido de ser devolvido a esta Diretoria o processo referente à comprovação do adiantamento de 300:000\$000 recebido no Tesouro Nacional em 5 de dezembro de 1935, pelo Dr. Rafael da Silva Xavier, afim de que o mesmo seja encaminhado a Diretoria da Despesa Pública, para seu exame e julgamento definitivo.

— Sr. delegado do Tribunal de Contas junto a este Ministério:

N. 3.663 — Encaminha o processo de pagamento de 1:000\$000 proveniente de auxílio concedido ao fazendeiro inscrito neste Ministério, José Hoppe, por haver construído um banheiro carrapaticida em sua propriedade — Fazenda das Palmeiras — sita no Município de Vassouras, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 3.667 — Encaminha o processo de pagamento de 7:000\$000 de que é credora a Sociedade Pastoral, Agrícola e Industrial de Jaguarão, proveniente de auxílio destinado a parte pecuária, da Exposição Feira Agro-pecuária, a realizar-se nos dias 2, 3 e 4 de outubro do corrente ano, na cidade de Jaguarão no Estado do Rio Grande do Sul.

— Sr. ministro da Fazenda:

N. 3.668 — Solicita providências afim de que seja entregue ao engenheiro de minas, K, do Instituto Geológico e Mineralógico, do D. N. P. M., José Lino de Melo Júnior, a título de adiantamento, a quantia de 30:000\$000, para atender, nos meses de agosto, setembro e outubro de 1938, ao pagamento das despesas de toda natureza com os trabalhos geológicos para pesquisas de petróleo no Estado da Bahia.

— Sr. delegado do Tribunal de Contas junto a este Ministério:

N. 3.669 — Encaminha o processo de pagamento de 90\$900, de que é credora a Estrada de Ferro Sorocabana, proveniente de transportes concedidos, no corrente ano.

— Sr. diretor geral do Departamento Nacional da Produção Vegetal:

N. 3.670 — Comunica, que pelo Aviso n. 762 de 12 de fevereiro do corrente ano, já foi concedida a autorização solicitada para o agrônomo, classe K, Liberalino Sales Cadelha.

— Ao Sr. diretor da Imprensa Nacional:

N. 3.671 — Solicita providências no sentido de ser fornecida à sala ambiente do Serviço Técnico do Café do Estado do Paraná, uma assinatura do "Diário Oficial", cujos exemplares deverão ser remetidos à sede da referida repartição, em Paranaguá.

— Ao Sr. presidente da Comissão Encarregada da Liquidação da Dívida Flutuante:

N. 3.674 — Atendendo ao vosso ofício n. 236, de 9 de maio último, remete o processo D. C. 9:534-38, em que são interessados Fontes Garcia & Comp. referente a dívida na importância de 1:960\$000, de fornecimentos feitos em 1929, ao antigo Serviço de Povoamento deste Ministério.

— Ao Sr. delegado do Tribunal de Contas junto a este Ministério:

N. 3.675 — Encaminha o processo de pagamento de 1:500\$000, de que é credora a Revista de Agricultura, proveniente de fornecimentos de 100 assinaturas no corrente exercício a este Ministério.

N. 3.676 — Encaminha o processo de pagamento de 1:773\$990, de que é credor o Lloyd Brasileiro, proveniente de transportes feitos no corrente ano, em proveito de um criador inscrito neste Ministério.

N. 3.677 — Encaminha o processo de pagamento de 900\$000, de que é credor o conservador, contratado, do Instituto de Biologia Vegetal do D. N. P. V., Sr. Mário Franco da Cruz, proveniente de gratificação a que fez jus no mês de julho de 1938.

— Ao S. delegado fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Rio Grande do Sul — Porto Alegre:

N. 3.682 — Restituindo o processo que acompanhou o vosso ofício n. 2, de 2 de dezembro de 1937, solicita providências no sen-

tido de serem juntas ao mesmo, as primeiras e segundas vias das respectivas folhas.

N. 3.683 — Restituindo o processo que acompanhou o vosso ofício n. 21, de 2 de dezembro de 1937, solicita providências no sentido de serem juntas ao mesmo, devidamente classificadas, as primeiras e segundas vias da respectiva folha.

N. 3.686 — Solicita providências no sentido de ser paga no Tesouro Nacional a importância de 4:402\$000, de que é credora a firma Corrêa, Cardim S. A., proveniente de fornecimentos feitos ao Serviço do Pessoal deste Ministério.

— Ao Sr. diretor da Despesa Pública:

N. 3.687 — Achando-se satisfeita a exigência dessa Diretoria, restitui o processo fichado no Tesouro Nacional sob n. 20.439, de 1937, que acompanhou o vosso ofício n. 1.736, de 28 de julho findo.

Dia 16

— Ao Sr. delegado do Tribunal de Contas neste Ministério:

N. 3.689 — Solicita ser encaminhado ao Tribunal de Contas, o recurso que este Ministério faz àquele Tribunal, do ato dessa delegação recusando registro à despesa da importância de 15:000\$000, de que é credor "O Cruzeiro" S. A., pela edição de 10.000 exemplares do primeiro número da revista "Nossa Terra".

Departamento Nacional da Produção Mineral

SECÇÃO DE EXPEDIENTE E CONTABILIDADE

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Dia 16 de agosto de 1938

Oswaldo de Carvalho Pinto — Representação sobre análise de água mineral. "De acordo". O despacho do Sr. ministro alude ao parecer seguinte: "No sentido de dar solução satisfatória à reclamação do Dr. Oswaldo de Carvalho Pinto, autorizado por decreto a pesquisar água mineral numa propriedade sua, no Estado de São Paulo, e que acha redundante e onerosa a exigência contida no mesmo decreto relativa a serem efetuadas as análises do grau de potabilidade da água e de suas aplicações terapêuticas pelo Departamento Nacional de Saúde Pública do Ministério da Educação quando leis estaduais impõem que as mesmas análises sejam feitas por institutos do Estado, — solução para a qual o Sr. interventor federal pede os bons ofícios de V. Ex., — poder-se-á responder, si assim houver por bem V. Ex. que, tratando-se de um simples detalhe de execução de que não se ocupa o Código de Minas e que foi fixado apenas por ato do Poder Executivo, este tem competência para admitir a substituição, neste particular, do serviço federal pelo estadual, e poderá fazê-lo, por simples despacho, si assim pedir o interessado quando da apresentação do plano de pesquisa a que está obrigado pelo mesmo decreto, — e que deverá fazer dentro do prazo legal, isto é, até 9 de setembro vindouro. Em 9 de agosto de 1938. — D. Fleuri da Rocha, diretor geral". (DGPM 2.735-38).

Empresa Luz e Força de Arêas — Manifesto de aproveitamento de queda d'água. "De acordo". O despacho do Sr. ministro refere-se ao seguinte parecer: "Poderá o Sr. ministro, em vista dos pareceres, ordenar o registro". (DGPM. 3.096-38).

Barbosa Melo & Scarpelli — Pedido de averbação. "De acordo". O despacho do Sr. ministro refere-se ao parecer seguinte: "Em vista das informações favoráveis do S. F. P. M. poderá o senhor ministro ordenar as averbações pedidas". (DGPM. 2.869-38).

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR GERAL

Dia 16 de agosto de 1938

Gregório Marcolino da Cruz — Pedido de autorização para pesquisas. — Satisfaca as exigências legais. (DGPM. 3.064-38).

Dia 17

José Caetano da Silva — Pedido de autorização para pesquisas. — Satisfaca o depósito legal. (DGPM. 2.941-38).

Companhia Mineração em Mato Grosso — Pedido de certidão. — Deferido. (DGPM. 1.687-38).

Edgar Sussekind de Mendonça — Pedido de licença. — Submetta-se à inspeção de saúde. (DGPM. 3.194-38).

Dia 18

Companhia Carbonífera União Ltda. — Manifesto de mina do carvão. — Sele os documentos. (DGPM 2.901-38).

Serviço de Defesa Sanitária Vegetal

O diretor do Serviço de Defesa Sanitária Vegetal, nos termos do que lhe faculta o decreto n. 23.979, de 8 de março de 1934, modificado pelo de n. 24.540, de 3 de julho desse mesmo ano, resolveu, por portaria de 18 do corrente, conceder ao trabalhador de 1ª classe, contratado, com funções na Estação de Desinfecção de Plantas e Produtos Agrícolas, do mesmo Serviço, Miguel Antônio de Oliveira, trinta (30) dias de licença para tratamento de saúde, de acordo com o n. I do artigo 8º do decreto n. 14.663, de 1 de fevereiro de 1924, e a partir de 1 do corrente mês.

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

O ministro de Estado, atendendo a exposição feita pelo Consenso Administrativo do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, bem como ao parecer emitido a respeito pelo Conselho Atuarial deste Ministério, e usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º da lei n. 159, de 30 de dezembro de 1935, resolve fixar em 4 1/2 % (quatro e meio por cento), até que seja aprovado o estudo atuarial do plano de aposentadorias e pensões, a que se refere o artigo 116 do decreto n. 22.872, de 29 de junho de 1933, cujo prazo para conclusão foi prorrogado pelo decreto-lei n. 613, de 12 de agosto de 1938, a contribuição dos associados ativos estabelecida pela alínea a do art. 11 do mesmo decreto.

Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1938. — João Carlos Vital.

Serviço do Pessoal

Dia 22 de agosto de 1938

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Por portarias de 19 do mês corrente:

Foi dispensada Noélia Manhães Barreto das funções de ajudante técnico de 1ª classe do Serviço da Quota de Previdência do Conselho Nacional do Trabalho, por ter aceito outro cargo.

Foi admitido como extranumerário mensalista Laura Simões Lopes, pelo prazo de cinco meses, para desempenhar as funções de ajudante técnico de 1ª classe do Serviço da Quota de Previdência do Conselho Nacional do Trabalho, na vaga resultante da dispensa de Noélia Manhães Barreto e mediante o salário mensal de 1:400\$000 (um conto e cem mil réis) correndo a despesa pela conta especial a que se refere o art. 29 do regulamento aprovado pelo decreto número 890, de 9 de junho de 1936.

Foi alterado o quadro do pessoal do Serviço da Quota de Previdência, do Conselho Nacional do Trabalho, a que se refere o art. 29 do regulamento aprovado pelo decreto n. 890, de 9 de junho de 1936, extinguindo um lugar de ajudante técnico de 2ª classe, com salário mensal de 1:050\$000, e criando dois lugares de sub-ajudante técnico de 1ª classe, com salário mensal de 850\$000, e dois de auxiliar de escrita de 5ª classe, com salário mensal de 500\$000.

Foram admitidos como extranumerários mensalistas Antônio Lopes Carvalho, Agenor Gomes de Oliveira, Alita Gama de Freitas e Bartolomeu Neto de Araújo, pelo prazo de cinco meses, para desempenharem as funções de sub-ajudante técnico de 1ª classe, os dois primeiros, e de auxiliar de escrita de 5ª classe, os últimos, todos do Serviço da Quota de Previdência do Conselho Nacional do Trabalho, mediante o salário mensal de 850\$000, os dois primeiros, e de 500\$000, os últimos, correndo a despesa pela conta especial a que se refere o art. 29 do regulamento aprovado pelo decreto n. 890, de 9 de junho de 1936.

Serviço de Comunicações

Primeira Seção

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Processos despachados

Dia 29 de julho de 1938

Sindicato União dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro, pedindo providências no sentido de serem aproveitados, nas Cartilhas de Empréstimos cuja criação está prevista no art. 26 do decreto-lei n. 342, de 3 de março de 1938, os empregados da Associação Militar do Brasil e de outras organizações congêneres que, por efeito da execução do mesmo decreto-lei, forem dispensados de seus empregos. (MTIC 10.808, de 1938). — Arquivar-se.

Dia 15 de agosto de 1938

Centro dos Conferentes de Carga e Descarga do Porto do Rio de Janeiro, apresentando uma tabela de horários e salários (DGE 4.065, de 1936). — Como parece ao consultor jurídico. (O parecer a que se refere este despacho é do seguinte teor: "Quando a lei institui uma corporação administrativa, é princípio que este novo órgão tenha todos os poderes que forem necessários para atingir aos fins para que foi instituído. Tendo instituído a lei as Delegacias do Trabalho Marítimo e tendo, por outro lado, conferido a estas corporações administrativas competência para expedir regulamentos tendentes à organização dos serviços portuários, é claro que lhes cabe poder para determinar nestes regulamentos todas aquelas providências que forem, ou que elas julgarem, necessárias para atingir esse fim, salvo aquelas que lhe sejam negadas expressamente, ou se acharem implícitas em vedação expressas da lei. Nestas condições, têm as Delegacias poder para conferir a este ou aquele sindicato (que é um órgão de colaboração com a administração pública) certos privilégios ou regalias, desde que seja isto de conveniência ao interesse público e necessário aos fins que visa a regulamentação projetada dos serviços portuários. Daí não me parecer procedente a impugnação de fls. 182 ss. Respondida esta preliminar, nada tenho que alterar aos termos do meu parecer, cuja conclusão mantenho".

Departamento Nacional do Trabalho

PORTARIAS

N. 134 — O diretor do Departamento Nacional do Trabalho, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio:

Resolve designar para servir na 3ª Secção deste Departamento, até ulterior deliberação, o oficial administrativo da classe "H", do quadro único, deste ministério, Angelina Gomes da Rocha.

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1938.

N. 135 — Resolve tornar sem efeito a portaria n. 128, de 5 de agosto corrente, pela qual foi transferida da 4ª Secção para o Protocolo Geral a auxiliar de 1ª classe Bugaf Robeiro da Silva.

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1938.

N. 136 — Resolve transferir da 4ª para a 1ª Secção, até ulterior deliberação, a auxiliar de escrita de 5ª classe Zulmira de Castro Santos.

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1938.

N. 137 — Resolve designar para ter exercício na 4ª Secção deste Departamento, até ulterior deliberação, o oficial administrativo da classe "H", do quadro único deste ministério, Carlos do Nascimento.

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1938.

N. 138 — Resolve designar para servir no Protocolo Geral deste Departamento, até ulterior deliberação, o oficial administrativo da classe "H", do quadro único deste ministério, Laerth Gonçalves Pinto.

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1938.

N. 139 — Resolve transferir da 1ª Secção para a Inspetoria, onde terá exercício até ulterior deliberação, o auxiliar de escrita de 2ª classe Agenor de Araújo.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1938.

N. 140 — Resolve, nos termos da portaria ministerial de 6 de setembro de 1933, que expediu instruções relativas à fiscalização das leis sociais, designar o auxiliar de escrita de 3ª classe Amaro Cavalcanti Linhares, para exercer as funções de auxiliar do inspetor-chefe, em substituição ao inspetor fiscal de 3ª classe Hélio Fernando de Albuquerque.

Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1938.

N. 141 — Resolve, usando da atribuição que lhe confere a alínea XVIII, do art. 19, do Regulamento aprovado pelo decreto n. 23.567, de 8 de dezembro de 1933, e de acordo com a delegação de poderes de que trata o art. 3º do decreto n. 19.629, de 27 de janeiro de 1934, conceder, ao auxiliar de escrita de 5ª classe, deste Departamento, Maria das Dóres Oliveira Netto, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, conforme requereu.

Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1938.

PROCESSOS DESPACHADOS PELO SR. DIRETOR

Dia 13 de agosto de 1938

N. 9.062-36 — Geraldo Solero Duarte, reclamando férias contra Graça Couto & Comp. — Arquite-se, de acordo com o parecer.

N. 12.307-36 — João Cardoso, reclamando férias contra Freire & Sodré. — Arquite-se, de acordo com o parecer.

N. 8.993-37 — Arlindo Nicolau de Oliveira, reclamando férias contra José Jorge Primo. — Por infração ao disposto no art. 25 do decreto n. 23.768, de 18 de janeiro de 1934, imponho à firma em causa, de acordo com o art. 29, do referido decreto, a multa de 100\$, sem prejuízo da indenização devida ao reclamante.

Dia 16

N. 11.296-36 — Carlos Vitorio Avaloni, reclamando férias contra a Companhia Aliança Industrial. — Por infração ao disposto no artigo 25, do decreto n. 23.768, de 18 de janeiro de 1934, imponho à firma em causa, de acordo com o art. 29 do referido decreto, a multa de 100\$000, sem prejuízo da indenização devida ao reclamante.

N. 52.595-36 — Julieta Esteves, reclamando férias contra Berta Ferreira. — Por infração ao disposto no art. 25, do decreto número 23.768, de 18 de janeiro de 1934, imponho à firma em causa, de acordo com o art. 29, do referido decreto a multa de 100\$000, sem prejuízo da indenização devida ao reclamante, como parece.

N. 6.075-37 — Augusto Figueiredo Lemos, reclamando férias contra Arnaldo David & Comp. — Por infração ao disposto no art. 25 do decreto n. 23.768, de 18 de janeiro de 1934, imponho à firma em causa, sem prejuízo da indenização devida ao reclamante, a multa de 100\$000, de acordo com o art. 29 do referido decreto.

N. 10.555-38 — Sindicato União dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro, comunicando que o Sr. Humberto Hannequim de Carvalho, foi designado para presidir a Junta Diretora deste Sindicato. — Arquite-se, por findo.

Dia 17

N. 17.751-37 — Fernando Nunes Coimbra, solicitando ao Sr. ministro do Trabalho, providências no sentido de ser reintegrado no cargo que ocupa na E. F. Central do Brasil. — Tendo em vista a informação e parecer de fis. 17, e faltando ao requerente amparo legal, archive-se.

N. 26.452-36 — Paulo Melo & Comp., apresentando defesa ao termo de verificação 883, de 20 de outubro de 1934, lavrado por inobservância do artigo 16, letra C, do decreto 23.768, de 1934. — Ar-

quite-se, de acordo com o parecer. A Procuradoria. (O parecer a que se refere esse despacho, é do teor seguinte:

"Antônio Oliveira Aguiar, representante devidamente credenciado do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Terrestres, compareceu à audiência para a qual fora notificado, e declarou saber, como delegado de seu sindicato e, nesse caráter, tendo tomado parte na convenção a que se faz referência, assinada em 12 de setembro de 1934 — haver o Sr. ministro Agamenon Magalhães resolvido que as multas impostas a empregadores de transportes terrestres, antes da celebração da referida convenção seriam relevadas. Que foi o próprio declarante, membro de uma comissão mista de empregadores e empregados que a respeito se entendeu com o Sr. ministro, o encarregado de transmitir, pessoalmente, ao procurador geral interino do Trabalho, para os devidos fins, essa resolução do titular da pasta, resolução da qual também teve conhecimento, porque fora tomada em sua presença, o Sr. Dr. Valdir Niemeier, assistente-técnico do Gabinete do Sr. ministro.

O Sr. José Ribeiro Nunes, representante devidamente credenciado do Sindicato dos Proprietários de Veículos de Carga, tendo também comparecido à audiência, confirmou as declarações do representante do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Terrestres e declarou que o fazia de ciência própria e plena, pois não só representou os empregadores na referida convenção, como pertence à Comissão que se entendeu com o Sr. ministro sobre a relevação das multas aplicadas aos consócios do declarante.

Em face das declarações acima, requiero o arquivamento deste processo e juntada ao presente, para o mesmo fim, dos demais processos de infração relativos aos empregadores em transportes de carga do Distrito Federal, anteriores a 12 de setembro de 1934."

PROCESSOS DESPACHADOS PELO DIRETOR DA SECÇÃO

N. 12.536-35 — Termo de verificação n. 5.245, de 4-6-1935, lavrado contra a firma Lopes & Mendes, por infração dos artigos 1º e 32, alínea A, do decreto 22.033, de 1932. — Compareça, dentro do prazo de 5 dias, a esta Secção, afim de apresentar o recibo da guia que lhe foi entregue.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 16 de julho de 1938

OFFÍCIOS:

N. 151 — Ao diretor do Departamento Nacional do Povoamento — Encaminhando requerimento de Sara da Conceição, que, por equívoco, foi entregue nesta Repartição.

Dia 18

N. 152 — Ao diretor do Departamento Nacional do Povoamento — Encaminhando carta do Sr. Lawrence B. Styvaert, procedente do San Diego, California, por se tratar de assunto da alçada daquele Departamento.

N. 153 — Idem — Encaminhando requerimento de Deodato Araújo, que foi entregue, por equívoco, neste Departamento.

Dia 20

N. 155 — Ao presidente da União dos Operários Estivadores — Solicitando um exemplar do Regimento Interno daquela União.

Dia 22

N. 156 — Ao presidente do Sindicato Patronal dos Industriais de Cerveja do Distrito Federal. — Convidando-o a comparecer neste Departamento.

Dia 28

N. 157 — Ao diretor da 4ª Secção deste Departamento — Devolvendo ficha para assentamentos de funcionários.

N. 158 — Idem — Comunicando que de acordo com a ordem de serviço do Gabinete do ministro, n. 375, deve o mesmo se apresentar juntamente com o escriturário da classe E, Célio Garnier da Silva, auxiliar de escrita de 2ª classe Pedro Barreira Nôvoa, auxiliar de escrita de 2ª classe Diva Portela, auxiliar de escrita de 4ª classe Danilo Rangel dos Santos, auxiliar de 1ª classe Maria Madalena Albuquerque Cunha e tarefeiro de 2ª classe Alos Bulcão, ao Serviço do Pessoal recentemente criado neste Ministério.

Dia 30

Ao Sr. Presidente do Conselho Nacional do Trabalho:

N. 159 — Encaminhando ofício n. 339/38, do Sindicato dos Armadores Nacionais, que, por equívoco, foi remetido a este Departamento.

Ao Sr. Diretor do Departamento de Estatística e Publicidade: N. 160 — Encaminhando carta do identificador deste Departamento, Messias Camilo de Paiva Guedes, solicitando publicações deste Ministério.

Ao Sr. Diretor do Departamento Nacional de Indústria e Comércio:

N. 161 — Encaminhando petição de Sebastião Leite de Camargo, por se tratar de assunto da competência daquele Departamento.

Dia 2 de agosto de 1938

Ao Sr. Diretor do Departamento Nacional de Indústria e Comércio:

N. 162 — Remetendo processo D. N. T. 11.209/38, em que é interessado o Instituto de Representação e Pensões dos Comerciantes, cujo assunto se prende aquele Departamento.

Dia 11

Ao Sr. Presidente da 1ª Comissão Mista de Conciliação do Distrito Federal:

N. 163 — Remetendo processo D. N. T. 11.563/38, em que é interessado o Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Terrestres.

Dia 12

Ao Sr. Superintendente do Departamento Regional do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes:

N. 164 — Enviando cópia do ofício n. 113, de 8 do corrente do Departamento Nacional de Indústria e Comércio, relativo à extinção judicial da firma José de Azevedo & Cia., em resposta ao ofício n. OS-4.811, de 19 de julho último daquele Instituto.

Dia 18

Ao Sr. Diretor do Departamento de Estatística e Publicidade:

N. 165 — Remetendo carta do Sr. Artur Ferreira da Silva, da Diretoria Geral de Estatística de Pernambuco, relativa a pedido de publicações deste Ministério.

Ao Sr. Diretor do Departamento Nacional de Indústria e Comércio:

N. 166 — Remetendo documentos protocolados nesta Repartição sob ns. 12.454/38 e 12.719/38, relativos à fixação do horário de trabalho nas fábricas.

Expediente da Terceira Seção

Notificações de multa:

N. 198 — A. Vasco Girão. — Notificando de ordem do Sr. diretor, aquela firma a recolher à Recebedoria do D. Federal, mediante guia deste Departamento, a quantia de 100\$000, relativa a multa imposta no DNT. 3.646-37, bem assim a importância das faturas a que tem direito o reclamante Dorico Alves de Oliveira, dentro do prazo de 10 dias.

N. 199 — B. Sterberg & Comp. — Idem, multa de 100\$000, no DNT. 26.469-35, reclamante João dos Santos Pacheco.

N. 200 — A. Figueira & Comp. — Idem, multa de 100\$000 no DNT. 4.761-37, ao reclamante Almerinda Ferreira.

N. 201 — Companhia de Imprensa e Propaganda. — Idem, multa de 100\$000, no DNT. 11.528 de 1937, ao reclamante Carlos Paulo da Silva.

N. 202 — F. Tambasco & Comp. — Idem, multa de 100\$000 no DNT. 17.453-31, ao reclamante Antônio de Araújo.

N. 203 — Steimberg & Comp. — Idem, multa de 100\$000, no DNT. 50.482-36, ao reclamante Amélia da Silva.

N. 204 — Steimberg & Irmãos. — Idem, multa de 100\$000, no DNT. 50.487-36, ao reclamante Arlete Pinheiro.

N. 205 — Jack Kaim. — Idem, multa de 100\$000, no DNT. 16.689-36, ao reclamante João Alves dos Santos.

Ofícios:

N. 372 — Diretor do Departamento Estadual do Trabalho. — Solicitando providência junto à Repartição dos Correios, afim de ser conhecido o destino dado ao processo n. 18.692-35. (DNT. 17.738-37.)

N. 373 — Gás Neon Pannon Ltd. — Solicitando apresentação nesta Repartição, dos talões de recolhimento. (DNT. 1.819-37.)

N. 374 — Presidente da Aliança dos Operários na Indústria da Construção Civil. — Solicitando comparecimento nesta Repartição, afim de prestar esclarecimentos. (DNT. 8.206-36.)

N. 375 — Presidente da Aliança dos Operários na Indústria da Construção Civil. — Solicitando apresentação de seu associado Constantino José de Sá, afim de requerer o levantamento do depósito feito em seu favor, na Recebedoria do D. Federal. (DNT. 23.147-35.)

N. 376 — Presidente do Sindicato dos Empregados em Casas de Diversões do Rio de Janeiro. — Solicitando comparecimento de seu associado nesta Repartição, afim de requerer na forma da lei, o levantamento da importância das férias reclamadas no processo DNT. 6.344-36, depositada na Recebedoria do D. Federal. (DNT. 6.344-36.)

N. 377 — Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Terrestres. — Solicitando comparecimento de seu associado Antônio Ferreira Simões nesta Repartição, afim de pronunciar sobre o recibo apresentado pela firma Manuel Augusto de Oliveira. (DNT. 16.332-35.)

N. 378 — Presidente da União dos Empregados em Hotéis, Restaurantes e Congêneres. — Solicitando comparecimento de seu associado Pedro Cizino de Paiva nesta Repartição, afim de satisfazer a exigência constante do despacho proferido no processo DNT. 16.648-37.

N. 379 — Presidente da União dos Empregados em Hotéis, Restaurantes e Congêneres. — Comunicando que de acordo com o resultado do processo DNT. 2.705-35 em que são partes Francisco Luiz Coutinho e o proprietário do Magnífico Hotel, pôde o reclamante requerer por intermédio deste Departamento o levantamento da importância de 120\$000 depositada na Recebedoria do Distrito Federal.

N. 380 — Diretor da Recebedoria do D. Federal. — Solicitando a escrituração a crédito do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, a importância de 100\$000, recolhida a essa Repartição pela firma proprietária do Magnífico Hotel, conforme talão n. 3.580.

INSPETORIA

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

A. J. Ferreira Leal pedindo certidão (DNT. 4.177-38). — Deferido o requerimento à vista das informações.

Simonsen & Comp. pedindo certidão (DNT. 6.163-38). — Certifique-se.

Mário Cídias de Otero pedindo certidão (DNT. 22.878-36). — De acordo, certifique-se o que constar.

José da Rocha Borges (DNT. 18.359-37); Aquiles Astulo (DNT. 10.154-37); Pereira Cabral & Comp. (DNT. 23.761-37). — Reconheça-se ao Arquivo, como proposto.

Dia 4 de agosto de 1938

Pomar & Filho pedindo cópia da 1ª via de sua relação de empregados (DNT. 10.981-37). — Como proposto, notificando-se, porém, a requerente a vir buscar a certidão, sob pena de ser a mesma encaminhada à Recebedoria, para cobrança do selo devido. Dou o prazo de 10 dias, afim de ser observada esta decisão.

Auto de infração n. 1.727, lavrado contra a firma Hodwig Shott, por inobservância do art. 5º, § 2º do decreto n. 24.637 de 1934 (DNT. 7.240-38). — Estando o auto de fls. 2 revestido das formalidades legais e mais, deixando a autuada de apresentar a respectiva defesa, imponho-lhe, de acordo com o art. 66, alínea "a", do decreto n. 24.637 de 10 de julho de 1934, combinado com o art. 68, alínea "a" do mesmo decreto, a multa de 200\$000. — Façam-se as notificações necessárias.

E. Haegler pedindo certidão (DNT. 10.354-37). — Como proposto, notificando-se, porém, a requerente a vir buscar a certidão, sob pena de ser a mesma encaminhada à Recebedoria, para cobrança do selo devido. Dou o prazo de 10 dias, afim de ser observada esta decisão.

Auto de infração n. 1.642, lavrado por inobservância do art. 1º do decreto n. 24.696 de 1934, contra a firma José Bucsky (DNT. 6.666-38). — De acordo com a informação e parecer retro, imponho à firma José Bucsky, de acordo com o art. 11 do decreto n. 24.696 de 12 de julho de 1934 e por infração do art. 1º do mesmo decreto, a multa de 100\$000.

A. Portela & Comp. Ltda. (DNT. 27.077-36); Companhia de Fiação e Tecidos "Confiança Industrial" S. A. (DNT. 13.662-36); Pesanha & Marques Ltda. (DNT. 8.696-38); Agostinho de Sousa Monteiro & Comp. (DNT. 7.584-38); Adelino Rodrigues da Fonseca (DNT. 9.029-38); Alberto Dias Allão (DNT. 7.816-38); Agostinho Martins da Cunha (DNT. 1.123-38); Luiz Alves & Comp. (DNT. 22.976-37); Vilório Tolomei (DNT. 647-38), pedido de certidão (DNT. 28.369-36); Serafim Ferreira & Comp. (DNT. 28.080-36); Casa Domingos Joaquim da Silva (DNT. 54.483-36); Francisco Brandão (DNT. 9.958-37); Manuel Teixeira Coelho (DNT. 27.310-34); Juiz de Direito da 8ª Vara Criminal (DNT. 6.275-38). — Arquivase, de acordo com o parecer.

Dia 5

Aibano Ferreira remetendo relação de empregados (DNT. 27.704-35). — Arquivase, por ter perdido a oportunidade.

Agostinho Pereira pedindo certidão (DNT. 3.455-38). — Tendo em vista o ofício de fls. 10 da Capitania do Porto do Distrito Federal, determino se expeça a certidão requerida, sem prejuízo, entretanto, da apresentação da relação de empregados a que se refere o art. 32 do Regulamento aprovado pelo decreto n. 20.291 de 12 de agosto de 1934, pela requerente, no prazo legal, isto é, de 1 de setembro a 31 de outubro de cada ano, inclusive, o em curso.

Christiani & Nielsen pedindo 5 certidões (DNT. 28.509-36). — Arquivase.

Barbosa Albuquerque & Comp. pedindo certidão (DNT. 27.844-36). — Arquivase.

Enrico Guarnieri & Comp. pedindo certidão (DNT. 48.598-37). — Como proposto. (Alude o despacho ao seguinte: "Proponho, preliminarmente, que se notifique a requerente a comparecer neste Departamento, afim de receber a certidão que solicitou.")

Parson, Crosland & Comp. Limitada pedindo certidão (DNT. 48.794-37). — Como proposto. (Alude o despacho ao seguinte: "Cabe a lavratura da certidão para a cobrança do selo.")

João Rodrigues Araújo e André Nobre Nascimento pedindo certidão (DNT. 2.316-38). — De acordo com as informações, indefiro o pedido. (Alude o despacho ao seguinte: "Estando a petição de fls. 2 assinada 'a rogo', sem as duas testemunhas exigidas por lei, proponho o indeferimento do pedido.")

R. Ncronha & Comp. Ltda. pedindo certidão (DNT. 5.743-38). — Como proposto. (Alude o despacho ao seguinte: "Proponho a lavratura da certidão para a cobrança do selo.")

Associação Comercial de Barbacena enviando relação de empregados (DNT. 28.454-36). — Arquivase.

S. A. Marwin pedindo certidão (DNT. 28.364-36) e apresentando defesa ao auto de infração n. 783, lavrado por inobservância do artigo 5 do regulamento aprovado pelo decreto n. 20.291 de 1934 (DNT. 53.415-36). — Providencie-se, como proposto. (Alude o despacho ao seguinte: "Submeta o processo à consideração do Sr. diretor, opinando pela lavratura da certidão para a cobrança do selo.")

Cesar Augusto da Costa (DNT. 18.685-36); Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais (DNT. 9.608-38); Manuel Soares & Irmão (DNT. 7.642-38); Empresa Pascoal Segredo (DNT. 27.142-34); Banco Boavista (DNT. 50.242-36); Recamação formu-

lada contra a fábrica de calçados Bussaco (DNT. 1.262-35); Emídio Vieira Cardoso (DNT. 15.291-36); Chindler & Adler (DNT. 26.054-36); Abrahão F. Moreira (DNT. 11.115-38); Caixas Registradoras "National" S. A. pedindo certidão (DNT. 52.928-36); Costa Silva & Comp. (DNT. 6.613-38); A. de Almeida & Ferreira Ltda. (DNT. 19.079-36); The National City Bank of New York (DNT. 9.508-98); Natal e Perrota (DNT. 27.054-34); Benigno Gomes Fernandes (DNT. 1.545-38). — Nada mais havendo a providenciar, archive-se.

Dia 8

Godinho & Comp. pedindo certidão (DNT. 5.677-38). — Cumpra-se a lei do selo.

Exposição apresentada pelo Sindicato dos Garçons do Rio de Janeiro (DNT. 40.550-38). — Em face do parecer, archive-se. (Alude o despacho ao seguinte: "Já tendo esta chefia, por mais de uma vez, esclarecido em informação verbal ao presidente do Sindicato dos Garçons do Rio de Janeiro, que as reclamações encaminhadas a esta Inspeção, que são procedentes e contém os dados completos, com a devida especificação da firma, das infrações e identidades dos reclamantes, estão sendo atendidas na medida do possível, dado o pequeno número de funcionários em exercício na fiscalização, proponho o arquivamento do presente processo, por nada mais haver a providenciar.")

Termo de verificação lavrado por inobservância do art. 32 do decreto n. 22.033 de 1932, contra a firma Placereani & Comp. (DNT. 5.424-33). — Em face da informação, archive-se.

EXPEDIENTE DO INSPETOR-CHEFE

Foram indeferidas as seguintes convenções para prorrogação das horas de trabalho:

DNT. 10.356-38 — Aída dos Santos Pinto e seu empregado Milton da Silva Pinto e outros. — "O empregado Milton da Silva Pinto, 4 fls. 6, do Livro de Registro sob o n. 3.552, tem o ordenado de réis 350\$(00)."

DNT. 10.688-38 — Alberto Rodrigues Costa e seu empregado Juvenal Juvêncio de Moura. — "Opinamos pelo indeferimento do pedido, por carecer de certeza os cálculos apontados nos impressos."

Dia 2 de agosto de 1938

Foram deferidas nos termos do art. 10 do decreto n. 22.033, de 29 de outubro de 1932, as seguintes convenções para prorrogação das horas de trabalho:

DNT. 6.293-38 — Claudiano de Almeida e seu empregado Manuel Estevão dos Santos.

DNT. 9.260-38 — Figueiredo Esteves & Comp. e seu empregado José de Moura Esteves e outros.

DNT. 10.366-38 — Leão Andrade & Comp. e seu empregado Francisco Rodrigues da Silva.

Dia 10

Carlos da Mota pedindo homologação de convenção de horas de trabalho (DNT. 8.143-38). — Cabe o arquivamento do presente processo.

Foram deferidas nos termos do art. 10 do decreto n. 22.033, de 29 de outubro de 1932, as seguintes convenções para prorrogação das horas de trabalho:

DNT. 7.577-38 — Alberto Monteiro Dias e seu empregado Vitorino Raimundo.

DNT. 8.848-38 — Pires & Teixeira e seu empregado Fernando M. M. Carneiro.

DNT. 9.777-38 — Henrique Magalhães & Comp. e seu empregado José Artur de Sousa.

DNT. 10.277-38 — Teófilo Moreira e seus empregados Gumerindo de Amorim e Benedito Alves da Silva.

DNT. 10.355-38 — José Alves da Costa e seu empregado José Borges e outros.

DNT. 10.359-38 — Casa Luzes S. A. e seu empregado Joaquim da Silva.

Dia 11

Foram indeferidas as seguintes convenções para prorrogação das horas de trabalho:

DNT. 6.977-38 — Albertino & Comp. e seus empregados Leônicio de Almeida e Potiguara Avelar Resende. — A firma empregadora deixou de exibir a documentação de caráter trabalhista em geral, sob o fundamento de encontrar-se com o seu guarda-livros. Em segunda visita que fiz ao seu estabelecimento, alegou que o livro de registro estava no S. I. P. — Devo acentuar que os empregados Potiguara A. Resende e Leônicio Almeida percebem, respectivamente, os ordenados mensais de 120\$ e 160\$, segundo alegaram em presença do empregado. Logo, a convenção de fls. não é fiel. Dizem os mesmos empregados que, anteriormente tinham, respectivamente os ordenados de 70\$000 e 100\$000, com alimentação.

DNT. 9.277-38 — Abel da Mota e seus empregados Jaime Primo e Manuel Figueiredo. — Não foi declarado o número do decreto que regula a duração do trabalho no estabelecimento em questão.

DNT. 9.406-38 — Cunha & Barros e seu empregado João Batista de Sousa e outros. — A duração do trabalho no estabelecimento da requerente é regulada pelo decreto n. 24.696 de 1934.

DNT. 9.870-38 — Antônio Coelho de Sousa e seu empregado Jaime Nascimento Torga. — A requerente não cita em sua convenção anexa o número de horas a prorrogar.

DNT. 9.905-38 — Antônio Joaquim Arrepia e seus empregados Hernani Mariano de Almeida e José Mariano Marques da Silva. — Nas vias da convenção de trabalho apresentada não constam as assinaturas das testemunhas.

DNT. 10.454-48 — Adolfo de Figueiredo & Comp. e seu empregado Wincel Brito. — O único empregado conveniente deixou de assinar a convenção de trabalho.

DNT. 10.806-38 — AEG Companhia Sul-Americana de Eletricidade e seu empregado Manuel Carlos Fernandes. — Não consta a assinatura do empregado conveniente.

DNT. 11.072-38 — Jacinto Barbosa e seu empregado Antônio Peixoto. — Os cálculos não conferem. O salário mensal deve ser 221-300.

DNT. 11.940-38 — José Alves e seus empregados Edoletto Azédia e Alcebiades Sousa Bala. — Nas vias da convenção de trabalho, 4 fls. 3, 4 e 5, consta nenhum dispositivo de lei.

Notificações expedidas:

Not. 640-F-38 a L. Sousa & Irmão, comunicando que, de acordo com o despacho proferido no processo DNT 10.923-37, foi essa firma multada em 200\$ (duzentos mil réis), nos termos do art. 66º do decreto n. 24.637, de 10 de julho de 1934, por infração do art. 36º, § 6º do mencionado decreto, para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932.

641-F-38 a Moreira & Irmão, comunicando que de acordo com o despacho proferido no processo DNT. 18.920-37, foi essa firma multada em 200\$ (duzentos mil réis), nos termos do art. 13º do decreto n. 21.364, de 4 de maio de 1932, por infração do art. 1º do mencionado decreto, para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932.

Not. 642-F-38 a Antônio Rocha, comunicando que de acordo com o despacho proferido no processo DNT. 55.147-36, foi essa firma multada em 200\$ (duzentos mil réis), nos termos do art. 13º do decreto n. 21.364, de 4 de maio de 1932, por infração do art. 1º do mencionado decreto, para os efeitos do estabelecido no decreto número 22.131, de 3 de novembro de 1932.

Not. 643-F-38 a Ferreira & Gomes, comunicando que, de acordo com o despacho proferido no processo DNT. 7.099-38, foi essa firma multada em 100\$ (cem mil réis), nos termos do art. 11º do decreto n. 24.696, de 12 de julho de 1934, por infração do art. 1º do mencionado decreto, para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932.

Not. 644-F-38, a Alberto Francisco, comunicando que, de acordo com o despacho proferido no processo DNT. 53.534-36, foi essa firma multada em 100\$ (cem mil réis), nos termos do art. 15º do decreto n. 23.766, de 18 de janeiro de 1934, por infração do art. 16º letra "c" do mencionado decreto, para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932.

Not. 645-F-38 a "Banco Real do Canadá", comunicando que, de acordo com o despacho proferido no processo DNT. 1.652-37, foi essa firma multada em 500\$ (quinhentos mil réis), nos termos do art. 15º do decreto n. 23.322, de 3 de novembro de 1933, por infração dos arts. 1º e 9º do mencionado decreto, para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932.

Not. 646-F-38 a V. Nunes & Alves, comunicando que, de acordo com o despacho proferido no processo DNT. 29.395-37, foi essa firma multada em 100\$ (cem mil réis), nos termos do art. 11º do decreto n. 24.696, de 12 de julho de 1934, por infração do art. 10º parágrafo único do mencionado decreto, para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932.

Not. 647-F-38, a José Maria Pimenta, comunicando que, de acordo com o despacho proferido no processo DNT. 2.363-38, foi essa firma multada em 500\$ (quinhentos mil réis), nos termos do artigo 11º do decreto n. 24.696, de 12 de julho de 1934, por infração dos arts. 1º e 10º do mencionado decreto, para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932.

Not. 648-F-38 a Silvério Jesus Coutinho, comunicando que, de acordo com o despacho proferido no processo DNT. 48.076-37, foi essa firma multada em 200\$ (duzentos mil réis), nos termos do artigo 66º do decreto n. 24.637, de 10 de julho de 1934, por infração do art. 5º § 2º do mencionado decreto, para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932.

Not. 649-F-38 a Campos & Mayrink Ltda., comunicando que, de acordo com o despacho proferido no processo DNT. 48.076-37, foi essa firma multada em 200\$ (duzentos mil réis), nos termos do artigo 66º do decreto n. 24.637, de 10 de julho de 1934, por infração do art. 36º do mencionado decreto, para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 3 de novembro de 1932.

Not. 650-F-38, a José Enes Forzein, comunicando que de acordo com o despacho proferido no processo DNT. 22.733-37, foi essa firma multada em 100\$ (cem mil réis), nos termos do art. 21º do decreto n. 20.291, de 12 de agosto de 1931, por infração do art. 32º do mencionado decreto, para os efeitos do estabelecido no decreto número 22.131, de 23 de novembro de 1932.

Not. 651-F-38, a Sociedade Cooperativa dos Chauffeurs Proprietários do Rio de Janeiro, comunicando que, de acordo com o despacho proferido no processo DNT. 13.454-37, foi essa firma multada em 1:000\$ (um conto de réis), nos termos do art. 21º do de-

creto n. 20.291, de 12 de agosto de 1931, por infração do art. 5º do mencionado decreto, para os efeitos do estabelecido no decreto número 22.131, de 23 de novembro de 1932.

Not. 652-F-38 a J. Fernandez Iglesias, comunicando que de acordo com o despacho proferido no processo DNT. 13.000-37, foi essa firma multada em 100\$ (cem mil réis), nos termos do art. 11º do decreto n. 24.696, de 12 de julho de 1934, por infração do artigo 7º e 10º parágrafo único do mencionado decreto, para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932.

Not. 653-F-38 a Pinto Loja & Comp., comunicando que, de acordo com o despacho proferido no processo DNT. 2.781-38, foi essa firma multada em 100\$ (cem mil réis), nos termos do art. 11º do decreto n. 24.696, de 12 de julho de 1934, por infração do art. 10º parágrafo único do mencionado decreto, para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932.

Not. 654-F-38 a Cia. Cirrus S. A., comunicando que, de acordo com o despacho proferido no processo DNT. 53.762-36, foi essa firma multada em 500\$ (quinhentos mil réis), nos termos do art. 15º do decreto n. 23.766, de 18 de janeiro de 1934, por infração do art. 16º alínea "a", do mencionado decreto, para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932.

Not. 655-F-38, a Ribeiro Alves & Comp., comunicando que, de acordo com o despacho proferido no processo DNT. 2.406-37, foi essa firma multada em 100\$ (cem mil réis), nos termos do art. 15º do decreto n. 23.766, de 18 de janeiro de 1934, por infração do artigo 1º e 16º do mencionado decreto, para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932.

Not. 656-F-38 a Sotelino Figueirôa & Comp., comunicando que, de acordo com o despacho proferido no processo DNT. 15.830-37, foi essa firma multada em 2.000\$ (dois contos de réis), nos termos do art. 21º § 1º letra "a", do decreto n. 20.291, de 12 de agosto de 1931, por infração do art. 1º, 1º parágrafo único e 5º do mencionado decreto, para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932.

Not. 657-F-38, a Lauro Carvalho & Comp., Ltda., comunicando que, de acordo com o despacho proferido no processo DNT. 11.654, — de 1937, foi essa firma multada em 200\$ (duzentos mil réis), nos termos do art. 13º do decreto n. 21.361, de 4 de maio de 1934, por infração do art. 10º do mencionado decreto, para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932.

Not. 658-F-38 a Companhia Expresso Federal S. A., comunicando que de acordo com o despacho proferido no processo DNT. número 15.024-37, foi essa firma multada em 1.000\$ (um conto de réis), nos termos do art. 21º do decreto 20.291, de 12 de agosto de 1931, por infração do art. 1º parágrafo 5º, do mencionado decreto, para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932.

659-F-38, a Sardi & Sauer, comunicando que, de acordo com o despacho proferido no processo DNT. 4.218-37, foi essa firma multada em 1.000\$ (um conto de réis), nos termos da letra "c" § 1º artigo 21º do decreto n. 20.291, de 12 de agosto de 1931, por infração do art. 5º do mencionado decreto, para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932.

SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 5 de agosto de 1938

Barco Mineiro de Produção, solicitando carteira profissional para o funcionário Lacl de Souza Neves. (DNT. 50.130/37 — SIP — 14.543/38). — Arquivo-se de acordo com o parecer. Alude o despacho ao seguinte: "Tomadas as providências que cabiam a este Serviço, submeto o presente processo à consideração do Sr. diretor, parecendo-me caber arquivamento".

Dia 11

Alcinda Lebrão, pedindo seu aproveitamento como mensalista. (DNT. 5.433/38 — SIP — 14.528/38). — Aguarda oportunidade.

José Pereira de Souza, requerendo certidão. (DNT. 12.116/38 — SIP — 11.791/38). — De acordo com o parecer, defiro o pedido. Alude o despacho ao seguinte: "Submeto o presente processo à consideração do Sr. diretor, com proposta de ser deferido o pedido de fls. 2º".

Domingos Rodrigues Pereira, requerendo certidão. (DNT. 12.115, de 1938 — SIP — 11.790/38). — De acordo com o parecer, defiro o pedido. Alude o despacho ao seguinte: "Submeto o presente processo à consideração do Sr. diretor, com proposta de ser deferido o pedido de fls. 2º".

Dia 16

11ª Inspeção Regional do Trabalho, Antônio Chaves Gama, requerendo registro como químico. (DNT. 5.920/38 — SIP — 14.791, de 1938). — Tendo sido satisfeitas as exigências legais, defiro o pedido.

EXPEDIENTE DO SR. INTENDENTE

Dia 8 de agosto de 1938

1ª Inspeção Regional, acusando engano no preenchimento da carteira profissional n. 10.633, da 14ª série. (SIP. 10.683/38). — Emita-se nova carteira. A 1ª Divisão para os devidos fins.

Juvenilio Alves de Melo, encarregado da Seção de Fiscalização em Campo Grande, Mato Grosso, solicitando retificação de carteira. (SIP. 9.697/38). — Emita-se outra carteira.

7ª Inspeção Regional, solicitando troca de fotografia na carteira profissional 5.672/11ª série. (SIP. 10.725/38). — Emita-se nova carteira. A 1ª Divisão para os devidos fins.

Pietro Macchiazulo, solicitando nova carteira profissional. (SIP. 12.239/38). — A 1ª Divisão, afim de que seja emitida nova carteira.

Joel de Almeida Araujo, requerendo retificação em sua carteira profissional. (SIP. 10.977/38). — Emita-se nova carteira.

15ª Inspeção Regional, remetendo carteira profissional 29.895-3ª. (SIP. 10.875/38). — A 1ª Divisão, para que emita outra carteira, fazendo na respectiva ficha a anotação relativa ao engano verificado.

Nelson Gomes de Oliveira, identificador em Itajubá, informando ter recebido das mãos do Sr. fiscal do trabalho naquela cidade, carteiras profissionais. (SIP. 1.485/37). — Convide-se a identificadora Zilda Ribeiro de Melo a prestar informações sobre as carteiras que lhe foram enviadas.

Dia 10

Cândido Marinho Martin Vilça, solicitando 2ª via de carteira (SIP. 10.980/38). — Arquivo-se.

3ª Inspeção Regional, comunicando que foram feitas nas carteiras ns. 1.463, 2.143, 2.619, 2.955, 3.400, 3.405, 7.959, 8.951, 9.359 e 11.986, da 13ª série a retificação das profissões para Estivador. (SIP. 5.943/38). — Arquivo-se.

3ª Inspeção Regional, comunica retificação na carteira 8.228, da 13ª série, pertencente a Estevam Altino do Nascimento. (SIP. 5.942/38). — Arquivo-se.

Inspeção do Trabalho, Maceió, respondendo telegrama. (SIP. 11.083/38). — Arquivo-se.

Jaime Boiman, solicitando transferência de local. (SIP. 7.782, de 1938). — Deferido em face da informação. Alude o despacho ao seguinte: "O requerente apresentou licença da P. D. F., n. 3.738, de 29 de julho de 1938, devidamente transferida para o local acima citado. Deante do comprovante apresentado, proponho o deferimento".

Dia 11

Elster Leon Crespin, solicitando registro de livros. (SIP. 13.834, de 1938). — Deferido.

Seba Eberienos, solicitando registro de livros. (SIP. 13.832/38). — Deferido.

Manuel Ferreira Góvia, solicitando registro de livros. (SIP. 13.840/38). — Deferido.

Antônio Rodrigues, solicitando registro de livros. (SIP. 13.844, de 1938). — Deferido.

Santos & Filhos, solicitando registro de livros. (SIP. 13.827/38). — Deferido.

Manuel de Souza Pinto, solicitando registro de livros. (SIP. 13.745/38). — Deferido.

A. Pedreira & Cia., solicitando registro de livros. (SIP. 13.762, de 1938). — Deferido.

Martins & Simões, solicitando registro de livros. (SIP. 13.771, de 1938). — Deferido.

José Corbacho Garcia, solicitando registro de livros. (SIP. 13.746, de 1938). — Deferido.

Albano A. Pinto, solicitando registro de livros. (SIP. 13.744, de 1938). — Deferido.

Abel Pinto Ribeiro, solicitando registro de livros. (SIP. 13.836, de 1938). — Deferido.

H. G. Fuchs, solicitando registro de livros. (SIP. 13.756/38). — Deferido.

Alberto Teixeira, solicitando registro de livros. (SIP. 13.841, de 1938). — Deferido.

Guisepe Milese, solicitando registro de livros. (SIP. 13.858/38). — Deferido.

Fonseca & Borges, solicitando registro de livros. (SIP. 13.852). — Deferido.

Artur Viana, solicitando registro de livros. (SIP. 13.863/38). — Deferido.

Tereza Antonina de Soubirou Pereira, solicitando registro de livros. (SIP. 13.849/38). — Deferido.

12ª Inspeção Regional, remetendo fichas (SIP-11.569-38). — Nada mais havendo a providenciar, arquivar-se.

Departamento Nacional do Trabalho, remetendo coupons de carteiras (SIP-10.683-38). — Passo ao Arquivo Geral.

2ª Inspeção Regional, Belém, Pará, devolvendo relação. (SIP. 13.331-38). — Arquivar-se.

José Ferreira Gomes, encarregado do SIP. em Minas Gerais, Tiradentes, devolvendo relação de remessa de carteira. SIP-13.108-38). — Arquivar-se.

2ª Inspeção Regional, comunicando anotações na carteira n. 18.272 da 14ª série pertencente a José Narciso Mendes (SIP. 18.330-38). — Arquivar-se em face da informação. Alude o despacho ao seguinte: Tendo feito as devidas anotações, na ficha constante do ofício de fls. 2, proponho o arquivamento do presente processo.

2ª Inspeção Regional, Belém, Pará, devolvendo remessa de carteiras (SIP-13.329-38). — Arquivar-se.

Maria Henriqueta R. da Silva, solicitando 2ª via do recibo. (SIP-13.739-38). — Arquivar-se.

Manuel Martins Filho, solicitando entrega da carteira profissional n. 63.750-20ª série. (SIP-835-38). — Arquivar-se.

Departamento Estadual do Trabalho, São Paulo, requisitando a carteira n. 49.693, 27ª série. (SIP-7.498-38). — Arquivo-se.

2ª Inspeção Regional, Belém, Pará, requisitando carteira profissional n. 94.245, da 27ª série. (SIP-6.692-38). — Arquivo-se.

Zelman Zalcetregger, solicitando reconstituição da carteira número 70.986, da 1ª série. (SIP-4.882-38). — Arquivo-se.

Silvia Castro, requisitando a sua carteira n. 47.951, da 25ª série. (SIP-3.758-38). — Arquivo-se.

José Porto de Souza Viana, solicitando nova carteira. (SIP-9.229-38). — Arquivo-se.

Antônio José F. de Oliveira Junior, solicitando nova carteira. (SIP-9.254-38). — Arquivo-se.

10ª Inspeção Regional, solicitando retificação na carteira profissional n. 11.978-16ª, série. (SIP-12.806-38). — A 1ª Divisão, para emitir nova carteira.

Antônio Antunes de Siqueira, pedindo 2ª via da carteira profissional n. 8.543, da 1ª série. (SIP-16.150-38). — A 1ª Divisão, afim de que o requerente seja novamente identificado, juntando-se a ficha ao presente.

15ª Inspeção Regional, Curitiba, Paraná, remetendo balancete referente ao mês de junho findo. (DNT-10.267-38 — SIP-11.017-38). — Nada mais havendo a providenciar, arquivo-se.

Omar Niemeyer Lisboa, chefe da 3ª Divisão deste Serviço, esclarecendo sobre a situação da mencionada Terceira Divisão. (SIP-14.217-38). — Já foram pedidas providências ao Sr. diretor, para que o mesmo se digne de solicitar ao Sr. ministro a vinda de novos funcionários para este Serviço, pois atualmente todas as divisões estão com falta de pessoal.

Dario de Melo Pinto, solicitando transferência de razão social. (SIP-6.288-38). — Arquivo-se.

F. Limociro & Luppi, solicitando registro de livros. (SIP-13.835, de 1938). — Deferido.

Israel Lebelson, solicitando registro de livros. (SIP-13.742-38). — Deferido, nos termos da informação. Alude o despacho ao seguinte: Proponho que se faça registro da filial sob o número 2.996-E-3.

Joaquim de Melo, solicitando registro de livros. (SIP-13.750-38). — Proceda de conformidade com as informações. Alude o despacho ao seguinte: A requerente deverá prestar esclarecimento mediante novo requerimento, acrescentando que a autorização que fez fora do fecho é destituída de qualquer valor.

Alves Freixo & Comp., solicitando registro de livros. (SIP-13.961-38). — Indeferido nos termos das informações. Alude o despacho ao seguinte: I — A firma requerente registrou seus livros em 23-5-34, sob o n. 0-9.499. Penso pode ser feita a continuação do registro acima. II — A requerente deve esclarecer, mediante nova petição, se deseja registrar novos livros em continuação aos anteriores ou que pretende.

S. Corte Real, solicitando registro de livros. (SIP-13.837-38). — Preste os necessários esclarecimentos. Alude o despacho ao seguinte: I — A firma requerente registrou seus livros sob o número 4.832-E-3 para a rua do Catete n. 138. Penso deve ser apurado se sobra de transferência de local ou registro para filial. II — Afim de que sejam registrados novos livros, necessário se torna que a firma interessada esclareça, mediante novo requerimento, o que foi feito dos livros anteriores.

Bernardino & Pozes, solicitando transferência de firma. (SIP-13.183-38). — Deferido nos termos da informação. Alude o despacho ao seguinte: Comprovando as suas alegações os requerentes apresentaram o conhecimento n. 38.126, expedido em 29-7-1938, pela Sub-Diretoria do Imposto de Licença da Prefeitura Municipal, lançado em nome de Bernardino & Pozes. Nestas condições, proponho o deferimento do presente.

José Maria Marques Junior, solicitando transferência de razão social. (SIP-9.170-38). — Deferido nos termos da informação. Alude o despacho ao seguinte: Comprovando as suas alegações, a requerente apresentou um documento de compra e venda a favor dos Srs. Cassiano & Marques, sendo vendedor Valdemiro Neves Ferreira. O documento em apreço, estava registrado no Cartório Tefé, sob o n. 22.228, do Livro B-21, em 25-4-1936. Apresentou ainda o Distrato Social de Cassiano & Marques arquivado no Departamento Nacional da Indústria e Comércio em 18-6-1938, sob n. 135.644. Pelo Distrato acima referido, verifiquei serem procedentes as alegações da requerente, pelo que, proponho o deferimento do presente.

Terceira Inspeção Regional, comunicando retificação na carteira profissional n. 2.297 da série 13ª pertencente a José Antônio Ferreira. (SIP-13.345-38). — Arquivo-se, em face da informação. Alude o despacho ao seguinte: Tendo feito a devida retificação na ficha constante do ofício de fls. 2, proponho o arquivamento do presente processo.

Segunda Inspeção Regional, Vitória, Espírito Santo, devolvendo relações de remessa de carteiras. (SIP-13.334-38). — Arquivo-se.

Carlos Ubaldo Panzarillo, encarregado do SIP em Vassouras, devolvendo relação de remessa de carteiras. (SIP-13.347-38). — Arquivo-se.

Quinta Inspeção Regional, Fortaleza-Ceará, devolvendo ofícios e relações. (SIP-13.195-38). — Arquivo-se.

Teófilo Estrela, solicitando 2ª via de carteira. (SIP-11.049-38). — Arquivo-se.

Inspeção do Trabalho, Curitiba, acusando o recebimento de mais de cem fichas para inscrição das firmas industriais. (DNT-8.735-38-SIP-10.017). — Arquivo-se.

Altair Prado, solicitando nova carteira profissional. (SIP-3.688, de 1938). — Arquivo-se.

Décima Segunda Inspeção Regional, remetendo fichas. (SIP-8.986-38). — Nada mais havendo a providenciar, arquivo-se.

João Alves da Silva, solicitando nova carteira profissional. (SIP-9.260-38). — Arquivo-se.

Dante Sartorello, solicitando reconstituição da carteira profissional n. 17.693-6ª série. (SIP-7.546-38). — Arquivo-se.

José de Aquino Ribeiro Sobrinho, solicitando 2ª via de carteira. (SIP-7.722-1938). — Arquivo-se.

Ataliba de Almeida, encarregado do SIP, em Juiz de Fora-Minas Gerais, solicitando remessa de carteira. (SIP-8.206-38). — Arquivo-se.

Gino Serafini, requerendo nova identificação de acordo com o art. 9º do decreto 22.035, de 29-10-1938). — Arquivo-se.

Décima Oitava Inspeção Regional, remetendo fichas e guia. (SIP-9.318-38). — Nada mais havendo a providenciar, arquivo-se.

Décima Segunda Inspeção Regional, remetendo fichas. (SIP-8.987-38). — Nada mais havendo a providenciar, arquivo-se.

Sexta Inspeção Regional, remetendo fichas. (SIP-9.407-38). — Nada mais havendo a providenciar, arquivo-se.

Altibano Romanazzi, requerendo 2ª via de recibo. (SIP-3.458 de 1936). — Arquivo-se.

Iberê Henrique da Silva, solicitando reconstituição de carteira. (SIP-8.238-1938). — Arquivo-se.

Décima Oitava Inspeção Regional, Minas Gerais, solicitando remessa de carteira daquela Inspeção. (SIP-8.211-38). — Arquivo-se.

Dia 12

M. Gerin & Comp., solicitando registro de livros de seus empregados (novo), por extravio do anterior. (SIP-1.984-38). — Arquivo-se.

João Maximiano do Vale, solicitando 2ª via da carteira 8.299 da 21ª série. (SIP-1.943-38). — Arquivo-se.

Décima Nona Inspeção Regional, remetendo balancete da renda arrecadada durante o mês de março p. findo. (SIP-5.955-38). — Nada mais havendo a providenciar, arquivo-se.

Artur Pais de Sousa, solicitando reconstituição de carteira. (SIP-7.621-383). — Arquivo-se.

José F. Gomes, identificador em Tiradentes, remetendo ficha n. 49.102, da 23ª série, e 1ª via da guia de recolhimento feito à Coletoria Federal, referente a carteira profissional de José Pedro de Santana. (SIP-7.260-38). — Nada mais havendo a providenciar, arquivo-se.

Laudelino R. Vasconcelos, identificador em Bicas, Minas Gerais, comunicando que durante o mês de abril, foi recolhida à Coletoria Federal daquela cidade, a quantia de 45\$, importância de taxas de carteiras profissionais. (DNT-6.791-38). — Nada mais havendo a providenciar, arquivo-se.

Otávio Rodrigues Soares, encarregado do SIP, em São Sebastião do Paraíso, remetendo fichas. (SIP-7.998-38). — Arquivo-se.

Firmino M. Santos, encarregado do SIP, em Cachoeiro de Itapemirim, remetendo fichas. (SIP-8.059-38). — Arquivo-se.

Vigésima Inspeção Regional, remetendo guia de recolhimento das taxas correspondentes e das respectivas fotografias, 7 declarações sob ns. 7.201, a 7.207. (SIP-8.034-38). — Nada mais havendo a providenciar, arquivo-se.

Quinta Inspeção Regional, remetendo mapa demonstrativo da renda arrecadada por aquela Inspeção, durante o mês de abril próximo passado, pela seção de Identificação (1:250\$), de carteiras profissionais e 370\$ de registro de livros, na importância total de 1:620\$. (SIP-8.660-38). — Nada mais havendo a providenciar, arquivo-se.

Alberto Augusto de Queiroz, identificador, em Nova Lima, remetendo fichas. (SIP-8.325-38). — Arquivo-se.

José M. Silveira, identificador em Ponte Nova, Minas, remetendo guia n. 2 no valor de 5\$ referente a ficha n. 38.479, série 25ª acompanhada do atestado da profissão. (SIP-8.322-38). — Nada mais havendo a providenciar, arquivo-se.

Dagmar Raposo de Carvalho, comunicando entrar em gozo de férias. (SIP-13.937-1938). — Aguarde oportunidade, tendo em vista que as últimas transferências levadas a efeito não permitem o afastamento de outros funcionários.

Sétima Inspeção Regional, restituindo a carteira profissional, n. 8.465, da 11ª série, afim de ser trocado o sobrenome de seu proprietário. (SIP-10.724-38). — Emita-se outra carteira.

Walter Domingues da Costa, solicitando retificação na carteira profissional, 85.738 1ª série. (SIP-12.571-38). — Faça a Primeira Divisão, na ficha do requerente a anotação relativa ao engano verificado no nome de "Walter" "Domingues" da Costa, emitindo outra carteira.

Nathan Cohen, solicitando transferência de local. (SIP-12.597, de 1938). — Deferido, em face da informação. Apresentou os conhecimentos sob os ns. 11.129, 6.906, 17.838 e 28.232, expedidos pela Sub-Diretoria do Imposto de Licença da Prefeitura Municipal em nome da firma Mobiliária Federal Ltda., e referentes aos negócios de móveis localizados à rua Estácio de Sá n. 165, avenida 28 de

tembro n. 295 e 295-A, rua da Assembléia n. 16, e rua Visconde de Pirajá n. 72, A. Nestas condições, proponho o deferimento do presente.

Companhia Brasileira de Torrefação e Moagem, solicitando transferência de local. (SIP-10.958-38). — Deferido, em face da informação. Alude o despacho ao seguinte: A requerente apresentou como comprovante da transferência de local a Fiscalização de Máquinas n. 1.189 de 29-4-1938, estando a mesma devidamente transferida para o local citado em fls. 2. Proponho o deferimento do presente.

Dia 13

Departamento Nacional do Trabalho — Ondina Gilaberte Fialho, requerendo registro como química licenciada. (DNT. 26.567-35). — Emita-se a carteira.

Departamento Nacional do Trabalho — Fernando Gross, requerendo o registro como químico licenciado. (DNT. 14.759-38). — Emita-se a carteira.

Antônio Pinho Leitão, requerendo registro de livros. (S.I.P. 3.113-38). — Arquite-se.

Alfredo Teixeira da Silva, solicitando transferência de razão social. SIP. 7.927-38). — Arquite-se.

C. Teixeira e Ribeiro, solicitando transferência de firma (SIP. 168-38). — Arquite-se.

Fábrica de Arquivos e Móveis de Aço Ltda., solicitando transferência para si das fichas de matrícula dos seus empregados, registradas neste Serviço, em nome de S. Abraham & Cia. de quem é sucessor. Solicita ainda a anotação do seu novo endereço comercial e uma 2ª via do talão comprovante do registro efetuado. (SIP. 29-38). — Arquite-se.

Caetano Luiz G. da Silva, solicitando transferência de firma. (SIP. 6.276-38). — Arquite-se.

Equitativa Terrestres Acidentes e Transportes S. A., solicitando registro de livros. (SIP. 1.263-38). — Arquite-se.

Salomon Rosenthal, solicitando registro de livros. (SIP. 8.274-38). — Deferido em face das informações. Alude o despacho ao seguinte: I — Salomon Rosenthal, estabelecido à rua Santo Amaro n. 14, requereu a fls. 2 do presente registro dos livros de matrícula e horas de trabalho dos seus empregados. Correndo os trâmites, o cadastro deste Serviço, apurou que a requerente já estava registrada pela rua Pedro Américo 12. Cientificada do caso, volta a requerente pela petição de fls. 4, conformando o apurado a alegando que o seu estabelecimento situado a rua Pedro Américo n. 12 foi extinto em 1935, mais ou menos e que o cancelamento do Tesouro Nacional e Prefeitura Municipal, fôra dado "ex-officio" pelas autoridades competentes. Submetido o caso à consideração superior o Sr. intendente em despacho a fls. 4v, determinou que a interessada provasse o alegado. Pelo documento de fls. 6 a requerente solicitando reconsideração do despacho citado, alega reafirmando as suas alegações e assumindo a responsabilidade dentro das leis trabalhistas, sob os livros anteriores. Diante do exposto, sou de parecer que se conceda o registro solicitado, tendo em vista que após o espaço de 4 anos, já prescreveram todos os direitos dos empregados da requerente. Convém salientar que o documento de fls. 6, equivale a um termo de responsabilidade. II — Tendo em vista a informação supra, proponho o deferimento do pedido, de vez que as disposições, da lei assim permite.

Emílio dos Santos, solicitando entrega de sua carteira com a troca de fotografias. (SIP-12.073-38). — Emita-se outra carteira.

Encarregado do S.I.P. em Cachoeiro do Itapemirim, E. Santo, solicitando substituição da fotografia na carteira 73.077 da 20ª série. (SIP.13.265-1938). — Emita-se outra carteira.

Messias C. P. Guedes, encarregado do SIP. em Entre Rios. solicitando retificação da carteira profissional 18.413 — 26ª (SIP. 13.385-38). — Emita-se outra carteira.

Sindicato dos Empregados da The Rio de Janeiro Tramway, Light & Power Comp. Ltda e Cias. Associadas, comunicando que José Domingos é portador das carteiras profissionais ns. 11.909-29ª e 74.379-21ª (SIP. 13.590-38). — Proceda-se de acordo, com a informação. Alude o despacho ao seguinte: Relativamente à comunicação de fls. 2, cumpre-se esta Divisão informar que as fichas citadas 74.379-21ª e 11.909-29ª pertencem realmente a José Domingos. Em virtude do exposto, penso, que se deveria cancelar a carteira e a ficha n. 11.909-29ª série, anexas às fls. 4 e 5 do presente processo.

Alexandre Clemente de Sousa, solicitando nova carteira profissional. (SIP. 5.384-38). — Emita-se a carteira sem ônus para o requerente.

13ª Inspetoria Regional, solicitando remessa da carteira 67.137 1ª série 8ª (SIP. 4.852-36). — Emita-se outra carteira.

Humberto G. Serra, identificador em Nova Iguaçu, solicitando carteiras profissionais. (SIP. 10.686-38). — Emita-se outra carteira.

Dia 15

17ª Inspetoria Regional, Porto Alegre, remetendo guia. (SIP. 1.843-38). — Emita-se outra carteira.

Dia 16

Chabi Roudão, requerendo entrega de sua certidão de casamento. (SIP. 13.153-38). — Faça-se a entrega mediante recibo.

Notificações expedidas

Dia 17 de agosto de 1938.

Ao Sr. Jacó Schneider:

N. 6.396 — Solicitando comparecimento às 12,30 horas do dia 8 de setembro, afim de retificar a carteira profissional de seu empregado André Szabadi. (SIP. 14.746-38).

— A Firma Culucci & Comp.:

N. 6.397 — Solicitando comparecimento às 14,30 horas do dia 24 de agosto, afim de anotar a carteira profissional de seu empregado Viriato Gonçalves. (SIP. 14.747-38).

— Ao Sr. Manuel Simões da Costa:

N. 6.398 — Solicitando comparecimento às 13 horas do dia 24 de agosto, afim de anotar a carteira profissional de seu empregado Joaquim Gonçalves. (SIP. 14.748-38).

— A firma João Maia & Comp., Ltda.:

N. 6.399 — Solicitando comparecimento às 15 horas do dia 23 de agosto, afim de anotar a carteira profissional de seu ex-empregado Humberto Francelino Alves. (SIP. 14.749-38).

— A firma Albano Moreira & Comp.:

N. 6.400 — Solicitando comparecimento às 21,30 horas do dia 25 de agosto, afim de anotar a carteira profissional de seu empregado Alfredo Paulo dos Santos. (SIP. 14.750-38).

— Aos Srs. Hércules & Werneck:

N. 6.401 — Solicitando comparecimento às 15 horas do dia 24 de agosto, afim de retificar a carteira profissional de seu ex-empregado Eduardo Freitas Brasil. (SIP. 14.751-38).

— Ao Sr. Antônio Lopes:

N. 6.402 — Solicitando comparecimento às 15 horas do dia 25 de agosto, afim de restituir a carteira profissional de seu empregado Aureliano Peganha Camacho. (SIP. 14.752-38).

A firma M. Lopes & Marques:

N. 6.403 — Solicitando comparecimento às 13,30 horas do dia 21 de agosto, afim de anotar a carteira profissional de seu ex-empregado Antônio Carvalho. (SIP. 14.753-38).

— Ao Sr. Manuel Pedro Pontes:

N. 6.404 — Solicitando comparecimento às 14,30 horas do dia 24 de agosto, afim de anotar a carteira profissional de seu ex-empregado Manuel Porcino Valeriano. (SIP. 14.754-38).

— Ao Sr. Antônio José Martins Tinocó:

N. 6.405 — Solicitando comparecimento às 12,30 horas do dia 23 de agosto, afim de anotar a carteira profissional de seu empregado Fernando José de Oliveira. (SIP. 14.755-38).

— A firma Gomes & Comp.:

N. 6.406 — Solicitando comparecimento às 12,30 horas do dia 8 de setembro, afim de anotar a carteira profissional de seu empregado José de Magalhães. (SIP. 14.756-38).

— Ao Sr. José Buscky:

N. 6.407 — Solicitando comparecimento às 12 horas do dia 29 de agosto, afim de anotar a carteira profissional de seu ex-empregado Horácio Rolim de Freitas. (SIP. 14.757-38).

— Ao Sr. Pedro Lopes Ribeiro:

N. 6.408 — Solicitando comparecimento às 13 horas do dia 8 de setembro, afim de anotar a carteira profissional de seu ex-empregado Ramon Soto. (SIP. 14.758-38).

EXPEDIENTE DO SR. INTENDENTE

Dia 11 de agosto de 1938

Ordem de serviço n. 209 — O intendente do Serviço de Identificação Profissional resolve dispensar das funções de assistente do seu Gabinete, em virtude da Portaria n. 131, de 9 do corrente da Diretoria do Departamento Nacional do Trabalho, o inspetor-fiscal de 3ª classe, Romeu Pimentel Ramos, designando para substituí-lo, em idênticas funções, o inspetor-fiscal de 3ª classe, Helio Fernando de Albuquerque.

Dia 16

Ordem de serviço n. 210 — Usando das atribuições que me são conferidas pelo disposto na letra c do art. 28 do Regulamento deste Serviço baixado pelo decreto 756 de 20 de abril de 1936, resolvo transferir da 5ª para a 2ª Divisão o sub-administrador de 4ª classe Euripedes Dutra de Sá.

Ordem de serviço n. 211 — Usando das atribuições que me são conferidas pelo disposto na letra c do art. 28 do Regulamento deste Serviço baixado pelo decreto 756 de 20 de abril de 1936, resolvo transferir da 5ª para a 1ª Divisão a taxista de 4ª classe Iracema Carvalho França.

Ordem de serviço n. 212 — Usando das atribuições que me são conferidas pelo disposto na letra d do art. 28 do Regulamento deste Serviço baixado pelo decreto 756 de 20 de abril de 1936, resolve designar para chefiar a 5ª Divisão o extranumerário José Pires Veríssimo.

Ordem de serviço n. 213 — O intendente do Serviço de Identificação Profissional, usando das atribuições que lhe são conferidas pela alínea c do art. 28 do Regulamento baixado com o decreto 756 de 20 de abril de 1936, resolve transferir da 1ª Divisão para a Secretaria, até ulterior deliberação, o extranumerário Luciola Lanter.

Ordem de serviço n. 214 — O intendente do Serviço de Identificação Profissional, usando das atribuições que lhe são conferidas pela alínea c do art. 28 do Regulamento baixado com o decreto 756, de 20 de abril de 1936, resolve transferir da 1ª Divisão para a Contabilidade, até ulterior deliberação, a auxiliar de 1ª classe, Francisca Carneiro Leão do Nascimento.

Dia 17

Ordem de serviço n. 215 — Observando que varios processos relativos à requisição de carteiras profissionais vêm tendo andamento muito demorado neste Serviço, recomendo que seja estritamente observado o prazo regulamentar de tres (3) dias, em que cada Secção deve falar sobre os papeis que lhe forem distribuidos. Recomendo, outrossim, que seja guardado o necessário sigilo sobre os pareceres, informações e atos em elaboração nas varias secções deste Serviço, até que se lhes possa dar publicidade, nos termos do art. 33 do Regulamento anexo ao decreto 24.692, de 12 de julho de 1934.

Arrecadação efetuada pela tesouraria em 16 de agosto de 1938, a saber:

Decreto 22.035, de 29 de outubro de 1932 (Carteiras Profissionais):

Art. 5.º	805\$000
Art. 9.º	25\$000
Art. 9.º, parágrafo único.	90\$000
Total	920\$000

Decreto 22.489, de 22 de fevereiro de 1933 (Registro de Livros):

Art. 4.º	165\$000
Total	1:085\$000

Dia 17

Decreto 22.035, de 29 de outubro de 1932 (Carteiras Profissionais):

Art. 5.º	1:345\$000
Art. 9.º	40\$000
Art. 9.º, parágrafo único.	30\$000
Total	1:415\$000

Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura

ATA DA 165ª SESSÃO DO CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA, EM 9 DE AGOSTO DE 1938

Aos nove dias do mês de agosto de 1938, á hora previamente combinada, na sala das sessões do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, no Ministério do Trabalho, presentes os Srs. Drs. Adolfo Morales de los Rios Filho, Bretas Bhering, Ricardo Antunes, Augusto Vasconcelos, Gumerindo Penteado e Henrique Coelho da Rocha, o primeiro presidente e os demais membros do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, na forma da lei, foi aberta a sessão. No expediente foram lidos officios, cartas e consultas e distribuidos alguns processos ao Srs. Conselheiros. A ordem do dia consistiu de estudo e discussão de processos submetidos ao apreço do Conselho, sendo objetos de consideração, outrossim, outros assuntos relevantes e relativos á fiscalização do exercício profissional e á fiel observância dos dispositivos do decreto n. 23.569. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão, lavrando eu a presente ata que assino. — *Henrique Coelho da Rocha*, secretário. — *Adolfo Morales de los Rios*, presidente.

Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da Quinta Região

ATA DA CENTESIMA DECIMA NONA SESSÃO, REALIZADA AOS VINTE E CINCO DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE MIL NOVECENTO E TRINTA E OITO

Aos vinte e cinco dias do mês de julho do ano de mil novecentos e trinta e oito, na sala de sessões do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da Quinta Região, instalado no quarto andar do edificio do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, presentes os senhores membros efetivos engenheiros civis Adroaldo Junqueira Aires, presidente; Luiz Onofre Pinheiro Guedes, secretário; engenheiro arquiteto Vitor Hugo da Costa, tesoureiro; engenheiros civis Adolfo Murinho,

Antonio Marcelino Hirsch Fragoso, Luiz Paixão e membros suplentes engenheiros arquitetos Ulisses Máximo Augusto de Alcântara e Leopoldo Sondi, o senhor presidente abre a sessão.

Do expediente consta:

E' lida a ata da sessão anterior. Posta em discussão, pede a palavra o conselheiro Antonio Hirsch Marcelino Fragoso e pede a retificação do número do artigo do decreto vinte e três mil quinhentos e sessenta e nove, que é 47 (quarenta e sete) e não como se encontra indicado.

O senhor presidente pede também retificação da ata da sessão anterior na parte que se refere ao regulamento do Instituto Eletrotécnico e Mecânico de Itajubá, que deve ser Estrada de Ferro e não "Estradas de Rodagem".

Posta em votação, é unanimemente aprovada a ata da sessão anterior, com as restrições acima aludidas.

Ordem do dia

O senhor presidente comunicar ao Conselho o assunto a tratar-se na presente sessão: discussão do ante-projeto de fiscalização, apresentado pelos senhores conselheiros Luiz Gomes da Paixão e Leopoldo Sondi.

Pede a palavra o conselheiro Antonio Hirsch Marcelino Fragoso e comunica que não poderá opinar sobre o assunto, por não ter recebido a cópia do ante-projeto elaborado, como fora determinado pelo Conselho na sessão anterior.

Pede a palavra o conselheiro Luiz Onofre Pinheiro Guedes e justifica a ausência do conselheiro João Gualberto Marques Porto.

Pede a palavra o conselheiro Leopoldo Sondi e expõe algumas considerações preliminares sobre o assunto do ante-projeto elaborado — Fiscalização.

Com a palavra, o senhor presidente faz ponderações sobre o assunto a tratar-se e dá início aos debates necessários.

Pede a palavra o conselheiro Luiz Gomes da Paixão e faz a leitura global do ante-projeto que elaborara.

O senhor presidente põe em discussão o ante-projeto em apreço. Sobre o mesmo falam os senhores conselheiros que longamente debatem o assunto e, discutido artigo por artigo, é aprovado, com nova redação, o capítulo primeiro com o título "Dos auxiliares da fiscalização".

E nada mais podendo ser tratado, pelo adiantado da hora, o senhor presidente declara encerrada a sessão, e eu, Luiz Onofre Pinheiro Guedes, secretário, lavrei a presente ata, que depois de lida é unanimemente aprovada, vai assinada pelo senhor presidente e pelos demais membros do Conselho presentes.

PROCESSOS

Processo n. 4.750 — Requerentes, Washington Azevedo & Comp., relator, Sr. conselheiro presidente.

Decisão

Vistas e examinadas as peças deste processo numero quatro mil setecentos e cinquenta, em que é autuada a firma Washington Azevedo & Comp. Ltda. por infração dos arts. 8.º e 17 do decreto n. 23.569, considerando que as infrações se acham perfeitamente constatadas pela fotogravura junta ao processo e pela certidão de que a mesma não se achava registrada, o que só foi feito posteriormente á infração; considerando que a mesma não se defendeu, deixando o processo correr á revelia, este CREA, em sessão plena julgou, por unanimidade, subsistente o auto e manteve a multa. Façam-se as publicações e notificações necessárias.

Rio de Janeiro, 18 de julho de 1938. — *A. Junqueira Ayres*, presidente. — *Luiz Onofre Pinheiro*, relator. — *J. G. Marques Porto*. — *L. Sondi*. — *Antonio H. M. Fragoso*. — *Paulo Thedim Barreto*. — *Paulo Pires*. — *Ulisses de Aueantara*. — *Adolpho Murinho*. — *Vitor Hugo da Costa*.

Processo n. 4.793 — Autuados, Ferreira & Gouveia — Relator, conselheiro Luiz Onofre Pinheiro Guedes.

Parecer — Ferreira & Gouveia foram autuados por estarem construindo um prédio á rua Gurupi n. 84, sem se acharem devidos legalmente habilitados, nos termos do art. 8º do decreto numero 23.569, como se verifica do auto de constatação de infração n. 334. A firma infratora teve conhecimento do auto por lhe ter sido remetido pelo correio, sob registro, como se vê do certificado junto ao processo e pela publicação do mesmo no "Diário Oficial" de 2 de julho de 1938. Defendeu-se pela petição a fls. 8 e nela declara: que do fato está construindo o prédio da rua Gurupi n. 84, e, ainda, que se não fez o registro da firma no Conselho Regional de acordo com o decreto n. 23.569, foi porque um funcionário do Conselho os informou de que, para o fazer, era necessária a apresentação do contrato social devidamente registrado no D.N.I.C., o qual, apesar de ter dado entrada naquella repartição em 18 de setembro de 1937, só em 17 de junho próximo passado, lhe fora entregue. Nenhum valor jurídico tem tal alegação; alem de que, por informações, sabemos que não é verdadeira. A razão do não registro da firma foi devida ao fato de ser o Sr. Joaquim Meias de Gouveia sócio da firma Santos Teixeira & Comp., da qual só agora, em 19 de julho corrente, comunicou ter-se retirado ha cerca de sete meses, não junta, porém, uma prova da sua retirada da firma, como seria o distrato da sociedade ou outra qualquer. Tais contratos são única e simuladamente feitos para fraudar o exercício legal da profissão. Não se compreende que, sendo o Sr. Joaquim Meias de Gouveia, estabelecido com negocio de construções, fossem os Srs. Santos Teixeira & Comp., e

Manuel Ferreira, sócio da firma autuada, fazer contratos da sociedade com pessoa que, tendo os mesmos interesses no seu negócio, fosse defender os de outros. E tanto esta não é a verdade que nem um dos tais contratos está registrado na Prefeitura. Não procede, portanto, as alegações feitas em sua defesa, contra o que expressamente exige o art. 8º do decreto n. 23.569, que não foi cumprido pela autuada senão depois de multada. Em vista do exposto, sou de parecer que deve ser mantido o auto de constatação de infração e bem aplicada a multa de um conto de réis (1:000\$000), mínimo do art. 38, letra b, do decreto acima citado, combinado com o art. 8º.

Rio, 15 de agosto de 1938. — *L. Pinheiro Guedes*.
Requerentes, Ferreira & Gouveia.

Decisão

Visto, examinado e relatado este processo número 4.793, em que é autuada a firma Ferreira & Gouveia por infração dos artigos 8º e 17º do decreto n. 23.569, como consta do auto de constatação de infração número trezentos e trinta e quatro, o Conselho Regional, em sessão plena, julgou, por unanimidade, subsistente o referido auto lavrado contra a citada firma e manteve, de acordo com o parecer do senhor conselheiro-relator que por isso fica fazendo parte integrante da presente decisão, a multa de um conto de réis, por bem aplicada de acordo com o artigo 38, letra "b". Expeça-se o competente auto de multa e façam-se as publicações e notificações necessárias. — *A. Junqueira Ayres*, presidente. — *L. Pinheiro Guedes*, relator. — *J. G. Marques Porto*. — *L. Soudy*. — *Antonio H. M. Fragozo*. — *Paulo Thedim Barreto*. — *Paulo Pires*. — *Ulysses de Alcantara*. — *Adolpho Murtinho*. — *Vitor Hugo da Costa*.

Processo n. 4.798 — Autoados, Alípio Barbosa & Comp. — Relator, conselheiro Luiz Onofre Pinheiro Guedes.

Parecer: Alípio Barbosa & Comp., foram autoados por estarem construindo um prédio para residência à rua Raja Gabaglia n. 19, antes do n. 29, como se verifica da taboleta que exibem na referida obra e consta do auto número trezentos e trinta e cinco que contra eles foi lavrado, por não se acharem legalmente habilitados, como preceitua o artigo 8º do decreto n. 23.569.

O referido auto foi-lhes remetido pelo correio, sob registro, cujo recibo se acha junto ao processo e foi publicado no "Diário Oficial" de nove de julho de 1938. Do processo a fls. 8 consta ter decorrido o prazo que lhes foi assinado no referido auto para apresentar a defesa, sem que o tivessem feito, deixando correr o processo à revelia.

A infração se acha perfeitamente constatada pela placa afixada na obra, sem que a firma se ache devidamente registrada neste CREFA; sou por isso de preceito que o auto deve ser mantido e bem aplicada a multa de 1:000\$000 (um conto de réis), por infração do artigo 8º do decreto n. 23.569, combinado com o artigo 38, letra "b".

Rio, 15 de agosto de 1938. — *L. Pinheiro Guedes*.

Decisão

Visto, examinado e relatado o processo n. 4.798, o Conselho em sessão plena julgou por unanimidade subsistente o auto de constatação de infração número trezentos e trinta e cinco, lavrado contra Alípio Barbosa & Companhia, manteve multa de 1:000\$000 (um conto de réis), por bem aplicada de acordo com o artigo trinta e oito (38) letra "b", do decreto 23.569, de 11 de dezembro de 1933, de acordo com o parecer do senhor conselheiro relator, que fica fazendo parte integrante desta decisão. Expeça-se o competente auto de multa e façam-se as publicações e notificações necessárias.

Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1938. — *A. Junqueira Ayres*, presidente. — *Luiz Onofre Pinheiro Guedes*, relator. — *J. G. Marques Porto*. — *L. Soudy*. — *Antonio H. M. Fragozo*. — *Paulo Thedim Barreto*. — *Paulo Pires*. — *Ulysses de Alcantara*. — *Adolpho Murtinho*. — *Vitor Hugo da Costa*.

Departamento Nacional do Povoamento

Ofício n. 1.555.

Gabinete — Em 20 de julho de 1938.

Ao Sr. secretário geral do Ministério das Relações Exteriores:

N. 1.514 — Tendo cessado o processo de "cartas de chamada" de estrangeiros, visto encontrar-se em vigor o decreto n. 406, de 4 de maio deste ano, que subordinou a novas regras a entrada de estrangeiros no território nacional, venho solicitar de V. Ex. a gentileza das necessárias providências, junto às autoridades consulares brasileiras, afim de que, em cumprimento aos arts. 5º, 6º e 43, do mencionado decreto, exerçam a fiscalização de embarques, que lhes compete, tendo, especialmente em vista os capítulos I, II e III, do mencionado decreto, independentemente de qualquer "carta de chamada" emitida por autoridade policial ou autorização prévia do Departamento Nacional do Povoamento.

A imigração coletiva, quando promovida pelos Estados, sociedades, empresas ou particulares está, entretanto, dependendo de prévia licença do Conselho de Imigração e Colonização, segundo prescreve o capítulo X, do decreto em apêço.

As autoridades imigratórias, policiais e de saúde foi, apenas, confiada a tarefa pertinente à fiscalização dos desembarques de estrangeiros, nos limites e atribuições contidas no capítulo V do decreto-rei citado.

Chegando ao meu conhecimento, que inúmeros estrangeiros não têm podido embarcar no exterior, por falta de visto nos seus passaportes, venho encarecer de V. Ex. uma medida urgente, nãsse sentido, afim de evitar justas reclamações dos interessados e consequente paralização da corrente imigratória para nosso país.

Conselho Nacional do Trabalho

CONSELHO PLENO

Processo n. 12.294-37 — Vistos e relatados os presentes autos, deles se verifica o seguinte:

A Caixa de Liquidação S. A., em Santos, cujos fins são meramente comerciais, porque na forma do seu Regulamento (fls. 13) garante a boa execução das operações de café a termos por ela registrados, inscreveu seus empregados no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes.

Acontece, porém, que o Instituto dos Bancários entendeu que tais empregados deviam ser inscritos neste último Instituto e intimou a Sociedade Anônima a receber as contrições devidas.

A Caixa de Liquidação não recusou a atender ao pedido, porém, querendo cumprir a lei afirmou estar pronta a atender ao Instituto dos Bancários desde que a ordem partisse de autoridade competente, porque já contribuía para o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes.

Foi nessa situação que o caso chegou até este Conselho para ser regularmente informado.

Isto posto e

Considerando que, em virtude se tratar de verdadeiro conflito de jurisdição, não cabe a um dos institutos resolvê-lo, mas deve o caso ser presente ao Sr. Ministro do Trabalho, nos termos dos regulamentos n. 183, de 24 de dezembro de 1934, art. 168, e n. 54, de 12 de outubro de 1934, art. 124;

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, mandar encaminhar o presente processo à alta deliberação do Sr. Ministro do Trabalho.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Morcira de Azevedo*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Recurso n. 1.741-36 — Vistos e relatados os autos do presente recurso, em que são partes como embargante — o Dr. Ewaldo Rebouças de Carvalho, e, embargada — a 1ª Câmara deste Conselho, que, por acórdão de 14 de dezembro de 1936, publicado no *Diário Oficial* de 20 de janeiro de 1937, ratificou a reintegração do embargante na Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Leopoldina Railway, paga a diferença de vencimentos a que tinha direito:

Considerando que, apesar da decisão acima proferida, o recorrente entende que não está plenamente reintegrado nas funções que antes exercia e, conforme se verifica à fls. 86/87, opôs embargos àquela decisão;

Considerando, *de meritis*, que os embargos articulam matéria que bem merece o exame novo do caso por este Conselho, pois, com efeito, desempenhava o recorrente o lugar de diretor-clínico da caixa, de cujas atribuições fazia parte a de superintender os serviços da farmácia, com a gratificação mensal de 500\$000, na forma do disposto no art. 62 do Regimento Interno;

Considerando que pelos acórdãos de 28 de dezembro de 1933 e 6 de setembro de 1934, processo n. 10.274-33, foi suprimido o cargo de superintendente da farmácia e, assim, quando determinou este Conselho a reintegração do recorrente em seu cargo não poderia, sob pena de evidente contradição, ordenar a reintegração em ambos os postos de diretor-clínico e superintendente da farmácia, cargo já então inexistente;

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, receber, em parte, os embargos para serem pagos ao recorrente os vencimentos relativos ao tempo em que esteve afastado das funções de diretor-clínico e as gratificações, que lhe cabiam pelo exercício efetivo do lugar de superintendente de farmácia até à data em que deixou, de fato, essas funções, rejeitando-se os embargos quanto à restante matéria articulada.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Oscar Saraiva*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Processo S.G.P. 12-36 — Vistos e relatados os autos do processo relativo às "Instruções para o recolhimento de contribuições e sua demonstração discriminativa":

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, recomendar às Caixas e Institutos de Aposentadoria e Pensões que providenciem sobre a impressão dos novos formulários para recolhimento de contribuições, dispensadas as quartas e quintas vias, que eram destinadas ao Banco do Brasil, as quais serão substituídas pelos impressos adotados nesse banco, cujo preenchimento se fará na ocasião dos recolhimentos; devendo as despesas decorrentes da confecção dos referidos formulários correr por conta das respectivas Caixas e Institutos.

Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Alvaro Correia da Silva*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Rec. 2.473-37 — Vistos e relatados os autos do presente recurso, interposto por Abílio Minucci Teixeira, funcionário da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Central do Brasil, da decisão da respectiva Junta Administrativa que, quando das recentes promoções feitas no quadro do seu pessoal, não deu a devida observação aos dispositivos do regimento-padrão por este Conselho;

Considerando que, organizada pelo presidente da Caixa a lista dos funcionários a serem promovidos, indicou o mesmo presidente o Sr. Abílio Minucci Teixeira por merecimento, porque vinha ele exercendo o cargo de chefe de seção, com proveito para a administração, como atestam os chefes de serviço (fls. 9);

Considerando, porém, que a Junta da Caixa examinando os documentos que o secretário lhe forneceu e as fés de ofício de todos os funcionários, resolveu promover à classe imediata a funcionária Amélia Muller dos Reis Barbosa, por verificar que a mesma possuía maior merecimento do que o recorrente;

Considerando que, conforme se apura nos autos cotejando os diversos termos e principalmente a ata de fls. 14 e a declaração categorica de fls. 22, não houve desrespeito ao direito do recorrente, que embora seja um funcionário digno e merecedor, todavia foi considerado pela Junta da Caixa em condições de merecimento inferior a sua colega promovida;

Considerando, pois, que este Conselho não tem motivo para desairar e decidir pela Junta, porque o seu ato de conciliação só se justifica quando haja preterição de direito de alguém ou inobservância de dispositivos regulamentares;

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, negar provimento ao recurso, para confirmar o ato da Junta

Rio de Janeiro, 23 de junho de 1938 — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Augusto Paranhos Fontenele*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Proc. n. 751-36 — Vistos e relatados os autos do presente processo em que a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro opôs embargos à decisão da Segunda Câmara que determinou a reintegração do ferroviário Graciano Silva Lisboa no serviço da embarcante;

Considerando que a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro oferece embargos à decisão da Segunda Câmara, que, por Acórdão de 19 de julho de 197 condenou a embarcante a reintegrar o ferroviário Graciano Silva Lisboa, com as vantagens legais;

Considerando que as razões de embargos se fundam no fato de não ter sido facultado à embarcante, de acordo com a jurisprudência deste Conselho, o direito de, embora reintegrando o empregado, promover contra este o competente inquérito administrativo para provar falta grave pelo mesmo praticada no exercício de suas funções;

Considerando que, embora sejam procedentes os argumentos da embarcante, para o fim a que se destinam, todavia não pôde ficar ela isenta da responsabilidade de reintegrar o empregado, com ressarcimento dos danos causados, pela inobservância da lei então vigente (Lei n. 5.109, de 1926), demitindo o referido empregado sem respeito ao direito deste último;

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, receber os embargos, para modificar, em parte, a decisão da Segunda Câmara, de forma que, reintegrando o empregado e indenizando-o com o pagamento dos vencimentos relativos ao tempo em que esteve ilegalmente afastado do serviço, possa a embarcante — Companhia Mogiana — instaurar um inquérito administrativo, dentro do prazo legal, que prove a falta grave de seu empregado.

Rio de Janeiro, 5 de maio de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Costa Miranda*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral. Processo n. 1.397-36 — Vistos e relatados os autos do presente processo em que o 6º embarcante: Guilherme José de Araújo Nabuco; e embarcada, a Estrada de Ferro Central do Brasil;

Considerando que a Terceira Câmara, por Acórdão de 9 de novembro de 1937 — publicado no "Diário Oficial" de 17 de dezembro seguinte — julgou improcedente a reclamação oferecida pelo ferroviário Guilherme José de Araújo Nabuco contra sua demissão do serviço da Estrada de Ferro Central do Brasil; fato ocorrido em abril de 1927, atendendo a que quando foi apresentada dita reclamação perante este Conselho, em fevereiro de 1936, já estava preterido qualquer direito do suplicante, "ex-vi" do art. 178, § 10, n. VI, do Código Civil, visto se tratar de estrada de ferro da União;

Considerando que com essa decisão não se conforma o reclamante e vem a este Conselho Pleno, em grau de embargos, estribado no § 4.º do art. 4.º do Regulamento anexo ao decreto n. 24.784, de 1934;

Considerando que os embargos de fls. 31 foram oferecidos dentro do prazo legal e discutem matéria de direito;

Considerando, porém, que os argumentos aduzidos pelo embarcante não são de molde a modificar a decisão embargada, que decidiu a espécie de perfeito acordo com a lei aplicável a jurisprudência pacífica deste Conselho;

Considerando, assim, que, pela sua improcedência, devem ser desprezadas as razões de fls. 31;

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, desprezar os embargos e manter a decisão embargada.

Rio de Janeiro, 5 de maio de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Costa Miranda*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Processo n. 355-36 — Vistos e relatados os autos do presente processo que trata do dissídio verificado entre o "sindicato dos Operários da Viação Férrea do Rio Grande do Sul" e a Direção da mesma "Viação Férrea";

Considerando que a Inspeção Regional deste Ministério submeteu o assunto ao Sr. ministro do Trabalho, havendo S. Ex. encaminhado o processo à apreciação deste Conselho;

Considerando que o Dr. Procurador Geral, funcionando, esclarece em o parecer de fls. 265 verso:

"O objeto da reclamação de que se ocupa este processo não pôde ter solução neste Conselho, porque ao Departamento Nacional do Trabalho é que cabe ação nos sindicatos de classes. No processo, no entanto, verifica-se que não mais tem objetivo a reclamação, não só porque a empresa, a fls. 253, nega a existência de qualquer campanha contra o sindicato, como porque a reclamação data de setembro e outubro de 1935, e, no entanto, o Sindicato desinteressou-se completamente do processo, não respondendo sequer aos ofícios do E. Conselho, constando até a fls. 259, em nota do serviço postal, que o sindicato foi extinto.

Toda a questão que deu origem à primeira reclamação foi a intervenção do sindicato em assunto de política local.

A vista de tais declarações, penso que não cabe mais qualquer providência no caso, devendo assim ser arquivado o processo, oficiando-se ao Sr. ministro";

Considerando, em face do exposto, que nenhuma providência mais cabe seja tomada na hipótese;

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, pelos fundamentos do parecer da Procuradoria Geral, determinar o arquivamento do processo oficiando nesse sentido ao Sr. Ministro do Trabalho.

Rio de Janeiro, 2 de junho de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Gualter José Ferreira*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Proc. 952-38 — Vistos e relatados os autos do presente processo, em que a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da São Paulo Railway encaminha requerimento do Dr. Fernando de Brito Pereira, médico dessa Caixa, sobre opção de cargos, em face do decreto-lei n. 24, de 29 de novembro de 1937;

Considerando que, em virtude de haver o Dr. Fernando de Brito Pereira optado pelo cargo estadual, nenhum direito a vantagem terá mais da Caixa;

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, mandar arquivar o presente processo.

Rio de Janeiro, 2 de junho de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Costa Miranda*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Proc. 843-36 — Vistos e relatados os autos do presente processo em que o Sr. ministro do Trabalho, Indústria e Comércio submete a este Conselho o memorial dirigido ao Sr. Presidente da República pelo ferroviário Antônio Batista de Carvalho protestando contra injustiças e perseguições de que se diz vítima, como funcionário da Estrada de Ferro Central do Brasil;

Considerando que as reclamações constantes do memorial dizem respeito a questões internas da administração da Estrada, falecendo portanto a este Conselho competência para delas conhecer;

Considerando, outrossim, que, além de serem as ditas reclamações de natureza acima indicada, carece ainda de fundamento, conforme está perfeitamente esclarecido em ofício da Estrada, a folhas 13-20;

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, não conhecer do assunto, oficiando-se a respeito ao Sr. ministro.

Rio de Janeiro, 19 de maio de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Eduardo Vasconcellos Pederneiras*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Proc. 197-33 — Vistos e relatados os autos do processo em que a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Companhia Mogiana solicita a este Conselho o reforço de 200.000\$000 para o capital de sua Carteira de Empréstimos;

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, de acordo com a informação da Contadoria e parecer da Procuradoria Geral, preliminarmente, mandar oficiar à Caixa, afim de que presta esclarecimentos sobre a informação de fls. 47, da Contadoria.

Rio de Janeiro, 2 de julho de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Americo Ludolf*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Proc. 1.192-36 — Vistos e relatados os autos do presente processo, em que o inspetor chefe Henrique Eboli e o inspetor de providência Manuel Vidal Barbosa Lage representam a este Conselho a propósito do memorial dirigido ao Sr. Presidente da República pela União dos Mineiros do Morro Velho e Classes Conexas, por intermédio do seu presidente, Gilberto Branco, o qual faz graves acusações, não só áqueles inspetores, mas também aos funcionários deste Conselho, afirmando terem sido subornados afim de protelarem a fundação da Caixa de Aposentadoria e Pensões de Serviços de Mineração, em Morro Velho, acusação essa endossada pelo então inspetor de providência Francisco Pedro Dias Pereira, ora exonerado do cargo por abandono de emprego;

Considerando que este Conselho, por acórdão de fls. 18-19, proferido em sessão plena de 31 de março último, resolveu, em face dos seus considerandos, mandar apurar a responsabilidade criminal dos denunciadores, arquivando-se, em seguida o presente processo;

Considerando, porém, que, encaminhado, para as devidas providências, ao Sr. inspetor chefe do Serviço de Inspeção da Secretaria deste Conselho, informou este que os denunciadores Gilberto Branco e Francisco Pedro Dias Pereira se acham em lugar ignorado, tendo sido o primeiro demitido da empresa como comunista e o segundo exonerado de suas funções por abandono de emprego, perdendo, assim, o inquérito policial o seu objetivo;

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, julgar prejudicado o andamento do presente processo e determinar o seu arquivamento.

Rio de Janeiro, 7 de julho de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Gudiler José Ferreira*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador.

Processo n. 1.482-28 — Vistos e relatados os presentes autos, em que o Sindicato dos Operários de Matias Barbosa e Fazendas do Município reclama contra as horas de trabalho dos seus associados:

Considerando que o objeto da presente reclamação é da competência do Departamento Nacional do Trabalho, escapando, portanto, a este Conselho qualquer decisão no presente caso;

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, mandar remeter o presente processo àquele Departamento.

Rio de Janeiro, 2 de junho de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Gudiler José Ferreira*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador.

Processo n. 2.713-38 — Vistos e relatados os autos do processo em que a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Petrópolis-Terezina submete à apreciação deste Conselho a resolução de sua Junta Administrativa que, por unanimidade de votos, determinou que as compras de medicamentos para a sua farmácia, efetuadas em laboratórios de especialidades farmacêuticas e de valor superior a 1:000\$ (um conto de réis), serão isentas de concorrência;

Considerando que o assunto é de mera administração das caixas;

Considerando, porém, que, não havendo nenhuma disposição legal sobre a espécie, por se tratar de serviços farmacêuticos, poder-se-ia, enquanto não há legislação especial, assemelhar-se a hipótese prevista no art. 4º do decreto n. 22.016, de 26 de outubro de 1932, com a diferença de que a concorrência será feita entre farmácias e drogarias ou fábricas de material farmacêutico;

Considerando, por último, que a decisão da Junta seria razoável se fosse no sentido de dispensar a concorrência, quando as compras não excedessem de 1:000\$000 (um conto de réis) —, ao contrário das que, excedendo esse limite, exigem, sempre, a concorrência, por ser esta a melhor maneira de escolher vantajosamente os melhores artigos pelo melhor preço;

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, indeferir o pedido da caixa, de acordo com o parecer da Procuradoria Geral.

Rio de Janeiro, 9 de junho de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Americo Ludolf*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador.

Processo n. 3.936-38 — Vistos e relatados os autos do presente processo, em que o Departamento Nacional do Trabalho encaminha uma consulta que lhe foi dirigida pelo Banco do Brasil sobre a dupla qualidade de bancário e comerciário do engenheiro-auxiliar, Dr. Caio Pedro Moacir;

Considerando que a consulta em causa não foi ouvida pelo senhor Ministro do Trabalho, logo não cabe a este Conselho informar ao consulente, *ex-vi* do art. 12, § 1º do decreto n. 24.781, de 14 julho de 1934;

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, não tomar conhecimento da presente consulta.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *José Salgado Scarpa*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador.

Processo n. 3.923-38 — Vistos e relatados os autos do presente processo, em que a Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Serviços Urbanos por Concessão, em Salvador pleiteia, para fins de aposentadoria, que o tempo de serviço pres-

tado nas funções de membros das juntas administrativas das caixas, inclusive como presidente, seja contado em dobro;

Considerando que, apesar da benevolência que se deve ter para com os componentes da Junta Administrativa, o alvitre apresentado é inaceitável; porque

Considerando que o tempo de serviço que se conta para efeito de aposentadoria e pensões é, apenas, efetivo (art. 28 do decreto n. 20.465) não sendo, assim, possível que se abra uma exceção para os membros da Junta;

Considerando mais que não há hipótese alguma em que se conte tempo de serviço em dobro nas caixas, porque a base de cálculo deve ser o valor da contribuição e não tempo de serviço apenas;

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, recusar em absoluto a sugestão apresentada pela caixa.

Rio de Janeiro, 23 de junho de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Augusto Paranhos Fontencelle*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador.

Processo n. 4.282-36 — Vistos e relatados os autos do presente processo em que são partes: a "Companhia Força e Luz Santa Cruz", como embargante, e Antônio de Carvalho, como embargado;

Considerando que por acórdão de 25 de agosto de 1937, resolveu a Segunda Câmara julgar procedente a reclamação de Antônio de Carvalho, para que o mesmo fosse reintegrado no serviço da "Companhia Força e Luz Santa Cruz", visto como a demissão se deu com infração de art. 53 do decreto n. 20.465, de 1 de outubro de 1931;

Considerando que com essa decisão não se conforma aquela Companhia e oferece, dentro do prazo legal, os embargos de folhas 39;

Considerando que, como salienta a Procuradoria Geral, à fls. 51, os embargos são manifestamente carceadores de fundamento, porque a embargante alega apenas que o seu empregado não possuía carteira profissional, e, assim, não podia reclamar reintegração no serviço, uma vez que essa carteira só lhe foi fornecida depois da dispensa, não tendo sido portanto respeitado o art. 25 do decreto n. 20.035, de 1932;

Considerando que o equívoco da embargante é patente, porquanto a espécie é regulada pelos decretos ns. 20.465, de 1931 e 21.681, de 1932, e não pelo decreto invocado;

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, desprezar os embargos e confirmar a decisão da Segunda Câmara.

Rio de Janeiro, 26 de maio de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Arthur Bastos*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador.

Processo n. 4.359-33 — Vistos e relatados os autos do presente processo, encaminhado a este Conselho pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, relativo ao pedido de transferência de reserva técnica feito pelo seu ex-associado Romeu Bonelli para a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Trabalhadores em Tapiches e Armazens;

Considerando que o Sr. Atuário, assistente do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, em comissão no Instituto dos Bancários, apresenta um método para o cálculo da importância a ser transferida desse Instituto para outro, afim de dar cumprimento ao que dispõe o art. 61 do Regulamento aprovado pelo decreto n. 54, de 1 de setembro de 1934;

Considerando que esse método, (parecer de fls. 10 a 13), apresenta uma solução interessante e perfeitamente aceitável pela sua simplicidade;

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, aprovar o critério exposto no parecer de fls. 10/13, ciente o Instituto dos Bancários.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Alvaro Correia da Silva*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador.

Processo n. 5.534-38 — Vistos e relatados os autos do recurso interposto pela Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Rede de Viação Cearense contra a decisão proferida por este Conselho, em acórdão de 23 de dezembro de 1937, que manteve o coeficiente de 70 % (setenta por cento) para as aposentadorias a vigorar no triênio de 1938 a 1940;

Considerando que este Conselho, ao se pronunciar sobre pedido idêntico da Caixa, solicitando a adoção do coeficiente de 80 % (oitenta por cento) para o triênio de 1935-1937, fixou em 70 % (setenta por cento) o valor provisório do coeficiente de aposentadorias;

Considerando, ademais, que o "deficit" técnico parcial verificado se eleva a mais de 2.000 contos;

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, de acordo com a informação do Serviço Técnico Atuarial e parecer da Procuradoria Geral, negar provimento ao recurso em apreço.

Rio de Janeiro, 7 de julho de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Arthur Bastos*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador.

Proc. 5.171-37 — Vistos e relatados os autos deste processo em que o embargante, o Lloyd Brasileiro e, embargado, Juvenal Abbadia:

Considerando que a Primeira Câmara, em sessão de 25 de outubro de 1937, tendo em vista o inquérito administrativo instaurado pelo Lloyd Brasileiro contra o seu empregado Juvenal Abbadia, acusado da prática de falta grave capitulada na letra "g" do art. 90 do decreto n. 22.872 de 1933, resolveu não conhecer do mesmo processo, visto não ter ficado provado houvesse o acusado cometido falta grave prevista em lei;

Considerando que a esse acórdão — cuja publicação no "Diário Oficial" se deu em 7 de janeiro do corrente ano — opõe a referida Empresa os embargos de fls. 171;

Considerando que ditos embargos foram interpostos dentro do prazo legal e estão devidamente contestados pelo embargado;

Considerando, de meritis, que a embargante nenhum argumento novo traz que permita a modificação da jurídica decisão da Primeira Câmara;

Considerando, outrossim, que a Procuradoria Geral, em seu parecer, acentua a manifesta improcedência dos embargos;

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, confirmando o acórdão da Primeira Câmara, desprezar, por irrelevantes, os embargos opostos pelo Lloyd Brasileiro, e determinar a reintegração do embargado, com o ressarcimento dos danos causados.

Rio de Janeiro, 23 de junho de 1938. — *Francisco Barbosa de Resende*, presidente. — *Americo Ludolf*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Resende Alvim*, procurador geral.

Proc. 5.130-38 — Vistos e relatados os autos do presente processo, em que o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes pede o pronunciamento deste Conselho sobre a adoção de determinadas normas na hipótese de devolução de documentos que ainda estejam instruindo processos em andamento;

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, mandar informar o Instituto que nenhum inconveniente existe na adoção das normas propostas, em face das formalidades que serão observadas nos traslados dos documentos resoluções.

Rio de Janeiro, 9 de junho de 1938. — *Francisco Barbosa de Resende*, presidente. — *Americo Ludolf*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Resende Alvim*, procurador geral.

Proc. 5.831-38 — Vistos e relatados os autos do presente processo, em que o Sindicato dos Mineiros de Morro Velho e Classes Conexas, tendo em vista a situação de dois funcionários contratados desse sindicato, consulta a este Conselho a que Instituto ou Caixa devem pertencer tais empregados;

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, mandar responder ao sindicato consultante que, de acordo com a decisão do Sr. ministro do Trabalho, este Conselho já resolveu que os empregados em atividade em tais órgãos de classe, podem contribuir para a Caixa de Aposentadoria e Pensões da Empresa respectiva.

Rio de Janeiro, 23 de junho de 1938. — *Francisco Barbosa de Resende*, presidente. — *Americo Ludolf*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Resende Alvim*, procurador geral.

Proc. 5.417-32 — Vistos e relatados os autos do processo relativo à denúncia apresentada pelo jornal "Dia e Noite", de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, contra o procedimento da Empresa Sul-Brasileira de Eletricidade S. A. que vem contribuindo com a percentagem de 1 1/2 % sobre a sua renda bruta;

Considerando que o decreto-lei n. 159 de 31 de dezembro de 1935, determina que os empregadores são obrigados a contribuir para as respectivas Caixas de Aposentadoria e Pensões com importância igual à contribuição dos empregados;

Considerando que, no exercício de 1936, os empregados da referida Empresa contribuíram com 22:998\$200, devendo, pois, essa Empresa ter entrado com importância igual àquela qualia e, não, continuar cobrando do público 1 1/2 % a mais, pela "quota de previdência";

Considerando, mais, que, tendo se verificado os aumentos suplementares de 22:087\$400 e 37:313\$100, respectivamente, nos exercícios de 1936 e 1937, e relativos ao aumento de 1 1/2 %, a Empresa em questão devia ter recolhido tais excessos ao Banco do Brasil, em conta do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, de acordo com o Decreto-lei n. 159, citado;

Resolveram os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, determinar a suspensão imediata da taxa de 1 1/2 % (um e meio por cento) — suplementar, devendo vigorar somente a de 2 % (dois por cento), sobre as tarifas, de acordo com o art. 85, do decreto n. 20.465, de 1 de outubro de 1931.

Resolvem, outrossim, identificar a Empresa de que deve dar cumprimento ao Decreto-lei n. 159, contribuindo com a sua parte, igual à de seus empregados.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 1938. — *Francisco Barbosa de Resende*, presidente. — *Humberto Smith de Vasconcelos*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Resende Alvim*, procurador geral.

Proc. n. 5.191-38 — Vistos e relatados os autos do presente processo, em que o Inspetor de previdência Osvaldo Lobrão dos Santos submete ao pronunciamento deste Conselho o formulário ado-

tado pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários para os laudos médicos relativos à admissão de novos associados.

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, adiar o julgamento do presente processo, afim de ser informado, pelo Instituto, se o laudo de inspeção de saúde (modelo de fls 4 e 5) foi aprovado por este Conselho.

Rio de Janeiro, 23 de junho de 1938. — *Francisco Barbosa de Resende*, presidente. — *Alvaro Corrêa da Silva*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Resende Alvim*, procurador geral.

Proc. n. 6.303-38 — Vistos e relatados os autos do processo em que o Inspetor de previdência Osvaldo Lobrão dos Santos submete à apreciação deste Conselho o relatório de inspeção e tomada de contas, do exercício de 1936, procedidas na Caixa de Aposentadoria e Pensões da Inspetoria de Aguas e Esgotos do Distrito Federal;

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, aprovar o relatório apresentado, com exceção da recomendação Segunda, uma vez que os benefícios precípuos das Caixas — pensões e aposentadorias — são concedidos independentemente de inscrição, providenciado o recebimento de 1.013:405\$100 (um mil, treze contos, quatrocentos e cinco mil e cem), débito da respectiva empresa para com a Caixa.

Rio de Janeiro, 7 de julho de 1938. — *Francisco Barbosa de Resende*, presidente. — *Americo Ludolf*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Resende Alvim*, procurador geral.

Proc. 7.608-37 — Vistos e relatados estes autos, em que a Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Petrolina-Teresina recorre para este Conselho da própria resolução contrária ao ato da Estrada de Ferro Petrolina-Teresina, que não fez incidir na diferença de vencimentos dos seus funcionários (art. 3º das Disposições Transitórias da lei n. 284 de 28 de outubro de 1936) o desconto das contribuições previstas no artigo 8º, letras "a" e "b" do decreto n. 20.465 de 1 de outubro de 1931;

Considerando que, por acórdão de 9 de novembro de 1937, publicado no "Diário Oficial" de 5 de maio de 1938, a 3ª Câmara determinou que, apesar de ter sido autuado como recurso, o presente processo fosse encaminhado ao Conselho Pleno, por se tratar de matéria a ser apreciada como consulta, mediante nova autuação pela Secretaria;

Considerando que, assim, a decisão do acórdão de fls. 11 foi cumprida;

Considerando que, em face do texto claro expresso no art. 2º do decreto n. 20.465, é de se reconhecer a legitimidade do ato da Caixa que reclama o pagamento das contribuições devidas pois que, em contrário, futuramente, prejuízos e onus virão para a Caixa;

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, aprovar o ato da Caixa, ficando a Empresa obrigada a recolher a importância dos aumentos de vencimentos, na forma da lei.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 1938. — *Francisco Barbosa de Resende*, presidente. — *Artur Bastos*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Resende Alvim*, procurador geral.

Proc. 7.213-38 — Vistos e relatados os autos do presente processo, em que a Caixa de Aposentadoria e Pensões de Serviços Urbanos por concessão, em Ribeirão Preto, submete à aprovação deste Conselho o projeto do seu Regimento Interno;

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, determinar seja enviada à Caixa cópia do Regimento Padrão e do acórdão que o aprovou, arquivando-se o presente processo.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 1938. — *Francisco Barbosa de Resende*, presidente. — *Luiz de Paula Lopes*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Resende Alvim*, procurador geral.

Proc. 8.116-38 — Vistos e relatados os autos do processo em que a Caixa de Aposentadoria e Pensões de Serviços Públicos Urbanos, em Aracaju, traz ao conhecimento deste Conselho que a Delegacia Fiscal daquela cidade se recusa, em virtude de não ter mais a necessária autorização, receber das empresas vinculadas à mesma Caixa o produto da taxa de 3% sobre a "quota de previdência";

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, solicitar ao Sr. diretor geral da Fazenda Nacional a sua autorização, afim de que a referida Delegacia receba, conforme dispõe o art. 14, do decreto n. 20.465, de 1 de outubro de 1931, o produto da taxa de 3% sobre a "quota de previdência", cientificando-se a Caixa em apreço sobre o assunto.

Rio de Janeiro, 7 de julho de 1938. — *Francisco Barbosa de Resende*, presidente. — *Eduardo V. Pederneiras*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Resende Alvim*, procurador geral.

Processo n. 8.515-37 — Vistos e relatados os autos do presente processo, em que a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Serviços de Mineração em Tubarão remete, para a devida apreciação deste Conselho, um formulário que está usando para inscrição dos seus associados;

Considerando que o assunto dos presentes autos já foi objeto de instruções, que fez baixar este Conselho, para regulamentação do art. 42, do decreto n. 20.465, de 1 de outubro de 1931;

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, mandar responder à Caixa que observe as instruções expedidas em 23 de setembro de 1937.

Rio de Janeiro, 2 de junho de 1938. — *Francisco Barbosa de Resende*, presidente. — *Gualter José Ferreira*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Processo n. 9.965-36 — Vistos e relatados os autos do presente processo, em que o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos marítimos encaminha a representação que lhe foi dirigida pelo "Sindicato dos Pilotos e Capitães da Marinha Mercante" pedindo o pronunciamento deste Conselho relativamente à disposição contida na alínea "c", art. 333, do Regulamento das Capitâneas dos Portos (Decreto n. 330-A, de 3 de julho de 1935, publicado no "Diário Oficial", de 16 de junho de 1936);

Considerando que o assunto da representação da fls. 3, não é de se tomar conhecimento, porque a modificação do decreto número 220-A, de 3 de julho de 1935, depende de lei;

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, mandar responder que a presente reclamação escapa à competência deste Conselho.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 1938. — *Francisco Barbosa de Resende*, presidente. — *Moreira de Azevedo*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Proc. 10.791-34 — Vistos e relatados os autos do processo em que a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários de Ilhéus à Conquista solicita a este Conselho o reforço de 50:000\$000 (cincoenta contos de réis) para o capital de sua Carteira de Empréstimos, comunicando que parte dessa importância se destina a regularizar a situação daquela seção, cujo "Fundo de Reserva" não está integralizado nem transferidos à Caixa os "Juros sobre Fundo Autorizado";

Considerando que, pelo balanço das contas do Razão da Carteira de Empréstimos, em 31 de janeiro último, se verifica constar a importância de 47:619\$359 (quarenta e sete contos, seiscentos e quarenta e nove, trezentos e cinquenta e nove réis), como "Fundo de Reserva", quando o mesmo deveria ser de 20:000\$000 (vinte contos de réis) ou seja, 10 % (dez por cento) do capital autorizado;

Considerando que a Carteira em apreço, ainda, não transferiu à Caixa a importância correspondente aos "Juros sobre Fundo Autorizado", do exercício de 1937;

Considerando, finalmente, que este Conselho, no processo número 12.175-37, ordenou à Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Sorocabana que aguardasse as novas instruções a serem expedidas;

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, determinar à Caixa:

a) que o excesso do "Fundo de Reserva" poderá ser, segundo decisão proferida em 2 de fevereiro último, aplicado no movimento do capital da própria Carteira ou em títulos da dívida pública federal, devendo ser comunicado a este Conselho sobre qual dessas aplicações convém mais aos interesses dos associados;

b) que deverá ir amortizando os juros devidos à Caixa, utilizando-se, para tal fim, das disponibilidades em Banco;

c) que aguarde a expedição das novas instruções referentes à reforma do Regulamento aprovado pelo decreto n. 21.763, de 24 de agosto de 1932.

Rio de Janeiro, 7 de julho de 1938. — *Francisco Barbosa de Resende*, presidente. — *Gualter José Ferreira*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Proc. 11.147-34 — Vistos e relatados os autos do processo em que a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Great Western tráz ao conhecimento deste Conselho que, por motivos de ordem financeira e atendendo às reclamações dos associados, resolveu receber, em parcelas mensais de 10:000\$000 (dez contos de réis), as importâncias destinadas à constituição do "Fundo de Reserva" de sua Carteira de Empréstimos;

Considerando que o "Fundo de Reserva" em apreço, atinge, aproximadamente, a 136:000\$000 (cento e trinta e seis contos de réis);

Considerando que o capital da Carteira de Empréstimos é de 800:000\$000 (oitozentos contos de réis);

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, determinar à Caixa de que o art. 23 do decreto n. 21.763, de 1937, estabelece para o "Fundo de Reserva" o limite de 10 % (dez por cento) do capital autorizado e o excesso verificado naquela conta poderá ser, conforme jurisprudência firmada por este Conselho, aplicado em novos empréstimos ou na aquisição de títulos da Dívida Pública, devendo a Caixa, porém, dar conhecimento a este Conselho de sua opção.

Resolvem, outrossim, recomendar à Caixa que observe a circular deste Conselho, sob o n. C-2.200-37 (item 1º), relativamente à remessa dos balancetes das contas do Razão de sua Carteira de Empréstimos.

Rio de Janeiro, 7 de julho de 1938. — *Francisco Barbosa de Resende*, presidente. — *Gualter J. Ferreira*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Proc. 12.946-36 — Vistos e relatados os autos do processo em que a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Noroeste do Brasil solicita a este Conselho autorização para transferir 5:000\$000 (cinco contos de réis) da verba "Aposentadorias por Invalidez" para "Pensões", do seu orçamento para 1937, em virtude de não apresentado naquela e insuficiência nela;

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, autorizar a transferência solicitada.

Rio de Janeiro, 7 de julho de 1938. — *Francisco Barbosa de Resende*, presidente. — *Humberto Smith de Vasconcelos*, relator.

Proc. 12.699-88 — Vistos e relatados os autos do presente processo em que é embargante: a Companhia Paulista de Estradas de Ferro; e embargado, o ferroviário Raimundo Lopes de Camargo;

A Companhia Paulista de Estradas de Ferro interpõe embargos, à decisão da Segunda Câmara de 5 de outubro de 1935 (publicada no "Diário Oficial" de 26 de novembro do mesmo ano), que lhe negou autorização para dispensar Raimundo Lopes de Camargo, acusado de abandono do serviço sem causa justificada, falta grave, prevista na letra "f", do art. 54, do decreto n. 20.465, de 1 de outubro de 1931.

Os embargos foram oferecidos dentro do prazo legal (§ 9º do art. 4º do regulamento anexo ao decreto n. 24.781, de 1934, e estão acompanhados de documentos novos: um exemplar autenticado do "Regulamento e Instruções para os empregados do Tráfego" e um certificado do Dr. Sílvio Ribeiro, médico da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Empregados da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, respondendo pelo consultório de Jaboticabal. O primeiro faz prova de que o art. 3º estatue que "nenhuma ausência será permitida sem autorização ou causa justificada", notando-se que, "ex-vi" do § 1º, as licenças em geral "serão previamente pedidas por intermédio do chefe de Estação que informará ao chefe do Tráfego, se o interessado a merece e qual o tempo decorrido da última concessão" e, oriundas de enfermidade, "taxativamente necessitarão do respectivo atestado médico" (pág. 14 do doc. de fls. 89). O segundo torna público que, "no período de 9 de julho a 21 de setembro de 1933, não recebi chamado para atender ao Sr. Raimundo Lopes de Camargo ou pessoa de sua família e nem receitei para os mesmos em meu consultório médico, por não ter sido procurado para tal fim" (fls. 88).

Inspirou a decisão da Egrégia Segunda Câmara, conforme se depreende do acordão de fls. 81 a declaração de Raimundo Lopes de Camargo de que, ciente, por telegrama, achar-se enferma pessoa da família, inspirando sérios cuidados, obteve do "Dr. Elaudi, superintendente da 3ª Divisão, licença para se ausentar do serviço, isso em 9 de julho de 1933", (fls. 78), o que a levou naturalmente a concluir que não tinha havido abandono "e sim, falta com motivo justificado" (fls. 80).

Assim, deve ser observado, mencionado apenas a título de esclarecimento, não só que a declaração é alegada e não provada, ocorrendo até a circunstância de que coube ao Dr. Jaime Blandi exercer a presidência da Comissão de Inquérito, como também que, afastando-se do serviço a 9 de julho, amparado "em licença por prazo indeterminado", segundo a afirmação constante das razões que apresentou a 22 de fevereiro de 1934 (fls. 73, verso), Raimundo Lopes de Camargo não mais retornou à atividade, embora notificado por diversas vezes da situação irregular em que se colocava (fls. 10, 13 e 16), inclusive a 14 de setembro, quando recebeu, juntamente com passe livre para viajar de Jaboticabal a Debedouro, isto é, transportar-se do ponto de residência para o local de trabalho, onde funcionava há mais de quatro anos, exatamente para reassumir as suas atribuições, a comunicação de que se não comparecesse até o dia 20, improrrogavelmente, ficaria sujeito a "processo por abandono de emprego".

Ora, os documentos novos, oferecidos pela embargante, destróem, não há negar, a declaração de Raimundo Lopes de Camargo, declaração alegada e não provada, isso porque evidenciam:

a) que não há na referida ferro-via "licença por tempo indeterminado";

b) que não compete aos superintendentes de Divisão conceder licença;

c) que as licenças em geral são previamente pedidas por intermédio do chefe de Estação e concedidas pelo chefe do Tráfego;

d) que as licenças por motivo de enfermidade necessitam do respectivo atestado médico;

e) que o princípio vigorante na letra disciplinar, art. 5º, do citado "Regulamento e Instruções para os Empregados da Divisão do Tráfego", e Raimundo Lopes de Camargo a ela pertencia como feitor de lenheiro, é de que a ausência, sem licença ou causa justificada, equivale ao desligamento automático, reservando-se ainda a empresa o direito de promover a responsabilidade do faltoso perante o juízo competente, fixado em 30 dias, porém, o prazo para as exonerações a pedido;

f) que Raimundo Lopes de Camargo, residindo em Jaboticabal, não solicitou para si ou pessoa da família, enquanto durou a ausência, compreendida até a data em que lhe aplicaram a pena de suspensão, assistência do clínico da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Empregados da Companhia Paulista de Estradas de Ferro que responde pelo consultório médico daquela cidade;

g) que a alegação de "licença por prazo indeterminado", além de não dispor de fundamento legal e contrariar declaração interior, não encobre, positivamente, a evidência de falta, sem motivo justificado, por mais de 30 dias.

Isto posto,

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, receber os embargos para reformar a decisão da Segunda Câmara, autorizando a Companhia Paulista de Estradas de Ferro a dispensar Raimundo Lopes de Camargo, por

abandonou do serviço sem causa justificada, falta grave, prevista na letra "f", do art. 54, do decreto n. 20.465, de 1 de outubro de 1931.

Rio de Janeiro, 19 de maio de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Costa Miranda*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Processo n. 13.770/36 — Vistos e relatados os autos do presente processo em que são partes: *Elias Rodrigues Fernandes*, como embargante, e a *Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, Limitada*, como embargada:

Elias Rodrigues Fernandes interpõe embargos à decisão da Egrégia Primeira Câmara de 30 de agosto de 1937, que, à vista dos resultados do inquérito administrativo, desidia habitual no desempenho das respectivas funções, autorizou a "Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, Limitada" a dispensá-lo do serviço.

Alega o suplicante, em as razões de fls. 105, que:

a) a prova de desídia se fez por "ter o recorrente sido acusado de um choque quando na direção de um ônibus da Empresa, processo este que em Juízo Criminal não teve resultados desfavoráveis;

b) um único acidente imputado ao recorrente exclue a arguida habitualidade porque o vocábulo legal tem significação de continuidade, e não de caso isolado;

c) não é procedente o considerando de que tão manifesta seja a culpa do recorrente que a Empresa, sem discussão judicial, indenizou o pretendido prejudicado", porque, declara, "não vemos como um ato de benignidade de terceiro possa importar em prova de habitualidade de culpa que se quer atribuir ao recorrente";

d) "merece análise a pretendida imputação de que a fé de officio do recorrente revela reiteradas faltas no exercício da profissão de motorista", pois, se confrontada com "as folhas dos outros dirigentes de veículos da Companhia", logo se "verificará que a fé de officio do recorrente não é de molde a se tomar o mesmo como empregado desidioso e sujeito à penalidade aplicada";

e) finalmente, que não é admissível a "prova de um inquérito vicioso e feito a gosto da Empresa patronal interessada".

Considerando que a folha de antecedentes do embargante, aludido apenas o período que se estende de 25 de março de 1927 a 21 de março de 1933 (fls. 89 e 90) acusa, entre outras, as seguintes ocorrências: quatro atropelamentos, inclusive um que determinou a morte da vítima; sete abalroamentos; diversos fatos de natureza varia, não faltando um caso de desordem;

Considerando, consequentemente, que a prova da desídia não se fez por "ter o recorrente sido acusado de um choque quando na direção de um ônibus da Empresa", nem emprestou a "um único acidente", conforme se insinua, "a significação de continuidade" que, por sua vez, não avultou porque "a Empresa, sem discussão judicial, indenizou o pretendido prejudicado";

Considerando que a invocada análise, equivalendo ao cotajo de assentamentos, nenhum efeito poderá produzir, atendendo-se a que o onus da comprovação pertence a quem alega que, contraditoriamente, sacrificando qualquer investigação, si contentou desta feita em puramente alegar;

Considerando, enfim, que, segundo documenta o processo, o inquérito administrativo, longe de "vicioso e feito a gosto da Empresa", obedeceu a forma legal, satisfazendo os requisitos e formalidades da portaria de 5 de junho de 1933;

Considerando, ainda, que a douta Procuradoria Geral, apreciando os embargos opina pela sua rejeição, porque não contém documento novo, nem articulam matéria de direito;

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, desprezar os embargos por improcedentes.

Rio de Janeiro, 20 de abril de 1938. — *Luiz Augusto de Rego Monteiro*, vice-presidente no exercício da Presidência. — *Costa Miranda*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Processo n. 16.215-37 — Vistos e relatados os autos deste processo em que são partes: *Antônio João Lopes*, como embargante, e a *Companhia Docas de Santos*, como embargada:

Relatório

Antônio João Lopes apresenta embargos à decisão da Egrégia Primeira Câmara, de 14 de junho de 1937, que, à vista dos resultados do inquérito administrativo, autorizou a *Companhia Docas de Santos* a dispensá-lo por ter praticado falta grave, atos reiterados de indisciplina ou ato grave de insubordinação, letra "e", do art. 54, do decreto n. 20.465, de 1 de outubro de 1931.

É o caso que a 12 de fevereiro de 1937, suspenso que se achava ao serviço, pois agredira na véspera um companheiro *Silvino Silva*, encarregado da escala e ponto do pessoal da turma A de manobras, penetrou no recinto da empresa, cerca de dezoito horas, e, visto na ocasião em que procurava confundir-se com a massa dos vagões de carga que sofriram revisão e conferência, dando a impressão de que estava em atitude de quem espera alguém, foi levado à presença do chefe da seção de Transportes, Sr. *Paulino Pagano*, que, respondendo à pergunta se podia ou não retomar o trabalho, lhe disse que ainda não havia recebido ordem do Sr. Superintendente, mas que

voltasse no dia imediato pela manhã porque iria solicitá-la. *Antônio João Lopes*, "retirou-se resignando" enquanto o ajudante da seção, *Félice José Dalmás* lembrava e insistia na conveniência de requisitar-se um agente para prendê-lo, de vez que o seu procedimento era ameaçador, visando o colega a quem agredira e prometera eliminar.

O Sr. *Paulino Pagano*, buscando aquietar a exaltação, recusou-se a aceitar o alvitre e, deixando a seção, dirigiu-se para o ponto em que supunha encontrar *Antônio João Lopes*. afim de conseguir que se recolhesse à casa com a reiteração da promessa de solicitar ao Sr. Superintendente o consentimento para o retorno ao serviço no dia seguinte, isso ao tempo em que providenciava no sentido de que nada acontecesse a *Silvino Silva*, visto que denunciava temor, visivelmente amedrontado.

Saindo do recinto da empresa pelo portão do Valongo, sempre animado pelo propósito de conciliação, o Sr. *Paulino Pagano*, instantes depois, percorria alguns metros da rua Comendador Neto, quando percebeu que alguém lhe vinha sobre os passos: voltando-se, deparou com *Antônio João Lopes* que, trazendo por baixo do paletó uma arma, o interpelou em altas vozes, repetindo a pergunta se podia ou não retomar o trabalho para acrescentar textualmente que "era o momento de ser resolvido tudo". Insistiu na resposta, renovando-lhe a promessa; nessa ocasião, *Antônio João Lopes*, tirando a arma que trazia sob o paletó, uma garrucha, avançou para o senhor *Paulino Pagano* que, despertado pelo grito de alarme que soltou um passante, enveredou pela porta dos fundos da sede da Companhia União dos Transportes e, atingindo o centro do salão, ouviu o tiro que *Lopes* à queima-capa lhe desferiu pelas costas, sem contudo o ferir. Ato contínuo, *Antônio João Lopes*, ganhando a via pública, perseguido por dois policiais e um agente de serviço na estação da São Paulo Railway, penetrou novamente no recinto da Companhia Docas de Santos e, após atravessar o pátio fronteiro ao edifício, fato que sugeriu "aos mareceiros *Augusto de Lima* e *Manuel Marques Figueira*" a idéia de avisarem *Silvino Silva* que logo "se escondeu no depósito da seção de Transportes"., tem como *Félice José Dalmás* que buscou discretamente acautelar-se não mais, nesse dia, apareceu, sendo quarenta e oito horas à frente delido e conduzido à delegacia regional de Santos que, prestada a fiança, o pôs em liberdade.

É um breve relatório do que consta no processo C.N.T. 5.022-37. Há também o certificado do tempo de serviço, somando em globo 11 anos e sete meses e acusando duas suspensões, uma por embriaguez e outra por briga, ambas perfazendo o total de seis dias úteis; todavia, não escasseia nos depoimentos a declaração de que se trata de "indivíduo trabalhador e ordeiro" ou "homem de bom comportamento, sem outra falta grave além da que é presentemente acusado".

Acompanham os embargos, apresentados no prazo legal, duas certidões, documentos novos. A primeira, concernente à expedição do alvará de soltura, exhibe que, conforme "as decisões do júri de sentença, negando por seis votos a intenção criminosa da parte do réu, absolvo-o, em consequência, da ação crime que lhe foi imputada pela Justiça Pública desta comarca e mando que em seu favor se expeça o competente alvará de soltura, se por tal não estiver preso, dando-se-lhe baixa na culpa, decorrido o prazo legal". Exhibe e consigna: "Custas pela Fazenda do Estado — Sala das Sessões do Júri de Santos, em 16 de outubro de 1937 — O presidente do Tribunal do Júri, *Nelson de Noronha Gustavo*". A segunda, referindo-se aos quesitos propostos ao júri, reproduz o teor em que vasam o primeiro. É: "o réu preso *Antônio João Lopes* — indaga — no dia 12 de fevereiro do corrente ano, cerca das 18 horas, no escritório da Companhia União dos Transportes, sito na rua Comendador Neto, nesta cidade, desfechou um tiro de garrucha contra *Paulino Pagano*?" Firma-as, datadas, respectivamente, de 21 e 26 de outubro de 1937, o serventário vitalício do Cartório Privativo do Crime, Júri e Execuções Criminais da Comarca de Santos, cidadão *Paulo Fernandes de Gascon* (fls. 3-A e 4).

Ademais, o embargante, por seu procurador, bacharel *Antônio Novais Brandão* (fls. 27 do C.N.T. 5.022-37 em apenso) sustenta:

a) preliminarmente que a sua demissão é ilegal porque, "no caso, não cabia inquérito administrativo, porquanto, a ter havido falta grave, esta não ocorreu em serviço, mas depois do expediente e fora dos terrenos da companhia";

b) consequentemente que se deve enquadrar a falta grave que lhe é atribuída na hipótese que prevê o "art. 54, letra g, do decreto n. 20.465, de 1-10-31", a qual reza:

"g) atos lesivos da honra e boa fama, praticados em serviço, contra qualquer pessoa ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa própria ou de outrem";

e) finalmente que "mesmo na hipótese de ser regular o procedimento administrativo — o que se contesta — o recorrente só poderia ser demitido do emprego pelo Conselho Nacional do Trabalho, e, ainda assim, da decisão poderia recorrer para o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, enquanto não fôsse a decisão passada em julgado" e mais que, iniciado o inquérito no dia 1 de março do corrente, até hoje, dia 26 de outubro, portanto sete meses e 26 dias, não teve o recorrente nenhuma comunicação por escrito sobre o resultado do inquérito, quando a lei ordena que o inquérito será processado e concluído, salvo caso de força maior, no prazo de 90 dias" (fls. 2)."

A ilustre Procuradoria, representada pelo ajudante técnico, Dr. Arnaldo Süsskind, apreciando os embargos, considera que a sentença absolutória negou a intenção criminosa, por "não ter havido dolo na tentativa de homicídio", porém não desfez o ato de insubordinação previsto na letra e do art. 54 do decreto n. 20.465, de 1931, e reconhecida pela Egrégia Primeira Câmara, razão por que opina pela rejeição dos embargos, confirmando, assim, a decisão da Egrégia Primeira Câmara, uma vez que está provada a falta grave imputada ao reclamante" (fls. 10).

Logo posto, urge ponderar, embora o saber que possui o digno procurador do embargante, que, sendo a disciplina "o conjunto de leis e regulamentos por que se governam certas entidades coletivas" (Adames de Lima, *Despejada injusta*, pág. 229) ou "a base essencial de toda organização", se quisermos repetir Kauffman (Garnier-Pagès, *Dictionnaire Politique*, pág. 326), segue-se que a relação de dependência entre o chefe e o subordinado, articulando a ordem hierárquica, não se condiciona a divisões de horário nem se circunscreve a condições de área porque é imanente nos atos que a entidade origina ou pratica, guardado o grau de rigidez compatível com a finalidade a que ela se destina. Equivaleria a um contrasenso admitir que um exército se libertasse da sujeição disciplinar nas fases de desarmamento que lograsse obter fora do território do Estado que o armar. Não há, portanto, contrasenso menor a iniciativa de proclamar que um terno de estaladores ou uma turma de operários em construção civil, por exemplo, não a cabe respeitar nas folgas que goza fora da sede do sindicato a que eles pertencem ou fora dos escritórios do empregador que os paga. É tanto assim é que o digno procurador do embargante, chegando a esta altura, preferiu silenciar sobre o texto do acórdão da Egrégia Primeira Câmara e esquecer a letra e do art. 54 do decreto n. 20.465 para ir, mui subtilmente, invocar, agora com entusiasmo, a letra "g". Por que? Porque ela capitula como *falta grave* e se relaciona diretamente com a omissão ou ruptura da disciplina, "os atos lesivos da honra e boa fama praticados em serviço, contra qualquer pessoa ou omissões fáticas, nas mesmas condições, sob o caso de legítima defesa própria ou de outrem", atos pelos quais a lei, dadas as circunstâncias várias que neles porventura intervenham, fixou, expressamente, a limitação "praticados em serviço". Portanto, o legislador, colocando-se à margem da esfera, sobretudo no momento em que "postular a liberdade simples é postular a força" (Francisco Campos, *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, n. 40, pag. XXI) restringir o nexo disciplinar exclusivamente aos atos "praticados em serviço", isto é, "dentro das horas do expediente e no recinto do estabelecimento", certamente usaria ao redigir a letra "e" da locução de que se utilizou ao redigir a letra "g", 12º claro.

Por último, resta a alegada violação das instruções baixadas pela portaria de 5 de junho de 1933. Alegada e não provada. O inquérito administrativo transcorreu com absoluta regularidade; iniciou-se aos "vinte e cinco dias do mês de fevereiro de mil novecentos e trinta e sete, em uma das salas do terceiro andar do edifício do Escritório do Tráfego da Companhia Docas de Santos, à praça Cândido Calfré, em Santos — local designado para se efetuarem os trabalhos do presente inquérito administrativo — "consumiu, satisfatoriamente as formalidades e realizadas as diligências, uma quinzena e meio, terminando "aos vinte e dois dias do mês de março do ano de mil novecentos e trinta e sete" (fls. 4 a 69 do C.N.T. 5.022-37 em anexo). Acobitou "ao primeiro dia do mês de março do ano de mil novecentos e trinta e sete" a assistência do digno procurador do embargante. Lá-se: "Acompanhando o acusado, na qualidade de advogado da defesa, apresentou-se também o Dr. Antônio Novais Brandão, que pediu o prazo de 24 horas para apresentar a necessária procuração, visto não ter podido trazê-la, por motivo de força maior". Não é tudo. O período subsequente esclarece: "Accedendo a esse pedido, o Sr. presidente acrescentou que ficaria sem efeito a alteração do mesmo advogado, neste inquérito, se a dita procuração não fosse entregue dentro do referido prazo" (fls. 20 do citado C.N.T. 5.022-37), o que aconteceu. Portanto, onde o cerceamento da defesa, ignorância do processado ou violação dos prazos? Acertada, pois, a decisão da Companhia Docas de Santos; solicitada a informar as causas da demissão de Antônio João Lopes, contentou-se sobriamente em lembrar, fechando a vaza a dúvidas futuras, "que o interessado foi dispensado dos nossos serviços, em virtude do acórdão proferido em sessão de 14 de junho deste ano, pela Primeira Câmara desse Conselho, nos autos do processo do inquérito administrativo, instaurado por esta companhia" (fls. 7). E a verdade, pura e soberana. Quê, por pormenor ficassem esquecidos. Não lhe cumpria, entretanto, focalizá-lo. Esse, apareceria nitido na consulta ao *Diário Oficial*, órgão que publicou, a 4 de outubro de 1937, o acórdão da Egrégia Primeira Câmara. Onde, portanto, o cerceamento da defesa, ignoância do processado ou violação dos prazos?

Diz:

Considerado que a sanção disciplinar específica é a demissão do empregado, sendo punições mais suaves a repreensão, multa, redução do salário e suspensão (Hans Kelsen, *Teoria Geral de Estado*, página 371):

Considerando que não se confundem as sanções administrativas com as penas criminais porque as finalidades são diversas e diverso é o procedimento a que obedece a respectiva imposição (Fritz Fleiner, *Droit Administratif Allemand*, pág. 136);

Considerando que o poder disciplinar subsiste independentemente do poder depressivo penal; o critério e o fundamento de ambos são diferentes no fundo como na forma (Themistocles Brandão Cavalcanti, *Instituições de Direito Administrativo Brasileiro*, pág. 141);

Considerando que outro não é o entendimento da jurisprudência brasileira, pois o acórdão do colendo Supremo Tribunal Federal, datado de 15 de dezembro de 1920, estabelece que "na aplicação das penas regulamentares a autoridade administrativa é autônoma, pouco importando que o inquérito administrativo que tenha dado causa à demissão do funcionário não houvesse fornecido elementos para o procedimento criminal" (*Revista do Supremo Tribunal Federal*, vol. 29, pág. 177);

Considerando que avultam na hipótese em apreço dois casos perfeitamente distintos, um da competência administrativa, decidido pela Egrégia Primeira Câmara, outro da competência criminal, julgado pelo Tribunal do Júri da Comarca de Santos, Estado de S. Paulo;

Considerando que o princípio geralmente admitido no direito penal, *non bis in idem*, não é aplicável à hipótese em apreço, quer porque confundiria jurisdições, negando a doutrina e contrariando a lei, quer porque ele entre nós é confinado a "mais de um crime da mesma natureza", "ex-vi" do que preceitua o parágrafo 3º do artigo 66, do decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890, enquanto que a insubordinação, assinalando falta grave, apesar de punida, com a demissão do empregado, não constitui crime;

Considerando, enfim, que Antônio João Lopes praticou ato grave de insubordinação que o torna passível de demissão na forma dos arts. 53 e 54, letra "e" do decreto n. 20.465, de 1º de outubro de 1931, por isso que não se justifica o seu procedimento que atenta contra a disciplina, a ordem e a segurança do pessoal de uma empresa;

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, rejeitar os embargos.

Rio de Janeiro, 3 de março de 1938. — *Luiz Augusto de Rego Monteiro*, vice-presidente e no exercício da presidência. — *Costa Miranda*, relator.

Foi presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Processo n. 16.092-26 — Vistos e relatados os autos do presente processo em que é embargante Batista da Silveira e embargada a Estrada de Ferro Sorocabana;

O ferroviário Batista da Silveira, não se conformando com o acórdão de 24 de junho de 1937, da Primeira Câmara, que, atendendo a resultado de inquérito administrativo, decidiu autorizar que a administração da Estrada de Ferro Sorocabana o demitisse, visto ter praticado falta grave (art. 54, alínea f, do decreto n. 20.465, de 1931), ofereceu embargos para este Conselho Pleno.

A Estrada, notificada, falou por seu advogado e representante, contestando que os referidos embargos se baseassem em qualquer prova ou documento novo, conforme exige a lei, e, mesmo que assim não acontecesse, insistindo que, provada, continuaria a falta grave, constante de abandono de serviço. Contrariando, ainda, uma alegação do embargante, adiantou o patrono da embargada que o próprio regulamento da Estrada de Ferro Sorocabana, bem como o regulamento da Secretaria de Viagem do Estado de S. Paulo, à qual a mesma Estrada se acha hierarquicamente subordinada, fixam em dez dias o prazo máximo a que o empregado pode faltar sem incorrer no abandono de serviço.

Batista da Silveira, afora considerações de natureza vária que, a rigor, não refletem no caso, tais como as tendentes a atribuir o inquérito à perseguição que lhe moveria um superior hierárquico, devido a divergência de ordem doutrinária que os separariam dentro da mesma corrente político-partidária a que se filiaram, reconhece de forma expressa que faltou ao serviço por mais de quinze dias — vinte e um o declara — e, vizando matéria de direito, contesta o acórdão da Primeira Câmara, afirmando que "analogia por analogia, assiste ao recorrente o direito de também invocar a disposição do regulamento vigorante na Viagem Férrea do Rio Grande do Sul, que dá o prazo de 30 dias para considerar a ausência do empregado como abandono de emprego".

A M. Procuradoria deste Conselho, registrando que os embargos foram apresentados no prazo legal, fere o mérito, para opinar que sejam rejeitados e confirmada a decisão embargada, porque não contém matéria capaz de destruí-la, nem tão pouco exigem documentação nova exigida por lei.

Não obstante a respeitável opinião do órgão da Procuradoria, os embargos, verdadeiramente, articulando apenas matéria de direito, a aplicação por analogia do prazo que estabelece a letra f do art. 46 do decreto n. 20.615, de 9 de julho de 1934, segundo os fundamentos do acórdão da Primeira Câmara, devem ser recebidos para que, realizado o exame porventura necessário, seja confirmado o referido acórdão, pois, decidindo, por analogia, conforme decidiu, praticou ato certo e legítimo. E mais. Dá-lhe apóio real, efetivo, o princípio universal, consagrado pelo art. 5º do Código Civil, que determina que "com o silêncio, a obscuridade ou a indecisão da lei não se exime o juiz de sentenciar ou despachar; não lhe neguem fundamento, antes os proporcionam, nítidos, sólidos, não só o art. 5º do Código, dispondo — "aplicam-se nos casos omissos as disposições concernentes aos casos análogos" — como também o ensinamento pacífico que, ordenando as leis em função da importância que as coisas relativamente à influência que exercem na ordem social, distribuem em classes distintas as leis propriamente ditas e os regulamentos, portanto, se nos determos na hipótese em apreço, princípio que firma, a precedência do decreto n. 24.615, de 1934, sobre dispositivos análogos que existam nos regulamentos da Secretaria de Viagem de Estado de S. Paulo ou Viagem Férrea do Rio Grande do Sul.

Em face do exposto

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, conhecendo dos embargos, desprezá-los, para confirmar a decisão da Primeira Câmara.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Costa Miranda*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.
Proc. n. 16.662/37 — Vistos e relatados os autos do presente processo, em que a Repartição de Aguas e Esgotos consulta a este Conselho sobre a fixação de normas a que deverão obedecer as relações entre funcionários e empregados do Serviço respectivo e sua Caixa, afim de evitar dúvidas e confusões prejudiciais aos trabalhos da Caixa:

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, mandar responder aos itens da consulta de fls. 4/5, da seguinte forma:

Item 1.º) Quanto ao 1.º — Sim, em virtude de continuarem fazendo parte do Serviço de Aguas e Esgotos, cujos empregados nas condições da pergunta são associados da Caixa respectiva.

Não lhes altera a situação o fato de sua classe ter mudado de denominação no quadro de serventuários do Ministério da Educação e Saúde.

Item 2.º) Quanto ao 2.º — Sim, desde que não venham a fazer parte de outra repartição sujeita a outra instituição de seguro social, sob o regime do decreto n. 20.465, pois, nesta hipótese, teria aplicação o art. 17 do citado decreto. Deante, porém, dos termos da pergunta, não há senão como responder afirmativamente.

Item 3.º) Quanto ao 3.º — Sim, ressalvados os direitos adquiridos perante outra instituição de previdência social.

A pergunta, aliás, só era caso concreto, após criteriosamente examinada a hipótese, poderá ser respondida com acerto.

Item 4.º) Quanto ao 4.º — Onde a lei não distingue, a nós não é dado fazer distinção. — De fato, o decreto n. 20.465, aplicável ao caso, não faz distinção entre funcionários efetivos, em comissão ou extranumerários. Nestas condições, transferidos para outra repartição, continuam como contribuintes da Caixa, com os onus e vantagens anteriores.

Item 5.º) — Quanto ao item 5.º — Somente em face do caso concreto poderá ser respondida a pergunta.

Item 6.º) Quanto ao item 6.º — Sim, pois é óbvio que tendo mais de 10 anos de serviço, estão só pelo preenchimento deste requisito amparados pelas garantias da estabilidade funcional, entre as quais se conta a do § 5.º do art. 53 do decreto n. 20.465.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *José Salgado Scarpa*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Processo n. 17.558/37 — Vistos e relatados os autos do presente processo, em que a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Leopoldina Railway pede o restabelecimento a seu favor da consignação devida pelo Sr. Rubem da Cunha Nabuco de Freitas que deixou o serviço da The Leopoldina Railway Co. Ltd. e acha-se, atualmente, empregado na Standard Oil Co. of Brasil:

Considerando que o assunto dos presentes autos foi bem decidido pelo Departamento da 8.ª Região (acórdão de 21 de julho de 1937, fls. 11):

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, dar provimento ao presente processo, para restabelecer a decisão da 8.ª Região do Instituto dos Comerciantes, que autorizou o desconto do empréstimo.

Rio de Janeiro, 2 de junho de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Gualter José Ferreira*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Proc. n. 18.104/37 — Vistos e relatados os autos do presente processo, em que o Departamento Nacional do Trabalho submete ao julgamento deste Conselho a reclamação oferecida por Joaquim Ribeiro contra a firma comercial Moreira, Irmão & Comp.:

Considerando que, ex-*vi* do decreto-lei n. 39, de 3 de dezembro de 1937, a competência para conhecer e decidir da espécie é da Junta de Conciliação e Julgamento:

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, não conhecer da reclamação, e determinar seja o processo presente ao Departamento Nacional do Trabalho, para os fins de direito.

Rio de Janeiro, 26 de maio de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Humberto Smith Vasconcelos*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Proc. n. 18.241-37 — Vistos e relatados os autos do processo em que o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos esclarece ao Exmo. Sr. ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, a situação de impossibilidade no cumprimento do despacho exarado pelo mesmo titular, em 4 de fevereiro de 1937, no sentido de ser indenizada, pelo referido Instituto, a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Operários Estivadores, até a extinção total do grupo de aposentados do Sindicato União dos Operários Estivadores:

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, enviar o processo à Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Operários Estivadores, tendo em vista o despacho do Exmo. Sr. ministro do Trabalho.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Arthur Bastos*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Proc. n. 18.913-37 — Vistos e relatados os autos do presente processo em que a firma Schneider & Comp., de Porto Alegre, consulta ao Sr. ministro do Trabalho sobre o órgão competente para instauração de inquérito administrativo contra empregado comerciante com mais de 10 anos de serviço e acusado de falta grave:

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, devolver o processo ao Sr. ministro, esclarecendo que a espécie está perfeitamente prevista no art. 6º do Decreto-lei n. 39, de 3 de dezembro de 1937.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 1938 — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Arthur H. Bastos*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Proc. n. 19.101-37 — Vistos e relatados os autos do presente processo, referente à constituição da Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários do Rio Grande do Sul, para o período de 1939 a 1940:

Considerando que, em virtude da renúncia dos membros eleitos Sílvia Nunes de Lima, Marino da Silva Richemberg e Otacílio Gomes Chaves e do suplente também eleito Almir de Freitas, foram convocados e empossados, de acordo com as Instruções Eleitorais vigentes, o suplente Catulino Cordeiro e os candidatos imediatos em votos João Fernandes Moreira e Hugo Avila, ficando, pois, a referida Junta com a seguinte constituição:

Presidente:

Ildefonso da Silva Dias.

Membros efetivos eleitos:

Catulino Cordeiro.

João Fernandes Moreira.

Hugo Avila.

Membros efetivos designados:

Manoel Pereira da Costa.

Aires Pires de Oliveira.

Francisco Mate.

Suplentes designados:

Francisco Andrade Neves.

Alcides Nunes Vieira.

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, aprovar a nova constituição da Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários do Rio Grande do Sul, para o período de 1938 a 1940.

Rio de Janeiro, 7 de julho de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Humberto Smith de Vasconcelos*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Rec. n. 1.230-34 — Vistos e relatados os autos do presente recurso, em que a Caixa de Aposentadoria e Pensões de Serviços Urbanos por Concessão, em Recife, tendo em vista o pedido formulado pelo Dr. Flávio Fraga, junto por cópia a fls. 190, em que solicita pagamento dos vencimentos que deixou de perceber desde a sua exoneração até a data, na qual retornou às funções de seu cargo, apela para este Conselho no sentido de ser orientada a resolver devidamente o caso desse médico:

Considerando que, por acórdão de 14 de outubro de 1935, publicado no *Diário Oficial* de 21 de novembro de 1935, a 1ª Câmara deste Conselho determinou a reintegração do Dr. Flávio Fraga nos Serviços da Caixa de Aposentadoria e Pensões de Serviços Urbanos por Concessão, em Recife, decisão esta, confirmada, em virtude de embargos da citada Caixa, por acórdão de 23 de dezembro de 1936, publicado no *Diário Oficial* de 5 de julho de 1937;

Considerando, ainda, que o Sr. ministro do Trabalho por despacho de 2 de setembro de 1937 manteve os referidos acórdãos, afim de ser dado aos mesmos imediato cumprimento por parte da Caixa em apelo:

Considerando que, a vista dessas decisões, é justa pretensão do reclamante;

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, julgar procedente a reclamação para mandar pagar os vencimentos atrasados ao Dr. Flávio Fraga, censurando, ainda a Junta pelo desrespeito aos acórdãos deste Conselho contra o voto do relator Sr. Smith Vasconcelos.

Rio de Janeiro, 2 de junho de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Gualter José Ferreira*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Processo n. 9.960/38 — Vistos e relatados os autos do processo em que a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Leopoldina Railway solicita a autorização deste Conselho para aplicar, a partir de abril do corrente ano, a tabela de vencimentos proposta para o seu quadro médico:

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, converter o julgamento em diligência, de acordo com o parecer da Procuradoria Geral, afim de que a Caixa informe detalhadamente o pedido formulado.

Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Irineu Malaguetta*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Recurso n. 1.544/35 — Vistos e relatados estes autos, em que o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos recorre para o Sr. Ministro do Trabalho da decisão proferida, em grau de embargos, pelo Conselho Pleno, (acórdão de 29 de abril de 1937, publicado no "Diário Oficial" de 19 de julho de 1937), que manteve o acórdão da 3ª Câmara de 22 de abril de 1936, publicado no "Diário Oficial" de 14 de agosto de 1936, dando provimento, em parte, ao recurso interposto pela Companhia Ford Industrial do Brasil contra o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos que a julgou obrigada ao recolhimento das contribuições de que é devedora, ex vi do art. 6º, art. 11, e art. 13 do decreto n. 22.872 de 23 de junho de 1933, combinado com o disposto no seu art. 115:

Considerando que os embargos dizem respeito à parte em que este Conselho julgou a Empresa isenta da arrecadação da contribuição do Estado;

Considerando, de meritis, que não é pertinente nem conforme a lei a tese defendida nos embargos, pois, a "quota de previdência", contribuição do Estado, recai, no sistema brasileiro, sobre o público que se utiliza dos serviços sujeitos ao regime de previdência social (no caso, decreto n. 22.872, art. 12), onde não há pagamento pelo público, não pode haver, evidentemente, a cobrança da "quota de previdência";

Considerando que, em face dos fundamentos acima expostos, foi provido o despacho ministerial de fls. 78, verso:

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, manter o acórdão embargado, informando ao Sr. Ministro que o recurso é improcedente.

Rio de Janeiro, 5 de maio de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Il. Smith Vasconcellos*, relator.

Fui presente — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Recurso n. 2.490/37 — Vistos e relatados os autos do presente recurso, interposto pelo Dr. Bernardino Ramos, médico da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Serviços Urbanos por Concessão, em Recife, do ato da respectiva Junta Administrativa que o dispensou daquelas funções:

Considerando que o recorrente foi dispensado do lugar de médico da Caixa, por motivo da incorporação de outras caixas, inclusive da Caixa da Telephone Company, de onde provinha;

Considerando, assim, que se trata de um motivo justo, desde que não podia a Caixa incorporadora conservar todos os médicos das instituições incorporadas sem afetar a sua economia;

Considerando que, antes de operada a incorporação, a Caixa da Telephone Company já havia dispensado os serviços do recorrente pelo mesmo fato de seu desaparecimento como pessoa jurídica autônoma;

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, negar provimento ao recurso, para confirmar a decisão da Caixa.

Rio de Janeiro, 26 de maio de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Monuel Tibúrcio da Silva*, relator.

Fui presente — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

PRIMEIRA CÂMARA

Processo n. 5.536/36 — Vistos e relatados os autos deste processo em que consta inquérito administrativo instaurado por The Great Western of Brazil Railway Co. contra diversos funcionários acusados de falta grave capitulada na letra f do art. 54 do decreto n. 20.465, de 1931;

Considerando os fundamentos do acórdão desta Câmara, de 12 de julho de 1937;

Considerando o que salienta a Procuradoria Geral em o parecer de fls. 81, verso:

Resolvem os membros da Primeira Câmara do Conselho Nacional do Trabalho determinar o arquivamento do processo.

Rio de Janeiro, 23 de maio de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Augusto Paranhos Fontenelle*, relator.

Fui presente — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Proc. 894-38 — Vistos e relatados os autos deste processo, em que Augusto Carlos das Neves reclama sua demissão da "Brazilian Hydro Electric C.º";

Considerando que o reclamante não fez prova de que, quando foi demitido do serviço, já gozava do direito de estabilidade consubstanciado no art. 53 do decreto 20.465, de 1931;

Resolvem os membros da Primeira Câmara do Conselho Nacional do Trabalho julgar improcedente a reclamação, por falta de amparo legal.

Rio de Janeiro, 6 de junho de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Augusto Paranhos Fontenelle*, relator.

Fui presente — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Proc. 4.467-38 — Vistos e relatados os autos deste processo de inquérito administrativo instaurado pela Estrada de Ferro Sorocabana contra o empregado José Ramos;

Considerando que o ferroviário José Ramos é acusado de haver abandonado o serviço sem causa justificada, o que constitui falta grave capitulada na alínea "f" do art. 54 do decreto 20.465, de 1931;

Considerando que, conforme faz sentir o parecer de fls. 24 verso, a imputação feita está perfeitamente provada, justificando-se, portanto, o pedido de demissão;

Resolvem os membros da 1ª Câmara do Conselho Nacional do Trabalho aprovar o inquérito e autorizar a demissão do acusado.

Rio de Janeiro, 30 de maio de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Alvaro Corrêa da Silva*, relator.

Fui presente — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Proc. 2.455-38 — Vistos e relatados os autos deste processo de inquérito administrativo instaurado pela Companhia Mogiana de Estradas de Ferro contra o empregado Arnaldo Luiz Tegazzini;

Considerando que o ferroviário Arnaldo Luiz Tegazzini é acusado de haver abandonado o serviço sem causa justificada, o que é previsto na alínea "f" do art. 54, do decreto 20.465, de 1931, como falta grave, atendido o tempo decorrido (10 de julho de 1936 até novembro de 1937, data em que foi determinada a abertura do inquérito);

Considerando que o inquérito está regular, segundo as "Instruções" baixadas por este Conselho em 5 de junho de 1933;

Considerando que o acusado foi revel, apesar de ter sido notificado diversas vezes, por editais, para se defender;

Considerando que a prova testemunhal é manifestamente contrária ao acusado;

Considerando que a falta grave está assim caracterizada;

Resolvem os membros da Primeira Câmara do Conselho Nacional do Trabalho aprovar o inquérito e autorizar a demissão do acusado.

Rio de Janeiro, 6 de junho de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Alvaro Corrêa da Silva*, relator.

Fui presente — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Proc. 15.082-37 — Vistos e relatados os autos deste processo, em que Valdevino da Conceição e Lourival Veríssimo reclamam contra a "St. John del Rey Mining C.º Ltd.":

Considerando que a reclamação é contra dispensa de serviço, com inobservância do disposto no art. 53 do decreto n. 20.465, de 1931;

Considerando que a reclamada alega terem os reclamantes praticado falta grave no exercício de suas funções;

Considerando mais que a mesma Empresa esclarece não haver promovido o competente inquérito administrativo, pelos motivos que expõe, declarando, porém estar pronta a dar cumprimento ao estabelecido no referido dispositivo legal;

Resolvem os membros da Primeira Câmara do Conselho Nacional do Trabalho, preliminarmente, converter o julgamento em diligência, afim de que a "St. John del Rey Mining C.º" promova a instauração do respectivo inquérito administrativo, com observância das "Instruções" de 5 de junho de 1933.

Rio de Janeiro, 23 de maio de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Eduardo Vasconcellos Pederneiras*, relator.

Fui presente — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Proc. 5.412-38 — Vistos e relatados os autos do presente processo, em que "The São Paulo Tramway, Light and Power Company" submete a este Conselho o inquérito administrativo instaurado contra o empregado José da Silva Braga, acusado de falta grave capitulada na alínea "f" do art. 54 do decreto 20.465, de 1931;

Considerando que o abandono de serviço de que dá notícia o processo está perfeitamente caracterizado e provado;

Considerando que o acusado, apesar de intimado, deixou o inquérito correr à revelia, desinteressando-se pela sua defesa;

Considerando que o inquérito está regular;

Resolvem os membros da Primeira Câmara do Conselho Nacional do Trabalho aprovar o processo constante dos autos e autorizar a demissão do empregado José da Silva Braga, pela prática da falta grave capitulada na alínea "f" do art. 54 do decreto n. 20.465, de 1931.

Rio de Janeiro, 6 de junho de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Gualter José Ferreira*, relator.

Fui presente — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Processo n. 5.067-7 — Vistos e relatados os autos do presente processo de inquérito administrativo instaurado pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro contra o empregado Benedito de Sousa;

Considerando que a falta grave imputada ao acusado está enquadrada na alínea f do art. 54 do decreto n. 20.465, de 1931 — abandono de serviço sem causa justificada;

Considerando que o processo observou regularmente as "Instruções" baixadas por este Conselho, em 5 de junho de 1933;

Considerando que o acusado, embora notificado para se defender, não o fez, tornando-se revel;

Considerando que, segundo está esclarecido nos autos, a ausência do acusado que se prolongou por mais de três meses, se prendeu ao fato de ter estado ele envolvido em crime de bigamia, respondendo a processo;

Considerando que a prova testemunhal é manifestamente contrária ao indiciado, estando, assim, caracterizado o abandono do serviço;

Resolvem os membros da Primeira Câmara do Conselho Nacional do Trabalho aprovar o inquérito e autorizar a demissão do ferroviário Benedito Sousa.

Rio de Janeiro, 6 de junho de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Gualter José Ferreira*, relator.

Fui presente — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Processo n. 1.221-37 — Vistos e relatados os autos do presente processo em que Paulo Justo de Carvalho reclama contra o Lloyd Brasileiro;

Considerando que Paulo Justo de Carvalho reclama contra a administração da referida empresa, em virtude de ter sido rebaixado de 2º para 3º maquinista, não obstante já estar amparado pelo direito da estabilidade funcional;

Considerando que à vista dos esclarecimentos constantes dos autos fica evidenciado que o reclamante, em verdade, foi rebaixado, porém, esse rebaixamento se verificou do cargo de 2ª maquinista de navio de 2ª classe, para o de 3º maquinista de navio de 1ª classe, tendo ainda sido aumentado (fls. 37) em seus vencimentos;

Considerando, com efeito, que o reclamante percebia as soldadas de 400\$000, como 2º maquinista do vapor "Ubá", passando a perceber

500\$000, como 3º maquinista do vapor "Rui Barbosa", e posteriormente, 700\$000, no vapor "D. Pedro II"; e assim

Considerando que, em face da doutrina pacífica deste Conselho, carere de fundamento legal a reclamação de fls. 2;

Resolvem os membros da Primeira Câmara do Conselho Nacional do Trabalho julgar improcedente a reclamação.

Rio de Janeiro, 6 de junho de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Eduardo V. Pederneiras*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Processo n. 1.914-37 — Vistos e relatados os autos do presente processo em que o Banco do Brasil submete ao julgamento deste Conselho o original do inquérito administrativo instaurado contra o funcionário Pompeu Cordeiro de Melo, acusado de falta grave prevista na alínea a do art. 93 do decreto n. 54, de 12 de setembro de 1934;

Considerando que o funcionário Pompeu Cordeiro de Melo é acusado pela Portaria de fls. 4 de haver emitido contra o Banco o cheque n. 403.907, da importância de 600\$000, sem possuir provisão de fundos em sua conta corrente;

Considerando que deu causa ao inquérito, aliás organizado regularmente, tendo sido facultado ao acusado pleno direito de defesa, a notificação do Cartório do 2º Ofício do Protesto de Letras ao Banco do Brasil, sobre a existência do título em questão para protesto, por falta de pagamento;

Considerando que o acusado, em suas primeiras declarações negou a autoria do fato que lhe foi imputado; porém, quando ouvido pela segunda vez, em virtude de certas contradições apontadas no seu depoimento, confessou que emitiu o cheque de que dá notícia o processo, declarando não poder precisar com quem o negociou;

Considerando, mais, que nesse depoimento de fls. 33, Cordeiro de Melo reconheceu que, quando emitiu o cheque, não possuía fundos suficientes em sua conta corrente para o respectivo resgate, e procura justificar seu ato com a necessidade de correr a três intervenções cirúrgicas na pessoa de sua esposa;

Considerando que a defesa oferecida pelo advogado do acusado limita-se a contestar a existência do cheque, classificando o inquérito de nulo pelas faltas que indica;

Considerando, porém, que as razões em apreço não atenuam a responsabilidade do acusado, pois, como foi esclarecido, este confessou haver emitido um cheque sem que em sua conta corrente existissem fundos necessários ao resgate;

Considerando, nessas condições, que o acusado, pelo simples fato de emitir um cheque nas condições acima indicadas, praticou ato de improbidade, que constitui falta grave prevista na letra a do art. 93 do citado decreto n. 54;

Isto posto: Resolvem os membros da Primeira Câmara do Conselho Nacional do Trabalho julgar procedente o inquérito e autorizar a demissão do acusado.

Rio de Janeiro, 2 de maio de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Eduardo V. Pederneiras*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Proc. 19.425/37 — Vistos e relatados os autos deste processo em que Joaquim Ernesto Coelho reclama contra sua demissão da Caixa de Aposentadoria e Pensões da Companhia Sul Mineira de Energia Elétrica;

Considerando que o reclamante era funcionário — guarda-livros — da Caixa de Aposentadoria e Pensões da Companhia Sul Mineira de Energia Elétrica, quando foi dispensado em virtude da fusão da mesma instituição com a Caixa de Aposentadoria e Pensões da Companhia Mineira de Eletricidade, resultando a "Caixa de Aposentadoria e Pensões de Serviços Urbanos por Concessão", com sede em Juiz de Fora;

Considerando que, conforme faz sentir a Procuradoria Geral, a reclamação é improcedente, porque o suplicante pretende a indenização de que trata a Lei 62, de 1935, na base de seis meses, visto ter trabalhado seis anos, o tal lei não tem aplicação no caso vertente;

Considerando que os empregados das Caixas de Aposentadoria e Pensões têm estabilidade funcional, após 10 anos de serviço (artigo 53 do decreto n. 20.465, de 1931) segundo a jurisprudência pacífica firmada por este Conselho;

Considerando, outrossim, que em relação ao aproveitamento do pessoal dispensado das Caixas extintas ou fundidas não é uma obrigação e sim faculdade, salvo para os que já tivessem mais de 10 anos de serviço, que não é a hipótese dos autos;

Nestas condições, Resolvem os membros da Primeira Câmara do Conselho Nacional do Trabalho julgar improcedente o pedido, ressalvando porém ao suplicante o direito de preferência em caso de vaga. Rio de Janeiro, 6 de junho de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Eduardo V. Pederneiras*, relator. — Fui presente: *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Proc. 13.968/36 — Vistos e relatados os autos deste processo em que a 1ª Inspetoria Regional do Trabalho — Baía — encaminha a reclamação oferecida por Valdolino Pinho de Argolo contra a Companhia Cessionária das Docas do Porto da Baía;

Considerando que a reclamação versa sobre demissão do serviço, ocorrida em fevereiro de 1936;

Considerando que a reclamada, quando ouvida por este Conselho esclareceu que o reclamante havia sido admitido ao seu serviço em novembro de 1931, como marinho, e dispensado na data acima indicada, em virtude de terminação dos trabalhos da construção do Porto;

Considerando que Valdolino Pinho Argolo, instruiu sua queixa junta um atestado com o qual pretende provar que antes de haver ingressado na Companhia ora reclamada já servira à "Sociedade de Construção do Port de Baía", no período de 1923 a julho de 1934, quando os trabalhos da construção do Porto passaram a ser executados diretamente pela atual "Companhia Cessionária das Docas do Porto da Baía";

Considerando que este Conselho, em reclamações de natureza idêntica a dos presentes autos, já firmou o princípio de que o tempo de serviço prestado na referida "Sociedade" deve ser computado, para o efeito de estabilidade funcional, ao servido na Companhia reclamada (*Diário Oficial*, de 11 de junho de 1936);

Considerando, em face do exposto, que, provado contar o reclamante, na data de sua demissão, mais de 10 anos de serviço, e não ter sido a mesma motivada por falta grave, prevista em lei, é procedente a reclamação;

Resolvem os membros da Primeira Câmara do Conselho Nacional do Trabalho julgar procedente a reclamação, para o fim de determinar a reintegração do suplicante, com as vantagens legais. — Rio de Janeiro, 2 de maio de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *A. Paranhos Fontenelle*, relator. — Fui presente, *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Proc. 16.463/36 — Vistos e relatados os autos deste processo em que João Luiz da Silva solicita providências no sentido de ser reintegrado no serviço da Viação Férrea do Rio Grande do Sul;

Considerando que o reclamante, aposentado em novembro de 1935, quando percebia os vencimentos de 412\$000, correspondentes ao cargo de ajustador do depósito de locomotivas; solicitou, em outubro de 1936, novo exame médico, por se considerar em boas condições físicas, e, assim, apto, novamente, para o serviço;

Considerando que, em virtude de ter o laudo médico — fls. 3 — sido favorável, pleiteou junto à empresa a sua reintegração no cargo anterior, o que não conseguiu, segundo alega, pois, embora, com os mesmos vencimentos, a referida Viação Férrea ofereceu ao suplicante um outro cargo, dando margem à presente reclamação;

Considerando que sobre o assunto foram ouvidas a Empresa e respectiva Caixa de Aposentadoria e Pensões;

Resolvem os membros da Primeira Câmara do Conselho Nacional do Trabalho, em face dos elementos constantes do processo, julgar procedente, em parte, a reclamação afim de reconhecer ao reclamante o direito de ser reintegrado no mesmo cargo que, anteriormente à aposentadoria, ocupava, sem que o reconhecimento implique na imediata reintegração, porquanto, sendo o suplicante um ex-aposentado, deve aguardar a primeira vaga do cargo que pleiteia.

Resolvem, outrossim, determinar que a respectiva Caixa de Pensões tome as necessárias providências junto à Empresa, sobre o assunto, de tudo dando-se ciência ao Sr. Ministro do Trabalho, a quem foi dirigida a petição de fls. 2. — Rio de Janeiro, 25 de abril de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Guilherme José Ferreira*, relator. — Fui presente, *P. J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Proc. 9.588/36 — Vistos e relatados os autos deste processo em que são partes: Antônio Soares, como reclamante, e St. John del Rey Mining Company, como reclamada;

Considerando que, em tempo, Antônio Soares, empregado da "St. John del Rey Mining Company", ofereceu perante este Conselho reclamação contra essa Empresa pelo fato de ter sido suspenso do serviço, e, bem assim, rebaixado de funções, com redução dos seus vencimentos;

Considerando que, em sessão de 30 de novembro de 1936, esta Câmara, pelos fundamentos constantes do acórdão de fls. 64 dos autos, resolveu: a — não tomar conhecimento da queixa sobre a suspensão, devendo o reclamante voltar ao serviço; b — converter o julgamento em diligência, quanto à segunda parte da reclamação, para que a Empresa esclarecesse os motivos porque o reclamante fora transferido de encarregado de turma a feitor, com redução de vencimentos, e remetesse o certificado de tempo de serviço do mesmo empregado, mencionando as entradas e saídas porventura verificadas, pois do processo não constava tais elementos, tidos como necessários ao julgamento do feito;

Considerando que, em cumprimento ao determinado na indicada decisão, a reclamada, pelo documento de fls. 68, oferece a relação do tempo de serviço efetivo do reclamante, consignando a este 10 anos e 8 meses, logo com a estabilidade assegurada, ex-vi do disposto no artigo 53 do decreto n. 20.465, de 1931;

Considerando que o reclamante, conforme está esclarecido a fls. 101, já tornou à atividade desde 13 de abril de 1937, cabendo, pois, apreciar a parte relativa à redução de vencimentos;

Considerando, nessas condições, que, à vista da doutrina pacífica e reiterada do Conselho Nacional do Trabalho, de que a redução de vencimentos só é vedada quando praticada como meio de violar a estabilidade funcional, resta apurar, de acordo com as informações prestadas pela Empresa e as alegações de Antônio Soares, se a este último assiste razão na sua queixa;

Considerando que o referido empregado alega que ganhava reís 20\$000 diários e fora diminuído para 14\$000, apresentando a justificativa judicial de fls. 82, onde três testemunhas afirmam ser verdade que Antônio Soares viajava a diária de 20\$000, durante o ano de 1935 até abril de 1936;

Considerando que a "St. John del Rey Mining Company", em ofício de fls. 69, informa, em contestação ao que declarou o reclamante, que este último viajava efetivamente 14\$000 diários, mas todavia

do, em fevereiro, de 1935, sido designado para trabalhos especiais em Miguelão, na construção de uma barragem e tunel, passou a perceber além da referida diária mais a gratificação de 6\$000; que esse pagamento, a título de gratificação, cessou quando o reclamante foi designado daquele serviço, donde passou a servir em Codorna, com trabalhos idênticos, mas já aqui percebendo a diária de 14\$000, oferecendo a Empresa alimentação;

Processo n. 9.58-36 — Considerando que sobre as declarações da Empresa foi ouvido Antônio Soares que nenhuma contradição apresentou, que as destruísse (fls. 78);

Considerando, mais, que, como consta a fls. 101, si o reclamante é carpinteiro e chefe pequena turma de aperários, os serviços por ele prestados em Miguelão e Codorna — construção de uma mina hidro-elétrica, construção de barragem e tunel — só podem ser considerados provisórios, e, nessa categoria, não cabia ao reclamante a garantia do pagamento da gratificação;

Considerando, outrossim, que o reclamante não faz prova de que tivesse protestado contra a supressão da gratificação, o que forçosamente se daria se houvesse redução de salário; pelo contrário, está provado pelo doc. de fls. 105 que por muito tempo houve conformidade com a diária de 14\$000;

Considerando, em última análise, que não provado suficientemente que a diária normal fosse de 20\$000, carece de fundamento legal a reclamação; Isto posto

Resolvem os membros da Primeira Câmara do Conselho Nacional do Trabalho negar provimento à reclamação.

Rio de Janeiro, 2 de maio de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Eduardo V. Pederneiras*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Processo n. 7.264-37 — Vistos e relatados os autos deste processo de inquérito administrativo instaurado pelo Lloyd Brasileiro contra o marítimo Joaquim Antônio de Souza, acusado de falta grave de embriaguez em serviço (letra "b" do artigo 90 do decreto número 22.872, de 1933);

Considerando que o marítimo Joaquim Antônio de Souza, com 60 anos de idade e 29 anos de serviço aquela Empresa, é acusado de haver se embriagado, quando em serviço;

Considerando que o bastante procurador e advogado do acusado pleiteou a nulidade do processo, alegando cerceamento de defesa, visto não terem sido ouvidas as testemunhas arroladas, o julgamento do feito em diligência, afim de ser atendido o requerimento do advogado do acusado;

Considerando que, apesar das providências tomadas, não conseguiu o Lloyd, conforme informa, promover a audiência das indicadas testemunhas, pelo que vieram os autos novamente a julgamento;

Considerando, *de meritis*, que a falta atribuída ao acusado foi constatada quando este último caiu no tombadilho do navio em que servia;

Considerando que Joaquim de Souza, em suas declarações, alega que a queda foi motivada pelo estado escorregadio em que se achava o convés do navio, pois houvera o mesmo sido, inúmeros antes, lavado, acrescentando que, socorrido pelo maquinista de bordo, este lhe deu como remédio uma bebida com base alcoólica;

Considerando que, dos depoimentos prestados, o mais importante é o do médico de bordo, que examinou o acusado, esclarecendo ele que este último se encontrava em estado relativo de embriaguez, tendo ação, mas não podendo associar ideias para assumir o exercício de suas funções;

Considerando que o acusado, com 60 anos de idade, ingerindo uma droga, sob base de alcool, como declarou, estava sujeito a se embriagar;

Considerando, outrossim, que da fé de ofício não consta qualquer anotação sobre ser o marítimo em questão tão dado ao vício da embriaguez; pelo contrário, o comandante do navio onde ele servia apontava a sua conduta como boa;

Considerando, assim, que não cabe a conclusão de que houvesse o acusado praticado a falta grave de que trata a alnea "b" do artigo 90 do decreto n. 22.872 citado;

Resolvem os membros da Primeira Câmara do Conselho Nacional do Trabalho, julgar o inquérito improcedente e determinar a reintegração do acusado, com as vantagens legais.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Alvaro Correia da Silva*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Processo n. 6.067-37 — Vistos e relatados os autos do presente processo de reclamação em que o bancário Eduardo Camparato pleiteia sua reintegração nos serviços do "The Bank of London and South America Limited", em virtude de ter sido despedido do "The Bank of South America Limited";

Considerando que o Conselho Nacional do Trabalho, em sessão plenária de 28 de abril do corrente ano, pelos fundamentos jurídicos constantes do Acórdão publicado no "Diário Oficial" de 10 de junho p. p. (Proc. 17.011-36 — Acórdão de fls. 41/4), resolveu julgar a reclamação idêntica a dos presentes autos, e oferecida pelo Sindicato Brasileiro dos Bancários contra aquele primeiro estabelecimento bancário, em favor de Francisco de Paula Keimão Hellmeister, destituída de fundamento legal, visto não ter ficado provado que ocorreu na espécie em debate a absorção, encampação ou sucessão do

British Bank pelo *Bank of London*, não podendo pois este ser responsável pelos atos praticados pelos liquidantes daquele, com a demissão dos respectivos funcionários;

Considerando, nessas condições, que, coerente com o referido julgado e à vista da falta de matéria nova de direito e de fato que destruíam os fundamentos do Acórdão em questão, é de se negar provimento ao presente pedido de reintegração;

Isto posto,

Resolvem os membros da Primeira Câmara do Conselho Nacional do Trabalho, contra o voto do conselheiro Alvaro Correia da Silva, julgar improcedente a petição de fls. 2.

Rio de Janeiro, 4 de junho de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *A. Paranhos Fontenelle*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Processo n. 3.219-38 — Vistos e relatados os autos deste processo em que Edgar Ribeiro Flaquer, em petição dirigida ao Exmo Sr. Presidente da República, solicita reintegração no serviço da Estrada de Ferro Sorocabana;

Considerando que o ferroviário Edgar Ribeiro Flaquer, em petição dirigida ao Sr. Presidente da República, e remetida a este Conselho, por intermédio do gabinete do Sr. Ministro do Trabalho, solicita providências no sentido de ser reconduzido ao cargo que ocupava na Estrada de Ferro Sorocabana;

Considerando que o próprio suplicante declara que o seu tempo de serviço na referida Estrada é inferior a 10 anos;

Considerando, outrossim, que, segundo está esclarecido nos autos, o reclamante não foi demitido, e sim deixou *sponte sua* o serviço da Estrada;

Considerando, assim, que não ampara a pretensão do suplicante o art. 53 do decreto n. 20.465, de 1931;

Resolvem os membros da Primeira Câmara do Conselho Nacional do Trabalho julgar sem fundamento legal o pedido de reintegração, oficiado nesse sentido à autoridade superior, com a devolução do processo.

Rio de Janeiro, 13 de junho de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Guilherme José Ferreira*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Processo n. 12.066-37 — Vistos e relatados os autos do presente processo de reclamação, em que os bancários Mário Braga e Aldano Lopes pleiteiam a sua reintegração nos serviços do "The Bank of London and South America Limited", em virtude de terem sido despedidos do "The British Bank of South America Limited";

Considerando que o Conselho Nacional do Trabalho, em sessão plenária de 28 de abril do corrente ano, pelos fundamentos jurídicos constantes do Acórdão publicado no "Diário Oficial" de 10 de junho p. p. (Proc. 17.011-36 — Acórdão de fls. 69/72), resolveu julgar a reclamação idêntica a dos presentes autos, e oferecida pelo Sindicato Brasileiro dos Bancários contra aquele primeiro estabelecimento bancário, em favor de Francisco de Paula Keimão Hellmeister, destituída de fundamento legal, visto não ter ficado provado que ocorreu na espécie em debate a absorção, encampação ou sucessão do *British Bank* pelo *Bank of London*, não podendo pois este ser responsável pelos atos praticados pelos liquidantes daquele, com a demissão dos respectivos funcionários;

Considerando, nessas condições, que, coerente com o referido julgado e à vista da falta de matéria nova de direito e de fato que destruíam os fundamentos do Acórdão em questão, é de se negar provimento ao presente pedido de reintegração;

Isto posto,

Resolvem os membros da Primeira Câmara do Conselho Nacional do Trabalho, contra o voto do relator, conselheiro Alvaro Correia da Silva, julgar improcedente a petição de fls. 2.

Rio de Janeiro, 4 de julho de 1938. — *Dr. Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Dr. Eduardo V. Pederneiras*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Processo n. 14.178-37 — Vistos e relatados os autos do presente processo, em que a Caixa de Aposentadoria e Pensões da Companhia Matogrossense de Eletricidade submete à aprovação deste Conselho a sua decisão, em sessão de 4 de outubro de 1937, concedendo o auxílio pedido pelo associado Francisco Vieira de Sousa, para pagamento de despesas feitas com a moléstia e funeral da esposa do mesmo associado;

Considerando que as despesas efetuadas foram grandes e a dotação orçamentária para serviços médicos-hospitalares é diminuta, conforme informou a Contadoria à fls. 12;

Resolvem os membros da Primeira Câmara do Conselho Nacional do Trabalho indeferir o pedido de pagamento e mandar responsabilizar os membros da Junta que deverão reembolsar a Caixa do pagamento indevido.

Rio de Janeiro, 6 de junho de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Eduardo Pederneiras*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Processo n. 6.902-38 — Vistos e relatados os presentes autos, em que Joaquim Alves Sobrinho, funcionário da Estrada de Ferro Goiás, roga ao Sr. Ministro do Trabalho as providências cabíveis no sentido de constar dos seus assentamentos o tempo em que servia na Polícia Militar do Estado de Goiás, bem assim os quatro anos em que esteve

afastado dos serviços da referida Estrada, em virtude de uma injusta dispensa, tudo em um total de 17 anos:

Considerando que não houve manifestação expressa da Caixa sobre o caso em apelo:

Resolvem os membros da Primeira Câmara do Conselho Nacional do Trabalho mandar remeter o presente processo à Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários de Goiás, para que esta julgue originariamente do pedido.

Rio de Janeiro, 27 de junho de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Augusto Paranhos Fontenelle*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Processo n. 3.552-38 — Vistos e relatados os presentes autos, em que Ernesto de Araujo Pacheco, ex-zelador da Caixa de Aposentadoria e Pensões da Inspetoria de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro, por ter optado em obediência ao decreto-lei n. 24, pelo cargo exercido no Serviço de Águas e Esgotos, pede transferência das contribuições "permanentes" para integralização de "jôia":

Considerando que não houve manifestação expressa da Caixa sobre o caso em apelo:

Resolvem os membros da Primeira Câmara do Conselho Nacional do Trabalho mandar remeter o presente processo à Caixa, para que esta julgue originariamente do pedido.

Rio de Janeiro, 27 de junho de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Alvaro Corrêa da Silva*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Processo n. 19.775-37 — Vistos e relatados os autos do presente processo de inquérito administrativo instaurado por "The Leopoldina Railway Company", contra Epaminondas da Costa Matos e outros, acusados de falta grave perpetrada na letra "a" do art. 51 do decreto n. 20.465, de 1931:

A administração da Leopoldina Railway submete à apreciação deste Conselho o original do inquérito administrativo que fez instaurar contra diversos funcionários, afim de apurar a sua responsabilidade nas irregularidades verificadas na "Estação de Cataguanzes".

Inicialmente foram citados como acusados: Epaminondas da Costa Matos, Tharbaux Rodrigues Seabra, José Luiz do Vale, João Honório da Silva, Pilades da Costa Matos e Wilson Alves Borges.

A empresa, porém, atendendo a que os indicados Pilades da Costa Matos e Wilson Alves Borges contavam menos de 10 anos de serviço, e Epaminondas da Costa Matos, solicitou seu desligamento do quadro do pessoal, pretendo seja autorizada tão somente a demissão dos demais empregados, visto terem ficado exuberantemente provadas as faltas aos mesmos atribuídas, conforme salienta a Comissão de Inquérito em seu relatório.

Isto posto, e

Considerando que, em 29 de abril de 1937, dois funcionários da Estrada — Pedro Afonso Rodrigues e Darcil Cavalcanti — apresentaram ao Chefe do Tráfego a acusação constante do documento de folhas 12 dos presentes autos, referente a graves irregularidades que se passavam na "Estação de Cataguanzes", cuja agência estava, então, entregue ao funcionário Epaminondas da Costa Matos, tendo sido designada uma comissão para proceder a uma rigorosa sindicância a respeito:

Considerando que, como se verifica a fls. 10, a referida comissão, depois de várias diligências, apresentou o relatório de folhas 162-200, onde são indicados como responsáveis pelas irregularidades denunciadas os aludidos empregados;

Considerando que as faltas podem ser assim enumeradas: a) desvio criminoso de café, quando se operavam as descargas dos carros transportadores de tal produto para os armazéns do Departamento Nacional do Café, em Cataguanzes; b) desfalque de 5:000\$000 (cinco contos de réis); c) jogo de renda nas férias diárias daquela estação; d) falta de cobrança da taxa de armazenagem em vários despachos de cargas recebidas; e) desfalque de 16:000\$000 (dezesseis contos de réis);

Considerando que o processo observou regularmente as normas traçadas nas "Instruções" deste Conselho, de 5 de junho de 1933, tendo sido facultado a todos os acusados pleno direito de defesa;

Considerando que o relatório da comissão especial de sindicância e, bem assim, o da Comissão de Inquérito, deixam irrefutavelmente demonstrada a manifesta responsabilidade dos funcionários acusados;

Considerando, com efeito, que há nos autos confissão escrita do empregado José Luiz do Vale; quanto a Tharbaux Rodrigues Seabra, oiente das irregularidades graves, deixou de as levar ao conhecimento da administração da empresa; e, finalmente, sobre o trabalhador João Honório da Silva, exercendo as suas funções no serviço de descarga de cafés consignados aos armazéns do Departamento Nacional do Café, em Cataguanzes, sabia que estava praticando falta grave com o desvio criminoso de tais cafés, retirados à noite para um armazém particular por ordem de um companheiro — Pilades da Costa Matos;

Considerando, assim, que positivamente as imputações feitas pela portaria de fls. 5-8, se justifica a demissão pedida pela empresa, "ex-vi" do disposto no art. 53 e parágrafos, combinado com o art. 54, alínea "a", do decreto n. 20.465, de 1931;

Resolvem os membros da Primeira Câmara do Conselho Nacional do Trabalho aprovar o inquérito e autorizar a demissão dos acusados.

Rio de Janeiro, 2 de maio de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Eduardo Pederneras*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Rec. 2.597/37 — Vistos e relatados os autos do presente recurso interposto pelo associado da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários do Nordeste do Brasil, Eris Maia, do ato da Junta Administrativa da mesma Caixa, que indeferiu o seu pedido de pagamento de despesas efetuadas com o tratamento médico de sua filha Snayth.

Considerando que os serviços médicos de sua filha Snayth nos períodos de 27 de outubro a 15 de novembro de 1936, e de 1 a 6 de maio de 1937 (documentos de fls. 27 e 28), foram posteriores ao pedido de inscrição da referida menor, sendo, portanto, atendíveis, visto de que ficou decidido no acórdão de 15 de fevereiro de 1937, publicado no *Diário Oficial* de 1 de junho de 1937 — favorável à inclusão da filha do recorrente como sua beneficiária;

Considerando que o recorrente foi obrigado a se valer de médico estranho ao corpo clínico da Caixa, em virtude das dificuldades surgidas no decorrer do processo de inscrição daquela sua filha, justificando-se, pois, a indenização pleiteada, que deverá, no entanto, atingir, apenas, os serviços médicos devidamente provados;

Resolvem os membros da 1ª Câmara do Conselho Nacional do Trabalho dar provimento, em parte, ao recurso para o fim de, reformada a decisão recorrida, ser procedida ao pagamento, apenas, das duas contos de fls. 27 e 28, únicas referentes ao tratamento realmente prestado à menor Snayth, no valor de 240\$000.

Rio de Janeiro, 23 de maio de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Augusto Paranhos Fontenelle*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Rec. 2.892/38 — Vistos e relatados os presentes autos, em que Maria Inês das Mercês, beneficiária do falecido associado Odilon Prado de Oliveira, recorre para este Conselho do ato da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Serviços Urbanos por Concessão, em Macaé, que deixou de se pronunciar sobre o seu pedido de pensão, de vez que se habilitou também a esse benefício D. Esmeraldina Eudocília, viúva do falecido associado;

Considerando que compete à Junta decidir, em primeira instância, de todas as questões referentes, dentre outros assuntos, as pensões requeridas pelos herdeiros ou beneficiários de seus associados;

Considerando que da decisão da Junta, concedendo ou negando o benefício é que cabe recurso para uma das Câmaras deste Conselho;

Resolvem os membros da 1ª Câmara do Conselho Nacional do Trabalho mandar devolver o presente recurso à Caixa, para que a Junta respectiva julgue de *meritis* como melhor lhe parecer, recorrendo os interessados se quiserem.

Rio de Janeiro, 6 de junho de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Alvaro Corrêa da Silva*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Rec. 2.720/38 — Vistos e relatados estes autos, em que Hildo Kopf recorre para este Conselho do ato da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários do Rio Grande do Sul, que lhe negou o custeio de um exame radiológico, requisitado pelo médico do quadro dessa instituição;

Considerando que os exames radiológicos e de laboratório não constituem a finalidade precípua da assistência médico-hospitalar prevista pelo decreto n. 22.016, de 26 de outubro de 1932, pois são complementares e se subordinam ao critério da necessidade das elucidações diagnósticas;

Considerando ainda que, no caso em apelo, a Caixa informa que a dotação orçamentária não comporta e não tem comportado esses exames, tanto que desde 1932 são eles descontados dos vencimentos dos associados;

Resolvem os membros da 1ª Câmara do Conselho Nacional do Trabalho negar provimento ao recurso, afim de confirmar a decisão da Caixa.

Rio de Janeiro, 23 de maio de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Alvaro Corrêa da Silva*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Rec. 2.433/37 — Vistos e relatados estes autos, em que são partes, como recorrente, Francisco de Bastos Melo, e recorrida, a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Leopoldina Railway, deles se verifica o seguinte:

Em 6 de junho de 1936 a Caixa concedeu ao médico reclamante, Dr. Francisco de Bastos Melo, um auxílio de 300\$000 mensais para condução, mas sob a condição de absoluta precariedade e, de maneira expressa, ficou determinado no documento de fls. 8 que esse auxílio não se incorporava aos vencimentos do médico e a qualquer tempo podia ser suspenso.

O Dr. Francisco de Bastos Melo aceitou o caso sem qualquer reclamação.

Mas, a 17 de junho de 1937 (conforme se vê do documento de fls. 9), a Caixa não mais pôde manter o auxílio e suspendeu a verba de 300\$000 para condução.

Não se conformando com a suspensão desse auxílio o médico reclamou à Junta Administrativa, que lhe indeferiu o pedido e assim veio recorrer a este Conselho.

Isto posto e

Considerando que o recurso é de improcedência absoluta:

a) porque a verba de 300\$000 é um auxílio para condução;

b) porque esse auxílio foi concedido a título precário, logo, podendo a Caixa suspendê-lo quando julgado conveniente;

c) no documento de fls. 8 ficou positivamente expresso que esse auxílio não era aumento de vencimentos;

d) o reclamante não tem o decênio legal que lhe garante a estabilidade funcional, logo, não teria fundamento legal sua reclamação sobre diminuição de vencimentos;

Considerando que, por esses motivos, a Caixa pode lhe retirar o auxílio de 300\$000 para condução, porque só a Junta tem competência para resolver o assunto:

Resolvem os membros da 1ª Câmara do Conselho Nacional do Trabalho negar provimento ao presente recurso.

Rio de Janeiro, 4 de abril de 1938. — *Luiz Augusto do Rego Monteiro*, vice-presidente em exercício. — *Gualter José Ferreira*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.
Rec. 2.836-38 — Vistos e relatados os autos deste recurso, em que são partes, como recorrente, Dircen Leães Duarte, e, recorrido, o Conselho Administrativo do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, que lhe fixou em 50\$ a pensão mensal:

Considerando que o falecido marido da recorrente era empregado, maior de 60 anos, e embora, por intermédio da empresa, houvesse ele contribuído para os cofres do Instituto no período de janeiro de 1935 a fevereiro de 1937, não requereu, porém, a sua inscrição de acordo com a faculdade que conferia o art. 185 do regulamento baixado com o decreto n. 183 de 26 de dezembro de 1934. Assim, só se deve considerar como legalmente recolhida a contribuição relativa aos mês de fevereiro de 1937;

Considerando, pois, que em face dos textos legais, à recorrente e aos filhos só cabe a quota mensal de 50\$, ex-vi dos arts. 70, inciso II, e 71, § 1º do decreto citado;

Resolvem os membros da Primeira Câmara do Conselho Nacional do Trabalho negar provimento ao presente recurso, por falta de amparo legal.

Rio de Janeiro, 2 de maio de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Gualter José Ferreira*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, proc. geral.

Rec. 2.820-38 — Vistos e relatados os autos deste recurso, em que são partes, como recorrente, Dora Borges de Oliveira e Silva, e, recorrido, o Conselho Administrativo do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, que lhe fixou em 50\$ a pensão mensal:

Considerando que o marido da recorrente efetuou, tão somente, o pagamento de seis contribuições mensais para os cofres do Instituto, e, assim, forçoso é reconhecer que à espécie se aplica o disposto no art. 14, § 4º, do decreto n. 24.273 de 22 de maio de 1934, preceito de ordem geral, terminante, insusceptível de qualquer interpretação mais humana;

Resolvem os membros da Primeira Câmara do Conselho Nacional do Trabalho negar provimento ao presente recurso, por falta de fundamento legal.

Rio de Janeiro, 2 de maio de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Gualter José Ferreira*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, proc. geral.

Rec. 2.801-38 — Vistos e relatados os autos do presente recurso, em que são partes, como recorrente, Angelina Teixeira e, recorrido o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, que lhe indeferiu o pedido de pensão:

Considerando que a situação da recorrente foi devidamente examinada pelo Sr. Dr. procurador geral do Instituto, conforme se verifica do seu parecer de fls. 49-50 e, ainda, ratificado pelo de fls. 57:

Resolvem os membros da Primeira Câmara do Conselho Nacional do Trabalho negar provimento ao recurso, para confirmar a decisão do Conselho Administrativo.

Rio de Janeiro, 6 de junho de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Augusto Paranhos Fontenelle*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, proc. geral.

Rec. 2.813-38 — Vistos e relatados os presentes autos, em que Pedro Álvares Cabral recorre do ato do Conselho Administrativo do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, que indeferiu o seu pedido de restituição de contribuições:

Considerando que os pareceres dos Srs. procuradores do Instituto, postas as presentes autos, esclarecem devidamente a questão:

Resolvem os membros da Primeira Câmara do Conselho Nacional do Trabalho negar provimento ao presente recurso.

Rio de Janeiro, 6 de junho de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Alvaro Corrêa da Silva*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, proc. geral.

Rec. 2.774-38 — Vistos e relatados os autos do presente recurso, interposto pelo Dr. Alberto de Barros Sheldon, associado da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da São Paulo Railway, do ato da respectiva Junta Administrativa que indeferiu o seu pedido de inscrição a favor de D. Maria Isabel Lisboa Leme, com quem ela contraiu núpcias no México, após haver se divorciado, nessa mesma país, de sua primeira esposa, D. Maria Elza de Camargo Sheldon:

Considerando que a Junta da Caixa foi injusta em sua decisão, mandando cancelar a inscrição de D. Maria Elza de Camargo Sheldon, porque, além desta se achar regularmente inscrita, não há prova nos autos que justifique tal resolução;

Considerando que não se cancelam inscrições a não ser em virtude de provas irrefutáveis, porque do contrário qualquer associado desmascarado e inescrupuloso será capaz de indicar herdeiros seus como tendo vida deshonesta para beneficiar outros, sacrificando assim a alta finalidade da lei;

Considerando, finalmente, que a Caixa não podia chegar à sua decisão sem ouvir a Exma. Sra. D. Maria Elza, tanto mais que contra essa senhora nada se alega que a desabone:

Resolvem os membros da Primeira Câmara do Conselho Nacional do Trabalho dar provimento ao recurso, para ser mantida a inscrição

de D. Maria Elza de Camargo Sheldon até que, em processo regular, possa a inscrição ser cancelada.

Rio de Janeiro, 13 de junho de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Corrêa da Silva*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, proc. geral.

Recurso n. 2.850/38 — Vistos e relatados os presentes autos, em que Maria de Santana, viúva de Benedito Pimenta da Silva, ex-empregado da St. John d'El-Rey Mining Co. Ltd., recorre para este Conselho do ato da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Serviços de Mineração, em Morro Velho, que lhe negou a pensão para si e seus filhos menores, sob alegação de não ter o falecido empregado contribuído para os seus cofres, conforme determina o art. 23 do decreto n. 20.465 e, também, por se achar prescrito o direito da reclamante:

Considerando que, em virtude do decorrer da lei o direito ao benefício e esta sendo de 1 de outubro de 1931, os empregados falecidos após sua vigência são considerados como si tivessem sido inscritos na Caixa que só se instalou em 1936;

Considerando que não corre a prescrição do art. 36, porque houve um motivo de força maior que impediu o decurso do prazo prescricional — a não instalação da Caixa, o que obsteu o exercício do direito de requerer a pensão;

Considerando que a jurisprudência vigente é toda no sentido de mandar inscrever os herdeiros dos empregados na Caixa em apelo:

Resolvem os membros da Primeira Câmara do Conselho Nacional do Trabalho dar provimento ao recurso para conceder aos recorrentes o direito à inscrição na Caixa e aos benefícios legais a que têm direito, como mulher e filhos do *de cujus*.

Rio de Janeiro, 6 de junho de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Alvaro Corrêa da Silva*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Recurso n. 24179/37 — Vistos e relatados os autos do presente recurso, interposto por Manuel Feliciano, aposentado pela Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Central do Brasil, do ato da respectiva Junta Administrativa da mesma Caixa, que lhe negou deferimento ao pedido de revisão da sua aposentadoria, para o fim de ser calculado o seu tempo de serviço na base de 300 dias por ano, conforme jurisprudência deste Conselho:

Considerando que se deve atender à circunstância de ter sido a presente aposentadoria concedida em 1928, de acordo com os dispositivos legais vigente àquela época (decreto n. 17.941, de 11 de outubro de 1927), não se justificando a aplicação no caso da jurisprudência firmada por este Conselho, posteriormente, na vigência de outra lei:

Resolvem os membros da Primeira Câmara do Conselho Nacional do Trabalho negar provimento ao presente recurso, para confirmar a decisão da Caixa.

Rio de Janeiro, 27 de junho de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Eduardo Pedernheiras*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Recurso n. 2.758/38 — Vistos e relatados os autos do presente recurso, interposto pela ex-funcionária da Secretaria da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Serviços de Tração, Luz, Força e Gás de São Paulo, Eunice Augusta Aguiar de Sousa, da decisão da respectiva Junta Administrativa que indeferiu o seu pedido de pagamento do aumento de vencimentos correspondente ao período de janeiro a outubro de 1937, época em que se demitiu das funções que vinha exercendo:

Considerando que o aumento de vencimentos concedido por acordo de 21 de outubro de 1937 — proc. n. 5.322/37 — retroagiu, por determinação deste Conselho, a 1 de janeiro de 1937;

Considerando que se o aumento foi pago desde 1 de janeiro de 1937, como ato retroativo, e se D. Eunice foi funcionária efetiva desde esta data até 16 de novembro de 1937, só por absurdo se poderá ter em conta que ela não devesse receber o aumento, quando todos os seus companheiros fizeram jus a essa vantagem:

Resolvem os membros da Primeira Câmara do Conselho Nacional do Trabalho dar provimento ao recurso, afim da recorrente receber o que de direito lhe cabe.

Rio de Janeiro, 13 de junho de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Gualter José Ferreira*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Rec. 2.865-38 — Vistos e relatados os autos do presente recurso, interposto pelos membros da Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões de Serviços de Mineração, em Morro Velho, Srs. José Martins de Lima, Argemiro Marçal de Oliveira e Augusto Bernardino, da decisão vencedora, pelo voto de desempate, da presidência da mesma Junta, pela qual denegou o pedido de pensão pleiteada por D. Altina de Paz de Sousa:

Considerando que quando a interessada requereu o benefício, o direito a este já estava prescrito, pois falecendo o seu marido em 1933, só em fins de 1937 foi que ela requereu a pensão;

Resolvem os membros da 1ª Câmara do Conselho Nacional do Trabalho negar provimento ao recurso, para confirmar a decisão recorrida.

Rio de Janeiro, 13 de junho de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Gualter José Ferreira*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, proc. geral.

SEGUNDA CAMARA

Proc. 5.232-37 — Vistos e relatados os autos deste processo em que Frutuoso Engrácio da Rocha reclama contra sua demissão da The Great Western of Brasil Railway Company:

Considerando que o referido ferroviário reclama contra sua demissão da Great Western, ocorrida em dezembro de 1934, declarando

que a mesma se deu com inobservância do disposto no art. 58 e parágrafos do Dec. 20.465, de 1931;

Considerando que a Empresa, ouvida sobre o assunto, contesta o direito do suplicante, pretendendo provar que o seu tempo de serviço, nada data em que foi demitido por abandono de emprego, era inferior a 10 anos;

Considerando que o reclamante ofereceu a sua "caderneta de empregado" e da qual apurou o "Serviço Técnico Atuarial" tempo superior a um decênio, estando, pois, amparado pela legislação em vigor, atendida a circunstância de que a reclamada não fez prova, mediante inquérito, de haver o mesmo reclamante praticado falta grave, passível de demissão;

Isto posto

Resolvem os membros da Segunda Câmara do Conselho Nacional do Trabalho julgar procedente a reclamação e determinar a reintegração do reclamante, Frutoso Engrácio da Rocha.

Rio de Janeiro, 27 de junho de 1938. — *Luiz Augusto de Rego Monteiro*, presidente. — *José L. Salgado Scarpa*, relator.

Fui presente. — *Waldo C. L. Vasconcellos*, Adj. interino da Procuradoria.

Proc. 3.219-37 — Vistos e relatados os autos deste processo em que consta o inquérito administrativo instaurado por The Great Western of Brasil Railway Company contra o empregado José Aguiar de Sousa;

Considerando que o inquérito foi instaurado para apurar a responsabilidade daquele ferroviário, agente de 3ª classe, pelas irregularidades praticadas na confecção de despachos de bagagem, o que constituiu ato de improbidade, falta grave prevista na alínea a do art. 54 do Dec. 20.465, de 1931;

Considerando, preliminarmente, que o inquérito, quanto à forma processual, observou as normas traçadas nas "Instruções" deste Conselho, de 5 de julho de 1933, tendo sido facultado ao acusado pleno direito de defesa;

Considerando, quanto à imputação feita pela Portaria de fls. 5, que a Comissão de inquérito apurou com minúsculas as irregularidades praticadas pelo acusado, e consistentes na majoração das importâncias de vários despachos confeccionados pelo mesmo funcionário, com o fim de lesar os clientes da Empresa, o que chegou a ser consumado;

Considerando que as justificativas oferecidas pelo acusado — e analisadas no Relatório de fls. 67-71 e parecer de fls. 77 verso — são por demais frágeis para o isentar da culpa;

Considerando, outrossim, que a fé de ofício de fls. 62-6 em nada recomenda a vida funcional do acusado;

Considerando, assim, que, positivada a prática de ato de improbidade, se justifica a aplicação da pena de demissão;

Resolvem os membros da Segunda Câmara do Conselho Nacional do Trabalho aprovar o inquérito e autorizar a demissão do ferroviário José Aguiar de Sousa.

Rio de Janeiro, 27 de junho de 1938. — *Luiz Augusto de Rego Monteiro*, presidente. — *Manoel Tibúrcio da Silva*, relator.

Fui presente. — *Waldo C. L. Vasconcellos*, Adj. interino da Procuradoria.

Processo n. 4.752/34 — Vistos e relatados os autos deste processo em que consta inquérito administrativo instaurado pela Estrada de Ferro Sorocabana contra o empregado Olímpio Barco;

Considerando que a referida Estrada submetendo à apreciação e julgamento deste Conselho o inquérito administrativo que fez instaurar contra o seu empregado Olímpio Barco com mais de 10 anos de serviço, acusa-o como o autor do desvio de vinte caixas de bamba, e de tê-las vendido a terceiros, locupletando-se com o resultado da venda

Considerando que o processo, regularmente organizado, segundo as "Instruções" deste Conselho, correu à inteira revelia do acusado, apesar de ter diversas vezes sido notificado para se defender;

Considerando que, como regista a informação da Seção competente (fls. 52) e o parecer da Procuradoria Geral (fls. 63), a falta está devidamente comprovada, justificando-se assim a demissão do acusado, pela prática de ato de improbidade que o torna incompatível com o serviço (letra a do art. 54 do decreto n. 20.465, de 1931);

Resolvem os membros da Segunda Câmara do Conselho Nacional do Trabalho aprovar o inquérito e autorizar a demissão do acusado.

Rio de Janeiro, 6 de junho de 1938. — *Luiz Augusto de Rego Monteiro*, presidente. — *Oswaldo da Costa Miranda*, relator.

Fui presente. — *Waldo C. L. Vasconcellos*, adjunto interino da Procuradoria.

Processo n. 7.443/34 — Vistos e relatados os autos deste processo em que consta o inquérito administrativo instaurado pela Viação Férrea do Rio Grande do Sul contra o funcionário Frederico Niederaner;

Considerando que o inquérito ora em julgamento, como está esclarecido na informação de fls. 60/4 e parecer de fls. 67/8, não observou as normas traçadas nas "Instruções" de 5 de junho de 1933;

Resolvem os membros da Segunda Câmara do Conselho Nacional do Trabalho determinar a readmissão do acusado ao serviço, ressalvado à Estrada o direito de promover a instauração de novo inquérito, dentro do prazo legal.

Rio de Janeiro, 6 de junho de 1938. — *Luiz Augusto de Rego Monteiro*, presidente. — *Manoel Tibúrcio da Silva*, relator.

Fui presente. — *Waldo C. L. Vasconcellos*, adjunto interino da Procuradoria.

Processo n. 3.702/38 — Vistos e relatados os autos deste processo em que consta o inquérito administrativo instaurado pela Companhia Força e Luz Carioba contra o empregado Ludovico de Souza Pereira dos Santos;

Considerando que aquele empregado é acusado de haver abandonado o serviço sem causa justificada desde 16 de outubro de 1937, o que constitui falta grave prevista na alínea f do art. 54 do decreto n. 20.465, de 1931;

Considerando que a comissão de inquérito apurou mais que o acusado, quando em serviço, se apoderou da importância de réis 6:000\$000, pertencente à Empresa, não prestando as devidas contas;

Considerando, em face do exposto, que o acusado praticou faltas graves capituladas nas letras a e f do citado art. 54 do decreto n. 20.465;

Resolvem os membros da Segunda Câmara do Conselho Nacional do Trabalho aprovar o inquérito e autorizar a demissão do Ludovico de Souza Pereira dos Santos.

Rio de Janeiro, 6 de junho de 1938. — *Luiz Augusto de Rego Monteiro*, presidente. — *Irineu Malaguetta*, relator.

Fui presente. — *Waldo C. L. Vasconcellos*, adjunto interino da Procuradoria.

Processo n. 11.653/37 — Vistos e relatados os autos do presente processo em que Sabino Pinheiro reclama contra sua demissão de The Leopoldina Railway Company;

Considerando que a demissão do reclamante ocorreu em janeiro de 1928, quando ainda não contava 10 anos de serviço, não estando, pois, amparado pelo art. 43 da lei n. 5.109, de 20 de dezembro de 1926, então vigente;

Resolvem os membros da Segunda Câmara do Conselho Nacional do Trabalho julgar improcedente a reclamação, por falta de fundamento legal.

Rio de Janeiro, 27 de junho de 1938. — *Luiz Augusto de Rego Monteiro*, presidente. — *Irineu Malaguetta*, relator.

Fui presente. — *Waldo C. L. Vasconcellos*, adjunto interino da Procuradoria.

Processo n. 10.253/37 — Vistos e relatados os autos do presente processo, em que Antônio Paiva dos Santos, aposentado pela Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Leopoldina Railway, roga ao Sr. Ministro do Trabalho as providências cabíveis afim de ter majorada a respectiva quota mensal;

Considerando que o serviço técnico atuarial deste Conselho tendo examinado minuciosamente todos os cálculos e demais comprobatórios constantes do presente processo, verificou estarem os mesmos exatos e de conformidade com a legislação vigente;

Resolvem os membros da Segunda Câmara do Conselho Nacional do Trabalho indeferir o presente pedido e mandar restituir o processo ao Sr. Ministro do Trabalho.

Rio de Janeiro, 6 de junho de 1938. — *Luiz Augusto de Rego Monteiro*, presidente. — *Moriceira de Azevedo*, relator.

Fui presente. — *Waldo C. L. Vasconcellos*, adjunto interino da Procuradoria.

Processo n. 13.971-37 — Vistos e relatados os autos do presente processo, em que a Delegacia do Trabalho Marítimo de Curitiba encaminha a este Conselho, para o devido pronunciamento, a reclamação de Estanislau da Silva Mateos no sentido do ser providenciado da importância que dispendeu com o tratamento de sua saúde, em novembro de 1936, no porto de Montevideo;

Considerando que, em face das informações do Lloyd Brasileiro e do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, não é de se atender o pedido do interessado;

Resolvem os membros da Segunda Câmara do Conselho Nacional do Trabalho julgar improcedente a reclamação.

Rio de Janeiro, 6 de junho de 1938. — *Luiz Augusto de Rego Monteiro*, presidente. — *Moriceira de Azevedo*, relator.

Fui presente. — *Waldo Vasconcellos*, adj. do procurador geral.

Processo n. 2.153-38 — Vistos e relatados os autos deste processo em que Antônio Gonçalves reclama contra a suspensão que lhe foi imposta pela diretoria da Rêde Mineira de Viacão;

Considerando que a pena imposta ao reclamante, como ele própria declara, atingiu a 60 dias;

Considerando que em face da doutrina firmada pelo Conselho Nacional do Trabalho, em sessão plena de 3 de setembro de 1936, nenhuma providência cabe tomar em favor do reclamante;

Resolvem os membros da Segunda Câmara do Conselho Nacional do Trabalho não conhecer da reclamação.

Rio de Janeiro, 6 de junho de 1938. — *Luiz Augusto de Rego Monteiro*, presidente. — *Manoel Tibúrcio da Silva*, relator.

Fui presente. — *Waldo C. L. Vasconcellos*, adj. interino do procurador geral.

Processo n. 5.958-38 — Vistos e relatados os autos do presente processo em que Aloísio Fernandes de Araujo reclama contra sua demissão do Banco Holandês Unido;

Considerando que o bancário Aloísio Fernandes de Araujo, declarando contar mais de dois anos de serviço no referido estabelecimento, reclama perante este Conselho contra a sua demissão com inobservância do decreto n. 24.615 de 9 de julho de 1934, e respectivo regulamento, decreto n. 54 de 12 de setembro de 1934;

Considerando que sobre a queixa foi ouvido o Banco Holandês Unido, constando do ofício de fls. 6 os necessários esclarecimentos, pelos quais se verifica que a demissão do reclamante ocorreu em virtude de ter praticado o mesmo falta grave, consistente no desvio criminoso da importância de 198:000\$000 (cento e noventa e oito contos de réis), conforme declarações do indicado Banco;

Considerando que o reclamado, não contestando tempo de serviço do reclamante, alega, porém, que a demissão em lide não foi precedida do competente inquérito administrativo visto ter julgado desnecessário tal procedimento em face do que dispõe a lei n. 62, de 5 de junho de 1935;

Considerando que são improcedentes os argumentos oferecidos pelo réu, porquanto a espécie não é regida pela referida lei n. 62 que se relaciona tão somente com empregados do comércio e indústria, e sim, pelo decreto n. 54, citado, em cujo artigo 89 estabelece expressamente como condição essencial a dispensa de empregado bancário, com dois ou mais anos de serviço e acusado de falta grave, a aplicação da mesma falta em inquérito administrativo, que deveria ser, outrossim, submetido à apreciação a julgamento deste Conselho;

Considerando, assim, que o Banco Holandês Unido infringiu as disposições legais que regulam a espécie;

Resolvem os membros da Segunda Câmara do Conselho Nacional do Trabalho julgar procedente a reclamação de fls. 2, para o fim de ser o bancário Aloisio Fernandes Araujo readmitido no serviço do Banco Holandês Unido, facultado a este, porém, o direito de promover inquérito administrativo contra o reclamante, observadas as "Instruções" vigentes.

Rio de Janeiro, 18 de julho de 1938. — Luiz Augusto de Rego Monteiro, presidente. — Irineu Malaguetta, relator.

Fui presente. — Waldo C. L. de Vasconcellos, adjunto interino do procurador geral.

Proc. 1.171-38 — Vistos e relatados os autos do presente processo em que José de Oliveira, em petição dirigida ao Exmo. Sr. ministro do Trabalho, reclama contra sua demissão da Companhia Paulista de Estradas de Ferro;

Considerando que o próprio reclamante declara que, quando foi demittido, ainda não contava 10 anos de serviço;

Considerando, assim, que o art. 53 do decreto 20.465, de 1931, não ampara a pretensão do suplicante;

Resolvem os membros da Segunda Câmara do Conselho Nacional do Trabalho restituir o processo ao Sr. ministro, declarando à S. Ex. que a reclamação carece de fundamento legal.

Rio de Janeiro, 27 de junho de 1938. — Luiz Augusto de Rego Monteiro, presidente. — José L. Salgado Scarpa, relator.

Fui presente — Waldo C. L. Vasconcellos, adjunto interino da Procuradoria.

Proc. 10.054-35 — Vistos e relatados os autos do presente processo, em que Credo Negreli reclama contra a Estrada de Ferro Sorocabana e respectiva Caixa de Aposentadoria e Pensões, afim desta rever o seu processo de aposentadoria e aquela reparar-lhe uma injustiça feita;

Considerando que o meio empregado pelo Sr. Credo Negreli é inaceitável, pois, se em verdade ao reclamante assistisse direito contra a Estrada de Ferro Sorocabana, a sua ação deveria correr processo regular para garantia de sua estabilidade funcional que estivesse ferida;

Considerando que, quanto ao pedido de revisão de sua aposentadoria, não é de se atender, porque, além de não se verificar erro de cálculo, o interessado não ofereceu documento novo que justifique a revisão pleiteada;

Resolvem os membros da 2ª Câmara do Conselho Nacional do Trabalho julgar improcedente a reclamação.

Rio de Janeiro, 27 de junho de 1938. — Luiz Augusto de Rego Monteiro, presidente. — José Salgado Scarpa, relator.

Fui presente — Waldo Vasconcellos, adjunto do procurador geral interino.

Proc. 6.770-38 — Vistos e relatados os autos do presente processo em que a 1ª Inspeção Regional do Ministério do Trabalho encaminha à apreciação deste Conselho a reclamação de Valeriano Caetano de Almeida contra a "Société Sucrerie de Rio Branco", de Minas Gerais;

Considerando que, "ex-vi" do decreto-lei n. 39, de 3 de dezembro de 1937, é expressa a competência da Junta de Conciliação e Julgamento para conhecer e decidir do litígio de que trata o presente processo;

Resolvem os membros da Segunda Câmara do Conselho Nacional do Trabalho não conhecer do assunto e devolver os autos à 1ª Inspeção Regional, para os fins de direito.

Rio de Janeiro, 27 de junho de 1938. — Luiz Augusto de Rego Monteiro, presidente. — Oswaldo da Costa Miranda, relator.

Fui presente — Waldo C. L. Vasconcellos, adjunto interino da Procuradoria.

Proc. 9.551-37 — Vistos e relatados os autos deste processo, em que consta inquérito administrativo instaurado pelo Lloyd Nacional S. A. contra o marítimo Pedro Block da Costa, acusado da falta grave de abandono de emprego;

Pedro Block da Costa, em junho de 1936, ofereceu perante este Conselho reclamação contra a administração do Lloyd Nacional S. A., alegando perseguições contra sua pessoa, deixando de receber serviço.

Submetido o caso a julgamento, foi o mesmo considerado improcedente, por acórdão de 30 de novembro de 1936 (fls. 18, do processo 1.266-36, em apenso).

Ciente dessa decisão, a Empresa reclamada transferiu incontinenti o reclamante para Recife, o que não chegou a se verificar, visto ser Pedro Block da Costa alegado, para isso, motivo de doença em pessoa da família e, bem assim, pretender aguardar a decisão definitiva deste Conselho, uma vez que o acórdão da Primeira Câmara era passível de embargos, e desse direito já se prevalecera em tempo oportuno.

A Empresa, porém, não aguardou o julgamento final do feito, e promoveu contra o empregado o inquérito administrativo constante destes autos, acusando-o como incurso na letra "f" do art. 5º da lei 62, de 5 de junho de 1935;

Nessas condições, veio presente a esta Câmara o processo para ser apreciado e julgado o inquérito em questão.

Isto posto, e

Considerando, preliminarmente, que em se tratando de empresa marítima, a espécie é regida pelo decreto n. 22.872, de 29 de junho de 1933, e não pela lei 62, como consta da portaria que determinou a instauração do inquérito (fls. 5), devendo, pois, a falta ser capitulada na letra "f" do art. 90 daquele indicado decreto;

Considerando que o mesmo inquérito, segundo a referida portaria de fls. 5, foi instaurado em 24 de abril de 1937, e o seu encerramento se deu em 7 de julho seguinte, antes, portanto, da manifestação definitiva do Conselho, relativamente aos embargos, que ocorreu em acórdão de 29 de julho daquele ano (fls. 31, do processo apensado);

Considerando que, assim sendo, não cabia a imputação levantada pela Empresa, porque a reclamação ainda estava "sub judice", não se justificando o julgamento do inquérito;

Considerando, em última análise, que já tendo o Egregio Conselho Pleno se manifestado sobre os embargos, não mais se justifica a recusa do empregado em assumir o lugar que lhe foi determinado;

Resolvem os membros da 2ª Câmara do Conselho Nacional do Trabalho, não conhecendo do inquérito, por prematura a acusação, facultar à Empresa o direito de fazer nova designação de serviço e lugar.

Rio de Janeiro, 9 de maio de 1938. — Luiz A. de Rego Monteiro, presidente. — Moreira Azevedo, relator.

Fui presente. — Waldo C. L. Vasconcellos, adjunto, interino, do procurador geral.

Rec. n. 2.687/37 — Vistos e relatados os presentes autos, em que Carlos Ferreira, assistido do procurador do Departamento de Profilaxia da Lepra do Estado de São Paulo, recorre para este Conselho do ato da Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Trabalhadores em Trapiches e Armazens, que fixou em 57\$600 mensais a importância de sua aposentadoria;

Considerando que o recorrente que lhe assiste direito a aposentadoria por invalidez, com 3/8 do salário médio percebido nos últimos três anos, ou sejam 196\$900 mensais, mais a majoração;

Considerando, porém, que a aposentadoria em apreço foi concedida nos termos da lei vigente ao tempo de sua concessão, quando vigorava o decreto n. 114, de 5 de abril de 1935, o qual não distinguia entre trabalhadores avulsos e fixos, como ora o faz o decreto n. 1.557, de 8 de abril de 1937 no art. 9º;

Resolvem os membros da 2ª Câmara do Conselho Nacional do Trabalho, negar provimento ao presente recurso, para aprovar o ato da Caixa, contra os votos dos conselheiros Manuel Tiburcio da Silva e Moreira de Azevedo.

Rio de Janeiro, 6 de junho de 1938. — Luiz Augusto de Rego Monteiro, presidente. — Irineu Malaguetta, relator.

Fui presente. — Waldo Vasconcellos, adjunto do procurador geral interino.

Rec. n. 2.401/37 — Vistos e relatados estes autos, em que são partes, como recorrente, Maria Nazaré Mendes Barradas, c. recorrida, a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da São Paulo Railway, deles se verifica o seguinte:

Viúva e filhos do associado João Mendes Barradas, por morte deste, habilitaram-se por procuração — fls. 43 — à pensão, como beneficiários do aludido aposentado.

A Caixa negou o benefício sob o fundamento de que, residindo os beneficiários em Portugal, não ficou provada a dependência econômica exclusiva em que viviam do "de cujus" e porque a procuração deve ser relevada semestralmente, sendo ainda deficientes os seus poderes.

Desta decisão recorre a interessada para este Conselho.

Considerando que a Carta da Casa Bancária de fls. 66 é evasiva, de certo devido à lei nacional relativa à remessa de fundos para o exterior, mas a fls. 78, do lugar de recebimento, prova a remessa dos saques para a viúva e filhos do "de cujus";

Considerando que a prova de residência se encontra à fls. 68, assim como as certidões de idade estão revestidas das formalidades legais;

Considerando que a procuração outorgada pela viúva contém os poderes necessários, pois, só ela poderia fazê-lo, com autoridade, em seu nome e no de seus filhos menores, José Maria e Maria da Encarnação, como tutora nata dos mesmos, uma vez que são menores impúberes e como tais absolutamente incapazes para os atos da vida civil;

Considerando que só não serve dito instrumento, em relação ao habilitando Manuel, porque, na data da outorga da procuração de fls. 43, era menor pubere, isto é, maior de 16 anos e menor de 21 anos (Cod. Civil, art. 6º, n. 1), podendo, pois, constituir procurador, assistido de sua mãe;

Considerando, porém, que isto não invalida a habilitação, desde que é ato que pode ser ratificado por documento hábil;

Considerando, que, quanto à renovação do mandato, como exige o art. 44, do decreto n. 20.465, semestralmente, a exigência compete-se, é para os fins de recebimento da pensão e não para a habilitação;

Considerando, portanto, que quando tiver de ser paga a pensão é que a Caixa poderá exigir nova procuração dos interessados, isto é, a da viúva, por si e seus dois filhos menores de 18 anos e a do menor pubere Manuel, assistido pela sua mãe, assim como novos atestados de vida e residência;

Resolvem os membros da 2ª Câmara do Conselho Nacional do Trabalho, dar provimento ao recurso, afim de, reformada a decisão da Caixa, ser concedida a pensão à viúva e seus dois filhos menores, dependendo a concessão da relativa ao menor Manuel da constituição de procurador que, em seu nome, ratifique a habilitação e possa receber a pensão que lhe cabe desde a data do falecimento de seu genitor até o dia 18 de agosto de 1937, data em que completou a idade limite do art. 34, n. 2, do decreto n. 20.465, a menos que se prove devidamente a hipótese da sua invalidez.

Resolvem, outrossim, mandar riscar, nas razões de recurso do procurador constituído pelos beneficiários, as expressões descorteses que usou para com a Junta Administrativa.

Rio de Janeiro, 16 de maio de 1938. — *Luiz Augusto do Rego Monteiro*, presidente. — *Irineu Malaqueta*, relator.

Fui presente. — *Waldo Vasconcellos*, adjunto do procurador geral, interino.

Proc. n. 7.993/37 — Vistos e relatados os autos do presente processo, em que a Companhia Linha Circular de Carris da Baía submetta ao julgamento deste Conselho, *ex-vi* do art. 53, § 1.º, do decreto número 20.465, de 1931, o inquérito administrativo instaurado contra José Ferreira do Nascimento e outros:

Considerando que os empregados José Ferreira do Nascimento, Moisés Guttemberg da Silva, Gonzalo Alves do Lago, João Cância Duarte e José Erotildes da Silva são apontados no presente inquérito como participantes da agressão física sofrida pelo chefe das oficinas da referida Companhia, e mais dois auxiliares seus, fato ocorrido no dia 8 de março de 1937;

Considerando que o processo obedeceu às normas traçadas nas "Instruções" deste Conselho, tendo sido facultado aos acusados pleno direito de defesa;

Considerando, *de meritis*, que o parecer de fls. 129/131, da Procuradoria Geral deixa perfeitamente demonstrada a procedência da acusação, concluindo seja autorizada a demissão dos implicados;

Resolvem os membros da Segunda Câmara do Conselho Nacional do Trabalho, de conformidade com os fundamentos do referido parecer, e contra o voto do relator, julgar procedente o inquérito e autorizar a demissão dos acusados.

Rio de Janeiro, 18 de Abril de 1938. — *Americo Ludolf*, presidente. — *Sebastião Moreira Azevedo*, relator *ad-hoc*.

Fui presente. — *Waldo C. L. Vasconcellos*, adjunto do procurador geral, interino.

Rec. n. 2.470/37 — Vistos e relatados os autos do presente recurso, interposto pelo presidente da Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Leopoldina Railway, da decisão proferida pela maioria da mesma Junta, que, solucionando um pedido do tutor da menor Araci, filha de Margarida do Prado Couto, falecida, pensionista da Caixa, mandou que lhe fosse pago o montante da pensão não recebida em vida por essa senhora:

Considerando que, conforme consta dos presentes autos, trata-se de pensão não recebida em certo tempo, em virtude de ter falecido a viúva, D. Margarida do Prado Couto;

Considerando que existe uma menor, filha da falecida pensionista, que se habilitou à pensão, por intermédio do seu tutor (fls. 10):

Considerando que se acham satisfeitas todas as exigências regulamentares e, ainda, em face do parágrafo único do art. 33 do decreto n. 20.465, é de se julgar legal a decisão da Junta;

Resolvem os membros da Segunda Câmara do Conselho Nacional do Trabalho dar provimento ao presente recurso, para reconhecer o direito da menor Araci.

Rio de Janeiro, 16 de maio de 1938. — *Luiz Augusto do Rego Monteiro*, presidente. — *Manoel Tiburcio da Silva*, relator.

Fui presente. — *Waldo Vasconcellos*, adjunto do procurador geral, interino.

Recurso n. 2.523-37 — Vistos e relatados os autos do presente recurso, interposto por Joaquim José de Moraes do ato da Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões de Serviços de Mineração, em Morro Velho, que negou deferimento ao seu pedido de concessão de aposentadoria compulsória:

Considerando que a decisão da Caixa foi justa, porque o recorrente deixou os serviços da empresa em junho de 1932, antes, portanto, de entrar em vigor o decreto n. 22.096, de 16 de novembro de 1932, lei esta que instituiu aquela Caixa;

Resolvem os membros da Segunda Câmara do Conselho Nacional do Trabalho negar provimento ao presente recurso.

Rio de Janeiro, 6 de junho de 1938. — *Luiz Augusto do Rego Monteiro*, presidente. — *Manoel Tiburcio da Silva*, relator.

Fui presente. — *Waldo Vasconcellos*, adjunto do procurador geral, interino.

Recurso n. 2.501-37 — Vistos e relatados os presentes autos, em que Luiza Ferreira de Matos, viúva de Antônio Gonçalves de Matos, ex-funcionário da St. John d'El Rey Mining Company, Limited, recorre para este Conselho do ato da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Serviços de Mineração, em Morro Velho, que lhe negou a pensão para si e uma filha menor, sob a alegação de não ter o falecido em-

pregado contribuído para os seus cofres, conforme determina o artigo 23 do decreto n. 20.465:

Considerando que se trata de hipótese idêntica a vários casos já resolvidos favoravelmente por este Conselho, que tem decidido que a falta de contribuições do empregado não prejudica o direito de seus beneficiários, uma vez que nenhuma responsabilidade lhes cabe na demora havida na instalação da caixa em apreço;

Resolvem os membros da Segunda Câmara do Conselho Nacional do Trabalho dar provimento ao recurso para determinar que a Caixa, processe o benefício, na forma da lei.

Rio de Janeiro, 6 de junho de 1938. — *Luiz Augusto do Rego Monteiro*, presidente. — *Irineu Malaqueta*, relator.

Fui presente. — *Waldo Vasconcellos*, adjunto do procurador geral, interino.

Recurso n. 2.658-37 — Vistos e relatados os presentes autos, em que Maria Luiza Duarte, viúva de Luiz Laurindo, ex-funcionário da St. John d'El Rey Mining Company, Limited, recorre para este Conselho do ato da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Serviços de Mineração, em Morro Velho, que lhe negou a pensão para si e seus filhos menores, sob a alegação de não ter o falecido empregado contribuído para os seus cofres, conforme determina o art. 23 do decreto n. 20.465:

Considerando que se trata de hipótese idêntica a vários casos já resolvidos favoravelmente por este Conselho, que tem decidido que a falta de contribuições do empregado não prejudica o direito de seus beneficiários, uma vez que nenhuma responsabilidade lhes cabe na demora havida na instalação da Caixa em apreço;

Resolvem os membros da Segunda Câmara do Conselho Nacional do Trabalho dar provimento ao recurso para determinar que a Caixa processe o benefício, na forma da lei.

Rio de Janeiro, 6 de junho de 1938. — *Luiz Augusto do Rego Monteiro*, presidente. — *Morcia de Azevedo*, relator.

Fui presente. — *Waldo Vasconcellos*, adjunto do procurador geral, interino.

Recurso n. 2.461-37 — Vistos e relatados os autos do presente recurso, interposto por Adolfo Colle, associado da Caixa de Aposentadoria e Pensões de Serviços de Mineração, em Tubarão, do ato da respectiva Junta Administrativa, que lhe indeferiu o pedido de pagamento da quantia de 672\$000, relativo à assistência médica prestada à sua filha, por um facultativo estranho ao corpo clínico da Caixa;

Considerando que o recorrente infringiu o art. 9º, incidindo na sanção do art. 11 do decreto n. 22.016, de 26 de outubro de 1932, pelo fato de procurar médico estranho à Caixa e, ainda, sem autorização desta;

Resolvem os membros da Segunda Câmara do Conselho Nacional do Trabalho negar provimento ao presente recurso.

Rio de Janeiro, 6 de junho de 1938. — *Luiz Augusto do Rego Monteiro*, presidente. — *Moreira de Azevedo*, relator.

Fui presente. — *Waldo Vasconcellos*, adjunto do procurador geral, interino.

Rec. n. 2.868-38 — Vistos e relatados os presentes autos, em que José Caminha Sampaio, engenheiro da Diretoria de Docas e Obras do Porto de Recife, recorre para este Conselho do ato da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Portuários de Recife, que lhe negou o pagamento da importância de 1:265\$000, proveniente de serviços médicos na pessoa do requerente e membros de sua família, quando em serviço da Empresa, na Capital do País;

Considerando que, conforme se verifica dos autos, não se trata de moléstia urgente que não comportasse um pedido prévio à Caixa de Recife, e, assim, houve infringência do art. 11 do decreto número 22.016, de 22 de outubro de 1932;

Resolvem os membros da 2ª Câmara do Conselho Nacional do Trabalho negar provimento ao recurso, para confirmar a decisão da Caixa.

Rio de Janeiro, 27 de junho de 1938 — *Luiz Augusto do Rego Monteiro*, presidente. — *Irineu Malaqueta*, relator.

Fui presente. — *Waldo Vasconcellos*, adjunto do procurador geral interino.

Rec. n. 2.821-38 — Vistos e relatados os autos do presente recurso, interposto por Davina de Melo Castro, viúva do ex-associado do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, Sebastião Siqueira Castro, do ato do respectivo Conselho Administrativo que, homologando a decisão do Conselho Regional, fixou a pensão em 174\$000 mensais, importância esta que a recorrente pede seja elevada;

Considerando que o parecer exarado a fls. 46/47 elucida plenamente a questão suscitada nestes autos, pois, os seus termos, concordes com os textos legais aplicáveis à espécie, tornam necessário maiores considerações para concluir pela improcedência do recurso;

Resolvem os membros da 2ª Câmara do Conselho Nacional do Trabalho negar provimento ao presente recurso, para confirmar a decisão recorrida.

Rio de Janeiro, 27 de junho de 1938. — *Luiz Augusto do Rego Monteiro*, presidente. — *Manoel Tiburcio da Silva*, relator.

Fui presente. — *Waldo Vasconcellos*, adjunto do procurador geral interino.

Rec. n. 2.178-37 — Vistos e relatados os autos do presente recurso, interposto por Lindolfo Ferreira dos Santos, aposentado pela Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Central do Brasil, do ato da respectiva Junta Administrativa que lhe indeferiu o pedido de revisão da sua aposentadoria, para o fim de ser calculado

o seu tempo de serviço, anterior a 1910, na base de 300 dias por ano, conforme jurisprudência deste Conselho:

Considerando que se deve atender à circunstância de ter sido a presente aposentadoria concedida em 1928, de acordo com os dispositivos legais vigentes àquela época (Dec. n. 17.941, de 11 de outubro de 1927), não se justificando a aplicação no caso da jurisprudência firmada por este Conselho, posteriormente, na vigência de outra lei;

Resolvem os membros da 2ª Câmara do Conselho Nacional do Trabalho negar provimento ao presente recurso, para confirmar a decisão da Caixa.

Rio de Janeiro, 27 de junho de 1938. — *Luiz Augusto do Rego Monteiro*, presidente. — *Manoel Tiburcio da Silva*, relator.

Fui presente. — *Waldo Vasconcellos*, adjunto do procurador geral interino.

Rec. n. 2.572-7 — Vistos e relatados os autos do presente recurso, interposto por Odilon Corrêa, associado da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Ilhéus à Conquista, do ato da respectiva Junta Administrativa que lhe indeferiu o pedido de pagamento na importância dispendida com a intervenção cirúrgica a que se submeteu sua esposa;

Considerando que, conforme se verifica dos autos, não foram observadas, pela reclamante, as formalidades do art. 10, do Decreto n. 22.016, de 26 de outubro de 1932;

Resolvem os membros da 2ª Câmara do Conselho Nacional do Trabalho negar provimento ao presente recurso.

Rio de Janeiro, 6 de junho de 1938. — *Luiz Augusto do Rego Monteiro*, presidente. — *Manoel Tiburcio da Silva*, relator.

Fui presente. — *Waldo Vasconcellos*, adjunto do procurador geral interino.

Rec. 2.603-37 — Vistos e relatados os presentes autos, em que Antônio Barbosa Cabral recorre da decisão do Conselho Administrativo do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos que lhe negou o pagamento da quantia de 1:638\$000, a título de indenização para despesas que efetuou com a assistência médica prestada à sua esposa, na cidade de Laguna, Estado de Santa Catarina;

Considerando que é improcedente o recurso, de vez que está provado nos autos que não houve comunicação nem autorização de acordo do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos em São Francisco do Sul para e internação da esposa do suplicante;

Resolvem os membros da 2ª Câmara do Conselho Nacional do Trabalho negar provimento ao presente recurso.

Rio de Janeiro, 6 de junho de 1938. — *Luiz Augusto do Rego Monteiro*, presidente. — *Costa Miranda*, relator.

Fui presente. — *Waldo Vasconcellos*, Adj. do Proc. geral interino.

Rec. 2.749-38 — Vistos e relatados os autos do presente recurso, em que são partes, como recorrente — Torteliano Francisco de Sousa e, recorrida — a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Sorocabana, que lhe denegou aposentadoria por invalidez, visto não contar ele cinco anos de serviço efetivo;

Considerando que, em face do acordão de 12 de outubro de 1934, publicado no "Diário Oficial" de 24 de janeiro de 1935, Rec. 1.033-34, é posta a pretensão do recorrente;

Resolvem os membros da 2ª Câmara do Conselho Nacional do Trabalho dar provimento ao recurso, afim de, reformada a decisão recorrida, e preenchidas as formalidades legais, ser concedida ao recorrente a aposentadoria por invalidez, a que tem direito nos termos do art. 27 do Dec. 20.465, de 1º de outubro de 1931.

Rio de Janeiro, 27 de junho de 1938. — *Luiz Augusto do Rego Monteiro*, presidente. — *Costa Miranda*, relator.

Fui presente. — *Waldo Vasconcellos*, Adj. do Proc. geral interino.

Rec. 2.809-23 — Vistos e relatados os presentes autos, em que Benedito Rondele, aposentado pela Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Sorocabana, recorre para este Conselho no sentido de ser autorizada a revisão de sua aposentadoria para o efeito de, adaptando-a às disposições da legislação em vigor, ser elevada a importância correspondente à mesma (63\$500) ao mínimo de 200\$000 mensais, previsto pelo Dec. 20.465;

Considerando que é destituída de fundamento legal a pretensão do recorrente, uma vez que o decreto 20.465 não determinou ou autorizou a revisão das aposentadorias concedidas sob a vigência de leis anteriores;

Resolvem os membros da 2ª Câmara do Conselho Nacional do Trabalho negar provimento ao presente recurso.

Rio de Janeiro, 27 de junho de 1938. — *Luiz Augusto do Rego Monteiro*, presidente. — *Costa Miranda*, relator.

Fui presente. — *Waldo Vasconcellos*, Adj. do Proc. geral interino.

Rec. 2.691/37 — Vistos e relatados os autos do presente recurso, interposto por D. Ragonesi Adeli, viúva de Liboni Nathali, ex-funcionário da St. John d'El-Rey Mining Company Limited, contra a decisão da Caixa de Aposentadoria dos Serviços de Mineração, em Morro Velho, que indeferiu o seu pedido de pensão, sob alegação de não ter o falecido empregado contribuído para os seus cofres, conforme determina o art. 23 do decreto n. 20.465;

Considerando que a hipótese invocada pela reclamante (acordão de 25 de fevereiro de 1937, publicado no *Diário Oficial*, de 6 de maio de 1937 — Rec. 1.834/36) não se pode aplicar ao caso vertente;

Considerando que o de cujus deixou o serviço da Empresa em dezembro de 1931, antes da vigência do decreto n. 20.465, só aplicá-

vel às empresas de mineração, posteriormente, em 16 de novembro de 1932, "ex-vi" do decreto n. 22.096;

Considerando que, não tendo, outrossim, contribuído o de cujus pelo motivo, já exposto, de haver deixado o serviço da Empresa antes de instalada a Caixa e também porque, quando a interessada requereu o benefício, o direito a este já estava prescrito, pois, falecendo seu marido em 1934, só em fim de 1937, foi que ela requereu a pensão;

Resolvem os membros da 2ª Câmara do Conselho Nacional do Trabalho negar provimento ao recurso, para confirmar a decisão da Caixa.

Rio de Janeiro, 27 de junho de 1938. — *Luiz Augusto do Rego Monteiro*, presidente. — *Irineu Malagueta*, relator.

Fui presente. — *Waldo Vasconcellos*, adjunto do procurador geral interino.

Re. 2.949/38 "ex-officio" — Vistos e relatados os autos do presente recurso, interposto pela Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Serviços de Tração, Luz, Força e Gás de São Paulo, da sua própria decisão que, de acordo com o art. 40 do decreto n. 20.465, deferiu o pedido de restituição, feito por D. Amália de Oliveira, das contribuições pagas à referida Caixa pelo seu falecido esposo, Onofre de Oliveira, durante o período de 2 de janeiro de 1936 a 13 de novembro de 1937;

Considerando, preliminarmente, que a hipótese não é de recurso "ex-officio", pois, que este só cabe nos casos de concessão ou revisão de concessões de aposentadoria e pensões, nos parágrafos únicos do art. 114, do decreto n. 24.784, de 14 de julho de 1934;

Resolvem os membros da 2ª Câmara do Conselho Nacional do Trabalho, à vista do exposto, não tomar conhecimento do recurso em apelo.

Rio de Janeiro, 27 de junho de 1938. — *Luiz Augusto do Rego Monteiro*, presidente. — *Irineu Malagueta*, relator.

Fui presente. — *Waldo Vasconcellos*, adjunto do procurador geral interino.

Instituto Nacional de Previdência

314ª SESSÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO, EM 16 DE AGOSTO DE 1938

Aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e trinta e oito, às dez horas da manhã, na sede do Instituto Nacional de Previdência, sob a presidência do Sr. Dr. José Cândido de Lima Ferreira, no impedimento do Sr. Dr. Aristides Casado, e presentes os membros do Conselho Deliberativo, Drs. Herbert Moses, Gualter de Pinho Bastos e o Sr. Procurador, Dr. Gualter José Ferreira, realizou-se a 314ª sessão do Conselho Deliberativo do Instituto Nacional de Previdência, tendo sido tomadas as seguintes decisões:

Habilitações a pecúlio julgadas:

Relator, Dr. Herbert Moses:

N. 2.036 — Pecúlio obrigatório, 15:000\$000 — Contribuinte, Zeferino Pereira de Almeida. — Atendendo ao que consta da certidão de fls. 52, o Conselho Deliberativo, de acordo com o parecer e voto do senhor relator, resolve deferir o pedido de fls. 51, da beneficiária Arides, filha do ex-contribuinte Zeferino Pereira de Almeida.

N. 2.638 — Pecúlio obrigatório, 15:000\$000 — Contribuinte, Afonso Gomes dos Santos. — Atendendo ao que consta das certidões de fls. 49 e 50, o Conselho Deliberativo, de acordo com o parecer e voto do senhor relator, resolve deferir o pedido de fls. 47, da pensionista Amanda, filha do ex-contribuinte Afonso Gomes dos Santos.

N. 3.805 — Pecúlio obrigatório, 10:000\$000 — Contribuinte, Firmino Augusto de Araújo. — Atendendo ao que consta da certidão de fls. 6, o Conselho Deliberativo, de acordo com o parecer e voto do senhor relator, resolve deferir o pedido de fls. 17, da beneficiária Dulce, filha do ex-contribuinte Firmino Augusto de Araújo.

N. 4.135 — Pecúlios obrigatório, 15:000\$ e facultativo, 5:000\$000 — Contribuinte, Oscar da Cunha Correia. — O Conselho Deliberativo, de acordo com o parecer e voto do senhor relator, resolve autorizar o pagamento da meação e quotas partes que pertencem à viúva e aos dois filhos maiores do ex-contribuinte Oscar da Cunha Correia, de acordo e na forma da partilha de fls. 44.

N. 4.190 — Pecúlio obrigatório, 10:000\$000 — Contribuinte, José Feliciano Branco. — Adotando o parecer e voto do senhor relator, o Conselho Deliberativo, na conformidade da partilha de fls. 36, resolve autorizar o pagamento da meação e pensões que competem à viúva do ex-contribuinte José Feliciano Branco, e às suas filhas menores Luzia e Terezinha de Jesus, e reservar a parte da menor Salustina, nos termos do mesmo parecer.

N. 4.207 — Pecúlio obrigatório, 10:000\$000 — Contribuinte, Jaime Ferreira dos Santos. — O Conselho Deliberativo, de acordo com o parecer e voto do senhor relator, resolve baixar o processo em diligência, nos termos do mesmo parecer.

N. 4.228 — Pecúlio obrigatório, 10:000\$000 — Contribuinte, Porfirio de Sousa Vidál. — O Conselho Deliberativo, de acordo com o parecer e voto do senhor relator, resolve deferir o pedido de fls. 20.

N. 4.425 — Pecúlio obrigatório, 10:000\$000 — Contribuinte, Ciro Vilaça. — Adotando o parecer e voto do senhor relator, resolve o Conselho Deliberativo autorizar o pagamento da meação à viúva do ex-contribuinte Ciro Vilaça, e das pensões aos seus filhos menores Graciano, José Carlos e Roque, observando-se a partilha de fls. 35, e reservar a parte da filha Maria Emilia, nos termos do mesmo parecer,

N. 4.410 — Pecúlio obrigatório, 15:000\$000 — Contribuinte, Kali de Abreu Soares. — Adotando o parecer e voto do senhor relator, resolve o Conselho Deliberativo autorizar o pagamento do pecúlio líquido partilhado a fls. 25, à mãe e única beneficiária do ex-contribuinte Kali de Abreu Soares.

N. 4.529 — Pecúlio obrigatório, 15:000\$000 — Contribuinte, Roberto Jerônimo de Oliveira. — Adotando o parecer e voto do senhor relator, resolve o Conselho Deliberativo autorizar o pagamento da meação à viúva do ex-contribuinte Roberto Jerônimo de Oliveira, quota parte a sua filha maior Iris, e pensões aos filhos menores Roberto e Sebastião, de acordo e na forma dos cálculos e partilha de folhas 15.

N. 4.545 — Pecúlio facultativo, 15:000\$000 — Contribuinte, Cornélio Moraes Queiroz. — Adotando o parecer e voto do senhor relator, resolve o Conselho Deliberativo autorizar o pagamento da meação e das quotas partes a que têm direito a viúva e os três filhos maiores do ex-contribuinte Cornélio de Moraes Queiroz, de acordo e na forma da partilha de fls. 22.

N. 4.565 — Pecúlios obrigatório, 15:000\$ e facultativo, 10:000\$ — Contribuinte, Pedro de Barros Cavalcanti de Lacerda. — Adotando o parecer e voto do senhor relator, resolve o Conselho Deliberativo autorizar o pagamento das duas meações do pecúlio líquido partilhado a fls. 12, a D. Pepi de Barros Cavalcanti de Lacerda, viúva e única beneficiária do ex-contribuinte Pedro de Barros Cavalcanti de Lacerda.

N. 4.578 — Pecúlio obrigatório, 20:000\$000 — Contribuinte, Raul Fonseca. — O Conselho Deliberativo, de acordo com o parecer e voto do senhor relator, resolve autorizar o pagamento do pecúlio líquido partilhado a fls. 15, aos pais e únicos beneficiários do ex-contribuinte Raul Fonseca.

N. 4.581 — Pecúlio obrigatório, 15:000\$000 — Contribuinte, João Caelano Veloso. — Adotando o parecer e voto do senhor relator, resolve o Conselho Deliberativo autorizar o pagamento do pecúlio líquido, partilhado a fls. 12, à viúva do ex-contribuinte João Caelano Veloso.

— Relator, Dr. Gualter de Pinho Bastos:

N. 830 — Pecúlio obrigatório, 15:000\$000 — Contribuinte, Paulino Aristeu Dutra. — Atendendo ao que consta da certidão de fls. 30 e na conformidade do parecer e voto do senhor relator, resolve o Conselho Deliberativo deferir o pedido de fls. 29, da beneficiária Arisléia, filha do ex-contribuinte Paulino Aristeu Dutra.

N. 1.473 — Pecúlio obrigatório, 10:000\$000 — Contribuinte, Euclides Gama. — Atendendo ao que consta da certidão de fls. 32, o Conselho Deliberativo, de acordo com o parecer e voto do Sr. relator, resolve deferir o pedido de fls. 30, do beneficiário Lélío, filho do ex-contribuinte Euclides Gama.

N. 1.536 — Pecúlio obrigatório, 10:000\$000 — Contribuinte Cândido de Castro e Silva. — Atendendo ao que consta da certidão de fls. 9, o Conselho Deliberativo, de acordo com o parecer e voto do Sr. relator, resolve deferir o pedido de fls. 36, do pensionista Valdemar, filho do ex-contribuinte Cândido de Castro e Silva.

N. 1.624 — Pecúlio facultativo, 15:000\$000 — Contribuinte, Diniz Luiz Nunes. — Adotando o parecer e voto do Sr. relator, resolve o Conselho Deliberativo indeferir o pedido de fls. 41.

N. 1.684 — Pecúlio obrigatório, 15:000\$000 — Contribuinte, Maria da Conceição de Rezende Chagas. — Atendendo ao que consta da certidão de fls. 15, o Conselho Deliberativo, de acordo com o parecer e voto do Sr. relator, resolve, com observância da partilha de fls. 32, autorizar o pagamento da quota parte pertencente à pensionista Maria Gabriela Chagas Góis, sobrinha e beneficiária da ex-contribuinte Maria da Conceição de Rezende Chagas, descontando-se, antes, a parte capital incluída nas pensões vencidas.

N. 2.931 — Pecúlio obrigatório, 15:000\$000 — Contribuinte, Renato Neves. — Adotando o parecer e voto do Sr. relator, resolve o Conselho Deliberativo autorizar a restituição das importâncias não computadas na conta corrente de fls. 13, aos figurantes na partilha de fls. 16, observando o parecer de fls. 21, da Procuradoria, e satisfeita a exigência constante do mesmo parecer.

N. 3.091 — Pecúlio facultativo, 10:000\$000 — Contribuinte Antônio Ferreira Paulino. — Atendendo ao que consta da certidão de fls. 8, o Conselho Deliberativo, de acordo com o parecer e voto do Sr. relator, resolve deferir o pedido de fls. 56, do pensionista Romeu, filho do ex-contribuinte Antônio Ferreira Paulino.

N. 4.138 — Pecúlio obrigatório, 15:000\$000 — Contribuinte Francisco Cassiano da Silva. — O Conselho Deliberativo, de acordo com o parecer e voto do Sr. relator, resolve autorizar o pagamento das pensões a que tinha direito o menor Alfredo, beneficiário do ex-contribuinte Francisco Cassiano da Silva, requerido a fls. 39 por sua mãe a tutora nata, observada a partilha de fls. 22.

N. 4.424 — Pecúlio obrigatório, 5:000\$000 — Contribuinte, Antônio Marinho dos Santos. — Adotando o parecer e voto do Sr. relator, o Conselho Deliberativo, de acordo e na forma da partilha de fls. 29, resolve autorizar o pagamento das quotas partes a que têm direito os irmãos do ex-contribuinte Antônio Marinho dos Santos.

N. 4.521 — Pecúlio obrigatório, 5:000\$000 — Contribuinte, Nicolau Cezar Loureiro. — O Conselho Deliberativo, de acordo com o parecer e voto do Sr. relator, resolve observada a partilha de fls. 22, autorizar o pagamento das quotas partes pertencentes a Roberto, Maria do Carmo e Artur, filhos do ex-contribuinte Nicolau Cezar Loureiro, e reservar a parte do filho José Cezar, nos termos do mesmo parecer.

N. 4.532 — Pecúlio obrigatório, 5:000\$000 — Contribuinte, João Marcelino Coimbra. — O Conselho Deliberativo, de acordo com o

parecer e voto do Sr. relator, resolve considerar como sendo a data do ato matrimonial do ex-contribuinte João Marcelino Coimbra e Leocádia Formosa Coimbra, a de 3 de dezembro de 1920, declarada na certidão de casamento de fls. 6, da inscrição a pecúlio número 53.988.

N. 4.541 — Pecúlio obrigatório, 20:000\$000 — Contribuinte, Fortunato dos Santos Carvalho. — Adotando o parecer e voto do Sr. relator, resolve o Conselho Deliberativo autorizar o pagamento da meação à viúva do "de-cujus", a quota ao seu filho José, na conformidade da partilha de fls. 26, e reservar a pensão do filho menor Carlos, nos termos do mesmo parecer.

N. 4.564 — Pecúlio obrigatório, 5:000\$000 — Contribuinte, Marcos de Sousa. — O Conselho Deliberativo, de acordo com o parecer e voto do Sr. relator, resolve autorizar o pagamento da meação do pecúlio líquido partilhado a fls. 8, viúva do ex-contribuinte Marcos de Sousa, e reservar a parte restante, nos termos do mesmo parecer.

N. 4.568 — Pecúlio obrigatório, 10:000\$000 — Contribuinte, Veríssimo Cândido. — O Conselho Deliberativo, de acordo com o parecer e voto do Sr. relator, resolve baixar o processo em diligência, nos termos do mesmo parecer.

N. 4.572 — Pecúlio obrigatório, 15:000\$000 — Contribuinte, Ilka Palhares. — Adotando o parecer e voto do Sr. relator, resolve o Conselho Deliberativo autorizar o pagamento do pecúlio líquido partilhado a fls. 12, aos pais e únicos herdeiros da ex-contribuinte Ilka Palhares.

N. 4.596 — Pecúlio obrigatório, 10:000\$000 — Contribuinte, Alexandre Pires da Silva. — Adotando o parecer oral do Sr. relator, resolve o Conselho Deliberativo autorizar o pagamento do pecúlio líquido, partilhado a fls. 10, a D. Rodrigues Ferreira Pires, viúva e única beneficiária do ex-contribuinte Alexandre Pires da Silva.

Processos julgados:

Relator, Dr. Herbert Moses:

N. 10.592 — Hipotecário — Requerente Antônio Pereira de Sousa. — O Conselho Deliberativo, de acordo com o parecer e voto do Sr. relator, resolve autorizar a aquisição do terreno proposto a fls. 18.

N. 17.030-38 — Comissão de Compras. — O Conselho Deliberativo, de acordo com o parecer oral do Sr. relator, e tomando em consideração o parecer do Sr. chefe do Serviço de Engenharia e Construções, a fls. 2v., resolve autorizar a aquisição do material no mesmo aconselhado, tendo em vista a exposição de fls. 2.

N. 17.223-38 — Comissão de Compras. — O Conselho Deliberativo, de acordo com o parecer oral do Sr. relator, resolve autorizar a aquisição do material constante do quadro de fls. 6, observada a exposição de fls. 7.

Relator, Dr. Gualter de Pinho Bastos:

N. 23.154-37 — Requerente, Euzébio Naylor. — O Conselho Deliberativo, de acordo com o parecer oral do Sr. relator, e atendendo às alegações de fls. 2 do requerente, e à exposição do Sr. Presidente, a fls. 7, resolve deferir o pedido formulado pelo contribuinte.

N. 350-B — Requerente, Sport Clube União. — O Conselho Deliberativo, adotando o parecer e voto do Sr. relator, resolve se proceda de acordo com o mesmo.

Inscrições a pecúlio julgadas:

Relator, Dr. Herbert Moses:

N. 53.498 — Pecúlio obrigatório, 5:000\$000 — Contribuinte, Mario Mascarenhas Silveira. — O Conselho Deliberativo, nos termos do artigo 82 letra "C" do decreto n. 24.563, de 3 de julho de 1934, julga regular a presente inscrição.

N. 54.007 — Pecúlio obrigatório, 5:000\$000 — Contribuinte, Nelson Nobrega da Cunha. — Idem.

N. 60.095 — Pecúlio obrigatório, 5:000\$000 — Contribuinte, Ernesto Pinheiro Teixeira. — Idem.

N. 61.099 — Pecúlio facultativo, 35:000\$000 — Contribuinte, Alvaro Alves dos Santos. — Idem.

N. 64.655 — Pecúlio obrigatório, 5:000\$000 — Contribuinte, José Augusto Ribeiro.

N. 65.077 — Pecúlio obrigatório, 5:000\$000 — Contribuinte, Alexandre Juvenal Lopes. — Idem.

N. 65.359 — Pecúlio obrigatório, 5:000\$000 — Contribuinte, Cleto Martiniano de Oliveira.

N. 66.328 — Pecúlio obrigatório, 5:000\$000 — Contribuinte, Leonel Loureiro Júnior. — Idem.

N. 68.318 — Pecúlio obrigatório, 5:000\$000 — Contribuinte, Donato Francisco Pigheiro. — Idem.

N. 69.434 — Pecúlio obrigatório, 15:000\$000 — Contribuinte, Antônio Moreira de Sousa. — Idem.

N. 69.435 — Pecúlio obrigatório, 5:000\$000 — Contribuinte, Rômulo Passos. — Idem.

N. 70.688 — Pecúlio obrigatório, 5:000\$000 — Contribuinte, Valdir Fernandes de Barros. — Idem.

N. 45.379 — Pecúlio obrigatório, 15:000\$000 — Contribuinte, Severino Alves de Sousa. — O Conselho Deliberativo, de acordo com o parecer oral do Sr. relator, resolve deferir o pedido de fls. 9, para

o revigoramento das inscrições, pagos os respectivos juros da móra.

N. 64.514 — Pecúlio facultativo, 30:000\$000 — Contribuinte, Iracema Torrents Pereira. — O Conselho Deliberativo, de acordo com o parecer oral do Sr. relator, resolve autorizar o recebimento dos prêmios em atraso, acrescidos dos juros da móra, visto não estar, ainda, vencido o período de carência.

N. 72.270 — Pecúlio obrigatório, 10:000\$000 — Contribuinte, Lúcia Fernandes Mata Machado. — O Conselho Deliberativo, de acordo com o parecer oral do Sr. relator, resolve mandar revigorar a inscrição n. 11.833 e cancelar a de n. 72.270.

N. 91.520 — Pecúlio facultativo, 10:000\$000 — Contribuinte, Manuel Fernandes Corrêa. — O Conselho Deliberativo, de acordo com o parecer oral do Sr. relator, resolve autorizar o recebimento dos prêmios em atraso, acrescidos dos juros da móra, visto não estar, ainda, vencido o período de carência.

Relator, Dr. Gualter de Pinho Bastos:

N. 50.075 — Pecúlio obrigatório, 15:000\$000 — Contribuinte, Jessé da Silva Marques. — O Conselho Deliberativo, nos termos do artigo 82 letra "C" do decreto n. 24.563, de 3 de julho de 1934, julga regular a presente inscrição.

N. 81.398 — Pecúlio obrigatório, 5:000\$000 — Contribuinte, Jessé da Silva Marques. — Idem.

N. 52.840 — Pecúlio facultativo, 10:000\$000 — Contribuinte, Antônio de Moraes. — Idem.

N. 68.511 — Pecúlio facultativo, 5:000\$000 — Contribuinte, João das Reis Palmeiro. — Idem.

N. 71.636 — Pecúlio obrigatório, 5:000\$000 — Contribuinte, João Frederico de Andrade. — Idem.

N. 71.721 — Pecúlio obrigatório, 5:000\$000 — Contribuinte, João Góes Filho. — Idem.

N. 71.771 — Pecúlio facultativo, 6:000\$000 — Contribuinte, João das Reis Palmeiro. — Idem.

N. 81.369 — Pecúlio facultativo, 90:000\$000 — Contribuinte, Antônio de Moraes. — Idem.

N. 83.097 — Pecúlio obrigatório, 5:000\$000 — Contribuinte, João da Glória de Sousa Reis. — O Conselho Deliberativo, nos termos do artigo 82 letra "C" do decreto n. 24.563, de 3 de julho de 1934, julga regular a presente inscrição.

N. 777 — Pecúlio obrigatório, 15:000\$000 — Contribuinte, João de Araújo Góes. — Adotando o parecer e voto do Sr. relator, resolve o Conselho Deliberativo autorizar o recebimento dos prêmios em atraso, acrescidos dos juros de móra, nos termos do parecer de fls. 15, da Procuradoria.

N. 10.117 — Pecúlio obrigatório, 15:000\$000 — Contribuinte, Antônio de Sousa Carvalho. — O Conselho Deliberativo, de acordo com o parecer e voto do Sr. relator, resolve converter o julgamento em diligência, nos termos do mesmo parecer.

N. 59.110 — Pecúlio obrigatório, 5:000\$000 — Contribuinte, João de Almeida Xavier. — O Conselho Deliberativo, de acordo com o parecer e voto do Sr. relator, e na conformidade do parecer de fls. 15, da Procuradoria, resolve autorizar o recebimento dos prêmios em atraso, acrescidos dos juros de móra.

N. 65.385 — Pecúlio obrigatório, 15:000\$000 — Contribuinte, João Fetal. — O Conselho Deliberativo, de acordo com o parecer e voto do Sr. relator, resolve deferir o pedido de fls. 36, do contribuinte Júlio Fetal, e em consequência que seja retificado desde a data do início de sua inscrição, o prêmio a que o mesmo está sujeito.

N. 72.334 — Pecúlio obrigatório, 5:000\$000 — Contribuinte, João da Veiga Filho. — O Conselho Deliberativo, de acordo com o parecer e voto do Sr. relator, resolve baixar o processo em diligência, a fim de ser cumprida a exigência constante do parecer de fls. 7 e 28, do Sr. Dr. Procurador.

N. 84.454 — Pecúlio facultativo, 10:000\$000 — Contribuinte, Altamiro de Castro. — Adotando o parecer e voto do Sr. relator, resolve o Conselho Deliberativo autorizar o recebimento dos prêmios em atraso, acrescidos dos juros de móra.

Processos julgados:

N. 18.104-38 — Comissão de Compras. — O Conselho Deliberativo, de acordo com a exposição do Sr. Presidente, de fls. 2, resolve autorizar a aquisição do material necessário a aparelhagem de que trata a mesma exposição.

N. 18.105-38 — Contratos e especificações para construções nas Carteiras Hipotecária e Predial. — O Conselho Deliberativo, de acordo com a exposição do Sr. Presidente, a fls. 2, resolve aprovar os contratos e especificações nas Carteiras Predial e Hipotecária, apresentados pelo Serviço de Engenharia e Construções.

O Sr. presidente, usando da palavra, leu o pedido de demissão da chefia de seu Gabinete, que lhe fora apresentado pelo chefe da Seção, Sr. Gil Afonseca de Alencar. Comunicou, a seguir, tê-lo designado para chefiar a Seção Predial, e propoz fosse consignado em ata um voto de louvor e agradecimento pelos relevantes serviços, para dedicação e extrema lealdade com que sempre se houve no desempenho daquele cargo e no de Secretário do Conselho Deliberativo. Tendo a proposta em apreço sido aceita, solicitou o Conselho Dr. Gualter de Pinho Bastos fosse, ainda, oficiado em nome do Conselho Deliberativo, àquele funcionário.

A seguir, o Conselho Deliberativo procedeu à verificação de quórum, encontrando tudo em perfeita ordem.

Delegacia do Trabalho Marítimo do Porto do Rio de Janeiro

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DA DELEGACIA

SESSÃO DE 15 DE AGOSTO DE 1938

Presidente: capitão de mar e guerra Luiz de Barros Falcão — Secretária: Act da Veiga Costa

Processo — D.T.M. 2-F-38.

Reclamante — Francisco José Ramalho.

Reclamada — Companhia Nacional de Construções Cíveis e Hidráulicas.

Decisão — A Junta de Conciliação e Julgamento decidiu, por unanimidade: "Julgar improcedente a reclamação, por falta de amparo na legislação vigente. Compareceram o reclamante Francisco José Ramalho e o doutor Luiz Hontan de Iparraguirre, representante da Companhia Nacional de Construções Cíveis e Hidráulicas".

DESPACHOS DO SR. DELEGADO

Processo — D.T.M. 223-38.

Procedência — Sindicato União dos Operários Estivadores.

Assunto — Pedido de certidão. — "Arquive-se".

TRIBUNAL DE CONTAS

ATA N. 34 — SESSÃO ORDINÁRIA EM 5 DE AGOSTO DE 1938

Presidência do Sr. ministro Tavares de Lira — Representante do Ministério Público, Dr. Leopoldo Cunha Melo — Secretário, José de Moraes.

Presentes os Srs. ministros Otávio Tarquínio de Souza, Ruben Rosa, José Américo, Bernardino de Souza, Eduardo Lopes e Alfredo Mavignier, foi aberta a sessão.

Relatados pelo Sr. ministro Otávio Tarquínio de Souza:

Ministério da Educação e Saúde:

Ofícios:

N. 1.741, de 21 de junho último, da Diretoria de Contabilidade, solicitando seja tornada sem efeito a distribuição do crédito de reis 22:300\$000 da verba 1ª — Pessoal — I — Pessoal Permanente, à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Ceará, para pagamento de vencimentos a um inspetor regional da classe K, do Ensino Industrial, e promovida a distribuição do mesmo crédito à Delegacia Fiscal do mesmo Tesouro no Estado da Bahia, por ter sido o aludido inspetor regional, Dr. Ari de Carvalho Armando, incluído no quadro da 5ª Região (P.G. 13.035). — O Tribunal resolveu que se desolvesse o processo ao Tesouro Nacional, de acordo com o parecer.

Ns. 1.793 e 2.104, de 27 de junho último e 25 de julho próximo findo, da mesma diretoria, referentes ao contrato, celebrado em 13 de junho anterior, com Virgílio Guimarães & Comp., para a construção de uma caixa d'água e obras de pintura e limpeza em diversas dependências do edifício da Escola Nacional de Engenharia (P.G. 12.192 e 15.985). — Ordenou-se o registro do contrato.

Ns. 335 e 351, de 25 de julho próximo findo e 2 do corrente, do diretor do Colégio Pedro II (Externato), solicitando o pagamento da importância de 82:066\$000, correspondente à folha dos professores do corpo docente, relativa ao mês de julho citado (P.G. 17.793 e 16.274). — Ordenou-se o registro da despesa de que se trata.

Ministério da Fazenda:

Ofício n. 8.432, de 28 de julho próximo findo, da Comissão Central de Compras, enviando o contrato com a firma Minnich & Comp., Ltda., para o fornecimento de uma prensa para cunhar moedas à Casa da Moeda, no ano atual (P.G. 16.089). — O Tribunal ordenou o registro do contrato.

Processos:

De pagamento:

De 1:627\$600 a Arsênio de Lima Barros, de indenização por prejuízos causados pela revolução riograndense de 1923 (P.G. 17.790). — O Tribunal resolveu que o processo continue em diligência, para o fim a que se refere o senhor procurador em seu parecer.

De concessão:

De aposentadoria:

A Euvaldo Rodrigues Serra, no lugar de guarda sanitário da Intendência de Saúde do Porto de Fortaleza (P.G. 15.978). — O Tribunal mandou dar nova vista do processo ao senhor procurador; a Oscarino Saldanha, no lugar de operário de arsenal, classe B, quadro I, do Ministério da Marinha (P.G. 15.156). — Ordenou-se o registro da referida concessão.

A Bruno Soares de Oliveira, no lugar de escrivão da Colônia das Rendas Federais em Farroupilha, no Estado do Rio Grande do Sul

(P.G. 9.880). — O Tribunal recusou registro à referida concessão e a despesa classificada, pelos fundamentos a que se referem os pareceres.

De pensões de montepio militar:

Em revisão, a D.D. Simeana dos Santos Revilleau, viúva do general de divisão, reformado, Alfredo Revilleau; Luiza Novais Castello Branco, viúva do contra-almirante Francisco Burlamaqui Castello Branco; Julieta Godolfim e outras, filhas do major reformado do Exército, Nuno Cabral Godolfim; Olga Peixoto de Carvalho, viúva do major reformado do Exército, João Batista Peixoto de Carvalho; Cândido Alves de Vasconcelos, viúva do capitão de corveta graduado, Antônio Zeferino de Vasconcelos; Maria Cecília Santos de Albuquerque, viúva do capitão do Exército, Carlos Araripe de Albuquerque; Judite de Assis Brandão, viúva do capitão reformado do Exército, Arnaldo Brandão e Plácida de Barros e outras, irmãs solteiras do ex-1º tenente do Exército, Durval Miguel de Barros (P.G. 8.851, 10.965, 15.623, 13.842, 14.750, 13.845, 7.672 e 13.835). — O Tribunal ordenou o registro das concessões constantes das apostilas feitas nos respectivos títulos e o das despesas classificadas.

Em revisão a D. Alzira Gonçalves da Silva, viúva do 3º cargento Mique Gonçalves da Silva (P.G. 13.028). — O Tribunal mandou dar vista do processo ao senhor procurador.

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio:

Offício n. 106, de julho p. findo, do presidente da Comissão Executiva da Representação do Brasil na Feira Mundial da Nova York e na Exposição Internacional de S. Francisco da Califórnia, do Departamento Nacional da Indústria e Comércio, solicitando a entrega do adiantamento de 250:000\$ ao diretor geral do Departamento Nacional de Propaganda do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Dr. Lourival Fontes, membro da Comissão de Organização da Representação do Brasil na Feira Mundial de Nova York, para atender nos meses de agosto a outubro do ano atual ao pagamento de despesas com a organização da representação do Brasil na mesma Feira, inclusive fretes, transportes, armazenagens, acondicionamentos, trabalhos tipográficos, prestação de serviços e despesas diversas e de pronto pagamento (P.G. 16.188). — O Tribunal recusou registro ao adiantamento de que se trata, por compreender despesa referente a prestação de serviços.

Ministério da Viação e Obras Públicas:

Aviões:

N. 2.432, de 19 de julho p. findo, solicitando a distribuição ao Tesouro Nacional da importância total de 19:200\$000 à conta da consignação 61-01, sub-consignação V da verba 1 — Pessoal, para atender no ano atual ao pagamento de diferença de vencimentos e de extras numerários (P.G. 13.175). — O Tribunal recusou registro à distribuição do crédito, pelo motivo constante do parecer.

N. 1.977, de 22 de junho último, solicitando o pagamento de 8:390\$ ao Lloyd Brasileiro, de passagem fornecida ao engenheiro Ruben Moutinho, designado para representar o Governo Federal junto ao 8º Congresso Internacional de Estradas de Rodagem, a realizar-se em Haia (P.G. 15.695). — Ordenou-se o registro da despesa.

Ns. 2.332 e 2.499 de 13 e 28 de julho p. findo, referentes ao termo aditivo de 23 de março último, ao contrato celebrado em 7 de maio de 1934, entre a Estrada de Ferro Central do Brasil e a Companhia Nacional de Mineração de Carvão do Barro Branco e Brasileira Carbonífera de Araranguá, para fornecimento de carvão nacional lavado, no ano atual (P.G. 15.414 e 16.601). — O Tribunal, reconsiderando a sua anterior decisão, resolveu ordenar o registro do termo aditivo ao contrato.

Offícios ns. 8.006 e 8.614 de 20 e 29 de julho p. findo, referentes ao contrato do dia 14, celebrado com Fonseca, Almeida & Comp. Ltda., para fornecimento de carbureto de cálcio à Estrada de Ferro Central do Brasil, no ano atual (P.G. 15.912). — Ordenou-se o registro do contrato.

— Relatados pelo Sr. ministro Ruben Rosa:

Ministério da Fazenda:

Processo da concessão, em reversão, da pensão de meio-soldo à D. Maria da Silva Ferreira, filha solteira, maior, do falecido contra-almirante, médico da Armada, da reserva de 1ª classe, José Cleomene e da Silva Ferreira, por haver sua progenitora D. Carmen Borges Nogueira da Gama contraído núpcias com oficial de Marinha (P.G. 11.813). — O Tribunal ordenou o registro da concessão da pensão de meio soldo de que tratam o título e apostila nele feita.

Offício n. 8.319, de 26 de julho p. findo, da Comissão Central de Compras, remetendo o termo n. 197, aditivo ao contrato n. 150 de 16 de junho último, celebrado com a firma Minnich & Comp. Ltda., para fornecimento do papel filigranado à Casa da Moeda, de que tratou o offício anterior n. 6.656 de 27 de julho citado (P.G. 12.162). — Converteu-se em diligência o julgamento, para que seja retirado o empenho de fls. 31 e 32.

Ministério da Educação e Saúde:

Offícios:

N. 8.347, de 26 de julho p. findo, da Comissão Central de Compras, prestando informações a respeito do termo do contrato n. 158 de 24 de junho último, celebrado com a Companhia Brasileira de

Eleticidade "Siemens Schuckert" S. A., para fornecimento de hidrômetros ao Serviço de Águas e Esgotos do Distrito Federal, de que tratou o offício anterior n. 6.942, de 1 de julho citado (P.G. 15.013). — Converteu-se em diligência o julgamento, para o fim de juntar, o Corpo Instrutivo, ao processo o de n. 9.022-38, dando-se em seguida nova vista ao Sr. procurador.

N. 394, de 20 de junho último, do diretor do Instituto Osvaldo Cruz, solicitando o pagamento de 8:600\$ ao Dr. Lauro Pereira Travassos, biólogo da classe M e outros, de ajudas de custo, para atender às despesas com excursões científicas no interior do País (P.G. 15.353). — Ordenou-se o registro da aludida despesa. — O voto vencido o do Sr. ministro-relator, Dr. Ruben Rosa.

N. 1.933, de 11 de julho próximo findo, da Diretoria de Contabilidade, relativo ao pagamento da importância de 1:800\$ ao assistente do Departamento Nacional de Educação, Sílvio Cristóforo, de gratificação por serviços extraordinários prestados fora das horas do expediente, no mês de junho último (P.G. 17.736). — O Tribunal resolveu recusar registro à referida despesa, de acordo com o voto proferido pelo Sr. Ministro relator. O voto é do seguinte teor:

"A ordem de pagamento (fls. 4) e o pedido de autorização de gratificação fora das horas do expediente (fls. 2) referem-se ao mês de junho próximo findo e de julho a dezembro vindouro, sendo o despacho de 1 de junho. Entretanto, o empenho, feito em 13 de junho, posterior, à prestação, de parte, dos serviços diz referência "a todo corrente ano". É uma forma disfarçada de majoração de vencimentos. O Tribunal de Contas só em relação aos que não recebem, por esse motivo, gratificações especiais previstas em pagamento.

Em conclusão, voto pela recusa.

N. 2.057, de 22 de julho último, da Diretoria de Contabilidade relativo à entrega ao Dr. José Júlio Velho da Silva, professor da Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil, da importância de 25:000\$000, para atender, no corrente ano, às despesas com o Curso de Tuberculose, inclusive o pagamento de oito bolsas de 500\$ mensais cada uma, a médicos dos Estados, gratificação a auxiliares do curso e aquisição de material (P.G. 16.218). — O Tribunal resolveu recusar registro à despesa com o auxílio de que se trata, visto se verificar que a respectiva importância se destina também à aquisição de material.

— Relatados pelo Sr. Ministro José Américo:

Ministério da Educação e Saúde:

Aviso n. 542, de 25 de julho deste ano, com as cópias do termo de prorrogação de contrato celebrado entre o Governo Federal e Sérgio José Alencar de Vasconcelos, para exercer, no Instituto Nacional do Cinema Educativo, as funções de intendente (P.G. 15.875). — Converteu-se em diligência o julgamento, para o fim a que se refere o Sr. procurador em seu parecer.

Offício n. 8.318, de 27 de julho findo, da Comissão Central de Compras, com o termo de contrato n. 188, celebrado com a S. A. Marvin, para fornecimento de cano de chumbo para água ao Serviço de Águas e Esgotos do Distrito Federal (P.G. 16.081). — Ordenou-se o registro do contrato.

Processos:

De concessão:

De melhoria de pensão, nos termos do decreto-lei n. 196, de 22 de janeiro último, a Alaide Ribeiro de Oliveira Val, viúva do coronel Nilo Ribeiro de Oliveira Val; a Clementina Machado Hellmold, viúva do 1º tenente comissário da Armada, Gustavo Hellmold; a Iracema Dias de Castilhos, viúva do capitão de corveta da Armada, Eurico de Castilhos Franca; a Sofia Josefina da Costa Seixas, viúva do general de brigada reformado, Artur Eduardo Seixas; a Amélia C. Pereira Lima, viúva do contra-almirante reformado, Carlos Pereira Lima; a Dalila Braga Peró, viúva do capitão de corveta graduado, reformado, Valter Peró; a Rita Afonso Pimenta, viúva do general de brigada reformado, Luiz José Pimenta; a Júlia Paiva Alberto Carlos, viúva do coronel graduado do Exército, Henrique Alberto Carlos; a Júlia Ferreira da Costa, viúva do capitão de mar e guerra graduado, reformado, Benjamin Rodrigues da Costa e a Araci Paiva Azevedo de Menezes, viúva do 1º tenente comissário da Armada, Luiz de Queiroz Menezes (P.G. 12.390, 15.613, 15.770, 7.688, 7.685, 13.024, 14.102, 14.105, 11.029 e 8.844).

De montepio civil a Alaide Nelson Pereira, filha solteira, do guarda da Alfândega do Rio de Janeiro, Nelson de Lemos Ferreira, como reversão da pensão que percebia sua falecida mãe, Catarina Maria Ferreira (P.G. 15.168).

De revisão de montepio civil, de Carmozinda Montenegro d. Faria Rocha e outros, filhos do sub-diretor do Serviço do Algodão, Bonifácio Aragão Faria Rocha, com apostilas nos respectivos títulos declarando as pensões isentas do desconto de que trata o artigo 20 § 2º do decreto n. 22.414, de 30 de janeiro de 1933. (P.G. 15.169).

O Tribunal ordenou o registro das aludidas concessões e, bem assim, das despesas classificadas.

De pagamento de 500\$ a Farid Kousy, de dívidas de exercícios findos (P.G. 13.207). — O Tribunal resolveu recusar registro à despesa de que se trata, pelos fundamentos a que alude o parecer.

Ministério da Guerra:

Aviso n. 388, de 22 de julho findo, com cópias do decreto-lei n. 556, de 14, que abre pelo Ministério da Guerra, o crédito espe-

ajal de 33640:176\$000, para conclusão das instalações da Fábrica de Itajubá, solicitando a distribuição à Diretoria de Fundos do Exército. (P.G. 16.178). — Ordenou-se o registro do crédito especial de que se trata e o da distribuição solicitada.

Ministério das Relações Exteriores:
Ofício n. 5.637, de 15 de junho último, do Conselho Federal de Comércio Exterior, pedindo reconsideração da decisão do Tribunal que mandou aplicar a multa prevista no art. 258, § 1º do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, ao Diretor Executivo do Conselho referido J. A. Barbosa Carneiro, por ter apresentado fora do prazo legal a comprovação do adiantamento de 50:000\$ (P.G. 11.605). — O Tribunal resolveu relevar a multa de que se trata.

Ministério da Viação e Obras Públicas:

Avisos:

N. 2.430, de 19 de julho findo, solicitando providências afim de que, por conta da sub-consignação n. 61/01 da verba I, seja distribuída ao Tesouro Nacional a diversas Delegacias Fiscais nos Estados a importância total de 104:400\$000, para pagamento de diferença de vencimentos (P.G. 16.173).

N. 2.427, da mesma data, idem, idem ao Tesouro Nacional à Tesouraria da Estrada de Ferro Petrolina a Terezina a importância de 36:432\$000 (P.G. 16.170).

N. 2.425, idem, idem a Tesouraria da Estrada de Ferro São Luiz a Terezina a importância de 107:520\$000 (P.G. 16.168).

O Tribunal converteu em diligência o julgamento, para que o Corpo Instrutivo informe o que pode ter ocorrido por ocasião do registro das tabelas orçamentárias em relação à verba em apreço.

Ofício n. 2.580, de 28 de do Departamento Nacional de Portos e Navegação com a folha do pessoal mensalista da Fiscalização do Porto do Rio de Janeiro, na importância de 112:188\$500, referente ao mês de julho findo (P.G. 16.187). — Ordenou-se o registro da despesa.

— Relatados pelo Sr. Ministro Bernardino de Sousa:

Ministério da Educação e Saúde:

Aviso n. 317-A, de 7 de maio deste ano, solicitando providências no sentido de ser anulada a importância de 12:500\$, do crédito posto à disposição da Comissão Central de Compras, constante da verba 2ª, sub-consignação 2, n. 31, para ser distribuída à Delegacia do Tesouro em Londres, afim de atender ao custeio com a aquisição de um centrífugador da marca "Jouan", que não existe à venda no Brasil (P.G. 7.531). — Ordenou-se o registro da distribuição do crédito de que se trata.

Ofício n. 1.796, de 27 de junho último, da Diretoria de Contabilidade solicitando providências afim de que o crédito na importância de 2:040\$, distribuído à Delegacia Fiscal no Estado da Bahia, para pagamento de gratificações adicionais a que tem direito o Dr. Joaquim Marlagão Gesteira, professor da Faculdade de Medicina, da Universidade do Brasil, seja anulado e transferido para o Tesouro Nacional, por que o aludido professor foi transferido para o cargo de catedrático da mesma Faculdade. (P.G. 15.112). — Ordenou-se a devolução do processo ao Tesouro Nacional, de acordo com o parecer.

Ministério da Fazenda:

Ofício n. 270, de 22 de julho próximo findo, da Diretoria Geral da Fazenda Nacional, com o processo concernente ao termo de contrato assinado pela Companhia Brasileira Industrial da Eletricidade S. A., com sede à praça Marechal Floriano n. 7, 11º andar, nesta Capital, e instalações elétricas nos municípios de Itaperuna, Carangola e Tombos, para a arrecadação do imposto de consumo de energia elétrica e consequente abono da percentagem de 4 % prevista no decreto-lei n. 301, de 24 de fevereiro pretérito (P.G. 15.830). — O Tribunal converteu em diligência o julgamento, para o fim de se juntar ao processo a certidão da lei dos dois terços, conforme o parecer do Sr. procurador.

Idem n. 7.982, de 22, da Comissão Central de Compras, relativo ao pagamento da importância de 70\$000, proveniente do fornecimento efetuado por The Texas Company (South America) Ltda., ao Ministério da Fazenda (P.G. 17.626). — Recusou-se registro à despesa, por impropriedade de classificação.

Processos:

De pagamento de dívida relacionada na importância de 150\$000 a Clovis Ferreira Coelho Pinto (12.617). — Ordenou-se o registro da despesa.

De concessão:

De melhoria de pensão, nos termos do decreto-lei n. 196, de 22 de janeiro último, a Isaura Moutinho da Silva, viúva do 3º sargento da Armada, Pedro de Aencântara da Silva; a Maria Antonieta Vilaboim, viúva do capitão contador do Exército, Augusto César Vilaboim; a Zulmira Vieira de Castro e Silva, viúva do major do Exército, Boanerges de Castro e Silva; a Maria Henriqueta Alves Jardim, viúva do capitão de mar e guerra, reformado, Teodoro Jardim; a Adalgisa Rubim Dias Vieira, filha casada do Almirante reformado, Raimundo Frederico Kaibe da Costa Rubim; a Antônio Sousa Alves Padilha, filho do marechal reformado, Tomaz Alves; a Maria José da Silva Oliveira, viúva do capitão tenente da Armada, Jaime da Silva Oliveira; a Odete de Oliveira Pinto, viúva do 2º tenente comissário da Armada, Ivo Cândido Ferreira Pinto; a Maria Augusta de Aquino Gaspar, filha solteira do contra-almirante

graduado, reformado, Tomaz de Aquino Gaspar; a Branca Mendes Barreto Jardim, viúva do capitão do Exército, Artur Júlio Álvares Jardim e a Brasileira Nazini Silveira Freire, viúva do tenente coronel, graduado, reformado, Juvenal de Matos Freire (P.G. 14.108; 13.370, 13.847, 13.020, 7.699, 10.978, 7.636, 9.328, 10.868; 8.850 e 12.915).

O Tribunal ordenou o registro das aludidas concessões e o das despesas classificadas.

De Montepio civil a Olívia Amélia de Oliveira Santos, viúva de Dionísio José dos Santos, 2º oficial aposentado da Diretoria do Serviço de Inspeção de Fomento Agrícola (P.G. 13.839). — Foi ordenado o registro da referida concessão e o da despesa classificada.

De melhoria de vencimento de inatividade a Francisca de Campos Cabral, auxiliar de 3ª classe da Diretoria Regional dos Correios e Telegrafos do Distrito Federal (P.G. 13.882). — Ordenou o registro da dita concessão e o da despesa classificada.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Aviso DC/2ª.S/200, de 27 de julho próximo findo, pedindo a reconsideração da decisão do Tribunal que recusou registro ao contrato celebrado entre o Escritório de Obras do Ministério e a firma Alberto Haas, para construção de uma Colônia Penal Agrícola, na Ilha Grande (P.G. 16.081). — Ordenou-se o registro do contrato.

Ofício n. 7.870, de 19, da Comissão Central de Compras, relativo ao levantamento da caução prestada por J. G. Pereira & Comp., para o termo do contrato n. 81, na importância de 17:061\$ (P.G. 14.293). — O Tribunal resolveu que se aguarde a solução do processo, a que se refere o parecer.

Ministério da Viação e Obras Públicas:

Ofícios:

N. 8.321, de 26 de julho próximo findo, da Comissão Central de Compras, com o termo do contrato n. 190, celebrado com a Sociedade Fornecedora de Máquinas Ltda., para fornecimento de Dragline Koehring n. 251-E2 ao Departamento Nacional de Portos e Navegação. (P.G. 16.086). — Ordenou-se o registro do contrato.

N. 8.007, de 22, idem, idem n. 185, celebrado com a International Harvester Export Company, para fornecimento de chassis "International" à Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense (P.G. 15.910). Converteu-se em diligência o julgamento, para o fim a que alude o parecer.

— Relatados pelo Sr. Ministro Eduardo Lopes:

Ministério da Educação e Saúde:

Ofício n. 218, de 12 de julho próximo findo, do Instituto Nacional de Surdos-Mudos, adiantamento de 2:000\$ ao Dr. Armando Paiva Lacerda, diretor do mesmo Instituto, para despesas a seu cargo nos meses de agosto a outubro deste ano (P.G. 17.734). — O Tribunal recusou registro ao aludido adiantamento, pelos motivos constantes da informação.

Ministério da Fazenda:

Ofícios:

N. 8.434, de 28 de julho próximo findo, da Comissão Central de Compras, com o termo de contrato celebrado com a Sociedade Fornecedora de Máquinas Ltda., para fornecimento de draga flutuante ao Departamento Nacional de Portos e Navegação (P.G. 16.087). — Foi ordenado o registro do aludido contrato.

Ns. 5.977 e 8.155, de 13 de junho último e 25 de julho próximo findo, da Comissão Central de Compras, pagamento de 87:589\$200 a Aeg. Comp. Americana de Eletricidade e outros e 174:508\$400 a Artur Balfour & Comp. (South America) Ltda. e outros, de fornecimentos neste ano à Estrada de Ferro Central do Brasil (P.G. 10.947 e 17.836). — Foi ordenado o registro das aludidas despesas.

Processos:

De pagamento de 8:000\$ a Inocência José Proença, de dívida flutuante (P.G.). — Foi ordenado registro.

De concessão:

De melhoria de pensão, nos termos do decreto-lei n. 196, de 22 de janeiro último, a Maria José de Magalhães Chaves, viúva do marechal reformado Clarindo Adolfo de Oliveira Chaves; a Branca T. de Castro viúva do marechal reformado Hedefonso Pires de Moraes Castro; a Djanira Costa Pederneiras, viúva do general de divisão reformado Inocência Veloso Pederneiras; a Nair de Almeida Raposo, viúva de Arlindo Gonçalves Raposo, 1º sargento do Exército; a Alice Paiva de Araújo, viúva do amanuense de 1ª classe do Exército Daniel Domingues de Araújo; a Maria Elisa de Oliveira Soares, viúva do general de divisão Carlos de Oliveira Soares; a Evangelina Saito Cardoso, viúva do general de brigada reformado Saturnino Nicolau Cardoso; a Adalgiza Teixeira de Oliveira, viúva do 2º tenente reformado da Armada Samuel Bernardo de Oliveira; a Marieta Penha da Costa de Gouveia Queiroz, viúva do coronel reformado do Exército Inocência Rosa Queiroz; a Anaís Rego Monteiro de Andrade, viúva do tenente-coronel Felisberto Pio de Andrade; a Raimunda Araripo de Faria, irmã do capitão do Exército Tristão Araripo de Faria; a Clara Braga da Cunha, viúva do capitão do Exército Demócrito H. da Cunha; a Leonor Albina Viana, viúva de Húscar Viana, 1º tenente reformado do Exército; a Celestina Zenha Nogueira de Moraes, viúva de Juvenal Nogueira de Moraes, capitão do corveta reformado; a Bráulio Correia Florezini, viúva do 1º tenente reformado do Exército Cícero José Correia Florezini, e a Noêmia Vieira de Sousa

Veiga, viúva do escrevente de 1.ª classe, sub-official da Armada, Gastão Urbino de Sousa Guimarães (PG. 15.577, 8.896, 9.223, 14.104, 14.591, 11.323, 15.655, 12.280, 14.587, 11.037, 13.011, 7.677, 11.710, 13.374, 8.849 e 125.555).

O Tribunal ordenou o registo das aludidas concessões e, bem assim, das despesas classificadas.

De pagamento de 1:651\$400 a José Lucindo da Silva, de dívida da exercícios findos (PG.915). — O Tribunal mandou dar vista do processo ao Sr. Dr. Procurador.

Ministério da Viação e Obras Públicas:

Avisos:

N. 2.390, de 16 de julho próximo findo, distribuição do crédito de 3:000\$ à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Rio Grande do Norte, à conta da verba 3, sub-consignação 7, n. 10, do vigente orçamento do mesmo ministério, para despesas da fiscalização do Porto de Natal (PG.16.177). — Foi ordenado o registo da distribuição do aludido crédito.

N. 2.431, de 19 de julho próximo findo, distribuição do crédito de 122:976\$ ao Tesouro Nacional e à Tesouraria da Estrada de Ferro de Goiaz, à conta da verba 1 — Pessoal — consignação V, do vigente orçamento, para pagamento de diferença de vencimentos a funcionários da mesma Estrada (PG.16.177). — O Tribunal converteu em diligência o julgamento, para que o Corpo Instrutivo informe sobre o que pode ter ocorrido por ocasião do registo das tabelas orçamentárias em relação à verba em apreço.

— Relatados pelo Sr. ministro Alfredo Mavignier:

Ministério da Fazenda:

Offícios:

N. 8.820, de 27 de julho próximo findo, da Comissão Central de Compras, com o termo de contrato celebrado com a firma Francisco Leal & Comp., para fornecimento de coque para fundição à Estrada de Ferro Central do Brasil neste ano (PG.16.085). — O Tribunal ordenou o registo do contrato.

Ns. 8.453, 8.454, 8.292, 8.610 e 8.612, de 23, 27 e 30 de julho próximo findo, da Comissão Central de Compras, pagamento de réis 299:625\$ à S. A. Marvin, 187:400\$ a José Mercadante & Comp., 1.311:798\$200 a Peterson Michabelles & Comp. Ltda., 110:775\$800 a Companhia Carbonifera Rio Grandense e 488:471\$800 a Companhia Estrada de Ferro e Minas de S. Jerônimo, de fornecimento à Estrada de Ferro Central do Brasil neste ano (PG. 17.831, 17.835, 18.902, 18.179 e 18.181). — O Tribunal ordenou o registo das aludidas despesas.

Processos:

De concessão:

De melhoria de pensão, nos termos do decreto-lei n. 196, de 22 de janeiro último, a Joana Mendes Guerra, viúva do 2.º tenente da Armada João Lopes Guerra; a Maria Antonieta Monteiro, viúva do capitão de corveta, graduado, reformado Olímpio Augusto Monteiro; a Angela Práti de Aguiar, viúva do marechal, graduado, reformado Honório Vieira de Aguiar; a Alice Randot Vanderlei, viúva do major do Exército João Araújo Lins Vanderlei; a Atília Boudelli de Araújo, viúva do 1.º tenente intendente do Exército Ubaldo de Araújo (PG. 10.179, 11.032, 15.618, 12.917 e 13.374).

De reversão de montepio civil a Hermínia Cabral de Moura, viúva de José Guilherme de Moura, ex-official aposentado da extinta Diretoria Geral de Contabilidade da Marinha, da pensão que percebia sua filha Sylvia Cabral de Moura, por haver esta contraído núpcias (PG.15.595). — O Tribunal ordenou o registo das aludidas concessões e, bem assim, das despesas classificadas.

De aposentadoria a Zulmira Cordovil de Oliveira, compositor classe "E", Quadro II, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (PG.13.878). — O Tribunal ordenou o registo da concessão da aludida aposentadoria e, bem assim, da despesa classificada.

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio:

Aviso n. 1.C-374, de 19 de julho próximo findo, distribuição do crédito de 1:500\$ à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado de Mato Grosso, para atender aos serviços de transporte de pessoal da 20.ª Inspeção do mesmo ministério neste ano (PG. 16.176). — Foi ordenado o registo da distribuição do aludido crédito.

Offício n. 423-CC, de 27 de julho próximo findo, da Comissão Construtora do Edifício, com o termo de contrato, celebrado com a firma Jorge Elias Calfat, para execução dos serviços de tacos, etc. (PG.16.011). — O Tribunal ordenou o registo do aludido contrato.

Ministério da Viação e Obras Públicas:

Avisos:

Ns. 2.426, de 19 de julho próximo findo, distribuição do crédito de 2:400\$ à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado da Bahia, à conta do decreto-lei n. 487, de 10 de junho último, para pagamento de diferença de vencimentos a um funcionário da Viação Férrea Leste Brasileiro (PG.16.169).

N. 2.428, de 19 de julho próximo findo, distribuição do crédito de 44:520\$ à Tesouraria da Estrada de Ferro Central do Piauí, à conta do decreto-lei n. 487, de 10 de junho último, para pagamento de diferença de vencimentos a funcionários da mesma estrada neste ano (PG.16.171).

N. 2.429, de 19 de julho próximo findo, distribuição do crédito de 64:024\$700 à Tesouraria da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, à conta do decreto-lei n. 487, de 10 de junho último, para pagamento de diferença de vencimentos a funcionários da mesma estrada (PG.16.172).

O Tribunal converteu em diligência o julgamento das aludidas distribuições de créditos, para que o Corpo Instrutivo informe o que pode ter ocorrido por ocasião do registo das tabelas em relação à verba em apreço.

N. 2.422, de 19 de julho próximo findo, pagamento de 5:000\$, a Iedo Fiúza, funcionário em comissão no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, de vencimentos relativo ao mês de junho último, de diretor classe "H", Quadro I, do mesmo ministério (P. 16.137).

O Tribunal ordenou a devolução do processo ao Tesouro Nacional, de acordo com o parecer.

Processos:

Relatório do oficial administrativo Otaviano de Menezes Bastos sobre a tomada de contas do segundo semestre da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro (PG.15.829). — Foi ordenado o arquivamento do processo.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Ministro Presidente designou o dia 9 do corrente mês para a seguinte sessão ordinária, declarando encerrados os trabalhos.

ATA N. 35 — SESSÃO ORDINÁRIA EM 9 DE AGOSTO DE 1938

Presidência do Sr. ministro Tavares de Lira — Procurador, Dr. Leopoldo Cunha Melo. — Secretário, Dr. José de Moraes.

Presentes os Srs. ministros Otávio Tarquínio de Sousa, Ruben Rosa, José Américo, Bernardino de Sousa, Eduardo Lopes e Alfredo Mavignier, foi aberta a sessão.

Compareceram os Srs. Auditores A. Oliveira Lima, Euceno Brandão, Rogério de Freitas e Ernesto Claudino.

Relatados pelo Sr. ministro Bernardino de Sousa:

Offício n. 67, de 18 de dezembro de 1937, da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Amazonas e Acre, remetendo o processo referente a certidões da Dívida Ativa da União, julgadas insolváveis pelo Exmo. Sr. Dr. Juiz Federal do Território do Acre. — O Tribunal resolveu que se remeta o processo à mesma Delegacia Fiscal, nos termos dos pareceres.

Relatados pelo Sr. Auditor Oliveira Lima:

Processos:

De tomada de contas:

N. 38.930 de Maria de Lucena Porpino, agente do correio em "Dona Inez", Estado da Paraíba do Norte, de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1936;

N. 39.017 de Simfrônia Ferreira Martins, idem em "Conceição da Boa Vista do Recreio", Estado de Minas Gerais, no período de 4 de novembro de 1915 a 31 de maio de 1926;

N. 39.330 do general Agrícola Everton Pinto, diretor de engenharia do Campo de Instrução em Gerició, relativo à comprovação da aplicação dada ao adiantamento de 50:000\$000 recebido em 1919 da Contabilidade da Guerra, para atender a despesas do mesmo Campo;

N. 39.391 de Luiza Maria de Freitas, agente do correio em "Varas", Estado de Pernambuco, de 5 de novembro de 1927 a 31 de dezembro de 1934. — O Tribunal julgou quitas os responsáveis e mandou lavar os competentes acordos.

De comprovação de adiantamentos:

Recebidos no Tesouro Nacional:

De 470:050\$000 em 30 de dezembro de 1936, pelo inspetor sanitário do Departamento Nacional de Saúde, Luiz Osmundo de Medeiros, para manutenção e construção de leprosários, no período de outubro a dezembro;

De 230:000\$000 em 25 de outubro de 1937, pelo diretor do Instituto Nacional de Cinema Educativo, Edgard Roquete Pinto, para fornecimento de material àquele Instituto, de outubro a dezembro;

De 5:000\$000 em 17 de novembro, pelo contabilista do Ministério da Educação, com exercício na Reitoria da Universidade do Brasil, Iracema Magalhães, para despesas de outubro a dezembro;

De 500\$000 em 15 de junho de 1938, pelo tesoureiro geral do Tesouro, Alfeu Palma Garcia, para despesas com condução de valores no 2.º trimestre;

De 539:896\$000 em 15 de janeiro de 1937, por intermédio da Agência do Banco do Brasil em Rio Branco, Território do Acre, pelo governador do mesmo Território, Epaminondas Martins, para pagamento de diferença de vencimentos à Polícia Militar, no referido ano. — O Tribunal julgou comprovada a aplicação dada aos adiantamentos.

Recebidos nas Delegacias Fiscais:

De 720\$000 em 20 de novembro de 1937, pelo servente da Delegacia Fiscal no Estado do Rio Grande do Sul, Adão Lopes da Silva, para atender a despesas miúdas a cargo da portaria, no 4.º trimestre;

De 400\$00 em 18 de dezembro, pelo escriturário da Escola de Aprendizes Artífices no Estado do Espírito Santo, Osvaldo Silva, para despesas de pronto pagamento em dezembro citado;

De 300\$000, em 11 de abril de 1938, pelo arquivista da Delegacia Fiscal no Estado de Sergipe, Aureo Freire, para atender à despesas miúdas e de pronto pagamento, no 2.º trimestre;

De 50:000\$000 em 31 de dezembro de 1924, da Caixa Militar em Campo Grande, Estado de Mato Grosso, pelo 2.º tenente, em comissão, Oscar Rodrigues Cabral, para ocorrer às despesas de emergência do Destacamento Coronel Tourinho, em operação nos Estados de São Paulo e Mato Grosso. — O Tribunal julgou comprovada a aplicação dada aos adiantamentos.

De 92:30\$000 em 9 de outubro de 1937, da Diretoria de Fazenda da Marinha, por intermédio do Banco de Comércio e Indústria de Minas Gerais, em Nova Friburgo, pelo capitão tenente, intendente naval Heitor Greenhalgh de Oliveira, para despesas de material do Hospital Naval naquela Cidade. — O Tribunal resolveu que se remeta o processo à Delegacia junto ao Ministério da Marinha, para o fim de ser o mesmo devidamente informado.

Relatados pelo Sr. Auditor Bueno Brandão:

Processos:

De tomada de contas n. 38.270 de João Pedro dos Santos, 2.º tenente, patrão mór, em serviço na Capitania dos Portos do Estado do Maranhão, nos períodos de 13 de junho de 1923 a 18 de fevereiro de 1925, 24 de maio a 31 de dezembro do mesmo ano, 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1924 e de 1 de janeiro a 6 de junho de 1925. — O Tribunal resolveu dar provimento ao recurso interposto, para o fim de ser o responsável julgado quite no período de 13 de junho de 1923 a 31 de dezembro de 1932, canceladas as provisões n. 4.135, 684 e 324, lavrando-se, nesse sentido novo acórdão.

De comprovação de adiantamento:

Recebidos no Tesouro Nacional:

De 200:000\$000 em 9 de dezembro de 1937, pelo engenheiro chefe da 5.ª Divisão Provisória do Serviço de Águas e Esgotos do Distrito Federal, Marcelo Teixeira Brandão, para despesas de pessoal e material do mesmo Serviço, em novembro e dezembro.

De 300:000\$000 em 31 de julho de 1933, pelo inspetor sanitário do Departamento Nacional de Saúde, Luiz Otonário de Medeiros, para despesas com construção de leprosários nos Estados de Santa Catarina e Paraná;

Recebidos nas Delegacias Fiscais:

De 1:000\$000, em 27 de abril de 1938, pelo inspetor fiscal do imposto de consumo da 1.ª zona do Estado de Pernambuco, Olívio Oliveira Soares, para despesas com o seu transporte;

De 550:000\$000, em 18 de setembro de 1936, pelo delegado federal de saúde da 7.ª Região no Estado do Rio Grande do Sul, Luiz Otonário de Medeiros, para construção de leprosários no referido Estado, Paraná e Santa Catarina;

De 200\$000, em 27 de março de 1937, pelo agente fiscal do imposto de consumo no Estado do Pará, Osvaldo Nunes Direito, para despesas com o seu transporte;

De 500\$000, em 20 de agosto, pelo porteiro-contínuo do extinto Tribunal Regional Eleitoral no Estado do Ceará, Mário Bemvindo de Figueiredo, para ocorrer a despesas a seu cargo, de julho a setembro de 1937;

De 2:000\$000, em 30 de março de 1938, pelo inspetor fiscal do imposto de consumo no Estado da Bahia, Olívio da Costa Alecrim, para despesas com o seu transporte;

O Tribunal julgou comprovada a aplicação dada aos adiantamentos.

De 10:000\$000, em 29 de novembro de 1935, pelo classificador da Seção de Padronização e Beneficiamento, Inspecção e Classificação via Algodão no Estado de São Paulo, Ulisses Gil, para despesas do 4.º trimestre. — O Tribunal resolveu que se reitere o ofício n. 19.322, de 15 de janeiro de 1937, dirigido à Delegacia Fiscal em São Paulo.

De 13:000\$000, em 29 de agosto de 1924, da Diretoria Geral de Administração da Guerra, pelo major Gervásio Caldas;

De 25:000\$000, em 1924, da Caixa Militar das F. O., nos Estados de Santa Catarina e Santa Catarina, pelo 1.º tenente Cornélio de Moraes;

De 3:000\$000, em 3 de outubro, da mesma Caixa, pelo major Alameda Monteiro da Silva.

O Tribunal resolveu julgar comprovada a aplicação dada aos adiantamentos.

De 20:000\$000, em outubro de 1921, da Pagadoria do Ministério da Marinha, por intermédio da Agência do Banco do Brasil em Santos, Estado de São Paulo, pelo 2.º tenente, comissário da Armada, Olívio Santiago. — O Tribunal resolveu que se proceda nos termos do parecer do senhor procurador adjunto.

Requerimento de Ricardo Borges Ferreira e Silva, tesoureiro da Delegacia Regional dos Correios e Telégrafos no Estado do Pará, datado de maio deste ano, sobre a responsabilidade na importância de 10:195\$900 verificada no processo de tomada de suas contas número 2.811. — O Tribunal ordenou o arquivamento do processo, porque o d. n. 32.814, já foi julgado definitivamente.

Relatados pelo senhor auditor Rogério de Freitas:

Processos:

De tomada de contas:

N. 38.731, de Aquilino Heráclito de Lima, SO, em serviço no N. M. "Deodoro Perdigão", de 9 de junho a 13 de agosto de 1936;

N. 38.783, de Antônio da Costa Teixeira, agente postal em "Solidade do Chidior", Estado de Minas Gerais, no período de 4 de março de 1901 a 2 de março de 1918;

N. 38.832, de Carmosina Cecília de Melo, idem em "Baldim", no mesmo Estado, de 14 de janeiro de 1916 a 1 de julho de 1920;

N. 39.054, de Cláudio Serra de Moraes, secretário civil da Capitania dos Portos do Estado do Maranhão, de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1937;

N. 39.066, de Vicente de Paula Castilho, 1.º tenente, farmacêutico, incumbido da farmácia e consultório odontológico do Instituto Naval de Biologia no período de 8 de março a 24 de dezembro de 1937;

N. 39.068, de Jurandir Chagas, capitão-tenente, incumbido de navegação no N. H. "Rio Branco", de 1 de janeiro a 8 de março de 1937;

N. 39.069, de José Elias de Moraes da Fonseca Portela, 2.º tenente, cirurgião-dentista, em serviço no Hospital Naval de Mato Grosso, de 16 de março a 31 de dezembro de 1937;

N. 39.070, de Herman Gonçalves Martins, capitão-tenente, servindo no N. E. "Almirante Saldanha", de 24 de março de 1937 a 16 de fevereiro de 1938;

N. 39.081, de Jaime de Azevedo Pondé, 1.º tenente, incumbido de comunicações e navegação no N. H. "José Bonifácio", de 6 de maio a 2 de dezembro de 1937;

N. 39.085, de Tertuliano Correia de Melo, contínuo, encarregado do mobiliário e utensílios da Imprensa Naval, de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1937;

N. 39.086, de Mário Cristalino, mecânico da Imprensa Naval, de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1937;

N. 39.087, de Gastão Monteiro Moutinho, capitão de corveta, QO, incumbido do armamento no Arsenal de Marinha do Estado de Mato Grosso, de 16 de novembro a 31 de dezembro de 1937;

N. 39.083, de Raul Silva, 1.º tenente, professor da Escola Almirante Wandenkolk, de 19 de novembro a 31 de dezembro de 1937;

N. 39.089, de João Batista Francinecone Serran, capitão-tenente, incumbido de navegação no N. H. "Rio Branco", de 21 de agosto a 31 de dezembro de 1937;

N. 39.221, de Wandylek Seize, 1.º tenente, médico, em serviço na Escola Almirante Batista das Neves, de 30 de julho a 28 de dezembro de 1937;

N. 39.222, de Edwiges Lourenço do Sacramento, contra-mestre, incumbido da oficina de máquinas do Arsenal de Marinha do Estado de Mato Grosso, de 22 de novembro a 30 de dezembro de 1937;

N. 39.223, de Leandro José Alves, mestre, encarregado das oficinas de construções navais no Arsenal de Marinha do Estado de Mato Grosso, de 15 de setembro a 21 de novembro de 1937;

N. 39.224, de Bernardo dos Santos Quaresma, 2.º faroleiro, em serviço no Farol de Chui, Estado do Rio Grande do Sul, de 26 de janeiro a 13 de maio de 1937.

O Tribunal julgou quites os responsáveis e mandou lavar os competentes acórdãos.

N. 32.445, de Ruben Cintra da Gama e Silva, 1.º tenente, intendente naval, em serviço no N. A. "José Bonifácio", de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1933. — O Tribunal julgou o responsável em alance pela importância de 54:168\$200 e mandou lavar, nesse sentido o competente acórdão.

N. 33.623, de Maria Laura da Costa Neves, agente postal em "Montenegro", Estado da Bahia. — Havendo sido recolhido aos cofres públicos o alance de 1938\$00, a cujo pagamento foi condenada a responsável de quem se trata por acórdão de 27 de outubro de 1937, deliberou o Tribunal que se expeça quitação à mesma responsável.

De recurso de revisão interposto pelo senhor procurador do processo n. 31.292, de Altino Pereira, ex-coleitor federal em "Campo Alegre", Estado de Santa Catarina, no qual está também apurada a responsabilidade do respectivo escrivão Hugo Roepke, no período de 17 de setembro de 1932 a 21 de fevereiro de 1935. — O Tribunal resolveu admitir o recurso interposto, para a revisão do processo.

De comprovação de adiantamento:

Recebidos no Tesouro Nacional:

De 1:400\$000, em 12 de maio de 1938, pelo chefe da portaria do Tribunal de Contas, Antônio Lopes Junior, para despesas a seu cargo, de maio e junho;

De 9:000\$000, em 11 de abril, pelo tesoureiro da Imprensa Nacional, Guilherme Catrambi, para atender a despesas miúdas e de pronto pagamento, de maio a julho.

O Tribunal julgou comprovada a aplicação dada aos adiantamentos.

De 3:000\$000, em 27 de dezembro de 1937, pelo servente do Departamento Nacional do Trabalho, Ramiro Barnabé da Silva, para despesas do Serviço de Identificação Profissional, no 4.º trimestre. — O Tribunal converteu em diligência o julgamento, para o fim de se requisitar o processo referente ao inquérito a que se refere a informação do Corpo Instrutivo; dando-se vista, depois ao senhor procurador.

De 1:680\$000, em novembro de 1937, pelo diretor da Escola 15 de Novembro, Francisco de Assis Perdigão Nogueira, para atender a despesas miúdas e de pronto pagamento, de novembro e dezembro. — Converteu-se em diligência o julgamento, para o fim de serem sanadas as irregularidades a que se refere o parecer.

Recebidos nas Delegacias Fiscais:

De 20:849\$000, em 29 de abril de 1937, pelo administrador interino do Campo de Sementes de Fumo no Estado da Bahia, agrônomo João de Castro Cerqueira, para despesas do 2.º trimestre. — O Tribunal julgou comprovada a aplicação dada ao adiantamento.

De 80:000\$000, em 31 de dezembro de 1935, pelo chefe do Serviço Técnico do Café no Estado do Espírito Santo, Ubirajara Pereira Barreto, para aquisição de um terreno. — O Tribunal resolveu que se reitere o ofício n. 21.753, de 5 de agosto de 1937 dirigido à Delegacia Fiscal no Espírito Santo.

Recebidos da Caixa Militar das Forças em Operação nos Estados do Paraná e Santa Catarina:

De 100:000\$000 em dezembro de 1924, pelo tenente coronel, intendente de Guerra, Paulo de Araújo Bastos;

De 10:000\$000 em outubro, pelo 2º tenente, contador Josafá Pa-
dilha da Cunha;

Recebidos da Diretoria Geral de Contabilidade da Guerra;

De 50:000\$000 em dezembro, pelo tenente coronel Raimundo
Borges;

De 10:000\$000 em julho, pelo coronel João Batista Machado
Vieira;

De 15:000\$000 em outubro, pelo major, médico, João Pinto Re-
bello Pestana;

De 100:000\$000 em outubro, pelo coronel Samuel de Oli-
veira — O Tribunal julgou comprovada a aplicação dada aos adian-
tamentos.

De 80:000\$000 em novembro de 1924, da Caixa Militar das For-
ças em Operações nos Estados do Paraná e Santa Catarina, pelo ma-
jor, L. G. Miguel Neide Carvalho — Convertem-se em diligência o
julgamento, para o fim a que alude o parecer.

Relatados pelo Sr. auditor Ernesto Claudino:

Processos:

De tomada de contas:

N. 38.178 de Valdemar de Figueiredo Costa, capitão tenente,
em serviço na Escola Almirante Wandenkolk, de 21 de novembro
a 31 de dezembro de 1937;

N. 38.796 de Leopoldina Coutinho, agente do Correio em "Ca-
petinga", Estado de Minas Gerais, de 1 de janeiro de 1935 a 31 de
dezembro de 1936;

N. 38.931 de Gracinda Pereira de Vasconcelos, idem em Cruz
de Armas, Estado da Paraíba do Norte, de 1 de janeiro a 31 de de-
zembro de 1936;

N. 38.937 de José Justino de Oliveira, idem, em Lassance, Es-
tado de Minas Gerais, de 3 de março de 1920 a 23 de maio de
1925;

N. 38.942 de Adalberto de Oliveira Paiva, idem em São Bento,
Estado de Pernambuco, de 1 de janeiro a 31 de maio de 1934;

N. 39.218 de Francisco Pinheiro Novais, capitão tenente, em
serviço no N. H. "José Bonifácio", incumbido de comunicação e na-
vgação, de 3 de dezembro a 8 do mesmo mês de 1937;

N. 39.328 de Ana Rosa Ribeiro de Carvalho, agente postal te-
legráfica em Capivari, Estado de Minas Gerais, de 3 de fevereiro de
1915 a 31 de dezembro de 1935;

N. 39.338 de Alcides Saldanha, 1º tenente, contador, referente
à comprovação da aplicação dada ao adiantamento de 15:000\$000
recebido da Caixa Militar das F. O. nos Estados do Paraná e Santa
Catarina, em 31 de dezembro de 1924;

N. 39.238 de Alcebiades da Cunha, tesoureiro da agência postal-
telegráfica em Campina Grande, Estado da Paraíba do Norte, de 1
de janeiro a 18 de novembro de 1936 — O Tribunal julgou quites
os responsáveis e mandou lavar os competentes acordãos.

N. 37.147 de Olívia Lopes de Camargo, agente do Correio em
Registro, Estado de São Paulo, de 1 de abril de 1927 a 17 de maio
de 1929 — O Tribunal julgou a responsável em débito pela impor-
tância de 730\$000, proveniente de gratificação recebida a maior e
mandou lavar nesse sentido o competente acordão.

N. 33.618 de Gustavo Luiz Buchele, coletor das rendas federais
em Tijucas, Estado de Santa Catarina, de 1 de janeiro a 31 de de-
zembro de 1935 — O Tribunal resolveu dar provimento ao recurso
de revisão, para o fim de ser retificado o Acordão de 1 de dezem-
bro de 1937, quanto ao nome do responsável, lavrando-se novo acor-
dão, cancelada a provisão n. 8.008.

N. 38.815 de Rubem da Almeida Alcântara, 2º tenente, inten-
dente naval, em serviço na Escola de Aprendizes Marinheiros do Rio
Grande do Norte, de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1934 — O
Tribunal resolveu que se proceda de acordo com o que requer o se-
nhor procurador adjunto.

N. 19.276 de Joviano Alves Cardoso, ex-coletor federal da Quar-
ta Coletoria da Capital do Estado de São Paulo, de 29 de janeiro a
15 de maio de 1925 — O Tribunal resolveu que se procede nos ter-
mos dos pareceres.

De comprovação de adiantamento:

De 50:000\$000 recebido em 15 de setembro de 1924, na Direto-
ria Geral de Contabilidade da Guerra, pelo coronel Raimundo Bor-
ges, diretor da Fábrica de Polvora de Piquete;

De 6:000\$000 recebido em novembro, da Caixa Militar das For-
ças em Operações nos Estados do Paraná e Santa Catarina, pelo ca-
pitão, oficial do aprovisionamento, Antônio de Almeida Roseiro;

De 5:000\$, em 1924, da Caixa Militar em Santos, pelo 1º tenente
da Força Pública do Estado de São Paulo, Nicenor Eloi de Melo.

O Tribunal julgou comprovada a aplicação dada aos adianta-
mentos.

De 15:000\$, em 1924, da Caixa Militar das F. O. nos Estados do
Paraná e Santa Catarina, pelo Major Venceslau Breves. — Conver-
tem-se em diligência o julgamento, para o fim a que se refere o pa-
recer.

No julgamento do processo de tomada de contas n. 38.270, de
João Pedro dos Santos, 2º tenente, padrão mór, foi declarado impedido
o Sr. ministro Eduardo Lopes.

Foi finalmente aprovada a redação dos acordãos lavrados nos pro-
cessos julgados nas sessões indicadas e apresentados pelos seguintes
relatores:

Sr. auditor Oliveira Lima

Sessão de 28 de junho de 1938:

Ns. 38.893, de Ester Paulita Soares de Oliveira, agente postal
em Tuma, Estado de Pernambuco, 38.795, de Francisca de Paula
Chaves, idem em Carrapicho, Estado de Minas Gerais, considerando-
as quites e mandando expedir-lhes as competentes provisões.

Sessão de 12 de julho de 1938:

N. 2.237, de Manuel José Teixeira, cobrador da Fazenda Nacional
de Santa Cruz, no período de setembro de 1895 a novembro de 1903,
mandando trancar as contas por ilíquidas, para os fins de direito,
de acordo com a legislação que rege a matéria.

Sr. auditor Bueno Brandão:

Sessão de 19 de julho de 1938:

N. 38.492, de Olavo Mairinck Monteiro de Andrade, encarregado
do Posto Fiscal de Cachoeira, Estado do Rio Grande do Sul, no qual
está também apurada a situação dos escrivães Armando d'Elia e Fran-
cisco Petrucci, considerando quite o encarregado do Posto, mandando
expedir-lhe a competente provisão e declarando igualmente quites
os escrivães.

N. 38.619, de Armando d'Elia, escrivão, servindo como encarre-
gado interino do Posto Fiscal de Cachoeira, Estado do Rio Grande do
Sul, considerando-o quite e mandando expedir-lhe a competente pro-
visão.

Ns. 39.000, de Lígia Belfort de Resende, agente postal em Gil, Es-
tado de Minas Gerais; 39.001, de Maria Rosa da Silva, idem em Aca-
rante, no mesmo Estado; 39.005, de Luisa Bacci, idem em Córrego
Fundo, Estado de São Paulo; 39.036, de Antônio Cândido do Sousa,
fiel de armazem da Alfândega de Paranaguá, Estado do Paraná; 39.053,
de Manuel Maria da Silva, sub-oficial; 39.064, de Orlando Carvalho
de Almeida, 1º tenente; 39.065, de Sadi Francisco Fisher, capitão-
tenente; 39.076, de Jaime Carneiro de Campos Esposel, 1º tenente; 39.080,
de Sérgio Rodrigues, sub-oficial, contra-mestre; 39.082, de João Manuel
de Moraes, sub-oficial, contra-mestre; 39.083, de Vitor de Sá Esp. cap-
itão-tenente; 39.099, de Roberto Marques da Costa, 1º tenente; 39.100,
de Adalberto de Barros Nunes, capitão-tenente; 39.120, de Er-
nani dos Santos Rocha, capitão-tenente, QM.; 39.121, de João da Silva
Valente, SO-CO-EL; 39.147, de Leandro José Alves, mestre; 39.155,
de Benvidio Taques Horta, capitão-tenente; 39.156, de Pedro de Castro
Valente, 1º tenente, médico, contratado; 39.213, de José Simão Cor-
reia da Silva, capitão-tenente, I. N.; 39.214, de Júlio Fernandes da
Silva, operário; 39.287, de Hortência Ribeiro de Vasconcelos, agente
postal em Gramma, Estado de São Paulo; 178/38, de Henry Broadbent
Hoyer, 2º tenente, I. N.; 179/38, de Pedro Vilas Boas Catalão, 1º te-
nente, médico contratado; 180/38, de Segismundo Belo da Silva, 1º
tenente, farmacêutico; 196/38, de Oscar Lopes Fabião, capitão-ten-
ente; 197/38, de Oscar Lopes Fabião, idem; 198/38, de Rogério Pe-
reira dos Santos, capitão-tenente 199/38, de Iomar Neves Marques,
capitão-tenente; 200/38, de Bernardino Rodrigues Gomes, 1º tenente,
F. N.; 201/38, de Cândido da Costa Aragão, 2º tenente, F. N.; 212/38,
de Jaime Freire de Andrade, capitão de corveta, I. N.; 203/38, de
Eduardo Bezerril Fontenelle, capitão-tenente, I. N.; 394/38, de Eva do
Pinheiro, engenheiro da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas,
relativo à comprovação da aplicação dada aos adiantamentos de rês
333:973\$500 e 483:103\$300, recebidos em 1934; 36.700, de Lucílio
Menezes, almoxarife da Comissão de Estradas de Rodagem Federais,
considerando-os quites e mandando expedir-lhes as competentes pro-
visões.

Sr. auditor Rogério de Freitas.

Sessão de 26 de janeiro de 1938:

N. 10.371, de Henrique Cândio Pereira Soares, ex-tesoureiro da
sucursal dos Correios em Botafogo, Distrito Federal, dando provi-
mento ao recurso interposto pelo responsável, mantendo sua sentença
anterior, que o condenou ao pagamento do alcance de 6:803\$755, fi-
xando-lhe o prazo de trinta dias para o recolhimento devido, bem
como os juros respectivos.

N. 12.875 de Clemente Inácio Bilencourt, ex-agente do correio em
Frei Caneca, Distrito Federal, considerando-o em alcance pela impor-
tância de 1:239\$120, condenando-o, por seus herdeiros, ao seu paga-
mento, bem como os juros devidos e fixando-lhes o prazo de trinta
dias para o recolhimento, na forma da lei.

Sessão de 9 de agosto

N. 29.552 de Maria Josefina Gaullier, agente postal-telegráfica
da Avenida Gomes Freire, Distrito Federal, considerando-a em alcance
pela importância de 2:602\$880, condenando-a ao seu pagamento e fi-
xando-lhe o prazo de trinta dias para o recolhimento devido.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Ministro Presidente designou
o dia 12 do corrente mês, para a seguinte sessão ordinária de julga-
mento de processos da mesma natureza, declarando encerrados os tra-
balhos.

Aditamento à ata n. 8, da sessão de 19 de janeiro de 1938:

Acordãos aprovados nos processos julgados em sessões de 31 de
agosto de 1936 e 15 de setembro de 1937 e apresentados pelo então
Sr. auditor Alfredo Mavignier:

Ns. 32.204 de Maria Teixeira Chaves, agente do correio de "Treze
de Maio, São Paulo, 32.798 de Silvio Querubim, idem em Orlandia,
idem 32.809 de Emílio Teobaldina de Andrade, idem em Alagoa, Es-
tado de Minas Gerais, 32.810 de Francisco Caetano Alves, idem em
Arantes (estação), idem 32.811 de Eugénia de Almeida, idem em

Barra, antiga Santo Antônio da Barra, idem, 32.812 de Nicolau Marney, idem em Aguas de Contendas, idem, 32.840 de Hilario da Silva, agente-emprego de agência postal-telegráfica em Seabra, Território do Rio Grande, 32.845 de Ricardo Normandia Paiva, agente postal-telegráfico em São Paulo, 32.875 de Adeline Maria de Oliveira, agente do correio em São José dos Rios, Estado da Paraíba, 32.876 de Ana Maria de Sousa, idem em Boi Velho, no mesmo Estado, 32.877 de Antônio Ribeiro de Campos, agente postal-telegráfico em Pinarbas, idem, 32.878 de Adão de Sousa Alencar, agente postal-telegráfico em Misericórdia, idem, 32.879 de Antônio Lopes Pereira, agente do correio em São Miguel do Taipú, idem, 32.881 de Carlos Alberto Tavares da Silva, tesoureiro interino de agência postal-telegráfica em Esperança, Estado do Amazonas, 32.884 de Antônio Caldeira, agente do correio em Amparo do Sítio, Estado do Rio Grande, 32.885 de José Alves Cardoso, idem em Agua Quente, 32.886 de Francisco Ribeiro Moraes, idem em Aguas de São Paulo, 32.887 de José Bonifácio de Assis, 2º tenente, patrão mor, 32.888 de Hipólito Ferreira, contra mestre, 32.897 de João de Avila Godard, capitão tenente, 36.307 de Cláudio Antônio de Lima, 1º tenente, 36.308 de Milton de Siqueira Lopes, capitão tenente, 36.309 de Milton de Siqueira Lopes, capitão tenente, 36.310 de Alfredo Balbino da Silva, capitão de 3ª classe, 36.323 de Américo Pinto Leitão, agente postal-telegráfico de Trindade, Estado de Pernambuco, considerando-o qualificado e mandando expedir-lhes as competentes provisões.

N. 32.850 de Francisco Maraco, agente do correio em Igualdade, Estado de São Paulo, considerando-o em crédito pela importância de 10.000 e mandando expedir-lhe a competente provisão.

N. 30 — SESSÃO ORDINÁRIA EM 9 DE AGOSTO DE 1938

Presidência do Sr. ministro Tavares de Lira — Procurador, Dr. Leopoldo Cunha Melo — Secretário, José de Moraes

Presenças dos Srs. ministros Otávio Tarquínio de Souza, Ruben Rosa José Américo, Bernardino de Souza, Eduardo Lopes e Alfredo Mayaguer, foi aberta a sessão.

Relatados pelo Sr. ministro Otávio Tarquínio de Souza:

Ministério da Fazenda:

Ofícios:

N. 7.819 e 7.821, de 18 do mês findo, da Comissão Central de Compras, sobre os contratos ns. 181 e 182, celebrados pela firma A. Kierulf Abrahamsen, para fornecimentos ao Departamento dos Correios e Telégrafos (P.G. 16.310 e 16.311). — O Tribunal ordenou o registro dos aludidos contratos.

N. 7.414 e 7.512, do mês findo, da Comissão Central de Compras, sobre a restituição das cauções prestadas por Alexandre Ribeiro & Comp., Ltda., e por J. Colares Moreira & Comp., como garantia da execução dos contratos ns. 109, de 1938, e 23, de 1937 (P.G. 15.677 e 15.381). — O Tribunal autorizou a restituição das aludidas cauções.

Processos:

De concessão:

De montepio e meio soldo a Júlia Queiroz de Figueiredo e outras, filhas do marechal reformado José Clarindo de Queiroz, como reversão da pensão que percibia sua falecida mãe, Maria Amélia de Almeida Queiroz (P.G. 9.227).

De montepio civil a Maria Madalena Alvim Noronha, viúva do ex-tenente de 4ª e classe do Exército, João Joca de Noronha; a Maria Domingos de Faria e outra, viúva e filha do porteiro da extinta Administração dos Correios de Uberaba, João Mateus de Faria, e a Hermenegildo Gonçalves da Silva, viúva do oficial administrativo, classe J, do Departamento de Portos e Navegação, Camilo Monteiro da Silva (P.G. 10.474, 8.256 e 8.255);

De melhoria de pensão, nos termos do decreto-lei n. 196, de 22 de janeiro último, a Claudina Pereira da Luz, irmã do coronel graduado, reformado, do Exército, Ludgero Pereira da Luz, e a Percília Maurício, viúva do 1º tenente da Armada, Antônio José Maurício (P.G. 11.706 e 12.386);

De melhoria de vencimentos de inatividade a João Pio Pereira, oficial de 2ª classe da oficina de ligas monetárias da Casa da Moeda (P.G. 17.878). — O Tribunal ordenou o registro das aludidas concessões e, bem assim, das despesas classificadas.

De pagamento de 5:700\$000 a José Euclides Caracas, de dívida flutuante (P.G. 16.284). — O Tribunal mandou dar vista do processo ao doutor procurador.

Idem, idem, de 713:117\$600, a diversos funcionários, de diferença de vencimentos, de acordo com o art. 3º das Disposições Transitórias da Lei n. 284, de 28 de outubro de 1936 (P.G. 9.787). — O Tribunal ordenou o registro.

Ministério das Relações Exteriores:

Aviso n. DA-49-303.31, de 20 do mês findo, com a cópia do decreto-lei n. 562, do dia 14 anterior, que abre o crédito de 100:000\$, suplementar à verba 1ª, Pessoal — II — Pessoal Extranumerário, sub-consignação n. 2, do vigente orçamento (P.G. 16.125). — O Tribunal ordenou o registro do aludido crédito.

Ministério da Viação e Obras Públicas:

Aviso n. 2.424, de 19 do mês findo, adiantamento de 50:000\$000 ao capitão Mirabeau Pontes, tesoureiro da Comissão Organizadora da Primeira Exposição Filatélica Internacional, para ocorrer ao pagamento de despesas a seu cargo (P.G. 17.467). — O Tribunal converteu em diligência o julgamento, para o fim de se juntar o processo relativo ao crédito.

— Relatados pelo Sr. ministro Ruben Rosa:

Ministério da Educação e Saúde:

Aviso n. 2.026, de 20 de julho último, sobre o pagamento de réis 633\$300 à docente livre do Instituto Nacional de Alta, Roberta Gonçalves de Souza Brito, de diferença de vencimentos (P.G. 17.935). — O Tribunal resolveu aguardar o cumprimento da informação pedida e a que se refere o parecer, fazendo-se subir o processo a julgamento, uma vez terminado o prazo da diligência.

Ministério da Fazenda:

Ofícios:

N. 8.646, de 30 do mês findo, da Comissão Central de Compras, sobre o contrato n. 195, celebrado com The Texas Co., S.A., para fornecimento à Estrada de Ferro Central do Brasil (P.G. 16.312). — Foi ordenado o registro do contrato.

N. 13.549, de 7 do mês findo, da Comissão Central de Compras, sobre o levantamento da caução prestada por Fonseca Almeida & Cia., como garantia de contrato n. 51. (P.G. 13.549). — O Tribunal converteu em diligência o julgamento, para que o Corpo Instrutivo informe se o contrato referido foi registrado e em que data.

Processos de concessão:

De melhoria de pensão nos termos do decreto-lei n. 196, de 22 de janeiro último, a Maria Ancora Lins, filha casada do coronel do Exército, Aires de Moraes Ancora; a Guilhermina Florambel da Conceição e outras, filhas do coronel, graduado, reformado do Exército, Floriano Florambel da Conceição e a Olga Eugênia Ferreira Guimarães e outra, filhas do capitão de Fragata reformado graduado Joaquim José Ferreira Guimarães. (P.G. 9.336, 14.593, 12.393). — O Tribunal ordenou o registro das aludidas concessões e bem assim das despesas classificadas.

Idem, idem, a Ernestina Schinnelpfeng de Seixas e outras, filhas do tenente coronel do Exército, Hermenegildo Augusto de Seixas; a Valdivia e outras, filhas menores do 1º tenente do Exército, Altivo Santos Helfed e a Eulina Luiza Rosa Siqueira de Oliveira, filha do 1º tenente engenheiro maquinista reformado da Armada, Antônio Carlos Siqueira. (P.G. 13.022, 12.559 e 8.264). — O Tribunal recusou registro às aludidas concessões e às respectivas despesas classificadas, de acordo com o parecer do Dr. procurador.

De pagamento de 1:764\$ a Luiz França Campos, 3:150\$ a Moisés Antunes da Silva e 515\$ a Companhia Energia Elétrica da Baía, de dívidas de exercícios findos. (P.G. 16.320, 18.206 e 14.669). — O Tribunal ordenou o registro das aludidas despesas.

Ministério das Relações Exteriores:

Aviso DA57316.1, de 8 do corrente, sobre o pagamento de réis 66:751\$600 a Luiz Paulo de Amorim e outros, contratados do mesmo Ministério, de salários em julho findo. (P.G. 16.521). — Foi ordenado o registro da aludida despesa.

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio:

Ofícios:

N. 1.369, de 13 do mês findo, do Departamento Nacional do Provimento, sobre o pagamento de 1:800\$ a "Lux Jornal", por serviços prestados no 1º semestre do corrente ano. (P.G. 15.931). — O Tribunal converteu em diligência o julgamento, para o fim de ser junta ao processo a conta a que se refere a informação.

N. 3-S. P.-17, de 1 do corrente, do Serviço de Pessoal, sobre o pagamento de 4:000\$ ao chefe do Serviço de Fiscalização do Comércio de Farinhas, Manuel Gonçalves de Freitas, de salários no mês de julho findo (P.G. 16.266). — O Tribunal ordenou o registro.

Ministério da Viação e Obras Públicas:

Aviso n. 2.383, de 16 do mês findo, pagamento de 2:280\$ a Edilberto Ribeiro de Castro, por serviços executados em proveito da Diretoria do Saneamento da Baixada Fluminense (P.G. 15.945). — O Tribunal mandou dar vista do processo ao Sr. procurador.

Relatados pelo Sr. ministro José Américo:

Ministério da Educação e Saúde:

Ofício n. 689, de 16 de julho último, do Serviço de Saúde dos Portos, adiantamento de 15:000\$ ao médico sanitário da classe "M" — Milton Augusto Rodrigues de Campos, para despesas a seu cargo no 3º trimestre do corrente ano. (P.G. 18.194). — O Tribunal converteu em diligência o julgamento, para que a repartição declare qual a natureza do serviço a que se destina o adiantamento.

Aviso n. 433, de 17 de junho último, com o termo de contrato celebrado entre o Instituto Osvaldo Cruz e o Dr. Valter Osvaldo Cruz, para exercer no Instituto Osvaldo Cruz, as funções de técnico especializado. (P.G. 11.715). — O Tribunal resolveu recusar registro ao contrato, de acordo com os pareceres.

Ministério da Fazenda:

Ofício n. 172, de 14 de julho findo, da Caixa de Amortização, pagamento de 18:987\$900 a Joaquim Catrambi e outros, de gratificação por assinatura de notas, no 1º semestre do corrente ano. (P.G. 16.303). — O Tribunal converteu em diligência o julgamento, para que se junte a este o processo referente à folha anterior, cujo pagamento o Tribunal registrou sob reserva.

Relatados pelo Sr. ministro Bernardino de Souza:

Ministério da Educação e Saúde:

Ofício n. 313, de 20 de maio último, do Instituto Osvaldo Cruz, pagamento de 1:800\$ a Bastos Filhos, de aluguel de casa, nos meses de janeiro a março, deste ano. (P.G. 11.597). — Foi ordenado o registro da despesa.

Ministério da Fazenda:

Aviso n. 521, de 4 do corrente, com a cópia do decreto-lei n. 572 de 28 de julho próximo findo, que abre o crédito especial de réis

R.844:44\$700, para pagamento de fornecimentos a diversos Ministérios em 1937, por intermédio, da Comissão Central de Compras (PG. 16.901). — O Tribunal ordenou o registro do aludido crédito especial.

Offícios:

N. 8.647 de 30 de julho próximo findo, da Comissão Central de Compras, com o termo de contra feito com a firma, Aços Roehling Buderus do Brasil Ltda., para fornecimento de aço granulado ao Departamento Nacional da Produção Mineral (PG. 16.313). — O Tribunal converteu em diligência o julgamento, para o fim a que se refere a informação do Corpo Instrutivo.

N. 7.395 de 9 de julho próximo findo, da Comissão Central de Compras com o termo de contrato celebrado com a firma International Machinery Company, para fornecimento de escavadeiras mecânicas à Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense, neste ano (PG. 15.587). — O Tribunal ordenou o registro do aludido contrato.

N. 7.146 de 6 de julho próximo findo, da Comissão Central de Compras, levantamento da caução de 11:055\$000, prestada pela firma Carl Zeiss, para garantia de contrato. (PG. 15.079).

N. 7.143 de 6 de julho próximo findo, da Comissão Central de Compras, levantamento da caução de 29:000\$000, prestada pela firma Francisco Leal & Comp., para garantia de contrato. (PG. 15.076). — O Tribunal ordenou o levantamento das aludidas cauções.

Processo de pagamento de 133:3820, mediante acordo, a Irmãos Almeida, de indenização por prejuízos causados pela revolução verificada em 1923, no Estado do Rio Grande do Sul. (PG. 16.149). — Foi ordenado o registro.

Processos:

Do concessões:

De aposentadoria, a Constantino da Vitória, servente de 1ª classe do Preventório Paula Candido (PG. 13.189). — O Tribunal ordenou o registro da aposentadoria de que tratam o título expedido e a apostila nele feita e o da despesa classificada.

De reversão de montepio, a Alfredina Oscar de Siqueira, de pensão que recebia a sua falecida mãe Georgina Oscar de Siqueira, viúva de Alfredo de Siqueira, amanuense da Administração Geral dos Correios do Rio Grande do Sul (PG. 8.248). — O Tribunal ordenou o registro da concessão constante da apostila de que se trata e o da despesa verificada.

De melhoria de pensão de meio soldo, de acordo com o decreto-lei n. 196, de 22 de janeiro último, a Dêa Célia de Bosklin Gomes, viúva do 1º tenente da Brigada Policial do Distrito Federal, Manel Gomes da Silva, a Luiza Pompeu Carneiro de Sá, viúva do 2º tenente do Exército, Jerônimo Carneiro de Sá e a Eugênia Horta de Araujo, filha do general de brigada graduado reformado, Francisco Xavier de Alencastro Araujo (PG. 12.731, 13.851 e 13.029).

— O Tribunal ordenou o registro das aludidas concessões e das despesas classificadas.

De melhoria de pensão de meio soldo nos termos do decreto-lei n. 196 de 22 de janeiro último, a Francisca Caniha Barberi, viúva do major reformado do Exército, Antônio Maria Barbieri (PG. 8.876). — O Tribunal resolveu recusar registro à concessão de que se trata, por se haver fixado pensão de montepio em importância inferior à devida, nos termos do parecer do Sr. procurador.

Ministério da Viação e Obras Públicas:

Avisos:

N. 2.511 de 29 de julho próximo findo, pagamento de réis, 311:665\$100 a The Rio de Janeiro Tramway Light and Power Co Ltd., de fornecimento de energia elétrica à Estrada de Ferro Central do Brasil, no mês de junho último (PG. 18.464). — Foi ordenado o registro da aludida despesa.

N. 2.552, de 30 de julho próximo findo, distribuição do crédito especial aberto pelo decreto-lei n. 529 de 1 do referido mês de julho, na importância de 1.500:000\$000, à Inspetoria do Tesouro da Estrada de Ferro Central do Brasil, para despesas de alugueis de máquinas, etc. (PG. 16.315).

N. 2.600, de 5 do corrente, distribuição do crédito especial de 315:409\$500, aberto pelo decreto-lei n. 555 de 12 de julho próximo findo, à Delegacia Fiscal do Tesouro no Estado da Bahia, para despesas de limpeza e adaptação do imóvel da União onde funciona a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos, na cidade de São Salvador no referido Estado, para nele serem instalados os escritórios da Viação Férrea Leste Brasileiro (PG. 16.535).

— O Tribunal ordenou o registro das aludidas distribuições de créditos.

Relatados pelo Sr. ministro Eduardo Lopes:

Ministério da Agricultura:

Offício n. 1.322 de 30 de julho próximo findo, do diretor do Serviço do Pessoal, comunicando, que pela portaria n. 312, de 8 do dito mês de julho, foi rescindido a partir de 25 de junho último, o contrato celebrado em 22 de março deste ano, com o Sr. Paulo Afonso Horta Novais, para servir de sub-assistente técnico do Serviço do Pessoal da Secretaria de Estado, visto haver sido nomeado, em comissão, para o cargo de professor adjunto da Universidade do Distrito Federal (PG. 16.267). — O Tribunal resolveu que se faça a devida anotação no livro de registro de contratos.

Ministério da Fazenda:

Offícios ns. 4.633, 4.771, 8.293 e 8.294, de 20 e 23 de maio último e 27 de julho p. findo, da Comissão Central de Compras, pagamento de 14:579\$100 a Abílio Monteiro & Comp. e outros, 4:686\$ a Lefebre & Comp. e outros, 146:540\$ à Sociedade Anônima Marvin

e 118:114\$500 a Fonseca, Almeida & Comp. Ltda., de fornecimentos neste ano, à Secretaria de Estado do Ministério das Relações Exteriores, Departamento dos Correios e Telégrafos e à Estrada de Ferro Central do Brasil. (PG. 8.201, 8.692, 18.003 e 18.004). — Foi ordenado o registro dos aludidos pagamentos.

Processos:

De pagamento:

De 230:587\$, mediante acordo, a João Aquino dos Santos Tagundes de indenização, por prejuízos causados pela revolução verificada em 1923, no Estado do Rio Grande do Sul (PG. 17.973).

De 20:582\$200 a Aurélio Mendes da Silva, 160\$300 a Nizim de Aquino e de 2:955\$800 a Júlio Gomes de Sousa, de dívidas de exercecícios findos (PG. 17.576, 15.224 e 14.169).

O Tribunal ordenou o registro dos aludidos pagamentos.

De concessões:

De montepio civil a Amália de Sousa Cavalheiro Leite e entre, viúva e filha do administrador das Capatazias da Alfândega de Santosana do Livramento, no Estado do Rio Grande do Sul (PG. 15.650).

— O Tribunal ordenou o registro da concessão das aludidas pensões e o da despesa classificada.

De montepio militar a Jovianina dos Santos, viúva do 3º sargento do Exército, Severino Francisco dos Santos (PG. 8.831).

De melhoria de meio soldo, nos termos do decreto-lei n. 196, de 22 de janeiro último, a Manuela da Cunha Rosauro de Almeida, viúva do contra-almirante, Alvaro Agostinho Rosauro de Almeida e a Delminda de Frias Vilar Brasil, viúva do general de brigada, reformado, Pedro Crisol Fernandes Brasil (PG. 9.326 e 14.488). — O Tribunal ordenou o registro das aludidas concessões e o das despesas classificadas.

— Relatados pelo Sr. ministro Alfredo Mavignier:

Ministério da Educação e Saúde:

Ofício n. 593, de 24 de junho último, do Serviço de Águas e Esgotos solicitando o pagamento à Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, da importância de 116:746\$300, proveniente de consumo de força motriz a diversas dependências do mesmo Serviço durante o mês de abril deste ano (PG. 14.921). — Ordenou-se o registro da despesa.

Ministério da Fazenda:

Processos:

De pagamentos:

De 14:107\$600 a Itagiba Passos da Cunha Silveira, de dívida de exercecícios findos (PG. 18.113);

De 116:750\$ a All América Cables Inc., de dívida flutuante (PG. 18.045).

— Ordenou-se o registro das despesas de que se trata.

De concessões:

De aposentadoria a Antônio Luiz da Rosa, no lugar de bibliotecário, classe F — quadro I, do Ministério da Educação e Saúde, com a despesa classificada na importância de 6:954\$800 (PG. 15.174).

— Ordenou-se o registro da concessão da aposentadoria e o da despesa classificada.

De montepio civil a Georgina Lopes de Campos, viúva de José da Fonseca Campos, ex-maquinista, aposentado, da Estrada de Ferro Central do Brasil, com a despesa classificada nas importâncias de 1:599\$600 e 1:014\$900 (PG. 7.679). — Ordenou-se o registro da concessão da pensão de que se trata e o da despesa classificada.

De aumento de pensão com apostila no respectivo título:

A Ieda de Albuquerque, filha de Alvaro de Albuquerque 3º escrivão da Estrada de Ferro Central do Brasil, com a despesa classificada nas importâncias de 1:600\$ e 2:004\$400 (PG. 15.651);

A Guilhermina e Graziela, filhas de Alberto Durão Coelho, capitão de corveta, reformado, com a despesa classificada na importância de 1:311\$800 (PG. 12.385).

— Ordenou-se o registro da concessão constante das apostilas feitas nos títulos de que se trata e o das despesas classificadas.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Ofício n. 8.282, de 27 de julho findo, da Comissão Central de Compras, relativo ao pagamento da importância de 401:036\$, de fornecimento feito ao Ministério, por Castro Sobral & Cia. (PG. 17.992).

— Ordenou-se o registro da despesa.

Ministério da Viação e Obras Públicas:

Avisos:

N. 2.627, de 5 do mês atual, relativo ao pagamento à Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá, arrendatária da Estrada de Ferro D. Teresa Cristina, da importância de 208:080\$ de obras executadas na mesma Estrada. (PG. 16.512).

N. 2.506, de 28 de julho findo, idem a Vidal de Alcoforado, da importância de 123:651\$, de serviços executados em proveito da Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense (PG. 18.468).

— Ordenou-se o registro das despesas de que se trata.

Ns. 1.639, de 26 de maio último, e 2.553, de 30 de julho findo, relativos ao contrato firmado entre a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Campanha e D. Maria Rennó Moreira, para o arrendamento do prédio em que funciona a agência postal telegráfica de Santa Rita de Sapucaí (PGs 8.764 e 16.204). — Convertem-se em diligência o julgamento, para o fim de que trata o parecer do senhor procurador.

Offícios da Comissão Central de Compras:

N. 7.736, de 15 de julho findo, referente ao pagamento da importância de 119:707\$, proveniente de fornecimento feito ao Ministério por Hime & Cia. (PG. 15.545). — Ordenou-se o registro da despesa.

N. 6.528, de 23 de junho último, relativo ao levantamento da caução prestada por Importadora-Exportadora Gokkes do Brasil Limitada, na importância de 9:000\$000 para garantia do contrato número 21, de 1938 (P.G. 12.449);

N. 7.145, de 6 de julho findo, idem, por Alexandre Ribeiro & Companhia Ltda, na importância de 10:000\$000 para o controle número 56/1938 (P.G. 15.078).

Autorizou-se o levantamento das cauções de que se trata.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. ministro presidente designou o dia 12 do corrente mês, para a seguinte sessão ordinária, declarando encerrados os trabalhos.

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS

Dia 1 de agosto de 1938

Ao Sr. ministro da Educação e Saúde:

N. 212 — Comunicando que o Tribunal, em referência à prorrogação de contrato, celebrado no dia 6 de junho deste ano entre o Governo Federal e o Dr. Fábio Leoni Werneck, para exercer, no Instituto Osvaldo Cruz, as funções de técnico especializado, extranumerário, resolveu, em sessão de 29 de julho próximo findo, ordenar o registro do mesmo.

Ao Sr. ministro da Viação e Obras Públicas:

N. 213 — Solicitando, em vista do aviso desse ministério, número 2.262, de 8 de julho próximo findo, pedindo, por conta da sub-consignação n. 61/01, consignação V, da verba 1 "Pessoal" do vigente orçamento desse mesmo ministério, suplementada pelo decreto-lei número 487, de 10 de junho último, a distribuição de 14:400\$000, à Tesouraria da Estrada de Ferro de Goiás, em Araguari, para pagamento de dois auxiliares administrativos de 1ª "E", da referida via-férrea, de acordo com o decreto n. 1.905, de 23 de agosto de 1937, conforme a diligência, de 29 de julho citado, informar si o pessoal que vai ser pago pelo crédito cuja distribuição é solicitada, já teve sua situação regularizada em face da lei n. 284, de 1936.

Dia 2

Ao Sr. ministro da Fazenda:

N. 214 — Solicitando seja paga no Tesouro Nacional ao oficial administrativo da classe "K", deste Tribunal, Rodolfo Mamede, a importância de 1:800\$000, de ajuda de custo pela sua designação para, na Capital do Estado do Rio Grande do Sul, acompanhar os trabalhos da junta apuradora das contas da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, referentes ao primeiro semestre do corrente ano, a realizarem-se no dia 10 vindouro, tendo sido a despesa previamente empenhada pelo conhecimento n. 63.

Da folha consta o desconto de 5\$400.

Ao Sr. ministro da Educação e Saúde:

N. 215 — Comunicando em referência ao crédito especial de 99:735\$500, para pagamento (Pessoal), da diferença de vencimentos, referentes a 1937, a 18 assistentes — Padrão "H", da Faculdade Nacional de Odontologia da Universidade do Brasil, incluídos nas tabelas anexas à lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, em virtude do ato n. 33, de 12 de outubro de 1937, do Conselho Federal do Serviço Público Civil, resolveu, ordenar o registro do mesmo.

Ao Sr. ministro da Viação e Obras Públicas:

N. 216 — Comunicando em referência ao crédito especial de 815:109\$500, para despesas de limpeza e adaptação do imóvel de propriedade da União, onde funcionou a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos na cidade do Salvador, Bahia, para nele serem instalados os escritórios da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, resolveu ordenar o registro do mesmo.

Ao Sr. ministro da Educação e Saúde:

N. 217 — Comunicando que o Tribunal, tendo presente o aviso desse ministério n. 544, remetendo cópias do decreto-lei n. 567, que transfere o item 11 — Delegacias de Saúde — 100:000\$000, da verba 2 — Material — III — Diversas despesas, sub-consignação n. 23 — Es-tivos, etc., do vigente orçamento do mesmo ministério para constituir o item 02), da sub-consignação n. 28 — Serviços de transportes, etc., da aludida verba, resolveu, ordenar o registro do ato de que trata o referido decreto, e o da redistribuição às delegacias fiscais nos Estados da dita importância, de acordo com a distribuição feita por ocasião do registro das tabelas de créditos orçamentários desse ministério.

N. 218 — Comunicando que o Tribunal em referência da remessa de cópias do decreto-lei n. 551, do dia 11 de julho próximo findo, que abre, ao Ministério, o crédito especial de 15:200\$000, para pagamento de vencimentos da Diretoria da Escola Ana Neri, enfermeira Rerla Lucile Pulen, no período de 1 de janeiro a 31 de agosto atual, resolveu, ordenar o registro do mesmo crédito.

Ao Sr. ministro da Fazenda:

N. 219 — Remetendo vinte processos de dívidas reconhecidas de exercícios findos, numerados seguidamente de 1.601 a 1.620 e relacionados nos termos do art. 78, § 1º, do Código de Contabilidade Pública, na importância total de 9:187\$300, dos quais 18 já foram enviados a esse ministério com o ofício da Presidência n. 6.966.

Ao Sr. ministro da Justiça e Negócios Interiores:

N. 220 — Comunicando que o Tribunal em referência ao pagamento de 1:350\$000, ao bacharel Paulo Câmara da Mota e outro, fun-

cionários desse ministério, de diferença de vencimentos por substituições ocorridas nessa Secretaria de Estado, no mês de março do corrente ano, resolveu, em sessão de 29 de julho deste ano recusar registro à aludida despesa, porque o cálculo para o pagamento ao bacharel Paulo Câmara da Mota, foi feito, computando-se a parte referente ao abono a que se refere o art. 3º das Disposições Transitórias da lei n. 284, de 28 de outubro de 1936.

Ao Sr. ministro da Agricultura:

N. 221 — Comunicando que o Tribunal em referência ao termo de contrato celebrado, no dia 10 de junho último, entre a Diretoria do Serviço de Fruticultura, do Departamento Nacional da Produção Vegetal e Pedro Fontana, para o arrendamento do prédio n. 134 da rua Aracajú, em Campo Grande, no Distrito Federal, destinado ao funcionamento da Fiscalização de Postos de Embalagem e de Pomares, e sobre cujo assunto, à vista da Promoção n. 15, de 8 de julho próximo findo, do Sr. procurador, fizera a diligência constante do ofício desta Presidência n. 181, do dia 22 seguinte, resolveu, em sessão de 29 do dito mês de julho recusar registro ao contrato em apreço, não só por não constar a prova de sua aprovação por V. Ex., como também porque, entre os poderes delegados ao diretor de Contabilidade desse ministério, pela portaria n. 5.157, de 21 de dezembro de 1937, segundo a comunicação feita ao Tribunal, no aviso n. 6.456, de 22 do dito mês, não está compreendido o de assinatura de correspondência sobre o assunto de que se trata.

Ao Sr. ministro da Fazenda:

N. 222 — Tendo sido registrado o crédito de 737:200\$000, aberto a esse Ministério pelo decreto-lei n. 546 de 8 de julho último, para suplementação às verbas 1 e 2 do orçamento da Fazenda, do corrente exercício financeiro, afim de atender, no segundo semestre às despesas decorrentes da organização do quadro do pessoal deste Tribunal, de conformidade com o decreto-lei n. 426, de 12 de maio do corrente ano, e convindo que seja completada a composição do referido quadro do pessoal com o preenchimento de cargos vagos, — solicito se digne V. Ex. providenciar no sentido de serem providos os cargos seguintes:

Carreira de oficial administrativo

4 cargos vagos da classe L, por promoção de 4 oficiais da classe K, pelo critério de merecimento, visto ser a aludida classe L a última da referida carreira, conforme o preceito do art. 33, § 2º, da lei número 284, de 28 de outubro de 1936;

2 cargos da classe K, vagos, um em virtude da exonerção do oficial administrativo bacharel Antônio Máximo Nogueira Penido, por ter sido o mesmo nomeado para o cargo de ministro do Tribunal de Contas da Prefeitura do Distrito Federal e outro em virtude da aposentadoria do oficial de igual classe, José da Rocha Gomes.

Em consequência da promoção de 4 oficiais administrativos da classe K à classe L, ficarão extintos os 4 cargos de excedentes da referida classe K.

As promoções de 2 oficiais administrativos da classe J à classe K, acima referidos, não determinarão promoção de oficiais administrativos da classe I, visto existirem 8 oficiais administrativos da classe, excedentes, número que, desse modo, ficará reduzido a 6.

Carreira de arquivista

1 cargo da classe I, vago em virtude de falecimento do arquivista dessa classe, Trajano Gadret, a ser preenchido pelo critério de merecimento, visto ser essa a última classe da carreira conforme o disposto no art. 33, § 2º da lei n. 284, de 28 de outubro de 1936.

Da promoção de um dos dois atuais arquivistas da classe H à classe I resultará uma vaga da classe H, cargo inicial nessa carreira.

Em referência aos cargos vagos das classes I e H da carreira de oficial administrativo e os das classes E, F e G da carreira de escriturário, bem como as das classes D, E e F da carreira de datilógrafo, cabe-me comunicar a V. Ex. que subsistem as vagas referidas no meu ofício n. 80, de 23 de junho próximo findo, salvo quanto a dois cargos de escriturário da classe E que foram providos, achando-se em exercício os nomeados.

Junto remeto a V. Ex., para os fins convenientes, a relação dos atuais oficiais administrativos da classe K e J e dos arquivistas da classe H, por ordem de antiguidade, apurada na forma da legislação em vigor, afim de servir de base para as promoções acima apontadas. Posteriormente, após a revisão dos assentamentos de todo o pessoal serão enviados as relações completas com todos os esclarecimentos em referência a cada um dos funcionários do quadro do pessoal do Tribunal de Contas.

N. 223 — Tendo sido nomeado, por decreto de 27 de junho último, e tomado posse do cargo de escriturário da classe D, do Quadro I, do Ministério da Guerra, o datilógrafo em disponibilidade, padrão E, da extinta Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, Quadro V, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, José Solero Filho, que se achava em serviço neste Tribunal, como extranumerário, auxiliar de escrita de 5ª classe, admitido conforme a relação publicada no "Diário Oficial" de 18 de fevereiro e portaria n. 819 de 10 do mesmo mês — rogo se digne V. Ex. providenciar no sentido de ser excluído o referido extrenumerário do número de mensalistas deste Tribunal.

Proponho a admissão de Aldeide Neves Lopes Lima, em substituição ao referido auxiliar de escrita de 5ª classe, remetendo para tal fim os inclusos documentos, de conformidade com o disposto no artigo 18, do decreto-lei n. 240, de 4 de fevereiro do corrente ano, bem

como a aludida portaria n. 819, para as notações que se tornarem precisas.

2. Outrossim, solicitando a exclusão da extranumerária mensal lista auxiliar de escrita de 3ª classe, Maria da Glória de Melo Faria, a qual, tendo se casado, adotou o nome de Maria da Glória de Faria Santos e não desejando continuar no seu emprego, pediu dispensa, proponho, em sua substituição, Aloisio de Paula Fonseca, como auxiliar de escrita de 5ª classe, para o que transmito, inclusos, os respectivos documentos, na forma do referido decreto-lei e a Portaria n. 280, de 18 de fevereiro deste ano, de admissão da referida extranumerária.

— Ao Sr. general Júlio C. Horta Barbosa, presidente do Conselho Nacional do Petróleo:

N. 224 — Agradecendo a comunicação de haver tomado posse do cargo de presidente desse Conselho.

— Ao Sr. ministro da Agricultura:

N. 225 — Comunicando que o Tribunal resolveu, em sessão de 29 do mês findo, ordenar registro da alteração de que trata o decreto-lei n. 473, do dia 8 de junho último.

— Ao Sr. ministro da Fazenda:

N. 226 — Solicitando providências no sentido de ser posto à disposição da Comissão Central de Compras o crédito de 40:000\$000 da verba 2 — Material — II — Material permanente, sub-consignação 2 — Máquinas, motores, etc. 05) — Tribunal de Contas, afim de que a mesma comissão possa atender aos pedidos que forem feitos por este Tribunal.

N. 227 — Solicitando providências afim de que seja paga no Tesouro Nacional à firma Azevedo Alves, Rodrigues & Comp. Ltda. (Casa Azevedo Alves), a importância de 3:001\$500, de fornecimento de 29 uniformes completos de brim de linho pardo, compostos de jaqueta, calça e bonet, ao pessoal da Portaria deste Tribunal, no corrente ano.

Dia 3

— Ao Sr. ministro da Justiça e Negócios Interiores:

N. 228 — Comunicando que o Tribunal resolveu ordenar o registro do crédito especial de setecentos quarenta e um mil e novecentos réis (741\$900), para atender ao pagamento (Pessoal) da pensão que compete a d. Isabel Fernandes de Azevedo, relativamente ao período de 19 de maio a 31 de dezembro do corrente exercício.

— Ao Sr. ministro da Viação e Obras Públicas:

N. 229 — Solicitando informar em referência a distribuição à delegacia fiscal do mesmo Tesouro no Estado da Bahia da importância de 2.000:000\$, por conta do crédito especial aberto pelo decreto-lei n. 442 de 8 de junho anterior, para atender às despesas com a ampliação dos tanques de abastecimento de água da Viação Férrea Leste Brasileiro reconstrução de canalização e execução de outros serviços novos se houve dispensa de concorrência para o dito serviço, no caso negativo, se foi cumprido o disposto no art. 10 do decreto-lei n. 240, de 4 de fevereiro último.

— Ao Sr. ministro da Fazenda:

N. 230 — Remetendo o requerimento de 29 de julho próximo findo, instruído com o laudo de inspeção de saúde n. 353, do dia 25 anterior e mais treze (13) documentos, no qual o oficial administrativo da classe J deste Tribunal, Vitor Alvaro Moreira, solicita sua aposentadoria por invalidez para o serviço público, conforme concluiu o dito laudo.

Dia 4

Ao Sr. ministro da Fazenda:

N. 231 — Remetendo a relação completa dos oficiais administrativos das classes K e J, por ordem de antiguidade apurada de acordo com o art. 5º das disposições transitórias da lei n. 284, de 28 de outubro de 1936 e exposição n. 949, do extinto Conselho Federal de Serviço Público Civil.

Dia 5

Ao Sr. ministro do Trabalho, Indústria e Comércio:

N. 232 — Solicitando providências afim de ser enviada a 2ª via do empenho relativo a entrega ao inspetor da 14ª Inspetoria Regional no Estado de São Paulo, Francisco Cláudio Túlio Lima, do adiantamento de 15:000\$ para custear as despesas com pinturas, reparos, coloração de divisões, instalação elétrica e semelhantes, nos meses de agosto a outubro do ano atual, de conformidade com a diligência ordenada pelo Sr. ministro em 3 do corrente.

— Ao Sr. ministro da Fazenda:

N. 233 — Solicitando providências afim de que seja paga no Tesouro Nacional ao oficial administrativo da classe J deste Tribunal, bacharel Flávio Carvalho de Moraes Bastos, a importância de 174\$200, proveniente de serviços prestados fora das horas do expediente, despesa essa empenhada pelo conhecimento n. 53, do qual foi anulada a quantia de 725\$800, correspondente ao período de 19 de julho a 30 de setembro deste ano, por haver cessado o dito serviço extraordinário.

N. 234 — Enviando documentos que acompanharam o ofício n. 1.244, de 29 de julho próximo findo, da Diretoria de Fundos do Exército, relativo ao pagamento de ajuda de custo ao 2º tenente Carlos Buarque Filho, visto o processo a que o mesmo se refere ter sido remetido a esse ministério.

— Ao Sr. ministro de Estado das Relações Exteriores:

N. 235 — Solicitando providências afim de serem retificados os nomes dos contratados — Roberto Neves de Sousa Quartim e Carlos

Eugênio Cata Preta, bem assim para que todas essas retificações inclusive as mencionadas no aviso n. DA/54-316.1, sejam publicadas no Diário Oficial, visto o Tribunal, em casos similares, subordinar o registro à anterior publicação no Diário Oficial.

Dia 6

Ao Sr. ministro da Fazenda:

N. 236 — Solicitando providências afim de que seja paga no Tesouro Nacional ao oficial administrativo da classe J deste Tribunal, bacharel Raimundo Amora Maciel, a importância de 1:400\$, proveniente de ajuda de custo pela sua designação para, na cidade de Radora das contas da Companhia Docas de Santos, referentes ao mês de 1937, tendo sido a referida despesa previamente empenhada pelo conhecimento n. 66.

N. 237 — Solicitando providências afim de que seja paga no Tesouro Nacional ao oficial administrativo da classe J deste Tribunal, Pompílio da Silveira Paiva, de acordo com a inclusa folha, a importância de 600\$, proveniente de gratificação que lhe compete pela designação, em 23 de abril último, para acompanhar os trabalhos da junta apuradora das contas das Estradas de Ferro Carangola e Juruá de Santo Eduardo ao Cachoeiro de Itapemirim, relativas ao segundo semestre de 1937, tendo sido a referida despesa previamente empenhada pelo conhecimento n. 36.

Dia 8

Ao Sr. ministro da Justiça e Negócios Interiores:

N. 238 — Comunicando que o Tribunal resolveu ordenar o registro do contrato celebrado, em 21 de junho último, entre o Ministério de Obras desse mesmo Ministério e a firma Alberto Haas, para construção de uma Colônia Penal Agrícola, na Ilha Grande.

— Ao Sr. ministro da Educação e Saúde:

N. 239 — Solicitando providências afim de serem presentes ao Tribunal, para juntada ao processo relativo à prorrogação do contrato celebrado entre o Governo Federal e Sérgio José Alencar de Vasconcelos, para exercer as funções de intendente, no Instituto Nacional do Cinema Educativo, os documentos a que se refere o artigo 9º do decreto-lei n. 240, de 4 de fevereiro último.

— Ao Sr. ministro da Viação e Obras Públicas:

N. 240 — Comunicando o registro do termo aditivo ao contrato n. 13, celebrado em 7 de maio de 1934, entre a Estrada de Ferro Central do Brasil e as companhias Nacional de Mineração de Carvão do Morro Branco e Brasileira Carbonífera de Araranguá, para fornecimento de carvão nacional lavado.

N. 241 — Solicitando providências no sentido de serem remetidas cópias autênticas dos documentos abaixo mencionados, relativos ao processo de comprovação da aplicação dada ao adiantamento de 1.500:000\$, recebido pelo tenente-coronel Manuel Maria de Castro Neves, em 12 de novembro de 1936, à conta do crédito aberto pelo decreto n. 1.163, de 21 de outubro do mesmo ano, para despesas com a construção das rodovias Capela da Ribeira-Curitiba e Curitiba-Joinville.

a) da portaria n. 20, que solucionou o aviso n. 36, de 18 de julho de 1935, do Ministério da Guerra;

b) do referido aviso n. 36, de 18 de julho de 1935, dirigido a esse ministério pelo da Guerra;

c) do ofício n. 2.575, de 30 de abril de 1936, da Diretoria Geral de Contabilidade desse ministério ao da Guerra;

d) do aviso n. 25, de 4 de abril de 1936, dirigido a esse ministério pelo da Guerra.

Solicitando ainda, mandar informar se houve alguma alteração nas prescrições sobre direito a gratificações nas Instruções de 28 de outubro de 1935, em relação ao que a respeito do assunto consta das Instruções de abril de 1927 e, no caso afirmativo, quais foram elas, e, igualmente, se esse ministério deu alguma instrução ao responsável sobre o pagamento de gratificações e de despesas de tarefas anteriores ao período para o qual foi pedido o adiantamento.

— Ao Sr. ministro da Guerra:

N. 242 — Comunicando que o Tribunal resolveu ordenar o registro do crédito especial de 3.610:176\$000, para atender às despesas (Obras, Melhoramentos, Aparelhamentos e Equipamentos) com a conclusão das instalações da Fábrica de Armas Portáteis de Itajubá e o da distribuição à Diretoria de Fundos do Exército.

— Ao Sr. ministro da Agricultura:

N. 243 — Solicitando providências no sentido de não serem presentes ao Tribunal cópias autênticas das ordens dos adiantamentos de 3:000\$ e 3:000\$, recebidos na Pagadoria desse mesmo ministério, respectivamente, em 18 de dezembro de 1935 e 5 de março de 1934, por Arnaldo da Rocha Miranda, quando exercia o cargo de porteiro do Instituto Geológico e Mineralógico do Brasil, bem assim, para que seja informado qual a data da entrega dos mesmos adiantamentos.

— Ao Sr. ministro da Viação e Obras Públicas:

N. 244 — Comunicando que o Tribunal, em sessão de 5 do corrente, resolveu recusar o registro à distribuição ao Tesouro Nacional da importância total de 19:200\$, por conta da sub-consignação n. 61-01) — consignação V, da verba 1 — Pessoal, do vigente orçamento desse mesmo ministério, afim de, no corrente ano, ao pagamento da diferença de vencimentos de que trata o art. 3º da Lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, e do pessoal extranumerário admitido em consequência de extinção e transformação de cargos efetivos, do Departamento de Aeronáutica Civil, conforme vem dis-

— Ao Sr. ministro das Relações Exteriores:
N. 253 — Comunicando o registro do crédito suplementar de 100.000\$, à verba I — Pessoal — Pessoa extranumerário — Sub-consignação n. 2 — Pessoal extranumerário, do vigente orçamento desse Ministério, para reforço da dotação destinada ao pessoal da Ponte Internacional sobre o rio Uruguai.

— Ao Sr. ministro da Marinha:

N. 215 — Restituindo o processo relativo à comprovação da dívida dada ao adiantamento de 26.000\$, concedido ao capitão neta subidente naval, Heitor Greenhalgh d'Oliveira, para atenuar as despesas do Saratório Naval em Nova Friburgo, no 4º trimestre do ano passado, para ser encaminhado à Delegação do Triângulo junto a esse mesmo ministério.

— Ao Sr. diretor da Diretoria de Tomada de Contas:

N. 216 — Comunicando haver resolvido que tenha exercício a Diretoria a vosso cargo o oficial administrativo da classe I, Júlio Bica de Freitas e que o oficial administrativo da classe J, Artur Soares, que servia no Protocolo Geral, passa a ter exercício nessa diretoria.

— Ao Sr. diretor da Segunda Diretoria:

N. 217 — Comunicando haver resolvido que tenha exercício a Diretoria a vosso cargo a escriturária da classe E, Rosa de Freitas Ramos.

— Ao Sr. Diretor da Primeira Diretoria:

N. 218 — Comunicando haver resolvido que tenham exercício a Diretoria a vosso cargo a escriturária da classe "E", Branca de Carvalho Lima e o escriturário da classe "F", Joaquim Boaventura da Silva Matos.

— Ao Sr. Diretor da Secretaria:

N. 219 — Comunicando haver resolvido que os funcionários abaixo indicados tenham exercício nas dependências deste Tribunal igualmente mencionadas:

Nessa Secretaria:

Escriturária da classe "E", Ruth Bós de Holanda.

Na Primeira Diretoria:

Escriturária da classe "E", Branca de Carvalho Lima.

Escriturário da classe "F", Joaquim Boaventura da Silva Matos.

Na Segunda Diretoria:

Escriturária da classe "E", Rosa de Freitas Ramos.

Na Diretoria de Tomada de Contas:

Oficial administrativo da classe "I", Júlio Bica de Freitas.

No Protocolo Geral:

Escriturários da classe "F", João Rodrigues da Costa e Cóbé Jacques de Abreu.

Na Biblioteca:

Escriturário da classe "G", Caetano Pinto de Miranda Montenegro Neto.

Dia 10

— Ao Sr. Ministro da Fazenda:

N. 250 — Em ofício n. 122, de 4 de julho próximo findo, tive a oportunidade de dar conhecimento a V. Ex. das más condições em que se acha instalado este Tribunal no 6º andar do edifício do Instituto Nacional de Previdência, sugerindo a conveniência de ser transferida para o 4º andar a Diretoria do Domínio da União e cedido ao Tribunal de Contas o 5º andar, ora ocupado por aquela Diretoria.

Em telegrama de 1 do corrente de novo me dirigi a V. Ex. sobre o mesmo assunto.

A situação quanto à instalação dos serviços do Tribunal agravou-se agora com a resolução do Instituto de Previdência, aprovada pelo Ministério do Trabalho, conforme notícia a imprensa, de que vai ser iniciada a construção de mais quatro andares no referido edifício, começando as obras justamente do 6º andar onde o mesmo Tribunal funciona em espaço já insuficiente para seus serviços.

É fácil de imaginar a impossibilidade de continuar este Instituto, ainda que provisoriamente, nesse local, com a agravante de barulho, poeira, transporte de material, andaimes, aparelhos e tudo mais referente às necessidades das obras de construção de quatro andares no edifício.

Renovando as solicitações anteriores e à vista da nova ocorrência, acima mencionada, rogo se digne V. Ex. examinar o caso com a costumeira solicitude, dando-lhe pronta solução afim de que ao Tribunal sejam proporcionadas as acomodações de que precisa para o seu regular funcionamento.

N. 251 — Solicitando providências afim de ser satisfeita pela Delegação Fiscal em Minas Gerais a solicitação constante do ofício da Diretoria de Tomada de Contas, n. 26, de 9 de janeiro de 1930, reiterado pelos ns. 1.271, de 20 de novembro de 1933, 854, de 24 de outubro de 1936, sobre se o exator em preço recebeu, por exercícios findos, ou por meio de restituição, a quantia de réis 1.001\$332, de percentagens a menos extraídas durante sua gestão como escriturário da Coletoria de Rendas Federais no referido Estado. José Lucas, no período de 11 de março de 1916 a 31 de maio de 1917.

— Ao Sr. Dr. procurador:

N. 252 — Remetendo, juntamente com o processo, cópias do acordo proferido em sessão de 2 do corrente mês e o demonstrativo do abate pelo qual foi o responsável condenado ao pagamento de 742\$ anuário nas suas contas, acrescidas dos juros de mora que foram devidos, para serem cobrados executivamente, em referência ao processo de tomada de contas n. 33.716, de Rubem de Almeida Alcântara, 2º tenente intendente naval, quando em serviço na Escola de Aprendizes Marinheiros, no Estado do Rio Grande do Norte, relativo ao período de 21 abril a 31 de dezembro de 1933.

— Ao Sr. ministro das Relações Exteriores:

N. 253 — Comunicando o registro do crédito suplementar de 100.000\$, à verba I — Pessoal — Pessoa extranumerário — Sub-consignação n. 2 — Pessoal extranumerário, do vigente orçamento desse Ministério, para reforço da dotação destinada ao pessoal da Ponte Internacional sobre o rio Uruguai.

— Ao Sr. ministro da Viação e Obras Públicas:

N. 254 — Solicitando providências afim de ser reconhecida a firma do tabelião de Santa Rita do Sapucaí "José de Luna Dias" e do substa-belecimento da procuração passada a Rubens Rezende, em referência ao contrato firmado no dia 4 de maio referido, entre a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Campanha e D. Maria Renó Moreira, para o arrendamento do prédio em que funciona a agência postal-telegráfica de Santa Rita do Sapucaí, no Estado de Minas Gerais.

— Ao Sr. diretor da Secretaria:

N. 255 — Comunicando haver resolvido que o oficial administrativo da classe "I", bacharel José de Góis Calmon de Brito, e o escriturário da classe "E", Evald Sizenando Pinheiro, tenham exercício na Segunda Diretoria.

— Ao Sr. diretor da Segunda Diretoria:

N. 256 — Comunicando haver resolvido que tenham exercício na Diretoria a seu cargo o oficial administrativo da classe "I", bacharel José de Góis Calmon de Brito, e o escriturário da classe "E", Evald Sizenando Pinheiro.

Dia 11

— Ao Sr. diretor da Casa de Rui Barbosa:

N. 257 — Agradecendo-lhe a comunicação de haver tomado posse e assumido o exercício do cargo de diretor daquela casa.

— Ao Sr. ministro da Educação e Saúde:

N. 258 — Comunicando, em referência ao termo de prorrogação de contrato, celebrado no dia 6 de junho último, entre o governo federal e o Dr. Walter Osvaldo Cruz, para exercer, no Instituto Osvaldo Cruz, as funções de técnico especializado, que o Tribunal resolveu, em sessão de 9 de agosto atual, recusar registro ao contrato em apreço, visto não ter sido satisfeita a diligência, ordenada pelo Tribunal em sessão de 24 de junho citado.

— Ao Sr. diretor da Secretaria:

N. 259 — Comunicando haver resolvido que os funcionários abaixo indicados tenham exercício nas dependências deste Tribunal igualmente mencionadas:

Na Primeira Diretoria — Oficial administrativo da classe H Carlos Valdemar de Figueiredo.

Na Segunda Diretoria — Escriturária da classe F, Stela Silva Rocha.

Na Comissão Especial — Escriturária da classe E, Eleonora Bonedita do Vasconcelos.

— Ao Sr. diretor da Primeira Diretoria:

N. 260 — Comunicando haver resolvido que tenha exercício nessa Diretoria o oficial administrativo da classe H Carlos Valdemar de Figueiredo.

— Ao Sr. diretor da Segunda Diretoria:

N. 261 — Comunicando haver resolvido que tenha exercício na Diretoria a vosso cargo a escriturária da classe F Stela Silva Rocha.

— Ao Sr. ministro da Fazenda:

N. 262 — Comunicando, em referência ao decreto-lei n. 573, de 23 de julho próximo findo, que abre, por esse Ministério, o crédito especial de 2.844.441\$700 para pagamento de fornecimentos feitos por intermédio da Comissão Central de Compras, em 1937, a diversos Ministérios, que o Tribunal resolveu, em sessão de 9 deste mês, ordenar o registro do mesmo.

— Ao Sr. ministro da Educação e Saúde:

N. 263 — Comunicando que o Tribunal, em referência ao decreto-lei n. 593, do dia 4 anterior, que abre, por esse Ministério, o crédito especial de 1.000.000\$ para despesas necessárias ao combate à malária nos Estados do Rio Grande do Norte e Ceará, resolveu, em sessão de hoje, 12, ordenar o registro do mesmo.

— Ao Sr. ministro da Fazenda:

N. 264 — Solicitando o pagamento ao oficial administrativo da classe "J" deste Tribunal, bacharel Aluizio Porto Ribeiro, de 900\$. de gratificação que lhe compete pela designação, em 19 de abril próximo findo, para acompanhar os trabalhos da junta apuradora das contas da Panair do Brasil S. A., Sindicato Condor Limitada e Aerolloy Iguassú, de conformidade com a cláusula XXI dos contratos celebrados com as referidas empresas, tendo sido a despesa previamente empenhada pelo conhecimento n. 33.

— Ao Sr. diretor da Secretaria:

N. 265 — Comunicando haver resolvido que os funcionários abaixo indicados tenham exercício nas dependências deste Tribunal igualmente mencionadas:

Na Primeira Diretoria — Escriturária da classe E, Adelina de Saldanha.

Na Diretoria de Tomada de Contas — Oficial administrativo da classe H, Iberê Timoteo Peixoto.

— Ao Sr. diretor da Primeira Diretoria:

N. 266 — Comunicando haver resolvido que a escriturária da classe E, Adelina de Saldanha, tenha exercício nessa Diretoria.

— Ao Sr. diretor da Diretoria de Tomada de Contas:

N. 267 — Comunicando haver resolvido que o oficial administrativo da classe H, Iberê Timoteo Peixoto tenha exercício nessa Diretoria.

Dia 15

— Ao Sr. ministro da Viação e Obras Públicas:

N. 269 — Comunicando que o Tribunal resolveu ordenar o registro do contrato, de 26 de julho próximo findo, celebrado com a "Cobrasil" — Companhia de Mineração e Metalurgia Brasil S. A. — para execução das obras de melhoramentos na barra e porto de Itajaí, no Estado de Santa Catarina, segundo projeto e orçamento aprovados pelo decreto n. 2.665, de 13 de maio deste ano.

— Ao Sr. ministro da Educação e Saúde:

N. 270 — Comunicando que o Tribunal resolveu ordenar o registro do crédito de 52:667\$900, aberto pelo decreto-lei n. 575, de 29 de julho próximo findo, destinado a atender à despesa de Material decorrente de fornecimentos feitos à Faculdade de Medicina, nos exercícios de 1934 a 1936.

— Ao Sr. ministro da Fazenda:

N. 271 — Comunicando que o Tribunal resolveu que se procedesse à anulação do ato de que trata o decreto-lei n. 571, de 28 de julho próximo findo, que retifica os dizeres do item 01) da sub-consignação n. 13 — Para a fiscalização do imposto de consumo, da consignação II Material de consumo, da verba 2 — Material, do vigente orçamento desse Ministério.

— Ao Sr. diretor da Secretaria:

N. 272 — Comunicando haver resolvido que o escriturário da classe "F", Juvenal José de Araujo, tenha exercício no Protocolo Geral.

EXERECENTE DO SR. DIRETOR DA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE CONTAS

Dia 1 de agosto de 1938

Ao Sr. presidente da Comissão Central de Compras:

N. 1.100 — Comunicando que o Tribunal em referência ao termo de contrato n. 180, do dia 11 de julho próximo findo, celebrado com a "Cobrasil" — Companhia de Mineração e Metalurgia "Brasil", para fornecimento de um trator "Cletrac" ao Departamento de Aeronáutica Civil. — rogo, de acordo com a diligência ordenada em sessão de 29 de julho citado vos dignéis providenciar no sentido de ser demonstrado em quanto montam os direitos aduaneiros, de modo a saber-se si a proposta aceita — 72:000\$000 — única que ofereceu preço com esses direitos por conta dessa Comissão, é ou não menor que a de International Machinery Co., que apresentou o preço de 75:000\$000 para entrega em uma semana; e, bem assim, ser informado:

a) por que razão, tendo havido uma proposta mais barata, a da Sociedade de instalações Mecânicas Ltda., que ofereceu o trator por 58:000\$000, para entrega imediata, foi essa proposta excluída;

b) por que motivo deixou de ser observado o disposto no artigo 13 dos Estatutos da Contratante, modificados na assembléia geral de 3 de setembro de 1937, de vez que o contrato foi assinado apenas por dois diretores.

— Ao Sr. diretor da Despesa Pública:

N. 1.101 — Devolvendo três processos, tendo em vista o decreto-lei n. 426, de 12 de maio último e conforme resolução do Tribunal em casos idênticos.

Esses processos são:

1 — N. 33.566/38 — Adiantamento de 7:500\$000 a José Fidalgo Tordeiros, guarda da classe C, da Assistência a Psicopatas.

2 — N. 35.378/38 — Idem de 2:400\$000, a Luz Teixeira Barbosa, chefe da portaria da Faculdade de Odontologia.

3 — N. 31.528/38 — Idem de 5:000\$000, a Antônio Gonçalves, guarda sanitário da classe D, com exercício no Serviço de Puericultura do Distrito Federal.

— Ao Sr. presidente da Comissão Central de Compras:

N. 1.102 — Comunicando que o Tribunal resolveu ordenar o registro do contrato n. 183, do dia 11 de julho próximo findo, celebrado com a Anglo Mexican Petroleum Co. Ltd.

N. 1.103 — Comunicando que o Tribunal resolveu ordenar o registro do contrato n. 172, do dia 6 anterior, celebrado com a firma Oscar Taves & Comp., para fornecimento de draglines Northwest à Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense.

N. 1.104 — Comunicando que o Tribunal resolveu ordenar o registro do contrato n. 184, do dia 12 anterior, celebrado com a firma C. Fuerst & Comp. Ltda., para fornecimento de máquina automática de cilindro de impressão à Polícia Civil do Distrito Federal.

— Ao Sr. diretor geral da Fazenda Nacional:

N. 1.105 — Comunicando que o Tribunal resolveu ordenar o registro do termo de aforamento do terreno nacional, lote n. 22, da rua Primeira — 4ª Seção do fôro — Santa Cruz, nesta Capital, por Francisco Basilio da Mota.

— Ao Sr. diretor geral do Departamento Nacional de Povoamento:

N. 1.106 — Comunicando que o Tribunal resolveu em sessão de 29-7 próximo findo, recusar registro a despesa de 990\$000, referente a uma assinatura de recortes de jornais de todo o Brasil para, esse Departamento, durante os meses de janeiro a junho do corrente ano, por não mencionar a ordem de pagamento a importância da mesma, como preceitua o art. 32, alínea V, do decreto-lei n. 426, de 12 de maio último.

— Ao Sr. diretor do Pessoal do Ministério da Fazenda:

N. 1.107 — Em aditamento ao ofício n. 925, de 20 de julho próximo findo, remetendo dois quadros relativos ao "Boletim de Frequência" do pessoal do Tribunal, no referido mês, — cabe-me comunicar, que o oficial administrativo da classe K, deste mesmo Tribunal, bacharel Eurico Franco Ribeiro, esteve preso, à disposição da Justiça Federal no Rio Grande do Sul, de 1 a 12, apresentando-se no dia treze seguinte, tendo comparecido ao serviço até o fim do dito mês de julho.

Dia 2

Ao Sr. diretor-presidente do Lloyd Brasileiro:

N. 1.108 — Solicitando uma passagem em primeira classe, ida e volta, entre o porto desta capital e o do Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, destinada ao oficial administrativo da classe "K", do Tribunal, Rodolfo Mamede, designado para acompanhar os trabalhos da junta apuradora das contas da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, referentes ao primeiro semestre do corrente ano.

— Ao Sr. contador geral da Contadoria Central da República:

N. 1.109 — Comunicando que o Tribunal resolveu ordenar o registro do crédito especial de 39:735\$500, aberto pelo decreto-lei n. 503, de 16 de junho último, para pagamento (Pessoal) da diferença de vencimentos, referentes a 1937, que compete a 18 assistentes — Padrão "M", da Faculdade Nacional de Odontologia da Universidade do Brasil.

N. 1.110 — Comunicando que o Tribunal resolveu ordenar o registro do crédito especial de 315:409\$500, para ocorrer às despesas de limpeza e adaptação do imóvel de propriedade da União, onde funcionou a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos na cidade de Salvador, Bala, para nele serem instalados os escritórios da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro.

N. 1.111 — Comunicando que o Tribunal resolveu ordenar o registro do ato de que trata o decreto-lei n. 567, do dia 14 de julho p. findo, que transfere o item 11 — Delegacias de Saúde — 100:000\$, da verba 2 — Material — III — Diversas Despesas, Sub-consignação n. 23 — Estivas, etc. do vigente orçamento do Ministério para constituir o item 02), da sub-consignação n. 28 — Serviços de transportes, etc., da aludida verba, bem assim o da redistribuição às Delegacias Fiscais nos Estados da dita importância, de acordo com a distribuição feita por ocasião do registro das tabelas de créditos orçamentários daquele Ministério.

N. 1.112 — Comunicando que o Tribunal resolveu ordenar o registro do crédito especial de 15:200\$000, para pagamento de vencimentos da diretora da Escola Ana Neri, enfermeira Breta Lucille Pullen, no período de 1 de janeiro a 31 de agosto do corrente ano.

— Ao Sr. diretor de Contabilidade do Ministério da Agricultura:

N. 1.113 — Solicitando providências, em referência aos créditos da verba 1 — Pessoal — I — Pessoal titulado, sub-consignação I — Quadro único, do vigente orçamento desse Ministério — Departamento Nacional da Produção Mineral e Departamento Nacional da Produção Animal, distribuídos ao Tesouro Nacional, sejam anuladas em virtude de extinção de cargos excedentes, as importâncias de 7:350\$000 e 7:350\$000 no total de 14:700\$000, correspondentes a dois cargos de datilógrafos F, no período de 15 de fevereiro a 31 de dezembro do corrente ano, e pedindo que o total de tais anulações seja adicionado ao crédito de 898:800\$000, "em ser" pela sub-consignação indicada, conforme o Aviso n. 151, de 7 de janeiro de 1938, ano, afim de ser informado se, tratando-se de crédito de pessoal (artigo 35, II, do Decreto-lei n. 426, de 1938) distribuído ao Tesouro para ficar sem aplicação.

— Ao Sr. coronel diretor da Diretoria de Fundos do Exército:

N. 1.114 — Comunicando que os dois processos ns. 1.611 e 1.618, nas importâncias de 150\$000 e 810\$000, respectivamente, de que são credores José Vieira de Abreu e Silvio Chaves Machado, as dívidas reconhecidas de exercícios findos, foram remetidas ao Ministério da Fazenda, nesta data, visto haver este Tribunal, em sessão de 29 de julho p. findo, julgado procedentes essas dívidas.

— Ao Sr. diretor da Despesa Pública:

N. 1.115 — Comunicando que o Tribunal em sessão de 29 de julho p. findo, resolveu recusar registro à concessão constante da apostila feita no título de pensão de montepio de D. Maria Josepha Gabrielle Dengis Monteiro de Barros, viúva do capitão de fragata Frederico Monteiro de Barros, aumentando da quantia mensal de 583\$400 a pensão que percebia, visto indicar a apostila como fundamento o art. 7º, quando deveria ser o de n. 10 do Decreto-lei número 196, de 1938.

N. 1.116 — Comunicando que o Tribunal em sessão de 29 de julho p. findo, resolveu recusar registro à concessão constante da apostila feita no título de pensão de montepio de D. Virginia Lage Ferreira, viúva do contra-almirante comissário reformado, Carlos Eugênio Ferreira, aumentando da quantia mensal de 291\$600 a pensão que percebia, e à despesa classificada, porque, não tendo a apostila abedecido à tabela da Lei n. 2.203, de 13 de dezembro de 1910, foi o aumento fixado em importância inferior à devida, conforme os pareceres.

— Ao Sr. reitor da Universidade do Brasil:

N. 1.117 — Comunicando que o Tribunal em sessão de 28 de julho p. findo, resolveu recusar registro à despesa na importância

de 1935-1936 ao professor Dr. José Pantoja Leite, correspondente à folha complementar de gratificação pela regência da cadeira de "Elementos de Eletrotécnica", durante o mês de março último, de que resultou o ofício n. 3.35-D, de 7 de maio deste ano, da Escola Nacional de Engenharia e a cuja despesa o Tribunal recusou registro, em sessão de 10 de junho seguinte, conforme consta do ofício desta Secretaria n. 231, do dia 13 dirigido ao diretor da referida Escola.

Parer — O pagamento que constitui objeto de processo não pôde ser autorizado, merecer o registro do Tribunal de Contas — Tratando-se do provimento de uma das cadeiras a que se refere o artigo 7 do Regulamento da Escola Nacional de Engenharia, isto é, de uma cadeira de que não tem titular efetivo". Decreto n. 20.865, de 3 de dezembro de 1931) — Nem por isso deixa de ser uma cadeira de 1.ª linha, própria, autônoma, e que já não pôde, agora, diante do art. 1 do Decreto-lei n. 24, de 29 de novembro de 1937, "ser exercida pelo professor efetivo doutra cadeira, como determinava o antigo regulamento.

Os dispositivos regulamentares que invoca o ilustre reitor da referida escola, colidentes que são com o disposto no art. 1 do Decreto-lei n. 24, estão pelo mesmo revogados. Em relação aos professores Carlos Ernesto Lohreian, Serafim José dos Santos e assistentes João Cordeiro da Graça e Dorval Borges de Moraes, que se achavam em "idêntica situação"; isto é, regiam também cadeiras sem titular efetivo (art. 7 Reg.), o Tribunal de Contas já considerou o caso de acumulação de funções e recusou registro à folha de gratificações pelos mesmos pretendidas.

A cadeira de Elementos de Eletrotécnica é considerada facultativa; não pôde ser tida como paralela, desdobrada, completamente de qualquer outra, como se dá com as matérias a que se refere o art. 6 do Reg. da Escola. Por cópia, junto o parecer que emiti sobre os quatro professores cuja situação recordei, dando-a como idêntica a do professor de quem cogita o processo. Esse parecer foi aprovado pelo Tribunal. Nada mais tenho a acrescentar.

Todos os dias avultam as dificuldades em que está a debater-se o ensino com a execução rigorosa da lei de acumulações. Não compete, entretanto, ao Tribunal resolver essas dificuldades, mas, tão somente colaborar para que a lei continue bem cumprida.

Rio, 26 de julho de 1933. — *Leopoldo Cunha Mello*.

— Ao Sr. superintendente do Serviço de Obras do Ministério da Educação e Saúde:

N. 1.118 — Remetendo o conhecimento n. 347, da Tesouraria Geral do Tesouro Nacional, o qual deixou de acompanhar o ofício n. 1.059, de 29 de julho p. findo, comunicando haver este Tribunal, em sessão do dia 26 anterior autorizado o levantamento da caução de 2.447\$500, prestada pela firma Virgílio Guimarães & Companhia, em moeda corrente, para garantia da execução de contrato e termo aditivo, relativo à construção de anexos à Segunda Enfermaria do Hospital São Francisco de Assis.

— Ao Sr. diretor de Contabilidade do Ministério da Educação e Saúde:

N. 1.119 — Comunicando que o Tribunal resolveu em sessão de 29 de julho p. findo, recusar registro à despesa de 65:000\$, como auxílio, ao professor catedrático da Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil, Alfrido Huguenei de Matos, para atender à despesa com exercícios práticos a alunos da mesma Escola, na Serra do Caparaó, entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, por que a mesma só pode ser feita por adiantamento.

N. 1.120 — Comunicando que o Tribunal resolveu em sessão de 29 de julho p. findo, recusar registro ao adiantamento de 40:000\$ ao Dr. Armando Paiva de Lacerda, diretor do Instituto de Surdos Mudos, para aquisição de material pedagógico nos meses de julho a agosto do ano atual, porque a autorização dada pelo Sr. Presidente da República foi apenas para o destaque da importância de 40:000\$ para a aquisição em apreço, o que não importa expressamente em dispensa de concorrência.

— Ao Sr. diretor do Departamento Nacional de Portos e Navegação:

N. 1.121 — Solicitando providências afim de serem remetidos ao Tribunal os documentos comprobatórios da despesa de 772\$ ao engenheiro D. P. N. N., classe "M", Procópio de Melo Carvalho, de despesas de condução e transporte, que, efetuou quando foi removido desta Capital para a Fiscalização do Porto do Rio Grande do Sul.

— Ao Sr. diretor da Escola Nacional de Engenharia:

N. 1.122 — Solicitando, de conformidade com a diligência ordenada em sessão de 29 de julho p. findo, informar com referência ao pagamento de 2:155\$700 ao professor Alfrido Huguenei de Matos e outros, de gratificações pelo desdobramento de turmas, em junho último, os professores constantes da respectiva folha são os catedráticos das cadeiras desdobradas.

— Ao Sr. presidente da Comissão Central de Compras:

N. 1.123 — Solicitando, de acordo com a diligência ordenada em sessão de 29 de julho p. findo, seja retificada a ordem de pagamento da importância total de 598\$ à firma Castro, Gomes & Comp., e outras, proveniente de fornecimentos ao Ministério da Fazenda, no corrente ano, a cuja despesa fora recusado registro em sessão de 21 de junho último, por improprriedade de classificação, despesa reduzida a 262\$700, com exclusão de futuras impugnadas.

— Ao Sr. diretor da Despesa Pública:

N. 1.124 — Comunicando que o Tribunal resolveu em sessão de 29 de julho p. findo, recusar registro à despesa com o pagamento pela Delegacia Fiscal do dito Tesouro no Estado do Ceará, por conta da verba 5ª — Reposições e restituições, do orçamento do Ministério

da Fazenda para o exercício de 1937, da quantia de 71\$000 à D. Luzia Caminha Freire, viúva de Ciriaco Freire de Andrade, ex-agente do correio de Ipiranga, naquele Estado, proveniente de saldo apurado na tomada de suas contas, conforme a provisão n. 601, de 1930, pelos seguintes fundamentos:

1) achar-se classificada no exercício de 1937, já encerrado;

2) haver improprriedade de classificação da quantia de 67\$400, de vencimentos a menos recebidos, cuja despesa deve correr por "Exercícios findos", sendo classificada como — "Restituição", apenas, a diferença de 3\$700, de selo de nomeação a mais pago.

N. 1.125 — Solicitando, de acordo com a diligência ordenada pelo Sr. Ministro Semanário, em 1 do corrente, providências, afim de ser feita a prova dada ao signatário do requerimento de fls. 57, em referência ao pagamento de 18:07\$500 a Raimundo Pinheiro, de fornecimentos em 1926 e 1927.

— Ao Sr. chefe do Serviço de Fiscalização do Comércio de Farinhas:

N. 1.126 — Solicitando, de acordo com a diligência ordenada pelo Sr. Ministro Semanário, em 1 do corrente, indicar a dotação a que deve ser computada a despesa com o adiantamento de 5:000\$, à conta do crédito especial de 500:000\$, aberto pelo decreto-lei n. 368, de 11 de abril último, para ocorrer a despesas com os serviços extrajudiciais e urgentes relativos à instalação desse Serviço e a despesas matutais e de pronto pagamento nos meses de julho a setembro do ano atual.

— Ao Sr. presidente da Comissão Central de Compras:

N. 1.127 — Encaminhando o processo e solicitando providências afim de serem procedidas as necessárias deduções em referência ao ofício n. 3.054, de 7 de julho p. findo, da Diretoria de Contabilidade da Agricultura, pedindo as anulações das importâncias de 1:500\$ e 1:000\$, nos créditos de 471:700\$ e 80:000\$ postos à disposição dessa Comissão, pela verba 2 — Material — II — Material de consumo, sub-consignações 18 — Medicamentos, etc., 02) D. N. P. V. e 23 — Artigos, etc. 03) — D. N. P. V., do vigente orçamento daquele Ministério, afim de serem distribuídas à Delegacia Fiscal do dito Tesouro no Estado da Paraíba, para despesas da Sub-Inspetoria Agrícola do Serviço de Fomento da Produção Vegetal, no referido Estado.

— Ao Sr. diretor do Instituto de Tecnologia:

N. 1.128 — Restituindo o documento de empenho n. 2-22, de 12 de março anterior, no valor de 100\$000, processado a favor da The Leopoldina Railway Co. Ltd., à conta da verba 2 — Material, consignação III — Diversas despesas, sub-consignação n. 23 — Carretos, etc., 10 — Instituto Nacional de Tecnologia, por se ter tornado desnecessário, e, bem, assim, a devolução da respectiva 2ª via, a qual veio ao Tribunal com o ofício n. 160, de 4 do referido mês de março.

— Ao Sr. diretor do Pessoal do Ministério da Fazenda:

N. 1.129 — Comunicando que, de acordo com a apostila n. 5, feita na portaria do Sr. ministro presidente, de 4 de dezembro de 1935, relativa à concessão da licença especial de um ano ao atual oficial administrativo da classe J deste Tribunal, João Batista de Moraes Henriques, foi concedida permissão ao referido funcionário para, a partir de 28 de julho próximo findo, entrar no gozo dos cinco meses restantes da mesma licença especial.

— Ao Sr. diretor da Segunda Diretoria:

N. 1.130 — Comunicando haver sido deferido o pedido do oficial administrativo da classe J deste Tribunal, João Batista de Moraes Henriques, que tem exercício na Diretoria a vosso cargo, solicitando permissão para entrar no gozo dos cinco meses restantes da licença especial que, de acordo com o decreto legislativo n. 42, de 15 de abril de 1935, lhe fora concedida por portaria de 4 de dezembro do mencionado ano, tendo o aludido funcionário iniciado o gozo do restante da referida licença em 28 de julho citado.

— Ao Sr. diretor regional dos Correios e Telégrafos no Estado do Rio de Janeiro:

N. 1.131 — Remetendo, afim de ser entregue à interessada ou a seu representante legal, a provisão n. 927, de 26 de julho próximo findo, expedida por este Tribunal em favor de Adelaide Nunes de Matos, agente do correio de "Glicério", nesse Estado.

— Ao Sr. diretor regional dos Correios e Telégrafos no Estado do Piauí:

N. 1.132 — Remetendo as provisões expedidas por este Tribunal em julho próximo findo.

— Ao Sr. diretor regional dos Correios e Telégrafos no Estado do Paraná:

N. 1.133 — Remetendo a provisão expedida por este Tribunal, em 26 de julho próximo findo, sob o n. 926, de Maria da Luz Distefano Gracia, agente postal telefônica de "São João do Triunfo", nesse Estado.

— Ao Sr. diretor regional dos Correios e Telégrafos no Estado de Santa Catarina:

N. 1.134 — Remetendo a provisão n. 925, de 26 de julho próximo findo, expedida por este Tribunal, do Diva de Sousa Pinto, agente postal-telefônica em "Vila Nova de Timbó", nesse Estado.

— Ao Sr. diretor regional dos Correios e Telégrafos no Estado da Paraíba do Norte:

N. 1.135 — Remetendo a provisão n. 890, de 18 de julho próximo findo, expedida por este Tribunal, de Severina Lucena Guerra, agente postal de "Nateba Velha", nesse Estado.

— Ao Sr. diretor regional dos Correios e Telégrafos em Botucatu, Estado de São Paulo:

N. 1.136 — Remetendo as provisões expedidas por este Tribunal em julho próximo findo, de responsáveis nesse Estado.

— Ao Sr. diretor regional dos Correios e Telégrafos em São Paulo — Capital:

N. 1.127 — Remetendo as providências expedidas em julho próximo findo.

— Ao Sr. diretor geral da Diretoria de Fazenda do Ministério da Marinha:

N. 1.138 — Remetendo as providências expedidas por este Tribunal em julho próximo findo, de responsáveis subordinados a esse Ministério.

Dia 2

Ao Sr. Diretor da Despesa Pública:

N. 1.139 — Solicitando providências afim de ser retificado o número do officio n. 105, de 5 de julho p. findo, dirigido a este Tribunal, proveniente do adiantamento recebido para o primeiro trimestre do corrente ano, como se vê do processo fichado sob o n. 31.507, de 1938, uma vez que esse officio nada diz respeito ao assunto e sim sobre a devolução do processo n. 3.363, de que é interessado Clemente de Oliveira Botelho, bem como a juntada do conhecimento original do recolhimento integral do adiantamento, como exige o art. 295, parágrafo unico do Regulamento Geral de Contabilidade Pública.

— Ao Sr. Presidente da Comissão Central de Compras:

N. 1.140 — Declarando em referência ao officio n. 7.935, de 20 de julho p. findo, do Diretor da 1ª Divisão dessa Comissão, solicitando seja enviado o officio, em duas vias, que justifique a preferência de marca para as duas máquinas de escrever Royal, constantes do item 1, do pedido n. 409.023, que a razão de preferência dada à marca indicada, baseia-se na padronização de máquinas de escrever, adotada há muitos anos na Secretaria deste Tribunal, com os melhores resultados, conforme nota aposta ao citado pedido número 409.023.

— Ao Sr. Diretor Regional dos Correios e Telégrafos no Distrito Federal:

N. 1.141 — Remetendo a provisão n. 928, de 26 de julho p. findo, expedida por este Tribunal, de Helena Portocarrero Pinto de Mendonça, agente postal-telegráfica de S. Francisco Xavier.

— Ao Sr. Presidente da Comissão Central de Compras:

N. 1.142 — Restituindo os documentos referentes a fornecimentos feitos em proveito do Ministério da Justiça, os quais foram encaminhados para registro, de acordo com o despacho do Sr. Ministro Presidente, de 1º do corrente.

— Ao Sr. Contador Geral da Contadoria Central da República:

N. 1.143 — Comunicando que o Tribunal resolveu ordenar o registro da alteração de que trata o decreto-lei n. 478, de 8 anterior, que modifica os dizeres da sub-consignação n. 9 — Aquisição etc., da verba 3 — Serviços e Encargos, I — Diversos, do vigente orçamento desse mesmo Ministério.

Dia 3

Ao Sr. Contador Geral da Contadoria Central da República:

N. 1.144 — Comunicando que o Tribunal resolveu ordenar o registro do crédito especial de secentos quarenta e um mil e novecentos réis (418900), para atender ao pagamento (pessoal) da pensão que compete a D. Izabel Fernandes de Azevedo, relativamente ao período de 19 de maio a 31 de dezembro do corrente exercício.

— Ao Sr. Diretor do Departamento Nacional de Portos e Navegação:

N. 1.145 — Comunicando que, de acordo com o despacho do Sr. Ministro Presidente deste Tribunal, de 2 do corrente, foi designado o official administrativo da classe J, deste mesmo Tribunal, bacharel Raimundo Amora Maciel, para, na cidade de Santos, Estado de São Paulo, fazer parte da comissão de tomada de contas da Companhia Docas de Santos, referente ao ano de 1937.

— Ao Sr. Official Administrativo da classe J, bacharel Raimundo Amora Maciel:

N. 1.146 — Comunicando-lhe a sua designação, para, na cidade de Santos, Estado de S. Paulo, fazer parte da comissão de tomada de conta da Companhia Docas de Santos, referente ao ano de 1937, nos serviços de exploração do porto de que é concessionária e que se reunirá logo que ali vos apresentardes, para o qual deverá ser observado o prazo de 20 dias.

— Ao Sr. Diretor da 2ª Diretoria:

N. 1.147 — Comunicando a designação do funcionário do Tribunal, bacharel Raimundo Amora Maciel, da Comissão de Tomada de Contas, da Companhia Docas de Santos, referente ao ano de 1937, nos serviços de exploração do porto de que é concessionária.

— Ao Sr. Diretor da Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil:

N. 1.148 — Solicitando providências, afim de ser informado se os professores constantes da folha de pagamento da importância total de 3:066\$800, ao Dr. Inácio Manuel Azevedo do Amaral e outros, proveniente de gratificação pela regência de cadeiras de cursos complementares, relativa ao mês de Junho último, são os catedráticos das referidas cadeiras.

— Ao Sr. inspetor chefe do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal:

N. 1.149 — Comunicando o registro do termo de contrato celebrado, no dia 7 de julho p. findo, entre o serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal e Azib Jorge Beonan, de arrendamento de prédio de sua propriedade à rua Visconde do Uruguai, n. 471, em Niterói, a ser ocupado pela Inspetoria Regional do referido Serviço.

— Ao Sr. Presidente da Comissão Central de Compras:

N. 1.150 — Comunicando o registro do termo de contrato número 186, do dia 14 de julho p. findo celebrado com a Companhia Lanston do Brasil S. A., para fornecimento de máquinas para uma pressão à Casa da Moeda.

N. 1.151 — Comunicando o registro do termo de contrato número 192, do dia 20 de julho p. findo, celebrado com a Sociedade Técnica Paulista Limitada, para fornecimento de transmissor e receptor ao Departamento de Aeronáutica Civil.

Saúde e fraternidade. — J. B. Randolpho Paiva Junior, diretor da secretaria.

— Ao Sr. diretor da Despesa Pública:

N. 1.152 — Comunicando que o Tribunal em sessão de 2 do atual mês, resolveu recusar registro a despesa de 482\$000 a Pedro Dias Toledo, 2º sargento A E — T S-AV, proveniente de vencimentos no período de 7 a 19 de julho de 1931 por estar proscriita a respectiva dívida, conforme parecer do Sr. Procurador.

N. 1.153 — Devolvendo 3 processos referentes à distribuição das importâncias de 480\$000, 600\$000 e 360\$000 às Delegacias Fiscais nos Estados do Pará, Santa Catarina e Poaui, para pagamento de pessoal contratado para auxiliar, no extinto Tribunal Regional Eleitoral nos referidos Estados, os serviços do pleito que se deveriam ter realizado em 3 de janeiro deste ano, uma vez que as respectivas despesas independem do registro prévio deste Tribunal.

N. 1.154 — Solicitando providências afim de ser corrigida a apostila feita no título do montepio de D. Firmina Monteiro dos Santos, viúva do major do Exército Horácio Caetano dos Santos, acrescendo a pensão de 240\$000 mensais quanto à declaração de vida em que foi firmado o decreto-lei n. 196.

— Ao Sr. diretor geral da Fazenda Nacional:

N. 1.155 — Comunicando que tendo em consideração os motivos apontados no officio n. 271, de 22 de julho p. findo, serem ainda necessários os serviços do contínuo Orlando Gomes e do servente Antônio Lopes Filho, mormente agora que, por motivo da mudança do Cartório do Tesouro, está sendo feita a sua nova instalação, o Sr. Ministro Presidente resolveu, que esses funcionários continuem ainda à disposição de Vossa Senhoria por mais sessenta (60) dias, para auxiliar os referidos serviços da nova instalação do Cartório.

— Ao Sr. diretor do Pessoal do Ministério da Fazenda:

N. 1.156 — Remetendo os decretos de nomeação de Cóbé Marques de Abreu, João Rodrigues da Costa e Branca de Carvalho Lima, escrivães das classes "F" e "E" do quadro II deste Tribunal, visto haverem os mesmos se apresentado ao Tribunal e assumido o exercício em 2 deste mês.

— Ao Sr. diretor da Despesa Pública:

N. 1.157 — Comunicando que o Tribunal em sessão de 2 do atual mês resolveu recusar o registro à concessão constante da apostila feita no título de pensão de montepio de D. Nêmia Alves Ribeiro Bastos, viúva do capitão tenete da Armada, Romeu Ribeiro Santos, acrescendo de 233\$300 mensais a pensão que percebia, e a despesa classificada, por não ter sido o abono calculado pela tabela constante da lei n. 2.290, de 13 de dezembro de 1910.

— Ao Sr. delegado fiscal do Tesouro Nacional no Estado da Paraíba:

N. 1.158 — Restituindo o processo relativo à comprovação do adiantamento de 900\$000, pelo contínuo da Alfândega desse Estado, Tomaz de Aquino Pessoa, visto já este Tribunal, julgado legal a comprovação.

Ao Sr. Diretor do Serviço do Pessoal do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio:

N. 1.159 — Solicitando informar em que foram publicadas no "Diário Oficial" as nomeações dos funcionários a que se refere a folha de pagamento de 16:216\$700 ao pessoal extranumerário mensal da Secretaria de Estado, em julho citado.

Ao Sr. Diretor do Departamento de Aeronáutica Civil:

N. 1.160 — Comunicando que o Tribunal resolveu em sessão de 2 do corrente, recusar registro a despesa na importância total de 8:270\$200 a Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro Limitada proveniente de fornecimento de energia elétrica a esse Departamento, nos meses de janeiro a abril do corrente ano, por impropriedade de classificação.

Ao Sr. Reitor da Universidade do Brasil:

N. 1.161 — Comunicando que o Tribunal resolveu em sessão de 2 do corrente, recusar registro ao adiantamento na importância de 1:000\$000 ao diretor da Biblioteca dessa Universidade, Dr. Manuel Bastos Tigre, para as despesas a seu cargo, nos meses de maio, junho e julho deste ano, por se achar encerrado o período dentro do qual deveria ter o mesmo aplicação.

Ao Sr. Delegado Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Rio de Janeiro:

N. 1.162 — Restituindo o processo relativo à comprovação do adiantamento de 500:000\$000, pelo escrivão da Estrada do Ferro Maricá, Dieudone da Silva Cândia, para despesas com a manutenção do tráfego da referida Estrada de Ferro, visto já haver este Tribunal julgado legal a referida comprovação.

Ao Sr. Diretor do Laboratório Bromatológico:

N. 1.163 — Devolvendo as primeira e segunda vias do empenho da despesa relativa ao adiantamento de 2:300\$000 ao almoxarife da classe "I", Alfredo Homero de Moraes, que deixou de ser entregue ao mesmo.

Ao Sr. Presidente da Comissão Central de Compras:

N. 1.164 — Comunicando que o Tribunal resolveu em sessão de 2.ª corrente mês, recusar registro à despesa no total de réis 2.080\$400 à firma Alexandre Ribeiro & Cia. Ltda. e outras, proveniente de fornecimentos feitos ao Ministério da Fazenda, no corrente ano, por impropriedade de sua classificação quanto ao material que se referem às faturas de fls. 8, 11, 14, 29, 40, 49 e 58, da Casa Souza Batista Limitada, Alberto de Araujo & Cia. (2), Alípio Castro & Cia., J. C. de Matos, Castro, Gomes & Cia. e Soares Lavender & Cia., respectivamente.

N. 1.165 — Solicitando providências afim de ser esclarecida a falta de fls. 30, de Caloric Company, no total de 4.500\$000, de que trata o pagamento da importância total de 28.340\$400 à firma Barbosa, Albuquerque & Cia. e outras, de fornecimentos feitos em proveito do Ministério da Educação e Saúde, por rimpropriedade de classificação da respectiva despesa.

Ao Sr. Diretor do Serviço de Assistência Hospitalar do Distrito Federal:

N. 1.166 — Comunicando que o Tribunal resolveu em sessão de 2.ª corrente mês, recusar registro ao adiantamento de 250\$000 ao guarda sanitário da classe "C", do quadro I — Ministério da Educação e Saúde, em exercício nesse Serviço, Oscar Luiz Gomes, para despesas de condução e transporte, durante o terceiro trimestre do corrente ano, por se destinar a respectiva dotação orçamentária ao pagamento de correios, o que se faz por meio de folhas de diárias.

Ao Sr. Delegado do Tribunal de Contas no Departamento dos Correios e Telégrafos:

N. 1.167 — Comunicando em referência a consulta se é legal o pagamento de diferença de vencimentos por substituições aos funcionários desse Departamento constantes da folha que acompanhou o vosso citado ofício, cujas substituições foram feitas de acordo com o decreto n. 642, de 14 de fevereiro de 1936, resolveu o Tribunal, em sessão de 2 do corrente, que a despesa está em condições de merecer o registro dessa Delegação, uma vez que o que rege o assunto é ainda o art. 3º do decreto n. 642 citado, visto como o exercício da chefia de seção pelos oficiais administrativos os investe em função diversa às inerentes ao seu próprio cargo e se trata de substituição automática, que independe de decreto do Sr. Presidente da República, nos termos do art. 5º do mesmo decreto conforme se verifica do art. 101 do decreto n. 20.859, de 26 de dezembro de 1931.

Ao Sr. Delegado Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Ceará:

N. 1.168 — Restituindo o processo relativo à comprovação da aplicação do adiantamento de 5.000\$000, recebido nessa Delegação Fiscal pelo prático rural da classe "E", do Departamento Nacional da Produção Animal, Abelardo Martins da Silva, servindo na Inspeção da Defesa Sanitária Animal, em Fortaleza, nesse Estado, visto já haver este Tribunal, em sessão de 19 de julho próximo findo, julgado legal essa comprovação.

Ao Sr. delegado fiscal do Tesouro Nacional no Estado da Bahia:

N. 1.169 — Restituindo os dois processos de comprovações da aplicação dada aos adiantamentos recebidos nessa Delegação Fiscal pelos responsáveis abaixo mencionados, visto já haver este Tribunal, em sessão de 19 de julho próximo findo, julgado legais essas comprovações, a saber:

De 360\$000, pelo escrivão do Domínio da União nesse Estado, Alvaro Geraldo Conrado Veiga, para atender ao pagamento de despesas miúdas e de pronto pagamento no quarto trimestre do corrente ano. (PG. 14.868/38 — Remessa n. 93, de 21/6/938; e,

De 1.975\$000, pelo chefe da portaria dessa Delegação, José Augusto Prosper Boucher, para atender às despesas da porta, no primeiro trimestre do corrente ano. (PG. 15.105/38 — Remessa n. 97, de 30/6/938).

Ao Sr. delegado fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Paraná:

N. 1.170 — Restituindo o processo relativo à comprovação da aplicação dada ao adiantamento de 1.500\$000, recebido nessa Delegação Fiscal pelo inspetor de Coletorias Federais nesse Estado, Luiz de Araujo Roslindo, visto já haver este Tribunal julgado legal essa comprovação.

Ao Sr. delegado fiscal do Tesouro Nacional no Estado da Paraíba:

N. 1.171 — Restituindo o processo relativo à comprovação da aplicação dada ao adiantamento de 25.500\$000, recebido nessa Delegação Fiscal pelo escrivão, classe C, do quadro único do Ministério da Agricultura, com exercício na Estação Experimental de Plantas Têxteis, em Alagoinha, nesse Estado, João Cândio de Sousa, visto já haver este Tribunal julgado legal a referida comprovação.

Ao Sr. delegado fiscal do Tesouro Nacional no Estado de Minas Gerais:

N. 1.172 — Restituindo o processo relativo à comprovação da aplicação dada ao adiantamento de 106.546\$200, recebido nessa Delegação Fiscal pelo tesoureiro da Escola Nacional de Minas e Metalurgia, Diogo Borges de Magalhães, para despesas com o pagamento do pessoal da mesma Escola, visto já haver este Tribunal, julgado legal essa comprovação.

Ao Sr. delegado fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Amazonas:

N. 1.173 — Restituindo os tres processos relativos às comprovações da aplicação dada aos adiantamentos recebidos nessa Delegação

Fiscal pelos responsáveis abaixo mencionados, visto já haver este Tribunal, julgado legais essas comprovações, a saber:

De 250\$000, pelo praticante de 2ª classe, Orlando Marques, da Seção do Imposto de Renda, nesse Estado, para atender às despesas a seu cargo e de pronto pagamento, recebido em setembro de 1935. (PG. 14.818/38 — Ofício n. 37, de 3-6-938);

De 360\$000, pelo servente da classe "D", Joaquim de Hollanda Cavalcante, para atender às despesas a seu cargo, no quarto trimestre do ano próximo findo. (PG. 14.819/38 — Ofício n. 38, de 3 de junho de 1938); e,

De 132\$800, pelo professor da seção de Artes Gráficas da Escola de Aprendizes Artífices nesse Estado, Alfredo Andrade, para despesas a seu cargo e de pronto pagamento, no quarto trimestre do exercício de 1937. (PG. 14.810/38 — Ofício n. 39, de 3/6/938).

Ao Sr. delegado fiscal do Tesouro Nacional no Estado da Bafa:

N. 1.174 — Restituindo o processo relativo à comprovação da aplicação dada ao adiantamento de 500.000\$000, recebido nessa Delegação pelo engenheiro classe I, César Moreira Sergio, para despesas com pessoal e material dos meses de outubro a dezembro de 1937, visto já haver este Tribunal, julgado legal a referida comprovação.

Ao Sr. delegado fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Pará:

N. 1.175 — Restituindo o processo relativo à comprovação da aplicação dada ao adiantamento de 1.375\$000, recebido nessa Delegação pelo Almoxarife, classe "E", do Campo de Sementes de Cacau em Camelá, Luitgards Oliveira, para despesas no terceiro trimestre de 1937, visto já haver o Tribunal em sessão de 19 de julho próximo findo, julgado legal essa comprovação.

Ao Sr. delegado fiscal do Tesouro Nacional no Estado de São Paulo:

N. 1.176 — Restituindo o processo relativo à comprovação da aplicação dada ao adiantamento de 1.000\$000, recebido nessa Delegação pelo agrônomo Cafeicultor da classe "J", do Serviço Técnico do Café, Eduardo Virmond Suplicy, para despesas com assinaturas de revistas e jornais e outras publicações, no 2º semestre de 1937, visto já haver este Tribunal, em sessão de 19 de julho próximo findo, julgado legal a comprovação.

Ao Sr. delegado fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Piauí:

N. 1.177 — Restituindo o processo relativo à comprovação da aplicação dada ao adiantamento de 250\$000, recebido nessa Delegação Fiscal pela servente da Seção do Imposto de Renda, nesse Estado, Maria do Patrocínio Madeiros, para atender às despesas de pronto pagamento, no 4º trimestre de 1937, visto já haver este Tribunal, em sessão de 19 de julho próximo findo.

Ao Sr. delegado fiscal do Tesouro Nacional no Estado da Bafa:

N. 1.178 — Restituindo o processo relativo à comprovação da aplicação dada ao adiantamento de 6.615\$000, recebido nessa Delegação Fiscal pelo inspetor agrícola da 4ª Região, nesse Estado, agrônomo Liberalino Salles Gadelha, para atender às despesas a seu cargo no segundo trimestre do ano passado, visto já haver este Tribunal, em sessão de 19 de julho próximo findo, julgado legal a comprovação.

Ao Sr. delegado fiscal do Tesouro Nacional no Estado da Paraíba:

N. 1.179 — Restituindo o processo relativo à comprovação da aplicação dada ao adiantamento de 749\$700, recebido nessa delegação fiscal, pelo servente da Seção do Imposto de Renda, João Viana Lima, para atender às despesas a seu cargo no terceiro trimestre do ano passado, visto já haver este Tribunal em sessão de 19 de julho próximo findo, julgado legal essa comprovação.

Ao Sr. diretor da Segunda Diretoria:

N. 1.180 — Comunicando que, de acordo com o despacho do Senhor Ministro Presidente deste Tribunal, de 2 deste mês, proferido no processo iniciado pelo ofício da Procuradoria deste mesmo Tribunal, n. 66, de 8 de julho próximo findo, sobre a gratificação de 960\$ arbitrada por portaria n. 7, de 12 do mesmo mês, ao oficial administrativo da classe J do Tribunal, bacharel Flávio Carvalho de Moraes Bastos, foi anulada no conhecimento do empenho n. 53, de 12 de julho referido, de igual importância, emitida a favor do funcionário, a quantia de 725\$800, em virtude de ter cessado o serviço extraordinário.

Ao Sr. contador seccional no Ministério da Fazenda:

N. 1.181 — Idêntico.

Ao Sr. diretor de Contabilidade do Ministério da Educação e Saúde:

N. 1.182 — Solicitando providências afim de ser presente ao Tribunal uma cópia do edital referido no ofício n. 1.951, de 11 de junho próximo findo, solicitando a entrega, como subvenção, à Escola Pádua Soares, da importância de 5.000\$000, pela aceitação de sua proposta para a realização de um espetáculo de opereta e bailados no Teatro Municipal desta Capital, e no documento referente à autorização do pagamento em apreço.

Ao Sr. diretor do Serviço do Pessoal do Ministério da Fazenda:

N. 1.183 — Comunicando que os funcionários nomeados, de acordo com o art. 1º do decreto n. 20.486, de 6 de outubro de 1931, Júlio Bica de Freitas e Caetano Pinto de Miranda Montenegro Neto, respectivamente, oficial em disponibilidade, padrão J, da extinta Secretaria do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, e escrevente, em dia

ponibilidade, padrão G, dos extintos cartórios eleitorais do Distrito Federal, Quadro V do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, para exercerem os cargos de oficial administrativo, classe I, e de es-
criturário, classe G, do Quadro II — Tribunal de Contas, desse Mi-
nistério, assumiram o exercício de seus cargos no dia quatro (4) de
agosto corrente.

— Ao Sr. delegado fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Rio
de Janeiro :

N. 1.184 — Solicitando providências afim de ser feita a juntada
de cópia autêntica do officio que requisitou o adiantamento de 400\$,
recebido nessa delegacia fiscal pelo classificador classe J, do Serviço
Técnico do Café, nesse Estado, Fausto Norfini, para atender ao paga-
mento de despesas miúdas e de pronto pagamento, no período de ju-
nho a agosto de 1937.

— Ao Sr. superintendente do Protocolo Geral:

N. 1.185 — Comunicando ter sido dispensado o auxiliar de es-
crita de 5ª classe, extranumerário, José Solero Filho, que tinha exer-
cício no Protocolo Geral, por se haver empossado, em 27 de julho
próximo findo, no lugar de escrivão da classe D, do Quadro I, do
Ministério da Guerra.

— Ao Sr. diretor da Diretoria de Tomada de Contas:

N. 1.186 — Comunicando a dispensa de Maria da Glória de Melo
Faria, auxiliar de escrita de 3ª classe, extranumerária deste Tribunal,
com exercício na Diretoria a vosso cargo, devendo assim ser consi-
derada desligada dos serviços no dia imediato à terminação da li-
cença em cujo gozo se achava.

— Ao Sr. coronel diretor da Diretoria de Fundos do Exército:

N. 1.187 — Solicitando providências afim de ser enviado, para
ser anexado ao processo relativo á comprovação da aplicação dada ao
adiantamento de 4:500\$, recebido, em 24 de outubro de 1924, pelo
capitão Antônio de Freitas Brandão, para despesas a seu cargo, o
conhecimento em original referente ao recolhimento do saldo de réis
3\$300.

N. 1.188 — Solicitando providências afim de ser enviado, para ser
anexado ao processo relativo á comprovação da aplicação dada ao
adiantamento de 5:000\$000, recebido, em 20 de novembro de 1924,
pelo capitão da Força Pública do Estado do Paraná, Joaquim Antônio
da Silva, para despesas a seu cargo, o conhecimento em original re-
ferente ao recolhimento do saldo de 4\$988.

N. 1.189 — Idem idem, o processo relativo á comprovação da
aplicação dada ao adiantamento de 50:000\$, recebido, em 15 de maio
de 1925, pelo capitão Raul Silveira de Melo, para despesas a seu cargo,
o conhecimento em original referente ao recolhimento do saldo de
431\$350.

— Ao Sr. diretor da Despesa Pública:

N. 1.190 — Existindo neste Tribunal, em exercício, vinte extra-
numerários que percebem, mensalmente, a sua remuneração pela Paga-
doria do Tesouro, mediante folha avulsa registrada também mensal-
mente.

2. As folhas são organizadas sempre nos últimos dias de cada mês,
de modo a não ser retardado o pagamento, verificando-se, não rara-
mente, serem essas folhas, processadas e pagas antes mesmo do paga-
mento da folha geral do pessoal do quadro efetivo.

3. Acontece, porém, que sendo o pagamento efetuado no Tesouro,
esses vinte extranumerários deixam o serviço no Tribunal e se enca-
minham à Pagadoria, onde permanecem horas a fio, à espera da vez de
serem atendidos, não mais retornando ao serviço da sua repartição,
nesse dia.

4. Para ser suprimido tão grave inconveniente, que prejudica
seriamente o serviço, venho sugerir a providência de dar Vossa Senho-
ria, instruções à Pagadoria no sentido de ser somente efetuado o pa-
gamento da folha de extranumerários juntamente com a do pessoal
do quadro efetivo e na própria sede do Tribunal.

5. Essa prática removerá os inconvenientes acima apontados,
aliviando também, de algum modo, o serviço da Pagadoria.

— Ao Sr. coronel diretor da Diretoria de Fundos do Exército:

N. 1.191 — Solicitando providências, afim de ser enviado, para
ser anexado ao processo relativo á comprovação da aplicação dada ao
adiantamento de 20:000\$, recebido, em 6 de dezembro de 1924, pelo 1º
tenente de Administração Manuel Sotero da Silva, para despesas a seu
cargo, o conhecimento em original referente ao recolhimento do saldo
de 5\$186.

— Ao Sr. diretor Regional dos Correios e Telégrafos no Estado de
Alagoas:

N. 1.192 — Comunicando que o Tribunal resolveu que a baixa
da fiança prestada para garantia da responsabilidade de D. Laurinda
de Oliveira Sarmiento, ex-agente do correio de "Barra do Canhoto",
nesse Estado, independe de autorização do mesmo Tribunal, visto ter
sido feita na vigência do Código de Contabilidade Pública.

— Ao Sr. diretor da Despesa Pública:

N. 1.193 — Solicitando providências afim de ser remetido ao
Tribunal, o processo relativo ao adiantamento feito ao oficial adminis-
trativo padrão I. Arnaldo Moreira Monteiro, na importância de réis
7:000\$, não recebido, destinado á aquisição de fardamentos para o pes-
soal da portaria do Departamento Nacional do Povoamento, afim de ser
feita a necessária nota no livro de responsáveis.

— Ao Exmo. Sr. Dr. Juiz-Auxiliar da Primeira Auditoria de Ma-
rinha:

N. 1.194 — Esclarecendo que o processo de tomada de contas do
tenente, intendente naval, Rubem Cintra da Gama e Silva, ainda se
acha em andamento, tendo sido informado pela Diretoria de Tomada
de Contas, em 1 deste mês, e nesta data, encaminhado ao Sr. doutor

procurador, para interpor seu parecer, devendo, então, em seguida ser
julgado pelo Tribunal.

— Ao Sr. coronel diretor da Diretoria de Fundos do Exército:

N. 1.195 — Solicitando providências, afim de ser enviada, para
ser anexado ao processo relativo á comprovação da aplicação dada ao
adiantamento de 10:000\$, recebido, em 13 de dezembro de 1924, pelo
major Lucio Correia e Castro, para despesas a seu cargo, o conheci-
mento em original referente ao recolhimento do saldo de 37\$619.

Dia 6

Ao Sr. diretor da Despesa Pública:

N. 1.196 — Solicitando providências afim de ser retificada a re-
partição pagadora em referência ao pagamento, por exercícios findos,
da importância de 2:473\$300 ao 1º tenente contador José Correia de
Araujo, proveniente do acréscimo de 20 % sobre os respectivos ven-
cimentos, no período de 19 de março de 1933 a 31 de março de 1934,
que, segundo aviso de fls. 20, do processo, é a delegacia fiscal do Te-
souro no Estado do Amazonas.

— Ao Sr. diretor do Serviço do Pessoal do Ministério do Trabalho,
Indústria e Comércio:

N. 1.197 — Solicitando providências afim de não só de ser o Tri-
bunal informado si a nomeação do extranumerário mensalista Manuel
Gonçalves de Freitas, chefe do Serviço da Fiscalização do Comércio de
Farinhas, por serviços prestados no mês de julho p. findo, foram ob-
servadas as prescrições do art. 18 do decreto-lei n. 240, de 4 de
fevereiro último, bem como si foi a mesma aprovada pelo Sr. Presi-
dente da República, nos termos do art. 22 do citado decreto-lei.

— Ao Sr. Diretor do Serviço do Pessoal do Ministério da Fa-
zenda:

N. 1.198 — Comunicando que o funcionário Joaquim Boaven-
tura da Silva Mates, escrevente, em disponibilidade, padrão G, dos
extintos cartórios eleitorais do Distrito Federal, Quadro V do Minis-
tério da Justiça e Negócios Interiores, assumiu o exercício das fun-
ções de seu cargo, no dia cinco (5) de agosto corrente.

— Ao Sr. Presidente da Comissão Central de Compras:

N. 1.199 — Comunicando que o Tribunal resolveu ordenar o
registro do contrato n. 193, do dia 20 anterior, celebrado com a fir-
ma Minnich & Cia. Ltda., para fornecimento de prensa para cunhas
moedas à Casa da Moeda.

N. 1.200 — Idem idem, o termo de contrato n. 189, do dia 16
anterior, celebrado com a firma Francisco Leal & Cia., para forne-
cimento de coque para fundição à Estrada de Ferro Central do
Brasil.

— Ao Sr. Presidente da Comissão Construtora do Edifício do
Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio:

N. 1.201 — Idem idem, do contrato celebrado no dia 14 ante-
rior, entre essa Comissão Construtora e a firma Jorge Elias Oalfat,
para execução dos serviços de tacos a serem feitos no edifício em
construção, para esse Ministério.

— Ao Sr. Diretor Geral de Contabilidade do Ministério da Jus-
tiça e Negócios Interiores:

N. 1.201 — Reiterando o officio n. 25.944, de 20 de julho p.
findo, em que foram solicitadas informações, à vista da extinção da
Justiça Eleitoral, acerca da atual situação do funcionário responsa-
vel pelo adiantamento de 300\$000, recebido na Delegacia Fiscal do
Tesouro Nacional no Estado do Rio Grande do Norte, pelo oficial da
classe I do Tribunal Regional Eleitoral no dito Estado, Antônio Au-
gusto de Melo Viana, para despesas a seu cargo no terceiro trimes-
tre de 1937, comprovação essa que foi julgada legal, com exclusão
da importância de 159\$000, correspondente a pagamentos efetua-
dos anteriormente ao recebimento do adiantamento, afim de ser o
mesmo notificado da glosa feita.

— Ao Sr. Diretor de Contabilidade do Ministério da Viação e
Obras Públicas:

N. 1.203 — Comunicando que o Tribunal resolveu em sessão
de 19 de julho p. findo, julgar comprovado o adiantamento de réis
300:000\$000, recebido em 12 de janeiro p. findo, em virtude do avi-
so desse Ministério, n. 3.165, de 13 de dezembro de 1937, pelo Mi-
nistro Plenipotenciário J. E. da Fonseca Hermes Junior, presidente
da Conferência Sul Americana de Radio Comunicações, para atender
às despesas com a 2ª Conferência Sul Americana de Radio Comuni-
cações, no Rio de Janeiro, com expulsão das importâncias correspon-
dentes aos documentos de fls. 20 a 35, 37, 39, 40, 41, 43 a 49, 53, 64,
79 e 95, cujos pagamentos foram efetuados antes do recebimento do
adiantamento em apreço, bem como o de fls. 6, em que figura o
responsável pagando a si mesmo a importância de 15:000\$000, todos
esses documentos no total de 188:807\$500.

— Ao Sr. Diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil:

N. 1.204 — Solicitando providências afim de ser concedida uma
passagem em primeira classe, de ida e volta, com direito a leito in-
feriores, entre esta Capital e a de São Paulo, destinada ao oficial
administrativo da classe J deste Tribunal, bacharel Raimundo Amora-
Maciel, designado para acompanhar os trabalhos da junta apuradora
das contas da Companhia Docas de Santos, referentes ao ano de
1937.

— Ao Sr. Diretor de Contabilidade do Ministério da Educação e
Saúde:

N. 1.205 — Comunicando que o Tribunal resolveu ordenar o
registro do termo de contrato celebrado no dia 13 de junho referido,
entre o Serviço de Obras desse Ministério e a firma Virgílio Guima-
rães & Cia., para a construção de uma caixa d'agua e execução da

matara e limpeza em diversas dependências do edifício da Escola Nacional de Engenharia.

— Ao Sr. Presidente da Comissão Central de Compras:

N. 1.206 — Comunicando que o Tribunal resolveu ordenar o registro do termo de contrato n. 190, do dia 19 de Julho p. findo, celebrado com a Sociedade Fornecedora de Máquinas Limitada, para fornecimento de Dragilac Kochring n. 251-E-2, ao Departamento Nacional de Portos e Navegação.

N. 1.207 — Idem, idem, do termo de contrato n. 191, do dia 19 anterior, celebrado com a Sociedade Fornecedora de Máquinas Limitada, para fornecimento de draga flutuante ao Departamento de Portos e Navegação.

N. 1.208 — Idem, idem, do termo de contrato n. 188, do dia 18 anterior, celebrado com a S. A. Marvin, para fornecimento de cano de chumbo para agua ao Serviço de Aguas e Esgotos do Distrito Federal.

N. 1.209 — Idem, idem, do termo de contrato n. 187, do dia 14 anterior, celebrado com a firma Fonseca Almeida & Comp. Ltda., para fornecimento de vareiro de cálculo à Estrada de Ferro Central do Brasil.

— Ao Sr. delegado fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Rio Grande do Sul:

N. 1.210 — Restituindo, juntamente com o ofício n. 61, de 8 de julho próximo findo, relativo à comprovação da aplicação dada ao adiantamento de 2:150\$, recebido nessa Delegacia Fiscal pelo agrônomo do D. N. P. V., nesse Estado, José Augusto Inácio Cabral, para atender ao pagamento de despesas a seu cargo, no 2.º trimestre do corrente ano, visto já haver este Tribunal, em sessão de 26 de julho próximo findo, julgado legal a comprovação.

— Ao Sr. delegado fiscal do Tesouro Nacional no Estado de Goiás:

N. 1.211 — Restituindo, juntamente com o ofício n. 139, de 22 de junho último, relativo à comprovação da aplicação dada ao adiantamento de 31:215\$, recebido nessa Delegacia Fiscal pelo classificador de Café da classe H, do Serviço Técnico do Café, nesse Estado, Francisco Ribeiro, para ocorrer às despesas do mesmo Serviço durante o quarto trimestre de 1937, visto já haver este Tribunal, em sessão de 26 de julho próximo findo, julgado legal a comprovação.

— Ao Sr. delegado fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Paraná:

N. 1.212 — Idem, idem, o ofício n. 37, de 27 de junho último, relativo à comprovação da aplicação dada ao adiantamento de 17:100\$, recebido nessa Delegacia Fiscal pelo escrivão da Inspetoria do Serviço de Fomento da Produção Animal em Ponta Grossa, nesse Estado, João de Oliveira Vianna, para atender despesas durante o primeiro trimestre deste ano, visto já haver este Tribunal, em sessão de 26 de julho próximo findo, julgado legal a comprovação.

— Ao Sr. delegado fiscal do Tesouro Nacional no Estado da Paraíba:

N. 1.213 — Idem, idem, o ofício n. 385, de 27 de junho último, relativo à comprovação da aplicação dada ao adiantamento de 10:000\$ recebido nessa Delegacia Fiscal pelo agrônomo de Plantas Textéis, classe K, do Ministério da Agricultura, nesse Estado, Clarindo Misael Barros de Gouveia, para as despesas durante o 1.º trimestre do corrente exercício (1938), visto já haver este Tribunal, em sessão de 26 de julho próximo findo, julgado legal a comprovação.

— Ao Sr. delegado fiscal do Tesouro Nacional no Estado de Sergipe:

Idem, idem, o ofício n. 566, de 30 de junho último, relativo à comprovação da aplicação dada ao adiantamento de 8:850\$ recebido nessa Delegacia Fiscal pelo datilógrafo do Campo de Sementes de Coqueiro, nesse Estado, Lívio Pereira da Silva, para as despesas no trimestre de janeiro a março deste ano, visto já haver este Tribunal em sessão de 26 de julho próximo findo, julgado legal a comprovação.

Dia 8

Ao Sr. presidente da Comissão Central de Compras:

N. 1.215 — Solicitando providências afim de ser retificado o empenho de fls. 31 e 32, referente ao termo de contrato n. 150, de 16 de junho referido, celebrado com Minnich & Comp. Ltda, para fornecimento de papel filigranado à Casa da Moeda, e enviando o termo n. 197, aditivo àquele contrato e lavrado em virtude de exigência feita pelo Tribunal, cujo total passará a ser de 506:000\$, como indica o mencionado termo aditivo.

N. 1.216 — Solicitando providências afim de ser feita a prova da qualidade conferida a C. Rautembath para funcionar como gerente da centralizante International Harvester Export Co., de que trata o contrato n. 185, do dia 14 anterior, para fornecimento de chassis "International" à Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense.

— Ao Sr. diretor geral da Fazenda Nacional:

N. 1.217 — Solicitando providências afim de ser presente ao Tribunal, para juntada ao processo, relativo ao termo de contrato celebrado na Procuradoria Geral da Fazenda Pública, a 28 de junho anterior, pela Companhia Brasileira Industrial de Eletricidade S. A., com sede nesta Capital e instalações elétricas em Itaperuna, Carangola e Tombos, para a arrecadação do imposto de consumo de energia elétrica, a certidão da lei dos dois terços, a que se refere o parágrafo 2.º do art. 33, do decreto-lei n. 20.291, de 12 de agosto de 1931.

— Ao Sr. contador geral da Contadoria Central da República:

N. 1.218 — Comunicando que o Tribunal resolveu ordenar o registro do crédito especial de 3.610:176\$000, para atender às despesas (obras, melhoramentos, aparelhamentos e equipamentos) com a conclusão das instalações da Fábrica de Armas Portáteis de Ita-

jubá, e solicitando sua distribuição à Diretoria de Fundos do Exército.

— Ao Sr. diretor do Instituto Nacional de Surdos Mudos:

N. 1.219 — Comunicando que o Tribunal resolveu recusar registro a despesa relativa ao adiantamento de 2:000\$000, para despesas de livros, documentos, etc., durante os meses de agosto e outubro do corrente ano, porque na mesma pessoa se encontram as figuras do ordenador e receptor do adiantamento.

— Ao Sr. diretor da Despesa Pública:

N. 1.220 — Comunicando que o Tribunal resolveu recusar o registro da despesa de 500\$000 a Farid Koury, proveniente de transportes em proveito do Ministério da Marinha, em 1935, porque, quando vigente o exercício a que pertencia, corria à conta do — Material — e não tendo sido previamente empenhada nem a sub-consignação respectiva deixado saldo para cumprimento do art. 410, do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, só poderá ser processada por conta de crédito especial.

N. 1.221 — Idem, idem, à concessão de aposentadoria a Bruno Soares de Oliveira, no lugar de escrivão da Coletoria das Rendas Federais em Farroupilha, no Estado do Rio Grande do Sul, com o vencimento anual de 10:881\$600 e a despesa classificada, visto ter sido abonado ao inativo vencimento em importância superior à devida.

— Ao Sr. presidente da Comissão Central de Compras:

N. 1.222 — Solicitando providências afim de ser feita a retificação na 1ª via do empenho n. 7.326 que não concorda com a 1ª via do mesmo documento em referência ao pagamento da quantia total de 1:973\$400 à firma Oliveira & Duarte e outras, proveniente de fornecimentos feitos ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, no corrente ano.

N. 1.223 — Solicitando providências afim de serem retificadas as segundas vias dos empenhos (documentos de fls. 4, 7 e 10) em referência ao pagamento da importância total de 2:884\$600 à firma Ferreira Filho & Comp. e outras, proveniente de fornecimentos feitos ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, no corrente ano.

N. 1.224 — Idem, idem, a 2ª via do empenho n. 12.456 (documento de fls. 7) em referência ao pagamento da quantia total de 10:130\$400 à firma Soares Lavrador & Comp., e outras, proveniente de fornecimentos feitos ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, no corrente ano.

N. 1.225 — Comunicando que o Tribunal em sessão de 5 de agosto atual, resolveu recusar o registro da despesa de 700\$000 a The Texas Company (South America) Ltd., proveniente de fornecimento de 2 caixas de "Combustol — Texaco 811" ao Ministério da Fazenda, no corrente ano, por impropriedade de classificação.

— Ao Sr. diretor executivo do Conselho Federal de Comércio Exterior:

N. 1.226 — Comunicando que o Tribunal em sessão de 5 do corrente mês, resolveu releva: a multa que foi aplicada ao Dr. J. A. Barbosa Carneiro, na forma do art. 298, 1º, do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, como responsável pelo adiantamento de 50:000\$000, recebido no Tesouro Nacional em 24 de fevereiro deste ano, em virtude do ofício n. 4.878, do dia 3 desse mês, adiantamento esse não comprovado dentro do prazo legal.

— Ao Sr. diretor da Despesa Pública:

N. 1.227 — Idem, idem, pela qual foi aplicada ao Dr. J. A. Barbosa Carneiro, na forma do art. 298, 1º, do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, como responsável pelo adiantamento de 500:000\$000, recebido no Tesouro Nacional em 24 de fevereiro deste ano, em virtude do ofício n. 4.878, do dia 3 desse mês adiantamento esse não comprovado dentro do prazo legal.

— Ao Sr. diretor de Contabilidade do Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

N. 1.228 — Solicitando providências afim de fazer constar dos documentos relativos à comprovação da aplicação dada ao adiantamento de 18:750\$000, recebido no Tesouro Nacional, pelo chefe da Portaria desse mesmo Ministério, José Nunes Ramalho, para despesas nos meses de fevereiro a abril deste ano, a declaração do recebimento do material ou da prestação do serviço.

— Ao Sr. delegado fiscal do Tesouro Nacional no Estado da Bahia:

N. 1.229 — Restituindo o processo relativo à comprovação da aplicação dada ao adiantamento das importâncias de 10:350\$000 e 3:923\$000, num total de 14:273\$000, recebido nessa Delegacia Fiscal pelo datilógrafo da classe F, Otávio Martins de Almeida, para despesas no 3º trimestre do corrente ano, visto já haver este Tribunal em sessão de 2 de agosto atual, julgado legal a comprovação.

— Ao Sr. coronel diretor da Diretoria de Fundos do Exército:

N. 1.230 — Solicitando providências afim de ser enviado, para ser anexado ao processo relativo à comprovação da aplicação dada ao adiantamento de 5:000\$000, recebido em 31 de outubro de 1924, em virtude do ofício n. 123, do general comandante das Forças em Operações nos Estados do Paraná e Santa Catarina, pelo 1º tenente Alcides Saldanha, para despesas a seu cargo, o conhecimento em original, referente ao recolhimento do saldo de 5\$000.

N. 1.231 — Comunicando que o Tribunal resolveu julgar legal a aplicação dos adiantamentos abaixo indicados:

De 30:000\$000, recebido pelo general Sebastião Ivo Soares, em virtude do aviso n. 308, de 9 de julho de 1924;

De 100:000\$300, recebido pelo major Miguel Nei de Carvalho, em virtude do ofício n. 315, de 8 de setembro de 1924;

De 5:000\$000, recebido pelo major Miguel Cardoso da Sousa Filho, em virtude de ordem telegráfica do ministro da Guerra, datada de 8 de julho de 1924.

— Ao Sr. diretor da Despesa Pública:

N. 1.232 — Solicitando providências afim de ser cumprida a exigência que foi objeto do ofício desta Secretaria n. 23.175, de 26-11-37, relativamente à diferença de selo do documento de fls. 13 e 24, e que se acha selado somente com 6\$600, mais \$200 de Educação de selo de ato, e com o de juntada de 5\$000 quando, em face da jurisprudência do Tribunal, tendo o documento doze folhas, estará sujeito a mais 2\$000, referente ao pagamento de 1:627\$600 a Arsênio de Loma Ramos, proveniente de indenização por prejuízos causados pela revolução rio-grandense, em 1923, solicitando também providências para que os selos apostos às fls. 24 verso do aludido processo e cancelados pela Comissão Encarregada da Liquidação da Dívida Flutuante, sejam devidamente inutilizados na forma estabelecida pela lei n. 60 da tabela B, § 1º, do Regulamento expedido com o decreto n. 1.137, de 7 de outubro de 1936.

— Ao Sr. presidente da Comissão Executiva da Representação do Brasil na Feira Municipal de New York e na Exposição Internacional de S. Francisco da Califórnia em 1939 — Avenida Presidente Willson n. 231 — Nesta:

N. 1.233 — Comunicando que o Tribunal em sessão de 5 do corrente, resolveu recusar registro ao adiantamento feito ao Dr. Lourival Fontes, diretor geral do Departamento de Propaganda do Ministério da Justiça, na importância de 250:000\$000, destinado a atender, nos meses de agosto e outubro do corrente ano, ao pagamento de despesas com a organização da representação do Brasil na mesma feira, inclusive a aquisição de mostruários, filmes, mobiliário, utensílios, fretes, transportes, armazenagens, acondicionamentos, trabalhos tipográficos, prestações de serviços nessa organização, etc.

— Ao Sr. diretor do Serviço do Pessoal do Ministério da Fazenda:

N. 1.234 — Comunicando o falecimento do oficial administrativo da classe J deste mesmo Tribunal, José Neri Guarabira, conforme consta do ofício do Sr. diretor da Diretoria de Tomada de Contas deste Tribunal, n. 281, de 4 de agosto atual.

— Ao Sr. diretor da Despesa Pública:

N. 1.235 — Comunicando que o Tribunal resolveu ordenar a baixa da fiança na importância de 600\$000 prestada por Francisco de Paula e Silva Júnior, na qualidade de fiador de D. Maria da Glória Paiva, ex-agente do correio de São Domingos de Niterói e Saco de São Francisco, no Estado do Rio de Janeiro, solicitando o levantamento da fiança prestada para garantia da responsabilidade da gestão da dita ex-agente.

— Ao Sr. coronel diretor da Diretoria de Fundos do Exército:

N. 1.236 — Solicitando providências afim de ser enviado, para ser anexado ao processo relativo à comprovação da aplicação dada ao adiantamento de 20:000\$000, recebido do general comandante das Forças em Operações nos Estados do Paraná e Santa Catarina, pelo capitão Otávio Saldanha Mazza, para despesas a seu cargo, o conhecimento em original, referente ao recolhimento do saldo de 980\$000, de conformidade com o que dispõe o art. 295, parágrafo único, do Regulamento Geral de Contabilidade Pública.

N. 1.237 — Solicitando providências afim de ser enviado, para ser anexado ao processo relativo à comprovação da aplicação dada ao adiantamento de 50:000\$000, recebido em 10 de outubro de 1924 do general comandante das Forças em Operações nos Estados do Paraná e Santa Catarina, pelo tenente-coronel Paulo de Araujo Bastos, para despesas a seu cargo, o conhecimento em original, referente ao recolhimento do saldo de 31\$241, de conformidade com o que dispõe o art. 295, parágrafo único, do Regulamento Geral de Contabilidade Pública.

— Ao Sr. delegado fiscal do Tesouro Nacional no Estado de São Paulo:

N. 1.238 — Solicitando providências afim de ser comprovada a situação do fato do desaparecimento dos livros e documentos da coletoria das rendas federais em Penápolis, nesse Estado, Artur Ferreira Maia, solicitando a baixa de sua fiança, independente de organização do respectivo processo de tomada de contas, fazendo um relatório circunstanciado tanto para o escrivão como principalmente para o coletor em aprego, por motivo de inundação do porão dessa Delegacia Fiscal, de modo que o Tribunal possa apreciar o caso.

— Ao Sr. coronel diretor da Diretoria de Fundos do Exército:

N. 1.239 — Comunicando que o Tribunal resolveu julgar legais as comprovações de adiantamentos abaixo indicadas:

De 10:000\$, recebido pelo capitão médico Dr. Paulo Afonso Soares Pereira, em virtude do ofício n. 283, de 26 de novembro de 1925; de 15:000\$, recebido pelo capitão Odilon da Costa Júnior, em virtude do ofício n. 43, de agosto de 1924; de 2:000\$, recebido pelo capitão Otávio da Luz Pinto, em virtude do ofício n. 247, de 16 de novembro de 1924; de 5:000\$, recebido pelo capitão Otávio da Luz Pinto, em virtude do ofício n. 312, de 8 de dezembro de 1924.

— Ao Sr. encarregado do Protocolo Geral:

N. 1.240 — Comunicando que o Sr. ministro presidente, por ato de hoje, resolveu que tenham exercício nesse Protocolo Geral os escrivães da classe F João Rodrigues da Costa e Cobé Marques de Abreu.

Comunicando também que, em virtude do mesmo ato, foi dispensado desse Protocolo o oficial administrativo da classe J, Artur Soares, passando a servir na Diretoria de Tomada de Contas.

— Ao Sr. delegado fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Rio Grande do Sul:

N. 1.241 — Restituindo o processo relativo à comprovação da aplicação dada ao adiantamento de 400:000\$, recebido nessa Delegacia Fiscal pelo coronel comandante do 1º B. F. V. Deniz Desiderato Horta Barbosa, por conta do crédito especial, abortido pelo decreto-lei número 27, de 30 de novembro de 1937, para custeio da construção da ponte sobre o Rio Toropi, no trecho Dilermando de Aguiar-Jaguari, nesse Estado, visto já haver este Tribunal, em sessão de 2 de agosto atual, julgado legal a comprovação.

— Ao Sr. delegado fiscal do Tesouro Nacional no Estado de Alagoas:

N. 1.242 — Restituindo o processo relativo à comprovação da aplicação dada ao adiantamento de 3:550\$, recebido nessa Delegacia Fiscal pelo almoxarife da classe "G" do Aprendizado Agrícola de Alagoas, nesse Estado, Antônio Domingos de Aguiar, para despesas no mês de maio deste ano, visto já haver este Tribunal, em sessão de 2 de agosto atual, julgado legal a comprovação.

— Ao Sr. delegado fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Rio Grande do Norte:

N. 1.243 — Restituindo o processo relativo à comprovação da aplicação dada ao adiantamento de 50:000\$, recebido nessa Delegacia Fiscal pelo prático de engenharia do Departamento Nacional de Portos e Navegação, da classe "H", com exercício na Fiscalização do Porto da capital desse Estado, Astrogildo Segundo, para despesas no corrente exercício, visto já haver este Tribunal, em sessão de 2 de agosto atual, julgado legal a comprovação.

— Ao Sr. diretor da Diretoria do Domínio da União:

N. 1.244 — Comunicando que o Tribunal resolveu julgar legal a comprovação da aplicação dada ao adiantamento de 5:000\$, recebido pelo almoxarifado dessa Diretoria, Odorico Correia de Faria, para atender às despesas no trimestre de abril a junho do corrente ano.

— Ao Sr. diretor do Serviço de Saúde Pública do Distrito Federal:

N. 1.246 — Solicitando providências afim de ser o oficial administrativo da classe K do mesmo Tribunal Júlio Mendes Pereira, pede seja submetido à inspeção de saúde para efeito de aposentadoria, inspecionado de saúde para o fim indicado, devendo ser remetido o respectivo laudo a este Tribunal.

TERMOS DE CONTRATO

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Comissão Central de Compras

Termo de contrato n. 221 — Pedido n. 1 — Requerimento número 169.008/10 — Nota de empenho n. 18.328 — Fornecedora: Companhia Brasileira de Eletricidade Siemens Schuckert S. A. — Repartição: Departamento Nacional da Produção Mineral — Serviço de Aguas.

Aos quinze dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e trinta e oito, nesta cidade do Rio de Janeiro, perante a Comissão Central de Compras do Governo Federal, representada por seu diretor, Dr. Manuel Moreira da Fonseca, compareceu a firma Cia. Brasileira de Eletricidade Siemens Schuckert S. A., estabelecida à rua General Câmara n. 78, inscrita no Registro de Fornecedores do Governo Federal, sob o n. 63, representada por seu procurador Sr. Juvenino Coelho, e por ele foi dito que, por sua constituinte, se obrigava a fornecer ao Governo Federal, representado pela Comissão, nos termos do decreto n. 19.587, de 14 de janeiro de 1931, os artigos constantes deste termo, segundo o estipulado nas seguintes cláusulas:

Cláusula primeira:

Item — Artigo — Unidade — Quantidade — Preço — Importância

1. Dispositivo completo para aferição de contadores elétricos, com capacidade para 3 contadores. Marca "Siemens", monofásicos e trifásicos, com as seguintes características:

Locação à corrente trifásica: 3 x 220 volts — 50 ciclos

Circuito de corrente de aferição até 3 x 100 ampères.

8 campos de medida — 0,5 — 1-2-5-10-20-50-100 amps. No lado primário os transformadores dão 5 amps. No lado secundário e possuem uma precisão de mais ou menos, 0,1 % em mais ou menos 3 minutos.

Circuito de tensão de aferição:

1 Campo de medida 3 x 220/127 volts.

Regulagem da tensão: 20% da tensão nominal do contador.

A — Para o circuito da corrente de aferição:

a) 3 transformadores intermediários para 3 fases R-S-T. de construção especial para fins de aferição.

b) 1 transformador de corrente trifásica, composto-se de 3 transformadores monofásicos.

c) 3 transformadores da corrente de precisão, construção especial para fins de aferição, dando 5 amps. no lado secundário e possuindo no lado primário derivações para 8 campos de medida, ou sejam: 0,5-1-2-5-10-20-50-100 amps.

d) 3 amperímetros de comparação tipo de embutir com 140 mm. de diâmetro e escala dupla de 0-5 e 0-10 amps.

e) comutadores multipolares. Fusíveis. Bornes de ligação. Fios de ligação, etc., etc.

B — Para o circuito da tensão de aferição:

a) 3 reguladores de tensão de aferição.

b) 1 seletor multipolar de campo de medição.

c) 3 voltímetros de comparação, tipo de embutir com 140 mm. de diâmetro e escala de 0-260 ou 0-500 volts.

d) Tomadas. Cavilhas. Seguranças. Comutadores rotativos. Bornes de ligação. Fios de ligação com cavilhas, etc.

Além dos aparelhos mencionados serão fornecidos ainda os seguintes materiais necessários ao dispositivo completo de aferição.

A — 1 transformador de fases para corrente trifásica, ligação em estrela, com derivações, no lado secundário para obter uma potência de aferição de mais ou menos 0,3 RVA., sendo $\cos \phi = 1$. Esse transformador possui rotor que permite a fixação de qualquer fase de corrente para fins de aferição, quer em sentido dianteiro, quer trazeiro.

b) 1 Cabo flexível de ligação para transformador acima.

c) 3 Wattímetros de precisão, sistema de medida estática.

d) 3 Resistências adicionais

e) 1 Contador de segundos.

f) 1 Cronômetro.

g) Fio de ligação diversos com terminais, um 1 45:300\$000 45:300\$000

Wattímetro Registrador: portátil, modelo Siemens & Halske-Berlin, SO II 12, para corrente trifásica de fases equilibradas e desequilibradas, com sistema electro-dinâmico para frequência de 15 até 100 ciclos e ligação a transformadores de x/5 A, e x/100 V, tira de papel de 120 mm. de largura útil, avanço do papel-20-60-120 ou 240 mm. por hora conforme escolha, consumo próprio no circuito da corrente, cerca de 8,5 VA, e no circuito da tensão, cerca de 6 VA. por fase em mala de madeira de lei, com alças de couro. Exatidão: 2 %. Tensão de prova: 2.000 volts, número do catálogo 10.938-T, um..... 1 5:200\$000 5:200\$000

3. Amperímetro Registrador: portátil, último modelo "Siemens & Halske-Berlin" SO 12, para corrente alternada, consumo próprio 9 VA. para ligação a transformadores de corrente de x/5 A. As demais características são idênticas às do instrumento sob o item 2. Número do catálogo 10.931-T, um..... 1 4:050\$000 4:050\$000

4. Registrador de fator de potência, portátil, último modelo "Siemens & Halske-Berlin, SO 12 — para corrente trifásica. Consumo próprio no circuito da corrente, cerca de 16,5 VA. e no de tensão, cerca de 12 VA para ligação a transformadores de x/5 A. e x/100 V. As demais características são idênticas às do instrumento sob item 2, número do catálogo 10.953-T, um..... 1 5:800\$000 5:800\$000

5. Registrador de Potência Dewattada (reativa), último modelo "Siemens & Halske-Berlin, SO 11 12 — com características idênticas às do instrumento sob o item 2, número do catálogo 10.943-T, um..... 1 5:300\$000 5:300\$000

6. Transformador de tensão de precisão, portátil, "Siemens & Halske-Berlin, de 9 estágios primários 2-5-3-3,75, 5-6-7, 5-10-12-15 KV. Tensão secundária 100- V. tensão de prova 53 KV.

Carga: 30 VA — Exatidão: 0,5 % A 50 ciclos, ou Carga: 15 VA — Exatidão: 0,2 % A 50 ciclos.

Peso: 53 ks. Número do catálogo 13.788, um 2 4:600\$000 9:200\$000

(Setenta e quatro contos oitocentos e cincoenta mil réis) 74:850\$000

Cláusula segunda:

A validade deste contrato depende de seu registro pelo Tribunal de Contas não respondendo o Governo Federal por qualquer indenização no caso de ser denegado o registro.

Cláusula terceira:

O material será entregue até trinta e um de dezembro do corrente ano, após registro do contrato pelo Tribunal de Contas, ao Departamento Nacional da Produção Mineral — Serviço de Águas, à avenida Pasteur n. 404, Distrito Federal.

Cláusula quarta:

O material virá consignado à Comissão Central de Compras, em cujo nome virão todos os documentos de embarque, a saber: conhecimento de carga, fatura consular traduzida, fatura comercial estrangeira e lista de conteúdo em cinco vias. A consignação da mercadoria à Comissão, nos documentos de embarque, é convenienciada apenas para efeito de desembaraço livre de direitos e taxas, mas os riscos da coisa expedida correm por conta do fornecedor até a sua entrega real no local indicado na cláusula terceira.

Parágrafo primeiro — Os despachos da mercadoria importada por força deste contrato, somente poderão ser efetuados por esta comissão, por intermédio do seu despachante aduaneiro, devidamente autorizado.

Parágrafo segundo — A entrega dos documentos de embarque da mercadoria importada, feita pelo fornecedor, deve ser acompanhada dum a cópia da fatura comercial, além da que vem anexada à fatura consular, mas com os preços, de cada item, em moeda nacional, correspondentes aos do respectivo contrato, dando a importância total da dita moeda. Dessa cópia, deve constar o câmbio à vista, do dólar, na data da assinatura do contrato.

Cláusula quinta:

Estão incluídas no preço constante da cláusula primeira todas as despesas até a colocação do material no local indicado na cláusula terceira, inclusive as despesas de agência do despachante e exclusive, apenas, as constantes do parágrafo 1º desta cláusula.

Parágrafo primeiro — Não estão incluídos, no preço constante da cláusula primeira, os direitos aduaneiros, de que o comprador tem isenção, por força do disposto no art. 11 inc. 1 e no art. 18 do decreto-lei n. 300 de 24 de fevereiro de 1938.

Parágrafo segundo — No caso de recusa, pelo conferente da Alfândega, no ato do despacho, da isenção de direitos aduaneiros referida no parágrafo 1º acima, por se ter verificado a existência de similar nacional para o material importado, correrão os mesmos por conta exclusiva do fornecedor, sem direito a qualquer indenização por parte desta comissão.

Parágrafo terceiro — Verificada a recusa de isenção de direitos referida no parágrafo 2º acima, deverá o fornecedor efetuar o pagamento dos mesmos dentro de 30 dias da notificação competente feita por esta comissão, sob pena de perda da caução estipulada na cláusula 9ª (nona).

Cláusula sexta:

O pagamento será feito na sede da comissão, mediante declarações de recebimento e aceitação, assinadas por autoridade competente em virtude de cargo ou delegação, e será efetuado em moeda corrente nacional, por conta da verba 2ª, sub-consignação 2, inc. 04, do orçamento federal, do Ministério da Agricultura, para o exercício de 1938; a despesa consta da nota de empenho n. 18.328, e foi feita na verba a necessária dedução.

Cláusula sétima:

É eleito o foro federal desta capital para as ações que decorrerem do presente contrato.

Cláusula oitava:

A firma contratante dará preferência para o embarque do material, aos navios do Lloyd Brasileiro, desde que esta preferência não prejudique o cumprimento do contrato dentro do prazo.

Cláusula nona:

Neste ato foi entregue, pelo fornecedor, à comissão, um certificado n. 256, do Tesouro Nacional, de oito (8) apólices, ao portador, de 1:000\$000 cada uma, ns. 19.174/5, 35.972 e 52.168/72, da lei número 3.232, de 1917, com coupons de jinciro de 1938 e seguintes, do depósito feito em caução do fiel cumprimento de cada uma das cláusulas do presente contrato, ficando convencionado a sua reversão em favor da Fazenda Nacional, em caso de infração de qualquer das cláusulas referidas, o que determinará, também, a rescisão do contrato, a não ser que a infração seja determinada por motivo de força maior, devidamente comprovado. Tomado por termo n. 355, da ala n. 103.

Tendo ambos os contratantes manifestado o seu assentimento a todas as cláusulas do presente contrato, foi ele tomado por termo n. 227, às fls. 561/65, do livro 21º de Registro de Contratos da Comissão Central de Compras, sendo a primeira, segunda, terceira e quarta folha rubricada e a quinta assinada pelas partes e testemunhas do ato.

Pela Comissão Central de Compras.—Dr. Manuel Moreira da Fonseca, Diretor. Pelo fornecedor: pp. Juvenino Coelho. Testemunhas: R. M. Dória Filho. — Antonio Botelho.

Aprovado por delegação do Sr. ministro da Fazenda. — Otto Schilling, presidente.

Comissão Central de Compras

Termo de contrato n. 227 — Pedido n. 1 — Requerimento número 413.176-7 — Nota de empenho n. 18.396 — Fornecedor: Minnich & Comp. Ltda. — Repartição: Casa da Moeda.

Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e trinta e oito, nesta cidade do Rio de Janeiro, perante a Comissão Central de Compras do Governo Federal, representada por seu diretor Dr. Manuel Moreira da Fonseca, compareceu a firma Minnich & Comp. Ltda., estabelecida à rua Miguel Couto n. 91, sobrado, inscrita no Registro de Fornecedores do Governo Federal sob o n. 20, representada por seu sócio Sr. Luiz de Sousa Mendes Junior, e por ele foi dito que a firma se obrigava a fornecer ao Governo Federal, representado pela Comissão, nos termos do decreto n. 19.587, de 14 de janeiro de 1931, os artigos constantes deste termo, segundo e estipulado nas seguintes cláusulas:

Cláusula primeira:

Item — Artigo — Unidade — Quantidade — Preço — Importância

Papel branco gomado para confecção de valores impressos tipográficamente:

- Formato — Retangular.
- Dimensões — 28 x 38 cms.
- Cor — branca.
- Beilho — Branco.
- Calandragem — Média.
- Colagem — Boa, amido.
- Peso por metro quadrado — 84 gramas (gomado), 65 gramas sem goma).
- Espessura — 0,090 mm.
- Deverá ser uniforme em todas as folhas.
- Resistência — 2,5 kg/cm.
- Elasticidade — Média: 5 %.
- Compr. de rotura — 3.000 m.
- Gomagem — Mecânica e uniforme, c/goma arábica de 1ª qualidade.
- Absoluta ausência de cloro, sais de ferro e ácidos livres.
- Textura — Velino, filigranada.

o) Marca de garantia — Filigrana natural, a claro, c/os. dizeres "Casa-da-Moeda-do-Brasil" de acordo c/ o modelo na C.C.O. Não será admitida filigrana artificial, a seco (a filigrana será executada com "Dandy Roll").

p) Composição da pasta — Trapos: 40 %; Celulose alvejada: 60 %. Não serão toleradas fibras lenhosas (pasta mecânica).

q) Peso da resma — 4,470 kg. (500 folhas).

r) Acondicionamento — Em resmas de 500 folhas, envoltas em papel muito resistente.

s) Embalagem — Em caixas de madeira forradas de zinco, contendo 50 resmas.

t) Quantidade, resmas 10.000 49\$300 493:000\$000

u) Tolerância — 10 % para mais ou para menos na quantidade e 5 % no peso.

(Quatrocentos e noventa e três contos de réis) 493:000\$000

Cláusula segunda:

A validade deste contrato depende de seu registro pelo Tribunal de Contas, não respondendo o Governo Federal por qualquer indenização no caso de ser denegado o registro.

Cláusula terceira:

O material será entregue treze dias após o registro pelo Tribunal de Contas, não excedendo de 31 de dezembro de 1938, na Casa da Moeda.

Cláusula quarta:

O material virá consignado à Comissão Central de Compras, em cujo nome virão todos os documentos de embarque, a saber: conhecimento de carga, fatura consular traduzida, fatura comercial estrangeira e lista de conteúdo em cinco vias. A consignação da mercadoria à Comissão, nos documentos de embarque, é convencionada apenas para efeito do desembaraço livre de direitos e taxas; mas os riscos da coisa expedida correm por conta do fornecedor até a sua entrega real no local indicado na cláusula terceira.

Parágrafo primeiro — Os despachos da mercadoria importada por força deste contrato, somente poderão ser efetuados por esta Comissão, por intermédio do seu despachante aduaneiro, devidamente autorizado.

Parágrafo segundo — A entrega dos documentos de embarque da mercadoria importada, feita pelo fornecedor, deve ser acompanhada de uma cópia da fatura comercial, além da que vem anexada à fatura consular, mas com os preços, de cada item, em moeda nacional correspondentes aos do respectivo contrato, dando a importância total da dita moeda. Dessa cópia, deve constar o câmbio à vista, de dólar, na data da assinatura do contrato.

Cláusula quinta:

Estão incluídas no preço constante da cláusula primeira todas as despesas até a colocação do material no local indicado na cláusula terceira, inclusive as despesas de agência do despachante e exclusive, apenas, as constantes do § 1º desta cláusula.

Parágrafo primeiro — Não estão incluídos, no preço constante da cláusula primeira, os direitos aduaneiros, de que o comprador tem isenção, por força do disposto no art. 11 inciso 1 e no art. 18, do decreto-lei n. 300, de 24 de fevereiro de 1938.

Parágrafo segundo — No caso de recusa, pelo conferente da Alfândega, no ato do despacho, da isenção de direitos aduaneiros referida no § 1º acima, por se ter verificado a existência de similar nacional para o material importado, correrão os mesmos por conta exclusiva do fornecedor, sem direito a qualquer indenização por parte desta Comissão.

Parágrafo terceiro — Verificada a recusa de isenção de direitos referida no § 2º acima, deverá o fornecedor efetuar o pagamento dos mesmos dentro de 30 dias da notificação competente feita por esta Comissão, sob pena de perda da caução estipulada na cláusula 9ª (nona).

Cláusula sexta:

O pagamento será feito na sede da Comissão, mediante declarações de recebimento e aceitação, assinadas por autoridade competente, em virtude de cargo ou delegação, e será efetuado em moeda corrente nacional, por conta da verba 2ª, subconsignação 9, inc. 06, do orçamento federal do Ministério da Fazenda, para o exercício de 1938; a despesa consta da nota de empenho n. 18.396, e foi feita na verba a necessária dedução.

Cláusula sétima:

É eleito o foro federal desta Capital para as ações que decorrerem do presente contrato.

Cláusula oitava:

A firma contratante dará preferência para o embarque do material, aos navios do Lloyd Brasileiro, desde que esta preferência não prejudique o cumprimento do contrato dentro do prazo.

Cláusula nona:

Neste ato foi entregue, pelo fornecedor, à Comissão, um certificado n. 261, do depósito feito no Tesouro Nacional, de cinquenta (50) apólices, ao portador, de 1:000\$000, cada uma, ns. 607/9, da lei número 3.232, de 1917; 402.502-5 e 427.909/48, do decreto n. 16.031, de 1923, e 617.573-5, do decreto n. 17.035, de 1925, com cupões de janeiro de 1939; tomado por termo n. 356 na ata n. 103, em caução do fiel cumprimento de cada uma das cláusulas do presente contrato, ficando convencionada a sua reversão em favor da Fazenda Nacional, em caso de infração de qualquer das cláusulas referidas, o que determinará, também, a rescisão do contrato, a não ser que a infração seja determinada por motivo de força maior, devidamente comprovado.

Tendo ambos os contratantes manifestado o seu assentimento a todas as cláusulas do presente contrato, foi ele tomado por termo n. 261, às folhas 572-4, do livro 21º de Registro de Contratos da Comissão Central de Compras, sendo as primeira e segunda folhas cubertas e a terceira assinada pelas partes e testemunhas do ato.

Na Comissão Central de Compras. — *Manoel Moreira da Fonseca*, diretor. — Pelo fornecedor: *Minnich & Comp. Ltda.* Testemunhas: *Joaquim Dias Pereira* — *José Carvalho Alexandre Ribeiro*. — Aprovado, por delegação do senhor ministro da Fazenda. — *Otto Schilling*, presidente.

Comissão Central de Compras

Termo n. 230 Aditivo ao termo de contrato n. 164, de 29 de junho de 1938. — Pedido n. 5 — Requisição n. 904.429/35 — Nota de compra n. 12.767 — Fornecedor: *Dias Garcia & Comp. Ltda.* — Objeto: Estada de Ferro Central do Brasil.

Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e trinta e oito, nesta cidade do Rio de Janeiro, perante a Comissão Central de Compras do Governo Federal, representada por seu diretor, Dr. Manoel Moreira da Fonseca, compareceu a firma *Dias Garcia & Comp. Ltda.*, estabelecida nesta praça à rua Visconde de Inhauma n. 12, inscrita no Registro de Fornecedor do Governo Federal sob o n. 11, representada por seu procurador, Sr. Heitor Marques Corrêa, por ele foi dito que, ratificava todas as cláusulas do termo de contrato n. 164, de 29 de junho de 1938, ratificando, porém, a cláusula primeira que passará a ter a seguinte redação:

Cláusula primeira:

Item — Artigo — Unidade — Quantidade — Preço — Importância

Especificações do Caderno de Encargos

Para a 3ª Divisão

Barras e peças para metal, puxando e puxando, tendo comprimentos mínimos e diâmetros:

42. De 6" x 1/4", uma	100	15150	345\$000
43. De 6" x 3/16", uma	200	18550	467\$000
44. De 6" x 3/8", uma	300	14950	585\$000
45. De 7" x 1/2", uma	100	3250	656\$000
46. De 8" x 5/8", uma	200	52100	1.925\$000
47. De 9" x 3/4", uma	200	68300	1.260\$000
48. De 10" x 7/8", uma	100	88200	820\$000
49. De 11" x 1", uma	100	10.200	1.020\$000
Peças espirais para metal, puxando e puxando, tendo comprimentos mínimos e diâmetros:			
50. De 5" x 3/16", uma	800	28050	1.610\$000
51. De 6" x 1/4", uma	800	28650	2.120\$000
52. De 6" x 3/16", uma	700	28750	1.925\$000
53. De 6" x 3/8", uma	700	38200	2.210\$000
54. De 7" x 7/16", uma	600	38600	2.130\$000
55. De 8" x 1/2", uma	600	48300	2.580\$000
56. De 8" x 5/8", uma	500	58800	2.900\$000
57. De 9" x 3/4", uma	500	68900	3.450\$000
58. De 10" x 7/8", uma	400	88900	3.560\$000
59. De 11" x 1", uma	400	118100	4.440\$000
60. De 11" x 1-1/16", uma	300	128000	3.600\$000
61. De 12" x 1-1/8", uma	300	138400	4.020\$000
62. De 13" x 1-3/8", uma	200	208900	4.180\$000
63. De 15" x 1-1/2", uma	400	238700	2.370\$000
64. De 17" x 1-5/8", uma	100	298500	2.950\$000
65. De 17" x 1-3/4", uma	50	338300	1.665\$000
66. De 17" x 1-7/8", uma	50	388500	1.925\$000
67. De 17" x 2", uma	50	458400	2.270\$000
			56.160\$000

A validade deste termo aditivo de contrato depende do seu registro pelo Tribunal de Contas.

Tendo ambos os contratantes manifestado o seu assentimento a este termo, foi ele tomado por termo n. 230 do livro 21º do Registro de Contratos da Comissão Central de Compras, a fls. 580/581, sendo subscrito pelas partes e testemunhas do ato.

Pela Comissão Central de Compras, *Manoel Moreira da Fonseca*, diretor. — Pelo fornecedor, p. p., *Heitor Marques Corrêa*. — Testemunhas: *José Fernandes de Souza* e *Manoel dos Santos Carvalho*. Aprovado, por delegação do Sr. ministro da Fazenda, *Otto Schilling*, presidente.

Procuradoria Geral da Fazenda Pública

Termo de aforamento que assina o Sr. Henrique Lage, conforme processo fichado sob n. 84.941, de 1936.

Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e trinta e oito, na Procuradoria Geral da Fazenda Pública, presente o Sr. Dr. Benedito da Costa, procurador geral, compareceu o Sr. Henrique Lage, brasileiro, proprietário, casado, pelo regime de absoluta separação de bens, residente nesta cidade, e disse que em virtude do despacho de 16 de dezembro de 1927, do Sr. diretor do Domínio da União, aprovado pelo despacho de 7 de janeiro de 1938, do Sr. diretor geral da Fazenda Nacional, ambos exarados no processo fichado no Tesouro Nacional sob n. 84.941, de 1936, de acordo com a letra b do artigo 3º da lei n. 711, de 26 de dezembro de 1900, vinha assinar o presente termo, pelo qual se obriga ao pagamento anual da quarta de cem mil réis, que recolherá aos cofres públicos adiantadamente até 31 de dezembro de cada ano, e a todas as condições e onus impostos nestes casos pelas instruções de 30 de outubro de 1891, e à multa de 20 % sob pena de comiso, pelo aforamento do terreno nacional com a área de seis mil seiscentos e dois metros quadrados e oitenta decímetros, situados à rua Jardim Botânico, ao lado do terreno, já remido, onde está construído o prédio sob números 220 e 300, hoje número 416 — da mesma rua Jardim Botânico — (Gaviao) — e que constitui o lote número quatro (Chácara do Padroão) — desmembrado da Fazenda Nacional — Lagoa Rodrigo de Freitas — Distrito Federal — da propriedade do mesmo foreiro, Sr. Henrique Lage, e bem assim a não vender ou escanhar o referido terreno, sem prévia licença do Tesouro Nacional, ao qual deve e se obriga a declarar o preço da transação, afim de ser cobrado o devido laudêmio de 5 %. O referido terreno está quite de laudêmio e foros e tem as seguintes dimensões: Partindo do ponto A situado no alinhamento da rua Jardim Botânico, na divisa das terras da Cia. de Tecidos Corcovado, antigo lote n. 5 e com o rumo de 12º 20' NW, mede trezentos e oitenta e dois metros até a divisa da área de 328.583m², já aforada ao mesmo foreiro, e com o rumo de 82º 11' NE, fazendo com o alinhamento anterior o ângulo interno de 85º 25', mede dezoito metros e setenta centímetros até a divisa da área remida do mesmo foreiro; e com o rumo de 12º 20' SE, fazendo com o alinhamento anterior o ângulo interno de 91º 31', mede trezentos e cinquenta e oito metros até o alinhamento da rua Jardim Botânico; e com o rumo de 82º 15' NW, fazendo com o alinhamento anterior o ângulo interno de 69º 55', mede pelo alinhamento da rua Jardim Botânico quinze metros; e com o rumo de 17º 50' NW, fazendo com o alinhamento anterior o ângulo interno de 175º 35', mede cinco metros, ainda pelo alinhamento da rua Jardim Botânica, até o ponto de partida, onde faz com o alinhamento inicial o ângulo interno de 113º 30'. Fechando, assim, o polígono com a área de seis mil seiscentos e dois metros quadrados e oitenta decímetros (N. M. 1836). Confronta a) Norte com a área já aforada ao mesmo foreiro; ao Sul com a rua Jardim Botânico; a Leste com a área remida do mesmo foreiro; e a Oeste com terras da Cia. de Tecidos Corcovado, antigo lote 5 e foi havido de Fazenda Nacional pelo citado despacho do Sr. diretor geral da Fazenda de 7 de janeiro de 1938, e de acordo com a autorização contida no art. 3º, letra "b", da lei 711, de 26 de dezembro de 1900, citada. O presente termo só entrará em vigor depois de devidamente aprovado pelo Tribunal de Contas, não se responsabilizando o Governo por indenização de espécie alguma si aquele Instituto denegar o registro. É pelo Sr. Dr. Procurador Geral foi dito que, em nome e por parte da Fazenda Nacional da República dos Estados Unidos do Brasil e por ela autorizado, aceitava o presente termo e as obrigações que nele se contêm, mandando, para constar, lavrar este, que, sendo lido e achado conforme, assina com o Sr. Henrique Lage, foreiro responsável, e duas testemunhas. Paga de selo proporcional sobre a importância de vinte anos de foros — seis mil réis e dozentos réis de contribuição para o fundo de Educação e Saúde. Eu, Benedito Francisco Loureiro, escriturário da classe "G" do quadro III — Recebedoria Federais, do Ministério da Fazenda, — servindo em comissão, no Tesouro Nacional, com exercício na Procuradoria Geral da Fazenda Pública, o escrevi. Sobre estampilhas federais na importância de 6\$000 e uma da taxa de \$200 de contribuição para o fundo de Saúde e Educação, lê-se: Rio, 18 de agosto de 1938. (a) Benedito da Costa, Procurador Geral. — O termo do qual é extraído a presente cópia contém mais as seguintes assinaturas: Henrique Lage — foreiro responsável e Luiz Hontán de Iparraguirre e Orlando Vieira da Costa, duas testemunhas — Conferi. Em três folhas datilografadas. Procuradoria Geral da Fazenda Pública, em 19-VIII-1938. — *Rogério Pereira Coêlho*, Of. Ad.

Procuradoria Geral da Fazenda Pública

Termo de aforamento que assina o Sr. Henrique Lage, conforme processo sob n. 84.944, de 1936

Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e trinta e oito, na Procuradoria Geral da Fazenda Pública, presente o Sr. Dr. Benedito da Costa, procurador geral, compareceu o Sr. Henrique Lage, brasileiro, proprietário, casado pelo regime de absoluta separação de bens, residente nesta cidade, e disse que, em virtude do despacho de 16 de dezembro de 1937, do Sr. diretor do Domínio da União, aprovado pelo despacho de 7 de janeiro de 1938, do Sr. diretor geral da Fazenda Nacional, ambos exarados no processo fichado no Tesouro Nacional sob o n. 84.944, de 1936, de acordo com a letra b do artigo 3º da lei n. 741, de 26 de dezembro de 1900, vinha assinar o presente termo, pelo qual se obriga ao pagamento anual da quantia de um conto e duzentos mil réis, que recolherá aos cofres públicos adiantadamente até 31 de dezembro de cada ano, e a todas as condições e onus impostos nesses casos pelas instruções de 30 de outubro de 1891, e a multa de 20 % sob pena de comissão, pelo aforamento do terreno nacional com a área de trezentos vinte e oito mil quinhentos e oitenta e cinco metros quadrados e trinta e oito decímetros, situado na base do Corcovado, nos fundos do terreno, já remido, onde está construído o prédio sob os números 220 e 300 da rua Jardim Botânico, Gávea, e que constituíam o lote n. 4 (Chacara do Padeiro), desmembrado da Fazenda Nacional — Lagoa Rodrigo de Freitas — Distrito Federal, e bem assim a não vender ou escanhar o referido terreno, sem prévia licença do Tesouro Nacional, ao qual deve e se obriga a declarar o preço da transação, afim de ser cobrado o devido laudêmio de 5 por cento. O referido terreno está quite do laudêmio e foros e tem as seguintes dimensões: Partindo do ponto A, sobre a divisa do antigo lote n. 5, na distância de trezentos cinquenta e dois metros do alinhamento da rua Jardim Botânico, e com o rumo de 12° 20' NW, mede quatrocentos quarenta e um metros e sessenta centímetros até o ponto B (marco) e com o rumo de 23° 33' NE, fazendo com o alinhamento anterior o ângulo interno de 129° 07', mede duzentos sessenta e dois metros até o ponto C, e com o rumo de 73° 55' SE, fazendo com o alinhamento anterior o ângulo interno de 102° 28', mede quinhentos e quarenta e um metros e quarenta centímetros até o ponto D (marco); e com o rumo de 2° 33' SW, fazendo com o alinhamento anterior o ângulo interno de 103° 29', mede quatrocentos quarenta metros e trinta centímetros até o ponto E (marco) e com o rumo de 82° 41' SW, fazendo com o alinhamento anterior o ângulo interno de 169° 25', mede quinhentos trinta e seis metros e setenta centímetros até o ponto inicial da divisa das terras da Comp. Tecidos Corcovado — antigo lote n. 5, fazendo com esta divisa o ângulo interno de 94° 31', fechando, assim, o polígono com a área de trezentos vinte e oito mil quinhentos oitenta e cinco metros quadrados e trinta e oito decímetros (N. M. 1936). Confronta ao Norte com o Corcovado; ao Sul com a área da mesma chacara, já remida; a Leste com as terras da antiga chacara n. 3; e a Oeste com as terras da antiga chacara n. 5, da Comp. de Tecidos Corcovado, e foi havido da Fazenda Nacional pelo citado despacho do Sr. diretor geral da F. Nacional, de 7 de janeiro de 1938, e de acordo com a autorização contida no artigo 3º, letra b, da lei 741, de 26 de dezembro de 1900, citada. O presente termo só entrará em vigor depois de devidamente registrado pelo Tribunal de Contas, não se responsabilizando o Governo por indenização de espécie alguma si aquele Instituto denegar o registro. E pelo senhor doutor procurador geral foi dito que, em nome e por parte da Fazenda Nacional da República dos Estados Unidos do Brasil e por ela autorizado, aceitava o presente termo e as obrigações que nele se contém, mandando, para constar, lavrar este, que, sendo lido e achado conforme, assina com o senhor Henrique Lage, terceiro responsável e duas testemunhas. Paga de selo proporcional sobre a importância de vinte anos de foros — setenta e dois mil réis e duzentos mil réis de contribuição para o fundo de saúde e educação. E eu, Benedito Francisco Loureiro, escrivão da classe "C" do quadro III — Recebedorias Federais — do Ministério da Fazenda, servindo, em comissão, no Tesouro Nacional, com exercício na Procuradoria Geral da Fazenda Pública, o escrevi. Sobre estampilhas federais na importância de 725000 e uma taxa de 8200 de contribuição para o fundo de Saúde e Educação, lê-se: Rio, 18 de agosto de 1938. — Benedito da Costa, procurador geral. O termo do qual é extraída a presente cópia contém mais as seguintes assinaturas: Henrique Lage, terceiro responsável e Luiz Antônio de Inarraguirre, Orlando Vieira da Costa, duas testemunhas. Confere. Em três folhas datilografadas. Procuradoria Geral da Fazenda Pública, em 19 de agosto de 1938. — Rozia Pereira Filho, of. ad.

(C-5.973—20-8-1938—1024000)

PARTE COMERCIAL

Câmara Sindical dos Corretores da Bolsa de Fundos Públicos do Rio de Janeiro — Curso de Câmbio e Moeda Metálica

Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1938

Preços

	A vista	Oficial	Livre
Londres	—	—	863327
Paris	—	—	—
Itália	—	—	8933

Alemanha:

Reichsmark	74130
Reisemark	44058
Verrechnungsmark	54930
Unterstützungsmark	44058
Portugal	8823

Bélgica:

Papel	—
Ouro	28991
Espanha	—
Suíça	44070
Suécia	—
Noruega	—
Dinamarca	38900
Tcheco-Slováquia	8620
Nova-York	178683
Montevideo	78609
Buenos Aires (pêso-papel)	48728
Holanda	98710
Japão	55113
Rumânia	—
Canadá	178679
Austria	—
Chile	—

Moedas

Libra	1005778
Dollar	298167
Franco	8574
Franco-suíço	48700
Escudo	8063
Pêso-argentino	58239
Pêso-uruguiano	88400
Reichsmark	58500
Lira	8911
Peseta	18600
Zloty	38700

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1938. — Juvenal de Queiroz Viçeira, síndico.

Cotações oficiais de títulos

Apólices da União:

Uniformizadas de 1:000\$, 5 %	796\$000
Diversas emissões de 1:000\$, 5 % nom.	796\$000
Diversas emissões de 1:000\$, 5 % port.	801\$000
Reajustamento econômico de 500\$, 5 % port.	370\$000
Reajustamento econômico de 1:000\$, 5 % port.	765\$000

Obrigações da União:

Tesouro Nacional de 700\$ 7 % (1930)	512\$000
Tesouro Nacional de 1:000\$, 7 % (1930)	1:010\$000

Apólices Municipais:

Empréstimo de 1903, port.	155\$000
Empréstimo de 1914, port.	156\$000
Empréstimo municipal de 7 %, port. (decreto 1.585)	177\$000
Empréstimo de 1931, port.	168\$000

Apólices municipais dos Estados:

Prof. de Porto Alegre de 500\$, 3 1/2 %, port.	30\$000
--	---------

Apólices Estaduais:

Minas Gerais de 1:000\$, 5 %, nom.	565\$000
Minas Gerais de 1:000\$, 7 %, port. (9.716)	732\$000
Minas Gerais de 200\$, 5 %, port. (1ª série)	145\$000
Minas Gerais de 200\$, 9 %, port. (2ª série)	178\$500
Minas Gerais de 200\$, 7 %, port. (3ª série)	184\$500
Perambuco de 100\$, 5 %, port.	88\$500
São Paulo de 200\$, 5 %, port.	192\$700
São Paulo de 1:000\$, 8 %, port. (uniformizadas)	981\$000

Ações de Bancos:

Português do Brasil, port.	150\$000
Comércio	220\$000

Ações de companhias:

Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo	102\$000
--	----------

Debentures

Companhia Docas de Santos	139\$000
Sociedade Propagadora das Belas Artes	204\$000

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1938. — Juvenal de Queiroz Viçeira, síndico.

RENDAS PUBLICAS

Recebedoria do Distrito Federal

Comparação da renda
Geral Exclusive
depósitos

Arrecadada de 1 a 19 de agosto de 1938	22.384:822\$800	21.815:990\$500
Em 20 de agosto de 1938.....	3.268:851\$300	3.258:476\$200
Total	25.653:674\$100	25.074:466\$700
Em igual período de 1937.....	18.843:598\$300	18.292:641\$900
Diferença para mais em 1938..	6.810:075\$800	6.781:824\$800
Arrecadada de 2 de janeiro a 20 de agosto de 1938.....	289.048:386\$100	284.790:122\$300
Em igual período de 1937.....	217.101:579\$500	211.022:310\$200
Diferença para mais em 1938..	71.946:806\$600	72.767:812\$100

Recebedoria Federal em São Paulo

BOLETIM N. 16

COMPARAÇÃO DA ARRECADAÇÃO GERAL

Arrecadada de 1 a 16 de agosto de 1938.....	15.127:931\$300
Em 17 de agosto de 1938.....	1.310:156\$800
Total	16.437:188\$100
Em igual período de 1937.....	12.061:153\$700
Diferença para mais em 1938.....	4.376:034\$400
Arrecadada de 3 de janeiro a 17 de agosto de 1938	187.367:816\$600
Em igual período de 1937.....	159.234:361\$400
Diferença para mais em 1938.....	28.113:455\$200

COMPARAÇÃO DA RENDA EXCLUSIVE DEPÓSITOS

Arrecadada de 1 a 16 de agosto de 1938.....	14.968:978\$800
Em 17 de agosto de 1938.....	1.304:749\$700
Total	16.273:728\$500
Em igual período de 1937.....	11.977:308\$800
Diferença para mais em 1938.....	4.296:419\$700

Recebedoria Federal em São Paulo

BOLETIM N. 17

COMPARAÇÃO DA ARRECADAÇÃO GERAL

Arrecadada de 1 a 17 de agosto de 1938.....	16.437:188\$100
Em 18 de agosto de 1938.....	775:791\$900
Total	17.212:980\$000
Em igual período de 1937.....	12.708:359\$000
Diferença para mais em 1938.....	4.504:621\$000
Arrecadada de 3 de janeiro a 18 de agosto de 1938	188.143:608\$500
Em igual período de 1937.....	159.901:566\$700
Diferença para mais em 1938.....	28.242:041\$800

COMPARAÇÃO DA RENDA EXCLUSIVE DEPÓSITOS

Arrecadada de 1 a 17 de agosto de 1938.....	16.273:728\$500
Em 18 de agosto de 1938.....	763:618\$900
Total	17.037:347\$400
Em igual período de 1937.....	12.620:282\$600
Diferença para mais em 1938.....	4.417:064\$800

Alfândega do Rio de Janeiro

RECEITA ARRECADADA

Datas	Receita do dia:	Importâncias em papel
19 de agosto de 1938.....		1.029:672\$500
13 de agosto de 1937.....		1.658:385\$400
Receita mensal:		
De 1 de agosto a 19 de agosto de 1938.....		31.651:987\$200
De 1 de agosto a 19 de agosto de 1937.....		29.371:474\$600
Diferença da receita arrecadada para mais em 1938		2.280:512\$600
Receita global:		
De 3 de janeiro a 19 de agosto de 1938.....		313.303:777\$300
De 3 de janeiro a 19 de agosto de 1937.....		302.023:450\$200
Diferença da receita arrecadada para mais em 1938		11.280:327\$100

EDITAIS E AVISOS

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

Polícia Civil do Distrito Federal

INSPETORIA DO TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL

Pelo presente edital ficam notificados a comparecer nesta Inspetoria, dentro do prazo de 48 horas, para responder por infrações do Regulamento do Trânsito, os proprietários ou condutores de veículos abaixo discriminados:

Matrícula indistinta art. 366.

Omnibus:

José Correia Lopes & Comp, n. 162.462 — Art. 248 L.
Aragão & Alves, n. 212 — Arts. 248 L e 248 C.
Dilermando Ávila da Cunha, n. 337 — Arts. 248 L e 248 C.
Sociedade Cooperativa dos Chauffeurs, n. 339 — Art. 81.

Carga:

Antônio Rodrigues, n. 3.151 — Arts. 252 e 248.
Pedro Antônio Ibrahim, n. 8.199 — Arts. 144 e 248 L.
Salvador de Freitas, n. 9.613 — Art. 143.
Del Pan Ltda., n. 11.127 — Art. 252.

Passeio:

Cesar Giorgi n. 46 — Art. 102.
René Mostardeiro, n. 1.777 — Art. 102.
José Maria, n. 2.866 — Art. 248 L.
Alvaro Ferreira Guimarães, n. 3.145 — Art. 102.
José Penalba Santos, n. 3.444 — Art. 102.
Manuel Lourenço de Oliveira, n. 3.860 — Art. 248 L.
David Sousa Brito Kaufman, n. 3.972 — Art. 102.
Francisco Laginestra, n. 4.467 — Art. 82.
José de Melo Viana, n. 4.903 — Art. 100.
Oscar Maria Limon, n. 5.300 — Art. 248 L.
Antônio Soares, n. 5.323 — Art. 82.
Carlos Pires de Melo, n. 6.555 — Art. 248 L.
Augusto Rasier Lima, n. 6.688 — Art. 102.
Otávio da Nóbrega Frias, n. 8.674 — Art. 81.
Antônio Alves Ferreira, n. 9.365 — Art. 248 L.
Mário de Almeida, n. 10.277 — Art. 102.
Pedro Jobim Filho, n. 10.357 — Art. 248 L.
Dabney Nobre Freire, n. 10.432 — Art. 248 L.
Germano Ribeiro, n. 10.744 — Art. 248-L.
José de Carvalho Vila, n. 11.122 — Arts. 102 e 25.
Alberto Borges, n. 11.549 — Art. 102.
José Rodriguez de Matos Machado, n. 11.792 — Art. 102.
Raul Lopes, n. 13.003 — Art. 242-C.
Pedro dos Santos, n. 13.200 — Art. 102.
José Moutinho dos Reis, n. 13.236 — Art. 248-L.
Francisco Fernandes Abranches, n. 13.630 — Art. 102.
Adelino de Araújo, n. 14.930 — Art. 248-L.
José da Costa, n. 15.702 — Art. 248-L.
Luiz Paulino, n. 15.712 — Art. 102.
Ricardo iDetrich, n. 17.187 — Art. 248-E.
Antônio Paciello, n. 17.450 — Art. 102.
Osvaldo Rocha Pacheco, n. 17.769 — Art. 102.
Leopoldo Serad, n. 18.198 — Art. 248-L.
Mário Bellio, n. 18.891 — Art. 102.
Diogo Moreira, n. 19.384 — Art. 248-L.

Clito Barbosa Bokel, n. 19.604 — Art. 81.
 António Francisco de Castro, n. 19.881 — Art. 257.
 Mário Caetano, n. 20.098 — Art. 143.
 Samuel Reich, n. 20.495 — Art. 81.
 Juvenal José da Silva, n. 21.553 — Art. 102.
 José Batista Santos Júnior, n. 22.6922 — Art. 102.
 João Caetano de Freitas, n. 22.873 — Art. 248-L.
 Mário Cata Preta, n. 22.894 — Art. 102.
 Germino Correia Lima, n. 23.207 — Art. 248-L.
 Júlio Enoing, n. 23.512 — Art. 102.
 António Manuel de Matos Vieira Filho, n. 23.961 — Art. 102.
 Primo Fortunato Brigatto, n. 24.054 — Art. 102.
 Ari José Ferreira, n. 24.608 — Art. 102.
 Arnon de Melo, n. 24.771 — Art. 248 L.
 Jaime Augusto Loureiro, n. 24.872 — Art. 102.
 Hugo Meira Lima, n. 25.000 — Art. 102.
 Mário Leite de Carvalho, n. 25.054 — Art. 248 L.
 António Dantas de Oliveira, n. 25.737 — Art. 102.
 Ivo Pereira Ramos, n. 25.903 — Arts. 248 L e 81.
 Manuel Gonzalez Meirino, n. 26.038 — Art. 85.
 Waldeck Pinto, n. 26.720 — Art. 102.

Nota — A falta de pagamento das multas importa na apreensão dos documentos do veículo ou de seu condutor, de acordo com o previsto no art. 382 do regulamento em vigor.

Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1938. — O inspetor, *Fausto Barreto da Camara Durão*.

Polícia do Distrito Federal

INSPETORIA DO TRAFEGO DO DISTRITO FEDERAL

Matricula indistinta — Artigo 366 :

Autos ônibus :

M. P. Salgado, ns. 288, 356 e 775 — Art. 248 L e 102.
 José Correia Lopes & Comp., ns. 209, 237 e 462 — Art. 248 L.
 João Ferreira & Martins, ns. 860 — Art. 248 L.

Autos de carga :

José Rodrigues, n. 344 — Art. 242 C.
 Otávio Henrique da Mota, n. 5.238 — Arts. 102 e 257.
 João de Sousa, n. 6.980 — Art. 81.
 Agostinho de Almeida Scabra, n. 7.771 — Art. 143.
 António Gonçalves, n. 8.912 — Art. 102.
 Joaquim de Almeida, n. 9.179 — Art. 248 L.

Autos de passeio :

Francisco de Menezes Julien, n. 140 — Art. 102.
 Osmundo Pimentel Filho, n. 925 — Art. 102.
 José Furtado de Mendonça, n. 2.118 — Art. 248 L.
 Milton Dantas de Menezes, n. 2.865 — Art. 248 L.
 José Batista Benilho, n. 3.097 — Art. 83 parágrafo único, 79.
 Atilio Della Vidova, n. 3.758 — Art. 83 Parágrafo único, 79.
 Manuel Pereira, n. 5.280 — Art. 102.
 Júlio Ghokiere, n. 5.61 — Art. 83 parágrafo único, 79.
 Eduardo Monteiro de Sousa, n. 7.060 — Art. 102.
 José Cesar Magalhães Primo, n. 7.715 — Art. 102.
 António Correia Neves, n. 10.105 — Art. 248 L.
 António Gonçalves Valério, n. 10.388 — Art. 248 L.
 Laurindo da Silva Quaresma, n. 10.456 — Art. 102.
 Anibal dos Santos, n. 10.853 — Art. 79.
 Salvador Nunes Durão, n. 11.455 — Art. 81.
 Albino Custódio Ferreira Filho, n. 13.517 — Art. 79.
 Luiz Nunes Figueiras, n. 13.633 — Art. 248 L.
 Moacir Machado Cabral Velho, n. 13.837 — Art. 102.
 Domingos de Sousa, n. 14.379 — Art. 81.
 Adelino Dias Miranda, n. 15.245 — Art. 248 L.
 José António Fernandes, n. 15.797 — Art. 81.
 Jocelino Sebastião Pereira, n. 16.083 — Art. 81.
 Joaquim Ferreira, n. 16.693 — Arts. 252 e 98.
 Renato Pacheco Fortuna, n. 17.596 — Art. 102.
 Napoleão da Silva Barbosa, n. 17.829 — Art. 98.
 Diogo Moreira, n. 19.364 — Arts. 102, 257, 248 L.
 José Begossi, n. 19.670 — Art. 102.
 Mauro de Andrade Magalhães, n. 20.104 — Art. 248 L.
 Juvenal Ribeiro, n. 21.278 — Art. 81.
 Marcos João Reginato, n. 21.647 — Art. 79.
 Alberto Esteves, n. 22.016 — Art. 79.
 José Vitor da Cunha, n. 22.600 — Art. 83 parágrafo único, 79.

Joaquim Pereira dos Santos, n. 22.832 — Art. 81.
 Anibal Machado, n. 23.163 — Art. 102.
 Jaime de Carvalho, n. 23.310 — Art. 257.
 João José Buarque Lima, n. 23.344 — Art. 248 L.
 Danton Custódio Nunes, n. 23.377 — Art. 81.
 Arnaldo Tavares Campos, n. 24.475 — Art. 248 L.
 Oto de Figueiredo Barbosa, n. 24.648 — Art. 102.
 Azarias Martins Villela, n. 25.690 — Art. 102.
 José Augusto de Oliveira, n. 26.300 — Art. 102.

José da Silva Andrade, n. 26.329 — Art. 218 L.

José da Silva, n. 26.575 — Art. 81.

Júlio Castro Bastos, n. 27.259 — Art. 248 E.

Nota — A falta de pagamento das multas, importa na apreensão dos documentos do veículo ou de seu condutor de acordo com o previsto no artigo n. 382, do regulamento em vigor.

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1938. — O inspetor, *Fausto Barreto da Camara Durão*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Inspetoria dos Centros de Saúde

De acordo com o art. 1.091 do Regulamento Sanitário vigente, fica pelo presente edital a Sra. Altair Correia da Camara Cantuária Guimarães, responsável pelo prédio n. 30 da rua Rodrigo de Brito, n. 38 (ou seu representante legal), convidada a comparecer na sede do Centro de Saúde n. 1, á rua General Severiano n. 91, das 11 ás 16 horas, dentro de cinco dias a contar da data da primeira publicação deste, afim de tomar ciência do 2º termo de intimação número 44.519 e do auto de multa n. 120.

Inspetoria dos Centros de Saúde, em 16 de agosto de 1938. — *Celso Cicero Gonçalves*, escriturário.

Serviço de Águas e Esgotos do Distrito Federal

Chama-se a atenção dos interessados para os editais publicados:

- a) no "Diário Oficial" de 16 do corrente, á página 16.451;
- b) no "Diário Oficial" de 17 do corrente, á página 16.522;
- c) no "Diário Oficial" de 18 do corrente, á página 16.603.

Serviço de Obras

CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA PEQUENOS SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO NO HOSPITAL COLÔNIA DE CURUPAITÍ, EM JACARÉPAGUÁ

1 — De ordem do Sr. ministro, no processo n. 109/38, do Serviço de Obras, faço público, e dou ciência aos interessados que fica aberta, nesta data, a concorrência para pequenos serviços de conservação no Hospital Colônia de Curupaití, em Jacarépaguá, de conformidade com as leis em vigor e principalmente de acordo com o Título VII do Regulamento Geral de Contabilidade Pública.

2 — Para inscrever-se na concorrência deve a firma pretendente requerer ao superintendente de Obras, até á véspera da concorrência, exibindo os seguintes documentos:

- a) recibos de quitação de todos os impostos devidos, municipais e federais, inclusive o imposto sobre a Renda;
- b) certidão relativa ao decreto n. 20.291, de 12 de agosto de 1931 e ao decreto n. 23.569, de 11 de dezembro de 1933;
- c) documentos comprobatórios da capacidade técnica da firma;
- d) recibo provando ter efetuado o depósito de 500\$000 (quinhentos mil réis) em dinheiro ou em apólices da Dívida Pública, para garantir a apresentação de proposta na concorrência cuja guia para depositar no Tesouro Nacional ou na Caixa Econômica, será passada até á véspera da realização da concorrência. Esta caução só será retirada pela firma contratante e pelos demais concorrentes após a lavratura do contrato;
- e) o contrato social, devidamente legalizado.

§ — Os candidatos serão considerados inscritos quando assinarem de próprio punho ou do representante legalmente habilitado, em livro competente existente no Serviço de Obras.

3 — No dia 5 de setembro próximo futuro, os concorrentes julgados idôneos e por isso inscritos, apresentarão no gabinete do superintendente de Obras, á Avenida Rio Branco ns. 219/39, 4º andar, suas propostas que serão recebidas até ás 13 horas, pela comissão que julgar a concorrência e que será presidida pelo superintendente de Obras.

I — As propostas serão apresentadas em quatro vias, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, deverão declarar que o proponente se submete inteiramente a todas as condições deste edital, contendo ainda: o preço global, por extenso e em algarismos; o prazo, em dias consecutivos, para terminação da obra; a assinatura do proponente e a data sendo a primeira via estampilhada de acordo com a lei.

II — As propostas serão entregues em invólucros fechados e lacrados, que deverão conter também todos os desenhos fornecidos pelo Serviço de Obras, rubricados fôlha a fôlha, pelo concorrente.

III — Abertos os invólucros, cada concorrente presente rubricará as propostas dos demais, lavrando-se a seguir uma ata em que serão mencionados os nomes dos proponentes com os respectivos preços, a classificação provisória dos mesmos e outras ocorrências que interessarem ao julgamento da licitação.

IV — Nenhuma proposta será aceita desde que exceda a quantia de 29:900\$000 (vinte e nove contos e novecentos mil réis).

4 — Antes de qualquer decisão superior, as propostas recebidas serão publicadas integralmente no *Diário Oficial*, para conhecimento dos interessados.

8 — No ato de assinar o contrato, o concorrente adjudicado apresentará o recibo do Tesouro Nacional ou da Caixa Econômica, provando ter feito o depósito equivalente a 5 % sobre a proposta aceita, depósito que poderá ser realizado em moeda corrente ou em apólices da dívida pública ao portador.

I — O depósito que trata o presente artigo responde como garantia da execução das obras e só poderá ser retirado pelo contratante empreiteiro, depois de haver sido cumprido integralmente o respectivo contrato.

II — Si dentro de cinco dias úteis, contados da data da publicação do julgamento da concorrência, não comparecer ao Serviço de Obras, o proponente escolhido, para assinar o contrato, perderá a favor da Fazenda Nacional a caução de que trata a letra d do artigo 2º. A juízo do Sr. ministro, serão convidados a assinar o contrato sucessivamente os demais proponentes, na ordem em que tiverem sido classificados, ficando os mesmos sujeitos às penalidades previstas para o primeiro.

6 — O contratante empreiteiro ficará sujeito à multa de cem mil réis (100\$000) por dia que exceder o prazo estipulado na sua proposta para terminação da obra.

Parágrafo — Quando o excesso for de 30 dias, o contrato será rescindido administrativamente, independente de ação ou interposição judicial, perdendo a firma contratante a caução de que trata o art. 5º e sua idoneidade para contratar com o governo será cassada, sendo as obras concluídas pelo Serviço de Obras.

7 — O pagamento será efetuado em uma só prestação, a juízo da fiscalização, sendo a última após a aceitação do Serviço.

Parágrafo — A despesa correrá por conta da verba 2 — Material — III — Diversas despesas — Sub-consignação 21 — Ligeiros reparos nos edifícios, etc., n. 21, letra b. do orçamento vigente.

8 — Todas as penalidades estabelecidas neste edital serão impostas administrativamente pelo Sr. ministro, por proposta do superintendente de obras, independentemente de ação ou interposição judicial, não cabendo ao contratante empreiteiro direito a indenização de espécie alguma.

9 — Ao superintendente de obras caberá resolver as dúvidas porventura existentes no contrato.

Parágrafo — A firma contratante poderá formular por escrito e dentro do prazo de 48 horas, as suas reclamações sobre qualquer decisão proferida, as quais serão encaminhadas ao Sr. ministro para resolver.

10 — No Serviço de Obras serão atendidos, diariamente, das 14 às 18 horas, os candidatos que desejarem esclarecimentos sobre a presente concorrência.

11 — Ficam fazendo parte integrante deste edital as especificações a seguir publicadas.

Serviço de Obras do Ministério da Educação e Saúde, em 18 de agosto de 1938. — Ed. Sousa Aguiar, superintendente.

Especificações para pequenos serviços de conservação no Hospital Colônia de Curupaiti

Os serviços a fazer compreendem:

1º — Enfermarias-isolamento:

a) Tecelagem de bandeiras e janelas;

b) forrar com frisos de peroba rosa a enfermaria, inclusive encanamento;

c) azulejar as paredes até a altura de 1,50;

d) concerto de emboços e rebocos;

e) pintura do forro e paredes.

2º — Banheiro:

a) Substituição do ladrilho do piso;

b) azulejar as paredes até 1,50;

c) pintura.

3º — Casa da fossa depuradora:

a) Telagem dos caixilhos;

b) concerto de caixilhos;

c) pintura.

4º — Concerto da tabulação da caldeira da lavanderia.

5º — Cozinha da administração:

a) Abertura de vãos no forro e telhado para ventilação;

b) pintura.

Nota:

Todos os trabalhos a serem executados e os materiais a serem empregados devem satisfazer as Especificações Técnicas do Serviço de Obras.

Em 30 de junho de 1938. — Mario de Carvalho, chefe da Seção Técnica.

Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina

De acordo com o artigo 19 do decreto n. 13.064, de 12 de junho de 1918 e as "Instruções" aprovadas pelo Sr. ministro da Educação e Saúde, por portaria de 4 de novembro de 1936 e publicadas no *Diário Oficial* de 27 do mesmo mês, faço público achar-se aberta, pelo prazo de sessenta (60) dias, a contar desta data, a inscrição no concurso de títulos e provas para provimento do cargo de coadjuvante de ensino de 3ª classe no curso de desenho da Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina.

Ao se inscrever, cada um dos candidatos provará, com documentos hábeis:

a) ser brasileiro nato ou naturalizado;

b) ser maior de 18 anos de idade e contar no máximo 40, exceto quando se tratar de pessoa que já venha exercendo cargo público federal, como docente na matéria em concurso;

c) não sofrer de moléstia infecto-contagiosa nem ter nenhum defeito físico ou orgânico que o inhabilite para o integral exercício do cargo, consoante atestados firmados por dois médicos;

d) estar quite com o serviço militar;

e) ter conduta irrepreensível atestada pelas autoridades policiais dos domicílios atual e anterior, nos dois anos precedentes, juntando, ainda, folha corrida expedida pela Polícia do Estado.

Consideram-se títulos para efeito do concurso:

a) diploma da Escola Normal de Artes e Ofícios Venceslau Braz;

b) qualquer trabalho inédito ou publicado concernente ao cargo em concurso;

c) diploma de professor expedido por estabelecimentos oficiais ou a eles equiparados;

d) certificado de conclusão de curso em Escolas de Aprendizes Artífices;

e) certidão de curso de operários especializados;

f) certificado de curso secundário;

g) atestados reconhecidamente idôneos, de serviços prestados em oficinas.

Os candidatos juntarão ao requerimento de inscrição um ou mais dos títulos mencionados acima, que possuírem.

Sem juntada de, pelo menos, um título, terão indeferido o respectivo pedido de inscrição.

O concurso de provas constará de quatro partes: escrita, oral, gráfica e prática, assim discriminadas:

Provas escritas e orais de português, aritmética, álgebra, geometria, trigonometria e instrução moral e cívica;

Provas escritas de física, química, história natural e metodologia do ensino de desenho;

Prova prática de trabalhos manuais;

Prova gráfica de desenho;

Prova oral de docência que constará de uma preleção sobre desenho ou trabalhos manuais.

O candidato que obtiver média igual ou inferior a sessenta em qualquer prova será imediatamente considerado inhabilitado e impedido de prosseguir no concurso.

O candidato que obtiver, no concurso, média final inferior a setenta será considerado inhabilitado.

O concurso será válido por um ano, findo o qual os candidatos não aproveitados nesse período perderão qualquer direito até então vigente.

O candidato inhabilitado somente um ano depois poderá ser admitido a novo concurso.

Outros esclarecimentos serão prestados pela Secretaria da Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina na cidade de Florianópolis, ou pela Divisão de Ensino Industrial do Departamento Nacional de Educação no Rio de Janeiro.

Florianópolis, 17 de agosto de 1938. — Manoel Gonçalves, no impedimento do diretor.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Diretoria do Domínio da União

EDITAL N. 7 A

De ordem do Sr. diretor, faço público para conhecimento dos interessados, que o Sr. Guilherme Muller, requereu o aforamento do lote de terreno n. 1 da rua Miranda Rego com a área de 26.482m²82, na Fazenda Nacional de Santa Cruz. — Arnaldo Fé Pinto, escrivão.

(C 4.449 — 7-6-38 — 247\$900 — 29 vezes)

Comissão Central de Compras

Chama-se a atenção dos interessados para o edital publicado no *Diário Oficial* de 18 do corrente, à página 16.609.

Comissão Central de Compras

Ref.: — Edital de concorrência pública para fornecimento de Dormentes, à E. F. C. B., publicado no *Diário Oficial* de 10 do corrente.

A Comissão Central de Compras do Governo Federal, em aditamento ao edital 904.730, publicado no *Diário Oficial* n. 183, de 10 do corrente, à página 15.932, leva ao conhecimento dos interessados que, na cláusula 4ª, bitola larga, em vez de ser 2m,85 x 0m,20 x 0m,15 deverá ser 2m,85 x 0m,20 x 0m,14. As quantidades de dormentes a serem fornecidas para a bitola estreita e bitola larga serão as seguintes: 220.000 e 210.000 respectivamente, e não conforme consta no edital.

Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1938. — Pela Comissão Central de Compras, A. de Faria Filho, diretor.

Alfândega do Rio de Janeiro**COM PRAZO DE 30 DIAS**

De ordem do Senhor inspetor, convido os donos ou interessados de 5 camisas de tricoline de seda em cores, apreendidas em serviço de fiscalização no dia 30 de junho de 1938, no Posto Fiscal 1/2 do Cais do Porto, apreensão n. 89 — Processo n. 27.272, 1938; 2 cartões com 20 maços de cigarros "Camel", apreendidos no Posto Fiscal 7/8, do Cais do Porto, no dia 4 de julho último, em serviço de fiscalização, apreensão n. 90 — Processo n. 27.321/38; 12 gravatas apreendidas a bordo do vapor italiano "Oceânia", no dia 11 de julho último, em serviço de fiscalização, apreensão n. 91 — Processo n. 28.546/38; uma capa e tres lenços de seda apreendidos a bordo do vapor nacional "Alegrete", no dia 11 de julho último, em serviço de fiscalização, apreensão n. 92 — Processo n. 28.547/38; 2 cortes de casemira apreendidos em frente ao armazem 4 do Cais do Porto, no dia 13 de julho findo, em serviço de fiscalização, apreensão n. 93 — Processo n. 28.966/38; 2 cortes de casemira apreendidos a bordo do vapor "Navasota", no dia 13 de julho findo, apreensão n. 94 — Processo n. 28.967/38; 6 dúzias de meadas de linha marca "Clark", apreendidas no pátio dos armazens 4/5/6, no dia 13 de julho último, apreensão n. 95 — Processo n. 28.968/38; 4 cortes de casemira, apreendidos em frente ao armazem n. 2 do Cais do Porto, no dia 13 de julho findo, apreensão n. 96 — Processo número 28.969/38; 10 caixas com 1.000 laminas tipo "Gilete", da marca "Mariposa" e 18 pares de meias de seda para homem, apreendidas no Posto Fiscal n. 1/2, no dia 5 do mês de agosto corrente, em serviço de fiscalização, apreensão n. 97 — Processo n. 33.240/38; 3 camisas e 2 cortes de tecido de seda, apreendidos no Posto Fiscal 5/6 do Cais do Porto, no dia 10 de agosto de 1938, em serviço de fiscalização, apreensão n. 98 — Processo n. 33.241/38, a virem alegar o que entenderem a bem dos seus direitos dentro do prazo de 30 dias úteis, a contar da publicação deste, sob pena de revelia.

Secretaria, 19 de agosto de 1938. — *João Alves de Moura*, es. privão.

Alfândega do Rio de Janeiro**COM PRAZO DE 60 DIAS**

De ordem do Senhor inspetor e sob pena de cobrança executiva, fica intimado o comandante do vapor nacional "Carioca", quando de sua entrada neste porto em 12 de julho de 1938, a recolher aos cofres desta Alfândega, no prazo de 60 dias, contados da publicação deste, a importância de 176\$800, conforme foi resolvido no processo n. 30.148, de 1938.

Secretaria da Alfândega do Rio de Janeiro, em 19 do mês de agosto de 1938. — *Armando Guedes de Mello*, oficial administrativo letra K.

Alfândega do Rio de Janeiro

Pela Inspetoria desta Alfândega se faz público, para conhecimento dos interessados, que foram descarregados para esta repartição os volumes abaixo mencionados, com sinais de avaria e de falta devendo seus donos ou consignatários apresentar-se, no prazo de 15 dias, para providenciarem a respeito.

Armazem interno n. 17 — Hiate "Luiz", atracado em 10 de agosto de 1938:

- 1 jacá sem marca, sem número, pesando 73 quilos, avariado.
- 1 dito, idem, idem, pesando 74 quilos, avariado.
- 1 dito, idem, idem, pesando 73 quilos, avariado.
- 1 caixa idem, idem, pesando 73 quilos, repregada.
- 1 jacá, IDEAL, idem, pesando 70 quilos, avariado.
- 1 dito, idem, idem, pesando 63 quilos, avariado.
- 1 dito, idem, idem, pesando 57 quilos, avariado.
- 1 dito, V.M., idem, pesando 69 quilos, avariado.
- 2 sacos, FGCL, idem, pesando 58 e 60 quilos, rotos.
- 2 ditos, idem, idem, pesando 57 e 60 quilos, rotos.
- 2 quilos, idem, idem, pesando 60 e 60 quilos, rotos.
- 2 ditos, idem, idem, pesando 60 e 60 quilos, rotos.
- 2 ditos, idem, idem, pesando 55 e 60 quilos, rotos.
- 3 ditos, FORMOSA, idem, pesando 34, 40 e 41 quilos, rotos.
- 3 ditos, idem, idem, pesando 45, 44 e 42 quilos, rotos.
- 3 ditos, idem, idem, pesando 42, 42 e 46 quilos, rotos.
- 1 caixa, NELLY, idem, pesando 69 quilos, repregada.
- 3 sacos, LSCL, idem, pesando 53, 55 e 52 quilos, rotos.
- 3 ditos, idem, idem, pesando 55, 55 e 53 quilos, rotos.
- 3 ditos, idem, idem, pesando 39, 35 e 46 quilos, rotos.
- 3 ditos, idem, idem, pesando 42, 38 e 38 quilos, rotos.
- 3 ditos, idem, idem, pesando 36, 39 e 46 quilos, rotos.
- 1 dito, idem, idem, pesando 60 quilos, avariado.
- 1 dito, sem marca, sem número, pesando 48 quilos, roto.
- 1 dito, idem, idem, pesando 49 quilos, roto.
- 1 dito, S, idem, pesando 35 quilos, roto.
- 2 sacos, TASILVA, idem, pesando 57 e 59 quilos, rotos.
- 2 ditos, idem, idem, a 60 quilos, avariados.
- 1 dito, FONSECA, pesando 56 quilos, roto.
- 1 dito, AR&C, idem, pesando 36 quilos, roto.
- 1 jacá, PINHO, idem, pesando 56 quilos, avariado.

Armazém n. 10 — Navio nacional "Parndita", atracado em 10 de agosto de 1938:

- 1 caixa, H.J., n. 7, pesando 64 quilos, repregada.
- 1 pacote I & C, n. 1.005, pesando 4 quilos, roto.
- 1 engradado, SOCOB, n. 32, vasando.
- 1 caixa CHRYSBRAZ S/A, n. 57.901, pesando 114 quilos, repregada.
- 1 caixa, AUTO MERCANTIL S/A, n. 1.970/4, pesando 927 quilos, avariada.
- 1 dita, LBP, n. 57, pesando 113 quilos, repregada.
- 1 dita, idem, n. 4, pesando 112 quilos, repregada.
- 1 dita, idem, n. 65, pesando 114 quilos, repregada.
- 1 dita, idem, n. 40, pesando 112 quilos, repregada.
- 1 dita, idem, HJ, n. 2, pesando 74 quilos, avariada.
- 1 dita, TOURO, n. 6.950, pesando 293 quilos, avariada.

Armazem n. 7 — Navio inglês "Gascony", atracado em 10 de agosto de 1938:

- 1 saco, AIS—A, n. 5, pesando 98 quilos, roto.

Armazem n. 7 — Navio alemão "Mendoza", atracado em 11 de agosto de 1938:

- 1 amarrado de tubos, AC, n. 476, pesando 29 quilos, avariado.

Armazem n. 3 — Navio alemão "General Artigas", atracado em 10 de agosto de 1938:

- 1 caixa, CLSA, n. 1.874, pesando 46 quilos, avariada.
- 1 dita, CC, n. 9.671, pesando 73 quilos, avariada.
- 1 dita, CT, n. 700, pesando 126 quilos, repregada.
- 1 dito, ELB, n. 557, pesando 47 quilos, roto.
- 1 dito, idem, n. 558, pesando 48 quilos, roto.
- 1 caixa, GAZELA, n. 262, pesando 104 quilos, avariada.
- 1 dito, MESPLA, n. 12, pesando 206 quilos, avariada.
- 1 dita, OA, n. 1.701, pesando 62 quilos, repregada.
- 1 dita, PRINCIPLE, n. 621, pesando 350 quilos, avariada.
- 1 dita, R-2264 — R-2261, n. 960, pesando 409 quilos, avariada.
- 1 dita, RAGA, n. 120.913, pesando 128 quilos, repregada.
- 1 dita, R241, n. 179, pesando 20 quilos, repregada.
- 1 dita, idem, idem, n. 177, pesando 23 quilos, avariada.
- 1 dita, idem, idem, n. 181, pesando 26 quilos, avariada.
- 1 dita, TOURO, n. 5.997, pesando 131 quilos, avariada.
- 1 dita, idem, n. 6.283, pesando 67 quilos, repregada.
- 1 dita, WSS, n. 271, pesando 137 quilos, repregada.
- 1 dita, WIBOCO, n. 670, pesando 22 quilos, repregada.

Armazem n. 2 — Navio francês "Belle Isle", atracado em 11 de agosto de 1938:

- 1 caixa, HBI, n. 507, pesando 25 quilos, avariada.
- 1 dita, idem, n. 347, pesando 18 quilos, repregada.
- 1 dita, idem, n. 322, pesando 11 quilos, repregada.
- 1 dita, idem, n. 410, pesando 14 quilos, repregada.
- 1 dita, idem, n. 329, pesando 17 quilos, avariada.
- 1 dita, idem, n. 330, pesando 17 quilos, avariada.
- 1 dita, COLOMBO, n. 692, pesando 90 quilos, repregada.
- 1 dita, LUCTA, n. 994, pesando 30 quilos, repregada.
- 1 dita, DUN, n. 9.321, pesando 132 quilos, repregada.
- 1 dita, idem, n. 7.763, pesando 142 quilos, repregada.
- 1 dita, idem, n. 9.322, pesando 127 quilos, repregada.
- 1 dita, EMP, n. 120, pesando 49 quilos, repregada.
- 1 dita, PRC, n. 5, pesando 23 quilos, repregada e avariada.
- 1 dita, PACHECO, n. 2315, pesando 34 quilos, avariada.

Armazém n. 2 — Navio "Belle Isle", atracado em 11 de agosto de 1938:

- 1 caixa, AA, n. 29, pesando 28 quilos, avariada.
- 1 dita, idem, n. 39, pesando 20 quilos, avariada.
- 1 dita, idem, n. 40, pesando 23 quilos, avariada.
- 1 dita, LV, n. 41, pesando 23 quilos, repregada.
- 1 dita, PR&C, n. 17, pesando 20 quilos, repregada.

Armazém n. 3 — Navio americano "Southern Cross", atracado em 11 de agosto de 1938:

- 1 caixa, CCCOLtd., n. 614, avariada.
- 1 dita, DLC, n. 880, pesando 147 quilos, avariada.
- 1 dita, idem, n. 6.251, pesando 6 quilos, repregada.
- 1 dita, GARCIA, n. 6, pesando 23 quilos, avariada.
- 1 dita, (GAZ), n. 471, pesando 364 quilos, repregada.
- 1 barreira, R-7650 — R-7614, n. 331, pesando 134 quilos, repregada.
- 1 cartão, G&CIA, n. 86, pesando 18 quilos, roto.
- 1 dito, idem, n. 15, pesando 26 quilos, roto.
- 1 dito, GE, n. 1.337, pesando 2 quilos, roto.
- 1 caixa, idem, n. 22.115, pesando 71 quilos, avariada.
- 1 cartão, MIV, n. 1.031, pesando 20 quilos, roto.
- 1 dito, (MRL), n. 5, pesando 10 quilos, roto.
- 1 dito, RCAV, n. 272, pesando 18 quilos, roto.
- 1 dita, idem, n. 5.420, pesando 78 quilos, avariado.
- 1 dita, S&A, n. 1, pesando 140 quilos, avariada.
- 1 dita, idem, n. 3, pesando 104 quilos, repregada.
- 1 cartão SW, n. 1.008, pesando 23 quilos, roto.
- 1 dito, idem, n. 1.007, pesando 5 quilos, roto.
- 1 dita, TEAR — 38-134, n. 625, pesando 92 quilos, repregada.
- 1 dita, TEAR — 14.031, n. 3, pesando 98 quilos, avariada.
- 1 dita, WAYNE, n. 32.303, pesando 23 quilos, avariada.

Armazem n. 5 — Navio nacional "D. Pedro II", atracado em 5 de agosto de 1938.

1 caixa, 8 — Condor, n. 1.252—58.757, pesando 734 quilos — Avariada.

1 dita, Z, n. 1.650, pesando 16 quilos — Repregada.

1 saco, O. G. C. — V. C., s/n., pesando 67 quilos — Roto.

1 dito, idem, idem, idem — Idem.

Armazem n. 7 — Navio alemão "Mendoza", atracado em 11 de agosto de 1938:

1 automóvel, Ford, 2.103, n. 2 — Avariado.

Armazem n. 8 — Navio alemão "Monte Sarmiento", atracado em 12 de agosto de 1938:

1 caixa, BSA — Afrinaner — G. G., n. 4.434, pesando 168 quilos — Repregada.

1 dita, idem, n. 4.435, pesando 168 quilos — Idem.

1 dita, Casa Valcío, n. 12, pesando 117 quilos — Idem.

1 dita, EG, n. 69.423, pesando 72 quilos — Idem.

1 dita, Mesbla, n. 1.664, pesando 16 quilos — Idem.

1 dita, F — L — C — L, n. 468, pesando 26 quilos — Idem.

1 dita, Z. AA, n. 603, pesando 50 quilos — Idem.

Armazem n. 9 — Navio francês "Belle Isle", atracado em 12 de agosto de 1938:

1 barril, F. A. C., ns. 3, 2, 9 e 7 — Vasando.

1 dito, idem, n. 4 — Idem.

2 ditos, L. R. L, ns. 2 e 5 — Idem.

1 dito, C C — C — M — C, n. 20 — Idem.

Armazem n. 10 — Navio japonês "Arizona Marú", atracado em 12 de agosto de 1938:

2 sacos, Alkaci Sulcano Brand Made By, sem números, pesando 15 quilos — Rotos.

1 saco, Macadi Soca Kemya Asyser, sem número, pesando 87 quilos — Idem.

Primeira Seção, 18 de agosto de 1938. — *Oseas Costa*, chefe.

Banco do Brasil

CONCURSO PARA "AUXILIAR"

De ordem do Sr. presidente, fazemos público que, de 14 a 22 do corrente, estarão abertas as inscrições para o concurso a realizar-se em local, dia e hora oportunamente anunciados, destinado à admissão de "Auxiliares" para servirem nos Departamentos desta Capital.

Fica estabelecido que os candidatos aprovados só poderão servir nos Departamentos localizados neste Distrito Federal. O Banco não atenderá, sob qualquer pretexto, a pedidos de adição, remoção ou localização diferente: isto sem prejuízo da faculdade que o Banco se reserva de aproveitar os nomeados, em qualquer tempo, onde melhor lhe convenha.

O concurso constará de provas escritas das seguintes matérias:

Português

Redação de carta de tema dado. Será exigida, como nas demais provas, a ortografia simplificada, nos termos do Decreto-Lei n. 292, de 23 de fevereiro de 1938.

Dactilografia

Cópia de trecho impresso, durante 5 minutos, levando-se em conta, no julgamento, não só o número de palavras transcritas, como a assento e a boa disposição da matéria — margens, espaçamento, etc.

Contabilidade Aritmética

Langamentos em geral — 5 questões.

5 questões elementares sobre sistema métrico, juros, descontos e proporções, em que os temas envolvam manejo de números complexos e frações ordinárias e decimais.

As provas de Português e Dactilografia serão eliminatórias.

Além dessas matérias haverá prova facultativa de Estenografia que, em igualdade de classificação, garantirá o aproveitamento preferencial do candidato.

A inscrição será feita nas horas de expediente externo, nos dias úteis, mediante pedido direto do candidato, que mencionará o endereço e entregará dois retratos (3 x 4 centímetros). E o seguinte o horário do expediente externo: 10 às 11,1/2 e 13,1/2 às 15,1/2, e, aos sábados, de 10 às 12 horas. Local de inscrição: 1º andar.

O candidato que não provar residir, a juízo do Banco, neste Distrito Federal pelo prazo mínimo de um ano, não será inscrito.

Não serão admitidas inscrições de candidatas do sexo feminino.

Para a nomeação é necessário que o candidato aprovado satisfaça os seguintes requisitos, verificados e provados a juízo do Banco:

1) — não sofrer de moléstia contagiosa, ou de outra que o impossibilite de exercer as funções, nem que tenha defeito físico que o iniba de exercer o cargo, ou lhe diminua a capacidade de produção;

2) — possua robustez, revelada pelo índice, para suportar o serviço de escritório por oito horas diárias. Este e o requisito precedente serão verificados por médicos de confiança e designação do Banco;

3) — possua idoneidade moral, comprovada por atestados de conduta passados pelas firmas ou empresas onde houver exercido sua atividade, ou, na falta, por duas pessoas de respeitabilidade. A entrega desses documentos não impedirá a sindicância, por parte do Banco, nos precedentes do candidato;

4) — tenha a idade mínima de 18 anos e máxima de 29 incompletos (em a data da inscrição), provada com a certidão de idade "verbo ad verbum", do registro civil;

5) — apresente caderneta de reservista do Exército ou da Marinha, ou documento equivalente definitivo provando plena quitação ou isenção do serviço militar.

6) — apresente carteira de identidade, passada pela autoridade policial competente;

7) — entregue 3 retratos com as dimensões de 3 x 4 centímetros.

Em igualdade de condições, terão preferência para a nomeação os candidatos que exibirem diploma de perito contador, contador ou guarda-livros.

O direito à nomeação, dos candidatos classificados, será válida durante dezoito meses, a contar da data da realização do concurso, e prescreverá, portanto, se a nomeação não se verificar dentro desse prazo.

A posse do candidato nomeado deverá ocorrer dentro de 30 dias, contados da data do aviso da nomeação ao interessado, sob pena, na falta, de ficar a mesma sem efeito, e, bem assim, cancelado o direito decorrente da aprovação no concurso.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1938. Pelo Banco do Brasil. — *Pedro Mendonça Lima*, superintendente. — *Durval Pereira de Medeiros*, chefe do Departamento de Funcionalismo.

MINISTERIO DA MARINHA

Diretoria do Ensino Naval

CONCURSO PARA ADMISSÃO AO CORPO DE INTENDENTES NAVAIS

O vice-almirante Carlos Augusto Gaston Lavigne, diretor geral do Ensino Naval, faz público que terão início as provas orais do concurso para admissão ao Corpo de Intendentes Navais, no dia um (1) de agosto do corrente ano, obedecendo ao seguinte horário:

Dia 1 de agosto (2ª-feira) às 12 horas (1ª Seção).

Dia 8 de agosto (2ª-feira) às 12 horas (2ª Seção).

Dia 15 de agosto (2ª-feira) às 12 horas (3ª Seção).

Dia 22 de agosto (2ª-feira) às 12 horas (4ª Seção).

Todos os candidatos aprovados nas provas escritas deverão comparecer a esta Diretoria às 11,45 horas dos dias acima indicados para responderem à chamada, afim de não incidirem no artigo 15 das instruções para o referido concurso.

Em 27 de julho de 1938.

Diretoria do Ensino Naval

CONCURSO PARA ADMISSÃO AO QUADRO DE CIRURGIÕES DENTISTAS DO CORPO DE SAÚDE DA ARMADA

O vice-almirante Carlos Augusto Gaston Lavigne, diretor geral do Ensino Naval, faz público que os candidatos ao concurso para admissão ao quadro de cirurgiões dentistas do Corpo de Saúde da Armada, abaixo relacionados, deverão comparecer à Odontoclínica Naval, na Ilha das Cobras, nos dias indicados neste edital, às 13 horas, afim de serem submetidos a exame da prova de prótese;

Dia 23 de agosto:

Irineu da Costa Lomar.
Firmo de Barros P. Carvalhosa.
Carlos Pistilli.
Newton Diogo de Oliveira.
Joaquim José Lopes.

Dia 24 de agosto:

Raimundo Rodrigues.
Antônio Afonso da Costa Pinto.
Jacob Klein.
Otacílio de Araujo.
Mário Maciel de Andrade.

Dia 25 de agosto:

Inimá Vale.
Raul Pereira Rangel.
Clovis de Sousa Medina.
Aires Inácio Valentim.
José Miranda de Oliveira.

Dia 26 de agosto:

Arquibaldo Ferreira de Omena.
Oscar Pasqualetta Martins.
Galdino R. Pessoa Muniz.
Marcelo Borges.
Francisco de Paula Sousa.

Dia 30 de agosto:

Arlindo de Sousa Pereira Guemardes.
Otacílio Máximo Palhares.
Roberto Alvares Armando.
Antônio da Silva Morais.
Cícero Gomes de Sousa.

Dia 31 de agosto:

Alvaro Geraldo Lorena Martins.
 Antônio de Sousa Leal.
 Francisco José da Rocha.
 Edson Lobo Marques.
 Bento da Gama Monteiro.

Dia 1 de setembro:

Cid Gomes Fernandes.
 José Benedito Ribeiro Rezende.
 Custódio Geraldo Ferraz de Barros.
 George Butler Shalders.
 Jorge Semi Maxnuk.

Dia 2 de setembro:

Araci Francisco de Assis.
 Edmundo Leonardo d'Alexandre.
 Antônio Bastos.
 Elias Abbud Assis.
 Fernando Rodrigues Leite Pitanga.

Dia 6 de setembro:

Rui Matos dos Santos.
 Sílvia Bulko de Oliveira.
 João Alves de Oliveira.
 Luiz Omar Pannain.
 Carlos Vaidir de Paula e Silva.

Dia 8 de setembro:

Ovidio Cavalcanti Filho.
 Helio Berenger.
 Walter Pereira Gonçalves.
 Fuhad Semi Maxnuk.
 Itaquê de Azevedo Costa.
 Lincoln Salazar.

A turma escalada para exame terá como turma suplementar a da seguinte.

Provina-se aos interessados que não haverá segunda chamada.
 Em 13 de agosto de 1938.

Tribunal Marítimo Administrativo

DE CITAÇÃO A ALFREDO DE CARVALHO SENA, COM O PRAZO DE TRINTA DIAS, NA FORMA ABAIXO

O juiz do Tribunal Marítimo Administrativo da República dos Estados Unidos do Brasil, Doutor João Stoll Gonçalves, pelo presente edital, na forma da lei, cita a Alfredo de Carvalho Sena a, no prazo de trinta dias a contar da publicação do presente, apresentar defesa em o processo número duzentos e noventa e um deste Tribunal, respondendo aos termos da representação da Procuradoria Especial que a seguir se transcreve: "Excelentíssimo Senhor presidente do Tribunal Marítimo Administrativo: A Procuradoria Especial, no exercício de suas atribuições, vem requerer a Vossa Excelência se digno fazer citar a Alfredo Murlen, comandante do vapor inglês "Natia" e o Prático Nicola Cerveto, para, sob pena de lançamento e de revelia, responderem aos termos desta representação em que são apontados como responsáveis pelo abalroamento ocorrido entre o mesmo vapor e vapor norueguês "Borga", cerca das seis horas e quarenta minutos do dia dezoito de dezembro de mil novecentos e trinta e sete, no porto de Santos, no Estado de São Paulo. Segundo se verifica do inquérito a que se procedeu, demandava o "Natia" o canal do Porto de Santos, quando ao subir o canal de acesso ao mesmo porto foi sobre o vapor "Borga", então fundeado, produzindo-lhe avarias. Segundo, também, se colhe do inquérito, antes do abalroamento dois outros navios, digo, outros paquetes passaram pelo "Borga" sem que o houvessem abalroado, deixando o fato veementes indícios de que houve imperícia da parte do pessoal do "Natia", o que é tanto mais razoavelmente de supor porque em seu depoimento o segundo suplicado revelou desconhecer as regras gerais para a navegação. Sendo assim, requer esta P. E. que recebida esta se prossiga nos ulteriores termos do direito, tudo para que afinal havidos os suplicados como culpados, imponha o T. M. A. aos mesmos as penalidades de ordem administrativa em que incidiram. No curso da dilação e quando juígue útil esta P. E., apontará outros meios de prova. Nestes termos. Pede Deferimento. Rio de Janeiro, em vinte e dois de julho de mil novecentos e trinta e oito. — Carlos Américo Brasil, procurador especial, em exercício." Despacho: "Recebida em sessão de hoje para que se prossiga na forma regulamentar, ordenando, ainda, a volta do processo à P. E. para que sejam incluídos na representação o comandante e o prático do navio norueguês "Borga". Ao Senhor relator. Cinco-oito-novecentos e trinta e oito. — Dario Pais Leme de Castro, presidente". Aditamento: "Excelentíssimo Senhor presidente do Tribunal Marítimo Administrativo. A Procuradoria Especial no exercício de seu ministério e em obediência ao que decidiu o Tribunal Marítimo a folhas sessenta e sete, vem requerer a Vossa Excelência a citação do capitão Gabriel Cappelen, comandante do vapor "Borga" e do prático a serviço do mesmo vapor, Alfredo de Carvalho Sena, para, sob pena de lançamento e de revelia, responderem aos termos da representação de folhas sessenta e três a qual esta se adita. E que, segundo decidiu o Tribunal Marítimo para o sinistro a que alude a

referida representação, concorreram os suplicados porque tinham seu navio irregularmente fundeado. Por isso requer que, recebida esta, se prossiga no feito sob as penas e cominações legais da representação de folhas sessenta e três. Nestes termos pede deferimento. Rio de Janeiro, dezessete de agosto de mil-novecentos e trinta e oito. — Carlos Américo Brasil, procurador especial, em exercício". E, como esteja o citado em lugar incerto e não sabido, expede-se o presente edital para os efeitos legais. Dado e passado nesta Capital Federal, aos dezoito de agosto de mil novecentos e trinta e oito. Eu, Hugo Balloussier, oficial administrativo, classe H, o datilografei. E eu, Gilberto de Alencar Sabóia, secretário do Tribunal, o subcrevi. — Dr. João Stoll Gonçalves, juiz relator.

Tribunal Marítimo Administrativo

PARA CIÊNCIA A TERCEIROS INTERESSADOS DO ACÓRDÃO PROFERIDO PELO TRIBUNAL MARÍTIMO ADMINISTRATIVO, NA FORMA ABAIXO

O vice-almirante Dario Pais Leme de Castro, presidente do Tribunal Marítimo Administrativo da República dos Estados Unidos do Brasil, na forma da lei, notifica aos interessados pelo presente edital, pelo prazo de quinze dias a contar da publicação do presente, que, por este Tribunal foi proferido Acórdão em o processo número duzentos e noventa e cinco, referente à fratura da haste da válvula de admissão da máquina motora da barca "Martim Afonso", ocorrido em dezoito de abril de mil novecentos e trinta e oito, na baía de Guanabara, julgando o referido acidente fortuito, e, consequentemente, mandando arquivar o respectivo processo. E, para ciência de todos os interessados expede-se o presente edital para os efeitos legais. Dado e passado nesta Capital Federal, aos dezoito de agosto de mil novecentos e trinta e oito. Hugo Balloussier, oficial administrativo, classe H, o datilografei; e eu, Gilberto de Alencar Sabóia, secretário do Tribunal, o subcrevi. — Dario Pais Leme de Castro, vice-almirante, presidente.

MINISTERIO DA GUERRA

Inspetoria Geral do Ensino

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO — CONCORRÊNCIA ADMINISTRATIVA

EDITAL N. 9

Chama-se a atenção dos interessados para o edital de concorrência, publicado no "Diário Oficial" n. 183, de 10 de agosto de corrente ano, página n. 15.954.

Quartel em Andaraí, 8 de agosto de 1938. — Hugo de Faria capitão secretário.

Policlínica Militar

Chama-se a atenção dos interessados para o edital de concorrência n. 3, publicado no "Diário Oficial" de 13 do corrente, à página número 16.228.

MINISTERIO DA VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS

Departamento de Aeronáutica Civil

Pelo presente edital e de ordem do Sr. diretor, fica convidado o Sr. Helio Vieira, observador meteorológico da classe E, com exercício no posto de São Luiz, Estado do Maranhão, a justificar, dentro do prazo de 10 (dez) dias, perante este Departamento, o motivo de sua ausência do referido posto, sob pena de demissão por abandono de emprego, de acordo com o § 2º do art. 14 do decreto n. 14.663, de 1 de fevereiro de 1921.

Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1938. — Celina C. de Barros, pelo chefe da Secretaria Geral.

Estrada de Ferro Central do Brasil

DEPARTAMENTO DO MATERIAL

TRANSFERÊNCIA DA CONCORRÊNCIA ADMINISTRATIVA N. 48

De ordem da diretoria, faço público, para conhecimento dos interessados que a concorrência administrativa n. 48, que se achava marcada para o dia 22 de agosto corrente, fica transferida para o dia 21 do mesmo mês. O prazo da entrega do material será de 120 dias.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA**Departamento Nacional da Produção Vegetal****CONCURSO DE VEÍCULOS A GASOGÊNIO**

Chamo a atenção dos interessados para o convite formulado no Edital de 15 de junho de 1938, publicado no "Diário Oficial" dos dias 16, 17 e 18 do corrente, respectivamente às páginas 12.072, 12.136 e 12.266 relativo à inscrição no concurso de veículos a gasogênio.

Rio de Janeiro, em 20 de junho de 1938. — *Carlos de Sousa Duarte*, diretor geral.

Departamento Nacional da Produção Animal

A Diretoria Geral do D. N. P. A., convida o Sr. Rodolfo Steffen a selar sua proposta de compra de máquina de fabricar tijolos, na forma da lei.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO**Departamento Nacional do Trabalho**

A firma Antônio Manuel, estabelecida com negócio de barbearia à rua da Passagem 276, nesta capital, porém não encontrada nesse local, por não ter apresentado recurso da decisão proferida no processo DNT. 27.758-34, que lhe impôs a multa de 100\$000 (cem mil réis), prevista no artigo 19 do decreto 22.979, de 24 de julho de 1933, por infração do disposto nos artigos 16 e 17, do mencionado decreto, dentro do prazo estabelecido no decreto 22.131, de 23 de novembro de 1932, fica notificada a recolher a importância correspondente à mencionada multa, na Recebedoria do D. Federal, no prazo de dez dias, sob pena de ser efetuada a respectiva cobrança executiva.

Segunda Secção, 19 de agosto de 1938. — Na ausência do diretor da Secção, *Sophia Monteiro de Barros*, oficial administrativo, classe I.

Departamento Nacional do Trabalho

A firma Luiz Pinto Lopes, estabelecida com negócio de garage, à rua Haddock Lobo n. 74, nesta capital, fica notificada de que, de acordo com a decisão proferida no processo DNT. 9.575-38, foi multada em 100\$000 (cem mil réis), nos termos do artigo 15, do decreto n. 22.766, de 18 de janeiro de 1934, por haver infringido o disposto nos artigos 1 e 16, letra C, do mencionado decreto, conforme ficou apurado pela fiscalização procedida no seu estabelecimento comercial, do que pelo presente lhe é dada ciência, para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932.

Segunda Secção, 19 de agosto de 1938. — Na ausência do diretor da Secção, *Sophia Monteiro de Barros*, oficial administrativo, classe I.

Departamento Nacional do Trabalho

A firma Abrão Andraus & Irmãos, estabelecida com negócio de fazendas à rua Copacabana n. 600, nesta capital, porém não encontrada nesse local, por não ter apresentado recurso da decisão proferida no processo DNT. 27.162-34, que lhe impôs a multa de 100\$000 (cem mil réis), prevista no artigo 31, do Regulamento aprovado pelo decreto 22.033, de 29 de outubro de 1932, por infração do disposto no artigo 32, letras A e B, do mencionado regulamento, dentro do prazo estabelecido no decreto 22.131, de 23 de novembro de 1932, fica notificada a recolher a importância correspondente à mencionada multa, na Recebedoria do D. Federal, no prazo de dez dias, sob pena de ser efetuada a respectiva cobrança executiva.

Segunda Secção, 19 de agosto de 1938. — Na ausência do diretor da Secção, *Sophia Monteiro de Barros*, oficial administrativo, classe I.

Departamento Nacional do Trabalho**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO**

Ademir de Assunção, estabelecido com redação de jornal, à rua Marim n. 169, nesta Capital, não tendo interposto recurso, dentro do prazo determinado no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932, da decisão proferida no processo D.N.T. 12.435-38 (S.I.P. 1.629-38), que lhe impôs a multa de 200\$000 (duzentos mil réis),

prevista no art. 10, § 2º, do decreto n. 22.035, de 29 de outubro de 1932, por ter se negado a anotar a carteira profissional n. 98.808, de 24ª série, e pertencente ao seu ex-empregado Valdemar Ramiro de Souza, fica notificada a recolher a importância acima referida à Recebedoria do Distrito Federal, mediante guia desta repartição, no prazo de dez dias, sob pena de ser efetuada a respectiva cobrança executiva.

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1938. — *Antonio Bento*, intendente em comissão.

Departamento Nacional da Indústria e Comércio**Primeira Secção**

Dia 28 de julho de 1938

(Armazens Gerais)

Pelo presente, esta Secção faz público que, por despacho do senhor diretor geral deste Departamento, dado em 27 do corrente mês, foi mandado arquivar o novo regimento interno que revoga o anterior da Empresa de Armazens Gerais Carangola S. A., conforme requereu a referida empresa.

Primeira Secção do Departamento Nacional da Indústria e Comércio, em 28 de julho de 1938 — *Mario Soares Pinto*, oficial administrativo "K", impedimento do diretor da Secção.

(C — 5.975 — 20-8-1938 — 18\$100).

Departamento Nacional da Indústria e Comércio**Primeira Secção****CERTIDÃO**

Em cumprimento ao despacho exarado pelo senhor diretor geral no requerimento de Calçado Ouro S. A., em 17 de agosto de 1938, certifico que foram arquivados nesta Repartição, sob o número 13.928, os seguintes documentos: a) ata da assembleia geral ordinária, realizada em 21 de março de 1938, que aprovou o relatório da Diretoria, balanço, contas e parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 1937, bem como elegeu a Diretoria e os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal para o exercício de 1938-1939; b) folha do *Diário Oficial*, de 17 de março de 1938, com a publicação do relatório, balanço e parecer acima referidos; c) pública-forma de um certificado relativo ao imposto de renda. Departamento Nacional da Indústria e Comércio. Primeira Secção. Eu, Luiz Válder Barbosa, escriturário da classe E, passei a presente certidão. (Selado com 20\$200.) Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1938. — *Luiz Walter Barbosa*, escriturário E. Visto. — *Mario Soares Pinto*, oficial administrativo K, no impedimento do diretor da Secção. Carimbo: "Departamento Nacional da Indústria e Comércio".

(C. 5.976 — 20-8-1938 — 26\$500.)

Departamento Nacional da Indústria e Comércio**Primeira Secção****CERTIDÃO**

Em cumprimento ao despacho exarado pelo senhor diretor geral no requerimento de "Atlantica", Companhia Nacional de Seguros, em 12 de agosto de 1938, certifico que foram arquivados nesta Repartição, sob o número 13.922, os seguintes documentos: a) ata da assembleia geral extraordinária, realizada em 1 de julho de 1938, que elegeu e empossou os membros do Conselho Consultivo, cujo mandato terminará em abril de 1940; b) relação dos acionistas presentes à assembleia; c) folha do *Diário Oficial*, de 1 de agosto de 1938, com a publicação da citada ata. Departamento Nacional da Indústria e Comércio. Primeira Secção. Eu, Luiz Válder Barbosa, escriturário da classe E, passei a presente certidão. (Selado com 20\$200.) Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1938. — *Luiz Walter Barbosa*, escriturário E. Visto. — *Mario Soares Pinto*, oficial administrativo K, no impedimento do diretor da Secção. Carimbo: "Departamento Nacional da Indústria e Comércio".

(C. 5.979 — 20-8-1938 — 20\$500.)

SOCIEDADES ANONIMAS**COMPANHIA IMOBILIÁRIA ITAJUBA' CARIOCA, S. A.**

Secção Bancária

BALANCETE EM 31 DE JULHO DE 1938

Ativo

Letras descontadas	79:409\$900
Móveis e utensílios	3:000\$000
Caixa	1:938\$800
Diversas contas	17:662\$900

102:011\$600

Passivo

Capital bancário	50:000\$000
Fundo de reserva	6:412\$850
Suprimentos à caixa	27:420\$650
Diversas contas	18:178\$100

102:011\$600

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1938. — *Lauro Dias*, diretor-presidente. — *Oscar Luna Freire*, contador.

(C 5.378 — 20-8-938 — 44\$900)

S. A. EMPRESA IMOBILIÁRIA E EDIFICADORA

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DOS AÇIONISTAS DA SOCIEDADE ANÔNIMA EMPRESA IMOBILIÁRIA E EDIFICADORA, REALIZADA EM 22 DE JULHO DE 1938.

Aos vinte e dois dias do mês de julho de mil novecentos e trinta e oito, às quatorze horas, na sede social, à rua General Câmara n. 92, loja, reuniram-se em Assembléia Geral Ordinária os acionistas da Sociedade Anônima Empresa Imobiliária e Edificadora, representando a totalidade do capital social, conforme se vê do livro de presença, tendo sido aclamado para presidir os trabalhos da Assembléia, o acionista Dr. José Basílio da Gama, o qual com o consentimento da Assembléia convidou para secretários os acionistas Manuel de Sampaio Torres Neto e Oscar Mosinho.

Tomando a palavra o Sr. presidente declarou que como era de conhecimento dos Srs. acionistas e constava do edital de convocação devidamente publicado no *Diário Oficial* aos dias 19 e 22 de julho de 1938 a presente Assembléia tinha por fim deliberar em os Srs. acionistas sobre as contas e relatórios relativos ao exercício terminado em 31 de dezembro de 1937, e bem assim eleger os membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes. E que ia mandar proceder pelo secretário Oscar Mosinho à leitura do relatório, balanço, contas e parecer. Pediu a palavra o acionista Septimus Mac Allister o qual propoz a dispensa da leitura por já serem tais documentos do conhecimento dos acionistas uma vez que foram publicados sendo assim de conhecimento dos acionistas. Posta em discussão e votação a proposta, verificou-se ter sido a mesma aprovada. Mandando, no entretanto, o Sr. presidente, para que constasse da ata, proceder à leitura do parecer do Conselho Fiscal, do teor seguinte:

Os abaixo-assinados, membros efetivos do Conselho Fiscal da Empresa Imobiliária Edificadora, tendo examinado o balanço e contas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 1937, e achado em ordem, são de parecer que o balanço e contas devem ser aprovados. Rio de Janeiro, 20 de junho de 1938. — *Manoel Sampaio Torres Neto*. — *Victorino Silva Rio*. — *Cincinato Gusmão*.

Em seguida, o Sr. presidente declarou que estava em discussão o relatório, balanço, contas e parecer e que daria a palavra a quem dela quizesse usar. Como ninguém pedisse a palavra, o Sr. presidente declarou encerrada a discussão, procedendo-se a votação e apurada esta verificou-se terem sido aprovados o relatório, balanço, contas e parecer, tendo se absteido de votar os diretores e membros do Conselho Fiscal. Procedeu-se em seguida à eleição dos membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes, apurando-se que foram eleitos os Srs. Manuel de Sampaio Torres Neto, Cincinato Gusmão e Anderson Mac Allister, membros do Conselho Fiscal, e Srs. Victorino Silva Rio, Septimus Mac Allister e Oscar Mosinho, suplentes.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente declarou encerrados os trabalhos da Assembléia, de que eu Manuel de Sampaio Tor-

res Neto, secretário, por determinação do presidente, lavrei a presente ata, em duplicata, uma no livro próprio e outra em avulso, dactilografada, a qual lida e achada conforme é por todos assinada.

Rio de Janeiro, 22 de julho de 1938. — *Manoel Sampaio Torres Neto*. — *Henriqueta Bioletto Rio*. — *Oswaldo Lopes de Oliveira Lyrio*. — *Dr. José Basílio da Gama*. — *Jacques da Silva Janot*. — *Martiniano de Carvalho*. — *Victorio da Silva Rio*. — *Anderson Mac Allister*. — *Septimus Mac Allister*. — *Cezar Chaves Ramos*. — *Cincinato de Gusmão*.

(C 5.977 — 20-8-938 — 770500)

BANCO DE REDESCONTOS DO RIO DE JANEIRO

Carta patente n. 1.278, de 25/9/1935

BALANCETE EM 31 DE JULHO DE 1938

Ativo

Letras descontadas	704:160\$000
Empréstimos em c/ corrente	120:575\$400
Empréstimos sob hipoteca	231:300\$000
Contas em liquidação	21:530\$000
Títulos pertencentes ao banco	95:110\$000
Móveis e utensílios	4:557\$800
Títulos em cobrança	1:520\$000
Devedores por títulos em cobrança	9:600\$000
Ações caucionadas	6:000\$000
Valores em caução e depósito	51:161\$300
Hipotecas	366:000\$000
Caixa (em moeda corrente e em diversos bancos)	118:271\$500
Diversas contas	5:808\$400

1.735:661\$200

Passivo

Capital	600:000\$000
Fundo de reserva	30:000\$000
Depósitos a prazo fixo	385:631\$200
Depósitos em caução	6:081\$700
C/ C. movimento	209:301\$700
C/ C. sem juros	338\$000
Credores por títulos em cobrança	4:596\$000
Cobrança no interior	9:600\$000
Caução da diretoria	6:000\$000
Valores caucionados	23:211\$000
Valores depositados	27:970\$000
Garantias hipotecárias	366:000\$000
Dividendos	3:310\$500
Diversas contas	46:143\$800
Reserva para prejuízos	20:500\$000

1.735:661\$200

Diretor-tesoureiro, *R. M. Pinheiro*. — Contador, *Jorge Possolto*.

(C 6.234 — 20-8-938 — 79\$600)

BANCO DE DESCONTOS DO RIO DE JANEIRO

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas:

Apresentamos o balanço e a demonstração da conta "lucros & perdas, referente ao semestre encerrado em 30 de junho próximo findo, sobre os quais terei de vos pronunciar na assembléia geral ordinária, convocada para 27 do corrente mês.

As operações da sociedade apresentam resultados bastante satisfatórios, comparados com o semestre anterior, continuando em pleno desenvolvimento e correspondendo amplamente à expectativa desta diretoria.

Com as diversas providências postas em prática desde que assumimos a direção deste banco, conseguimos melhorar a situação vigorante no semestre anterior, o que nos permitiu distribuir um dividendo mais compensador.

Esta diretoria ainda não pôde, conforme era seu desejo, atender ao resolvido na última assembléia realizada em 19 de fevereiro do corrente ano, com referência à modificação dos atuais estatutos e regulamento do banco, em virtude da comissão indicada para tal mister não ter podido apresentar seu relatório. Espera, contudo, a diretoria que dentro em breve esse ante-projeto seja apresentado para o qual será convocada uma assembléia especial.

Banco de Descontos do Rio de Janeiro. — *Carlos Eugênio de Albuquerque de Araújo Jr.*, diretor-presidente. — *Eurico P. Fontenelle*, diretor-secretário. — *R. M. Pinheiro*, diretor-tesoureiro.

BALANÇO EM 30 DE JUNHO DE 1938

Ativo

Letras descontadas	723:493\$500
Emp. em c/ corrente	110:575\$400
Emp. sob hipoteca	285:555\$000
Devedores diversos	44\$500
Contas em liquidação	21:530\$000
Títulos em cobrança	1:590\$000
Móveis e utensílios	4:557\$600
Dev. por títulos em cobrança	9:600\$000
Ações caucionadas	6:000\$000
Valores em caução e depósito	52:961\$300
Hipotecas	166:000\$000
Caixa (em moeda corrente e em outros bancos)	100:364\$100
Diversas contas	207\$000
Títulos pertencentes ao banco	95:110\$000
	1.777:588\$400

Passivo

Capital	600:000\$000
Fundo de reserva	30:000\$000
Depósitos a prazo fixo	439:128\$300
Depósitos em caução	4:284\$700
C. Cor. movimento	175:563\$300
C. Cor. sem juros	338\$000
Cred. por títulos em cobrança	1:590\$000
Cobrança no interior	9:600\$000
Caução da diretoria	6:000\$000
Valores depositados	29:750\$000
Garantias hipotecárias	366:000\$000
Valores caucionados	23:214\$300
Dividendos	30:035\$500
Títulos descontados	17:480\$000
Lucros e perdas	75\$600
Diversas contas	24:031\$700
Reserva para prejuízos	20:500\$000
	1.777:588\$400

Diretor-presidente, Carlos Eugenio Nabuco de Araujo Jr. —
Diretor-tesoureiro, R. M. Pinheiro. — Diretor-secretário, Eurico
P. Fontenelle. — Contador, Jorge Possolto.

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "LUCROS E PERDAS" EM 30 DE JUNHO DE 1938

Deve

Despesas gerais, alugueis, ordenados, livros e impressos, selos e estampilhas	28:884\$300
Prejuízos verificados	1:175\$000
Juros credores	24:993\$100
Móveis e utensílios:	
Depreciação nesta conta	3:079\$100
Distribuição de saldo:	
Reserva para prejuízos	5:000\$000
Quota dividendo	30:000\$000
Saldo para o 2º semestre	75\$600
	93:207\$400

Haver

Saldo anterior	61\$500
Descontos, comissões, etc., deduzidos os juros não venceados	93:125\$900
	93:207\$400

Diretor-presidente, Carlos Eugenio Nabuco de Araujo Jr. —
Diretor-tesoureiro, R. M. Pinheiro. — Diretor-secretário, Eurico
P. Fontenelle. — Contador, Jorge Possolto.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O conselho fiscal do Banco de Descontos do Rio de Janeiro, depois de proceder a detido exame de toda a escrituração e documentos de seu ativo e passivo, em conformidade com o balanço levantado pela Contabilidade, em 30 de junho de 1938, constatou a clareza dos lançamentos e a sua perfeita exatidão.

Em face disso, é de parecer que sejam aprovadas pela assembleia geral ordinária dos senhores acionistas as contas apresentadas e bem assim que a distribuição dos lucros deve ser dada à aplicação proposta pela diretoria.

Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1938. — Claudionor Costa Vaz.
— Gustavo dos Santos Barbosa. — Oswaldo C. Costa.

(G 6.238 — 20-8-38 — 187\$000)

COMPANHIA FEDERAL DE ELETRICIDADE

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA COMPANHIA FEDERAL DE ELETRICIDADE, REALIZADA EM 18 DE JULHO DE 1938

Atendendo à convocação da diretoria, feita pelo "Diário Oficial", reuniram-se em assembleia geral ordinária, os acionistas da Companhia Federal de Eletricidade, representando o seu capital integral, no edifício da Companhia, à avenida Passos ns. 36/38, às 14 horas, do dia 18 de julho do corrente ano. O presidente da Companhia, Sr. Otávio Gomes, declara aberta a sessão, convidando para presidir os trabalhos o acionista Dr. Maurílio Horta Gomes que, aceitando, indica para secretariar os trabalhos da mesa o acionista Sr. Samuel Silva. Iniciada a sessão, declara o Sr. presidente da assembleia acharem-se sobre a mesa o balanço geral da Companhia, referente ao exercício de 1937, respectiva demonstração da conta lucros e perdas, bem como o parecer do conselho fiscal, documentos esses já publicados no "Diário Oficial" do dia 5 de julho de 1938 e que submete à apreciação dos senhores acionistas presentes. O Sr. presidente da assembleia pondo em discussão esses documentos e verificando que ninguém pede a palavra, propõe que sejam aprovadas as contas da diretoria referentes ao exercício que findou, proposta essa que merece o voto unanime da assembleia. De conformidade com o objetivo ainda da convocação, pede o Sr. presidente da assembleia que os Srs. acionistas elejam o conselho fiscal e seus suplentes, cujo mandato anual se acha findo, suspendendo para tal fim a sessão por meia hora. Ao serem reiniciados os trabalhos, foi verificado terem sido recolhidos para formarem o conselho fiscal os Srs. Oscar da Costa, Edmundo Machado e Adriano Sá Júnior, e, para suplentes os Srs. Dr. José Luiz Mendes Diniz, Dr. Armando Pires e José do Prado Peixoto. Não havendo mais quem peça a palavra, é encerrada a sessão às 16 horas, agradecendo o Sr. presidente a colaboração dos senhores acionistas e mandando que seja lavrada esta ata, que assina comigo, secretário, e acionistas presentes.

Rio de Janeiro, 18 de julho de 1938. — Samuel Silva, secretário. — Maurílio Horta Gomes, presidente. — Otávio Gomes. — Roberto Gomes. — Oscar da Costa. — Humberto Costa. — Hilda Horta Gomes. — Alice Horta da Costa. — Zenaide Gomes Barcellos.

(C 5.971 — 20-8-38 — 47\$900)

EMPRESA DE ARMAZENS GERAIS CARANGOLA, S. A.

REGIMENTO INTERNO

Art. 1.º A Empresa se encarregará do armazenamento de café e, acessoriamente, do beneficiamento e rebeneficiamento, ensaque, transporte, despacho e expedição de mercadoria armazenada.

Parágrafo único. Os serviços, tais como benefício ou rebenefício de café, quando dependerem de instalação de máquinas, só serão executados quando a Empresa esteja para isso aparelhada.

Art. 2.º A Empresa não aceita em depósito mercadoria que não esteja em estado de perfeita conservação e bom acondicionamento.

Art. 3.º Sempre que se verificar a responsabilidade da empresa por impostos, frete ou outras despesas a que esteja sujeita a mercadoria depositada, cu que ela adiantar, efetivamente, as quantias necessárias para atender a essas despesas, poderá fazer por conta do depositante o seguro da mercadoria.

Art. 4.º A Empresa responde pela guarda, conservação e pronta e fiel entrega das mercadorias que houver recebido em depósito, e, bem assim, pela culpa, fraude ou dolo de seus empregados e pelos furtos a ela acontecidos. Cessa a sua responsabilidade nos casos de avarias, vícios, alteração de qualidade ou quebra de peso que resultem da natureza da mercadoria e do seu acondicionamento e nos casos de força maior.

Art. 5.º Ao depositante da mercadoria a empresa entregará, conforme lhe for solicitado, os títulos reunidos, denominados "conhecimento de depósito" e "warrant", ou o simples recibo de depósito não negociável.

Art. 6.º A Empresa não responde pela natureza, qualidade, estado de mercadoria, nem pelo seu peso, quando emite o simples recibo de depósito e o depositante houver dispensado a verificação na entrada dos armazens.

Art. 7.º Havendo emissão de "conhecimento de depósito" e "warrant" será a mercadoria segura, por conta do depositante, em nome da empresa e assim continuará enquanto tais títulos não forem devolvidos. Para esse fim a empresa terá apólices gerais e permanentes em companhias de seguros de sua confiança.

Art. 8.º Em caso de incêndio, a responsabilidade da empresa será limitada, regulando-se pela liquidação que for feita com a companhia seguradora, de acordo com a respectiva apólice.

Art. 9.º Quaisquer serviços que alterem a marcação, a quantidade ou o número de volume das mercadorias, não serão executados sem a apresentação à empresa dos títulos que ela houver emitido.

Art. 10. Os recibos de depósito e os conhecimentos de depósito e o "warrant" serão assinados por um dos diretores e pelo fiel do armazem. O depositante ou quem ele autorizar, dará recibo do conhecimento de depósito e "warrant" que lhe forem entregues.

Art. 11. O prazo comum do depósito, que começa a correr da data da entrada das mercadorias no armazem, é de um mês, podendo ser estipulado prazo maior.

Art. 12. As armazenagens e seguros são sempre devidos integralmente, computando-se, como mês inteiro, qualquer fração.

Art. 13. As verificações necessárias para a emissão do conhecimento de depósito e "warrant" não estão compreendidas na taxa de armazenagem.

Art. 14. A taxa de armazenagem e as dos outros serviços, de que a empresa se encarrega, são cobradas na ocasião da retirada de mercadorias, facultando-se, entretanto, ao depositante o pagamento antecipado. A empresa tem direito de retenção sobre as mercadorias depositadas para garantia de pagamento que lhe for devido. Na soma das taxas, contam-se como \$100 (cem réis) as frações dessa quantia. Se a soma for inferior a \$1000 (mil réis), cobra-se essa quantia.

Art. 15. A empresa não abate o preço marcado na tarifa em benefício de qualquer depositante. Entretanto, para o armazenamento de grandes quantidades, poderá, mediante contrato ou em concorrência, estabelecer taxas especiais, que se aplicarão a quaisquer depositantes, em igualdade de condições.

Art. 16. Vencido o prazo de depósito, as mercadorias reputar-se-ão abandonadas, podendo a empresa marcar ao depositante prazo, que não será menor de 8 dias, para retirada das mercadorias, contra a devolução dos títulos emitidos e liquidação do que for devido. O prazo de 8 dias correrá do dia em que for registrado no correio o respectivo aviso.

Art. 17. Findo o prazo de que trata o artigo anterior, a empresa poderá vender em leilão as mercadorias, e com o produto do leilão, pagar as dívidas preferenciais, depositando o saldo, se não for reclamado no prazo de 8 dias.

Art. 18. Em caso de deterioração ou depreciação das mercadorias, de que possa resultar prejuízo para a empresa, em consequência de adiantamentos feitos ou serviços prestados, é facultada a empresa a venda das mercadorias, precedendo aviso ao depositante e nas mesmas condições dos artigos anteriores.

Art. 19. Na entrega pela empresa, das mercadorias depositadas, a pessoa que tiver direito a recebê-las, deverá passar recibo.

§ 1.º Se a empresa tiver emitido, apenas, recibos de depósito, este será devolvido, quando a retirada for total, ou exibido para conveniente anotação, quando a retirada for parcial.

§ 2.º Se a empresa houver emitido conhecimento de depósito e "warrant" os dois títulos serão devolvidos.

Art. 20. Os armazéns estão subordinados diretamente ao escritório da empresa, recebendo dele todas as ordens relativas aos seus serviços.

Art. 21. A ordem de entrega das mercadorias emitidas a favor da pessoa que se houver mostrado habilitada para recebê-las, será sempre nominativa.

Art. 22. Os armazéns da empresa estarão abertos todos os dias úteis das 8 horas às 10 e das 11 às 16 horas.

Art. 23. No interior dos armazéns todos os serviços serão executados por pessoal da empresa.

Art. 24. A empresa dará licença aos interessados para exame e verificação das mercadorias depositadas e para conferência das amostras.

Art. 25. Si o depositante pretender retirar amostras das mercadorias depositadas, deverá requisitar do escritório a necessária licença e pagar todas as despesas a que der lugar.

Art. 26. Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria da empresa.

(C — 5.974 — 20-8-1938 — 134\$600)

COMPANHIA IMOBILIÁRIA RIACHUELO, S. A.

ATA DA PRIMEIRA ASSEMBLÉIA DE CONSTITUIÇÃO DA "COMPANHIA IMOBILIÁRIA RIACHUELO" SOCIEDADE ANÔNIMA, REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 1938.

Aos vinte e quatro (24) dias de junho de mil novecentos e trinta e oito, às 14 horas, à rua do Carmo n. 65, 1º andar, nesta cidade, escritório do Sr. Vitor Fernandes Alonso, achando-se presentes o incorporador e todos os demais subscritores da "Companhia Imobiliária Riachuelo" conforme se verifica pelo livro de presença, foi aclamado para presidir os trabalhos da assembleia, o subscritor Vitor Fernandes Alonso, que assumindo a presidência, convidou para secretários os subscritores Ermelindo Tinoco Fernandes e D. Matilde Fernandes Estrela, os quais tomando assento, completaram a mesa. Em seguida, o Sr. presidente da assembleia, usando da palavra, declarou que por estarem assinados os estatutos e subscrito todo o capital social, fez o incorporador publicar a convocação no *Diário Oficial* de 23 do corrente, afim de se promoverem os meios para a constituição e instalação da "Companhia Imobiliária Riachuelo" e, portanto, a presente reunião tinha por objeto tomar conhecimento dos atos preliminares praticados por seu incorporador para sua legal organização, constantes dos estatutos, lista de subscritores, documentos que se achavam sobre a mesa, e providenciar sobre o que mais fosse de necessidade para a constituição da mesma sociedade anônima. Assim, tendo sido subscrita uma parte do capital social em bens, sob a base de seiscentos contos de réis, por ele subscritor Vitor Fernandes Alonso e sua mulher, tornava-se necessário, desde logo, em atinência ao art. 77 do decreto n. 434, de 4 de junho de 1934, que os senhores subscritores elegeassem os louvados para avaliarem esse patrimônio em bens, e que foi subscrito. Convidou o Sr. presidente aos senhores subscritores a se munirem de cédulas as quais depois de

escritas e devidamente recolhidas, deram como eleitos para peritos os tres seguintes senhores: Artur de Castro, Amílcar Couto e Matias Ferreira, casados e domiciliados nesta cidade; abstiveram-se de votar nesta eleição os subscritores interessados por serem proprietários dos imóveis. O Sr. presidente declara, então, que ia convidar os Sr. peritos eleitos para procederem, sem demora, à avaliação e desde logo convidou os Srs. subscritores a novamente se reunirem em assembleia geral neste mesmo local, às 14 horas do dia 27 do corrente, afim de serem ultimados os trabalhos de constituição da sociedade, ouvindo a leitura do laudo de avaliação, os respectivos estatutos, aprovando-os ou rejeitando-os, e tomando todas as deliberações complementares, para o que o Sr. incorporador devia fazer os respectivos anúncios. Nada mais havendo a tratar o Sr. presidente suspendeu a sessão submetendo a ata à votação, sendo unanimemente aprovada, depois de lida e posta em discussão, ficando desde logo acordado entre todos os presentes ser passada em instrumento público a ata desta assembleia, para o que deveria ser chamado um tabelião, sendo a mesma por todos assinada. E eu, Ermelindo Tinoco Fernandes, secretário, que a fiz lavrar e encerro com a assinatura do Sr. presidente. Rio de Janeiro, 24 de junho de 1938. — Victor Fernandes Alonso. — Innocência Tinoco Fernandes. — Ermelindo Tinoco Fernandes. — Noemia de Mattos Fernandes. — Dr. Floriano de Mattos Fernandes. — Mathilde Fernandes Estrela. — Dr. Roberto Estrela. — Consuelo Fernandes de Magalhães Castro. — João Paulo de Magalhães Castro. — Clotilde Fernandes Gomes. — Luiz Ferreira Gomes. — Reconheço as firmas retro de Vitor Fernandes Alonso, Innocência Tinoco Fernandes, Ermelindo Tinoco Fernandes, dona Noemia de Mattos Fernandes, Dr. Floriano de Mattos Fernandes, dona Matilde Fernandes Estrela, Dr. Roberto Estrela, dona Consuelo Fernandes de Magalhães Castro, João Paulo de Magalhães Castro, dona Clotilde Fernandes Gomes e Luiz Ferreira Gomes. — Rio, 24 de junho de 1938. — Em testemunho (sinal público) da verdade. — Fausto Werneck Fucquim d'Almeida. — Carimbo desse tabelião, do 5º Ofício de Notas, desta Capital.

Confere com o original. — Ermelindo Tinoco Fernandes.

Reconheço a firma Ermelindo Tinoco Fernandes.

Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1938. — Em testemunho (sinal público) da verdade. — Fausto Werneck.

COMPANHIA IMOBILIÁRIA RIACHUELO

ATA DA 2ª ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DA "COMPANHIA IMOBILIÁRIA RIACHUELO"

Aos vinte e sete dias de junho de mil novecentos e trinta e oito, às 14 horas, à rua do Carmo n. 65, 1º andar, achando-se presentes os Srs. Vitor Fernandes Alonso, Ermelindo Tinoco Fernandes, dona Matilde Fernandes Estrela, autorizada por seu marido Dr. Roberto Estrela, dona Consuelo Fernandes de Magalhães Castro, autorizada por seu marido João Paulo de Magalhães Castro, D. Clotilde Fernandes Gomes, autorizada por seu marido Luiz Ferreira Gomes, D. Noemia Fernandes, autorizada por seu marido Floriano Mattos Fernandes, D. Innocência Tinoco Fernandes, autorizada por seu marido Vitor Fernandes Alonso, foi aclamado para presidir os trabalhos da assembleia o subscritor Sr. Vitor Fernandes Alonso, que convidou para secretário os Srs. Ermelindo Tinoco Fernandes e dona Matilde Fernandes Estrela, que tomaram assento à mesa. O senhor presidente declarou que por estarem assinados os estatutos e subscrito todo o capital social, bem como depositados no Banco Financeiro Novo Mundo os dez por cento sobre o capital dinheiro, e havendo a assembleia anterior escolhido os louvados para darem valor aos bens com que foi subscrito parte do capital, convocou a presente reunião de constituição da sociedade anônima para a data de hoje conforme o anúncio publicado no *Diário Oficial* de 24 do corrente mês, à página número 12.640, afim de promoverem as medidas definitivas e legais à constituição e instalação da "Companhia Imobiliária Riachuelo", tomando os presentes conhecimento dos atos preliminares praticados pelo incorporador para a sua legal organização, atos esses constantes dos estatutos, lista de subscritores, documentos que se acham sobre a mesa, e especialmente do laudo oferecido pelos peritos, sobre a parte subscrita em bens. Pedia ao secretário que fizesse a leitura do dito laudo, o que foi feito; submetido o laudo à discussão, e ninguém usou da palavra, e anunciada a votação foi aprovado o laudo, deixando de votar os dois subscritores interessados. O senhor presidente anuncia que o secretário ia ler, a lista de subscritores e estatutos, sendo essas peças do seguinte teor: — Lista dos subscritores da "Companhia Imobiliária Riachuelo" — Capital social 650:000\$000. — Capital em bens imóveis seiscentos contos de réis (600:000\$000). — Capital em dinheiro 50:000\$000. Dividido em 650 ações de 1:000\$000 cada uma. Números — Subscritores — Residências — Ações de 1:000\$000 — Importâncias — Entradas realizadas — Observações — Parte em bens: — 1º) Vitor Fernandes Alonso, brasileiro naturalizado, residente à rua São Francisco Xavier n. 409, pela metade dos bens abaixo discriminados — trezentas ações — 300:000\$000, integralizadas. 2º) D. Innocência Tinoco Fernandes, brasileira, residente à rua São Francisco Xavier número 409, pela metade dos bens abaixo discriminados — trezentas ações 300:000\$000, integralizadas. Os imóveis com que os subscritores acima realizam suas subscrições e que incorporam a companhia, são o prédio e terreno situados nesta

capital, referidos e descritos no laudo de avaliação que vai adiante transcrito. Parte em dinheiro: 1º) Vitor Fernandes Alonso, brasileiro naturalizado, residente à rua São Francisco Xavier número 409, dez ações, 10:000\$000, integralizadas. 2º) D. Inocência Tinoco Fernandes, brasileira, residente à rua São Francisco Xavier n. 409, dez ações, 10:000\$000, integralizadas. 3º) Ermelindo Tinoco Fernandes, brasileiro, residente à rua São Francisco Xavier n. 409, seis ações, 6:000\$000, integralizadas. 4º) D. Matilde Fernandes Estrela, brasileira, residente à rua São Francisco Xavier número 409, seis ações, 6:000\$000, integralizadas. 5º) D. Consuelo Fernandes de Magalhães Castro, brasileira, residente à rua São Francisco Xavier número 32, seis ações, 6:000\$000, integralizadas. 6º) D. Clotilde Fernandes Gomes, brasileira, residente à Avenida Atlântica n., seis ações, 6:000\$000, integralizadas. 7º) Noêmia Fernandes, brasileira, residente à rua S. Francisco Xavier número 34, seis ações, 6:000\$000, (firma reconhecida pelo tabelião do 5º Ofício). O incorporador — Ermelindo Tinoco Fernandes. Rio de Janeiro, 24 de junho de 1938. — Laudo de avaliação. Aceitando a incumbência que nos foi cometida pela assembléia da "Companhia Imobiliária Riachuelo" realizada em 24 do corrente, afim de procedermos a avaliação dos bens imóveis com que o Sr. Vitor Fernandes Alonso e sua senhora D. Inocência Tinoco Fernandes, subscreveram a importância de 600:000\$ (seiscentos contos de réis), do capital social da mesma Companhia; providenciando para o cabal desempenho da nossa missão, requisitando e estudando todos os elementos que se tornaram necessários, tais como escrituras e documentos de propriedades desses bens, com suas respectivas transcrições e contratos que sobre eles existem. E isso feito, somos do seguinte parecer: I) Terreno da avenida das Nações, situado na freguesia de São José desta cidade, na parte ganha ao mar com o aterro proveniente do arrazamento do morro do Castelo, com frente para a avenida das Nações e esquinas para as avenidas Graça Aranha e Beira Mar. O domínio útil desse imóvel foi adquirido pelo Sr. Vitor Fernandes Alonso à E. Passo & Comp., por escritura de 19 de abril de 1934, lavrada nas notas do 18º Ofício, tabelião Alvaro Borgerth Teixeira, a folhas 63 do livro 226, transcrita no Registro de Imóveis do 7º Distrito desta cidade, a folhas 25 do livro 3 D sob o número 1.921. Não pesa sobre o terreno onus algum. Damos-lhe o valor de 250:000\$ (duzentos e cinquenta contos de réis). II) Prédio da praia do Flamengo, 70, esse prédio foi mandado construir pelo Sr. Vitor Fernandes Alonso em terreno de forma irregular. Adquirido em praça do Juízo da Provedoria e Resíduos — 2º Ofício desta cidade — conforme carta de arrematação extraída dos autos de subrogação em que foram requerentes Benedita Andrew de Sousa e outros, subscrita pelo escrivão Armando Dias Maia e assinada pelo juiz Dr. Francisco Cavalcante Pontes de Miranda em 20 de abril de 1929 e registrada em 12 do junho do mesmo ano. Acha-se no livro E de transcrição dos Imóveis, sob n. 186 a pagina 287 do Registro Geral de Imóveis do 5º Ofício, transcrito o terreno e o imóvel nele construído. Não consta sobre os mesmos qualquer onus. Damos-lhe o valor de duzentos e cinquenta contos de réis. III) Terreno da rua Riachuelo, 67. Foi adquirido do Espólio de Manuel José Pereira, conforme carta de arrematação da 1ª Vara de Orfãos desta cidade, datada de 5 de agosto de 1935, assinada pelo juiz Dr. Saul de Gusmão. Está transcrito em 20 de dezembro de 1935, no Registro de Imóveis do 2º Ofício da Capital Federal, no livro 3 A K, sob o nº de ordem 1.308, à pág. 288, em nome de Vitor Fernandes Alonso; não sofre o peso da qualquer onus. Damos-lhe o valor de cem contos de réis. E assim, de seiscentos contos de réis, o total das avaliações dos imóveis acima mencionados, que entraram por títulos legítimos de aquisição para o casal Vitor Fernandes Alonso. Assignados, depois de publicar as páginas: Rio de Janeiro, 29 de junho de 1938. — *Arthur de Castro*. — *Matthias Ferreira* e *Annibal Couto* (firmas reconhecidas pelo tabelião do 5º Ofício). Estatutos da Companhia Imobiliária Riachuelo — Art. 1º Fica constituída, com sede e foro jurídico nesta Capital, uma sociedade anônima denominada "Companhia Imobiliária Riachuelo", que tem por objeto: a) adquirir por conta própria prédios e terrenos situados, de preferência, nesta Capital; b) administrar os imóveis já existentes e bem como os que venham a ser construídos e adquiridos; c) fazer outros negócios correlatos, não compreendendo financiamentos. Art. 2º O prazo da duração da sociedade será de trinta (30) anos, a contar desta data, podendo ser prorrogado por deliberação da assembléia geral. Art. 3º O capital social será de 650:000\$000 (seiscentos e cinquenta contos de réis), representado por 650 (seiscentas e cinquenta) ações do valor nominal de Rs. um conto de réis, cada uma, integralizadas no ato da subscrição. § 1º O capital acima referido, que poderá ser aumentado ou diminuído, de acordo com a lei e os interesses sociais, é constituído em bens e dinheiro, sendo seiscentos contos de réis em bens e cinquenta contos em dinheiro. § 2º No caso de qualquer dos acionistas querer dispor de suas ações, seja por qualquer título, ou caucioná-las, a sociedade poderá resgatá-las até o momento da transferência ou caução, pelo valor nominal, e si não for possível nem conveniente resgatar ditas ações, ficam os demais acionistas com o direito preferencial de adquiri-las pelo valor nominal. A preferência aqui estabelecida assiste a todos os demais acionistas em conjunto ou a cada um deles individualmente, quando exercida por todos ou por mais de um; as ações a serem transferidas serão proporcionalmente repartidas entre os acionistas, ainda que seja preciso fracionar cada ação nos termos permitidos pela lei. § 3º A transferência das ações será feita por proposta escrita; e a Diretoria tem o prazo de 30 dias para, após a proposta para resolver sobre o resgate ou dar ciência

da mesma proposta aos acionistas, para em dentro daquele prazo exercer a preferência a que se refere o parágrafo anterior. § 4º Cada ação dá direito a um voto ainda que pertença a mais de um titular. Art. 4º A administração da Companhia será exercida por uma Diretoria composta de tres diretores, todos eleitos pelo prazo de 4 anos, podendo ser reeleitos. Dos tres diretores, o presidente será desde logo eleito pela Assembléia, e os dois outros terão as funções que o presidente a eles fixarem. Art. 5º A Diretoria compete: a) cumprir e fazer cumprir as resoluções das assembléias, executar e fazer executar estes Estatutos; b) estabelecer regulamentos para o bom andamento dos serviços da sociedade; c) admitir ou dispensar livremente os seus funcionários e empregados, fixando-lhes os vencimentos e gratificações, bem como fianças, nos casos em que sejam necessárias; d) determinar os dividendos e abonos que devem ser distribuídos aos acionistas; e) exercer livre e geral administração, para o que lhe são conferidos amplos e ilimitados poderes, inclusive os de adquirir imóveis, contratar construções, locações ou rescisões. Art. 6º As decisões da diretoria serão tomadas por maioria de votos dos seus membros presentes. Art. 7º Todos os documentos que importem em responsabilidade para a Companhia no exercício normal do fim social, inclusive escrituras e recibos, só terão valor quando assinados no mínimo pelo diretor presidente e diretor tesoureiro, em caso de licença, ausência ou impedimento, o presidente será substituído pelo diretor que designar e no de vaga por um dos dois diretores, até que a assembléia lhe dê substituto. Parágrafo único. A substituição dos diretores em qualquer hipótese das acima previstas, salvo as de vaga, far-se-á com membros do Conselho Fiscal, convidados pelos diretores em exercício. Art. 8º Compete á assembléia geral ordinária, fixar os honorários da Diretoria e do Conselho Fiscal, si forem remunerados. Art. 9º A Companhia terá um Conselho Fiscal composto de tres membros e tres suplentes acionistas ou não eleitos em assembléia pelo prazo de um ano, podendo ser reeleito. As suas funções serão determinadas em lei. Art. 10 — As assembléias gerais serão convocadas, com antecedência de cinco dias, quando extraordinárias, e de 15 dias si ordinárias. Cada ação terá direito a um voto. Art. 11 — A assembléia geral ordinária realizar-se-á anualmente, até o dia 30 de março de cada ano, e as extraordinárias quando forem convocadas pela Diretoria ou por acionistas, nos termos da lei. O ano administrativo tem início a 1 de janeiro e finda a 31 de dezembro. Art. 12 — Os lucros líquidos anuais serão assim distribuídos: dez por cento para o fundo de reserva; setenta por cento para o fundo de construções e aquisições; dez por cento para dividendos; dez por cento para atender a honorários e despesas não previstas a juízo da Diretoria. Parágrafo único — Os prejuízos serão repartidos proporcionalmente ás suas ações. Art. 13 — O diretor-presidente representará a sociedade em Juízo, ativa e passivamente. Art. 14 — Os casos omissos nestes estatutos, serão regidos pelas leis em vigor. Rio de Janeiro, 21 de junho de 1938. — Vitor Fernandes Alonso, Inocência Tinoco Fernandes, Ermelindo Tinoco Fernandes, Noêmia Fernandes, Floriano Matos Fernandes, Matilde Fernandes Estrela, Dr. Roberto Estrela, Consuelo Fernandes de Magalhães Castro, João Paulo de Magalhães Castro, Clotilde Fernandes Gomes e Luiz Ferreira Gomes (firmas reconhecidas pelo tabelião do 5º Ofício). Submetido em seguida á discussão, os estatutos e não tendo havido oradores, foram submetidos á votação e aprovados. Foi lido o recibo de depósito de dez por cento sobre o capital, em dinheiro, do seguinte teor: — Banco Financeiro Novo Mundo — Matriz — Rio de Janeiro — Rua do Carmo ns. 65-67 — Caixa Postal — 919. Tel. 23-5911 — Filial — S. Paulo — Rua Boa Vista ns. 57-61 — Caixa postal 2.980 — Tel. 2-6148. End teleg. ("Munbanco") — Rs. 5:00\$000. Recebemos do Sr. Ermelindo Tinoco Fernandes, nos termos e para os fins do art. 65 do decreto n. 434, de 4 de junho de 1934, a importância de 5:000\$000 (cinco contos de réis) correspondente a dez por cento (10 %) do capital com que constitue a Companhia Imobiliária Riachuelo S. A., da qual é incorporador e fundador. E, por ser verdade, firmamos o presente em duplicata, para um só efeito. Rio de Janeiro, 23 de junho de 1938. — Banco Financeiro Novo Mundo. — Ademir Leite Ribeiro, superintendente. — Arthur de Castro, gerente, sobre uma estamplha federal de 1\$000 e outra de Educação e Saúde de \$200 (firmas reconhecidas pelo tabelião do 5º Ofício). E isso feito, o Sr. presidente declara que estavam, pois, cumpridas todas as exigências legais e que nesses termos se achava constituída a "Companhia Imobiliária Riachuelo", sociedade anônima, competindo agora á Assembléia fazer a eleição da Diretoria, Conselho Fiscal e seus suplentes, e, por isso, pediu aos Srs. acionistas, se munirem das respectivas cédulas. Feito isso e recolhido as cédulas foram eleitos para diretores os Srs. Vitor Fernandes Alonso, presidente; Ermelindo Tinoco Fernandes, secretário; e D. Matilde Fernandes Estrela, diretora; e para o Conselho Fiscal, os Srs. Floriano Matos Fernandes, Luiz Ferreira Gomes e João Paulo de Magalhães Castro e para suplentes do Conselho Fiscal, os Srs. Dr. Roberto Estrela, D. Consuelo Fernandes de Magalhães Castro e D. Clotilde Fernandes Gomes. Verificada a eleição, o Sr. presidente proclamou os eleitos, declarando-os empossados. Terminados os trabalhos, resolveram os acionistas aguardar o pagamento do respectivo imposto de transmissão de propriedade, afim de ser lavrada no Cartório do tabelião do 5º Ofício de Notas, a escritura de ratificação e definitiva incorporação dos imóveis, afim de ser obtida a competente transcrição no Registro de Imóveis, escritura essa que se impõe necessária em face do disposto no art. 131 n. II do Código Civil. Foi suspensa a sessão pelo tempo necessário para ser lavrada esta ata, o que foi feito, foi reaberta, lida esta ata por mim secretário conferida e

aprovada, foi por todos os presentes assinada. Rio de Janeiro, 27 de junho de 1938. — *Victor Fernandes Alonso*. — *Innocência Tinoco Fernandes*. — *Ermelindo Tinoco Fernandes*. — *Noêmia de Matos Fernandes*. — *Dr. Floriano de Matos Fernandes*. — *Mathilde Fernandes Estrella*. — *Dr. Roberto Estrella*. — *Consuelo Fernandes de Magalhães Castro*. — *João Paulo de Magalhães Castro*. — *Clotilde Fernandes Gomes*. — *Luiz Ferreira Gomes*. Reconheço as firmas de Vitor Fernandes Alonso, D. Innocência Tinoco Fernandes, Ermelindo Tinoco Fernandes, D. Noêmia de Matos Fernandes, Dr. Floriano de Matos Fernandes, D. Mathilde Fernandes Estrella, Dr. Roberto Estrella, D. Consuelo Fernandes de Magalhães Castro, João Paulo de Magalhães Castro, D. Clotilde Fernandes Gomes e Luiz Ferreira Gomes. Rio de Janeiro, 27 de junho de 1938. Em testemunho (sinal público) da verdade. — *Fausto Werneck Furquim d'Almeida*. Carimbo desse tabelião do 5º Offício de Notas desta Capital. Confere com o original. — *Ermelindo Tinoco Fernandes*. Reconheço a firma Ermelindo Tinoco Fernandes. Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1938. Em testemunho (sinal público) da verdade. — *Fausto Werneck Furquim d'Almeida*.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA IMOBILIÁRIA RIACHUELO, S. A., REALIZADA EM 18 DE JULHO DE 1938

Aos dezoito (18) dias do mês de julho do ano de 1938, nesta cidade do Rio de Janeiro, no 1º andar do prédio á rua do Carmo n. 65, ás quatorze (14) horas, reuniram-se em assembléa geral extraordinária, de acordo com a convocação feita pelo *Diário Oficial*, de 15 do corrente mês, á pag. 14.161, os acionistas da Companhia Imobiliária Riachuelo, S. A., abaixo assinados, representando todo o capital social, assumindo a direção dos trabalhos, o Senhor Vitor Fernandes Alonso, presidente, secretariado pelo Sr. Ermelindo Tinoco Fernandes, ambos eleitos na assembléa constitutiva da sociedade. Em seguida, o Sr. presidente, mandando proceder previamente á leitura da convocação, expoz aos Srs. acionistas que tendo chegado ao conhecimento da Diretoria a existência, nesta Capital, de uma sociedade anônima com denominação igual á que fôra escolhida pelos fundadores desta Companhia, não podendo assim subsistir quer jurídica, quer comercialmente essa denominação que vae de encontro ao § 1º do art. 14 do decreto n. 434, de 4 de junho de 1891, vinha sugerir aos Srs. acionistas o nome de "Companhia Imobiliária Astória", S. A., para substituir a denominação que fôra antes escolhida, fazendo-se nesse sentido as necessárias correções nos estatutos e nos demais documentos e papeis, que devam ser dora avante utilizados. Posta a votos essa proposta, foi ella unanimemente aprovada pelos Srs. acionistas. E, como nenhum outro assunto houvesse para ser deliberado, o Sr. presidente, agradecendo o comparecimento dos Srs. acionistas, dá por encerrados os trabalhos. E, para constar foi lavrada a presente ata que vae por todos assinada. Rio de Janeiro, 18 de junho de 1938. — *Victor Fernandes Alonso*. — *Innocência Tinoco Fernandes*. — *Ermelindo Tinoco Fernandes*. — *Noêmia de Matos Fernandes*. — *Dr. Floriano de Matos Fernandes*. — *Mathilde Fernandes Estrella*. — *Dr. Roberto Estrella*. — *Consuelo Fernandes de Magalhães Castro*, por si e por seu marido, João Paulo de Magalhães Castro. — *Clotilde Fernandes Gomes*, por si e por seu marido, Luiz Ferreira Gomes. Reconheço as firmas de Vitor Fernandes Alonso, D. Innocência Tinoco Fernandes, Ermelindo Tinoco Fernandes, D. Noêmia de Matos Fernandes, Dr. Floriano de Matos Fernandes, D. Clotilde Fernandes Estrella, Dr. Roberto Estrella, D. Consuelo Fernandes de Magalhães Castro e Clotilde Fernandes Gomes. Rio, 18 de julho de 1938. Em testemunho (sinal público), da verdade. — *Fausto Werneck Furquim d'Almeida*. Carimbo desse tabelião, do 5º Offício de Notas, desta Capital. Confere com o original. — *Ermelindo Tinoco Fernandes*. Reconheço a firma de Ermelindo Tinoco Fernandes. Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1938. — Em testemunho (sinal público) da verdade, (assinatura ilegível).

CERTIDÃO

Eu, Fausto Werneck Furquim de Almeida, tabelião do Quinto Offício de Notas, desta Capital da República dos Estados Unidos do Brasil, etc.:

Certifico que, revendo o livro de Notas deste Cartório, sob o n. 658, nelle a folhas n. 33, Série B, n. 8.457, se acha lavrada uma escritura, que ora me é pedida por certidão, cujo teor é o seguinte.

Escritura preliminar de constituição da "Companhia Imobiliária Riachuelo S. A.", que fazem Vitor Fernandes Alonso e outros.

Saibam quantos esta virem, que no ano de 1938, aos 27 dias do mês de junho, nesta cidade do Rio de Janeiro, Capital da República dos Estados Unidos do Brasil, em meu Cartório e perante mim, Fausto Werneck Furquim de Almeida, tabelião do 5º Offício de Notas, por me haver sido esta distribuída, conforme bilhete que fica arquivado, compareceram partes justas e contratadas, como outorgantes e reciprocamente outorgados, Vitor Fernandes Alonso, brasileiro por lei casado, proprietário, residente á rua São Francisco Xavier n. 409; D. Innocência Tinoco Fernandes, brasileira, casada com Vitor Fernandes Alonso, aqui presente e com ella residente; Ermelindo Tinoco Fernandes, incorporador, brasileiro, desquitado, negociante, residente á rua São Francisco Xavier n. 409; D. Noêmia Fernandes, casada com Floriano Matos Fernandes, residente á rua São Francisco Xavier n. 34; D. Mathilde Fernandes Estrella, brasileira, casada com o Dr. Roberto Estrella, aqui presente e ambos re-

sidentes á rua São Francisco Xavier n. 409; D. Consuelo Fernandes de Magalhães Castro, brasileira, casada com o Sr. João Paulo de Magalhães Castro, aqui presente e ambos residentes á rua São Francisco Xavier n. 32; D. Clotilde Fernandes Gomes, brasileira, casada com o Sr. Luiz Ferreira Gomes, aqui presente e ambos residentes á rua São Francisco Xavier n. 30; todos domiciliados nesta cidade, reconhecidos pelos próprios das testemunhas no fim nomeadas e assinadas e estas de mim, tabelião, do que dou fé e de cuja capacidade jurídica, eu, tabelião, também dou fé. E, perante as testemunhas, pelo incorporador Ermelindo Tinoco Fernandes me foi dito: a) que de comum acordo com os demais outorgantes e reciprocamente outorgados, resolveram constituir, sob a denominação de "Companhia Imobiliária Riachuelo", uma sociedade anônima, com o capital de 650.000\$000 (seiscentos contos de réis), sob os Estatutos que ficaram convenccionados, senão que esse capital e seus Estatutos em triplicata, se achando totalmente subscritos, foi para a data de 24 do corrente, convocada uma assembléa que de fato se realizou conforme a ata que adiante vai transcrita; b) que tendo sido o dito capital constituído parte em bens e parte em dinheiro, no valor de 50.000\$000, a assembléa havia escolhido os louvados ordenados pela lei, para darem valor áquelles bens; c) que, em virtude disso, ficou deliberada a convocação de uma nova assembléa para o dia de hoje, ás 14 horas, no escritório do acionista Vitor Fernandes Alonso, no mesmo local em que se realizou a primeira, afim de os acionistas tomarem conhecimento desse laudo, e serem praticadas todas as demais exigências da lei para a constituição definitiva da Companhia, pelo que na presente escritura e na melhor forma de direito reduzem a instrumento todas as soluções adotadas, conforme consta da supracitada ata, que é lida e fielmente transcrita: "Ata da Primeira Assembléa de Constituição da Companhia Imobiliária Riachuelo, sociedade anônima, realizada em 24 de junho de 1938 — Aos 24 dias de junho de 1938, ás 14 horas, á rua do Carmo n. 65, 1º andar, nesta cidade, escritório do senhor Vitor Fernandes Alonso, achando-se presente o incorporador e todos os demais subscritores da "Companhia Imobiliária Riachuelo", conforme se verifica do livro de presença, foi aclamado para presidir os trabalhos da assembléa o subscritor Vitor Fernandes Alonso, que, assumindo a presidência, convidou para secretários os subscritores Ermelindo Tinoco Fernandes e dona Mathilde Fernandes Estrella, os quais, tomando assento, completaram a mesa. Em seguida, o Sr. presidente da assembléa, usando da palavra, declarou que, por estarem assinados os Estatutos e subscrito o capital social, fez o incorporador publicar a convocação no *Diário Oficial* de 23 do corrente, afim de se promoverem os meios para a constituição e instalação da "Companhia Imobiliária Riachuelo" e, portanto, a presente reunião tinha por objeto tomar conhecimento dos atos preliminares praticados por seu incorporador para sua legal organização, constante dos Estatutos, lista de subscritores, documentos que se achavam sobre a mesa, e providenciar sobre o que mais fosse de necessidade para a constituição da mesma sociedade anônima. Assim, tendo sido subscrita uma parte do capital social em bens, sob a base de 600.000\$000, por ele subscritor Vitor Fernandes Alonso e sua mulher, tornava-se necessário, desde logo, em atinência ao art. 77 do decreto n. 434, de 4 de julho de 1891, que os Srs. subscritores elegessem os louvados para avaliarem esse quinhão de bens, e que foi subscrito. Convidou o Sr. presidente aos subscritores a se munirem de cédulas, as quais, depois de escritas e devidamente recolhidas, deram como eleitos para peritos os três seguintes senhores: Artur de Castro, Aníbal Couto e Matias Ferreira, casados e domiciliados nesta cidade; abstiveram-se de votar nesta eleição os subscritores interessados, por serem os proprietários dos imóveis. O senhor presidente declara, então, que ia convidar os Srs. peritos eleitos para procederem, sem demora, á avaliação e desde logo convida os Srs. subscritores a novamente se reunirem em assembléa geral, neste mesmo local, ás 14 horas do dia 27 do corrente mês, afim de serem ultimados os trabalhos de constituição da Sociedade, ouvindo a leitura do laudo de avaliação, os respectivos Estatutos, aprovando-os ou rejeitando-os, e tomando todas as deliberações complementares, para o que o Sr. incorporador devia fazer os respectivos anúncios. Nada mais havendo a tratar o Sr. presidente suspendeu a sessão submettendo a ata á votação, sendo unanimemente aprovada, depois de lida e posta em discussão, ficando desde logo acordado, entre todos os presentes ser passada em instrumento publico a ata desta assembléa, para o que deveria ser chamado um tabelião, sendo a mesma por todos assinada. E eu, Ermelindo Tinoco Fernandes, secretário, que a fiz lavrar e encerro com a assinatura do senhor Presidente. Rio de Janeiro, 24 de junho de 1938. — *Vitor Fernandes Alonso*. — *Innocência Tinoco Fernandes*. — *Ermelindo Tinoco Fernandes*. — *Noêmia Fernandes*. — *Floriano Matos Fernandes*. — *Mathilde Fernandes Estrella*. — *Roberto Estrella*. — *Consuelo Fernandes de Magalhães Castro*. — *João Paulo de Magalhães Castro*. — *Clotilde Fernandes Gomes*. — *Luiz Ferreira Gomes*. — Reconheço as firmas de Vitor Fernandes Alonso, Innocência Tinoco Fernandes, Ermelindo Tinoco Fernandes, Noêmia Fernandes, Floriano Matos Fernandes, Mathilde Fernandes Estrella, Roberto Estrella, Consuelo Fernandes de Magalhães Castro, João Paulo de Magalhães Castro, Clotilde Fernandes Gomes, Luiz Ferreira Gomes. Rio de Janeiro, 24 de junho de 1938. Em testemunho (sinal público) da verdade — *Fausto Werneck Furquim de Almeida*. Carimbo desse Tabelião do 5º Offício de Notas. E, por estarem de acordo, aceitam a presente como está feita, obrigando-se a fazer-la boa, firme e valiosa — por si, seus herdeiros e sucessores. Este instrumento não paga selo, visto que o selo devido será pago na escritura de constituição definitiva. E, de como assim o disseram, dou fé, pediram-me este instrumento que fiz lavrar por meu escrevente juramentado Maria Braga, outorgaram, acataram

ram e assinam depois de lhes ser lido e achado conforme, com as testemunhas **Randolfo Ferreira** e **Fausto Soares**, a tudo presentes. E eu, **Fausto Werneck Furquim de Almeida**, tabelião, a subcrevo. — **Vitor Fernandes Alonso**. — **Inocência Tinoco Fernandes**. — **Ermelindo Tinoco Fernandes**. — **Noêmia de Matos Fernandes**. — **Floriano de Matos Fernandes**. — **Matilde Fernandes Estrella**. — **Roberto Estrella**. — **Consuelo Fernandes de Magalhães Castro**. — **João Paulo de Magalhães Castro**. — **Clotilde Fernandes Gomes**. — **Luiz Ferreira Gomes**. — **Randolfo Ferreira**. — **Fausto Soares**. Nada mais constava e nem declarava em a dita escritura, da qual bem e fielmente fiz extrair a presente certidão, que estando em tudo conforme a subcrevo e assinado, nesta cidade do Rio de Janeiro, Capital da República dos Estados Unidos do Brasil, aos 27 dias do mês de junho de 1938. Dact. por **Ferreira**. E eu, tabelião público, subcrevo. — **Fausto Werneck**.

Estatutos da Companhia "Imobiliária Riachuelo"

Art. 1.º Fica constituída com sede e fóro jurídico nesta Capital, uma sociedade anônima denominada "Companhia Imobiliária Riachuelo", que tem por objeto: a) adquirir por conta própria, prédios terrenos situados de preferência nesta Capital; b) administrar os imóveis já existentes, bem como os que venham a ser construídos e adquiridos; c) fazer outros negócios correlatos.

Art. 2.º O prazo da duração da sociedade será de trinta anos, a contar desta data, podendo ser prorrogado por deliberação da assembleia geral.

Art. 3.º O capital social será de seiscentos e cinquenta contos de réis (650:000\$000), representado por seiscentas e cinquenta ações do valor nominal de um conto de réis, cada uma, integralizadas no ato da subscrição.

§ 1.º O capital acima referido, que poderá ser aumentado ou diminuído de acordo com a lei e os interesses sociais, é constituído em bens e dinheiro, sendo seiscentos contos em bens e cinquenta contos de réis em dinheiro.

§ 2.º No caso de qualquer dos acionistas querer dispor de suas ações, seja por qualquer título, ou caucioná-las, a sociedade poderá resgatá-las, até o momento da transferência ou caução, pelo valor nominal, e si não for possível nem conveniente resgatar ditas ações, ficam os demais acionistas com o direito preferencial de adquiri-las pelo valor nominal. A transferência aqui estabelecida assiste a todos os demais acionistas em conjunto, ou a cada um deles individualmente, quando exercida por todos ou por mais de um, as ações a serem transferidas serão proporcionalmente repartidas entre os acionistas, ainda que seja preciso fracionar cada ação nos termos permitidos pela lei.

§ 3.º A transferência das ações será pedida por proposta escrita; e a diretoria tem o prazo de trinta dias a contar dessa proposta para resolver sobre o resgate ou dar ciência da mesma proposta aos acionistas para em dentro daquele prazo exercerem a preferência a que se refere o parágrafo anterior.

§ 4.º Cada ação dá direito a um voto ainda que pertença a mais de um titular.

Art. 4.º A administração da Companhia será exercida por uma Diretoria composta de três diretores, todos eleitos pelo prazo de quatro anos, podendo ser reeleitos. Dos três Diretores, o presidente será desde logo eleito pela Assembleia, e os dois outros terão as funções que o presidente a eles fixarem.

Art. 5.º A Diretoria compete:

a) cumprir e fazer cumprir as resoluções das assembleias, executar e fazer executar estes estatutos;

b) estabelecer regulamentos para o bom andamento dos serviços da sociedade;

c) admitir ou dispensar livremente os seus funcionários e empregados, fixando-lhes os vencimentos e gratificações, bem como fixar, nos casos em que sejam necessárias;

d) determinar os dividendos e bônus que devem ser distribuídos aos acionistas;

e) exercer livre e geral administração, para o que lhe são conferidos amplos e ilimitados poderes, inclusive os de adquirir imóveis, contratar construções, locações ou rescisões.

Art. 6.º As decisões da Diretoria serão tomadas por maioria de votos dos seus membros presentes.

Art. 7.º Todos os documentos que importem em responsabilidade para a Companhia no exercício normal do fim social, inclusive escrituras e recibos, só terão valor quando assinados no mínimo pelo Diretor presidente e diretor-tesoureiro, em caso de licença ausência, ou impedimento, o presidente será substituído pelo Diretor que designar, e no de vaga por um dos dois Diretores, até que a Assembleia lhe dê substituto.

Parágrafo único. A substituição dos diretores em qualquer hipótese das acima previstas, salvo a de vaga, far-se-á com membros do Conselho Fiscal, convidados pelos Diretores em exercício.

Art. 8.º — Compete à assembleia geral ordinária fixar os honorários da diretoria e do conselho fiscal, si forem remunerados.

Art. 9.º — A companhia terá um conselho fiscal composto de três membros e três suplentes acionistas ou não, eleitos em assembleia pelo prazo de um ano, podendo ser reeleitos. As suas funções serão as determinadas em lei.

Art. 10.º — As assembleias gerais serão convocadas com antecedência de cinco dias, quando extraordinárias; e de quinze dias, si ordinárias. Cada ação terá direito a um voto.

Art. 11.º — A assembleia geral ordinária realizar-se-á anualmente até o dia 30 de março de cada ano, e as extraordinárias,

quando forem convocadas pela diretoria ou por acionistas, nos termos da lei. O ano administrativo tem início a 1 de janeiro e finda a 31 de dezembro.

Art. 12.º — Os lucros líquidos anuais serão assim distribuídos: dez por cento para o fundo de reserva; setenta por cento para fundo de construções e aquisições; dez por cento para dividendos; dez por cento para atender a honorários e despesas não previstas, a juízo da diretoria.

Parágrafo único — Os prejuízos serão repartidos proporcionalmente às suas ações.

Art. 13.º — O diretor presidente representará a sociedade em juízo, ativa e passivamente.

Art. 14.º — Os casos omissos nestes estatutos serão regidos pelas leis em vigor.

Rio de Janeiro, 21 de junho de 1938.

Victor Fernandes Alonso.

Inocência Tinoco Fernandes.

Ermelindo Tinoco Fernandes.

Noêmia de Matos Fernandes.

Dr. Floriano de Matos Fernandes.

Matilde Fernandes Estrella.

Dr. Roberto Estrella.

Consuelo Fernandes de Magalhães Castro.

João Paulo de Magalhães Castro.

Clotilde Fernandes Gomes.

Luiz Ferreira Gomes.

Reconheço as firmas retro e supra de **Vitor Fernandes Alonso**, **D. Inocência Tinoco Fernandes**, **Ermelindo Tinoco Fernandes**, **D. Noêmia de Matos Fernandes**, **Dr. Floriano de Matos Fernandes**, **D. Matilde Fernandes Estrella**, **Dr. Roberto Estrella**, **D. Consuelo Fernandes de Magalhães Castro**, **João Paulo de Magalhães Castro**, **D. Clotilde Fernandes Gomes** e **Luiz Ferreira Gomes**. Rio, 21 de junho de 1938. — O tabelião, **Fausto Werneck**.

(C — 5.481 — 20-9-938 — 603\$600.)

SOCIEDADES CIVIS

SOCIEDADE CIVIL BRASILEIRA RÁDIO NACIONAL

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA SOCIEDADE CIVIL BRASILEIRA RÁDIO NACIONAL, REALIZADA AOS QUATRO DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 1938.

Aos quatro dias de mês de agosto de mil novecentos e trinta e oito, às quinze horas na sede desta Sociedade, à Praça Mauá n. 7, 22º andar, nesta cidade do Rio de Janeiro, reuniram-se em assembleia geral ordinária os sócios fundadores numa proporção superior a dois terços do fundo social realizado, de acordo com o parágrafo único do artigo sexto dos estatutos. O vice-presidente em exercício, **Dr. Ismael de Oliveira Maia**, abriu a sessão e declarou que de acordo com os anúncios de convocação publicados no "Diário Oficial", de 27 e 28 de maio e 6 e 11 de julho últimos acham-se sobre a mesa as seguintes matérias para serem discutidas e aprovadas pela presente assembleia:

Relatório e contas da diretoria até o exercício de 1937, eleição da diretoria e do conselho fiscal para o bienio a iniciar-se em 1938 e a expirar-se em 1940.

O Sr. vice-presidente, em seguida, convidou os presentes para escolherem o presidente desta assembleia, tendo sido aclamado o Sr. **Dr. Manuel Cardoso de Carvalho Neto**, que convidou para secretários os Srs. **Tertuliano Guimarães** e **Armando Lima**, com os quais ficou constituída a mesa.

O Sr. presidente da assembleia oferece a palavra a quem dela queira fazer uso, e ninguém a tendo acito, subleto, em seguida, toda a matéria à votação dos presentes, que a aprovaram unanimemente, abstendo-se de votar os membros da diretoria e do conselho fiscal. Passando-se, depois à segunda parte, o Sr. presidente convidou os senhores sócios a munirem-se de cédulas para a eleição da diretoria e do conselho fiscal. Corrido o escrutínio e contadas e apuradas as cédulas, verificou-se o seguinte resultado:

Para presidente — **Ismael de Oliveira Maia**;

Para vice-presidente — **Alfredo d'Ávila Lima**;

Para secretário — **Otávio Lima**;

Para tesoureiro — **Almérico Ramos**;

Conselho Fiscal — **Pedro Raposo Lopes**, **Manuel Cardoso de Carvalho Neto** e **Tertuliano Guimarães**.

O Sr. presidente declarou empossados todos os eleitos e, nada mais havendo a tratar, suspende a sessão enquanto se lavra esta ata, que depois de reaberta a sessão é lida, posta em discussão, aprovada, e assinada por todos os acionistas, dela se extraindo uma cópia fiel para os efeitos legais. — **Armando Lima**, **Manuel Cardoso de Carvalho Neto**, **Tertuliano Guimarães**, **Vasco Lima**, **Ismael de Oliveira Maia**, **Otávio Lima**, **Alfredo d'Ávila Lima** e **Pedro Raposo Lopes**.

(C-5 980 — 20-8-938 — 56\$100).

ANÚNCIOS

Companhia Manufatora Fluminense

RUA 1º DE MARÇO N. 101, TÉRREO

De 15 a 19 de setembro do corrente ano, e desse dias em diante, às quintas-feiras, das 13,30 às 15,30 horas, pagar-se-á, no escritório da companhia, o 62º dividendo, à razão de 10\$000 por ação, relativo ao primeiro semestre de 1938.

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1938. — *Severino Pereira da Silva*, diretor-presidente.

(C 6.027 — 11-8-1938 — 85\$700 — 7 vezes)

Companhia Força e Luz Minas Sul

DIVIDENDO

A partir do dia 22 do corrente será pago, na sede da companhia, o 37º dividendo das ações ordinárias, relativo ao primeiro semestre de 1938, à razão de 10\$000 por ação.

Rio de Janeiro, 1 de agosto de 1938. — *A diretoria*.

(C 5.583 — 2-8-1938 — 20\$400 — 2 vezes)

Companhia Imobiliária Administrativa S. A.

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Convocação

Convocam-se os senhores acionistas para a assembléia geral ordinária, que se vai reunir no dia 23 do corrente, às 16 horas, na sede social, afim de tomarem conhecimento do relatório da diretoria, parecer do conselho fiscal e cotas referentes ao ano de 1937, devendo também serem eleitos os diretores e membros do conselho fiscal e suplentes a servirem no novo período.

Rio de Janeiro, 8 de agosto de 1938. — *A diretoria*.

(C 5.911 — 8-8-1938 — 52\$000 — 3 vezes)

A Praça

SERAFIM FERREIRA & COMP. LTDA., estabelecidos nesta cidade, à rua Evaristo da Veiga ns. 24, 26 e 28, comunicam aos seus amigos e clientes desta e de outras praças, que adquiriram todo o stock de mercadorias e os móveis e utensílios da firma Ferreira Land & Comp., pela importância de 1.168.494\$900 (mil cento e sessenta e oito contos quatrocentos e noventa e quatro mil e novecentos réis), já tendo sido pago à dita firma, adiantadamente, a quantia de 400.000\$000 (quatrocentos contos de réis), pelos cheques números 987.477, 987.483 e 987.484, contra o Banco Boavista. O restante daquela importância será pago à vista, logo que a firma Ferreira Land & Comp. apresente-lhes os documentos exigidos na escritura de promessa de compra e venda, lavrada no dia 25 de julho próximo findo, em notas do tabelião Lino Moreira, livro 430, fls. 63. Participam, outrossim, que, não obstante já se acharem de posse de todos os bens comprados e do prédio onde era estabelecida a firma Ferreira Land & Comp., nada têm com o ativo e passivo da mesma firma, por se limitar a transação efetuada somente à aquisição do stock de mercadorias e dos móveis e utensílios.

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1938. — *Serafim Ferreira & Comp. Ltda.*

Reconheço a firma de Serafim Ferreira & Comp. Ltda.

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1938. Em testemunho (estava o sinal público) da verdade. — *Lino Moreira*, tabelião.

(C 6.221 — 18-8-1938 — 91\$800 — 3 vezes)

Companhia Minas do Rio Carvão

Comunicamos aos senhores acionistas que, a começar do dia 25 do corrente, será pago, em seu escritório, à rua General Câmara 66, 1º andar, o dividendo relativo ao primeiro semestre do corrente ano, à razão de 4\$000 por ação.

Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1938. — *A diretoria*.

(C 6.058 — 19-8-1938 — 24\$500 — 3 vezes)

Companhia Inhangá S. A.

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

São convidados os senhores acionistas a se reunirem em assembléia geral ordinária, no dia 6 de setembro, às 14 horas, na sede social, à avenida Rio Branco n. 117, sala 420, afim de tomarem conhecimento e deliberarem sobre o relatório da diretoria, balanço encerrado em 31 de dezembro de 1937, contas e atos da diretoria, até a mesma data, parecer do conselho fiscal e bem assim para procederem à eleição da diretoria e do conselho fiscal.

Os documentos a que se refere o art. 147 do decreto n. 434, de 1891, acham-se desde já à disposição dos senhores acionistas, na sede social.

Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1938. — *A diretoria*.

(C 6.061 — 19-8-1938 — 36\$700 — 2 vezes)

Companhia Cafeeira de Minas Gerais S. A.

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

São convidados os senhores acionistas a se reunirem, no dia 30 de agosto de 1938, às 14 horas, na sede da companhia, à rua Visconde de Inhaúma n. 39, 8º, para deliberarem sobre os seguintes assuntos:

a) discussão e aprovação de contas e atos da diretoria, relativos ao exercício financeiro encerrado a 30 de junho último, e votação do parecer do conselho fiscal;

b) eleição dos membros do conselho fiscal e suplentes.

Acham-se à disposição dos senhores acionistas os documentos de que trata o art. 147 do decreto n. 434, de 4 de julho de 1891, ficando suspensas as transferências de ações de acordo com a lei.

Rio de Janeiro, 26 de julho de 1938. — *A diretoria*.

(C 5.643 — 26-7-1938 — 290\$700 — 15 vezes)

A Praça

FERREIRA LAND & COMP., comerciantes, estabelecidos à rua Evaristo da Veiga n. 24, nesta cidade, tendo ajustado vender todo o seu stock de mercadorias, móveis e utensílios à firma Serafim Ferreira & Comp. Ltda., também estabelecida nesta cidade, à rua Evaristo da Veiga ns. 26/28, sendo feita a mesma venda livre e desembarçada de todo e qualquer onus ou responsabilidade, convidam todos os seus credores a apresentarem as contas ou títulos respectivos, no 1º andar do mesmo estabelecimento, de 9 às 17 horas, até o dia 31 do corrente, afim de serem logo pagos.

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1938. — *Ferreira Land & Comp. — Serafim Ferreira & Comp. Ltda.*

(C 6.062 — 19-8-1938 — 42\$800 — 3 vezes)

Sociedade Cooperativa de Seguros do Sindicato dos Comerciantes Atacadistas do Rio de Janeiro

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Primeira convocação

São convidados os senhores quotistas a se reunirem em assembléia geral ordinária, a realizar-se na sede social, à rua da Alfândega n. 107, 2º andar, no dia 24 de agosto corrente, às 14 horas, afim de, na forma do art. 24, n. 2, dos estatutos, tomarem conhecimento do balancete referente ao primeiro semestre do exercício corrente.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1938. — *A diretoria*.

(C 5.883 — 12-8-1938 — 55\$100 — 3 vezes)

(*) Reproduz-se por ter sido publicado com incorreções.

Lavandaria Cooperativa de Responsabilidade Limitada

(SINDICATO PROFISSIONAL)

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

De ordem do senhor presidente, convido os senhores acionistas a se reunirem, às 14 1/2 horas do dia 25 do corrente, em nossa sede, à rua Maxwell n. 80, afim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

a) leitura e discussão do relatório da diretoria e parecer do conselho fiscal e balancete encerrado em 30 de junho próximo findo;

b) resolver sobre o aproveitamento dos terrenos adquiridos;

c) interesses sociais.

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1938. — *José da Silva Campos Júnior*, 1º secretário.

(C 6.055 — 19-8-1938 — 81\$600 — 5 vezes)

IMPRENSA NACIONAL

OBRAS QUE SE ACHAM A' VENDA

As encomendas de obras que não forem acompanhadas de importância destinada às despesas de porte e registro do Correio não serão atendidas, não se podendo aceitar em pagamento de obras ou de exemplares do "Diário Oficial" selos do Correio, estampilhas do selo adesivo, cheque ou ordem de pagamento. Deverão ser remetidas as importâncias em vales postais.

As "Leis usuais da República", pelo Dr. Tarquínio de Souza, têm o abatimento de 30 %, quando a aquisição for de três ou mais exemplares, em virtude do offício do Ministério da Justiça n. 1.264, de 8 de agosto de 1904.

A

Ato da Junta Governativa e do Governo Provisório (Índice), 1930 10\$000

Ato do Governo Provisório, organizados por A. D. Ribeiro, 1932 10\$000

Ação Penal (lei n. 628, de 28 de outubro de 1899, que amplia a ação penal por denúncia, e decreto n. 3.475, de 4 de novembro de 1899, que regula o art. 5º da lei n. 628, de 28 de outubro de 1913). 1\$000

Agricultura (Cria o Ministério da) — Decreto n. 1.606, de 20 de dezembro de 1906 1\$000

Água (decreto n. 3.656, de 24 de outubro de 1898) — Regulamento para a concessão d'água dos encanamentos públicos. 1\$000

Água (Concessão d'água no Distrito Federal) — Decreto número 20.951, de 18 de janeiro de 1933 1\$500

Arquivos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro:

Volume III 15\$000
Volume IV 15\$000
Volume V 15\$000
Volume VI 10\$000

Arquivo Nacional (Publicações):

Volume I 10\$000
Volume III 5\$000
Volume IV 5\$000
Volume V 5\$000

Volume VI 8\$000
Volume VII 7\$000
Volume VIII 7\$000
Volume IX 5\$000
Volume X 6\$000
Volume XI 6\$000
Volume XII 6\$000
Volume XIII 3\$000
Volume XIV 3\$000
Volume XV 8\$000
Volume XVI 3\$000
Volume XVII 6\$000
Volume XVIII 3\$000
Volume XX 4\$000
Volume XXI 6\$000
Volume XXIII 8\$000
Volume XXIV 6\$000
Volume XXV 7\$000
Volume XXVI 7\$000
Volume XXVII 6\$000
Volume XXVIII (Ilha da Trindade) 10\$000
Volume XXIX 10\$000
Volume XXX 8\$000
Volume XXXI 10\$000

Arquivo Nacional:

Tirânicas que os holandeses usaram com os moradores do Rio Grande — Lopo Garro 2\$000

Cartas sobre a prosopopéia — Bento T. Pinto, e Peregrino da América e Nuno Pinheiro 2\$000

Marcellio Dias — Biografia. 2\$000

Arquivos do Museu Nacional:

Volume XVII 20\$000
Volume XXIII 20\$000
Volume XXV 20\$000

Arquivos Eleitorais (Alistamento e organização dos) 1\$000

Armazéns Gerais (Regulamento para o estabelecimento de) — Decreto n. 1.102, de 21 de novembro de 1903 1\$000

Anuário de Legislações de Fazenda, por Afonso Duarte Ribeiro:

Ano de 1916 6\$000
Ano de 1917 10\$000
Ano de 1918 8\$000
Ano de 1919 8\$000
Ano de 1920 8\$000
Ano de 1921 10\$000

Ano de 1922 12\$000

Ano de 1923 16\$000

Autorais (Leis de direitos) — Leis ns. 496, de 1 de agosto de 1898, e 2.577, de 17 de janeiro de 1912 1\$000

Autorais (Direitos) — Decreto n. 4.790, de 2 de janeiro de 1914 1\$000

Arrojadita (Novo mineral), por Djalma Guimarães 2\$000

Atlas pluviométrico do Nordeste do Brasil, por Delgado de Carvalho (Gerais), 1923 3\$500

Idem, Idem (Anuais) 3\$500

Automóveis (Regulamento da Circulação Internacional de). 2\$000

Administração e Contabilidade, por Alfredo Correia 15\$000

Anais do Congresso Constituinte da República — 2ª edição, revista — 1º volume (1891) ... 20\$000

Anais da Assembléa Constituinte (1934), 1º volume 20\$000

Idem, 2º volume 15\$000

Acidente no Trabalho (decretos ns. 3.724, de janeiro de 1919; 13.493, de 5 de março de 1919, e 13.498, de 12 de março de 1919) 1\$500

Acidentes no Trabalho (decretos ns. 24.637, de 10 de julho de 1934) 2\$000

Acumulações remuneradas — Decreto n. 19.576, de 8 de janeiro de 1932 1\$000

Alistamento Eleitoral — Lei número 3.139, de 1916 1\$000

Alistamento e organização dos arquivos eleitorais — Decreto n. 24.129, de 1934 1\$000

Aeronauticas Civis (Serviços) — Decreto n. 20.914, de 6 de janeiro de 1932 1\$000

Aspecto antropogeográfico da Constituição, por A. Bezerra. 1\$000

Abono Provisório — Decreto n. 183, de 13 de janeiro de 1936 3\$00

Armas, Munições, Explosivos (Fiscalização) — Decreto n. 1.246, de 11 de dezembro de 1936 3\$000

Acre (Organização Administrativa) — Lei n. 191, de 16 de janeiro de 1936 5\$00

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

REVISTA DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Agosto de 1938

PRIVILÉGIOS DE INVENÇÃO E MARCAS DE INDÚSTRIA E DE COMÉRCIO

Boletim n. 168

Expediente do Sr. Ministro

Dia 9 de agosto de 1938

Foram assinadas pelo Sr. ministro do Trabalho, as patentes de invenção, de modelo de utilidade e modelo industrial, concedidas aos seguintes inventores:

Privilegio de invenção

N. 25.818 — Guido Lusa, por seu procurador Dr. José Rodrigues Mendes, para a invenção de "Um novo tipo de válvulas para motores" (Dep. 1.780, de 28-9-37). — Na 14ª Inspeção Regional no Estado de São Paulo (termo 19.539).

N. 25.819 — Mauro Bueno de Campos, por sua procuradora Cruzeiro do Sul Patentes e Marcas Ltda., para a invenção de "Uma semeadeira rotativa para algodão e outros produtos" (Dep. 1.816, de 10-11-37). — Na 14ª Inspeção Regional no Estado de São Paulo (termo 19.830).

N. 25.820 — Sebastião Batista do Prado, por seu procurador Sílvia de Abreu, para a invenção de "Aperfeiçoamentos em ou relativo ao aparelho e processo destinado à confecção de chapas de dentaduras com os materiais "Resovin", "Neohacolite Hecolite e semelhantes prensados a óleo" (Dep. 16.875, de 14-5-36).

N. 25.821 — Alvaro Soares Brandão e Francisco Marcondes Vieira, por seu procurador Dr. Manuel Pereira Aires, para a invenção de "Uma película de cautchú portátil, destinada a revestir banheiros, lavabos, pia e outros recipientes semelhantes" (Dep. 18.605, de 7 de maio de 1937).

N. 25.822 — General Electric S. A., por seu procurador doutor Ariston Borges de Aguiar, para a invenção de "Aparelho para controle de temperatura proveniente de aquecimento elétrico" (Dep. 18.671, de 19-5-37).

N. 25.823 — Choji Ishibashi, por seu procurador Dr. Valler Gastão Buttel, para a invenção de "Plantador automático de sementes de algodão" (Dep. 18.741, de 26-5-37).

N. 25.824 — Knoll A. G. Chemische Fabriken, por seu procurador Lincoln Castelo Branco, para a invenção de "Novo processo para a preparação de B (P-oxifenil) isopropilmetilamina" (Dep. 18.744, de 26-5-37).

N. 25.825 — Knoll A. G. Chemische Fabriken, por seu procurador Lincoln Castelo Branco, para a invenção de "Novo processo para a preparação de B (p-oxifenil) isopropilmetilamina" (Dep. 18.746, de 26-5-37).

N. 25.826 — Ernesto Blum Guimarães, por seu procurador Dr. Adamastro Lima, para a invenção de "Um aparelho para acender fogões" (Dep. 19.059, de 20-7-37).

N. 25.827 — Westinghouse Electric & Manufacturing Company, por sua procuradora Momen & Harris, para a invenção de "Aperfeiçoamentos em mecanismos acionadores de contacto para disjuntores de circuitos" (Dep. 19.132, de 31-7-37).

N. 25.828 — Jesse B. Hawley, por seu procurador Dr. Pedro Pita Filho, para a invenção de "Meios e métodos de produzir artigos compostos de fibras e os artigos assim produzidos" (Dep. 19.209, de 18-8-37).

N. 25.829 — I. G. Farbenindustrie Aktiengesellschaft, por seu procurador C. Buschmann, para a invenção de "Processo de preparação de agentes humectantes para lixívia de mercerização" (Dep. 19.417, de 27-9-37).

N. 25.830 — Blairs Limited e Norman Ernest Lamont, por sua procuradora Momen & Harris, para a invenção de "Um aparelho aperfeiçoado para uso na ativação e reativação de carvão vegetal, carvão e substâncias semelhantes e para uso na revivificação de kieselsol e similares" (Dep. 19.606, de 22-10-37).

N. 25.831 — Achslager-Sindikat, por seu procurador Valler de Campos Birnfeld, para a invenção de "Mancal para eixo, com lubrificação por baixo e por circulação, em especial para veículos sobre trilhos" (Dep. 19.964, de 24-12-37).

N. 25.832 — Metalúrgica S. A., por seu procurador Dr. Alberto A. Lohmann, para a invenção de "Aperfeiçoamentos no fabrico de peças metálicas" (Dep. 19.684, de 8-11-37).

N. 25.833 — International General Electric Company Incorporated, por seu procurador Dr. Ariston Borges de Aguiar, para a invenção de "Aperfeiçoamentos em sistemas de válvulas elétricas de conversão para transmissão de energia entre circuitos de corrente direta ou circuitos de corrente direta e alternada" (Dep. 18.991, de 7-7-37).

N. 25.834 — Stephen William Varder, por seu procurador Dr. Valler Buttel, para a invenção de "Lavador e enxugador para pisos" (Dep. 19.710, de 12-11-37).

Modelo de utilidade

N. 25.835 — Pedro Georges Musse, por sua procuradora Empresa Mercúrio de Marcas e Patentes Limitada, para patente de invenção, como modelo de utilidade, de "Um novo tipo de fogão" (Dep. 1.802, de 25-10-37). — Na 14ª Inspeção Regional no Estado de São Paulo (termo 19.751).

N. 25.836 — Sociedade Técnico Importadora Ltda., para patente de invenção, como modelo de utilidade, de "Um carretel para fitas de máquinas de escrever" (Dep. 1.822, de 12-11-37). — Na 14ª Inspeção Regional no Estado de São Paulo (termo 19.835).

Modelo industrial

N. 159 — Salvador Albani, por seu procurador Dr. Valler Gastão Buttel, para patente de modelo industrial de "Um mostrador para relógio internacional" (Dep. 19.377, de 16-9-37).

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Expediente

Expediente do Diretor Geral

Dia 19 de agosto de 1938

Registro de marcas

Tung-Sel Lamp Works, Inc. — TUNG — classe 8 (termo número 33.635). — Registre-se.

(*) Industrias Reunidas Minas Gerais S. A. — VIRGO — classe 41 (termo n. 56.581). — Indeferido de acordo com o art. 80, n. 7, do decreto n. 16.264, de 1923.

Titulo de estabelecimento

Antônio Belo Segundo — BONBONIERE VIENNESE — classe 41 (termo n. 55.363). — Indeferido de acordo com o art. 33, n. 6, do decreto n. 24.507, de 1934.

Transferência de marcas

Antônio Santos (13.511-38) — transferência para o seu nome do título "Edifício Cineândia" registrado sob o n. 48.452 por Maria Amalia Bhorer de Araújo, Ubaldo Massara & Comp., Ltda., (10.520-1938 — transferência para o seu nome da marca "Sifilina", registrada pelo Laboratório Gloria Ltda., sob o n. 52.128) e Laboratório Peres Oliveira Ltda., (21.527-37 — transferência para o seu nome da marca "Mururol", registrada sob o n. 49.603 por Armínio de Castro Ferraz). — Anote-se as transferências.

Arquivamento de marca internacional

Foi mandada arquivar a marca internacional de n. 85.876 (Celiabaster) para assinalar especialidades farmacêuticas, visto haver o titular satisfeito a exigência do art. 119 do decreto n. 20.377, de 1931.

Quanto às marcas internacionais ns. 85.826 (Ave), 85.287 (Apí-ordemin), 85.833 (Pilele di Brera), 85.845 (K. L.), 85.852 (Vive Valeque), 85.864 (Satini), 85.871 (Mucitakt), 85.872 (Hapaventrat), 85.888 (Kaoplasma), 85.889 (Ichthoplasma), 85.891 (Kalampron), 85.892 (Nupercaina), 85.902 (Midanon), 85.903 (X X X), e 85.904 (Rustival). — Satisfaçam os respectivos titulares, a exigência do art. 119, do decreto n. 20.377, de 1931.

Prorrogação de prazo

Electric Auto-Lite Company (termo n. 55.713). — Concedido o prazo de sessenta dias em prorrogação.

Expediente do diretor da Seção de Privilégios de Invenção

Dia 19 de agosto de 1938

Exigências

Hans Reichert (termo 20.750), Rexair, Inc., (termo 20.002). — Satisfaçam a exigência do técnico.

J. G. Araújo & Comp., Ltda., (termo 19.123). — Cumpra a exigência do técnico de fls. 11 v.

J. G. Araújo & Comp., Ltda., (termo 19.424), R. G. Le Touneau, Inc., (termo 20.593), Guilherme Klinke (termo 20.684), e Dr. Nelson de Azevedo Branco (termo 20.701). — Cumpram a exigência do técnico.

I/G Farbenindustrie Aktiengesellschaft (termo 19.130). — Cumpra a exigência de fls. 38 v. do técnico.

Diversos

Companhia Brasileira de Sedas Rhodiaseta, S/A (17.544-38). — Junte-se.

Darwin Araújo (18.393-38). — Junte-se e volte ao técnico.

Gewerkschaft Mathias Stinnes (18.103-38). — Junte-se e volte ao técnico, oportunamente faça-se as anotações.

Hans Arne Costa Gunnelius e Nils Halvard Liander (18.218-38). — Junte-se e ouça-se o técnico.

Dr. Amílcar Quintela Junior (18.385-38), Constantino Brino (16.591-38), I. G. Farbenindustrie Aktiengesellschaft (18.227-38), Antônio Bagnasco (18.347-38), Junker & Ruh A. G., (18.287-38), H. T. Bard Socket Corporation Inc., (18.078-38). — Junte-se.

Aladar Fehr (18.384-38). — Junte-se e encaminhe-se aos técnicos.

Patent-Treuhand-Gesellschaft Für Elektrische Glühlampen m. b. H., (18.216-38). — Junte-se e volte ao técnico e oportunamente faça-se as anotações.

Z Pack Corporation (18.109-38), Eeienne Challet e Entreprises Electriques Fribourgeoises (18.180-38), Dr. Egon Flöd (18.314-38), Olivar de Campos Côrtes e José Inácio do Carmo Vieira (18.427-38). — Junte-se e voltem ao técnico.

J. M. Fernandes & Comp., (18.490-38). — Junte-se.

Helen Broyer (18.360-38). — Junte e volte ao técnico, e oportunamente faça-se as anotações.

Sharples Specialty Company (18.316-38, junto ao 3.842-36). — De-se vista.

Expediente do diretor da Secção de Marcas

Dia 19 de agosto de 1938

Exigências

Eduardo Schmidt & Sousa (termo 52.425). — Pague a taxa de prorogação.

Sociedade Vermitônicas Ltda., (termo 56.776). — Prove ter sido revalidada a licença para o corrente exercício.

Alberto, Gomes & Comp. (termo n. 57.564). — Apresente os rótulos da marca.

S. A. Indústrias Reunidas F. Matarazzo (termo n. 56.863). — Legalize, em notário desta Capital, a procuração de fls. 8.

Otis Elevator Company (termo n. 56.829). — Prestem esclarecimentos.

Noticiário

OPOSIÇÕES

Renato Binelli & Comp. (n. 18.002, de 3-8-38), apresentaram oposição à marca "Mineralogen", termo n. 60.147, do Laboratório Silveira & Magalhães Ltd.

Renato Binelli & Comp. (n. 18.003, de 3-8-38), apresentaram oposição à marca "Opozones", termo n. 59.976, da Sociedade Anônima des Produits Chimiques Speciaux Brevets Mumières.

Nelson Batista Cordeiro (n. 18.246, de 6-8-38), protestou contra o registro da marca "Algiphen", termo n. 56.590, de A. B. Astra.

(*) Nelson Batista Cordeiro (n. 18.247, de 6-8-38), protestou contra o registro da marca "Algimem", termo n. 56.593, de A. B. Astra.

CERTIFICADOS EXPEDIDOS

São convidados a comparecer à Secção de Marcas, afim de receberem os seus certificados de registros de marcas, de títulos de estabelecimentos e de nomes comerciais, os titulares abaixo mencionados:

N. 56.863 — De Vivo, Pepi & Comp., título "Lojas Reunidas" (t. 29.543).

N. 56.869 — Wilson, Sons & Co. Ltd., marca "Pixie Brand", (t. 47.763).

N. 56.870 — Carl Leoni, marca "Crema-Cruz das Almas" (t. 48.914).

N. 56.871 — Instituto Biológico Argentino (t. 51.186).

N. 56.872 — Parfumerie Roger & Gallet, marca "Anthéa" (t. 51.395).

N. 56.873 — M. J. Calisto Pereira, título "Cajuti" (t. 51.401).

N. 56.874 — M. J. Calisto Pereira, marca "Cajuti" (t. 51.402).

N. 56.875 — Cluett, Peabody & Co., marca "Sanfor" (termo 51.777).

N. 56.876 — S/A Instituto Nacional de Indústrias Químicas (I. N. I. G. S/A) (t. 52.138).

N. 56.877 — Desidério Farkas, título Fotoptica-Casa dos Amadores-Ocillos (t. 52.349).

N. 56.878 — Laboratório Specializzato Farmaco-Oftálmico Italiano Tubi Lux, marca "Zincoclarona" (t. 52.362).

N. 56.879 — Carlos Pereira & Comp., marca "Frigideira" (t. 52.286).

N. 56.880 — Paula Rosa, Correia & Comp. Ltda., marca "L. 52" (t. 53.410).

N. 56.881 — Paula Rosa, Correia & Comp. Ltda., marca "L. 52" (t. 53.411).

(*) Denegado por ter sido com incorreções.

N. 56.882 — Paula Rosa, Correia & Comp. Ltda., marca "L. 52" (t. 53.413).

N. 56.883 — Viti-Vinicultura "Boiser, Ltda.", marca "Ariston" (t. 53.477).

N. 56.884 — Titus S/A, marca "Titus" (t. 53.534).

N. 56.885 — Costa, Correia & Comp., marca emblemática (t. 53.637).

N. 56.886 — Mirúrgia S/A, marca "Helga" (t. 53.655).

N. 56.887 — Tinturaria Arco-Iris Limitada, título "Tinturaria Arco-Iris" (t. 54.033).

N. 56.898 — C. Magalhães & Comp., marca "Pomada Reny" (t. 54.154).

N. 56.899 — C. Magalhães & Comp., marca "Reny" (termo 54.155).

N. 56.900 — Alves e Irmãos, marca "Colibri" (t. 54.394).

N. 56.891 — Sociedade Asclépias Ltda., marca "Zinfene" (t. 54.636).

N. 56.892 — Kinetic Chemicals, Inc., marca "Freon" (termo 54.799).

AVISO AOS REQUERENTES DE PATENTES

Os requerentes de patentes ou seus procuradores abaixo mencionados são convidados a satisfazer o pagamento das taxas a que se referem os artigos 50, letra B, 51, letra A, do dcc. 16.264, de 19 de dezembro de 1923. A inobservância do prazo de 30 dias estabelecidos pelo artigo 1º, letra B do dcc. 22.990, de 1933, importará no arquivamento definitivo do processo.

Termos — Nomes

N. 17.345 — Antônio Ferretti.

N. 19.396-A — José Neiva.

N. 18.485 — General Electric S. A.

N. 18.667 — Valentim F. Bouças.

N. 18.724 — John Brusker.

N. 18.804 — André Lucien Martin.

N. 18.878 — Alberto Engelbrecht, Carlos Bartolome Engelbrecht e outro.

N. 19.101 — Holoprane Limited.

N. 19.165 — Jacob William Frnakel.

N. 19.510 — Gessellschaft Fur Chemische Industrie In Basel.

N. 19.524 — Edward Alexander Mc Clung e outro.

N. 19.537 — The British Cotton Industry Research Association.

N. 19.584 — Agostinho Melo Mendes, José Bonchristiano e outros.

N. 19.628 — Luiz Uriel Tavares.

N. 19.642 — Maybach-Motorenbau G. m. b. H.

N. 19.876 — International General Electric Company Incorporated.

N. 20.150 — Otto Bender.

N. 20.154 — Hermann Klutinger.

N. 20.207 — José de Castro Rangel.

N. 20.231 — Rudolf Baldus.

AVISO AOS REQUERENTES DE MARCAS

Estão convidados a comparecer a este Departamento, os requerentes e procuradores de marcas abaixo mencionados afim de satisfazer de acordo com o decreto 614, de 12 de agosto corrente, o pagamento da taxa final de certificado.

Armando Vieira & Comp. — CASA OSCAR MACHADO — Termo n. 38.921.

A. Coelho Júnior — A GAROTA — T. 39.181.

Paulo Menegassi — VASCO — T. 40.715.

Sociedade Vinícola Suzanense Ltda. Sovis — VINHO VERMOUTH SOVIS — T. 46.483.

Companhia Sousa Cruz — AL ABAMA — T. 47.060.

Carino de Barros Quitale — COGNAC DE MEL DE ABELHAS — T. 47.839.

Nibal Alves de Pinho — LEITE NEVAL — T. 48.199.

Auto Union A. C. — HORCH — T. 48.459.

Muszynski, Ferreira & Comp. — SIBERIA — T. 48.735.

Koh-I-Noor Pencil Factory L & C Hardtmuth — KOH-I-NOOR — T. 48.839.

Etablissements Noilly Prat & Cie. — MARCA EMBLEMATICA — T. 49.214.

Augusto Ferreira da Costa — ECIA — T. 49.278.

Alberto Lopes — LOBELIA COMPOSTA — T. 49.305.

G. fur Chemische Industrie In Basel (S. pour I. G. a Bâle) — CARBANTRENA — T. 49.369.

William Fait — CONTRAGUA — T. 49.670.

Empresa Oeste Ltda. — EMPRESA OESTE LTDA. — ORGANIZAÇÃO E SERVIÇOS TÉCNICOS ECONOMICOS — T. 49.757.

Araújo Barbosa & Comp. — CASA TUPAN — T. 49.953.

Usina Nacional Indústrias Químicas Ltda. — UNIC — T. 49.966.

Siemens Schukertwerke A. G. — DURIGNIT — T. 50.112.

Siemens Schukert W. A. G. — DURIGNIT — T. 50.113.

Batista Soares & Comp. — CASA APOLLO — T. 50.106.

J. A. Sardinha Succs. — REAL — T. 50.855.
 Silva Liberato & Comp. — PASTILHAS PERINI — T. 50.944.
 Carvalho Mendonça & Comp. Ltda. — NEOPALUQUINA — T. 50.963.

Johnson & Johnson do Brasil — DRYBAK — T. 50.987.
 The Porcelain Enamel & Mfg Co. — PEMCO — T. 51.014.
 Antônio Moreira Mussolini — MUSSOLINI — T. 51.024.
 Borges Godinho & Comp. — PADARIA E CONFEITARIA WER-
 DER — T. 51.087.

Scovil Manufacturing Co. — HAMILTON BEACH — T. 51.139.
 Wollgarnfabrik Tittel & Kruger und Sternwooll Spinnerei A. G. —
 MARCA EMBLEMATICA — T. 51.393.
 Lourenço Bernardes Gil — CALOGIL — T. 51.412.
 Irmãos Spina — DELUXE — T. 51.550.
 Mercado Industrial Carioca S. A. — TERMINUS — T. 51.629.
 Giovanetti & Gambini — COMEDIA — T. 51.712.
 Sonavet Ltda. — SONAVET LTDA. — T. 51.757.
 Almeida & Sepulveda — CASA ALMEIDA — T. 51.791.
 C. S. Gonn Ltda. — PAN AMERICAN — T. 51.825.
 F. Costa & Comp. — A CIDADE DE SÃO PAULO — T. 51.843.
 Empresa do correio Paulistano S. A. — EMPRESA DO CORREIO
 PAULISTANO S/A — T. 52.056.

A Rural Ltda. — RURAL — T. 52.153.
 Dietiker & Comp. — A POPULAR — T. 52.192.
 Dietiker & Comp. — ARMAZEM DO POVO — T. 52.193.
 Alfredo de Magalhães Queiroz — BEKOL — T. 52.564.
 Lopes Gomes & Comp. — CASA DO ANZOL — T. 52.408.
 Irmãos Arentz & Comp. — CAVALLINHO — T. 52.670.
 Companhia Fornecedor de Materiais — GRANITINA — Termo
 52.673.

Diegues & Dias — FABRICA DE ROUPAS FAROL — T. 52.760.
 Bastos & Camilo Ltda. — ARSENOVITA — T. 52.782.
 M. Carvalho & Rocha — GRUTA DO RIO — T. 52.830.
 Ing. C. Olivetti & C. S. A. — OLIVETTI — T. 52.841.
 Canabarro & Comp. Ltda. — HEMOPATOL — T. 52.891.
 J. Lopes & Comp. — J. LOPES & CIA. — T. 52.898.
 Produtos Farmaceuticos Barroso & Valter Ltda. — DRAGONAT
 — T. 52.926.

Oliveira Simões & Comp. — FABRICA GUARANA SIMÕES —
 T. 52.953.

Suerdick & Comp. — BCAS FESTAS — T. 53.086.
 J. Lopes & Comp. — WALLACE — T. 53.099.
 Bento de Sousa & Comp. — BENTO — T. 53.224.
 Empresa Brasileira Produtos da Pesca — NAVE — T. 53.293.
 Hermann Schubert — MARKE SCHUBERT — T. 53.297.
 Companhia Johnson & Johnson do Brasil — JGNCONOL — Termo
 53.266.

United States Rubber Products Inc. — MULTIPORE — T. 53.467.
 Byron Ortiz de Araújo — SOLVOLITIO — T. 53.483.
 The Columbs Dental Manufacturing — TRUVENIR — T. 53.524.
 Bento de Sousa & Comp. — BENSOUZA — T. 53.544.
 Fabio Bastos & Comp. — SILVEROIL — T. 53.623.
 Ribeiro Gomes Ferreira & Comp. — PADARIA E CONFEITARIA
 AYRCSA — T. 53.795.

Société des Usines Chimiques Rhône Polenc S A. — ASCABIOL
 — T. 53.839.

Schiliro & Comp. — CASA COMBATE — T. 54.035.
 Sianco Inc. — WYROL — T. 54.821.
 Ernesto de Sousa Pimenta — ANIL IDEAL — T. 54.947.
 Sir James Murray & Son Ltd. — MURRAY'S FLUID MAGNESIA
 — T. 55.049.

Wollgarnfabrik Tittel & Kruger und Sternwooll Spinnerei — MAR-
 CA EMBLEMATICA — T. 57.424.

Sparklets Ltd. — SPARKLETS — T. 58.133.
 Sebastião Pinto Leite — CALMETTINA — T. 58.332.
 Henrique Lage — MARCA EMBLEMATICA — T. 58.408.
 Henrique Lage — MARCA EMBLEMATICA — T. 58.409.
 International Galalith A. G. Hoff & Co. — GALALIT — Termo
 58.629.

S. A. Refinaria Magalhães — ASSUCAR FINO — T. 58.690.
 Jamil Zaidan — CASA TOSCANA — T. 59.120.
 Rodolpho Weil — CASA HANAU — T. 59.415.

Benjamin & Johnes Inc. — BIEN JOLIE — T. 59.433.
 E. G. Acheson Ltd. — OILDAG — T. 59.504.
 Moh-I-Noor Pencil Factory L. & C. Hardtmuth — MARCA EM-
 BLEMATICA — T. 59.697.

Companhia Brasileira de Fósforos — BANDEIRANTES PRO-
 GRESSO — T. 59.929.

Société A. des Produits Chimiques Speciaux Brevets Lumière —
 OPOZONES — T. 59.976.

J. F. Oliveira & Comp. — (90) — T. 60.010.
 J. de Sousa & Comp. — ELITE — T. 60.021.
 H. Sampaio Fernandes & Comp. — RADICAL — T. 60.166.
 H. Sampaio Fernandes & Comp. — HEITOR SAMPAIO — Termo
 60.167.

Luiz Hermany Filho & Comp. Ltda. — 3 3 — T. 60.177.

Maceira, Perez & Comp. — O PONTO — T. 60.250.

Maceira Perez & Comp. — O PONTO — T. 60.251.

Standard Oil Company of Brazil — OILEX — T. 60.255.

PRIVILEGIO DE INVENÇÃO

TERMOS DE DEPÓSITO

Publicação feita de acordo com o art. 41, do Regulamento
 vigente (decreto n. 18.264, de 1923).

§ 2.º Da data da publicação de que trata o presente artigo,
 começará a correr o prazo para o deferimento do pedido. Du-
 rante 60 dias, poderão apresentar suas oposições ao Departa-
 mento Nacional de Propriedade Industrial, aqueles que se jul-
 garem prejudicados com a concessão da patente requerida.

Termo r. 24.310 de 17-8-38.

Bruno Grassi — São Paulo.

Pontos característicos da invenção para: "Aperfeiçoamentos em
 meios de acionamento e funcionamento de armação para vão de ja-
 nelas de veículos de terra, mar e ar, que permita a completa oclu-
 são do vão, assim como a graduação à vontade da ventilação".
 Priv. Inv.

Em resumo reivindico como característico da invenção os se-
 guintes:

1.º Aperfeiçoamentos em meios de acionamento e funciona-
 mento de armação para vão de janelas de veículos de terra, mar e
 ar, que permite a completa oclusão do vão, assim como a graduação
 à vontade da ventilação, caracterizados por garras especiais de
 secção uniforme em U, providas todas duma saliência o, em que são
 feitos furos cegos que se revestem de uma bucha de material plás-
 tico, as quais são aplicadas aos bordos lisos superiores das lâminas
 móveis.

2.º "Aperfeiçoamentos em meios de acionamento e funciona-
 mento de armação para vão de janelas de veículos de terra, mar e
 ar, que permite a completa oclusão do vão, assim como a gradua-
 ção à vontade da ventilação", como reivindicado em 1.º, caracte-
 rizado por garras em tudo iguais às descritas na 1.ª reivindicacão mas
 providas ainda de uma extensão que se termina em cabeça esférica,
 as quais são aplicadas aos bordos lisos inferiores das lâminas
 móveis.

3.º "Aperfeiçoamentos em meios de acionamento e funciona-
 mento de armação para vão de janelas de veículos de terra, mar e
 ar, que permite a completa oclusão do vão, assim como a gradua-
 ção à vontade da ventilação", como reivindicado em 1.º, 2.º, caracte-
 rizados pelo fato de que as lâminas móveis, armadas das garras in-
 feriores já descritas são mantidas em um quadro provido de pinos
 que se encaixam nos furos cegos das garras, mantendo-as em posição
 vertical e permitindo-lhes o movimento giratório em redor dos
 eixos verticais determinados por pinos.

4.º "Aperfeiçoamentos em meios de acionamento e funciona-
 mento de armação para vão de janelas de veículos de terra, mar e
 ar, que permite a completa oclusão do vão, assim como a gradua-
 ção à vontade da ventilação", como reivindicado em 1.º, 2.º e 3.º, ca-
 racterizados por cabeças esféricas terminais das extensões das gar-
 ras inferiores que se encaixam em outros tantos orifício equidistan-
 tes dum tubo e são aí mantidas, sem prejuizo do seu movimento ro-
 tativo, entre pedaços de tubo ou barrinhas de extremidades cavadas
 esféricamente, uns outros de comprimento adequado e colocados cada
 um entre duas cabeças esféricas consecutivas sobre a pressão de duas
 molas estremas sobre as quais e fecha o tubo.

5.º "Aperfeiçoamento em meios de acionamento e funciona-
 mento de armação para vão de janelas de veículos de terra, mar e
 ar, que permite a completa oclusão do vão, assim como a gradua-
 ção à vontade da ventilação", como reivindicado em 1.º, 2.º, 3.º e 4.º,
 caracterizados pelo fato da armação formar um todo aplicável ou
 retirável do vão da janela sem ser preciso bolir ou mexer em qual-
 quer parte da parede em que se acha esses vão.

6.º "Aperfeiçoamentos em meios de acionamento e funciona-
 mento de armação para vão de janelas de veículos de terra, mar e
 ar, que permite a completa oclusão do vão, assim como a gradua-
 ção", como reivindicado em 1.º, 2.º, 3.º, 4.º e 5.º, caracterizados pelo fato
 de por um simples movimento longitudinal impresso ao tubo, se
 obter o movimento giratório das lâminas móveis de maneira a fe-
 char completamente o vão ou a abri-lo a vontade.

7.º "Aperfeiçoamentos em meios de acionamento e funciona-
 mento de armação para vão de janelas de veículos de terra, mar e
 ar, que permite a completa oclusão do vão, assim como a graduação
 à vontade da ventilação", como reivindicado em 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, e
 6.º caracterizados pelo fato das lâminas serem mantidas na posição
 desejada pela fricção das buchas de material plástica que revestem
 os furos cegos das garras contra os pinos do quadro.

8.º "Aperfeiçoamentos em meios de acionamento e funciona-
 mento de armação para vão de janelas de veículos de terra, mar e
 ar, que permite a completa oclusão do vão, assim como a graduação
 à vontade da ventilação", como reivindicado em 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º e
 7.º, substancialmente descrito e representado nos desenhos anexo.

MARCAS DEPOSITADAS

Publicação feita de acordo com o art. 9) do Regulamento vigente (Dec. n. 16.864, de 1933).
Parágrafo único. Da data de publicação começará a contar o prazo de 90 dias para o deferimento do pedido.
Durante esse prazo poderão apresentar suas oposições ao Departamento Nacional da Propriedade Industrial
aqueles que se julgarem prejudicados com a concessão do registro requerido.

Termo n. 61.401, de 16-8-38
Jacob M. Marks — Estados Unidos da América



Classe 8 — Artigos da classe (renovação)

Termo n. 61.402, de 16-8-38
Hugo Antônio Seben — Porto Alegre, Rio Grande do Sul

ELECTRICO

Classe 2 — Inseticidas em pó, líquido ou pasta

Termo n. 61.403, de 17-8-38
Laboratório "Walfér" Limitada — Capital Federal

VELUDOL

Laboratório "WALFÉR" Lda

RIO DE JANEIRO

Classe 5 — Especialidade farmacêutica

Termo n. 61.404, de 17-8-38
Instituto Brasília — Capital Federal



Classe 60 — Publicação jornalística, livros e impressos, trabalhos gráficos em geral, publicidade, jornal, revistas, ou periódicos, serviços de informação sobre a prática de legislação, contabilidade em geral, dados estatísticos, organizações técnicas de serviços, combinações de trabalhos, tudo referente a agricultura, indústria e comércio

Termo n. 61.405, de 17-8-38
Costa Penna & Comp. — S. Félix — Estado da Bahia

Costa Penna

Costa Penna & Cia.

SÃO FELIX — BAHIA

Classe 41 — Unarutos, cigarros, cigarrinhos, fumos e rapé

Termo n. 61.408, de 17-8-38
Max Schaffan — São Paulo

Regina

Classe 13 — Relógios

Termo n. 61.409, de 17-8-38
Almeida & Comp. — Sorocaba — Estado de São Paulo

Café Costa

Classe 44 — Café em grão, torrado, moído e em xícara

Termo n. 61.412, de 17-8-38

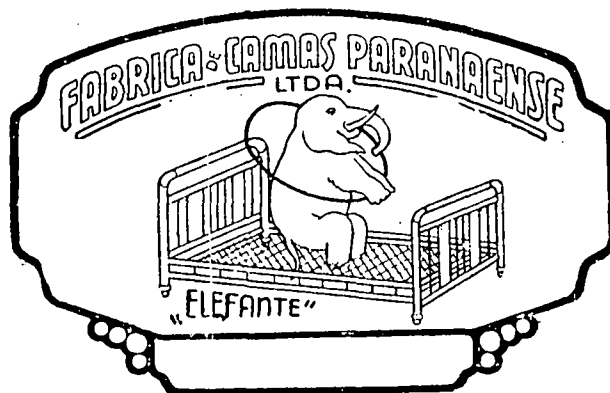
Francisco Magon — São Paulo



Classe 36 — Calçados em geral, chapéus, bonés, meias

Termo n. 61.414, de 17-8-38

Fábrica de Camas Paranaense Limitada — Curitiba — Estado do Paraná



Classe 40 — Camas de madeira

Termo n. 61.416, de 17-8-38

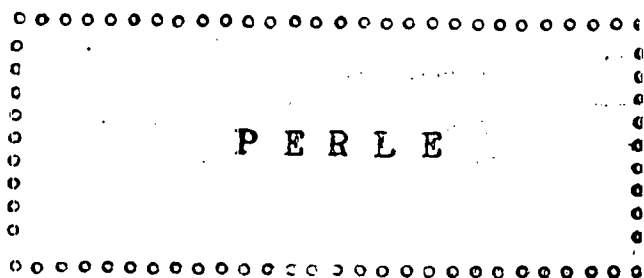
Gilberto Brano Júnior — Capital Federal

Correio de Policia

Classe 60 — Jornal

Termo n. 61.417, de 17-8-38

Renato Palestino, Mamana & Comp. Ltda. — São Paulo



Classe 48 — Pasta dentifrícia

Termo n. 61.418, de 17-8-38

Fontoura & Serpe — São Paulo

NAIOSALYL

FONTOURA & SERPE

S. PAULO

Classe 3 — Preparado para ser usado na medicina e na farmácia

Termo n. 61.419, de 17-8-38

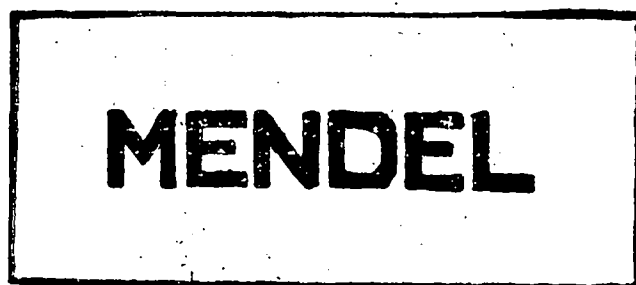
Antônio Parreiras de Oliveira — Capital Federal



Classe 4 — Carvão

Termo n. 61.420, de 17-8-38

A. Mendel — Capital Federal



Classe 48 — Água de Colônia, água de quina, extratos, essências, dentífricos, pó de arroz, pastas para dentes e corpo, depilatórios, cremes para o rosto, carmin, baton, esmalte para unhas, sabonetes perfumados, tônicos para o cabelo, brilhantinas e cosméticos, talco perfumado e preparados para o embelezamento da pele

Termo n. 61.421, de 17-8-38

R. Conde Ribas — Capital Federal

CALÇADOS



Classe 36 — Calçados em geral

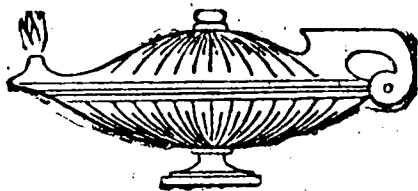
Termo n. 61.422, de 17-8-38

Ademar da Silva Casé — Capital Federal

TEATRO
"SHERLOCK"

Classe 60 — Programa radiofon, constante da transmissão de peças de gênero policial, acompanhada ou não de música e outros efeitos sonoros

Termo n. 61.423, de 17-8-38
Dr. Robert James Bolkin — Capital Federal



Coleção Portátil

Classe 60 — Folhetos, pyros, publicações e impressões

Termo n. 61.424, de 17-8-38
Amaral & Comp. — Cidade do Rio Grande — Rio Grande do Sul



Classe 44 — Conservas em conserva

Termo n. 61.425, de 17-8-38
Coelho Martins & Comp. — Capital Federal

PLATINA

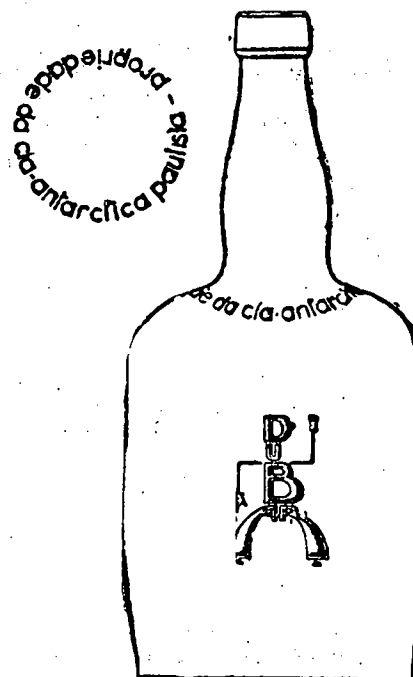
Classe 42 — Aguardente

Termo n. 61.426, de 17-8-38
Companhia Antártica Paulista — São Paulo



Classe 43 — Artigos da classe (Renovação)

Termo n. 61.427, de 17-8-38
Companhia Antártica Paulista — São Paulo



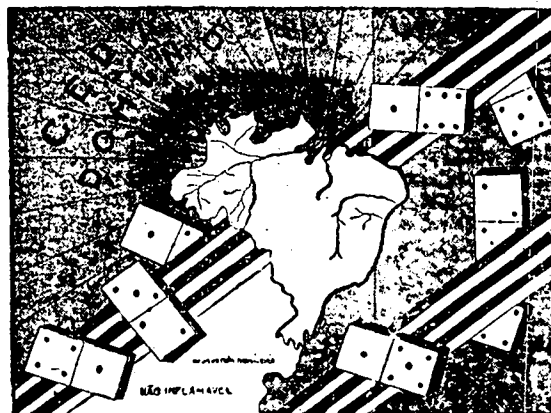
Classe 12 — Cervejas, vinhos, aguardentes, licores, aperitivos, fenné, whiskey, kummel, vermute, conaqué, brandy, rhum, kirsch, bifer, vinho quinado, peppermint, gin, punch, genebra, curação amargos.

Termo n. 61.428, de 17-8-38
Laboratório "Walfer" Limitada — Capital Federal

Argentex
Laboratório "WALFER" Lda
RIO DE JANEIRO

Classe 3 — Especialidade farmacêutica

Termo n. 61.429, de 17-8-38
Manuel Alves Correia — Capital Federal



Classe 55 — Cera para polir e lustrar soalhos, pavimentação e móveis

Termo n. 61.430, de 17-8-38

Epitácio Pessoa Cavalcanti de Albuquerque — Capital Federal

DIÁRIO NACIONAL

Classe 60 — Jornal

Termo n. 61.431, de 17-8-38

Laboratório Medical Limitada — Capital Federal

Nervocalman
Lab. Medical Ltda.
Rua. São José n.º 50-22
Rio de Janeiro

Classe 3 — Especialidade farmacêutica

Termo n. 61.432, de 17-8-38

Laboratório Medical Limitada — Capital Federal

POLY-POSTON
LAB. MEDICAL LTDA
RIO DE JANEIRO

Classe 3 — Especialidade farmacêutica

Termo n. 61.433, de 17-8-38

Laboratório Medical Limitada — Capital Federal

Uretrasine
Lab. Medical Ltda
Rua São José n.º 50-22
Rio de Janeiro

Classe 3 — Especialidade farmacêutica

Termo n. 61.436, de 18-8-38

Farias & Pimentel Ltda. — São Paulo

COLINORGAN

Injeções na Anemia e como Portiforante

FARIAS & PIMENTEL Ltda.
SÃO PAULO

Classe 3 — Preparado farmacêutico

Termo n. 61.437, de 18-8-38

Farias & Pimentel Ltda. — São Paulo

PROTACULIN

COLÍRIO

FARIAS & PIMENTEL Ltda.
SÃO PAULO

Classe 3 — Preparado farmacêutico

Termo n. 61.438, de 18-8-38

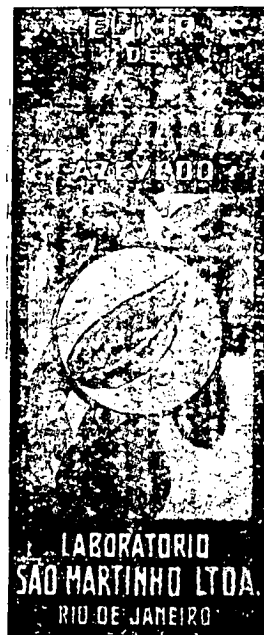
Laboratório São Martinho Limitada — Capital Federal



Classe 3 — Preparado farmacêutico

Termo n. 61.439, de 18-8-38

Laboratório São Martinho Limitada — Capital Federal



Classe 3 — Preparado farmacêutico

TÍTULOS DE ESTABELECIMENTOS E NOMES COMERCIAIS

Termo n. 61.406, de 17-8-38

Costa Penna & Comp. — S. Félix — Estado da Bahia

Costa Penna & Cia.

Nome comercial

Termo n. 61.407, de 17-8-38

Indústrias Reunidas Bandeirantes S. A. — São Paulo

INDÚSTRIAS REUNIDAS BANDEIRANTES S.A.

Nome comercial

Termo n. 61.410, de 17-8-38

Indústrias Reunidas Bandeirantes S. A. — São Paulo



Classe 60 — Insignia de comércio

Termo n. 61.411, de 17-8-38

Instituto de Café do Estado de São Paulo — São Paulo

CAFÉ SANTOS

Classe 41 — Título

Termo n. 61.413, de 17-8-38

Casa Maséti S. A. — São Paulo

A CASA DOS BONS RELOGIOS

Classe 8 — Título

Termo n. 61.415, de 17-8-38

Empresa Promotora de Vendas Ltda. — Capital Federal



Classes 6, 7, 8, 12, 21 e 60 — Título

Termo n. 61.434, de 18-8-38

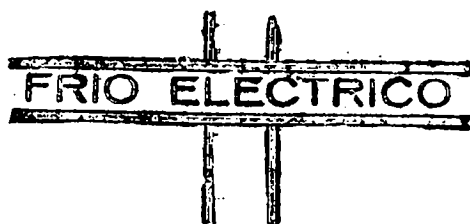
Companhia Predial Guanabara — Capital Federal

COMPANHIA PREDIAL GUANABARA

Nome comercial

Termo n. 61.435, de 18-8-38

Ramos, Cruz & Tavares — Capital Federal



Classes 8 e 60 — Título

Termo n. 61.442, de 18-8-38

Arquivo de Araujo Oliveira & Comp. Limitada — Capital Federal

Casa do Macaco
Marca Registrada

Classes 15, 41, 45 e 60 — Título

TERMO ANTERIOR

Termo n. 48.990, de 7-1-37

Feira de Asclépios Ltda. — São Paulo.



Classe 10.

Artigos: afastadores abdominais; agulhas de catarata; agulhas para injeções hipodérmicas; alavancas, boticões e chaves para extração de dentes ou raízes; algalias, bugias, canulas, cateteres e sondas; amigdalotomos e adenotomos; aparelhos amplificadores para surdez; aparelhos para anestesia ou narcose, inclusive máscaras que os acompanham, aparelhos aspiradores; aparelhos de compressão; aparelhos eletro-dentários, eletro-cirúrgicos, eletroterápicos, de eletro-diagnósticos, de radioterapia e rádio-diagnósticos, de raio X e violeta, cataforese, cauterização, diatermia, eletrolise medicinal, faradização, termogenos, e seus pertences, aparelhos ortopédicos; aparelhos oxigenadores; aparelhos de pneumotorax artificial; aparelhos de pressão arterial, esfigmográficos, pulverizadores e esterilizadores; aparelhos de transfusão de sangue; basiotribos, cefalotribos, oranioclastos, craniotomos, cefalotomos, embriotomos, forceps e furacranios; bisturis, escalpelos e lancetas; blofarostatos; cadeiras para dentistas e clínica médica; contas abdominais, hipogástricas e umbilicais; cistotomos, cistoscópios, uretrotomos e uretrocópios; colchetes, ganchos ou grampos para sutura; curativos cirúrgicos, compreendendo algodão hidrófilo, catgut, crina, fios para sutura e drenos, gaze e ataduras, laminárias, protetiva e macintosh; curetas; dentes artificiais, dilatadores retais, uretrais e uterinos; discos para cirurgia; escarificadores ou sarjadeiras para sangria, escopros, goivas e ruginas; espelhos para boca, nariz, ouvido, vaginais, intrauterinos, retais; espelhos para cirurgia ou dentista; estesiômetros, estetoscópios e plessímetros; estiletes, porta-mechas, tenaculos e tentas; facas de amputação e resacação; flanes; fundas herniárias; instrumentos ou ferros avulsos para fins médicos cirúrgicos e dentários; laringoscópios, faringoscópios, oftalmoscópios, ostoscópios e rinoscópios; litotomos e litotritores; máquinas e motores para dentistas; martelos para autópsia e percussão; máscara para anestesia; meias elásticas para varizes; mesas para operações médico-cirúrgicas; olhos artificiais; peças de mão para aparelhos, instrumentos e máquinas de cirurgia, dentários e de eletrocirurgia, e eletrodiagnósticos; peras insufladoras; pessários e oclusivos; pinças para cirurgia médica e dentária; plascas e parafusos para osteosíntese; pontas e facas para galvano-cautérios e termocautérios; porta-agulhas, porta-cáusticos e porta-pedras; preparações para obturar dentes; seringa, serras e serrotes de cirurgia ou necropsia; suspensórios para escroto; tesouras para cirurgia; tira-letite ou clisobombas; torniquetes; trepanos de Doyen; trocateres, exploradores de paracentese e de punção; válvulas adb, alias válvulas abdominais e vaginais; e ventosas. — Tais artigos se compreendem na classe 10, da tabela vigente.

... ..

1. *Introduction*

1. *Chlorophyll a* and *Chlorophyll b* were determined by the method of Arar and Collins (1971).

1. *Chlorophyll a* and *Chlorophyll b* contents were determined by spectrophotometry using the method of Lichtenthaler and Whaley (1987).

1990

1. The first step is to identify the **main idea** of the text. This is usually found in the **topic sentence**, which is often the first sentence of a paragraph.

24110 2011

1422

• • •

• **Stressors** are the environmental factors that cause stress.

44

• • •

• • •

100

• **Prevalence** – the proportion of a population that has a disease at a particular point in time

1. 2. 3. 4. 5. 6. 7. 8. 9. 10. 11. 12. 13. 14. 15. 16. 17. 18. 19. 20. 21. 22. 23. 24. 25. 26. 27. 28. 29. 30. 31. 32. 33. 34. 35. 36. 37. 38. 39. 40. 41. 42. 43. 44. 45. 46. 47. 48. 49. 50. 51. 52. 53. 54. 55. 56. 57. 58. 59. 60. 61. 62. 63. 64. 65. 66. 67. 68. 69. 70. 71. 72. 73. 74. 75. 76. 77. 78. 79. 80. 81. 82. 83. 84. 85. 86. 87. 88. 89. 90. 91. 92. 93. 94. 95. 96. 97. 98. 99. 100. 101. 102. 103. 104. 105. 106. 107. 108. 109. 110. 111. 112. 113. 114. 115. 116. 117. 118. 119. 120. 121. 122. 123. 124. 125. 126. 127. 128. 129. 130. 131. 132. 133. 134. 135. 136. 137. 138. 139. 140. 141. 142. 143. 144. 145. 146. 147. 148. 149. 150. 151. 152. 153. 154. 155. 156. 157. 158. 159. 160. 161. 162. 163. 164. 165. 166. 167. 168. 169. 170. 171. 172. 173. 174. 175. 176. 177. 178. 179. 180. 181. 182. 183. 184. 185. 186. 187. 188. 189. 190. 191. 192. 193. 194. 195. 196. 197. 198. 199. 200. 201. 202. 203. 204. 205. 206. 207. 208. 209. 210. 211. 212. 213. 214. 215. 216. 217. 218. 219. 220. 221. 222. 223. 224. 225. 226. 227. 228. 229. 230. 231. 232. 233. 234. 235. 236. 237. 238. 239. 240. 241. 242. 243. 244. 245. 246. 247. 248. 249. 250. 251. 252. 253. 254. 255. 256. 257. 258. 259. 260. 261. 262. 263. 264. 265. 266. 267. 268. 269. 270. 271. 272. 273. 274. 275. 276. 277. 278. 279. 280. 281. 282. 283. 284. 285. 286. 287. 288. 289. 290. 291. 292. 293. 294. 295. 296. 297. 298. 299. 300. 301. 302. 303. 304. 305. 306. 307. 308. 309. 310. 311. 312. 313. 314. 315. 316. 317. 318. 319. 320. 321. 322. 323. 324. 325. 326. 327. 328. 329. 330. 331. 332. 333. 334. 335. 336. 337. 338. 339. 340. 341. 342. 343. 344. 345. 346. 347. 348. 349. 350. 351. 352. 353. 354. 355. 356. 357. 358. 359. 360. 361. 362. 363. 364. 365. 366. 367. 368. 369. 370. 371. 372. 373. 374. 375. 376. 377. 378. 379. 380. 381. 382. 383. 384. 385. 386. 387. 388. 389. 390. 391. 392. 393. 394. 395. 396. 397. 398. 399. 400. 401. 402. 403. 404. 405. 406. 407. 408. 409. 410. 411. 412. 413. 414. 415. 416. 417. 418. 419. 420. 421. 422. 423. 424. 425. 426. 427. 428. 429. 430. 431. 432. 433. 434. 435. 436. 437. 438. 439. 440. 441. 442. 443. 444. 445. 446. 447. 448. 449. 450. 451. 452. 453. 454. 455. 456. 457. 458. 459. 460. 461. 462. 463. 464. 465. 466. 467. 468. 469. 470. 471. 472. 473. 474. 475. 476. 477. 478. 479. 480. 481. 482. 483. 484. 485. 486. 487. 488. 489. 490. 491. 492. 493. 494. 495. 496. 497. 498. 499. 500. 501. 502. 503. 504. 505. 506. 507. 508. 509. 510. 511. 512. 513. 514. 515. 516. 517. 518. 519. 520. 521. 522. 523. 524. 525. 526. 527. 528. 529. 530. 531. 532. 533. 534. 535. 536. 537. 538. 539. 540. 541. 542. 543. 544. 545. 546. 547. 548. 549. 550. 551. 552. 553. 554. 555. 556. 557. 558. 559. 560. 561. 562. 563. 564. 565. 566. 567. 568. 569. 570. 571. 572. 573. 574. 575. 576. 577. 578. 579. 580. 581. 582. 583. 584. 585. 586. 587. 588. 589. 590. 591. 592. 593. 594. 595. 596. 597. 598. 599. 600. 601. 602. 603. 604. 605. 606. 607. 608. 609. 610. 611. 612. 613. 614. 615. 616. 617. 618. 619. 620. 621. 622. 623. 624. 625. 626. 627. 628. 629. 630. 631. 632. 633. 634. 635. 636. 637. 638. 639. 640. 641. 642. 643. 644. 645. 646. 647. 648. 649. 650. 651. 652. 653. 654. 655. 656. 657. 658. 659. 660. 661. 662. 663. 664. 665. 666. 667. 668. 669. 670. 671. 672. 673. 674. 675. 676. 677. 678. 679. 680. 681. 682. 683. 684. 685. 686. 687. 688. 689. 690. 691. 692. 693. 694. 695. 696. 697. 698. 699. 700. 701. 702. 703. 704. 705. 706. 707. 708. 709. 710. 711. 712. 713. 714. 715. 716. 717. 718. 719. 720. 721. 722. 723. 724. 725. 726. 727. 728. 729. 730. 731. 732. 733. 734. 735. 736. 737. 738. 739. 740. 741. 742. 743. 744. 745. 746. 747. 748. 749. 750. 751. 752. 753. 754. 755. 756. 757. 758. 759. 760. 761. 762. 763. 764. 765. 766. 767. 768. 769. 770. 771. 772. 773. 774. 775. 776. 777. 778. 779. 780. 781. 782. 783. 784. 785. 786. 787. 788. 789. 790. 791. 792. 793. 794. 795. 796. 797. 798. 799. 800. 801. 802. 803. 804. 805. 806. 807. 808. 809. 810. 811. 812. 813. 814. 815. 816. 817. 818. 819. 820. 821. 822. 823. 824. 825. 826. 827. 828. 829. 830. 831. 832. 833. 834. 835. 836. 837. 838. 839. 840. 84

.. 45

• • •

^a $\chi^2 = 0.67$, $p = .81$.

100

100

— 100 —

— 22 —

• • • • •

• • • • •

1

Journal of Management Education 30(6)

[illegible]

Figure 1. The effect of the concentration of the *Agrobacterium* suspension on the transformation efficiency of *Agrobacterium* strains. The concentration of the *Agrobacterium* suspension was 10⁶ cells/ml (○), 10⁷ cells/ml (□), 10⁸ cells/ml (△), 10⁹ cells/ml (◇), and 10¹⁰ cells/ml (●). The error bars represent the standard deviation of three independent experiments.

Receba de número de hoje 18000

INDUSTRIA NACIONAL -- INDUSTRIA DO JORNAL
PRACA MARQUESE DE PONTA DE SALABOUÇO
